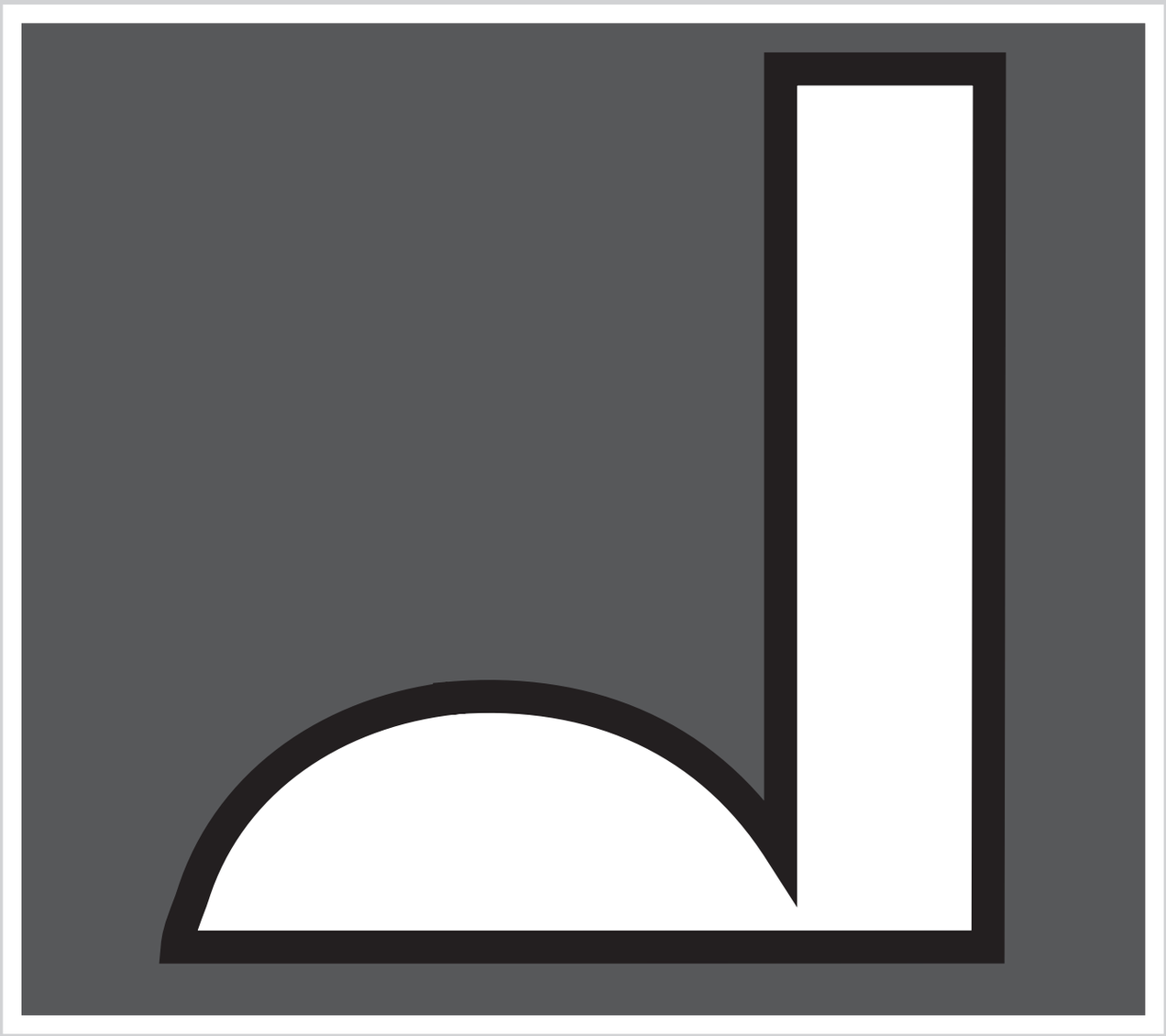
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVIII – Nº 059 –TERÇA-FEIRA, 30 DE ABRIL DE 2013 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
3º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
3º - João Durval - (PDT-BA)
4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28

Líder
Eunício Oliveira - Bloco (65,68)

.....

Líder do PMDB - 20

Eunício Oliveira (65,68)

Vice-Líderes do PMDB
Ricardo Ferraço (105)
Romero Jucá (40,104)

Líder do PP - 5

Francisco Dornelles (63)

Vice-Líder do PP
Ana Amélia (12,88)

Líder do PSD - 2

Sérgio Petecão (84,87)

Vice-Líder do PSD
Kátia Abreu (11,13,52,60,85)

Líder do PV - 1

Paulo Davim (75)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 12

Líder
Gim - Bloco (56,58,59)

Vice-Líderes
Alfredo Nascimento (41,66)
Eduardo Amorim (17,47,48,72)
Blairo Maggi (19,51)

.....

Líder do PTB - 6

Gim (56,58,59)

Líder do PR - 5

Alfredo Nascimento (41,66)

Vice-Líder do PR
Antonio Carlos Rodrigues (92)

Líder do PSC - 1

Eduardo Amorim (17,47,48,72)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB/PSOL) - 25

Líder
Wellington Dias - Bloco (24,70,91)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz (49,55,69,97)
Rodrigo Rollemberg (67,98)
Inácio Arruda (89,99)
Eduardo Lopes (37,45,64,100,106)

.....

Líder do PT - 12

Wellington Dias (24,70,91)

Vice-Líderes do PT
Walter Pinheiro (22,27,93)
Anibal Diniz (25,94)
Paulo Paim (95)
Eduardo Suplicy (103)

Líder do PDT - 5

Acir Gurgacz (49,55,69,97)

Vice-Líder do PDT
Zeze Perrella (86)

Líder do PSB - 4

Rodrigo Rollemberg (67,98)

Vice-Líder do PSB
Lídice da Mata (29,38,83)

Líder do PC DO B - 2

Inácio Arruda (89,99)

Vice-Líder do PC DO B
Vanessa Grazziotin (1,90)

Líder do PRB - 1

Eduardo Lopes (37,45,64,100,106)

Líder do PSOL - 1

Randolfe Rodrigues (18,76)

Governo

Líder
Eduardo Braga - Governo (39)

Vice-Líderes
Gim (56,58,59)
Benedito de Lira
Lídice da Mata (29,38,83)
Jorge Viana
Vital do Rêgo

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16

Líder
Mário Couto - Bloco (34,61)

Vice-Líderes
Wilder Morais (101)
Ataídes Oliveira (96)
Cyro Miranda (31,102)

.....

Líder do PSDB - 12

Aloysio Nunes Ferreira (7,62)

Vice-Líderes do PSDB
Cássio Cunha Lima (74)
Alvaro Dias (78)
Paulo Bauer (5,35,79,80)

Líder do DEM - 4

José Agripino (2,10,14,44,46,77)

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Ata
Zuleide Spinola Costa da Cunha
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATA

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 60ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 29 DE ABRIL DE 2013 22255

1.1 – ABERTURA 22255

1.2 – EXPEDIENTE 22255

1.2.1 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 87, de 2013 (nº 478/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Anhanguera S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Goiânia, Estado de Goiás*..... 2256

Projeto de Decreto Legislativo nº 88, de 2013 (nº 593/2012, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária do Povoado de Lucaia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Planalto, Estado da Bahia*..... 22258

Projeto de Decreto Legislativo nº 89, de 2013 (nº 630/2012, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente de Vereda para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vereda, Estado da Bahia*. 22262

Projeto de Decreto Legislativo nº 90, de 2013 (nº 669/2012, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação da Rádio Comunitária Shalon FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiânia, Estado de Goiás*. 22266

1.2.2 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 87 a 90, de 2013, perante a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. *As matérias serão apreciadas terminativamente.* 22269

Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei da Câmara nºs 51 e 126, de 2012; e 12, de 2013. 22269

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2011; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 428, 451 e 508, de 2011; e 90, de 2013. 22269

Término do prazo, ontem, sem apresentação de projeto de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da adoção da Medida Provisória nº 581, de 2012, convertida no Projeto de Lei de Conversão nº 32, de 2012. *Extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria*. 22269

Término do prazo, ontem, sem apresentação de projeto de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da adoção da Medida Provisória nº 582, de 2012, convertida no Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2013. *Extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria*. 22270

1.2.3 – Comunicação

Da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, encaminhando o Ofício nº 121/2013, da Senadora Lídice da Mata, que solicita a reconstituição do Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2012-Complementar **(Ofício nº 112/2013)**. 22270

1.2.4 – Ofício do Grupo Parlamentar Brasil-Israel

Nº 4/2013, na origem, referente à reinstalação, eleição e posse da Diretoria do referido Grupo **(vide item 4.1)**..... 22270

1.2.5 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 151, de 2013, de autoria do Senador Ruben Figueiró, que *cria a Guia Única do Trabalho Doméstico (GTD), estabelece alíquotas para as contribuições referentes ao contrato de trabalho doméstico e dá outras providências.* 22271

Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2013, de autoria do Senador Paulo Paim, que *acrescenta §§ 5º e 6º ao art. 55 e § 9º ao art. 57 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a contagem do período de defeso no âmbito da pesca como tempo de contribuição e definir regras para a concessão de aposentadoria especial para os*

pescadores e trabalhadores em atividades afins; e acrescenta o art. 4º-A e o inciso XVIII ao art. 19 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para instituir o salário-ambiental durante o período de defeso. . 22272

1.2.6 – Leitura de requerimentos

Nº 370, de 2013, de autoria do Senador Ataídes Oliveira, solicitando informações ao Ministro de Estado da Fazenda. 22276

Nº 371, de 2013, de autoria do Senador Cyro Miranda, solicitando a oitiva da Comissão de Educação, Cultura e Esporte sobre o Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2013. 22276

1.2.7 – Discursos do Expediente

SENADOR *PAULO PAIM* **–** Homenagem pelo transcurso, em 1º de maio, do Dia Internacional do Trabalhador e dos 70 anos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)..... 22277

SENADOR *LUIZ HENRIQUE* – Defesa de maiores investimentos em pesquisa científica e tecnológica, destacando a importância da Embrapa na pesquisa agropecuária. 22281

SENADOR *RUBEN FIGUEIRÓ* – Lamento pelas consequências das cheias do rio Taquari-MS; e outros assuntos. 22282

SENADOR *JOSÉ PIMENTEL* – Comemoração pelo transcurso, em 1º de maio, dos 70 anos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). 22289

SENADOR ALVARO DIAS, como Líder – Críticas ao atual modelo de gestão do Governo Federal; e outro assunto. 22290

SENADOR *CASILDO MALDANER* – Reflexões acerca do lançamento, pelo Governo Federal, de pacote de incentivos aos produtores de álcool..... 22292

1.2.8 – Comunicação

Da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 599, de 2012 **(Ofício nº 477/2013).** *Designação do Deputado Sandro Mabel, como suplente, para compor a referida Comissão.* 22294

1.2.9 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR *JORGE VIANA* – Congratulações à população de Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre, pelo recebimento de premiação em programa de TV..... 22294

SENADOR *MOZARILDO CAVALCANTI* – Solidariedade aos médicos que têm protestado contra os planos de saúde; e outro assunto. 22297

1.3 – ORDEM DO DIA

1.3.1 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária 22299

1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

1.4.1 – Leitura de requerimento

Nº 372, de 2013, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando a oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 136, de 2011. 22302

1.4.2 – Discursos

SENADOR *MÁRIO COUTO*, como Líder – Críticas ao PT; e outro assunto. 22303

SENADOR *JOÃO CAPIBERIBE* – Críticas a não inclusão do Porto de Santana-AP na rota dos dez mil quilômetros de ferrovia que deverão ser construídos para escoar cargas no Brasil. 22305

SENADORA *ANA AMÉLIA* – Defesa do fortalecimento da independência e da liberdade de atuação entre os Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo; e outros assuntos..... 22308

SENADOR *JARBAS VASCONCELOS* – Destaque para a proposta de emenda à Constituição que torna automática a perda do mandato de parlamentar nas hipóteses de improbidade administrativa ou de condenação por crime contra a Administração Pública. 22311

SENADOR *ARMANDO MONTEIRO*, como Líder – Defesa do fortalecimento das exportações, em crítica aos recentes resultados divulgados sobre as contas externas do País. 22314

SENADOR *RODRIGO ROLLEMBERG*, como Líder – Manifestação de confiança na atuação do STF, no tocante ao mandado de segurança que resultou na suspensão da tramitação de projeto de lei que dispõe sobre matéria eleitoral; e outro assunto. 22316

SENADOR *RICARDO FERRAÇO* – Destaque para o trabalho desenvolvido pela Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de São Gabriel (Cooabriel), que completa 50 anos. 22321

SENADOR *EUNÍCIO OLIVEIRA*, como Líder – Defesa da anistia das dívidas de pequenos agricultores do Nordeste, em razão da seca que assola a Região; e outro assunto. 22323

SENADOR *ANIBAL DINIZ* – Satisfação com a premiação obtida pela população de Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre, em programa de TV; e outro assunto. 22327

SENADOR *RANDOLFE RODRIGUES*, como Líder – Pedido de esclarecimentos acerca do Relatório Figueiredo, encontrado recentemente no Museu do Índio-RJ. 22332

SENADOR *HUMBERTO COSTA* – Críticas à liminar concedida pelo STF que suspendeu a tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2013; e outro assunto. 22334

1.4.3 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 25, de 2013. 22337

Término do prazo, sexta-feira última, com apresentação de três emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 26, de 2013. 22337

1.4.4 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR *RENAN CALHEIROS* – Registro do discurso proferido por S. Exª no 12º Fórum de Comandatuba do Grupo de Líderes Empresariais. 22341

1.4.5 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 22343

1.5 – ENCERRAMENTO..... 22343

2 – ATAS

2.1 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 590, DE 2012

Ata da 1ª Reunião, realizada em 20 de fevereiro de 2013 22347

Ata da 2ª Reunião, realizada em 23 de abril de 2013 22349

2.2 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 592, DE 2012

Ata da 3ª Reunião, realizada em 14 de março de 2013 22360

Ata da 4ª Reunião, realizada em 19 de março de 2013 22393

2.3 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 595, DE 2012

Ata da 9ª Reunião, realizada em 26 de março de 2013 22443

Ata da 10ª Reunião, realizada em 17 de abril de 2013 22487

Ata da 11ª Reunião, realizada em 24 de abril de 2013 22526

3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 29.4.2013 22544

4 – DOCUMENTOS E CORRESPONDÊNCIAS ENCAMINHADOS À PUBLICAÇÃO

4.1 – GRUPO PARLAMENTAR BRASIL-ISRAEL

Ata da Reunião de Reinstalação, eleição e posse da Diretoria, realizada em 20 de março de 2013..... 22545

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

Por Unidade da Federação 22555

Bancadas dos Partidos 22556

Por ordem alfabética 22557

6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL..... 22558

7 – LIDERANÇAS 22559

8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO..... 22563

9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS..... 22564

10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos 22576

CAS – Comissão de Assuntos Sociais 22584

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania 22588

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte 22594

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle..... 22600

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa..... 22610

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional 22618

CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura 22627

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo..... 22634

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária..... 22631

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática 22645

11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993) 22649

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)..... 22650

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995) 22651

Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9, de 2013)..... 22651

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005) 22652

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)..... 22653

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)..... 22655

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010). 22657

Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42, de 2010) 22659

Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15, de 2012)..... 22661

CONGRESSO NACIONAL

12 – COMISSÕES MISTAS

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1, de 2006) .. 22663

CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4, de 2008).. 22665

Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2, de 2007) 22667

CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883, de 1999) 22668

Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito 22669

Comissões Mistas Especiais 22671

13 – CONSELHOS E ÓRGÃO

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972) 22674

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991) 22675

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1, de 2011) 22676

Ata da 60ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 29 de abril de 2013

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência dos Srs. Jorge Viana, Casildo Maldaner, da Srª Ana Amélia e do Sr. Anibal Diniz

(Inicia-se a Sessão às 14 horas e encerra-se às 20 horas e 9 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento.

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

54ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

60ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14 HORAS

Período : 29/04/13 07:00 até 29/04/13 21:03

Partido	UF	Nome	Pres
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X
PP	RS	ANA AMÉLIA	X
PT	ES	ANA RITA	X
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X
PR	SP	ANTONIO CARLOS RODRIGUES	X
PSB	SE	ANTÓNIO CARLOS VALADARES	X
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X
PSDB	TO	ATAÍDES OLIVEIRA	X
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X
PT	MS	DELCÍDIO DO AMARAL	X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X
PTB	DF	GIM	X
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X
PT	AC	JORGE VIANA	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X
PR	ES	MAGNO MALTA	X
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X
PT	RS	PAULO PAIM	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X
PSDB	MS	RUBEN FIGUEIRÓ	X
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	X
PR	TO	VICENTINHO ALVES	X
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X

Compareceram: 42 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência recebeu, da Câmara dos Deputados, os seguintes Projetos de Decreto Legislativo:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 87, DE 2013

(nº 478/2011, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO ANHANGUERA S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 17 de agosto de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de novembro de 2003, a concessão outorgada à Rádio Anhanguera S.A. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 746, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, os atos constantes dos Decretos de 17 de agosto de 2010, publicados no Diário Oficial da União do dia subsequente, que renovam, *por dez anos, as concessões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em ondas médias:*

1 - Rádio Clube de Pernambuco S.A., no município de Recife - PE;
2 - Rádio Anhanguera S.A., no município de Goiânia - GO;
3 - Sociedade de Radiodifusão Independente de Cruz Alta Ltda., no município de Cruz Alta - RS;
4 - Rádio Clube de Jacareí Ltda., no município de Jacareí - SP;
5 - Rádio Pontal do Triângulo Mineiro Ltda., no município de Iturama - MG;
6 - Rádio Mulher Ltda., no município de São Paulo - SP; e
7 - Rádio Esperança Ltda., no município de Porto Alegre - RS.

Brasília, 28 de dezembro de 2010.

EM nº. 417/2010 – MC

Brasília, 1º. de junho de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Em decorrência do retorno dos autos a este Ministério, conforme solicitado no Ofício nº 347/2010-SAG/SAJ, de 20 de abril de 2010, o qual requer a reapresentação da proposta anteriormente encaminhada à Casa Civil da Presidência da República, consubstanciada pela

Exposição de Motivos nº 1052, de 2009, em face da mudança de titularidade ocorrida nesta Pasta, submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.017859/2003-75, em que a RÁDIO ANHANGUERA S.A. solicita renovação da outorga concedida para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Goiânia, Estado de Goiás, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de novembro de 2003.

2. A outorga do serviço foi conferida pelo Decreto nº 37.338, de 13 de maio de 1955, renovada pelo Decreto de 29 de setembro de 2000, publicado no Diário Oficial da União em 2 de outubro de 2000, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 67, de 2003, publicado no Diário Oficial da União em 17 de abril de 2003.

3. Observo que a renovação das permissões outorgadas para exploração dos serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamenta.

4. Cabe esclarecer que os autos retornaram da Casa Civil da Presidência da República para cumprimento das novas determinações que passaram a ser exigidas ao deferimento do pleito. Sendo assim, após o exame da nova documentação, os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério se manifestaram favoravelmente ao pedido.

5. Diante do exposto, em observância ao que dispõe a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, o Decreto nº 88.066/83, encaminho novamente o processo a Vossa Excelência para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 223, §3º, da Constituição da República.

DECRETO DE 17 DE AGOSTO DE 2010.

Renova a concessão outorgada à Rádio Anhanguera S.A., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Goiânia, Estado de Goiás.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, **caput**, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000.017859/2003-75,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de novembro de 2003, a concessão outorgada à Rádio Anhanguera S.A. pelo Decreto nº 37.338, de 13 de maio de 1955, renovada pelo Decreto de 29 de setembro de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 2 de outubro de 2000, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 67, de 16 de abril de 2003, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Goiânia, Estado de Goiás.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de agosto de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

Referendado eletronicamente por: Jose Artur Filardi Leite

D-EM 417 MC-RÁDIO ANHANGUERA(L2)

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Artur Filardi Leite

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 88, DE 2013

(nº 593/2012, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO POVOADO DE LUCAIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Planalto, Estado da Bahia.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria n° 134 de 24 de maio de 2011, que outorga autorização à Associação Comunitária do Povoado de Lucaia para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Planalto, Estado da Bahia.

Art. 2° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 104, de 2012.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 23, de 17 de fevereiro de 2011 – Sociedade Organizada Para o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável de Normandia – SODLIS, no município de Normandia – RR;

2 - Portaria nº 29, de 17 de fevereiro de 2011 – Associação Cultural e Comunitária do Povoado Caueira – Itaporanga D'Ajuda/SE, no município de Itaporanga D'Ajuda – SE;

3 - Portaria nº 33, de 17 de fevereiro de 2011 – Associação Eldorado Santaritensse, no município de Santa Rita D'Oeste – SP;

4 - Portaria nº 34, de 17 de fevereiro de 2011 – Associação Comunitária de Assistência Social, Humanista e Solidária – ACOLHER, no município de Sete Lagoas – MG;

5 - Portaria nº 43, de 17 de fevereiro de 2011 – Associação de Moradores da Rua Medina e Adjacências, no município Nanuque – MG;

6 - Portaria nº 45, de 17 de fevereiro de 2011 – Associação Assistencial Dois de Julho, no município de Mata de São João – BA;

7 - Portaria nº 51, de 17 de fevereiro de 2011 – Associação Cultural Amigos da Comunicação – Afonso Cláudio – ES, no município de Afonso Cláudio – ES;

8 - Portaria nº 89, de 20 de abril de 2011 – Associação Comunitária dos Moradores do Bairro de Santo Antônio, no município de Candeias – BA;

9 - Portaria nº 94, de 28 de abril de 2011 – Associação Felizcidade, no município de Camaçari – BA;

10 - Portaria nº 132, de 24 de maio de 2011 – Associação dos Moradores de Tauápe e Região – AMTR, no município de Licínio de Almeida – BA;

11 - Portaria nº 134, de 24 de maio de 2011 – Associação Comunitária do Povoado de Lucaia, no município de Planalto – BA;

12 - Portaria nº 135, de 24 de maio de 2011 – Associação Social e Comunitária Monte Alternativas, no município de Tanquinho – BA;

13 - Portaria nº 140, de 24 de maio de 2011 – Associação de Difusão Comunitária Cidade FM, no município de Vilhena – RO;

14 - Portaria nº 141, de 24 de maio de 2011 – Associação Comunitária de Radiodifusão Cipoense, no município de Capão do Cipó – RS;

15 - Portaria nº 142, de 24 de maio de 2011 – Associação de Radiodifusão Comunitária Camponesa, no município de São Pedro das Missões – RS;

16 - Portaria nº 147, de 24 de maio de 2011 – Associação Comunitária e Cultural de Santa Terezinha, no município de Santa Terezinha – SC;

17 - Portaria nº 149, de 24 de maio de 2011 – Associação da Rádio Comunitária "Life FM", no município de Adamantina – SP;

18 - Portaria nº 151, de 24 de maio de 2011 – Associação Comunitária Cultural de Salgadalia, no município de Conceição do Coité – BA;

19 - Portaria nº 165, de 6 de junho de 2011 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Social de Várzea Nova, no município de Santa Rita – PB;

20 - Portaria nº 166, de 6 de junho de 2011 – Associação Beneficente Recreativa e Cultural de Macururé, no município de Macururé – BA;

21 - Portaria nº 168, de 6 de junho de 2011 – ABCCI – Associação Beneficente da Comunidade Carente de Ibicaraí, no município de Ibicaraí – BA;

22 - Portaria nº 175, de 6 de junho de 2011 – ONG Cultural Goiabalense, no município de São José do Goiabal – MG;

23 - Portaria nº 183, de 6 de junho de 2011 – Associação Radiodifusão Comunitária Betel, no município de Soledade – RS;

24 - Portaria nº 193, de 6 de junho de 2011 – Organização Não Governamental Para o Bem da Comunidade do Povoado Coruripe da Cal, no município de Palmeira dos Índios – AL;

25 - Portaria nº 195, de 6 de junho de 2011 – Associação Arataquense de Radiodifusão Comunitária, no município de Arataca – BA;

26 - Portaria nº 196, de 6 de junho de 2011 – Associação Comunitária de Comunicação, no município de Piripá – BA;

27 - Portaria nº 198, de 6 de junho de 2011 – Associação Movimento Comunitário Rádio Comunitária 94,5 FM, no município de Santa Rita – PB;

28 - Portaria nº 200, de 6 de junho de 2011 – Associação Comunitária Amanhecer Beneficente, no município de Campos dos Goytacazes – RJ;

29 - Portaria nº 201, de 6 de junho de 2011 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Sangão, no município de Sangão – SC;

30 - Portaria nº 230, de 13 de junho de 2011 – Associação Pilarense de Radiodifusão Comunitária, no município de Pilar – AL;

31 - Portaria nº 232, de 13 de junho de 2011 – Associação Pró Cultura de Itapipoca – APROCI, no município de Itapipoca – CE;

32 - Portaria nº 264, de 8 de julho de 2011 – Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Cafezal do Sul, no município de Cafezal do Sul – PR;

33 - Portaria nº 265, de 8 de julho de 2011 – Associação de Radiodifusão Comunitária Rio Bom-ARDCRB, no município de Rio Bom – PR;

34 - Portaria nº 256, de 8 de julho de 2011 – Associação Comunitária da Rádio Líder FM, no município de Santa Cecília do Pavão – PR;

35 - Portaria nº 314, de 1º de agosto de 2011 – Associação Cultural de Difusão Comunitária de Nova Belém – ADNOBE, no município de Nova Belém – MG;

36 - Portaria nº 319, de 1º de agosto de 2011 – Associação Comunitária Coqueirense, no município de Coqueiros do Sul – RS;

37 - Portaria nº 321, de 1º de agosto de 2011 – Associação Beneficente Sócio Cultural da Cidade de Lagarto – Lagarto FM, no município de Lagarto – SE; e

38 - Portaria nº 399, de 12 de setembro de 2011 – Associação Comunitária de Comunicação Cultural Socorrense, no município de Socorro - SP.

Brasília, 23 de março de 2012.

EM nº. 360/2011 - MC

Brasília, 1º. de julho de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **Associação Comunitária do Povoado de Lucaia**, no Município de Planalto, Estado da Bahia, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o que dispõe *caput* do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.087093/2006 que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

PORTARIA Nº 134 DE 24 DE MAIO DE 2011.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.087093/2006, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à **Associação Comunitária do Povoado de Lucaia,** com sede na Rua Bela Vista, S/Nº - Distrito de Lucaia, Município de Planalto, Estado da Bahia, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 14º 45' 01"S e longitude em 40º 30' 23"W, utilizando a freqüência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA
Ministro de Estado das Comunicações

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 89, DE 2013

(nº 630/2012, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE VEREDA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vereda, Estado da Bahia.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 923 de 14 de outubro de 2010, que outorga autorização à Associação Beneficente de Vereda para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vereda, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 105, de 2012.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 489, de 13 de agosto de 2008 – Associação de Comunicação e Desenvolvimento Artístico e Cultural, no município de Faria Lemos – MG;

2 - Portaria nº 877, de 19 de dezembro de 2008 – Associação de Voluntários ao Desenvolvimento Sustentável do Bico do Papagaio – AVDESBIP, no município de Maurilândia do Tocantins – TO;

3 - Portaria nº 878, de 19 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura do Rio da Conceição, no município de Rio da Conceição – TO;

4 - Portaria nº 882, de 19 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Moradores de Dois Irmãos do Tocantins, no município de Dois Irmãos do Tocantins – TO;

5 - Portaria nº 700, de 29 de julho de 2010 – Associação Comunitária Rádio FM Espírito Santo, no município de Espírito Santo - RN;

6 - Portaria nº 701, de 29 de julho de 2010 – Associação Candiotense de Incentivo à Arte e à Cultura – ACIAC, no município de Candiota - RS;

7 - Portaria nº 704, de 29 de julho de 2010 – Associação Rádio Comunitária Esperança Viva Distrito do Assari – ASRCEV, no município de Barra dos Bugres – MT;

8 - Portaria nº 743, de 24 de agosto de 2010 – Associação Cultural Comunitária Morumbi, no município de São José dos Campos – SP;

9 - Portaria nº 747, de 24 de agosto de 2010 – Associação Beneficente Cultural Rusczak, no município de Rio Negrinho – SC;

10 - Portaria nº 748, de 24 de agosto de 2010 – Associação dos(as) Costureiros(as) do Município de Itabaianinha/SE – ASCOMITA, no município de Itabaianinha – SE;

11 - Portaria nº 749, de 24 de agosto de 2010 – Associação Artística e Cultural "Pró-Arte" de Nazaré – Tocantins, no município de Nazaré – TO;

12 - Portaria nº 764, de 24 de agosto de 2010 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural, Artístico e Social de Cerejeiras, no município de Cerejeiras – RO;

13 - Portaria nº 789, de 26 de agosto de 2010 – Associação Comunitária Serafinense de Comunicação – ACSEC, no município de Serafina Corrêa – RS;

14 - Portaria nº 790, de 26 de agosto de 2010 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Minas Novas, no município de Minas Novas – MG;

15 - Portaria nº 916, de 14 de outubro de 2010 – Associação Comunitária Rádio Líder de Abreu e Lima, no município de Abreu e Lima – PE;

16 - Portaria nº 920, de 14 de outubro de 2010 – Associação de Radiodifusão Comunitária, Desenvolvimento Social e Turístico de Pau D' arco, no município de Pau D' arco – TO;

17 - Portaria nº 922, de 14 de outubro de 2010 – Associação Comunitária Cultural Ambiental de Diamante do Sul, no município de Diamante do Sul – PR;

18 - Portaria nº 923, de 14 de outubro de 2010 – Associação Beneficente de Vereda, no município de Vereda – BA;

19 - Portaria nº 925, de 14 de outubro de 2010 – Associação Comunitária Aldeia Tinguatiba, no município de Antônio Cardoso – BA;

20 - Portaria nº 926, de 14 de outubro de 2010 – Associação Comunitária Portal do Benfica, no município de Fortaleza – CE;

21 - Portaria nº 927, de 14 de outubro de 2010 – Associação Cultural Comunitária de Radiodifusão de Cruz Machado, no município de Cruz Machado – PR;

22 - Portaria nº 928, de 14 de outubro de 2010 – Associação Comunitária Parque dos Pinhos – ASSCOMPP, no município de Cidreira – RS;

23 - Portaria nº 935, de 14 de outubro de 2010 – Associação Comunitária dos Moradores de Mituaçu, no município de Conde – PB;

24 - Portaria nº 937, de 14 de outubro de 2010 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Juranda, no município de Juranda – PR;

25 - Portaria nº 943, de 14 de outubro de 2010 – Associação Comunitária Amigos Pratense, no município de Nova Prata do Iguaçu – PR;

26 - Portaria nº 948, de 14 de outubro de 2010 – Associação Pró-Rádio Comunitária Cidadania FM, no município de Passo Fundo – RS;

27 - Portaria nº 1.043, de 8 de novembro de 2010 – Associação Fortaleza de São João, no município de Ipupiara – BA;

28 - Portaria nº 1.073, de 11 de novembro de 2010 – Associação Comunitária Bonjesuense de Radiodifusão – ACBR, no município de Bom Jesus da Penha – MG;

29 - Portaria nº 1.078, de 16 de novembro de 2010 – Associação Comunitária e Cultural Jacuípe FM, no município de São José do Jacuípe – BA;

30 - Portaria nº 1.089, de 16 de novembro de 2010 – Associação de Comunicação, Cultura e Desporto de Vila Nova do Piauí, no município de Vila Nova do Piauí – PI;

31 - Portaria nº 1.094, de 16 de novembro de 2010 – Associação Comunitária Lamarão em Ação – FM, no município de Lamarão – BA;

32 - Portaria nº 1.158, de 24 de novembro de 2010 – Associação Comunitária de Apoio a Cultura do Município de Conceição de Almeida, no município de Conceição de Almeida – BA;

33 - Portaria nº 1.167, de 24 de novembro de 2010 – Associação Cultural e Desenvolvimento Social de Miraguaí – ACODESMI, no município de Miraguaí – RS;

34 - Portaria nº 1.186, de 24 de novembro de 2010 – Clube dos Pais do Granja Verde, no município de Betim – MG;

35 - Portaria nº 1.226, de 30 de novembro de 2010 – Associação Comunitária de Radiodifusão da Mampituba, no município de Mampituba – RS;

36 - Portaria nº 1.231, de 30 de novembro de 2010 – Associação Comunitária Caseirense, no município de Caseiros – RS;

37 - Portaria nº 1.234, de 30 de novembro de 2010 – Associação de Radiodifusão Comunitária Lageadense – ARCOL, no município de Chapadão do Lageado – SC;

38 - Portaria nº 1.274, de 6 de dezembro de 2010 – Associação Cultural Vale do Sol, no município de Vale do Sol – RS;

39 - Portaria nº 1.374, de 22 de dezembro de 2010 – Associação Serra do Camará, no município de São Miguel – RN;

40 - Portaria nº 1.375, de 22 de dezembro de 2010 – Associação de Radiodifusão Barreto FM, no município de Bento Fernandes – RN; e

41 - Portaria nº 1.386, de 22 de dezembro de 2010 – Associação dos Amigos Bocainenses, no município de Bocaina de Minas – MG.

Brasília, 23 de março de 2012.

EM nº. 579/2011 - MC

Brasília, 2 de agosto de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a **Associação Beneficente de Vereda**, no Município de Vereda, Estado da Bahia, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.058406/2007, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

PORTARIA Nº 923 DE 14 DE OUTUBRO DE 2010.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art.9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº53000.058406/2007, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE VEREDA**, com sede na Rua Wilfredo da Rocha s/nº, Bairro São Pedro, no Município de Vereda, Estado da Bahia, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 17º 13'15''S e longitude em 40º 04'55''W, utilizando a freqüência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art.223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE
Ministro de Estado das Comunicações

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 90, DE 2013

(nº 669/2012, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DA RÁDIO COMUNITÁRIA SHALON FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria n° 775 de 20 de novembro de 2008, que outorga autorização à Associação da Rádio Comunitária Shalon FM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Art. 2° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 287, de 2012.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 775, de 20 de novembro de 2008 – Associação da Rádio Comunitária Shalon FM, no município de Goiânia – GO;

2 - Portaria nº 513, de 10 de junho de 2010 – ACAR – Associação Cultural dos Amigos Rochedenses, no município de Rochedo de Minas – MG;

3 - Portaria nº 526, de 14 de junho de 2010 – Associação Beneficente São Francisco de Assis de Medeiros-MG, no município de Medeiros – MG;

4 - Portaria nº 662, de 21 de julho de 2010 – Associação de Amigos da Radiodifusão Comunitária de Campina das Missões, no município de Campina das Missões – RS;

5 - Portaria nº 703, de 29 de julho de 2010 – Associação Rádio Comunitária Poço Cerrado, no município de Tangará – RN;

6 - Portaria nº 744, de 24 de agosto de 2010 – Sociedade Luiza Távora, no município de Potengi – CE;

7 - Portaria nº 751, de 24 de agosto de 2010 – Associação Assistencial e Cultural Baraunense, no município de Baraúna – RN;

8 - Portaria nº 752, de 24 de agosto de 2010 – Associação dos Filhos e Amigos de São Marcos, no município de Major Isidoro – AL;

9 - Portaria nº 754, de 24 de agosto de 2010 – Associação dos Nordestinos de Campos do Jordão e Região, no município de Campos do Jordão – SP;

10 - Portaria nº 787, de 26 de agosto de 2010 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Astorga, no município de Astorga – PR;

11 - Portaria nº 921, de 14 de outubro de 2010 – Associação de Radiodifusão Cultural e Ambiental de Heitorai, no município de Heitorai – GO;

12 - Portaria nº 931, de 14 de outubro de 2010 – Associação Comunitária Para o Desenvolvimento de Pindorama, no município de Pindorama – SP;

13 - Portaria nº 938, de 14 de outubro de 2010 – Associação Radiodifusão Cultural de Triunfo, no município de Triunfo – RS;

14 - Portaria nº 939, de 14 de outubro de 2010 – Associação Radiodifusão Comunitária Independência, no município de Tutóia – MA;

15 - Portaria nº 941, de 14 de outubro de 2010 – Associação Rádio Comunitária de Marataízes, no município de Marataízes – ES;

16 - Portaria nº 1.041, de 8 de novembro de 2010 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Piên, no município de Piên – PR;

17 - Portaria nº 1.048, de 8 de novembro de 2010 – Associação de Radiodifusão Domingos Martins, no município de Domingos Martins – ES;

18 - Portaria nº 1.050, de 8 de novembro de 2010 – Associação de Radiodifusão Comunitária da Região Quilombola de Formigueiro, no município de Formigueiro – RS;

19 - Portaria nº 1.055, de 8 de novembro de 2010 – Associação Latino Americana de Combate à Miséria e à Violência - Projeto Sol Para Todos - Organização Não Governamental, no município de Recife – PE;

20 - Portaria nº 1.083, de 16 de novembro de 2010 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura São Pedro, no município de Ubarana – SP;

21 - Portaria nº 1.092, de 16 de novembro de 2010 – Associação Comunitária Cultural e Esportiva de Doutor Ulysses – Paraná, no município de Doutor Ulysses – PR;

22 - Portaria nº 1.101, de 16 de novembro de 2010 – Associação Caibateense de Comunicação, Cultura e Cidadania, no município de Caibaté – RS;

23 - Portaria nº 1.168, de 24 de novembro de 2010 – Associação Comunitária Victorense de Comunicação, no município de Victor Graeff – RS;

24 - Portaria nº 1.169, de 24 de novembro de 2010 – Associação de Difusão Comunitária de Barão, no município de Barão – RS;

25 - Portaria nº 1.170, de 24 de novembro de 2010 – Sociedade Beneficente Glória In Excelsis, no município de Boa Vista do Cadeado – RS;

26 - Portaria nº 1.173, de 24 de novembro de 2010 – Associação Movimento Comunitário Canoas, no município de Paraibuna – SP;

27 - Portaria nº 1.179, de 24 de novembro de 2010 – Sociedade Civil Acauã, no município de Salvador – BA; e

28 - Portaria nº 1.279, de 6 de dezembro de 2010 – Associação Comunitária de Radiodifusão do Primeiro de Maio, no município de Belo Horizonte – MG.

Brasília, 25 de junho de 2012.

EM nº. 484/2011 - MC

Brasília, 13 de julho de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a **Associação da Rádio Comunitária Shalon FM**, no Município de Goiânia, Estado de Goiás, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53670.000152/99, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

PORTARIA Nº 775 DE 20 DE NOVEMBRO **DE 2008.**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53670.000.152/99 e do PARECER/MC/CONJUR/MGT/Nº 2477 - 1.08 / 2008, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à **Associação da Rádio Comunitária Shalon FM**, com sede na Rua das Aroeiras, Quadra 21, Lote 10 – Jardim das Aroeiras, no município de Goiânia, Estado de Goiás, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 16º39'46"S e longitude em 49º11'42"W, utilizando a freqüência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §-3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÉLIO COSTA

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Os **Projetos de Decreto Legislativo nºs 87 a 90, de 2013**, em conformidade com o inciso III do art. 91 do Regimento Interno, serão apreciados terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, "c", da Norma Interna.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) –Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

– **Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2012** (nº 1.804/2011, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO) e dá outras providências*;

– **Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 2012** (nº 4.365/2012, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que *altera as Leis nºs 8.691, de 28 de julho de 1993, 11.539, de 8 de novembro de 2007; cria cargos do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, da Carreira de Analista de Infraestrutura, de que trata a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, do Plano de Carreiras para a área de Ciência e Tecnologia, de que trata a Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, dos Planos de Carreiras e Cargos do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia e do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, dos cargos da Agência Nacional de Saúde Suplementar, de que trata a Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; e dá outras providências*; e

– **Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2013** (nº 2.207/2011, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que *dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Sul da Bahia – UFESBA, e dá outras providências*.

Aos projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2011** (nº 5.368/2009, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que *dispõe sobre a obrigação de os laboratórios farmacêuticos inserirem nos rótulos dos medicamentos alerta sobre a existência da lactose na composição de seus produtos*;

– **Projeto de Lei do Senado nº 428, de 2011**, do Senador Jorge Viana, que *dispõe sobre a obrigatoriedade de inscrição de frase de advertência sobre o corante tartrazina, nas embalagens dos alimentos que o contenham*;

– **Projeto de Lei do Senado nº 451, de 2011**, da Senadora Angela Portela, que *altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tornar obrigatória a adoção, pelo Sistema Único de Saúde, de protocolo que estabeleça padrões para a avaliação de riscos para o desenvolvimento psíquico das crianças*;

– **Projeto de Lei do Senado nº 508, de 2011**, do Senador Humberto Costa, que *acrescenta os arts. 242-A e 258-C na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar crime a venda de bebidas alcoólicas a menores de dezoito anos, e dá outras providências*; e

– **Projeto de Lei do Senado nº 90, de 2013**, do Senador Vital do Rêgo, que *altera o parágrafo único da Lei nº 11.372, de 2006, que regulamenta o § 1º do art. 130-A da Constituição Federal, para dispor sobre a forma de indicação dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público oriundos do Ministério Público e criar sua estrutura organizacional e funcional, e dá outras providências*.

Tendo sido apreciados terminativamente pelas Comissões competentes, os Projetos de Lei do Senado nºs 451 e 508, de 2011; e 90, de 2013, aprovados, vão à Câmara dos Deputados.

Com referência ao Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2011; e o Projeto de Lei do Senado nº 428, de 2011, rejeitados, vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência comunica o término do prazo estabelecido no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, em 28 de abril do corrente, para apresentação de projeto de decreto legislativo regulando as relações jurídicas decorrentes da **Medida Provisória nº 581, de 2012**, convertida no **Projeto de Lei de Conversão nº 32, de 2012**, e cujo prazo integral de vigência expirou em 28 de fevereiro de 2013.

Comunica, ainda, a extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria, nos termos do § 3º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência comunica o término do prazo estabelecido no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, em 28 de abril do corrente, para apresentação de projeto de decreto legislativo regulando as relações jurídicas decorrentes da **Medida Provisória nº 582, de 2012**, convertida no **Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2013**, e cujo prazo integral de vigência expirou em 28 de fevereiro de 2013.

Comunica, ainda, a extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria, nos termos do § 3º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 112, de 2013**, na origem, do Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, encaminhando o **Ofício nº 121, de 2013**, da Senadora Lídice da Mata, que solicita a reconstituição do **Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2012** – Complementar.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 112/2013-CDR/PRES

Brasília, 24 de abril de 2013

Assunto: Reconstituição do PLS 220/12.

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência a especial atenção para que sejam feitas, nos termos do art. 267 do Regimento Interno do Senado Federal, e em atendimento ao Ofício da Senadora Lídice da Mata, em anexo, todos os procedimentos necessários à reconstituição do Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2012-Complementar, que está no âmbito desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com carga para o Gabinete da referida Senadora, que é Relatora da Matéria.

Certo da compreensão de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Respeitosamente, – Senador **Antonio Carlos Valadares,** Presidente Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

Of. GSLMAT nº 121/2013

Brasília, 23 de abril de 2013

Exmº Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, solicito a V. Exª, com fulcro no art. 267 do Regimento Interno do Senado Federal, a reconstituição do processado do PLS nº 220, de 2012 – Complementar, devido ao seu extravio.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de elevada estima e consideração. – **Lídice da Mata,** Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – A matéria retorna à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, nos termos do § 3º do art. 267 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, ofício que será lido.

É lido o seguinte:

(*) Of. GP/BR/IL Nº 4/2013

Brasília, 26 de março de 2013

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que foi reinstalado no Congresso Nacional, em 20 do corrente, o Grupo Parlamentar Brasil – Israel. Na mesma oportunidade, foi eleita e empossada a nova Diretoria da qual Vossa Excelência como Presidente do Senado Federal, faz parte como Presidente de Honra, juntamente com o Presidente da Câmara dos Deputados.

Este Grupo Parlamentar foi criado pela Resolução nº 16/87, de 21-9-1987, da Câmara dos Deputados. O Projeto de Resolução nº 81/87, de autoria do então Deputado Adolfo Oliveira, do Rio de Janeiro, visava criar referido Grupo Parlamentar como serviço de cooperação interparlamentar e tinha por objetivo intensificar o relacionamento entre as Casas Legislativas do Brasil e do Estado de Israel. O Grupo é formado por 66 Deputados e 28 Senadores.

Encaminho, em anexo, para os devidos registros, cópia da Ata da Reunião de Reinstalação do Grupo Parlamentar Brasil – Israel, na 54ª Legislatura, a relação dos Parlamentares que o integram e a composição de sua Diretoria, onde tive a satisfação de ver meu nome escolhido por meus pares do Congresso Nacional para, no próximo biênio, presidir este importante Grupo Parlamentar.

Na certeza de que Vossa Excelência dará o necessário apoio às ações que serão desenvolvidas, em sintonia com a Representação Diplomática do Estado de Israel e, em especial, no relacionamento entre nossos Parlamentos, antecipo agradecimentos.

Respeitosamente, – Senador **Flexa Ribeiro**, Presidente do Grupo Parlamentar Brasil – Israel

(*) Os documentos a que se refere este ofício encontram-se publicados neste *Diário* (vide item 4.1).

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 151, DE 2013

Cria a Guia Única do Trabalho Doméstico (GTD), estabelece alíquotas para as contribuições referentes ao contrato de trabalho doméstico e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A contribuição previdenciária e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) decorrente do contrato de trabalho do empregado doméstico será recolhida em Guia Única do Trabalho Doméstico (GTD) observando-se as seguintes alíquotas:

a) contribuição previdenciária a cargo do empregado doméstico, em valor correspondente a cinco por cento do salário-de-contribuição;

b) contribuição previdenciária a cargo do empregador, em valor correspondente a cinco por cento do salário-de-contribuição;

c) contribuição social para o financiamento do benefício previsto no art. 57 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e de outros concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho, a cargo do empregador, no importe de um ponto percentual;

d) contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, em valor correspondente a um por cento do salário-de-contribuição;

Art. 2º Compete ao empregador efetuar o desconto referente à alínea *a* do art. 1º e promover o recolhimento conjunto das contribuições compreendidas na GTD, até o décimo quarto dia do mês seguinte ao mês de competência, na forma de regulamento.

Art. **3º** O empregador deverá manter as Guias Únicas do Trabalho Doméstico que utilizar, pelo prazo prescricional máximo referente às contribuições recolhidas.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor após decorridos noventa dias de sua publicação oficial.

Justificação

O presente projeto de lei é apresentado no intuito de simplificar e de reduzir os custos do contrato de trabalho doméstico.

Como todos sabemos, a Emenda à Constituição nº 72, de 2013, que regulamenta o trabalho doméstico é uma das medidas legislativas de maior destaque nesta Sessão Legislativa, pela sua dimensão simbólica e pelos notáveis efeitos sociais que gerou e gerará.

Ocorre que, em nosso entendimento, a despeito da justa e adequada extensão dos direitos dos empregados domésticos, temos de levar em conta, também as necessidades dos empregadores domésticos.

O trabalho doméstico se reveste, sem dúvida, de características especiais, decorrentes do fato de que é prestado por trabalhador no âmbito residencial do empregador em atividade sem caráter lucrativo.

Por esse motivo, o empregador doméstico se caracteriza por ser pessoa ou unidade familiar, que muitas vezes não possui conhecimento jurídico adequado para a prática das rotinas administrativas referentes à manutenção do contrato.

Refiro-me especificamente à necessidade de guias diferentes para os recolhimentos das contribuições previdenciárias e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. É injusto que, para conveniência do Estado e em detrimento do contribuinte, seja mantido esse modelo.

O exemplo do Simples já demonstra ser factível a adoção de guia única para o recolhimento de diversos impostos e contribuições, por esse motivo apresento o presente projeto, de recolhimento das contribuições referentes ao contrato de trabalho doméstico, por meio de um único documento, a Guia Única do Trabalho Doméstico (GTD).

Um único documento para facilitar de forma marcante, o mister do empregador doméstico, ao permitir que um único e simplificado documento seja utilizado para promover todos os recolhimentos incidentes.

Não nos parece que haja qualquer problema no tocante à operacionalização da medida, dado que o Simples já reúne número bem maior de impostos e contribuições, de natureza diversa, e permite seu recolhimento por meio de documento único.

Aproveitamos a ocasião para estabelecer valores distintos de recolhimento do trabalho doméstico, de forma a reduzir seu custo para o empregador e para o empregado. Essa redução, entendemos, será essencial para o aumento do grau de formalização do trabalho doméstico, combatendo esse que é o principal problema que o aflige.

Dadas suas evidentes qualidades e a sua necessidade, pedimos, a nossos pares seu apoio para sua aprovação.

Sala das Sessões, – Senador **Ruben Figueiró.**

LEGISLAÇÃO CITADA

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 72

Altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trAs Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Artigo único. O parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º .....

.....

Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VII, VIII, X, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXI, XXII, XXIV, XXVI, XXX, XXXI e XXXIII e, atendidas as condições estabelecidas em lei e observada a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, decorrentes da relação de trabalho e suas peculiaridades, os previstos nos incisos I, II, III, IX, XII, XXV e XXVIII, bem como a sua integração à previdência social." (NR)

Brasília, em 2 de abril de 2013.

Trabalhadores urbanos e rurais.

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991

Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

Art. 1º A Previdência Social, mediante contribuição, tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.

.....

.....

Art. 57. A aposentadoria especial será devida, uma vez cumprida a carência exigida nesta Lei, ao segurado que tiver trabalhado sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos, conforme dispuser a lei. (Redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995)

§ 1º A aposentadoria especial, observado o disposto no art. 33 desta Lei, consistirá numa renda mensal equivalente a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício. (Redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995)

§ 2º A data de início do benefício será fixada da mesma forma que a da aposentadoria por idade, conforme o disposto no art. 49.

.....

.....

(Às Comissões de Comissão de Assuntos Sociais; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 152, DE 2013

Acrescenta §§ 5º e 6º ao art. 55 e § 9º ao art. 57 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a contagem do período de defeso no âmbito da pesca como tempo de contribuição e definir regras para a concessão de aposentadoria especial para os pescadores e trabalhadores em atividades afins; e acrescenta o art. 4º-A e o inciso XVIII ao art. 19 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para instituir o salário-ambiental durante o período de defeso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescida das seguintes alterações:

"Art. 55. .....

.....

§ 5º O período de defeso na atividade pesqueira e afins, fixado por ato administrativo ou normativo da União, será considerado como tempo efetivo de contribuição para efeito de concessão de benefícios previdenciários e será descartado no cálculo do valor do salário-de– benefício.

§ 6º O Instituto Nacional do Seguro Social averbará como tempo de contribuição o período de defeso na atividade pesqueira e afins, fixado por ato administrativo ou normativo da União, mediante simples requerimento do segurado que comprove sua inscrição no Registro Geral da Pesca." (NR)

"Art. 57. .....

.....

§ 9º Os segurados vinculados a atividade pesqueira e afins, em face do disposto nos §§ 5º e 6º do art. 55 desta Lei, não se submetem às exigências contidas no § 3º deste artigo." (NR)

"Art. 58. .....

.....

§ 5º A concessão de aposentadoria especial para os segurados vinculados a atividade pesqueira e afins considerará como preponderante

a ação dos agentes naturais para o deferimento do benefício." (NR)

Art. 2º A Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º-A. O pescador e os trabalhadores em atividades afins fazem jus ao salário-ambiental no período de defeso, nos termos de resolução do CODEFAT.

Parágrafo único. O salário-ambiental é o substituto do seguro-desemprego quando a paralisação ou suspensão das atividades profissionais decorrer de expressa disposição legal ou de ato administrativo ou regulamentar expedido pelo Poder Executivo da União."

"Art. 19. .....

.....

XVIII – definir o cronograma de pagamento do salário-ambiental ao pescador e aos trabalhadores em atividades afins, durante o período de defeso no valor do piso salarial da categoria; ou no valor do piso regional ou do salário mínimo, garantido o maior valor." (NR)

Art. 3º Não será excluído do Registro Geral da Pesca o segurado que no período de defeso exercer outra atividade profissional.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente proposição pretende adequar a legislação previdenciária às normas de proteção ao meio ambiente. Como todos sabemos, anualmente, são fixados períodos de defeso com o objetivo de proteger a fauna marinha, fluvial e lacustre, da pesca predatória.

A fiscalização dos órgãos ambientais tem sido cada vez mais rigorosa e os pescadores, regularmente inscritos no Registro Geral da Pesca, ficam proibidos de trabalhar durante esse período.

Ora, tal proibição é de ordem pública, motivada por decisão governamental, com base na legislação de proteção ao meio ambiente. Ocorre que, além de perderem sua renda, os pescadores não fazem jus a esse período de serviço para efeitos previdenciários.

Não bastasse isso, caso resolvam, nesse período, exercerem outra atividade profissional, em que possam ser enquadrados como segurados obrigatórios do Regime Geral da Previdência Social – RGPS, são excluídos do Registro Geral da Pesca.

Trata-se, portanto, de situação excepcional, onde se pretende a preservação da profissão de Pescador além de assegurar-lhes a contagem de tempo de contribuição durante o período de defeso de tal forma que não percam a condição de segurados do RGPS e não necessitem trabalhar mais que 35 anos para repor o tempo perdido com a época de defeso.

Também alteramos a Lei nº 8.213, de 1991, para dispor sobre a aposentadoria especial devida ao Pescador e afins em face das peculiaridades de sua atividade profissional, estabelecendo e ajustando os critérios legais que devem preponderar nesta situação.

Na nossa proposta, no período do defeso, o pescador receberá o salário-ambiental, no valor do piso salarial da categoria, do piso regional ou do salário mínimo, o que for maior. Este salário dará oportunidade ao trabalhador da pesca a ingressar em cursos de qualificação profissional ministrado pelo Ministério da Pesca, Ministério do Trabalho e Emprego e/ou através de convênios com os Sindicatos do ramo de atividade.

Ao meu sentir, Senhoras e Senhores Senadores (as), as medidas propostas são de inteira justiça e se harmonizam às necessidades do ser humano, com a preservação tão desejada do meio ambiente. Por estas razões, esperamos o apoio de nossos Pares pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, – Senador **Paulo Paim.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991

Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

O Presidente da República**, f**aço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

Seção V

Dos Benefícios

Subseção III

Da Aposentadoria por Tempo de Serviço

Art. 55. O tempo de serviço será comprovado na forma estabelecida no Regulamento, compreendendo, além do correspondente às atividades de qualquer das categorias de segurados de que trata o art. 11 desta Lei, mesmo que anterior à perda da qualidade de segurado:

I – o tempo de serviço militar, inclusive o voluntário, e o previsto no § 1º do art. 143 da Constituição Federal, ainda que anterior à filiação ao Regime Geral de Previdência Social, desde que não tenha sido contado para inatividade remunerada nas Forças Armadas ou aposentadoria no serviço público;

II – o tempo intercalado em que esteve em gozo de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez;

III – o tempo de contribuição efetuada como segurado facultativo; (Redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995)

IV – o tempo de serviço referente ao exercício de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não tenha sido contado para efeito de aposentadoria por outro regime de previdência social; (Redação dada pela Lei nº 9.506, de 1997)

V – o tempo de contribuição efetuado por segurado depois de ter deixado de exercer atividade remunerada que o enquadrava no art. 11 desta Lei;

VI – o tempo de contribuição efetuado com base nos artigos 8º e 9º da Lei nº 8.162, de 8 de janeiro de 1991, pelo segurado definido no artigo 11, inciso I, alínea "g", desta Lei, sendo tais contribuições computadas para efeito de carência. (Incluído pela Lei nº 8.647, de 1993)

§ 1º A averbação de tempo de serviço durante o qual o exercício da atividade não determinava filiação obrigatória ao anterior Regime de Previdência Social Urbana só será admitida mediante o recolhimento das contribuições correspondentes, conforme dispuser o Regulamento, observado o disposto no § 2º. (Vide Lei nº 8.212, de 1991)

§ 2º O tempo de serviço do segurado trabalhador rural, anterior à data de início de vigência desta Lei, será computado independentemente do recolhimento das contribuições a ele correspondentes, exceto para efeito de carência, conforme dispuser o Regulamento.

§ 3º A comprovação do tempo de serviço para os efeitos desta Lei, inclusive mediante justificação administrativa ou judicial, conforme o disposto no art. 108, só produzirá efeito quando baseada em início de prova material, não sendo admitida prova exclusivamente testemunhal, salvo na ocorrência de motivo de força maior ou caso fortuito, conforme disposto no Regulamento.

§ 4º Não será computado como tempo de contribuição, para efeito de concessão do benefício de que trata esta subseção, o período em que o segurado contribuinte individual ou facultativo tiver contribuído na forma do § 2º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, salvo se tiver complementado as contribuições na forma do § 3º do mesmo artigo. (Incluído pela Lei Complementar nº 123, de 2006)

Subseção IV

Da Aposentadoria Especial

Art. 57. A aposentadoria especial será devida, uma vez cumprida a carência exigida nesta Lei, ao segurado que tiver trabalhado sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos, conforme dispuser a lei. (Redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995)

§ 1º A aposentadoria especial, observado o disposto no art. 33 desta Lei, consistirá numa renda mensal equivalente a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício. (Redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995)

§ 2º A data de início do benefício será fixada da mesma forma que a da aposentadoria por idade, conforme o disposto no art. 49.

§ 3º A concessão da aposentadoria especial dependerá de comprovação pelo segurado, perante o Instituto Nacional do Seguro Social–INSS, do tempo de trabalho permanente, não ocasional nem intermitente, em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante o período mínimo fixado. (Redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995)

§ 4º O segurado deverá comprovar, além do tempo de trabalho, exposição aos agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física, pelo período equivalente ao exigido para a concessão do benefício. (Redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995)

§ 5º O tempo de trabalho exercido sob condições especiais que sejam ou venham a ser consideradas prejudiciais à saúde ou à integridade física será somado, após a respectiva conversão ao tempo de trabalho exercido em atividade comum, segundo critérios estabelecidos pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, para efeito de concessão de qualquer benefício. (Incluído pela Lei nº 9.032, de 1995)

§ 6º O benefício previsto neste artigo será financiado com os recursos provenientes da contribuição de que trata o inciso II do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, cujas alíquotas serão acrescidas de doze, nove ou seis pontos percentuais, conforme a atividade exercida pelo segurado a serviço da empresa permita a concessão de aposentadoria especial após quinze, vinte ou vinte e cinco anos de contribuição, respectivamente. (Redação dada pela Lei nº 9.732, de 11.12.98) (Vide Lei nº 9.732, de 11.12.98)

§ 7º O acréscimo de que trata o parágrafo anterior incide exclusivamente sobre a remuneração do segurado sujeito às condições especiais referidas no **caput**. (Incluído pela Lei nº 9.732, de 11.12.98)

§ 8º Aplica-se o disposto no art. 46 ao segurado aposentado nos termos deste artigo que continuar no exercício de atividade ou operação que o sujeite aos agentes nocivos constantes da relação referida no art. 58 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 9.732, de 11.12.98)

Art. 58. A relação dos agentes nocivos químicos, físicos e biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física considerados para fins de concessão da aposentadoria especial de

que trata o artigo anterior será definida pelo Poder Executivo. (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 1997)

§ 1º A comprovação da efetiva exposição do segurado aos agentes nocivos será feita mediante formulário, na forma estabelecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, emitido pela empresa ou seu preposto, com base em laudo técnico de condições ambientais do trabalho expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho nos termos da legislação trabalhista. (Redação dada pela Lei nº 9.732, de 11.12.98)

§ 2º Do laudo técnico referido no parágrafo anterior deverão constar informação sobre a existência de tecnologia de proteção coletiva ou individual que diminua a intensidade do agente agressivo a limites de tolerância e recomendação sobre a sua adoção pelo estabelecimento respectivo. (Redação dada pela Lei nº 9.732, de 11.12.98)

§ 3º A empresa que não mantiver laudo técnico atualizado com referência aos agentes nocivos existentes no ambiente de trabalho de seus trabalhadores ou que emitir documento de comprovação de efetiva exposição em desacordo com o respectivo laudo estará sujeita à penalidade prevista no art. 133 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 9.528, de 1997)

§ 4º A empresa deverá elaborar e manter atualizado perfil profissiográfico abrangendo as atividades desenvolvidas pelo trabalhador e fornecer a este, quando da rescisão do contrato de trabalho, cópia autêntica desse documento.(Incluído pela Lei nº 9.528, de 1997)

.....

LEI Nº 7.998, DE 11 DE JANEIRO DE 1990

Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei regula o Programa do Seguro-Desemprego e o abono de que tratam o inciso II do art. 7º, o inciso IV do art. 201 e o art. 239, da Constituição Federal, bem como institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

.....

Do Programa de Seguro-Desemprego

Art. 4º O benefício do seguro-desemprego será concedido ao trabalhador desempregado, por um período máximo de 4 (quatro) meses, de forma contínua ou alternada, a cada período aquisitivo de 16 (dezesseis) meses, contados da data de dispensa que deu origem à primeira habilitação. (Vide Lei nº 8.900, de 1994).

Parágrafo único. O benefício do seguro-desemprego poderá ser retomado a cada novo período aquisitivo, satisfeitas as condições arroladas no art. 3º desta Lei, à exceção do seu inciso II.

Gestão

Art. 19. Compete ao Codefat gerir o FAT e deliberar sobre as seguintes matérias:

I – (Vetado).

II – aprovar e acompanhar a execução do Plano de Trabalho Anual do Programa do Seguro-Desemprego e do abono salarial e os respectivos orçamentos;

III – deliberar sobre a prestação de conta e os relatórios de execução orçamentária e financeira do FAT;

IV – elaborar a proposta orçamentária do FAT, bem como suas alterações;

V – propor o aperfeiçoamento da legislação relativa ao seguro-desemprego e ao abono salarial e regulamentar os dispositivos desta Lei no âmbito de sua competência;

VI – decidir sobre sua própria organização, elaborando seu regimento interno;

VII – analisar relatórios do agente aplicador quanto à forma, prazo e natureza dos investimentos realizados;

VIII – fiscalizar a administração do fundo, podendo solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;

IX – definir indexadores sucedâneos no caso de extinção ou alteração daqueles referidos nesta Lei;

X – baixar instruções necessárias à devolução de parcelas do benefício do seguro-desemprego, indevidamente recebidas;

XI – propor alteração das alíquotas referentes às contribuições a que alude o art. 239 da Constituição Federal, com vistas a assegurar a viabilidade econômico-financeira do FAT;

XII – (Vetado);

XIII – (Vetado);

XIV – fixar prazos para processamento e envio ao trabalhador da requisição do benefício do seguro-desemprego, em função das possibilidades técnicas existentes, estabelecendo-se como objetivo o prazo de 30 (trinta) dias;

XV – (Vetado);

XIV – (Vetado);

XVII – deliberar sobre outros assuntos de interesses do FAT.

Art. 19-A. O Codefat poderá priorizar projetos das entidades integrantes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) desde que: (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

I – o ente federado de vinculação da entidade que solicita o recurso possua o respectivo Plano de

Atendimento Socioeducativo aprovado; (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

II – as entidades governamentais e não governamentais integrantes do Sinase que solicitem recursos tenham se submetido à avaliação nacional do atendimento socioeducativo.

.....

(Às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 370, DE 2013

Solicita informações ao Ministro de Estado da Fazenda a respeito do impacto orçamentário-financeiro de isenção do Imposto de Importação –II incidente sobre os produtos classificados na TIPI sob código 8541.40 (dispositivos fotossensíveis e outros).

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Fazenda, as seguintes informações:

a) arrecadação de 2012 do Imposto de Importação – II, incidente sobre os produtos classificados na Tabela do Imposto Sobre Produtos Industrializados (TIPI) na subposição 8541.40. – "Dispositivos fotossensíveis semicondutores incluindo as células fotovoltaicas, mesmo montadas em módulos ou painéis, diodos emissores de luz";

b) estimativa do impacto orçamentário-financeiro nos exercício financeiro de 2012, em função de alterações propostas na minuta de projeto de lei em anexo.

Justificação

Diante da importância dos produtos fotovoltaicos para a utilização de energia limpa, é de interesse da sociedade a redução da carga tributária sobre os mesmos. Assim, tenho elaborado minuta de projeto de lei com tal intenção, que aguarda a estimativa do impacto orçamentário e financeiro para sua conclusão.

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), estabelece as normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, tratando da Renúncia de Receita no art. 14 e da Geração da Despesa nos arts. 15 e 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhada da estimativa do impacto orçamentário-financeiro.

A Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO-2013, determina no art. 90 que a estimativa do impacto orçamentário-financeiro deverá ser elaborada ou homologada por órgão competente da União e acompanhada da respectiva memória de cálculo.

O Ministério da Fazenda é o órgão apropriado para apresentar essas informações.

Sala das Sessões, – Senador **Ataídes Oliveira.**

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 371, DE 2013

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado n.º 122, de 2013, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que "Dispõe sobre a transferência direta de recursos aos beneficiários do Programa Bolsa Família para aquisição de material escolar", seja encaminhado à Comissão de Educação, Cultura e Esporte para que esta se pronuncie sobre o mesmo.

Sala das sessões em, 18 de abril de 2013. – Senador **Cyro Miranda.**

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Quero cumprimentar os colegas Senadores presentes – Senadora Ana Amélia, Senador Mário Couto, Senador Mozarildo Cavalcanti e Senador Paulo Paim –, cumprimentar todos os que nos acompanham através da TV e da Rádio Senado e dizer que é um prazer estarmos aqui, às 14 horas, começando mais uma semana de trabalho no Senado Federal.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu queria me inscrever pós-Ordem do Dia, se houver Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Pois não. Mesmo que não tenha, por conta de a pauta estar trancada por uma medida provisória, abrindo e encerrando a Ordem do Dia, V. Exª será inscrito como o primeiro orador logo após a Ordem do Dia.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Eu o agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – O primeiro orador inscrito é o meu querido colega, Senador Paulo Paim.

Eu queria, só aproveitando, Senador, enquanto V. Exª caminha até a tribuna, agradecer, da tribuna do Senado, à população de Cruzeiro do Sul, no Acre. O povo acreano, ontem, viveu um dia de autoestima elevada, pelo sucesso que os nossos bons cruzeirenses ou bons acreanos de Cruzeiro do Sul fizeram no Programa do Faustão, quando – vou inclusive fazer um pronunciamento daqui a pouco – ganharam a Dança da Galera e fizeram um trabalho extraordinário, misturando a nossa cultura indígena, a cultura da floresta com o talento da juventude e da população de Cruzeiro do Sul e fazendo uma oportunidade, que é nesse Programa da TV Globo, de mostrar a cultura acreana, o jeito de o acreano ser, especialmente daquela parte do Acre, no Juruá, em Cruzeiro do Sul.

Então, parabéns a todos!

Eu, como acreano de pai, mãe e avô, fiquei muito orgulhoso e já, já vou fazer um pronunciamento, como orador inscrito, por conta do sucesso que o Acre fez, graças à população de Cruzeiro do Sul, na tarde do domingo de ontem.

Como a palavra V. Exª, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Jorge Viana, uso a palavra, nesta segunda-feira, para falar sobre o dia 1º de maio, que será na quarta-feira. Nós não estaremos aqui, porque é feriado, então, falo hoje sobre o dia 1º de maio, o Dia do Trabalhador, e sobre os 70 anos da CLT, nossa Consolidação das Leis do Trabalho.

Começo citando uma frase que está escrita na obra *Germinal*, de Émile Zola, que descreve as condições de vida subumanas de uma comunidade de trabalhadores de uma mina de carvão na França. Ele diz: "A alegria de viver desaparece quando não há mais esperança".

Sr. Presidente, o Dia do Trabalhador é uma data que remete, diretamente, à luta por melhores condições de vida e de trabalho e à resistência contra qualquer tipo de injustiça.

Esse embate e essa trincheira ajudaram a dar forma e a moldar, decisivamente, o mundo contemporâneo. Não há conquista social relevante que não tenha, em sua origem, uma participação importante dos movimentos dos trabalhadores.

Da mesma forma, mudanças no mundo do trabalho refletem-se, ampla e imediatamente, no ambiente social. Fatores como nível de emprego e de desemprego, salário e tempo dedicado ao trabalho são variáveis decisivas para entendermos e avaliarmos uma sociedade, mas também para intervirmos e transformarmos a vida social. Daí a importância das políticas públicas voltadas para o trabalho e para os trabalhadores.

Podemos lembrar que a crise que hoje assola a Europa teve repercussão negativa lá – todas as incursões erradas no campo da economia –, o que, no Brasil, não aconteceu devido à força de trabalho do nosso povo, à valorização do salário mínimo e à própria distribuição de renda, que sustentou o enfrentamento com a crise.

Sr. Presidente, o Brasil tem passado por mudanças importantes: a volta da democracia nos anos 80, a estabilidade econômica, avanços sociais, aumentos salariais consideráveis, a própria valorização do salário mínimo, com uma política duradoura e de longo prazo, saindo de US$60, há 11 anos, e hoje chegando a US$363.

A manter-se essa política, até 2023, teremos um salário mínimo em torno de US$1 mil.

Entre 2001 e 2011 e principalmente a partir da metade da década, a taxa de desemprego caiu regularmente no Brasil até atingir, em dezembro de 2012, a menor taxa da série histórica iniciada em março de 2002, que foi 4,6%, enquanto que, na Europa, o desemprego chega hoje a 26%.

Mesmo a forte crise financeira mundial, que afetou o mundo inteiro em 2008 e 2009, não foi felizmente suficiente para reverter essa tendência. Se o índice de desemprego, em 2009, cresceu 1,3 ponto percentual, já em 2011 caiu 1,8 ponto.

A composição do mercado de trabalho também teve variações significativas ao longo do período de 2001 a 2011.

Em 2001, Sr. Presidente, os trabalhadores com 11 anos ou mais de escolaridade constituíam 30% do total de ocupados. Em 2011, a proporção aumentou para 50%. Ao mesmo tempo, caiu a participação do grupo de trabalhadores com baixa escolaridade: de 25% dos ocupados em 2001 para 15% em 2011. Isso reflete não só a queda de participação das pessoas menos escolarizadas, mas também – aí, sim, um fato positivo – a entrada maior no mercado de trabalho de jovens com maior escolaridade, uma evolução positiva na educação no nosso País.

Outra variável, o grau de informalidade entre os ocupados apresentou queda contínua e longa, a

mais longa de toda a década passada, que também é positivo. Em 2001, a informalidade atingiu 55,1% dos trabalhadores; agora, em 2011, baixou 45%.

Sr. Presidente, temos também que avançar. Olhando mais de perto, vemos diferenças importantes nesse crescimento do rendimento dos trabalhadores, o que significa, sem sombra de dúvida, avanços, como eu dizia.

Um dado importante é que a taxa de crescimento do rendimento entre as mulheres de 2001 a 2011 foi de 27,5%, superior à taxa de crescimento entre os homens, que foi de 19,1%.

Como no período também aumentou a participação feminina no total de ocupados, isso mostra uma melhora significativa da inserção das mulheres no mercado de trabalho. Também cresceu proporcionalmente mais o rendimento dos negros em comparação com os trabalhadores não negros, e aí avançamos também na valorização dos mais jovens em comparação com os mais velhos.

Tudo isso contribuiu para uma redução acentuada do grau de desigualdade de rendimento no mercado de trabalho do nosso País, como comprova a evolução do coeficiente de Gini para o rendimento do trabalho principal: de 0,552, em 2001, para 0,485, em 2011.

Com relação às mulheres, lembro que a Comissão de Direitos Humanos aprovou projeto do Deputado Marçal Filho, que contou com a nossa relatoria, que prevê multa para aquelas empresas que pagarem, para as mulheres, salário menor do que pagam para os homens, quando ambos realizam a mesma atividade. Atualmente, o projeto está na CCJ, com relatoria da Senadora Ana Rita.

Espero que o parecer seja favorável, como tenho certeza de que será, porque conheço a Senadora Ana Rita, Presidente da Comissão de Direitos Humanos. País justo, País sem miséria é país também onde não há desigualdade em tratamento salarial de todas as formas para os homens e para as mulheres.

Sr. Presidente, esse breve mapa da situação do trabalho, no Brasil, traz, sem dúvida nenhuma, boas notícias, mas o fato é que ainda precisamos lutar contra problemas importantes e injustiças graves que afetam as condições de trabalho no País. Repito: um País sem miséria não admite discriminação de sua gente, por nenhum motivo, mas podíamos lembrar aqui, por gênero, por raça, por cor, por religião ou por orientação sexual

Temos, ainda, um longo caminho a percorrer. Sempre digo que o rufar dos tambores tem que estar diariamente nas ruas, nas praças, nos campos, nas florestas, nas canhadas, nas montanhas e nos rios. Pois só assim é que os poderes constituídos ficam sabendo que a nossa gente tem voz e a batida do tambor é uma forma de reclamar e de cobrar.

O Brasil necessita da redução de jornada de trabalho, das atuais 44 horas para 40 horas semanais – projeto de minha autoria com o Senador Inácio Arruda, que se encontra ainda na Câmara dos Deputados; que lá apresentamos quando éramos deputados. Seria um extraordinário avanço essa aprovação, que geraria mais de três milhões de novos empregos.

O Brasil aguarda, ansiosamente, também, o fim do fator previdenciário, considerado por todos o maior inimigo dos trabalhadores. Essa fórmula rouba – rouba, sim, é um roubo –, na hora da aposentadoria, tira 50% do salário da mulher e 45% do salário do homem celetista.

Felizmente o Senado já cumpriu sua parte. O Senado aprovou, ainda em 2008, essa proposta que aqui apresentei, por unanimidade: o fim do fator previdenciário.

Sr. Presidente, infelizmente o projeto está parado há cinco anos na Câmara, na mão dos Deputados Federais.

O Senado também aprovou em 2008, na mesma noite, no mesmo dia, eu diria, dois outros projetos que apresentamos, que vão ao encontro das lutas de milhões de aposentados: o que recompõe o valor das aposentadorias e pensões e o que reajusta as aposentadorias e pensões pelo mesmo percentual dado ao salário mínimo, ou seja, inflação mais PIB ou pelo crescimento da massa salarial.

Esses dois projetos, também por nós apresentados e aprovados, estão onde? Lá na Câmara dos Deputados, à espera de votação por parte daqueles Parlamentares.

Senhoras e senhores, aposentado também é trabalhador – por isso é que lembro a homenagem que eu faço no dia 1º de maio. Engana-se quem pensa o contrário. São homens e mulheres de cabelos brancos que deram a sua vida para a construção deste País.

Nós, aqui, aprovamos também a desaposentadoria. A desaposentadoria nada mais é do que um grito de justiça a respeito de quem pagou contribuições da Previdência antes e depois de se aposentar e voltou a trabalhar.

O cidadão se aposentou, voltou ao trabalho, voltou a contribuir. O que ele está pedindo é que somente deem a ele, via cálculos atuariais e pela legislação vigente, um benefício de acordo com o número de anos que ele contribuiu para a Previdência, ou seja, o custo para o Governo é zero, porque ele só vai receber sobre aquilo que ele pagou.

Sr. Presidente, o Tribunal de Contas da União já reconhece a desaposentadoria para todos.

Também o Poder Judiciário reconheceu já esse direito, e agora está no Supremo Tribunal Federal, com posição favorável por parte do Relator, o Ministro Celso de Melo.

Quero dizer, Sr. Presidente, também neste dia que não posso me esquecer da importância dos motoristas no nosso País. Estamos debatendo o Estatuto do Motorista. A ideia é levar direitos e benefícios à profissão de todos aqueles que têm seu sustento ao volante de caminhões, ônibus, vans, motos, táxi.

Entre esses direitos e benefícios que constam no projeto estão a aposentadoria especial por 25 anos de serviço e o limite para o tempo de direção.

Não tenho dúvidas de que o Estatuto do Motorista, que apresentei há três anos, vai diminuir o conflito entre empregados e empregadores e, com isso, todos ganham. O Estatuto ajudará também na melhoria da vida dos motoristas, dos seus familiares, dos trabalhadores que rodam por este País.

Já realizamos inúmeras audiências públicas. Vamos realizar outras, se necessário, para melhorar a vida de milhões de profissionais, para que, com sua aprovação e sanção da Presidenta, garanta-se a eles, por exemplo, a aposentadoria especial.

Sr. Presidente, dados rápidos exemplificam a importância da aprovação do Estatuto do Motorista: mais de um terço da categoria roda mais de 13 horas por dia; quase 80% sente o peso do sono ao volante; e 64% reconhecem colegas que se drogam para dirigir. O resultado desse quadro são quase quatro mil mortes por ano nas rodovias federais, envolvendo caminhões e ônibus.

Sr. Presidente, neste 1º de maio, nós marcamos também a data dos 70 anos da CLT, CLT criada por Getúlio Vargas, através do decreto assinado em 1º de maio de 1943.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Os direitos assegurados nessa legislação são importantíssimos: Carteira de Trabalho e Previdência Social, vale-transporte, férias, adicional noturno, salário mínimo, licença-paternidade, 13º, FGTS, PIS, entre outros.

Essas conquistas, Senador Mozarildo, do PTB, trabalhistas – e vou permitir, em seguida, um aparte a V. Exª, com a tolerância do nosso Presidente, já que estamos numa segunda-feira –, não foram alcançadas de graça. Foram forjadas a duras penas, em uma luta de anos e anos do nosso povo.

Aqui lembramos, com muito orgulho, que foi na era de Getúlio Vargas que a CLT foi construída. Foi, e continua sendo, uma questão de justiça. Por isso, devemos estar atentos, redobrando a nossa vigilância. Eu não posso deixar de comentar que mais se avizinha um processo que pode flexibilizar a CLT e os artigos que tratam dos direitos sociais, com o que nós não concordamos.

Tramitam na Câmara vários projetos, Sr. Presidente, nesse sentido, (*Fora do microfone.*) como o PL nº 951, o nº 4.330; um trata do Simples Trabalhista, o outro trata da terceirização, o outro cria um novo código do trabalho, um outro cria o contrato por hora, depois, o outro, do trabalho eventual.

Quero dizer que a Anamatra disse, em certo momento, numa audiência pública: "São um grande retrocesso no Direito do Trabalho do Brasil e uma afronta à Constituição esses projetos que estão na Câmara".

Sabemos também que está em gestação uma proposta que cria, como eu diria, o salário eventual e por hora de trabalho. Alertamos a todos que a declaração de um Ministro do Tribunal Superior do Trabalho também nos preocupou muito quando ele disse que é preciso flexibilizar os direitos dos trabalhadores.

Sr. Presidente, eu estou simplificando aqui o meu pronunciamento, estou passando folhas e folhas, que vão na mesma linha. Temos que saudar...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Senador, acho que V. Exª, com todo o respeito a todos os colegas, tem uma vida dedicada à causa dos trabalhadores. Nós estamos, de fato, na semana de 1º de maio. Tudo bem V. Exª pular algumas partes de seu discurso, mas é mais do que justo ouvirmos aqui a fala de V. Exª inaugurando a sessão de hoje, a semana dos nossos trabalhos, trazendo tema que tem que estar presente. Se, no Brasil hoje, estamos vivendo o pleno emprego, o maior desafio do mundo é emprego. Então, pode ficar certo de que a tolerância será a necessária para que o tema receba o respeito, e nós possamos ouvir V. Exª sobre o Dia do Trabalho.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senador Jorge Viana.

O Sr. Mário Couto (Bloco/PSDB – PA. *Fora do microfone.*) – Merecidamente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senador Mário Couto.

Eu vou tentar chegar ao final, pois quero muito receber um aparte do Senador Mozarildo.

No que se refere à eliminação do trabalho precário no Brasil, não podemos deixar de mencionar, nesta ocasião, a importante decisão desta Casa quando aprovávamos a PEC da doméstica. Chega a ser espantoso que foi apenas agora que se reconheceu o trabalhado doméstico. Foi um dia histórico, que jamais esqueceremos. Temos de saudar o fim dessa situação de discriminação e desigualdade totalmente injustificada. Cumprimento, neste momento, tanto a Câmara

quanto o Senado. Poderemos dizer, com o passar dos anos, que nós estávamos lá, nós participamos daquele momento tão importante da vida nacional.

O Brasil, Sr. Presidente, não pode virar as costas para a situação também do trabalho escravo.

Recebi um exemplar, recentemente, da primeira edição da revista *Labor,* do Ministério Público do Trabalho. Na capa consta a chamada: "Trabalho escravo, um problema do Brasil contemporâneo". É uma publicação que reúne histórias de homens e mulheres, de norte a sul do País, que sofrem ou sofreram desrespeito aos seus direitos fundamentais no ambiente de trabalho e o enfrentamento a essa realidade realizado pelos procuradores do trabalho.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – A revista, Sr. Presidente, traça, por exemplo, um perfil do trabalho escravo contemporâneo e conta como o Ministério do Trabalho resgatou já milhares de trabalhadores de oficinas têxteis, de fazendas no interior do País, de frigoríficos e assim por diante.

Mediante a leitura, podemos ver que os trabalhadores escravos são, em sua maioria: migrantes, analfabetos, clandestinos, pessoas com deficiência, doentes, alcoolistas e pessoas que nunca tiveram sequer um documento.

Segundo o Ministério do Trabalho, 85% dos resgatados começaram a trabalhar com menos de 12 anos de idade e normalmente são analfabetos ou possuem somente até dois anos de estudo.

Parece mentira, mas, em pleno século XXI, segundo dados da Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo, do Ministério do Trabalho e Emprego, mais de 43 mil trabalhadores foram resgatados, entre 1995 e 2012, em 3.353 estabelecimentos inspecionados durante as operações de fiscalização para erradicação do trabalho escravo moderno.

O trabalho forçado, a servidão por dívida, a jornada exaustiva ou o trabalho degradante, apesar de serem crimes tipificados, no art. 149 do Código Penal, ainda são uma realidade no campo e nas cidades brasileiras. Temos, com isso, que aprovar a PEC nº 57, de 1999, sobre o combate ao trabalho escravo, de autoria do ex-Senador Ademir Andrade, que determina a expropriação de terra ou de prédio urbano, ou seja, quem mantiver sob sua jurisdição, sob seu espaço, seja no campo ou na cidade, onde ele é proprietário, trabalhador sob regime de escravidão vai perder a propriedade! – atualmente, a PEC está na CCJ, sob a relatoria do nobre Senador Aloysio Nunes.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, ao mesmo tempo em que temos de nos esforçar para eliminar essa situação, que mais lembra o século XIX do que o século XXI, temos de olhar para adiante, considerando o impacto nas relações laborais e nas condições de trabalho das grandes transformações econômicas e tecnológicas associadas com a globalização. Entre um passado que insiste em querer se prolongar no presente e um futuro cheio de novos desafios é que o Brasil tem de equacionar os problemas que surgem no domínio das relações de trabalho, melhorando as condições de vida e trabalho de toda nossa gente.

Sr. Presidente, terminando, acredito que estamos caminhando bem, no sentido de construir o Brasil que queremos – claro que, aqui, teci elogios, fiz crítica a algumas situações, mas reconheço que estamos avançando. Fizemos muito, mas temos muito o que fazer! Acredito que, se fizermos isso com fé e boa vontade, estruturados em bases sólidas, como a justiça social, a igualdade de oportunidade, o respeito à dignidade, o respeito aos direitos humanos, certamente pousaremos nossos olhos sobre o justo tratamento que o trabalhador merece. Certamente descansaremos nossas consciências, cientes de que o esforço diário dos trabalhadores está, realmente, sendo reconhecido e que nossas homenagens estão sendo sentidas, não somente no discurso, não somente na palavra e mesmo aqui na tribuna, mas, sim, no mundo real de cada homem, de cada mulher que trabalha, de cada desempregado ou aposentado neste País.

O trabalhador poderá pagar suas contas, usufruir da casa própria, desfrutar de um jantar saudável, planejar um fim de semana, com lazer, com direito ao cinema, com acesso à luz, à água e ao saneamento básico. O trabalhador vai poder pensar que ele e seus filhos têm o direito de ir a um parque de diversão ou a qualquer outra opção de lazer, descansar tranquilo, sabendo que tem acesso à saúde, à educação, à segurança e que pode alcançar um próspero futuro para os filhos.

Com certeza, esse dia há de chegar! Por que há de chegar?

Porque os nossos trabalhadores merecem, porque eles são gente de fibra, gente que luta e enfrenta as dificuldades de cabeça erguida.

O Brasil é feito de gente que não se entrega, que cumpre suas obrigações e não foge à luta!!!

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não foge a um bom combate.

E é por isso, Sr. Presidente, que eu convoco a todos a acolher a sua gente, a olhar nos olhos dos seus trabalhadores, a encarar as dificuldades que eles expressam, a encarar o grito de quem se sente injustiçado, o cansaço de quem se sente desanimado, a tristeza de quem se sente vencido, a profunda dor de quem se sente abandonado!

Vamos honrar os nossos trabalhadores e trabalhadoras, porque, sem eles, não existe Brasil. O Brasil é feito por eles e com eles. Eles é que fazem com que este país seja, abra aspas, "O BRASIL"!

Enfim, Sr. Presidente, termino aqui minhas palavras, lembrando a importância do dia 1º de Maio, Dia do Trabalhador, reiterando, mais uma vez, nosso empenho e nossa dedicação à causa do trabalho e dos trabalhadores no Brasil.

A todos os trabalhadores brasileiros e a todas as trabalhadoras brasileiras e do mundo meu abraço fraternal e meus sinceros agradecimentos por tudo o que fazem pela grandeza desta Pátria.

E aqui, mais uma vez, eu cito Émile Zola, que disse: "A alegria de viver desaparece quando não há mais esperança".

Para nós, há esperança. Fizemos muito, mas, com certeza, faremos muito mais, por toda a nossa gente.

Sr. Presidente, naqueles dois minutos ali indicados, se o Senador Mozarildo Cavalcanti puder fazer um aparte, eu agradeceria muito.

Eu encerrei definitivamente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Com certeza, porque aí eu chamaria o próximo orador, mas é justo..

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Senador Paulo Paim, peço a palavra apenas para cumprimentá-lo pelo brilhante pronunciamento feito. Quero dizer, como disse o Presidente Senador Jorge Viana e o Senador Mário Couto, que V. Exª é um ícone na batalha em favor dos direitos dos trabalhadores nesta Casa. E V. Exª...

(Soa a campainha.)

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – ... fez uma menção que considero uma justiça à história do trabalhador: a realidade do trabalhador começou a mudar com Getúlio Vargas, com a CLT. E temos de pensar, como disse V. Exª, não só no trabalhador que está na ativa, mas principalmente no trabalhador que está aposentado e que já deu a sua vida toda em benefício do trabalho em favor da Nação. Parabéns a V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Se V. Exª permitir, eu diria apenas: Getúlio Vargas, Pasqualini e eu tinha e tenho um carinho por Leonel Brizola.

Sr. Presidente, eu agradeço muito a V. Exª. O Senador Mozarildo Cavalcanti fez um belo aparte. Não usou os dois minutos, mas eu já usei mais do que vinte minutos.

Agradeço muito a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Cumprimento V. Exª, Senador Paulo Paim, pelo pronunciamento.

Foi bom ter recebido apoio do Plenário, por conta do tema que V. Exª estava tratando, abrindo, da melhor maneira, a semana em que celebramos o dia 1º de Maio, o Dia do Trabalhadores e das Trabalhadoras.

Com a palavra, o Senador Luiz Henrique, como orador inscrito.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Jorge Viana, 1º Vice-Presidente desta Casa; Srªs e Srs. Senadores, é importante quando um homem público realiza uma obra física, quando pavimenta uma estrada, quando constrói uma escola, um posto de saúde, um hospital, uma universidade. Mas o que marca efetivamente a presença do homem público é fazer nascer uma instituição, é criar um sistema, é criar um processo. É criar algo de caráter intangível que se torna tangível ao longo dos tempos.

Os homens que são capazes de criar novas instituições são aqueles que ficam para sempre na história. É o caso do gaúcho Luiz Fernando Cirne Lima, um dos estadistas mais respeitados da história do nosso País.

Cirne Lima é responsável pela criação do grupo de trabalho que resultou na criação da Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

Essa empresa está neste ano comemorando o seu 40º aniversário. É um 40º aniversário, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a ser comemorado com grande retumbância neste País, porque a Embrapa é a prova, a prova indiscutível de que se o País fizer o esforço na pesquisa científica e tecnológica, se o País priorizar a pesquisa, obterá resultados na área industrial, na área de serviços, na área da informação, nas demais áreas que não têm hoje a liderança, o protagonismo internacional que tem a agricultura e a pecuária brasileiras.

Não fora aquele gesto grandiloquente do estadista Cirne Lima, não teríamos Embrapa, não teríamos pesquisa agropecuária no nível que temos e não teríamos uma agricultura representando o que representa no Produto Interno brasileiro e nas exportações de grãos e de carne.

São hoje, Sr. Presidente, 9.506 empregados atomizados, disseminados por todo o País. São 2.355 pesquisadores, dentre os quais 2.061 doutores, que formam essa notável massa crítica capaz de realizar o milagre que houve no nosso País.

O Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, comandado pela Embrapa, produziu números fantásticos que colocaram o Brasil na liderança do processo da produção agropecuária.

> *No período entre 1976-2011, a área destinada a grãos e sementes oleaginosas aumentou 43,92%, enquanto a produção aumentou por volta de 249,56%, e os rendimentos [do País] aumentaram 2 vezes [4%] . [...]*
> *A produção de carne bovina, de carne suína e de carne de aves, aumentou de forma gradual de 4.270 mil toneladas métricas, em 1978 – aumentou de 4.270 mil toneladas métricas, em 1978 –, para 24 mil toneladas métricas, em 2011. [Significa dizer que aumentou seis vezes num período tão curto. Entre os anos de] [...] 1978 e 2011, a produção de carne de aves aumentou de 1.096 mil toneladas para 12.863 mil toneladas, [ou seja, aumentou] 12 vezes, a produção de carne suína aumentou de 1.060 mil toneladas para 3.362 mil toneladas, [ou seja, aumentou] três vezes; e a produção de carne bovina aumentou de 2.114 mil toneladas para 8.448 mil toneladas. [Ou seja, aumentou] quatro vezes.*
> *[Nesse mesmo] [...] período, entre 1978 e 2011, as taxas anuais de crescimento registradas para a carne bovina, carne de aves e carne suína foram, respectivamente, de 6,2%, 11,3% e 5,1%. [...] A produção de leite, aumentou extraordinariamente de 11,16 bilhões de litros, em 1980, para a 32,09 bilhões de litros em 2011.*
>
> *(Soa a campainha.)*

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – São números incontestáveis, que colocam a nossa Embrapa na condição de grande centro de irradiação do conhecimento na área agropecuária. Essa mesma *expertise* o Ministro Marco Antonio Raupp e o seu antecessor, o Ministro Aloizio Mercadante, querem levar para o setor industrial através da criação da Embrapi. Nada mais lógico do que fazer transbordar para outros setores da economia a experiência exitosa, fantasticamente exitosa, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

Faço aqui, Sr. Presidente, este registro para demonstrar que o Brasil, por obra da iniciativa pública e da iniciativa privada, tem que aumentar o seu esforço na pesquisa científica e tecnológica.

Mal saímos de pouco mais de 1% do PIB em pesquisa científica e tecnológica. No Brasil, no entanto, 70% dessa pesquisa é bancada pelo Governo, seja nas universidades, seja nos centros de excelência, seja nas empresas estatais, como a Petrobrás. O grande esforço pela inovação ainda se produz no setor público; o setor privado acorre apenas com um terço desse esforço.

É preciso que haja uma consciência nacional para que a sociedade se agregue a essa verdadeira necessidade urgente, inadiável, patriótica de dispor de pesquisadores, de instrumentos e de centros de pesquisa.

Comemorando os 40 anos da Embrapa, nós queremos deixar aqui, perante o Plenário desta Casa e perante a Nação, através daqueles que nos escutam e que nos veem pela TV Senado...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – ...pesquisar mais, aumentar a capacidade de inovação nacional é fundamental para que o Brasil seja competitivo em tudo como é competitivo na produção de alimentos, representando hoje uma das grandes forças mundiais nessa área. Pesquisar mais é preciso. Ontem, não já; ontem. Que, na próxima década, o Brasil reproduza o exemplo da Embrapa e, quando comemorarmos os seus 50 anos, estejamos comemorando outros jubileus.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Eu o cumprimento, Senador Luiz Henrique. Eu acho que V. Exª, como ex-Ministro da Ciência e Tecnologia, ex-governador, ex-prefeito, e uma pessoa comprometida com a agropecuária brasileira e com o meio ambiente, traz dados fundamentais para que melhor se compreenda e até se celebre: enquanto o mundo inteiro vive uma situação de dificuldade, o Brasil aumentou em 13% a produção de grãos no ano passado, em plena crise. Isso tudo decorre dos produtores, mas também da nossa Embrapa. Parabéns a V. Exª.

Com a palavra, Senador Cícero Lucena. (*Pausa.*)

Não está presente.

O próximo orador é o Senador Ruben Figueiró, que está aqui. Eu não tenho nenhuma comunicação inadiável. V. Exª, Senador Ruben Figueiró; em seguida, o Senador José Pimentel, Líder; Casildo Maldaner e, logo em seguida, eu. Já chegaremos aos colegas.

Com a palavra V. Exª, Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu pretendia dar um aparte ao eminente Senador Luiz Henrique, mas o faço agora para dizer a S. Exª que o seu discurso a respeito da Embrapa foi de uma profundidade tal que chamou minha atenção. Eu me associo integralmente à sua exposição.

Mato Grosso do Sul talvez tenha sido um dos Estados brasileiros que mais recebeu influxos positivos da Embrapa. Nós temos lá três unidades: uma unidade de gado de corte, em Campo Grande; uma unidade dedicada exclusivamente à agricultura, a Embrapa Oeste, em Dourados; e a Embrapa Pantanal, que cuida daquela imensa riqueza que o Brasil tem. Em todas essas unidades, há um trabalho extraordinário de pesquisa e melhoramento não só do gado de corte, não só das sementes, como da preservação do meio ambiente e da criação de condições de vida para o homem pantaneiro com a Embrapa Pantanal. E, aliás, esse é inclusive um dos motivos do meu pronunciamento hoje.

Quero dizer a V. Exª, ao associar-me ao seu discurso, que nós precisamos nos lembrar também de duas outras pessoas que foram muito importantes na implantação da Embrapa: os engenheiros Eliseu Alves e Alysson Paulinelli. Eu tenho absoluta certeza de que, no seu discurso, o senhor se lembrou mentalmente dessas pessoas. A eles também a nossa homenagem por esse extraordinário trabalho que, ao longo de 40 anos, a Embrapa tem feito em favor da economia rural do nosso País.

O Sr. Luiz Henrique (Bloco/PMDB – SC) – Se V. Exª me permite...

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Com o maior prazer.

O Sr. Luiz Henrique (Bloco/PMDB – SC) – São dois brasileiros de grande dimensão. A eles, evidentemente, cabe dividir esse laurel. O ex-Ministro Alysson Paulinelli teve um papel determinante nesse processo. Quando eu me referi ao Ministro Luiz Fernando Cirne Lima, quis englobar todos os protagonistas que, integrando ou não aquela comissão que ele criou, foram responsáveis pelo surgimento da Embrapa. Parabéns a V. Exª!

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Muito obrigado.

Eu sei que V. Exª, sem dúvida nenhuma, tem como reconhecida pela população brasileira a participação inolvidável desses três vultos da economia rural do nosso País.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores...

A Srª Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Senador...

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Com muita honra, Senadora Ana Amélia.

A Srª Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Eu sei que o tema que V. Exª vai tratar não deve estar diretamente vinculado à questão abordada pelo Senador Luiz Henrique, com muita propriedade, com muita justiça, nessa homenagem que fez aos 40 anos da Embrapa. Eu não gostaria de deixar passar este momento de renovar a importância e a relevância desta empresa, que é orgulho e patrimônio dos brasileiros em razão do protagonismo evidenciado pelos números que o Senador Luiz Henrique apresentou. Ele é do Estado de Santa Catarina, que hoje orgulha o Brasil também pelo esforço feito pelas autoridades do Governo, inclusive do nosso colega Luiz Henrique, na qualidade sanitária do rebanho catarinense. A Organização Internacional de Epizootias (OIE), com sede em Paris, reconhece, pela primeira vez, um território isolado, no País, como livre de aftosa sem vacinação há mais de uma década. Essa é uma conquista, e os catarinenses precisam ter o nosso reconhecimento pelo esforço que fizeram. Então, não é pouca coisa o esforço que Santa Catarina fez para conseguir essa condição privilegiada, fruto da dedicação. A Embrapa, nesse papel e nesse contexto, Senador Ruben Figueiró, teve... E V. Exª também é prova disso porque tem um filho que é embrapiano, como se fala, não é?

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Com muita honra.

A Srª Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – De fato, é sempre bom exaltarmos, como fez o Senador Luiz Henrique, como o senhor fez também, na segunda-feira passada, 22 de abril, em que realizamos aqui, neste plenário, sessão em homenagem aos 40 anos da Embrapa – e a Câmara, no dia seguinte, 23 –, na semana em que a empresa completou os 40 anos. O Senador Jorge Viana, que preside esta sessão, estava comandando também a sessão daquela manhã de segunda-feira. Foi um momento importante, porque vieram todos os representantes da Embrapa do País inteiro. E o pronunciamento do Senador Luiz Henrique completa o que V. Exª também reafirmou agora, no início do seu discurso. Eu queria apenas manifestar esta opinião, de novo reconhecendo o papel que a Embrapa tem para a economia brasileira, especialmente na produção agropecuária, para o pequeno agricultor, para a agricultura familiar, para o médio agricultor, para o grande agricultor. O Brasil precisa de todos para continuar no protagonismo que tem hoje no mundo. Muito obrigado, Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Senadora, eu me associo às suas palavras e as dirijo ao Senador Luiz Henrique, porque o seu Estado também constitui um exemplo em relação àquilo que se deve fazer de combate à aftosa.

Realmente, foi um trabalho extraordinário, que tenho quase certeza de que teve o estímulo de V. Exª, Senador Luiz Henrique, quando Governador do Estado de Santa Catarina.

O Sr. Luiz Henrique (Bloco/PMDB – SC. *Fora do microfone.*) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Com o maior prazer, como sempre.

O Sr. Luiz Henrique (Bloco/PMDB – SC) – Eu tive a honra, como Governador, de receber um diploma, em Paris, concedido pela Organização Mundial de Saúde Animal, declarando Santa Catarina um Estado livre de aftosa sem vacinação. Foi um momento marcante na minha presença à frente do governo estadual. Mas há em Santa Catarina uma atividade de pesquisa agropecuária e de extensão rural que data de 38 anos. A Acaresc e a Epagri são empresas públicas estaduais contemporâneas da Embrapa, uma extensão republicana da Embrapa, que fazem um papel combinado com a empresa. E a nossa pesquisa agropecuária catarinense foi responsável pela liderança do nosso Estado na produção de maçã, na produção de cebola, na vitivinicultura, que hoje produz vinhos de qualidade capazes de competir com os melhores da América do Sul. A Acaresc e a Epagri são responsáveis por esse trabalho. V. Exª refere-se ao seu Estado, que, além de ser um exemplo na produção de grãos, na produção pecuária, concorre para os números expressivos que acabei de citar.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Luiz Henrique.

Realmente, hoje concluímos, com chave de ouro, as comemorações do 40º aniversário da Embrapa. Na segunda-feira passada pela homenagem que a Senadora Ana Amélia prestou, tendo a iniciativa de se lembrar da Embrapa; e, hoje, com as palavras experientes de V. Exª, mostrando, de maneira tão clara, tão incisiva o quanto a Embrapa serviu ao seu Estado e está servindo ao País.

(Soa a campainha.)

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Sr. Presidente, peço a V. Exª tolerância de algum tempo, porque preciso adentrar o assunto que me traz a esta Casa neste momento.

Sr. Presidente, o PSDB de Mato Grosso do Sul realizou, no último sábado, dia 27, sua convenção regional para renovação estatutária do seu Diretório. Foi uma festa cívico-democrática onde mais uma vez os tucanos sul-mato-grossenses renovaram seus mais lídimos propósitos pela implantação das teses da social democracia, respeitados os postulados de um sistema de governo parlamentarista, eis que só nele impera a vontade do povo constantemente renovada.

Deixa a Presidência Regional o Deputado Federal Reinaldo Azambuja com as marcas de uma liderança corajosa, firme e que projetou o partido para as disputas decisivas de 2014. E, como seu sucessor, o Deputado Estadual...

(Interrupção do som.)

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – ...Márcio Monteiro, também jovem como o Deputado Reinaldo Azambuja. Márcio Monteiro tem o (*Fora do microfone.*) pulso firme de um líder tanto que lhe asseguram a condição de destemido timoneiro na condução do PSDB nos embates que se avizinham.

A essas duas lideranças e aos demais companheiros, tanto da Comissão Executiva como membros do Diretório Regional, a minha solidariedade e confiança no tino do comando partidário. Também quero expressar o quanto me tocou o coração ser considerado o Presidente de Honra do partido em meu Estado.

Mas, Sr. Presidente, a minha presença nesta tribuna é também para, especificamente, abordar um assunto que não tem só importância para o meu Estado, transcende as fronteiras dele, ganhando dimensão nacional, eis que se trata da preservação de uma das relíquias mais importantes da nossa ecologia.

Falarei, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, sobre os danos ambientais que ocorrem em uma das mais importantes bacias hidrográficas da imensidão do Pantanal mato-grossense. Dois terços de sua área encontram-se sobre o pálio do Estado de Mato Grosso do Sul, o meu berço.

Trata-se de uma questão que se discute há aproximadamente 30 anos. O transbordamento das águas do Rio Taquari, corrente d'água que nasce no leste do Estado, quase na fronteira com o Estado de Goiás, recebe em seu leito as águas do seu importante tributário, o Rio Coxim, e desce os contrafortes da Serra de Maracaju para adentrar a região pantaneira.

Sobre esse assunto tenho ouvido as mais diferentes opiniões. O tema tem sido recorrente desde quando fui Deputado Federal e Constituinte e, depois, quando ocupei o cargo de Secretário Estadual de Agricultura e Pecuária do governo Marcelo Miranda, em Mato Grosso do Sul.

Na época, procurei locar recursos orçamentários federais para atender às demandas da região, como tive oportunidade de executar, pela Secretaria, o programa de microbacias...

(Soa a campainha.)

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – ... na região Planaltina de São Gabriel do Oeste, que recuperou 31 mil hectares de terras em processo de erosão que levavam detritos arenosos para os afluentes do Rio Taquari, a causa *mater*, no meu entendimento, do levantamento da lâmina aquática desse grande rio que adentra e irriga parte significativa do Pantanal sul-mato-grossense.

No curso do tempo, muito se falou, muito se propagou, muito se discutiu, mas nada de efetivo, por par-

te de autoridades, tanto federais, quanto estaduais e municipais, se fez no sentido de equacionar e resolver a questão do assoreamento do Rio Taquari. Deixaram a água correr...

O resultado aí está: um desastre ecológico monumental que hoje chamamos de "deserto aquático".

Na chamada região do Caronal, no Município de Corumbá, há os famosos "arrombados", locais onde a água sai do leito, extravasa pela planície e que atinge milhões de hectares que, no passado, apascentavam mais de 500 mil reses de bovinos.

Aqui gostaria de, porque me vem à memória, falar de uma proposta da subcomissão do interior da Câmara dos Deputados, da qual fui presidente, e que visitou a região nos meados da década de 1980 a convite do Sindicato Rural de Corumbá. A subcomissão levou ao Ministro da Integração da época, João Alves, a ideia de utilização de três dragas: duas da então autarquia da Portobras, e uma da então Superintendência da Bacia do Prata, para a dragagem, desde a foz do Rio Taquari, no local então denominado Ilha do Cavalo – hoje inexistente pela inundação –, e daí acima, o que permitiria o início da desobstrução que assoreava o rio. Apesar das promessas ministeriais, nada se efetivou.

No momento, a questão volta a ganhar corpo em face do impasse surgido entre produtores pantaneiros e uma colônia de pescadores com base na cidade de Coxim.

O conflito foi criado porque, de um lado, os produtores construíam barragens para impedir que suas terras fossem invadidas pelas águas, e os pescadores, por outro, derrubavam-nas para poder...

(Soa a campainha.)

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – ...ter acesso aos locais onde os peixes ficavam aprisionados, decorrente da formação de bacias aquíferas.

Sr. Presidente, mais alguns segundos para eu concluir o meu pronunciamento. Grato a V. Exª.

Criou-se uma luta entre os dois segmentos, que, posteriormente, foi agravada pelo fato de que, à esteira da atividade pesqueira, surgiram denúncias de que o tráfico internacional de drogas e o contrabando começaram a atuar na região.

Esse quadro conflitante chamou a atenção do Ministério Público Federal. Todo esse processo redundou em uma audiência pública realizada na sexta-feira, dia 05 de abril, para debater a questão das chamadas "bocas fechadas", que se tornavam ponto vital para o desenvolvimento das atividades pecuárias.

Finalmente, Srªs e Srs. Senadores, o Ministério Público Federal parece que começou a compreender o problema do Rio Taquari, deixando de lado alguns maniqueísmos que colocam os produtores da região como o lado mal da questão, enquanto os pescadores e as ONGs ambientais apareciam como o lado bonzinho do processo.

A Embrapa Pantanal realizou uma pesquisa profunda sobre o assunto e, recentemente, publicou um livro importantíssimo intitulado *Impactos Ambientais e Socioeconômicos na Bacia do Rio Taquari-Pantanal*, no qual discorre, tecnicamente, sobre as causas e consequências desse verdadeiro desastre ambiental, mostrando claramente que as medidas adotadas pelos produtores de fazer o barramento do rio é a maneira mais correta para preservar a região.

Mas atitudes equivocadas do mesmo Ministério Público Federal terminaram criminalizando, ao longo dos anos, os fazendeiros, impedindo-os de preservarem suas propriedades. Daí surgiram os chamados arrombados, produzindo um processo erosivo de proporções catastróficas.

Foi um erro provocado talvez pelo açodamento ideológico somado ao desconhecimento técnico do processo. Mas as consequências permanecem até hoje, empobrecendo não somente a região pantaneira, mas também todo nosso Estado.

Pelos estudos da Embrapa Pantanal, atualmente a área inundada permanente no cone aluvial do Rio Taquari atinge mais de 3 milhões de hectares. São 335 as fazendas afetadas. No período de 1970 a 1996, houve uma redução de quase 500 mil cabeças de gado. O prejuízo estimado no processo é extraordinário para todo o Estado e para o País.

Ao mesmo tempo, a produção pesqueira diminuiu progressivamente, seguida de danos ambientais catastróficos: o aumento das inundações destruiu a vegetação, provocando uma alteração florística de 757 espécies (40% da flora do Pantanal).

Srªs e Srs. Senadores, eu teria que me alongar um pouco mais, mas, diante da precariedade do tempo, quero apenas pedir a V. Exª, Sr. Presidente, que considere como lida uma reportagem publicada no maior jornal do meu Estado, *Correio do Estado*, publicada recentemente, na qual me parece que a questão conflituosa da Bacia do Alto Taquari acena rumo à pacificação, agora que o Ministério Público Federal conheceu as reais nuances do problema, mercê, sobretudo, da manifestação técnica criteriosa da Embrapa Pantanal – quero aqui ressaltar –, através da sua chefia e devido também às palavras contundentes dos pantaneiros taquarizanos que tiveram suas terras inundadas.

Finalizo, Sr. Presidente, reiterando a V. Exª que mande transcrever, na íntegra, o texto dessa reportagem e também algumas das manifestações da minha lavra.

Quero dizer a V. Exªs, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, que, no próximo dia 15 de maio, a Comissão de Desenvolvimento Regional, sob a presidência do lúcido Senador Antônio Carlos Valadares, vai ouvir a Drª Emiko Resende, Chefe-Geral da Embrapa Pantanal, e o Sr. Luciano Aguilar Rodrigues Leite, Presidente do Sindicato Rural de Corumbá, que farão exposição sobre a realidade do Rio Taquari e, como está, um fático dano à natureza de nosso Pantanal, riqueza igual no mundo não há.

Sr. Presidente, mais uma vez, o meu reiterado agradecimento pela tolerância que V. Exª teve à continuidade do meu pronunciamento.

Obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR RUBEN FIGUEIRÓ

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Discurso Tema: intervenção no Rio Taquari

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o PSDB de MS realizou no último sábado, dia 27, sua convenção regional para renovação estatutária do seu Diretório. Foi uma festa cívico-democrática onde mais uma vez mais os tucanos sul-mato-grossenses renovaram seus mais lídimos propósitos pela implantação das teses da social democracia, respeitados os postulados de um sistema de governo parlamentarista, eis que só nele impera a vontade do povo constantemente renovada.

Deixa a Presidência Regional o deputado federal Reinaldo Azambuja com as marcas de uma liderança corajosa, firme e que projetou o partido para as disputas decisivas de 2014. O sucede o deputado estadual Márcio Monteiro, também jovem como o deputado Reinaldo Azambuja. Márcio Monteiro tem o pulso firme de um líder tanto que lhe asseguram à condição de destemido timoneiro na condução do PSDB nos embates que se avizinham,

A essas duas lideranças, demais companheiros, tanto da comissão Executiva como membros do Diretório Regional, a minha solidariedade e confiança no tino do comando partidário. Também quero expressar o quanto me tocou no coração ser considerado o Presidente de Honra do partido no Estado.

Mas, Sr. Presidente, a minha presença nesta Tribuna é também para especificamente abordar um assunto que não tem só importância para o meu Estado, transcende as fronteiras dele, ganhando dimensão nacional, eis que se trata da preservação de uma das relíquias mais importantes da nossa ecologia.

Falarei, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, sobre os danos ambientais que ocorrem numa das mais importantes bacias hidrográficas da imensidão do Pantanal Mato Grossense, da qual 2/3 de sua área encontram-se sobre o palio do Estado de Mato Grosso do Sul, o meu berço.

Trata-se de uma questão que se discute há aproximadamente 30 anos, o transbordamento das águas do Rio Taquari, corrente d'água que nasce no leste do Estado, quase na fronteira com o Estado de Goiás, recebe em seu leito as águas do seu importante tributário, o Rio Coxim e, desce os contrafortes da Serra de Maracaju para adentrar na região Pantaneira.

Sobre este assunto tenho ouvido as mais diferentes opiniões. O tema tem sido recorrente desde quando fui deputado federal e constituinte, depois quando ocupei o cargo Secretário Estadual de Agricultura e Pecuária do governo Marcelo Miranda, em Mato Grosso do Sul.

Na época procurei locar recursos orçamentários federais para atender as demandas da região como tive oportunidade de executar, pela Secretaria, o programa de microbacias na região Planaltina de São Gabriel do Oeste, que recuperou 31 mil hectares de terras em processo de erosão que levavam detritos arenosos para os afluentes do Rio Taquari, a causa mater, no meu entendimento, do levantamento da lâmina aquática deste grande rio que adentra e irriga parte significativa do pantanal sul-mato-grossense.

No curso do tempo, muito se falou, muito se propagou, muito se discutiu, mas nada de efetivo, por parte de autoridades, tanto federais, quanto estaduais e municipais, se fez no sentido de equacionar e resolver a questão do assoreamento do Rio Taquari. Deixaram a água correr....

O resultado está aí. Um desastre ecológico monumental que hoje chamamos de "deserto aquático".

Na chamada região do Caronal, no município de Corumbá, há os famosos "arrombados" (locais onde a água sai do leito e extravasa pela planície e que atinge milhões de hectares que, no passado, apascentavam mais de 500 mil reses de bovinos).

Aqui gostaria de, porque me vem à memória, falar de uma proposta da subcomissão do interior da Câmara dos Deputados, da qual fui presidente, e que visitou a região nos meados da década de 1980 a convite do sindicato Rural de Corumbá. A subcomissão levou ao Ministro da Integração da época, João Alves, a idéia de utilização de três dragas, duas da então autarquia Portobras, e uma da então superintendência da Bacia do Prata para a dragagem desde a Foz do Rio Taquari no local então denominado Ilha do Cavalo (hoje inexistente pela inundação) e daí rio acima, o que permitiria o início da desobstrução que assoreava o rio. Apesar das promessas ministeriais nada se efetivou.

No momento, a questão volta a ganhar corpo face ao impasse surgido entre produtores pantaneiros e uma colônia de pescadores com base na cidade de Coxim.

O conflito foi criado porque, de um lado, os produtores construíam barragens para impedir que suas terras fossem invadidas pelas águas, e os pescadores, por outro, derrubavam-nas para poder ter acesso aos locais onde os peixes ficavam aprisionados, decorrente da formação de bacias aqüíferas.

Criou-se uma luta entre os dois segmentos, que, posteriormente, foi agravada pelo fato de que, à esteira da atividade pesqueira, surgiram denúncias de que o tráfico internacional de drogas e o contrabando começaram a atuar na região.

Esse quadro conflitante chamou a atenção do Ministério Público Federal. Todo esse processo redundou em uma audiência pública realizada na última sexta-feira (dia 05 de abril) para debater a questão das chamadas "bocas fechadas" que se tornaram ponto vital para o desenvolvimento das atividades pecuárias.

Finalmente, Srªs e Srs. Senadores, o Ministério Público Federal parece que começou finalmente a compreender o problema do Rio Taquari, deixando de lado alguns maniqueísmos que colocam os produtores da região como o lado mal da questão, enquanto os pescadores e ONGs ambientais apareciam como o lado bonzinho do processo.

A Embrapa Pantanal realizou uma pesquisa profunda sobre o assunto e, recentemente, publicou um livro importantíssimo intitulado "Impactos Ambientais e Socioeconômicos na Bacia do Rio Taquari-Pantanal", no qual discorre tecnicamente sobre as causas e conseqüências desse verdadeiro desastre ambiental, mostrando claramente que as medidas adotadas pelos produtores de fazer o barramento do rio foi e é a maneira mais correta de preservar a região.

Mas atitudes equivocadas do mesmo Ministério Público Federal terminaram criminalizando ao longo dos anos os fazendeiros, impedindo-os de preservarem suas propriedades. Daí surgiram os chamados arrombados, produzindo um processo erosivo de proporções catastróficas.

Foi um erro provocado talvez pelo açodamento ideológico somado ao desconhecimento técnico do processo. Mas as consequências permanecem até hoje, empobrecendo não somente a região pantaneira, mas também a todo nosso Estado.

Pelos estudos da Embrapa Pantanal atualmente a área inundada permanente no cone aluvial do rio Taquari atinge mais de 3 milhões hectares

São 335 as fazendas afetadas. No período de 1970 a 1996 houve uma redução de quase 500 mil cabeças de gado. O prejuízo estimado no período de 1975 a 2003, em função de perda de mercado, alcançou 2,6 milhões reses, com prejuízo na ordem de R$ 1,2 bilhão para a nossa economia, com queda de arrecadação de ICMS da ordem de R$ 50 milhões anuais em valores de 2003.

Ao mesmo tempo a produção pesqueira diminuiu progressivamente seguida de danos ambientais catastróficos: o aumento das inundações destruiu a vegetação, provocando uma alteração florística de 757 espécies (40% da flora do Pantanal).

Esse fenômeno provocou profundas alterações socioeconômicas e ambientais nas sub-regiões dos Paiguás e da Nhecolândia, expulsando centenas famílias de suas propriedades, promovendo intensa migração para Corumbá e de Ladário, inchando a periferia destas cidades com altos índices de exclusão social e miserabilidade.

O quadro é gravíssimo e causa espanto o descaso das autoridades com assunto tão urgente e importante.

Srs. e Srªs Senadores, destaco aqui reportagem do jornal Correio do Estado, de Mato Grosso do Sul, publicada do último domingo, dia 07 de abril, na qual parece-me que a questão conflituosa da Bacia do Alto Taquari acena rumo à pacificação, agora que o Ministério Público Federal conheceu as reais nuances do problema, mercê sobretudo da manifestação técnica criteriosa da Embrapa Pantanal, através da sua chefia e devido também às palavras contundentes dos Pantaneiros taquarizanos que tiveram suas terras inundadas.

Para conhecimento de Vossas Excelências, transcrevo aqui, integralmente, e a ele me associo, a reportagem assinada pelo competente jornalista Sílvio de Andrade, que vive na região e que conhece o problema muito melhor e muito mais do que eu.

Permita-me, senhoras e senhores senadores, transcrever aqui a reportagem altamente responsável, cujo título é: "Enfim, o consenso: intervir no Rio Taquari é preciso".

> *"Estudos da Embrapa Pantanal e relatos de taquarizanos sustentam o que somente agora o Ministério Público enxerga: dragagem e manutenção das margens do rio e recuperação do solo no planalto podem recompor 1,5 milhão de hectares debaixo d'água e o pulso das inundações.*
>
> *A recuperação do Rio Taquari, que perdeu seu curso, entupiu o leito e invadiu milhões de hectares no Pantanal de Corumbá devido ao assoreamento em 30 anos, finalmente é um consenso. À frente, carregando a bandeira, está o Ministério Público, no passado contrário às intervenções, ás quais, se executadas,*

poderiam ter interrompido um dos maiores desastres ambientais do País.

A audiência pública realizada na sexta-feira pelo MPF em Campo Grande não se prendeu ao embate entre fazendeiros de Corumbá e pescadores profissionais de Coxim, embora tenha polarizado parte das discussões. Os donos das terras alagadas hoje têm autorização do Estado para recompor as margens arrombadas do rio, embora os pescadores aleguem que a medida mata os peixes.

Enquanto se discutia quem tinha a razão nesse conflito, com o Ministério Público pendendo para o lado dos pescadores – hoje acusados de praticar a pesca com rede para tirar o que restou do estoque pesqueiro do rio, reduzido em 90% -, as suas águas avançaram pelos campos anteriormente ocupados por 500 mil cabeças de gado. Algumas ações equivocadas do MP contribuíram para a morte lenta do rio. Além desses desacertos judiciais, a não intervenção no Taquari deve ser debitada aos governos federal e estadual, além dos parlamentares. A questão, como bem frisou o pantaneiro Nilson de Barros, ex-chefe da Embrapa Pantanal, não é apenas desinteresse ou falta de vontade política, 'Não existe memória pública', disse ele. 'Muda governo, muda promotor, e projetos e estudos são esquecidos'.

É o caso do Taquari, cujas (poucas) ações foram descontínuas, além de controvertidas, centrando o foco na questão dos arrombados – fechar ou não fechar?.

Depois de mandar a Polícia Federal e o Ibama lacrarem a draga que estava fechando o arrombado do Caronal, em março, o procurador da República de Coxim, Daniel Fontenele, decidiu buscar o entendimento na audiência pública.

O encontro reuniu fazendeiros e pequenos sitiantes do Taquari, os pescadores de Coxim e pesquisadores 'para quebrar mitos', avisou o procurador. 'Não se trata aqui nem de vilões ou mocinhos, mas discutirmos um problema comum, caso contrário todos saem perdendo', ponderou Fontenele, depois de acatar a denúncia dos pescadores contra o fazendeiro que fechava a "boca" do Caronal.

De fato, o debate mudou o curso e ganhou corpo a idéia de que era preciso 'transformar vontades (políticas) em obrigações', como definiu o procurador, se referindo ao minucioso programa de intervenções proposto pelo governo federal em 2008, não executado por falta de dinheiro. Definido em 18 metas, o programa previa dragagem do rio, recuperação das margens e ações de sustentabilidade.

O velho discurso do presidente da colônia de pescadores de Coxim, Armindo Batista, argumentando que 'os arrombados dão vida às baías', foi desmistificado com a explanação da bióloga Emiko Kawakani Resende, chefe da Embrapa Pantanal. Ela mostrou que acabou o peixe, com a quebra da cadeia alimentar Finalmente, o pantaneiro Pedro Lacerda disse que o Taquari não tem baías.

Ao final de 3h40min de discussão, com alguns devaneios proporcionados por pesquisadores e assistentes, a audiência pública foi consenso: é preciso intervire a conta deve ser paga pela União. Partindo da premissa de que o governo incentivou a exploração agrícola no planalto de forma desordenada, o procurador Daniel Fontenele entende que é sua responsabilidade recuperar o estrago no Taquari.

Então, Sr. Presidente, é esta a reportagem do jornalista do Correio do Estado, Silvio Andrade, sobre esta grave situação.

Permita-me ainda Vossas Excelências informar que no próximo dia 15 de maio, a comissão de Desenvolvimento Regional, sob a presidência do lúcido senador Antônio Carlos Valadares, vai ouvir a senhora Dra, Emiko Resende, chefe-geral da Embrapa Pantanal e o senhor Luciano Aguilar Rodrigues Leite, presidente do Sindicato Rural de Corumbá, que farão exposição sobre a realidade do Rio Taquari e, como está, um fático dano à natureza de nosso Pantanal, riqueza igual no mundo não há.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Cumprimento V. Exª, Senador Ruben Figueiró.

V. Exª será atendido, nos termos do Regimento, na solicitação que fez de incorporar nos Anais do Senado entrevista citada por V. Exª.

Convido para fazer uso da palavra o meu colega e Líder do Governo no Congresso, Senador José Pimentel, como orador inscrito.

Mas, antes, Senador Pimentel, o Senador Alvaro está pedindo pela ordem?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Apenas para pedir a minha inscrição para falar como Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Como Líder? V. Exª será inscrito pela Liderança, Senador Alvaro Dias.

Por gentileza, Senador José Pimentel, como orador inscrito, V. Exª tem a palavra.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu quero começar registrando que na próxima quarta-feira, 1º de maio, a nossa CLT – Consolidação das Leis do Trabalho completará 70 anos.

É uma longa caminhada de proteção dos trabalhadores brasileiros a que temos assistido, por parte da consolidação da nossa CLT, e, ao mesmo tempo, pelas inovações que são introduzidas ali em face do novo mercado de trabalho, da nova realidade, das novas demandas.

Portanto, os nossos trabalhadores, que durante esse período todo se organizaram em seus sindicatos, em suas associações, nas suas várias formas de luta, podem registrar neste 1º de maio, além da comemoração dos 70 anos da nossa CLT, também o momento de bom desempenho da nossa economia para o setor dos trabalhadores.

Nós podemos observar a nossa luta pelo salário mínimo equivalente, no mínimo, a US$100,00, nos anos 70, nos anos 80, nos anos 90 e em parte deste novo século. Nós sempre nos dedicamos a isso. Lembro aqui as lutas do Senador Paulo Paim, Deputado Federal e sindicalista, do Vicentinho e de tantos outros que se engajaram nessa bandeira a partir do nosso ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para que pudéssemos ter um salário mínimo equivalente a US$100,00. Hoje, esse salário mínimo ultrapassa US$350,00.

É uma luta permanente dos trabalhadores na recuperação do seu poder de compra, na distribuição da riqueza nacional.

E podemos, neste 1° de maio, comemorar este salário mínimo em torno de US$350,00, que tem uma política permanente de reajuste, um reajuste que traz a inflação.

Nos anos 80, nos anos 90, a nossa luta era para receber parte da inflação. E eu me lembro muito bem dos decretos-leis do final dos anos 70, durante os anos 80, que determinavam que, na data-base, tanto o salário mínimo como os trabalhadores não receberiam a inflação integral.

Hoje não se discute mais a inflação. O que se discute é o ganho real, é a participação nos lucros. Neste mês de abril, tivemos a aprovação, na Comissão Mista das Medidas Provisórias, de um critério que isenta do imposto de renda rendimentos de até R$6 mil na participação de lucros.

Evidentemente que nós queríamos, integralmente, que aqueles valores que os trabalhadores recebem como participação nos lucros não tivessem a carga tributária, em especial o imposto de renda, como acontece com os dividendos da empresa. Aquele que recebe dividendos não paga imposto de renda. É um avanço a isenção até R$6 mil, mas precisamos continuar atentos a essa demanda.

Se nós analisarmos os anos 80 e os anos 90, a época da reengenharia do mercado de trabalho, da reengenharia do emprego no Brasil, a grande luta dos sindicatos era exatamente pela estabilidade no emprego, porque ninguém tinha certeza de ter a segurança no mercado de trabalho.

Hoje, com o pleno emprego no Brasil, assistimos, por parte dos sindicatos, a uma discussão de um piso nacional para cada ramo de atividade e também a melhor qualificação desses trabalhadores. E esse conjunto de ações só foi possível porque o Brasil tem uma estrutura sindical dos trabalhadores e dos empregadores muito forte, que constroem as suas relações de trabalho, que constroem as suas relações de convivência dentro da empresa, criando esse ambiente onde todos possam ter uma recuperação do seu poder de compra e, ao mesmo tempo, uma participação mais efetiva na vida da empresa.

De 2003 para cá, observamos que já são mais de 19 milhões de empregos formais, empregos com carteiras assinadas, empregos de verdade, e o Brasil gerou acima do saldo que nós tínhamos no início daquele ano, sem esquecer que, nesse período, tivemos a segunda maior crise econômica a que a humanidade assistiu. A primeira foi a quebra da bolsa de valores norte-americana, como todos nós sabemos, em 1929, e a segunda, agora em 2008, quando, novamente, o sistema financeiro norte-americano entrou em colapso, trazendo uma grave crise para as economias centrais, em especial as chamadas economias do Mercado Comum Europeu, com reflexo muito forte nos países emergentes. E o Brasil soube enfrentar esse problema da grave crise. Sofremos um pouco, é verdade. Ainda estamos sofrendo, mas, de certa forma, passamos com desgaste menor que outros países.

Nosso índice de desemprego hoje está na casa de 5,5%, enquanto que, na Espanha, está em torno de 25%. E, para a juventude, aqueles que têm até 29 anos de idade, está na casa de 52% de desempregados. Se você vai à França, a Portugal, à Itália e a tantos outros países, verifica que o número do desemprego ainda é muito alto. Enquanto que, no Brasil, conseguimos administrar esse processo, conjugando crescimento econômico com distribuição de renda e formalização do mercado de trabalho.

É verdade que nós queríamos ter crescido muito mais, particularmente nos anos 2011 e 2012, mas, nesse período, geramos em cada um desses anos mais de 1,3 milhão de empregos formais. E, no ano de 2013, no ritmo em que a econômica está andan-

do, na dedicação que têm nossos empregadores e os nossos trabalhadores, deveremos gerar mais de 1,7 milhão de empregos.

Ao mesmo tempo, temos clareza da necessidade de formar ainda mais a mão de obra dos nossos trabalhadores, para assumirem os bons empregos que o Brasil está gerando. Exatamente por isso, nós terminamos de modificar o Pronatec na Comissão Mista das Medidas Provisórias. Agora, encontra-se na Mesa da Câmara dos Deputados para fazer essa alteração, como forma de oferecer mais vagas na formação da mão de obra, e possamos chegar em 2014, com no mínimo, oito milhões de trabalhadores sendo qualificados e requalificados para essa realidade.

Não podemos também nos esquecer do papel das micro e pequenas empresas na economia brasileira. Se analisarmos, após a aprovação do Simples Nacional, em dezembro de 2006, tivemos um crescimento significativo desse setor dos micro e pequenos empresários brasileiros, chegando a 7,3 milhões empregos formais nesse mês de março de 2013. E, se voltarmos a janeiro de 2007, junto às micro e pequenas empresas, tínhamos algo em torno de 1.337 milhão de micro e pequenas empresas formais no Brasil.

Nesse curto espaço de tempo, mais de seis milhões de micro e pequenas empresas se formalizaram no Brasil, permitindo a geração de emprego e permitindo trazer o Brasil para o pleno emprego. Exatamente por isso precisamos ter um olhar todo especial para a geração das micro e pequenas empresas, para a qualificação, para a questão do crédito, das compras governamentais e, principalmente, para a proteção desse setor junto aos governos estaduais, que resolveram criar a chamada substituição tributária para eliminar os efeitos das micro e pequenas empresas. Dos trabalhadores que têm carteira assinada no Brasil, neste abril de 2013, mais de 60% deles trabalham na micro e na pequena empresa, enquanto nas médias e grandes empresas – alguns setores têm gerado emprego – a média delas, a cada ano, é negativa.

Portanto, quem está sendo responsável pela geração de emprego, pelo primeiro emprego daquele jovem que entra no mercado de trabalho, são, exatamente, as micro e pequenas empresas. O papel dos empreendedores individuais, basicamente, iniciou-se em fevereiro de 2009, e já são mais de três milhões de empreendedores individuais formalizados, que serão, no dia de amanhã, médios e grandes empresários, que é o desejo de todos que querem crescer.

Este setor, quando fizemos todo esse trabalho de formalização, dizia que tinha três grandes objetivos: o primeiro deles, ser formal, porque não aceitava mais continuar à margem do Estado nacional. Outro grande objetivo desse segmento era fidelizar a sua clientela, porque, não sendo formal, não tinha local para fidelizar sua clientela. O terceiro grande objetivo era emitir a nota fiscal dos seus negócios e, com isso, ter acesso ao crédito.

Esses três milhões de empreendedores individuais, hoje, podem comemorar esse feito. Exatamente por isso, neste 1º de maio, na quarta-feira, esperamos que outro segmento dos trabalhadores, que são as trabalhadoras domésticas, também possa ter a regulamentação dos seus direitos, objeto do reconhecimento da Emenda Constitucional nº 72.

Tive o cuidado de apresentar um projeto de lei complementar para que a diarista – temos algo em torno de 1,9 milhão de diaristas no Brasil – possa se formalizar como empreendedora individual que é e, dessa forma, ter a sua proteção previdenciária, os seus direitos garantidos e, ao mesmo tempo, poder se formalizar, como nós já fizemos com os empreendedores individuais.

Esse público vai exigir, principalmente do Sebrae, muito mais qualificação e melhoria do desempenho das suas atividades, para que, no dia de amanhã, todos nós possamos dizer, ao completar 70 anos da nossa CLT, que temos um mundo do trabalho muito mais justo e, acima de tudo, muito mais competitivo. E essa forma de competição passa pela formação da mão de obra, pela qualificação dos nossos trabalhadores e pela ampliação da chamada nova classe média.

Por isso, Sr. Presidente Jorge Viana, nesse 1º de maio, nós temos o que comemorar e comemorar principalmente esses 70 anos de existência da nossa CLT.

Muito obrigado. Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Cumprimento o Senador e Líder José Pimentel, pelo pronunciamento e convido para fazer uso da palavra, como orador inscrito pela Liderança, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, inicialmente, eu gostaria de fazer referência a um evento para o qual fui convidado na última sexta-feira – e agradeço a gentileza do convite e a cordialidade na recepção – no Clube Militar, no Rio de Janeiro, convite feito pelos clubes das três armas: Aeronáutica, Exército e Marinha. Lá pudemos debater os problemas nacionais, não apenas aqueles mais diretamente ligados às Forças Armadas, como o sucateamento das Forças Armadas, as implicações da Comissão da Verdade, outros assuntos referentes àquelas instituições, mas, sobretudo, questões de interesse nacional, os problemas do País, o futuro do Brasil,

o que ocorre presentemente e quais as consequências do atual modelo de gestão que estamos vivendo.

Tivemos oportunidade de dissertar sobre o que pensamos deste modelo, que particularmente considero promiscuo, que haverá de legar uma herança malquista, certamente, para as futuras gerações de brasileiros.

Há um prejuízo colossal em curso ou uma bomba relógio de efeito retardado sendo armada pela incúria administrativa.

A ausência de um projeto de nação, sobretudo, e a falta de um planejamento estratégico redundam nos embaraços com os quais nos desfrontamos.

Não são poucos os impasses enfrentados pelo País que exigem e impõem à Chefe de Estado atenção e dedicação redobradas. No entanto, a Presidente da República assumiu a condição de candidata e, prematuramente, passou a direcionar sua agenda à consolidação de uma candidatura extemporânea.

Recentemente o jornal *O Estado de S. Paulo*, em editorial, qualificou, com o rigor apropriado, a inadequada postura presidência, quando afirmou: "já é difícil de dizer onde termina a presidente e onde começa a candidata". "Embora tenha um país a administrar, tem dedicado parte considerável de sua agenda dos últimos tempos a eventos eleitoreiros mal disfarçados de compromissos oficiais". É o que diz o editorial

Suas ações e deslocamentos são minuciosamente calculados à luz das próximas eleições.

> *Tendo como seu 40º ministro o marqueteiro João Santana, a Presidente não dá um passo com outro objetivo que não seja o de consolidar sua candidatura precocemente oficializada e avançar em redutos de seus possíveis adversários. Os problemas do Brasil – e de todos os brasileiros – que esperem.*

Não é possível reverter o atual cenário de adversidades generalizadas priorizando o *marketing* e o palanque próximo. Vejamos uma recente análise sobre os entraves logísticos.

Um estudo do professor Paulo Rezende da Fundação Dom Cabral estima que o Brasil "perde anualmente 83 bilhões de dólares apenas com o susto logístico". Não é possível ampliar nosso crescimento econômico diante de tantos gargalos estruturais. "Se o Brasil produzisse 20% a mais de grãos, os portos de Santos e Paranaguá travariam. Em suma, não só a safra de 2014, mas também a de 2015 já estão comprometidas", avalia o professor Rezende.

As deficiências de nossa infraestrutura logística se agravam a cada dia. Os sistemas rodoviários e ferroviários estão esgotados. O sistema portuário brasileiro é um dos mais lentos do mundo. Cada navio que chega ao País aguarda quase 6 dias para ter a mercadoria liberada por órgãos como Receita Federal, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Docas e Ministério da Agricultura. A média mundial é de três dias. O Brasil é o 106º no *ranking* de 118 países nesse quesito de eficiência portuária.

Os dados são da Firjan – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro –, ao analisar o tempo de autorização para entrada ou saída dos contêineres.

Os órgãos responsáveis pela liberação das mercadorias funcionam apenas em horário comercial e ainda fazem pausa no horário de almoço. Se algum navio atracar durante a noite no porto do Rio de Janeiro, por exemplo, não consegue dar início a todo o processo. Somos o único país, entre as principais economias do mundo, que não disponibiliza esses serviços 24 horas. Temos que dar tempo para o almoço.

O governo privilegia o curto prazo em detrimento do amanhã. Uma prova desse direcionamento foi o pacote de incentivos para os setores químico e o de etanol. O rol de medidas inclui a desoneração do PIS/COFINS e a liberação de linhas de crédito com juros reduzidos para produção e estocagem. Outro incentivo será o aumento de 20% para 25% da mistura de etanol na gasolina a partir do dia 1º de maio.

Como mostra o especialista Adriano Pires, as medidas anunciadas "parecem estar mais relacionadas aos problemas que a Petrobras vem enfrentando do que aos problemas do setor de etanol. É sabido que o aumento da mistura vai aliviar o caixa da empresa, na medida em que reduz em quase 50% as necessidades de importações de Gasolina A".

Na avaliação da mais abalizada voz sobre infraestrutura do País, Adriano Pires registra que:

> *Do ponto de vista do setor de etanol, as medidas não são suficientes para incentivar o investimento. O pacote, mais uma vez, tem característica de política de Governo e não de Estado, por atacarem apenas o curto prazo, ao invés de se preocupar com a previsibilidade, tão necessária para fundamentar as decisões empresariais.*

Enquanto se revela ou se consagra a incompetência de gerenciamento no atual governo, verificamos que o processo de corrupção caminha célere e sem ser contido.

Neste final de semana, o Jornal *O Globo* revela, em matéria assinada pela Gabriela Valente, que:

> *pequenos construtores subcontratados para tocar obras do Minha Casa, Minha Vida, em Municípios com menos de 50 mil habitantes, revelam que só conseguiam entrar no progra-*

ma se pagassem propina à Empresa RCA Assessoria. Segundo empresários ouvidos pelo O Globo, a empresa montada por ex-funcionários do Ministério das Cidades cobrava das empreiteiras uma taxa que variava de 10% a 32% do valor do imóvel construído. Em alguns casos, o pedágio teria inviabilizado o trabalho e as obras acabaram sendo abandonadas. Apesar das declarações dos empreiteiros, a RCA nega cobrar qualquer taxa das construtoras.

Nós lembramos que, a respeito dessa denúncia, o Líder do PSDB, Aloysio Nunes Ferreira, aprovou requerimento que reivindica do Tribunal de Contas da União uma auditoria no Ministério das Cidades, no Programa Minha Casa, Minha vida, e nós apresentamos um requerimento que convida o Ministro das Cidades para debater esse assunto no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos.

Espero que, no dia de amanhã, esta comissão possa deliberar sobre esse requerimento.

Encaminhei também um pedido de informações, com base na Lei da Acesso à Informação, para que o Ministério responda a alguns questionamentos, já de forma preliminar, a respeito dessas denúncias.

(Soa a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Portanto, Sr. Presidente, nós estamos aguardando amanhã, na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, a aprovação desse requerimento. E também estamos aguardando do Ministério das Cidades a resposta ao questionamento que fizemos; além disso, do Tribunal de Contas, a instauração de um processo de auditoria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Cumprimento V. Exª, Senador Alvaro Dias.

Eu gostaria de convidar meu colega da Mesa... Se bem que ele é o próximo orador. Então, depois que V. Exª, por gentileza, fizer o pronunciamento, eu sou logo em seguida a V. Exª. Peço que, se V. Exª puder, me substitua, para que eu possa fazer uso da palavra. Mas V. Exª é orador inscrito, e eu o convido para fazer uso da tribuna, Senador Casildo Maldaner.

O que eu estou falando é que, logo após o pronunciamento de V. Exª, se V. Exª poderia ficar um pouquinho na Mesa, até que eu possa fazer, daqui do Senado, uma saudação ao povo acreano de Cruzeiro do Sul, que ontem fez o maior sucesso no Brasil, ganhando com uma belíssima apresentação a disputa da Dança da Galera no programa do Faustão, da Rede Globo. Eu vou fazer o registro aqui da tribuna.

Mas, Senador Casildo, V. Exª tem a palavra, como orador inscrito.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Jorge Viana, nosso Vice-Presidente do Senado, que está presidindo a sessão no dia de hoje, é com muita honra que, logo após – e serei breve, não haverei de demorar –, respeitando atualmente o que prevê o Regimento, irei substituí-lo na direção da Mesa, para que o Brasil possa acompanhar a exposição de V. Exª, principalmente em relação aos temas do Acre, que, sem dúvida nenhuma, atingem a todos nós brasileiros.

O Governo Federal anunciou mais um pacote de incentivos, Sr. Presidente e caros colegas, desta vez destinado ao setor de produção de álcool. É mais uma desoneração pontual que expõe certa falta de planejamento de longo prazo, seja especificamente para o setor de combustíveis, seja, de forma ampla, para a questão tributária no País. Quer queiram, quer não, setores que aguardam nichos de mercado serem contemplados também com alguma desoneração ficam naquela expectativa.

E aí, se há previsões de investimentos, se há previsões de novos negócios, aguardam para ver se o nosso setor da economia... Como já há 30, 40 ou 50 setores que recebem desonerações alternativas ou se são daquelas já contempladas, querem saber se essa desoneração terá uma sequência, se será somente de curto prazo ou se podem as empresas, podem os investidores calcar planos a médio e longo prazo. E aí as dúvidas começam a surgir, quer de investidores do País, quer mesmo de fundos internacionais que pensam em aplicar no Brasil. Mas há aquela expectativa: vai durar? Por quanto tempo? Porque tudo é calculado para ver se existe uma credibilidade no setor, se terá certa permanência ou se é alguma questão casual. Isso, sem dúvida alguma, gera controvérsias.

As medidas incluem a redução a zero da cobrança de PIS/Cofins sobre o combustível, hoje equivalente a R$0,12 por litro de etanol. A renúncia fiscal, no caso do etanol, será da ordem de R$970 milhões, em 2013, segundo a Fazenda.

Também foi anunciada a redução da taxa de juros de linhas de financiamento destinadas à produção de cana. Uma delas pode desembolsar até R$4 bilhões para o plantio ou renovação das plantações de cana-de-açúcar, com uma taxa de juros subsidiada de 5,5% ao ano. A taxa de financiamento de construção de armazéns para estocar a produção de etanol também foi reduzida.

Para incrementar a demanda, a partir de 1º de maio, a parcela de etanol na mistura da gasolina vai aumentar, passando de 20% para 25%. O objetivo do pacote de incentivo, segundo o Ministro da Fazenda,

Guido Mantega, é dar ao setor condições de ampliar o investimento e expandir a produção – sem garantias de que haverá uma necessária redução de preço nas bombas.

Não há dúvidas de que o etanol é uma das grandes alternativas da matriz de combustíveis brasileira e exemplo de fonte energética limpa para o mundo.

O problema está na volatilidade das políticas governamentais para o setor, que não inspiram, muitas vezes, a segurança necessária aos investimentos. Aí é que está a questão, o nó górdio é isto: a volatilidade das políticas, muitas vezes, é que deixa setores em dúvida em relação a isso.

Tomando o exemplo do etanol, podemos verificar essa verdadeira montanha-russa. Em meados dos anos 70, tivemos o famoso Proálcool, criado na esteira da primeira crise internacional do petróleo. Seu fim foi melancólico, nos anos 80, com produtores abandonando o álcool para apostar no açúcar, com maior aceitação e preço no mercado internacional.

Vinte anos depois, tivemos um novo *boom*, encorajado pelo Governo: o surgimento dos carros *flex* e a alta do petróleo fizeram do biocombustível o "salvador da pátria". Com isso, metade da frota brasileira chegou a ser abastecida com álcool.

O aumento do consumo impulsionou toda a cadeia do etanol: do plantio da cana até a fabricação de máquinas e equipamentos. Em três anos, 2004 a 2007, surgiram 130 novas usinas só na Região Centro-Sul do País. A produção de cana dobrou. O Brasil, que levara 500 anos para produzir 300 milhões de toneladas até 2003, passou a produzir 600 milhões de toneladas de cana em menos de uma década. Dobrou em menos de uma década aquilo que levou 500 anos para produzir.

No entanto, ao mesmo tempo, o Governo Federal e a Petrobras começaram a segurar artificialmente os preços da gasolina – estratégia que provoca, sem dúvida, prejuízos à companhia até hoje. Com a crise de 2008 e embalados pela promessa do pré-sal, o projeto da "Arábia Saudita verde" – entre aspas, naturalmente –, mais uma vez, foi deixado de lado.

O resultado foi terrível. De acordo com informações divulgadas pela revista *Piauí*, edição de março último, na excelente reportagem da jornalista Consuelo Dieguez, um estudo realizado por instituição bancária mostra que, das quase 400 usinas atuais, 18% estão quebradas e sem salvação: pesadamente endividadas, elas não têm geração de caixa para se sustentar e pagar a dívida. Outro conjunto de usinas sofre para arcar com as dívidas, mas dificilmente se recuperará em curto prazo. O esforço exigido para o pagamento impedirá que façam qualquer investimento nos próximos anos.

Por fim, diz o estudo, há um grupo de 40% das usinas capitalizado e com caixa para investir. É com essas usinas que o Governo terá que contar para suprir a necessidade de etanol no mercado brasileiro, nos próximos anos. O plano atual é mais um esforço para resgatar e dar novo impulso ao setor.

Fica evidente, contudo, a ausência de uma política consistente voltada à matriz de combustíveis do País – não apenas voltada à extração do pré-sal e dos nossos campos de petróleo, mas com diversificação de atividades.

Com relação ao petróleo, que não pode e não será relegado a segundo plano em curto e médio prazo, é de vital importância ampliar nosso parque de refino. Nosso déficit atual amplia a necessidade de importação de derivados, provocando prejuízos enormes ao País.

(Soa a campainha.)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Não demoro, Sr. Presidente.

Além do etanol, outros biocombustíveis merecem nossa atenção, entre eles o biodiesel e o bioquerosene. Durante a Rio+20, tivemos oportunidade de participar de um voo experimental, com uma aeronave totalmente movida à bioquerosene – evidenciando-se uma fantástica possibilidade de substituição do querosene de aviação, à base de petróleo, por uma alternativa natural.

Em São Paulo, uma frota de dois mil ônibus já circula utilizando o B20, uma mistura do diesel fóssil com 20% de biodiesel. Em 2012, foram consumidos 2,72 bilhões de litros de biodiesel no Brasil, terceiro maior produtor mundial, atrás apenas dos Estados Unidos e Argentina.

Hoje, a proporção determinada pelo Ministério de Minas e Energia é o B5, quer dizer, 5% de biodiesel. A elevação desse índice será um forte estímulo ao setor, que compõe uma espécie de "tripé da sustentabilidade": é economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente responsável.

O direcionamento de um plano estratégico da matriz de combustíveis é primordial para o Brasil, pois produz resultados diretos, não apenas para o consumidor comum, mas em toda a cadeia logística.

Justamente por isso, tal ferramenta deve ser utilizada com a responsabilidade e visão de futuro que o tema exige, com perenidade e segurança, sem o risco de alterações de rumo que atendam quaisquer interesses que não sejam o desenvolvimento do País.

(Soa a campainha.)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Essas são, Sr. Presidente, nobres colegas, as reflexões que não pude deixar de trazer na tarde de hoje. Por isso, muitos setores, entre eles agora o eta-

nol, assim como o biodiesel e outros, são alternativas a serem buscadas, mas, quanto às desonerações, temos que ter cuidado, porque há muita expectativa e não pode haver o capricho da volatilidade, que não dá segurança aos que investem. Temos que ter credibilidade, segurança, que são fatores aguardados pelos investidores. É essa a expectativa. Não podemos deixar de lado o etanol e outras energias limpas como o biodiesel, e o Brasil está preparado para ir do B-5 para o B-7. Quer dizer, adicionar 7% de biodiesel no diesel será um grande passo, porque a infraestrutura já está preparada, já está pronta para o Brasil, e não só para o B-7, mas para o B-10, sem dúvida alguma.

Essas são as considerações que trago na tarde de hoje, Sr. Presidente e nobre colegas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Cumprimento V. Exª. Enquanto V. Exª caminha para dar o privilégio de me substituir para que eu possa fazer uso da palavra como orador inscrito, aproveito para ler expediente que está sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência designa, como membro suplente, o Deputado Sandro Mabel, em vaga existente, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 599, de 2012**, conforme **Ofício nº 477, de 2013**, da Liderança do PMDB, na Câmara dos Deputados.

O ofício será encaminhado à Comissão Mista para ser juntado ao processado da matéria.

É o seguinte o Ofício:

Of/GAB/I/nº 477

Brasília, 29 de abril de 2013

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para ratificar o nome do Deputado Sandro Mabel, na qualidade de Suplente, para integrar a Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à Medida Provisória nº 599/2012, conforme Of/GAB/I/nº 75 de 19 de fevereiro de 2013.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Deputado **Eduardo Cunha, –** Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Passo a Presidência para o nobre Senador Casildo Maldaner, para que eu possa fazer uso da palavra como orador inscrito, informando aos colegas Senadores que os próximos inscritos são: Senador Rodrigo Rollemberg, Senador João Capiberibe, Senadora Ana Amélia, Senador Mozarildo e Senador Jarbas Vasconcelos.

São esses os oradores inscritos. O Senador Mário Couto fica para após a Ordem do Dia, pela minoria.

Desculpe-me, Senador Anibal, meu caro colega: V. Exª não está aqui ainda, mas certamente vai se inscrever.

O Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Casildo Maldaner, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Com muita honra, passo a palavra, então, ao eminente representante do Acre Senador Jorge Viana, para que o Brasil possa acompanhá-lo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Casildo Maldaner, que preside a sessão, muito obrigado pelas palavras; colegas Senadoras e Senadores, semana passada foi uma semana muito própria do Parlamento, de debates, de questionamentos, tanto aqui no plenário como no noticiário, e esta semana agora começa com uma conversa entre os dirigentes do Congresso e dirigentes do Poder Legislativo.

Tive a oportunidade de me expressar sobre essa semana nas páginas do jornal *O Globo* de ontem, em uma entrevista que dei na quarta-feira e que foi publicada ontem, de página inteira, e amanhã – estou aqui informando aos colegas – pretendo também dar minhas impressões sobre este abril, de que nós estamos chegando ao fim, vinculadas às candidaturas a presidente, aos casuísmos, às disputas antecipadas de 2014. Então, amanhã, vou me inscrever – vou ver se falo com meu Líder, Wellington Dias, para poder falar pela Liderança; senão, como orador inscrito, após a Ordem do Dia – e devo fazer um pronunciamento tratando do tema que dominou o mês de abril. E vou trazer aqui um pouco a coerência do PT, do nosso Governo e, ao mesmo tempo, fazer um questionamento sobre a incoerência dos nossos adversários ou dos partidos que disputam conosco a condução do nosso País.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho para cá, para a tribuna, sem dúvida... Acho que é bom, pelo menos há alguma coisa boa, quando assumimos a vaidade que carregamos, o ego que carregamos. Confesso que, na madrugada, o avião veio lotado de Rio Branco até chegar a Brasília, às 7 horas da manhã – mais uma noite de sono perdida.

Mas eu vi, naquele avião, duas coisas fortes: primeiro, 60 haitianos, com um olhar, uma feição daqueles que encontraram o destino e a possibilidade de começar uma vida nova aqui no Brasil, coisas pelas quais o Senador Anibal, que está aqui, o Governador Tião Viana, todos nós batalhamos tanto.

Mas a outra coisa é que, desde ontem à tarde, o ego, a alegria, a autoestima do acriano não cabe em si mesmo, por uma coisa, parece até corriqueira, mas não é. Uma competição, num programa televisivo, no caso da TV Globo, no programa de grande audiência no domingo, Domingão do Faustão, eles, com muita competência, criaram a Dança da Galera, e andaram 30.000 km no Brasil, chegaram numa cidade, noutra, reunindo a juventude, as pessoas, como motivação social, e fazem uma mobilização de cidade contra cidade, mas disputando explicitar a cultura desses povos; e, ontem, foi a disputa de Guarapari contra Cruzeiro do Sul, no meu Estado do Acre.

Cruzeiro do Sul é uma cidade muito especial. Se o acriano tem – herdou um pouco dos gaúchos – esse orgulho... O Presidente Lula sempre fala que dois lugares que aonde ele chega o pessoal canta o Hino são os gaúchos – com todo o respeito, tem também o Senador Jarbas Vasconcelos, que vai já dizer que os pernambucanos que têm essa fibra, e têm mesmo –, mas os gaúchos, os acrianos – nós aprendemos com os gaúchos –, vibramos muito. Brigamos para ser brasileiros, lutamos. E, se o acriano é desse jeito, o acriano cruzeirense é mais ainda. Tem uma paixão e nos faz viver uma verdadeira paixão pelo lugar em que vivemos. Tenho um amigo que diz: "Nós não somos só brasileiros, somos um povo que faz parte do Brasil e temos orgulho de ser brasileiros."

E, ontem foi espetacular! Crianças, milhares de pessoas – quem não viu, está na Internet, está na minha *fan page*, está no meu *site;* com a equipe, conseguimos pôr –, ontem, a população de Cruzeiro do Sul não só ganhou R$100 mil do prêmio, não só ganhou R$100 mil para a Pastoral da Criança – e queria parabenizar a Rede Globo, o Faustão, os atores e todos os envolvidos –, mas a população de Cruzeiro do Sul ganhou o Brasil ontem. Foi uma coisa fantástica! A vibração de todo mundo do Acre, todo mundo esqueceu um pouco seus problemas, as suas dificuldades, para celebrar a nossa cultura, a nossa história. E começou com a apresentação dos nossos índios, nossos irmãos, nossos parentes, que são talvez o maior e melhor representante dessa raiz bem brasileira; e, depois, numa área enorme, próxima do Igarapé Preto, em Cruzeiro do Sul, que é um dos igarapés melhores para tomar um banho – pena que eu tome tão pouco banho lá, porque vamos sempre para trabalhar e nunca para um momento de lazer – eles fizeram uma apresentação e, com milhares de pessoas, formaram o mapa do Brasil, com um diferencial – só deu para ver de cima, não sei como filmaram, se com helicóptero: o Acre e Cruzeiro do Sul.

Logo em seguida, eles se modificaram completamente, e tudo isso, talvez, seja uma espécie de pré-Copa do Mundo. Imaginem se tivermos a sorte de explicitar a cultura brasileira – tomara que aconteça! –, durante a Copa do Mundo no ano que vem para 2 bilhões de pessoas do mundo inteiro, que, certamente, vão estar assistindo.

Depois, eles formaram o sapo Kambô, que virou matéria no Fantástico, ontem à noite ainda, que é de onde os índios tiram o suor para curar – V. Exª que é médico –, para se livrar do panema. Panema é o mau-olhado, a coisa da pessoa que pega tudo que não presta, tudo que é ruim cai sobre a pessoa, não caça nada, não pesca nada, tem problemas com a mulher, com os parentes, com os amigos. Quando se está meio assim, os índios dizem que a pessoa está com panema. Aí, toma a vacina do sapo, o panema vai embora e, daqui a pouco, não pega nem gripe. Isso é da cultura nossa, do povo da floresta, que virou uma reportagem do Fantástico questionando do ponto de vista médico os riscos. Claro, a pessoa pega algo bem da cultura e vai fazer disso para ganhar barato, curtição, pode dar errado.

Mas o certo é que fizeram o desenho do sapinho, que dele se tira esse suor, esse líquido, que pode ser fundamental para você ficar com a sua imunidade mais ativa.

Depois, eles se juntaram e formaram um índio com arco e flecha, uma flecha com pessoas virando, uma flecha dinâmica que atinge e forma Cruzeiro do Sul. Esse negócio foi tão forte que eu resolvi colocar na minha *fan page*, uma página despretensiosa, que, até hoje, 12 mil pessoas curtiram. O certo é que fiz uma postagem e me assustou o que aconteceu de ontem à noite para cá, Senador Mozarildo, caro colega Anibal. Na postagem que eu fiz, Senador Jarbas – Cruzeiro do Sul tem menos de 80 mil habitantes, fica a 680km de Rio Branco –, na minha *fan page*, parabenizando Cruzeiro do Sul, os acrianos de Cruzeiro do Sul, falando dessa importância e de mostrar os nossos índios, a nossa cultura da floresta, a vibração do nosso povo, Cruzeiro do Sul, que é a terra da melhor farinha do mundo, mas que tem um povo que é o seu maior patrimônio – estou aqui com meu iPad aberto – 77.344 pessoas visualizaram essa postagem sobre o espetáculo de ontem.

É quase a população de Cruzeiro do Sul, é mais do que a população da cidade. É óbvio que aí há gente do mundo inteiro. Mas, para ver, são 2.374, até agora, compartilhamentos, pessoas que têm as suas páginas, seus perfis no Facebook, que levaram. Qual é a reportagem que você faz que coloca 251 comentários na minha página, só na minha página sobre isso? E 1.562

pessoas curtiram. Eu nunca tinha imaginado que essas novas ferramentas de comunicação tivessem uma força como eu estou vendo aqui. É impressionante. A minha *fan page* é nada. Não sou profissional disso; trabalho como minha equipe. Fizemos um texto aqui, em que eu parabenizo a população; felicito a Apae; faço o registro pela Rede Globo por ter promovido algo que valoriza a cultura; cumprimento mais uma vez o próprio Faustão; e, de modo muito especial e carinhoso, a Monique Alfradique e o Sergio Marone, que foram os dois que foram lá...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – ... a mando, encaminhados pela Rede Globo, para fazer a organização dessa coreografia, ensaiando, treinando.

Quero parabenizar a TV Rede Amazônica em Cruzeiro do Sul, a TV Acre em Cruzeiro do Sul, a direção da TV Acre, a direção da TV Cruzeiro do Sul e o Dr. Felipe Dal, da Rede Globo de Televisão, por sempre valorizar – no caso a Rede Amazônica, que é repetidora da Globo –, o meio ambiente, a cultura, a história do nosso povo. Então, dentro desse aspecto, mais uma vez, eu parabenizo. Devo dizer que a Pastoral da Criança está de parabéns.

É enorme a alegria de todos nós de termos vivido esta tarde de domingo, na qual o Acre ganhou a sensibilidade do brasileiro e recebeu os parabéns de todo o Brasil por dar valor à sua cultura e à história de seu povo.

Eu ouço aqui com a compreensão do Presidente, rapidamente, o Senador Mozarildo Cavalcanti.

(Soa a campainha.)

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Senador Jorge Viana, o pronunciamento emocionado de V. Exª tem toda razão de ser. Eu também sou amazônida – embora V. Exª seja lá do extremo-oeste, da nascente do Rio Moa, que está no seu Estado, e eu do extremo-norte –, a Amazônia é uma coisa que nos apaixona. E eu fiquei realmente ontem acompanhando aquele programa e vibrando com a apresentação e, depois, com o resultado. Realmente, a Rede Globo presta um grande serviço ao divulgar para o Brasil essas porções do Brasil, que alguns costumam chamar de rincões, de lugares onde só existem, realmente, coisas ruins. E eu fiquei muito emocionado, também, de ver aquela apresentação de ontem e o resultado que aconteceu. Quero parabenizar V. Exª, o Governador Tião Viana, e dizer que, também, fico satisfeito de saber que o prêmio se destina à Pastoral da Criança. Portanto, vai para uma grande ação que é a ação de cuidar das crianças.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Muito bem. Eu, mais uma vez, para concluir aqui, Sr. Presidente, eu só queria, de fato, cumprimentar toda a direção da TV Globo, da TV Acre, especialmente da TV Cruzeiro do Sul e os embaixadores, os atores Sérgio Marone e Monique Alfradique, que foram os embaixadores de Cruzeiro do Sul, mas de modo muito carinhoso e especial, porque a vitória ontem foi exclusivamente do nosso povo. Não houve ação institucional maior, o Governador Tião Viana vibrou, todos do Município de Cruzeiro do Sul, foi uma vitória bem acriana, bem brasileira, porque o que o Brasil tem de melhor é seu povo. O mundo inteiro hoje inveja esse jeito de ser do brasileiro e quanto mais nós promovermos essa coisa da nossa cultura, da nossa história, da nossa relação com o meio ambiente, com as tradições, nós só temos a ganhar com isso.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Então, aqui, encerrando, há recadinhos, como, na minha página, Maria José Leão: "Tenho orgulho de ser acriana. Uma belíssima apresentação que, tenho certeza, emocionou o Brasil inteiro. Cruzeiro do Sul está de parabéns." A Magna Melo Freitas diz: "Hoje Cruzeiro do Sul deu um *show* e é muito merecida a vitória. Parabéns à Pastoral da Criança." Aí, Manoel Domingos: "Chorei de emoção ao ver o povo da minha terra ganhando uma competição de nível nacional. Parabéns Cruzeiro do Sul, parabéns meu querido Estado do Acre." Maria do Socorro diz: "Verdade, tudo encantador, para orgulho de todos nós acrianos."

Então, eu poderia repetir, aqui, muitas, a Ana Paula: "Foi lindo demais. Fiquei muito orgulhosa de ser do meu Estado, ver meu Estado brilhando, mostrando sua cultura." O Anderson fala: "Que maravilha, ouvir o Brasil elogiando os nossos Municípios acrianos. Parabéns ao meu povo do Acre."

Então, aí, eu encerro dizendo, a Samira Louzada diz: "Me emocionei com a apresentação de Cruzeiro do Sul. Foi uma lição.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Nós estamos felizes por morarmos num Estado que respeita seu povo, suas florestas."

E, aí, eu, ontem ainda, no Twitter, estava reproduzindo uma manifestação da Glória Perez, que, agora, faz o Brasil ficar atento à novela. A Glória Perez que é acriana, que tem muito orgulho de dizer que é acriana, de contar nossas estórias, como fazia Armando Nogueira, que lamentavelmente não está mais conosco.

E estamos perto de celebrar os 80 anos de João Donato, outro grande acriano, que quer fazer isso: ou-

vir a sonoridade dos nossos índios, do nosso povo e passar isso para o mundo inteiro.

Então, muito obrigado, Presidente, pela tolerância.

E queria, do fundo do coração, expressar daqui, da tribuna do Senado, os meus agradecimentos, assim como todo o povo do Acre hoje, a todas as cruzeirenses e os cruzeirenses, por terem feito o Brasil inteiro parar, emocionar-se, para conhecer e ver essa belíssima vitória da nossa cultura, que é, nada mais, nada menos, essa cultura do povo brasileiro, desses 200 milhões de cidadãos do mundo, que são motivo de uma inveja do ponto de vista positivo.

(Soa a campainha.)

O Sr. Anibal Diniz (Bloco/PT – AC) – Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Senador Anibal, só para...

O Sr. Anibal Diniz (Bloco/PT – AC) – Queria, rapidamente, congratular-me com V. Exª pelo pronunciamento, pelo reconhecimento do povo do Cruzeiro do Sul. E, logo mais, vou falar da tribuna também e fazer o meu cumprimento especial ao povo de Cruzeiro do Sul. E quero parabenizar também o grupo que está à frente da Pastoral da Criança em Cruzeiro do Sul, que tem um trabalho que está completando 25 anos. Teve o total merecimento ao receber esse prêmio de R$100 mil. Houve a vitória da Dança da Galera, e o beneficio vai para uma causa nobre, que é justamente a Pastoral da Criança. Então, cumprimento V. Exª pelo reconhecimento e pelo belo testemunho do mérito daquele povo, que fez uma apresentação linda, vista por milhões de brasileiros através do Programa do Faustão. Parabéns.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senador. Agradeço e incorporo o aparte de V. Exª.

E quero dizer que o que me fez dar certo como prefeito, governador, procuro fazer o mesmo...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Senador Jorge Viana, a Mesa me alerta que os participantes que estão saindo são senhoras do programa Mulheres Mil, do Instituto Federal de Brasília. E a Mesa as cumprimenta, ao saírem, com o beneplácito do orador que se encontra na tribuna, que é o Vice-Presidente do Senado, Senador Jorge Viana.

Todos nós estamos saudando as Mulheres Mil, do Instituto de Brasília.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Parabéns, bem-vindas ao Senado. (*Palmas.*)

Boa visita.

Então, Sr. Presidente, o que me fez certamente dar certo foi fazer tudo com paixão, com dedicação ao nosso Estado do Acre, ao nosso povo. Deu certo. E isso é uma das boas qualidades: deixar o pessimismo de lado, substituir o pessimismo pelo otimismo. E foi isso que Cruzeiro do Sul fez ontem a gente viver.

Está de parabéns todo o povo acriano.

(*Soa a campainha*)

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – E, por fim, digo que o Governador Tião Viana, que, institucionalmente, representa todos, deve estar muito feliz. E ele está também de parabéns, por liderar o Acre numa hora tão especial como esta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Valeu, Cruzeiro do Sul!

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Sem dúvida alguma, Senador Jorge Viana.

Se não me engano, no domingo passado, Bento Gonçalves com Corumbá disputaram, e houve um empate. E, agora, vem Cruzeiro do Sul, do Acre. Lembro-me de que, em outro mandato que tivemos aqui, havia um Senador, o Sr. Nabor Júnior, que era de Cruzeiro do Sul. Ele foi governador do Acre também e falava muito de Cruzeiro do Sul. E, agora, vem Cruzeiro do Sul derrubar Guarapari, no Espírito Santo, a grande Guarapari, Ganhou, não empatou! Então, vem, sem dúvida alguma, o Acre encantar o Brasil inteiro.

Meus cumprimentos a V. Exª.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – E meus cumprimentos aos Senadores e ao povo acriano!

Na sequência, antes de devolver a Presidência ao Vice-Presidente do Senado, o Senador Mozarildo Cavalcanti, em permuta com o Senador Rodrigo Rollemberg.

V. Exª tem a palavra, de acordo como Regimento Interno, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Casildo Maldaner, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Queria só, com a compreensão do orador, que está na tribuna, dizer que, logo após a fala do Senador, vou passar, rapidamente, à Ordem do Dia, e seguiremos com os oradores inscritos, tendo em vista que a pauta está trancada, como explicarei daqui a pouco, e também o horário, 16 horas.

Senador Mozarildo, V. Exª tem a palavra.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do

orador.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, digo, Senador Jorge Viana – lembrei-me, agora, do seu irmão, Governador e ex-Senador –, é uma honra falar aqui, hoje, após o emocionante pronunciamento de V. Exª.

Mas o tema que quero abordar, hoje, não é um tema que emocione; é um tema que preocupa. Vimos, há poucos dias, outra manifestação dos médicos, através das suas diversas associações e representações, inclusive o Conselho Federal de Medicina, fazendo um ato de protesto contra a ação dos planos de saúde.

Sr. Presidente, não é só porque eu sou médico que estou aqui me solidarizando com os colegas, mas, sobretudo, porque me preocupo com esses dados que vêm-se agravando em relação ao atendimento ao paciente. E o pior: o paciente, mesmo sendo pobre, às vezes, faz um plano de saúde na ilusão de que será melhor atendido e termina sendo mal atendido por exigências descabidas dos planos de saúde.

Nós ouvimos, há poucos dias, na Comissão de Assuntos Sociais – aliás, foi um comparecimento espontâneo, ou seja, ele próprio pediu para vir falar –, o Ministro da Saúde, que fez uma panorâmica sobre todas as questões de saúde da sua pasta e, principalmente, enfocou essa questão dos planos de saúde e do SUS – Sistema Único de Saúde –, que atende o paciente que realmente não tem plano algum.

Sr. Presidente, ficamos em uma posição lamentável. Estamos vendo que, recentemente, a Agência Nacional de Saúde Suplementar tem tomado medidas contra planos de saúde que têm adotado posturas e procedimentos que prejudicam não só o médico, mas especialmente o paciente.

Primeiro, é aviltante o valor que se paga em uma consulta médica. Consulta médica significa atendimento a uma pessoa que está doente, que pode, portanto, vir a falecer, que pode ter a doença agravada. No entanto, o que se vê é que as consultas variam de R$15,00 a R$60,00 – a mais complexa é R$60,00!

E mais: os planos de saúde ainda exigem produtividade e impõem regras – o que é mais descabido – sobre o procedimento do médico. Se um médico solicita determinado exame para esclarecer uma patologia ou uma doença, o paciente, quando chega ao laboratório para fazer o exame, às vezes ouve: "Esse exame não tem cobertura do plano de saúde. Só poderá ser feito se for pago."

Então, é preciso que haja, realmente, um verdadeiro mutirão em defesa muito mais do paciente do que mesmo dos profissionais da área de saúde. O que se vê é uma deterioração da profissão tanto do médico quanto dos outros profissionais da área de saúde; um sucateamento dos hospitais no que tange a equipamentos, a materiais elementares, inclusive de procedimentos; erros grosseiros, como, por exemplo, aplicar na veia do paciente em vez do medicamento o alimento, quando o cateter é outro. Todas essas coisas estarrecem, revoltam a população e, sobretudo, desanimam os mais jovens de serem médicos. Isso é muito sério e é preciso realmente...

Eu ouvi atentamente a explanação do Ministro da Saúde. Sei que ele é um homem competente, honesto, e que tem procurado tomar posições muito enérgicas com relação a isso, mas é preciso de fato que nos somemos, Câmara e Senado, ao próprio Ministro, para que possamos encontrar caminhos a fim de que a saúde passe a ter saúde. Hoje, do jeito que está a situação, há um setor de saúde doente sob todos os aspectos: doente no que tange à tristeza de ver aquelas filas intermináveis nos hospitais; o atendimento das pessoas deitadas nos corredores; e, o pior, o aviltamento da profissão pelo pagamento irrisório através dos planos de saúde. E ainda dizem os planos de saúde que aumentaram o valor da consulta médica em tantos por cento. Só que passaram a cobrar do usuário do plano cerca de 400%. Então, é um trabalho voltado simplesmente para o lucro.

É lógico que não vamos pretender que uma empresa que tenha um plano de saúde vá fazer filantropia. Não! Realmente é uma empresa que visa arrecadar, remunerar e ter um bom lucro, mas não se pode fazer da saúde um esquema de mercantilização. E eu lamento muito ver essa situação.

Quero aqui hipotecar solidariedade, como eu disse, não só aos médicos que protestaram contra o aviltamento da profissão, mas, principalmente, àqueles que alertarem a própria população para que vejam que os planos de saúde estão descumprindo. Tanto estão descumprindo que mais de algumas centenas já foram punidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Vejo que a Senadora Ana Amélia pretende fazer um aparte e eu tenho muito prazer em ouvi-la.

A Srª Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Rapidamente, Senador Mozarildo. V. Exª conhece profundamente as questões de saúde, porque é médico e tem dado uma atenção muito grande a essa prioridade nacional. Quero lhe dizer que me preocupa enormemente a situação grave de endividamento das comunidades, das entidades filantrópicas que atuam no atendimento hospitalar; dos hospitais filantrópicos, melhor dizendo, das Santas Casas de Misericórdia no meu Estado, imagino que na sua Roraima também, em São Paulo, no Rio Grande do Sul. Tenho uma preocupação enorme com esse endividamento que inviabiliza a continuidade das atividades dessas instituições. Há uma defasagem enorme da correção das tabelas do SUS para essas instituições e para os serviços de atendimento médico,

como o próprio valor pago a um médico numa consulta. Isso é extremamente grave no momento em que essas instituições são responsáveis por um número muito grande de atendimento à comunidade mais carente pelo Sistema Único de Saúde. É preciso fortalecer o sistema e criar mecanismos de financiamento. Se não fizermos isso, nós criaremos um grave problema no atendimento à saúde da população mais carente. Eu queria, então, me somar à manifestação de V. Exª nesse sentido, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Senadora Ana Amélia, V. Exª complementa o meu pronunciamento, porque eu enfoquei bem no protesto dos médicos, das categorias médicas, através das suas associações, com relação aos planos de saúde. Mas, como V. Exª citou, as instituições filantrópicas, como as Santas Casas – a Santa Casa foi o meu hospital-escola; e vários e vários milhares de estudantes fizeram o seu aprendizado nas Santas Casas – e as beneficências, estão vivendo momentos piores ainda, porque não recebem adequadamente do SUS nem recebem de planos de saúde.

Então, como eu disse, a saúde pública no País, de um modo geral, até mesmo para aqueles que têm plano, está doente. É preciso tomar uma medida radical.

E fico muito preocupado quando apenas se simplifica, Senadora Ana Amélia, a questão, dizendo que o que falta é haver mais recursos para a saúde. O que falta mais no gerenciamento da saúde é...

(Soa a campainha.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) –... seriedade. É preciso acabar com a corrupção no setor de saúde. Inclusive, há um projeto meu e outro do Senador Paulo Davim, tornando crime hediondo a corrupção na área de saúde. É inadmissível ver, como constatou a própria CGU, que, nos últimos anos, mais de R$ 500 milhões foram desviados da Fundação Nacional de Saúde.

Então, tenho confiança de que o Ministro Padilha, pela explanação que fez na Comissão de Assuntos Sociais, vai, de fato, tomar medidas para que possa haver – tenho certeza de que as medidas não são complexas – uma boa fiscalização do Datasus e dos órgãos de fiscalização, como os Tribunais, etc., fazendo que nós possamos, de fato, mudar essa realidade tanto do SUS quanto dos planos de saúde; tanto dos hospitais públicos como dos privados e dos filantrópicos.

(Soa a campainha.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Portanto, Sr. Presidente, quero agradecer-lhe e deixar esse registro já na semana do Dia do Trabalho, chamando a atenção para o trabalhador da área de saúde.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Cumprimento V. Exª, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Passo à

ORDEM DO DIA

Hoje é a segunda sessão em que se encontra na pauta a **Medida Provisória nº 602, de 2012**.

Conforme acordo de Liderança, a pauta continua sobrestada, e a Presidência transfere as matérias constantes da pauta de hoje para a Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa.

Nesse sentido, eu encerro a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 602, DE 2012

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 602, de 2012, que *autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE; altera as Leis nºs 12.337, de 12 de novembro de 2010, e 10.480, de 2 de julho de 2002; revoga dispositivo da Lei nº 12.469, de 26 de agosto de 2011; e dá outras providências*. Parecer sob nº 10, de 2013, da Comissão Mista, Relator: Deputado Beto Faro (PT/PA); e Relator Revisor: Senador Aníbal Diniz (PT/AC), favorável à Medida Provisória e pela rejeição das emendas oferecidas perante a Comissão Mista.

2
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 117, DE 2012
(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 280, de 2013)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2012 (nº 7.330/2010, na Casa de origem) de iniciativa da Presidência da República, que *dá nova redação ao art. 9º da Lei nº 11.803, de 5 de novembro de 2008 (autoriza o Banco Central do Brasil a abrir crédito aos Bancos Centrais da República Argentina e do Uruguai, sob a forma de margem de contingência reciprocamente concedida no âmbito do Sistema de Pagamentos em Moeda Local – SML)*. Pareceres favoráveis, sob nºs 207, de 2013, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo

Suplicy; e 208, de 2013, de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Humberto Costa, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta.

3
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 84, DE 2013
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 84, de 2013 (apresentado como conclusão do Parecer nº 209, de 2013, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Humberto Costa), que *aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2013*.

4
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 85, DE 2013
(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 330, de 2013)

Projeto de Decreto Legislativo nº 85, de 2013, do Senador Eduardo Lopes, que *susta os efeitos da resolução administrativa expedida pelo Tribunal Superior Eleitoral nos autos da Petição nº. 9.495/AM, que redefine o número de Deputados Federais, Estaduais e Distritais*.
Pendente de parecer da CCJ.

5
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 42, DE 2012

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Souza, que *cria Tribunal Regional Federal*.
Parecer favorável, sob nº 1.144, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, com votos vencidos dos Senadores Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ricardo Ferraço, Eduardo Lopes e a Senadora Ana Rita.

6
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 89, DE 2011

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Walter Pinheiro, que *acrescenta § 2º ao art. 52 da Constituição Federal, para estabelecer que os ocupantes de cargo público que tiverem sua escolha aprovada previamente pelo Senado Federal, nos termos do art. 52, III, f, devem comparecer a essa Casa, anualmente, para prestar contas de suas atividades nos respectivos órgãos ou entidades*.
Parecer favorável, sob nº 1.665, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Anibal Diniz.

7
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 86, DE 2011
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Requerimento nº 176, de 2013)
(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 86, de 2011; e 46 e 61, de 2012)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2011, tendo como primeira signatária a Senadora Vanessa Grazziotin, que *cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª Região, com sede em Manaus e jurisdição no Estado do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima*.
Parecer sob nº 101, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos vencidos dos Senadores Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Armando Monteiro; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012, que tramitam em conjunto.

8
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 46, DE 2012
(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 86, de 2011; e 46 e 61, de 2012)
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Requerimento nº 176, de 2013)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para criar o Tribunal Regional Federal da 6º Região, com sede em Belém e jurisdição nos Estados do Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins*.

Parecer sob nº 101, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos vencidos dos Senadores Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Armando Monteiro; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012, que tramitam em conjunto.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, DE 2012

(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 86, de 2011; e 46 e 61, de 2012)

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Requerimento nº 176, de 2013)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Eunício Oliveira, que *cria Tribunal Regional Federal com jurisdição nos Estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte e sede na cidade de Fortaleza*.

Parecer sob nº 101, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos vencidos dos Senadores Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Armando Monteiro; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012, que tramitam em conjunto.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 115, DE 2011

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 115, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Bauer, que *altera o inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, para vedar a instituição de impostos sobre os medicamentos de uso humano*.

Parecer favorável, sob nº 1.536, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Luiz Henrique, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (substitutivo), que oferece.

11

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, DE 2000

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 163, de 2000 (nº 6.167/2002, naquela Casa), do Senador Luiz Pontes, que *cria o Fundo de Apoio à Cultura do Caju – FUNCAJU (desenvolvimento da produtividade da cajucultura)*.

Pareceres sob nºs 1.380 a 1.382, de 2012, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eunício de Oliveira, pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria (em parecer preliminar, nos termos do Requerimento nº 48, de 2009-CAE);

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Wellington Dias, favorável ao Substitutivo da Câmara, exceto quanto às alterações feitas pela Câmara ao texto da ementa e à redação do art. 1º; e

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Benedito de Lira, favorável.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 101, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2008 (nº 6.039/2005, na Casa de origem, do Deputado Paulo Rubem Santiago), que *institui o Dia Nacional do Engenheiro de Pesca a ser comemorado na data de 14 de dezembro*.

Parecer favorável, sob nº 510, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Marco Maciel.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2008 (nº 6.046/2005, na Casa de origem, do Deputado Gonzaga Patriota), que *institui o Dia Nacional dos Agentes de Autoridade de Trânsito*.

Parecer favorável, sob nº 64, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Sérgio Zambiasi.

14

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 60, DE 2010

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução do Senado nº 60, de 2010, do Se-

nador Eduardo Azeredo, que *institui o Grupo Parlamentar Brasil-Dinamarca e dá outras providências*.
Pareceres favoráveis, sob nºs 103 e 104, de 2011, das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon; e Diretora, Relatora: Senadora Marta Suplicy.

15
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 61, DE 2010

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução do Senado nº 61, de 2010, do Senador Eduardo Azeredo, que *institui o Grupo Parlamentar Brasil-Sérvia e dá outras providências*.
Pareceres favoráveis, sob nºs 105 e 106, de 2011, das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Alfredo Cotait; e Diretora, Relatora: Senadora Marta Suplicy.

16
REQUERIMENTO Nº 316, DE 2012
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 316, de 2012, do Senador Jorge Viana, *solicitando voto de aplauso à Comissão Pró-Índio do Acre, instituição criada em fevereiro de 1979, pelo exemplo de trabalho na defesa da cidadania dos povos indígenas nas áreas de educação, saúde, cultura e meio ambiente*.
Parecer favorável, sob nº 283, de 2013, da Comissão Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Vital do Rêgo.

17
REQUERIMENTO Nº 270, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 270, de 2013, do Senador Valdir Raupp, solicitando que, *sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2010, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (fornecimento e instalação dos equipamentos de medição de energia elétrica)*.

18
REQUERIMENTO Nº 277, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 277, de 2013, do Senador Pedro Simon, solicitando que, *sobre o Projeto de Lei do Senado nº 275, de 2012, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (divulgação da razão social e de documentação de emissoras de radiodifusão)*.

19
REQUERIMENTO Nº 307, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 307, de 2013, de autoria do Senador José Pimentel, que *requer, nos termos do art. 258 do RISF, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 93 e 129, de 2011, com os Projetos de Lei do Senado nºs 270, de 2010; 466 e 700, de 2011; 101, 147 e 259 de 2012; e 25, de 2013, por versarem sobre a mesma matéria*.

20
REQUERIMENTO Nº 308, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 308, de 2013, de autoria do Senador Vital Do Rêgo, que *requer, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado n° 270, de 2011, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado n°s: 381, de 2011; 516, de 2011; 565, de 2011; 42, de 2006; 70, de 2011; 71, de 2011; e com o Projeto de Lei da Câmara n° 57, de 2011, seja submetido ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, além das Comissões Constantes do despacho inicial.*

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO
Nº 372, DE 2013

Requeiro, nos termos do inciso I do art. 279 do Regimento Interno, que o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 136 de 2011, que "Estabelece medidas de proteção à mulher e garantia de iguais oportunidades de acesso, permanência e remuneração nas relações de trabalho no âmbito rural e urbano", seja apreciado pela Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, além das comissões constantes do despacho inicial.

Sala das Sessões, de abril de 2013. – Senador **Romero Jucá,** PMDB-RR.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sigo com a lista de oradores, que passou por uma modificação.

Peço a compreensão do Senador Capiberibe, que está presente, mas o Senador Mário Couto se inscreveu como primeiro orador e Líder da Minoria, logo após a Ordem do Dia, e tem preferência como Líder.

Logo em seguida, será V. Exª, Senador João Capiberibe, querido e bom amigo.

Então, com a palavra, o Senador Mário Couto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – V. Exª explicou que a Ordem do Dia está sobrestada, em função de haver medida provisória trancando a pauta.

Eu quero saber se requerimentos que foram encaminhados à Mesa serão apresentados, haja vista que já foi encerrada a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Nós só temos um problema, Senadora Ana Amélia. Eu já estive conversando com a assessoria da Mesa e, regimentalmente, temos o problema do quórum baixo. Então, pode ser que tenhamos uma mudança no quórum e, sem nenhum problema, aquilo que não está trancado por força regimental, passada a Ordem do Dia, certamente, pode ser apreciado.

Vamos só observar o número de registros no painel e cumprir o Regimento, do ponto de vista do número necessário.

Com a palavra, o Senador Mário Couto, como Líder da Minoria e primeiro orador inscrito após a Ordem do Dia, pelo tempo de 20 minutos.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srª Senadora, Srs. Senadores, inicialmente quero dizer da minha alegria de ter, neste final de semana, visitado as cidades de São Caetano de Odivelas e Vigia de Nazaré, no nordeste do Estado do Pará; cidades pesqueiras, que vivem da extração da pesca, que vivem à margem dos oceanos e que nos causaram uma profunda alegria por passarem, esse final de semana, junto com meus irmãos de São Caetano e de Vigia.

Sr. Presidente, às vezes, fico a me perguntar, principalmente nesses últimos dias: para onde estamos caminhando? Que Brasil é este? Me causa uma profunda interrogação com o nosso futuro. Me causa uma profunda preocupação com o futuro do meu Estado, da Virgem de Nazaré, da minha querida padroeira, dos meus irmãos paraenses e dos meus irmãos brasileiros.

A inflação chegou. A ditadura parece que se aproxima. Aquele partido que outrora combatia medidas que hoje ele mesmo faz, ele mesmo proclama.

Pasmem, senhoras e senhores: tudo orquestrado pelo Governo do PT. A Pátria lê os jornais, lê as revistas, e deve se perguntar: "para onde estamos indo?" Aqui, nesta tribuna, por muitas vezes, este Senador alertou aonde íamos chegar. Por várias vezes, eu disse aqui, nesta tribuna, que a ditadura estava chegando novamente a esta Pátria. Ninguém quis ouvir. Talvez alguns tenham dito, silenciosamente, que eu poderia estar doido, e outros disseram: "como esse cara é enjoado".

Está aí. Semana passada, no maior cinismo, queriam derrubar a candidatura da Marina Silva. Não queriam deixar, e não querem. Não querem deixar se criar mais partidos neste País. Mas o tiro está direcionado para cima da Marina. Ordem do Governo, aquele mesmo Governo que pregava a democracia, que dizia ser democrático, que mentirosamente enganava o povo brasileiro. Agora tudo está vindo à tona, Sr. Presidente.

Olhe o cinismo, Sr. Presidente. Para onde estamos indo, Presidente? Qual é a direção que este País está tomando, meu Jarbas Vasconcelos? Olhe, Pátria amada! Olhe como as revistas começam a divulgar as notícias: "a vingança dos mensaleiros". A vingança dos mensaleiros!

Querem tirar a atribuição do Supremo Tribunal Federal, para os mensaleiros não irem para a cadeia, Brasil!

Onde estamos, País querido? Para onde vamos, Brasil?

Só falta dizer que vão prender o Joaquim Barbosa. Coitado! É só o que falta dizer. É só o que falta fazer. Eu disse aqui que os mensaleiros não iriam para a cadeia. Eu disse aqui.

Este é o PT que pregava a democracia. Este é o PT que pregava a seriedade. Este é o PT que pregava respeito à Constituição Federal.

Querem ou já rasgaram a Constituição. Querem tirar atribuições do Supremo Tribunal Federal, que era em que o brasileiro confiava, que é em que o brasileiro confia. O brasileiro já foi consultado milhões de vezes. Ele não confia neste Senado, ele não confia na Câmara, ele confia no Supremo Tribunal Federal. E querem, agora, tirar o poder do Supremo Tribunal Federal e colocar o poder para cá, onde, sempre e de vez em quando, descobrem-se escândalos.

Meu Deus do céu, minha Nossa Senhora de Nazaré, minha padroeira querida, onde estamos? Para onde vamos?

Querem tirar o poder de investigação do Ministério Público, Jarbas Vasconcelos. Querem tirar o poder. Olha aonde chegamos. Querem acabar com o Ministério Público, simplesmente para ir à forra. Querem dizer ao Ministério Público: "Tu denunciaste os mensaleiros, pois agora nós vamos tirar de ti a atribuição de investigação".

Malditos petistas! Aonde querem levar a nossa Pátria, por cuja democracia tanto lutamos?

Meu Presidente, para onde vamos? Para onde estamos caminhando, Presidente? Tirar uma atribuição do Ministério Público? Tirar o poder do Supremo Tribunal Federal, para absolver os mensaleiros, para eles não irem para a cadeia?

Tirar o direito de cada brasileiro que queira se candidatar a Presidente da República, especialmente o de uma senhora de respeito neste Brasil, chamada Marina Silva? Por que estão com medo? Com medo de quê?

Para onde vamos? Para onde vamos, Brasil? É preciso refletir, Brasil. É preciso, Pátria amada, dizer ao teu povo, mostrar ao teu povo o que está acontecendo nesta Pátria. É preciso ter voz. É preciso ter coragem. É preciso ter determinação. Isso é uma vergonha! A ditadura chega, bate à porta.

Querem calar? Querem calar? Para onde Vamos, Presidente?

Presidente, a inflação também chegou, aquela inflação que nós combatemos tanto quanto combatemos a ditadura, e sofremos tanto quanto sofremos para acabar com a ditadura.

O poder de mando, o poder ditatorial, fazer aquilo que o Governo quer.

Eu olhava assustado, na votação passada, para o Plenário. Pensei que os Senadores, na sua totalidade, iriam derrubar aquele projeto. Muitos votaram ainda a favor. Assusto-me com isso, minha Pátria querida. Eu me preocupo com isso, minha Pátria querida.

Eu que vejo a corrupção tomar conta desta Pátria. São quase 100 bilhões – bilhões! – roubados por ano da minha Pátria querida. Corrupção generalizada.

Eu que vejo a inflação corroer o salário do pobre operário brasileiro.

Eu que vejo a maior inflação deste País chegar a minha terra querida. A maior inflação está na nossa terra paraense. A maior inflação é a do Estado do Pará.

A base, Presidente, da comida do paraense é o açaí com farinha de mandioca, principalmente no interior do interior, onde está aquele mais pobre, aquela mais pobre. O litro do açaí foi a quase 200% de aumento, Presidente. A farinha de mandioca passou de R$2,00 para R$10,00, Dilma. Ô Dilma, tu não comes farinha, nem tomas açaí, Dilma. Tu só comes filé-mignon. E tu nem sabes o preço, hoje, do filé-mignon.

Presidente, o quilo de feijão, do tomate, da batata, da cebola. Aí aumentam os juros para conter a inflação. Não adianta, Presidente, não adianta. Fizeram um mal terrível para este País. Não tem economista capaz de conter a inflação brasileira. Colocar a culpa na safra é mentira, é mais uma mentira do PT.

Não fizeram, Presidente, a infraestrutura de que o País precisa para produzir. Nós não temos estradas, Presidente. Nós não temos escoamento dos produtos. Não há como! Pode aumentar juro como quiser. O Produto Interno Bruto não vai chegar à meta, Presidente. Estão mentindo de novo. O Produto Interno Bruto não vai chegar à meta!

Para onde vamos, Brasil? Onde estamos, Brasil? Numa inflação galopante e num sinal ditatorial, num sinal de ditadura evidente, que ninguém pode negar hoje! A Presidenta está mostrando do que ela é capaz. Uma Presidenta tirar o poder de um Supremo Tribunal Federal! Eu não digo que é o Deputado A, B, C ou D, porque eles são mandados, eles obedecem. Eles não querem perder a migalha que vem a eles do Planalto. Eles não sabem nem o que estão fazendo à Pátria, nem o que estão fazendo à Pátria! Mas ela sabe.

A Dilma sabe o que é tirar do Ministério Público a atribuição de investigar. Ela sabe o que é tirar o poder do Supremo Tribunal Federal, para que os mensaleiros não vão para a cadeia. Ela sabe! Ela sabe o que é cortar o direito daqueles que têm o direito de se candidatar à Presidência da República. Ela sabe! Ela sabe que não tem mais condições de conter a inflação. Ela sabe!

Presidente, só existe um jeito: eu vou apresentar um projeto de lei para o próximo salário mínimo. Eu quero ver, Presidente, quem é que vai estar contra R$700,00. Ora, ora, Jarbas! Bolsa Família. Tudo bem, Jarbas. Como está o Bolsa Família com a inflação, Jarbas? Perdeu o sentido. A inflação corrói a bolsa família.

Não temos saúde. Não temos educação. Cinco litros de açaí e já foi a bolsa família, sem contar com a farinha de mandioca! Bastam cinco litros de açaí e já foi a bolsa família, sem contar com a farinha de mandioca!

Eu mandei comprar, Presidente, mas não quis trazer para colocar aqui em cima porque um Senador me disse: "Olha, tu vais virar aí um Sílvio Santos, colocando os produtos aqui em cima da mesa. Não faz isso, Mário Couto!" Aí eu acabei seguindo o conselho do Senador. Foi um Senador da Paraíba que me pediu para não trazer o açaí. Eu até dei o açaí. Mas eu senti que o pobre assalariado não tem condições de ter um salário mínimo de R$700,00 neste País!

Eu estou entrando, na forma que preceitua o art.7º, inciso IV, da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, com a fixação de R$1.400,00 para o valor do salário mínimo nacional. Eu quero ver quem vai estar contra o que eu estou propondo aqui! Não tem outra forma, não tem outra forma de salvar o povo brasileiro da fome! Não adianta mentir. Chega de mentira! Dão para os Deputados fazerem o que não tem coragem de dizer: "Sou eu que quero tirar o poder do Supremo. Sou eu que não quero a Marina como candidata. Sou eu que quero tirar a atribuição do Ministério Público. Sou eu que quero caminhar em direção da ditadura neste País". Eu não tenho como controlar, Brasil! Eu não tenho mais como controlar!"

Não tem economista, no mundo inteiro, que controle a inflação. Não tem ninguém, porque não cuidaram da infraestrutura do País. Não existe, Presidente. E agora querem dar R$700,00 de salário mínimo para o povo brasileiro viver, com o custo dos produtos que estão na prateleira do supermercado.

Mata! Dilma, mata! Mata, Dilma! Tortura, Dilma! Liquida, Dilma!

(Soa a campainha.)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Vou descer, Presidente. Vou descer.

Presidente, isto aqui dá um filme: "A vingança dos mensaleiros". Isso aqui dá um filme. Se eu fosse produtor de cinema, eu faria um filme. Isto é um filme.

Condenaram os caras e se criou o mito, no Brasil, chamado Joaquim Barbosa. Esse é o homem que conseguiu colocar na cadeia um bando de petistas que tinham roubado o Brasil. E depois de um mês, este Senador subiu nesta tribuna...

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – ... eles vão se vingar do Supremo, além de não serem presos. Pior: não vão ser presos, mas vão se vingar do Supremo tirando as atribuições máximas do Supremo, rasgando a Constituição nacional!

E quem faz isso? Ah, são os Deputados. Mentira, Presidente! Quem faz isso é a Dilma, Presidente. Ela tem, no sangue, o sabor da ditadura. E o chavismo está chegando no País, Presidente. Prepare-se!

(Soa a campainha.)

Durante o discurso do Sr. Mário Couto, o Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Casildo Maldaner, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Após as palavras do Senador Mário Couto, agora, vamos ouvir, pela inscrição, o eminente Senador João Capiberibe, pelo Estado do Amapá.

V. Exª está com a palavra, Senador.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, antes de entrar no tema que me trouxe à tribuna, eu queria cumprimentar o casal que está aqui, a Luciana, o Ralf e a Valentina, um bebê de três meses que trazem no colo. São lá do meu Estado do Amapá. Os dois são empresários e fabricam um dos melhores sorvetes que eu, que gosto muito de sorvete, já tomei.

Sr. Presidente, senhores telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, o Fantástico, revista dominical exibida pela Rede Globo, está mostrando ao País os gargalos que impedem o crescimento sustentado do Brasil.

Em reportagens anteriores, o programa mostrou bilhões de reais desperdiçados no sistema elétrico, na transposição do Rio São Francisco e em ferrovias e portos, na série "Brasil, quem paga é você".

Na questão dos desperdícios e gargalos na logística, a repórter Sônia Bridi apresentou um dado preocupante. Abre aspas:

> *No preço de tudo que a gente compra, 20% são o custo do transporte. Dá R$2,00 em cada R$10,00. Isso tem consequência. Este ano, por exemplo, o Brasil teve uma supersafra de grãos. E a comida ficou mais barata? Não. Porque o preço do transporte fica mais caro ano a ano. De 2003 até 2011, o frete desde a lavoura até o consumidor mais do que triplicou. É uma situação absurda. E essa conta acaba sendo paga por todos nós. A velocidade que o Brasil precisa ainda não entrou nos trilhos. É preciso uma caminhonete fazendo as vezes de trem para percorrer a Ferrovia Norte-Sul no centro do País.*

Vi a reportagem sobre os gargalos nas ferrovias e portos e um detalhe me chamou a atenção: Bernardo Figueiredo, Presidente da Empresa de Planejamento e Logística, apresentou um mapa de 10 mil novos quilômetros de ferrovia para escoar as cargas do País, no qual o Porto de Santana, no Amapá, não está incluído. O curioso, Sr. Presidente, é que, dos 39 mil quilômetros de ferrovia existentes no País, pelo menos de 12 a 15 foram construídos por Dom Pedro II. Isto mostra por que nós estamos pagando 20% de frete nos produtos que consumimos. Imaginem que nós somos um País que não tem como retirar as riquezas produzidas nas regiões mais distantes.

Bernardo Figueiredo apresentou um mapa de 10 mil novos quilômetros de ferrovia para escoar as cargas do País, repito, no qual o Porto de Santana, no Amapá, não está incluído.

O Porto de Santana, antigo Porto de Macapá, existe desde 1982, com a finalidade de original de atender à movimentação de mercadorias, por via fluvial, transportadas para o Estado do Amapá e para a Ilha de Marajó. Todavia, pela sua posição geográfica privilegiada, tornou-se uma das principais rotas marítimas de navegação, permitindo conexão com portos de outros continentes, além da proximidade com o Caribe, os Estados Unidos, a China e a União Europeia, servindo como porto de entrada e saída da Região Amazônica.

É bom lembrar de que nós estamos no Hemisfério Norte, estamos lá em cima, bem mais próximos dos países ricos.

A área de influência do Porto de Santana compreende toda a Bacia Amazônica e os principais portos da região.

Em 2002, o Porto de Santana movimentou 476.118 toneladas e, 10 anos depois, em 2012, embarcou 9.574.176 toneladas de carga, com ênfase para os minérios de ferro, cromita e manganês e, ainda, madeira, cavaco de eucalipto e *pinus*, biomassa e pasta de celulose. Pelo que se vê, é só matéria-prima. Nós somos exportadores de natureza, Sr. Presidente, infelizmente. Desde o Império até hoje, não conseguimos mudar essa condição de exportadores de natureza.

A não inclusão no mapa apresentado à repórter Sônia Bridi pelo dirigente da Empresa de Planejamento e Logística (EPL) do Porto de Santana demonstra que alguma coisa estranha está no ar – aliás, estranhíssima. Um porto com esse potencial ficar fora de qualquer planejamento logístico deste País é muito estranho.

Afinal, não faz muito tempo que o Conselho de Autoridade Portuária (CAP) deu ciência de autorização expedida pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) que permite o uso temporário da área pertencente à Companhia Docas de Santana (CDSA) para construção de silos da empresa Companhia Norte de Navegação (Cianport). A solicitação para a implantação do projeto de construção de três silos para o armazenamento de grãos, para a construção de correias transportadoras e para a instalação de balança de fluxo foi feita ainda no ano de 2012. Após a aprovação da Antaq, as obras de construção dos silos foram iniciadas e deverão ser finalizadas, de acordo com o cronograma da Cianport, em outubro de 2013.

Além de ampliar a competitividade da exportação de grãos no Norte do Brasil, esse projeto também gerará emprego e renda no Município de Santana, proporcionando o desenvolvimento da economia local e o fortalecimento do setor naval na região.

O objetivo da Cianport é explorar as oportunidades do corredor logístico BR-163/Rio Tapajós, que será capaz de escoar até 20 milhões de toneladas de grãos do Mato Grosso pela Região Norte e que vai exigir investimentos de R$3 bilhões na construção de estações de transbordo, de armazéns, de terminais portuários, de empurradores e de barcaças, reduzindo, dessa forma, o custo do frete e aumentando a competitividade.

Por isso, é estranho que o Porto de Santana não esteja nas prioridades da EPL para atenuar os gargalos de logística no escoamento das safras de grãos produzidas na Região Centro-Oeste. Há um interesse muito grande de produtores da Região Centro-Oeste em canalizar e escoar seus grãos pelo Porto de Santana. Eles nos têm visitado com muita frequência.

Com certeza, alguma coisa deve estar por trás dessa omissão. Isso não pode ser de graça. Como diz o ditado popular, "o tempo é o senhor da razão".

Pois não é que veio à baila na semana passada um fato ocorrido em dezembro de 2002, que se pode relacionar com a não inclusão do Porto de Santana no planejamento da EPL? Uma informação de 2002 pode estar relacionada com a não inclusão do porto no planejamento de logística portuária.

Vamos aos fatos ocorridos há 11 anos.

Em 2002, a então Governadora e hoje Deputada Federal Dalva Figueiredo, pelo PT do Amapá, fez várias reuniões com técnicos do Ministério dos Transportes, inclusive com o próprio então Ministro João Henrique de Almeida Sousa, mostrando a importância de o Governo do Amapá ter o controle da administração do então Porto de Macapá.

Eu tenho aqui o documento que a Governadora enviou para o Ministro no dia 13 de novembro de 2002, manifestando esse interesse em gerenciar o porto. Dalva encaminhou, no dia 13 de novembro de 2002, ofício ao Ministro deixando claro o interesse do Estado em administrar o porto. No documento, ficam evidentes os encontros que técnicos do Poder Executivo do Amapá tiveram em Brasília. Havia uma negociação em curso.

"Em decorrência dos proveitosos e oportunos contatos mantidos entre nosso governo e esse Ministério, dirijo-me a V. Exª para manifestar o interesse deste Governo em tornar-se autoridade portuária do Porto de Macapá, em Santana, desvinculando-o da administração das Docas do Pará", diz a então Governadora Dalva Figueiredo no documento enviado ao Ministro.

Vale lembrar, que ao assumir o Governo, em 5 de abril de 2002, Dalva, que foi minha sucessora no Governo do Amapá depois de dois mandatos, tomou como bandeira a administração do porto. Nas entre-

vistas que deu na época, ela tinha o pensamento de que o Estado era o melhor ente para assumir essa responsabilidade.

Infelizmente para o Amapá, um mês depois, em 14 de dezembro de 2002, a União transferiu a administração da Companhia Docas de Santana para a Prefeitura Municipal de Santana. Assinam o convênio – aqui está o convênio assinado no dia 14 de dezembro de 2002 – o ex-Ministro dos Transportes João Henrique de Almeida Souza, o ex-Presidente da Companhia Docas do Pará Carlos Nunes, o ex-Prefeito de Santana Rosemiro Rocha e o ex-Presidente da Companhia Docas de Santana Rodolfo dos Santos Juarez.

O acordo é endossado pelo Senador peemedebista José Sarney e pelos, hoje, ex-Senadores Gilvam Borges, do PMDB, e Sebastião Bala, do PDT, que assinam o documento de transferência como testemunhas do convênio, ficando clara uma poderosa articulação política para transferir a gestão do porto das Docas do Pará para a Prefeitura de Santana.

Em uma manobra política, para que o Porto de Santana não fosse gerido pelo Governo do Amapá, as autoridades de então, ao entregarem o porto para a prefeitura, decretaram sua estagnação, pois a municipalidade não teria condições de gerir um porto como o de Santana. Na verdade, a Prefeitura de Santana mal consegue tapar os buracos da cidade; a cidade está em situação absurdamente precária.

Naquela ocasião, existiam dois cais, chamados de A e B, um armazém de 2,8 mil metros quadrados para carga geral, um galpão de 1,5 mil metros quadrados, um pátio de 3 mil metros quadrados e um pátio de contêineres com 16,5 mil metros quadrados. Passados 11 anos, o patrimônio físico é absolutamente o mesmo. Não existe sinal de nenhum investimento. O porto ficou estagnado em sua estrutura apesar do crescimento do volume de cargas.

Alguém ganhou com essa transferência irresponsável, pois, em termos práticos, o Amapá não ganhou absolutamente nada, o Amapá perdeu. E o Município de Santana perdeu muito mais, porque deixou de gerar milhares de empregos. O desenvolvimento do porto geraria os empregos de que a comunidade de Santana necessita.

Na verdade, desde 2002, a Companhia Docas de Santana tem servido somente para fins políticos e eleitoreiros. Isso ficou claro no dia 3 de junho de 2011, quando o ex-Prefeito Antônio Nogueira e o atual Prefeito, Robson Rocha, trocaram acusações em uma emissora de rádio.

Robson acusou o então Prefeito de malversação de recursos da Companhia Docas. Disse que Nogueira fez uma transferência ilegal, no valor de R$4 milhões, para a conta da prefeitura, que, depois, teria sido repassado para a Santana Previdência.

Na outra ponta, o então Prefeito Antônio Nogueira rebateu Robson com fortes criticas ao ex-Prefeito Rosemiro Rocha, pai de Robson Rocha. Segundo Nogueira, na gestão do pai do atual Prefeito, foram desviados recursos do Porto de Santana. Por conta disso, o ex-Prefeito foi preso na Operação Pororoca, deflagrada em novembro de 2004.

Por conta das denúncias de desvio de recursos e de estagnação, o Governador Camilo Capiberibe decidiu buscar apoio em Brasília para modernizar o porto, para desenvolvê-lo, ampliá-lo. Na avaliação dele, a Companhia Docas de Santana, apesar de estar concedida à Prefeitura de Santana, pertence à União, e o desenvolvimento daquela Companhia é de interesse do povo do Amapá.

Por isso, o Governador do Amapá e a Secretaria dos Portos da Presidência da República pretendem investir R$5 milhões em projetos de modernização do porto, apesar da falta de visão estratégica da EPL, que ignora solenemente o Porto de Santana no Plano Nacional de Logística Portuária.

Para que a história de 2002 não se repita é que estamos atentos.

Eu, o Senador Randolfe Rodrigues e parte da bancada federal apoiamos o Governo do Amapá na retomada dessa luta, pois parece que foi estratégico deixar a administração das Docas sob a responsabilidade da Prefeitura de Santana. Quem fez isso sabia que a prefeitura não teria como promover o desenvolvimento do porto. O objetivo da irresponsabilidade de 2002 era o de deixar o porto não crescer.

A mão invisível que não quer o desenvolvimento do Amapá se tornou visível, com a descoberta do documento de 14 de dezembro de 2002, que transferiu o Porto de Santana para quem não dispunha de mínimas condições de administrá-lo.

Por isso, Sr. Presidente, é preciso estar atento e forte.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Ouvimos as palavras de V. Exª, Senador Capiberibe, relatando sobre logística e sobre a expectativa em relação ao Porto de Santana, no Amapá, e dizendo que temos de ficar vigilantes.

Há aqui a inscrição da Senadora Ana Amélia e, depois, a do Senador Mozarildo. Aliás, o Senador Rodrigo Rollemberg permutou com o Senador Mozarildo Cavalcanti. O Senador Jarbas Vasconcelos vem na sequência. E, como Líder, também está inscrito o Senador Armando Monteiro.

Consulto a Mesa: o Senador Capiberibe falou como orador inscrito? (*Pausa.*)

S. Exª falou como orador inscrito.

V. Exª permite que a Senadora Ana Amélia faça o seu pronunciamento?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – É claro, é claro!

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Vejo outro Senador aqui. Quando aqui cheguei, já se encontrava no plenário o Senador Jarbas Vasconcelos, que vai falar por Pernambuco e pelo Brasil. Aliás, o Senador Armando Monteiro também é de Pernambuco.

Tem a palavra a Senadora Ana Amélia, do grande Rio Grande do Sul, que fala ao Brasil.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente desta sessão, Senador Casildo Maldaner; caros Senadores; senhoras e senhores telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado; atenciosos servidores desta Casa, o tema que vou abordar, Senador Casildo Maldaner, diz respeito às questões que estamos debatendo agora nesta encrenca institucional, e deveremos fazer tudo para que não amplie sua repercussão.

Não vejo nenhum risco hoje quanto à boa harmonia entre os Poderes. O Supremo Tribunal Federal está cumprindo rigorosamente seu papel, nós aqui estamos fazendo o que devemos fazer, mas temos de zelar também pelo direito das minorias, Senador Jarbas Vasconcelos.

Antes disso, eu queria apenas dizer que me surpreendi. Costumamos fazer solicitações a determinados órgãos públicos, especialmente no plano federal, e é demorado o retorno. Eu queria, então, fazer um registro.

Encaminhei ao Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, no dia 23 de abril, na semana passada, uma correspondência, porque fui representante da comissão brasileira, liderando a representação parlamentar, em um encontro da União Interparlamentar na cidade de Quito, capital do Equador, no mês de março. Lá, recebi uma delegação do Iraque pedindo a intermediação dos Parlamentares brasileiros, que estavam lá sob minha liderança, para que fosse renegociada uma dívida do Iraque. Eu encaminhei a solicitação ao Secretário, Carlos Márcio Cozendey, e, no dia 26 de abril, eu recebo essa correspondência com uma clara resposta e um posicionamento.

Então, eu queria, publicamente – porque aqui a gente critica –, agradecer. Claro que muitos pensarão: essa é a obrigação do Secretário de responder a um Senador. Mas, como isso é raro, eu queria, então, agradecer ao Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda pelas informações que me envia sobre o processo, que é complexo, dessa renegociação da dívida com o governo do Iraque. Penso que é também positivo que a gente reconheça esses avanços.

Mas eu queria retomar a questão, Senador Casildo, porque penso que o fortalecimento das instituições nas três esferas de Poder da Federação, Executivo, Legislativo e Judiciário, deve ser prioridade dos agentes que lideram essas estruturas. Quanto mais eficientes forem o Congresso Nacional, a Suprema Corte, o Ministério Público, as Polícias Federal, Civil, Rodoviária, Estaduais, Militares ou quaisquer instituições públicas e foco no cidadão, isso será muito melhor para a sociedade e, sobretudo, para a democracia. Essa eficiência é mais bem-alcançada quando há independência e liberdade de atuação, que é a essência democrática para essas instituições se tornarem mais fortes.

Nos últimos dias, as interações na minha página nas redes sociais, mais especificamente na minha página e nos meus perfis do Facebook, demonstraram a preocupação da sociedade com o fortalecimento das instituições. Num *post* relacionado à PEC nº 37, no qual eu informei sobre a minha presença no ato contra essa proposta, na última quarta-feira, 24 de abril, mais de 25 mil internautas interagiram na página. Entre os que comentaram, mais de 90%, Senador Casildo, posicionaram-se contra a PEC nº 37, que atribui exclusividade de investigação às Polícias Federal e Civil para investigar crimes e limitar o poder de atuação do Ministério Público.

Eu dou especial atenção à instituição Ministério Público não só porque o meu Estado, o Rio Grande do Sul, tem um Ministério Público extremamente competente e dedicado aos compromissos em defesa do interesse da sociedade, que é esse o papel do Ministério Público, mas também porque sou viúva de um Procurador de Justiça do meu Estado. Por isso, tenho pela instituição um especial carinho não só institucional, mas também pessoal.

Boa parte da população, Senador, já percebeu que a autonomia para investigar crimes, por exemplo, aumenta as chances de solução de delitos. Por isso sou favorável ao fortalecimento do Ministério Público nas diferentes áreas de atuação do órgão, sejam elas estaduais, federal, trabalho e outras, e também a autonomia das instituições competentes para realizar investigações criminais. Qualquer interferência contrária é um retrocesso, um descompasso em relação à lógica da cidadania e da moralidade.

Como jornalista que fui durante mais de quarenta anos na minha vida profissional, não posso admitir qualquer tentativa de amordaçamento do Ministério Pú-

blico nem de outras instituições, como a imprensa, por exemplo, fundamentais para os debates democráticos.

Agora há pouco, uma repórter de um jornal do Rio Grande do Sul me pergunta se o Senado havia tocado no caso rumoroso de várias prisões envolvendo autoridades do meu Estado na área do meio ambiente. Não. Nós não falamos, mas isso prova, e se espera, que as instituições policiais, como a Polícia Federal, estejam agindo republicanamente, com a sua responsabilidade nesses casos. É a única forma de que a democracia e os compromissos com a Constituição estejam sendo respeitados.

Investigações importantes e recentes puderam ser elucidadas porque as autoridades competentes coletaram o maior volume de dados e informações sobre crimes bárbaros e lamentáveis. Talvez até essa discussão sobre a PEC nº 37 tenha mostrado um empenho mais, digamos, prioritário das polícias para mostrar a sua eficácia. É aquela velha máxima do Deng Xiaoping: "Não importa que o gato seja preto ou pardo, desde que cace o rato."

Não vamos discutir aqui o mérito dessas investigações, se as polícias estão agindo com mais eficácia, para justificar que seja ampliado o poder da polícia e reduzido o poder do Ministério Público. Não é disso que se trata. Todos têm que desempenhar o seu papel. O que não podemos é limitar ao Ministério Público esse poder investigativo.

As investigações feitas pelas autoridades policiais do meu Estado, o Rio Grande do Sul, permitiram, em rápido espaço de tempo, a prisão de Luan Barcelos da Silva, de 21 anos, que confessou ter assassinado seis taxistas no meu Estado em um curto espaço de tempo. Os crimes ocorreram há menos de um mês. Nas duas noites em que aconteceram as mortes, o jovem acenou para táxis na rua. Em seguida, sentava no banco traseiro e indicava um destino. Ao chegar ao local, ele retirava, sacava um revólver calibre 22 de uma pasta e disparava à queima roupa dois tiros na cabeça do motorista, sem anunciar o assalto. Antes de deixar o carro, o jovem recolhia o celular e o dinheiro da vítima – ao todo, o rapaz, o bandido roubou R$870,00 –, e depois voltava a andar na rua para procurar outro taxista e repetir o crime.

Felizmente, a polícia do Rio Grande do Sul agiu com eficiência, porque ela tinha aquilo de que mais precisa: informação, inteligência. É isso que é a base da eficácia no desvendamento de crimes rumorosos.

O mesmo caso aconteceu agora com a dentista Cinthya Magaly Moutinho de Souza, de 47 anos, que morreu queimada no próprio consultório, em São Bernardo do Campo, no ABC paulista, por ter apenas R$30,00 na sua conta bancária. Esse é também outro exemplo da importância do trabalho de cada uma das instituições.

Assim como o Ministério Público tem importância como fiscal das leis, as autoridades policiais são essenciais para permitir soluções rápidas contra a violência. Graças à independência dos Poderes e ao fortalecimento das instituições, a Justiça decretou, na última sexta-feira, a prisão temporária de Jonathan Cassiano Araújo, de 21 nos, suspeito de atear fogo e matar a dentista.

Hoje, de manhã, foi anunciada, no noticiário de televisão, a prisão de todos os envolvidos nesse bárbaro crime, que assustou o nosso País, porque também a impunidade é uma das causas do aumento dessa violência e desses crimes com requintes de crueldade.

Portanto, esses fatos precisam ser considerados. Os ganhos com instituições mais fortes superam as instâncias da segurança pública. Recentemente, ao avaliar a importância dos programas de transferência de renda para a diminuição da pobreza em nosso País, o Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Marcelo Neri, destacou a estabilização econômica e o fortalecimento das instituições democráticas como as bases fundamentais, na última década, para o aumento da inclusão social e melhor distribuição dos rendimentos na América Latina. Dos 17 países do continente, 13 apresentaram melhora nos índices sociais registrados nos últimos 10 anos, segundo o Ipea.

Essa também é a avaliação do Diretor-Geral da Fundação Botín para o Fortalecimento da Gestão Pública na América Latina, Íñigo Sáenz de Miera. Em artigo publicado em março, no jornal *Valor Econômico*, o especialista afirma que o motor do desenvolvimento das sociedades é a força que reside em cada uma das pessoas que as integram. A condição necessária para que essa força gere crescimento é o bom e correto desempenho das instituições, sobretudo as públicas.

Para que uma sociedade experimente longo período de desenvolvimento sustentável, suas instituições públicas precisam funcionar bem, de maneira adequada ao papel que lhes é correspondente e desempenhando esse papel com transparência e eficiência. Não fosse essa prerrogativa, não existiria, por exemplo, o inquérito que resultou no independente julgamento da famosa Ação Penal nº 470, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), mais conhecida como mensalão. A imprensa também teve papel relevante nesse processo rumoroso e considerado histórico em nosso País.

Sou, portanto, favorável à independência e ao entendimento.

Ontem, inclusive, o jornal *O Globo*, publicou reportagem com base em depoimentos de historiado-

res, indicando, Senador Jarbas Vasconcelos, que os conflitos entre os Poderes são recorrentes na nossa história, mas que o princípio fundamental de divisão de atribuições dos Poderes deve ser respeitado. É por isso que nós temos que lutar sempre, mantendo a vigilância sobre essa situação. Na democracia, restringir a independência e a competência das instituições é, como disse antes, um retrocesso.

Para encerrar, quero dizer que fiquei muito entusiasmada com a iniciativa do Senador Rodrigo Rollemberg de levar um grupo de Senadores – V. Exª, inclusive – ao Ministro Gilmar Mendes, que é o Relator do processo gerado pela provocação feita pelo Senador Rollemberg a respeito do direito da minoria. Nós, aqui, no regime democrático, não podemos deixar de admitir que a minoria tenha o seu direito. Ora, se um partido político, recentemente, teve o direito de ser constituído com base na lei em vigor, por que o mesmo direito não pode ser dado à ex-Ministra Marina Silva, que tenta criar aqui o seu partido político? Como já aconteceu em passado não muito remoto aqui nesta Casa, o Supremo Tribunal Federal foi invocado para que as minorias pudessem constituir uma CPI aqui, no Senado Federal, para investigar questões rumorosas de malfeitos em nosso País. Agora, da mesma forma, a minoria precisa ficar atenta ao resgate desse direito. O que nós fizemos aqui, na sessão da semana passada, foi exatamente impedir uma votação, a toque de caixa, que visava, unicamente, a podar, cercear, amordaçar, tirar a liberdade e o direito da Senadora Marina Silva de ter a sua própria agremiação partidária com vista ao pleito de 2014.

Todos os jornais desse fim de semana trouxeram uma informação preocupante, o que, para mim, não é nenhum tipo de crise entre os Poderes, mas tão somente uma manifestação clara da responsabilidade que tem esta Casa, que tem o Supremo, que tem o Poder Executivo.

Tomara que a conversa entre o Presidente Renan Calheiros e o Presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, seja também nesse nível. O Congresso não pode cobrar nada do Supremo, como o Supremo não pode. Apenas o Supremo tem o direito de, sobre aquilo que nós não fazemos, como aconteceu em relação ao FPE, como aconteceu em relação ao trâmite das medidas provisórias, o Supremo tem que se manifestar para que a gente cumpra o dever de casa. Então, não podemos reclamar quando a Corte coloca nos eixos aquilo que nós devemos cumprir.

Por fim, Senador Casildo Maldaner, Srs. Senadores, eu queria reforçar a importância do depoimento que a Presidente da Petrobras, Graça Foster, fará nesta Casa, mais especificamente na Comissão de Assuntos Econômicos, a meu requerimento, agendada para o dia 21 de maio, presidida pelo nosso atento e dedicado Senador Lindbergh Farias.

Todos os jornais desse fim de semana trazem uma informação que preocupa: Petrobras tem queda de 16,5% no lucro. Segundo o balanço da empresa, o lucro líquido da companhia foi, nos três primeiros meses deste ano, de R$7,693 bilhões. No primeiro trimestre do ano passado, o lucro da Petrobras alcançou R$9,200 bilhões. Com esse desempenho, o valor de mercado da estatal caiu 27%, na comparação com o mesmo trimestre de 2012. Passou de R$311,659 bilhões para os atuais R$228,203 bilhões.

Ainda que essa queda tenha sido esperada pelos analistas de mercado, é importante avaliar com mais profundidade os motivos que levaram a empresa a apresentar os recentes resultados. Segundo a Petrobras, o aumento de despesas com tributação sobre o lucro foi um dos motivos dessa queda. É preciso considerar o atual momento da empresa. A própria Presidente, que conhece bem o setor, reconheceu que, nos últimos anos, a companhia passou por dificuldades que precisam ser superadas, como a insuficiência de refino do petróleo.

É preciso atenção aos novos projetos e à nossa ainda consequente dependência de petróleo e combustíveis importados. É preciso entender as dificuldades para cumprir as metas de produção e formas de modernizar ainda mais a gestão da empresa. Desde 1997, a companhia ficou mais competitiva.

É preciso aproveitar também a elevada capacidade intelectual dos profissionais que atuam no setor de óleo e gás e criar condições para a geração sustentável de mais emprego e renda oriundos do setor de energia. Em tempos de incertezas, precisamos aumentar o foco na gestão de qualidade, sobretudo na gestão transparente, eficiente e qualificada, e fortalecer a Petrobras economicamente. Essa é a maior empresa estatal brasileira. Precisamos que ela seja não só um instrumento político, mas também um instrumento de fomento ao crescimento da nossa própria economia, na área de ciência e energia. Isso sendo feito, estaremos no caminho de fortalecer não apenas as instituições públicas, mas também instituições, como a Petrobras, que são essenciais para o nosso País no campo econômico e até em termos da própria inflação, Senador Casildo Maldaner, porque, afinal, o preço da gasolina, quando aumenta, se reflete sobre todos os demais preços.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – A Mesa cumprimenta V. Exª, Senadora Ana Amélia, por ter abordado – se não estou equivo-

cado – três temas, como a PEC 37, que desenvolve a independência dos poderes, que harmonicamente funcionam, e, preocupada, culmina com a questão da Petrobras.

Com a palavra, o eminente Senador Jarbas Vasconcelos, pelo grande Estado de Pernambuco.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Meu caro Presidente, Senador Casildo Maldaner, que preside esta sessão, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, quero pedir atenção especial desta Casa para a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 18/2013, de minha autoria, que altera o art. 55 da Constituição Federal para tornar automática a perda do mandato de parlamentar nas hipóteses de improbidade administrativa ou de condenação por crime contra a Administração Pública.

A aprovação dessa PEC, Sr. Presidente, tornou-se ainda mais premente, em minha opinião, diante do equívoco cometido na semana passada pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, ao aprovar uma proposta que dá ao Congresso Nacional o poder de rever decisões do Supremo Tribunal Federal.

Já conversei com o ilustre e operoso Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senador Vital do Rêgo, para que ele designe, assim que for possível, um relator para a PEC nº 18, de 2013. Não peço algo de natureza pessoal, mas estou convicto de que precisamos colocar um ponto final nessa conduta do Partido dos Trabalhadores contra o Supremo Tribunal Federal.

É de se perguntar, Sr. Presidente: que País é este?

Com certeza não era o País que imaginávamos quando fizemos a campanha das Diretas Já, há 30 anos; quando promulgamos a Constituição Cidadã, como a batizou o Doutor Ulysses Guimarães, há 25 anos. Nesse período, nunca vi o Estado democrático de direito ser tão bombardeado como ultimamente.

Srªs e Srs. Senadores, nas últimas semanas, assistimos algumas discussões sobre propostas que colocam em risco o Estado de direito e deixam todos nós em alerta. Propostas autoritárias pensadas e respaldadas politicamente pelo Governo da Presidente Dilma Rousseff e pelo PT. A responsabilidade disso é da Presidente Dilma, que comanda essas ações perigosas contra o Estado de direito, contra o Congresso Nacional e contra o Supremo. Tivesse a presidente voz altiva, firme, com toda certeza o Partido dos Trabalhadores não agiria desta forma, sobretudo na Câmara dos Deputados.

Exemplos não faltam, Sr. Presidente, como a PEC nº 37, a que também se refereriu a Senadora Ana Amélia, que me antecedeu na tribuna, que retira o poder de investiga do Ministério Público; temos também a proposta reiterada do PT pelo controle da mídia, que, vez por outra, surge na imprensa; outro abuso é o Projeto de Lei da Câmara n° 14/2013, que pretende impedir o surgimento de candidaturas à Presidência da República de oposição, como a da ex-Ministra e ex-Senadora Marina Silva; e, finalmente, essa esdrúxula PEC n° 33/11, que obteve o aval escandaloso da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

Espero que essa decisão da CCJ da Câmara seja reavaliada, que essa insensatez não represente o sentimento da maioria dos Deputados Federais. Espero que tenha sido apenas um ato isolado de um grupo de radicais que tomou de assalto a Comissão de Constituição e Justiça, em mais uma tentativa torpe, mesquinha e inconstitucional do PT e dos seus aliados em retaliar a Suprema Corte por causa da condenação imposta aos envolvidos no escândalo do mensalão.

É ainda mais assustador saber que essa PEC, de autoria do Deputado Nazareno Fonteles, do PT do Piauí, foi aprovada sem debate, numa sessão esvaziada da mais importante Comissão da Câmara. E os dois notórios Deputados mensaleiros do PT, José Genoíno e João Paulo Cunha, tiveram o disparate e a cara de pau de participar da votação na qual a proposta foi aprovada.

Sinceramente, Srªs e Srs. Senadores, não me surpreendem episódios desse tipo, pois eram passíveis de ocorrer, desde o momento no qual o PT indicou os dois Deputados para integrar a mais importante Comissão da Câmara dos Deputados – apesar da condenação determinada pelo Supremo Tribunal Federal.

Conflitos localizados entre os Poderes da República podem até ser considerados normais. O Brasil, por incrível que pareça, ainda precisa consolidar muitas das conquistas efetivadas na Constituição de 1988. Infelizmente, ainda persistem "bolsões autoritários" na representação política brasileira.

Existem setores expressivos do Governo – em especial do PT – que esperam transformar o Brasil numa réplica das "repúblicas bolivarianas" que se multiplicam pelo Continente. Aqui e ali surgem novas ideias para controlar a imprensa, cercear o Poder Judiciário, descaracterizar o Ministério Público e para esmagar a oposição.

Assim, Sr. Presidente, gostaria muito de ver o Congresso Nacional reagir contra os excessos cometidos pelo Poder Executivo, da mesma forma que faz com o Supremo Tribunal Federal. Afinal de contas, é de responsabilidade da base governista o esvaziamento das prerrogativas do Legislativo. O que prevalece, aqui, no Senado Federal, e na Câmara Federal é a pauta estabelecida no Palácio do Planalto.

É a Presidente Dilma que conduz e dá respaldo a sua base governista, que é esmagadora na Câmara e no Senado, para fazer essas estripulias. Afinal, o que se pode esperar de uma presidente que cunhou a frase: "Nós podemos fazer o diabo quando é a hora da eleição". Eu não concordo. Não é possível se comportar de uma maneira no exercício do mandato e de outra nas eleições. Espera-se do mandatário uma conduta uniforme: o prefeito de uma cidade deve se comportar como prefeito de uma cidade; o governador de um Estado deve ter conduta de governador de Estado; E assim se espera de um Presidente da República, que não pode ter uma conduta no exercício do cargo e outra em cima de um palanque eleitoral. Este pensamento está completamente equivocado.

Não posso concordar, Sr. Presidente Casildo, com o Presidente do Senado – não V. Exª, que hora preside esta sessão, mas com o Senador Renan Calheiros, que acusou o Supremo de ingerência nos assuntos do Legislativo. Não é verdade. O STF resguardou os direitos da minoria para que ela não fosse esmagada, como aqui falou, com muita competência, a Senadora Ana Amélia.

Foi vergonhoso o que aconteceu aqui neste plenário, na noite de quarta-feira da semana passada, dia 24. Sem nenhuma cerimônia, após ser derrotado pelos democratas desta Casa, o Presidente Renan abriu uma nova votação apenas com os Líderes. Esse episódio não foi um ato contra a oposição, como alguns podem acreditar, foi uma ofensa à democracia.

Portanto, a atuação do Supremo Tribunal Federal foi oportuna e legítima. Não restam dúvidas: é uma questão racional. É bom lembrar que o Supremo Tribunal Federal se pronunciou após ser provocado por um Senador da República, o nobre companheiro Rodrigo Rollemberg, a quem concedo, inclusive, o aparte.

O Sr. Rodrigo Rollemberg (Bloco/PSB – DF) – Só para cumprimentar V. Exª, Senador Jarbas Vasconcelos, que, com toda a sua experiência e sabedoria, assume a tribuna no dia de hoje para fazer uma avaliação do processo político. O que se procura chamar, na verdade, de crise institucional é uma falta de bom senso de partidos e Parlamentares que têm demonstrado, cada vez mais, um viés autoritário. Eu apenas cumprimento V. Exª, daqui a pouco vou ocupar a tribuna para tratar deste tema, e inclusive para registrar que eu estou solicitando ao Ministro Gilmar Mendes uma audiência, para que possamos reafirmar a nossa confiança no Supremo Tribunal Federal. Já tive a oportunidade de consultar V. Exª, a Senadora Ana Amélia, o Senador Pedro Taques, o Senador Randolfe Rodrigues, entre outros, que já manifestaram a intenção de ir ao Supremo, mas parabenizo V. Exª, como homem experiente que é, fazendo uma avaliação absolutamente correta do papel do Supremo Tribunal Federal como guardião da Constituição Federal.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE) – Agradeço muito o aparte de V. Exª. Reitero que a decisão do Ministro Gilmar Mendes foi de absoluta racionalidade. O ministro se pronunciou para assegurar os direitos da minoria. Se deixarmos a maioria governista fazer o que quer e bem entende, não teremos democracia: nem aqui dentro, nem fora daqui.

Senador, pode contar com a minha presença quando for ao Supremo Tribunal Federal para reforçar o apoio à decisão do Ministro Gilmar Mendes.

Como bem destacou o jornalista Merval Pereira, o Supremo tem a palavra final. Essa prerrogativa é assegurada pela Constituição Federal. Não é um mero capricho dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. É um direito previsto na Constituição, que é a Lei Maior do País.

Por isso que venho pedir o apoio dos meus pares à PEC nº 18/2013. É necessário que o Congresso Nacional passe a ter uma postura proativa em vez de apenas reagir quando é atingido, como tem ocorrido.

Eu tenho acompanhado o comportamento do Presidente Renan Calheiros na condução dos trablhos desta Casa em busca de uma agenda positiva. Nesse sentido, nada mais positivo do que o presidente apoiar a proposta de emenda a que me refiro que é de minha autoria, apoiada por mais 27 senadores. É um projeto proativo que extingue qualquer controvérsia em torno da perda de mandato parlamentar. Pela proposta a perda será automática e declarada pela respectiva Casa, quando resultar de condenação por improbidade administrativa ou da prática de crime contra a Administração Pública, com sentença transitada em julgado. Desta forma, quem decide, definitivamente, sobre a perda de mandato parlamentar é o Supremo Tribunal Federal, restando ao Legislivo, apenas, cumprir sentença judicial.Concedo o aparte ao nobre Senador Randolfe Rodrigues.

O Sr. Randolfe Rodrigues (Bloco/PSOL – AP) – Senador Jarbas, quero cumprimentar V. Exª e, primeiro, suscitar que propostas que deveriam andar com celeridade nas duas Casas do Congresso Nacional deveriam ser como a de V. Exª. Aliás, sua proposta já tramita há algum tempo. Estranhamente, a Comissão de Justiça da Câmara coloca para votar, na frente de várias outras propostas de emenda à Constituição uma que retira as atribuições que, na prática, insurgem contra as atribuições do Supremo Tribunal Federal. Estou preocupado, Senador Jarbas, pois estamos em uma escalada perigosíssima: de um lado, apresenta-se uma proposta de emenda à Constituição que retira atribui-

ções do Ministério Público, a chamada PEC 37, e o Presidente da Câmara já marca a votação dessa PEC para agora em junho. Ele nos informou isso diante de Promotores de Justiça e de Procuradores da República. Aprovada, essa proposta de emenda à Constituição é característica de ditaduras. Retirar poder de Ministério Público... Um Ministério Público sem poder investigatório só existe em ditaduras. Aí, logo em seguida, uma outra proposta de emenda constitucional cujo mérito poderia até ser debatido. O problema é o inusitado de ser apresentada como medida retaliatória. É a mesma coisa da proposta do Projeto de Lei da Câmara nº 14, que nós barramos aqui no Senado, cuja tramitação foi suspensa pelo Supremo. O mérito do projeto poderia até ser debatido, poderia fazer parte do bojo de um contexto de reforma política, mas ele é apresentado circunstancialmente, deslocado de outros temas necessários de reforma política, só para atender a um interesse casuístico. Nenhuma democracia resiste à tentação do casuísmo continuado e nenhuma democracia resiste a tentações autoritárias de se retirarem poderes de outras instituições e de se retirem atribuições de outras instituições. O Supremo Tribunal Federal, quando suspende a tramitação de um projeto aqui é porque um dos poderes da República, neste caso, o Congresso Nacional, está exacerbando nas suas atribuições e legislando em função de casuísmos, e não em função da democracia e da República. Cumprimento V. Exª.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE) – Agradeço a V. Exª, Senador Randolfe Rodrigues. Sua voz é sempre uma daquelas vigilantes aqui, permanentemente, contra todas as ofensivas da base governista contra o chamado Estado de direito. O que aconteceu na quarta-feira próxima passada foi um ato que realmente nos deixou mal. Prova disso é que o Supremo, rapidamente, por intermédio de uma das figuras mais importantes daquela Corte, o ministro Gilmar Mendes, concedeu liminar aceitando o pedido do senador Rodrigo Rollemberg, determinando a paralisação da tramitação do projeto. Aqui, em todos os momentos, surgem ideias, ações para controlar a imprensa, para cercear o Poder Judiciário, para descaracterizar o Ministério Público e, sobretudo, reiteradamente, ações para tentar esmagar a oposição. Esse tipo de postura vai contar sempre com a nossa oposição, com a nossa voz e com a nossa conduta vigilante.

Muito obrigado.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco/PMDB – SC) – Eu gostaria de pedir só um... Desculpe.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE) – Ah, desculpe. O companheiro Casildo, tinha deixado a Presidência e dito a mim que gostaria de me apartear. Foi um equívoco meu. Mas é com prazer que concedo o aparte a V. Exª.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco/PMDB – SC) – Justamente passei a Presidência à eminente Senadora Ana Amélia para fazer um breve aparte a V. Exª, tendo em vista a preocupação que V. Exª traz com respeito aos Poderes constituídos. Provocado o Supremo, se não cumprido dispositivo do Regimento ou coisa que o valha, o Supremo tem de dirimir as dúvidas. Agora, também não podemos concordar, no caso daquela proposta da CCJ da Câmara, em se querer uma decisão do Supremo, do órgão máximo. Com o quórum exigido, analisou a questão constitucional, entendendo que é isso, e aí voltar, fazendo com o Congresso Nacional venha a fazer a última deliberação sobre aquilo de quem tem o poder e a obrigação compulsoriamente de analisar dispositivo da Constituição. Isso não nos cabe. O que poderíamos fazer, Senador Jarbas Vasconcelos, e este Poder, o Congresso Nacional, se entender que o Supremo, por razões outras, algumas janelas ficaram, uma janela ou mais no dispositivo constitucional, na legislação que o Congresso elaborou, se não é o princípio, se o legislador entender que não é aquilo que o povo pensa, o que lhe cabe é elaborar uma proposta de emenda à Constituição ou de uma lei complementar ou de lei ordinária; se entender que houve distorções do Supremo, corrigir possíveis janelas, mas jamais sobre a coisa julgada, jamais sobre matéria decidida pelo Supremo, matéria vencida. Não cabe a nós. Se entendermos que, no fundo, o que o legislador gostaria e queria era dar um outro sentido, então que o faça pelos caminhos corretos que cabem ao legislador, mas não entender que uma decisão do Supremo, para ter valor, venha ao Congresso para decidir se tem valor ou não algo que o Supremo decidiu. Isso não pode. Aí não dá. Aí vira uma anarquia. Por isso quero cumprimentá-lo pela preocupação que V. Exª traz na tarde de hoje, Senador Jarbas.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner.

Para mim não é surpresa o comportamento de V. Exª, porque eu o conheço há muito tempo e sei da sua atuação em defesa do seu Estado, mas sei, sobretudo, da sua luta a favor da liberdade, a favor da democracia, ontem e hoje. Eu tenho certeza de que a sua voz se junta à de todos os democratas que se insurgem contra qualquer afronta à democracia. Mesmo o Brasil tendo um processo democrático consolidado, precisamos ficar atentos a atitudes que atentem contra a democracia e devemos combatê-las, uma a uma, aqui da tribuna do Senado Federal.

Durante o discurso do Sr. Jarbas Vasconcelos, o Sr. Casildo Maldaner, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Ana Amélia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Cumprimento o Senador Jarbas Vasconcelos e fico feliz que tenhamos afinidade no pronunciamento feito hoje, em relação às prerrogativas dos poderes, especialmente nessa relação entre o Poder Legislativo e o Poder Judiciário.

Convido para fazer uso da palavra, pela Liderança do PTB, o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna, no dia de hoje, para registrar a minha preocupação com os mais recentes resultados das nossas contas externas.

A conjuntura econômica tem sido especialmente severa com o comércio exterior brasileiro. Fechamos 2012 com uma queda de quase 35% no superávit comercial em relação a 2011, significando uma redução nesse superávit de US$10 bilhões. E os primeiros resultados de 2013 acentuam essa tendência de deterioração no primeiro trimestre do ano. A economia brasileira acumula um déficit de US$5 bilhões, o maior já registrado no período desde 2001.

Na semana passada, tivemos o pior resultado semanal da balança comercial desde 1998. A consequência é que o desempenho negativo, até agora, já vai alcançando a marca de US$6,5 bilhões.

Essa deterioração também já atingiu o saldo em conta corrente, o resultado de transações correntes do País, que, como é sabido, envolve o resultado da balança comercial, da conta de serviços e da conta, também, de movimentação de capitais.

No mês passado, foi registrado um déficit na conta de transações correntes de 6,9 bilhões, um recorde para o mês desde o início da série histórica, que foi iniciada em 1980.

No acumulado do primeiro trimestre, o déficit bateu em US$25 bilhões, o dobro do saldo negativo em igual período do ano anterior.

Além da balança comercial, meu caro Senador Cyro Miranda, influenciou esse resultado a maior remessa de lucros e dividendos e os gastos da conta de serviços no exterior. Com isso, o déficit na balança de rendas e serviços alcançou cerca de US$14 bilhões no primeiro trimestre, um aumento de 57% em relação ao mesmo período do ano passado.

Em 12 meses, o déficit em conta corrente já se aproxima de 3% do PIB. O problema é que esse resultado já ultrapassou a soma do ingresso de investimento estrangeiro, que foi tradicionalmente, e tem sido, a fonte de financiamento desse déficit em transações correntes.

No ano passado, o forte ingresso da conta de investimentos propiciou o financiamento, gerando ainda um excedente em relação ao déficit de transações correntes. Este ano, volto a dizer, a entrada de investimento estrangeiro direto no País não compensou o déficit em transações correntes já registradas. Novamente registre-se: essa defasagem não acontecia desde novembro de 2010.

Fatores conjunturais e estruturais explicam essa situação das contas externas. No aspecto conjuntural, o fraco desempenho das exportações pode ser explicado pelo redirecionamento das vendas de petróleo bruto para o mercado interno e as restrições impostas pelo governo da Argentina às compras externas. Essas medidas restritivas ainda não foram flexibilizadas. Tudo isso tem afetado, de forma muito severa, as exportações brasileiras.

Além disso, a estabilidade da taxa de câmbio – ou seja, da taxa nominal de câmbio – este ano, vis-à-vis o diferencial de inflação interna e externa, leva de fato a uma apreciação cambial em termos reais.

Ora, se a nossa inflação, que afeta os custos de produção internos, é maior do que a inflação externa, a taxa de câmbio se aprecia em decorrência desse fenômeno. Esse resultado, combinado a um mercado de trabalho ainda aquecido, dá suporte ao aumento das importações e dos gastos com serviços no exterior.

Por exemplo, somente em março os gastos dos brasileiros com viagens internacionais avançaram 15%, enquanto os gastos de viajantes estrangeiros ao Brasil caíram 5%.

Pelo lado estrutural, antigos problemas afetam a competitividade das nossas exportações, que correspondem à expressão que já foi cunhada e que define bem esse processo, chamada "custo Brasil": um conjunto de ineficiências sistêmicas que concorre para que a produção doméstica tenha uma perda crescente de competitividade, custos tributários, custos logísticos, custos que decorrem da burocracia, das questões de financiamento, em suma, todas aquelas deficiências e desvantagens do nosso País.

Ao analisar os principais destinos das nossas exportações, os resultados são preocupantes: a participação brasileira no mercado latino-americano, sempre tão estratégico para nós, recuou de 26% para 19%. Esse cenário levou também a que até mesmo a Europa, mergulhada numa grave crise, revertesse o déficit que tinha na conta de comércio com o Brasil. Depois de muitos anos, estamos comprando mais do que vendendo ao velho continente, como bem registrou reportagem do jornal O Estado de S.Paulo. O Brasil já responde, só

o Brasil, por 25% do superávit externo da União Européia, atrás apenas dos Estados Unidos e da Suíça.

Ao observarmos a composição da balança comercial, a situação é ainda mais grave. No ano passado, o déficit na balança de manufaturados atingiu US$94 bilhões, ou seja, o déficit considerando apenas a importação e a exportação de manufaturados.

É relevante registrar que esse déficit era de apenas US$6 bilhões em 2006. Vejam a escalada desse déficit, que é impressionante. Em pouco mais de 6 anos, em 6 anos, o déficit se elevou de 6 para US$94 bilhões. No ano de 2000, os bens manufaturados representavam 60% da nossa pauta de exportações. Passados 12 anos, a participação declinou para 37%.

O recuo do peso das manufaturas nas vendas externas brasileiras pode ser considerado como uma "reprimarização" das exportações, ou seja, a prevalência dos produtos primários ou *commodities*, a exemplo do padrão que ocorria no período em que a nossa industrialização se iniciava, ainda no século passado, na década de 50.

Dos US$242,6 bilhões exportados pelo País no ano passado, nada menos do que US$146 bilhões se originaram da venda de produtos básicos e semimanufaturados, ou seja, 60,3% do total. Somente o minério de ferro respondeu por US$31 bilhões. O problema é que esse tipo de exportação gera menor valor agregado ao longo das cadeias produtivas e contém, evidentemente, menor conteúdo tecnológico, gerando um efeito multiplicador menos expressivo no conjunto da economia.

Outro problema constatado nesse cenário é a queda do número de empresas exportadoras, minha cara Presidente Ana Amélia. As dificuldades para exportar, aliadas a um mercado interno ainda firme, que mantém a demanda, têm reduzido o número das empresas exportadoras brasileiras.

Levantamento da CNI, feito com base em dados do MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, revela que mil empresas deixaram de exportar entre 2011 e o ano passado. As empresas exportadoras, que somavam 19,2 mil, aproximadamente, em 2011, caíram para pouco mais de 18 mil em 2012, um recuo de quase 6%.

A redução no número de empresas exportadoras leva à concentração da pauta e dos destinos das exportações, o que nos torna mais vulnerável aos movimentos da economia internacional, sobretudo nos mercados de *commodities*.

Por outro lado, Srª Presidente, movimento inverso tem ocorrido com as nossas importações, que atualmente representam quase 10% do nosso PIB. É a segunda maior marca desde 2003. Nos últimos dez anos, o Brasil praticamente dobrou o volume das suas compras no exterior.

Outra preocupação é o perfil das importações.

O coeficiente de importação, que representa a parcela do consumo interno atendida por produtos estrangeiros na indústria de transformação, cresceu cerca de 11 pontos percentuais, passando de 10,5% do PIB, em 2003, para 22,3% em 2012.

Nesse caso, o que preocupa não é propriamente o percentual em si mesmo, porque o Brasil ainda se caracteriza como uma economia relativamente fechada se medirmos o coeficiente de importação sobre o PIB global, mas o que preocupa, Senador Cyro, é a velocidade com que esse processo vem se dando, ou seja, estamos dobrando esse percentual em menos de uma década, o que é algo que, mantida essa tendência, nós estaremos deslocando mais e mais a indústria brasileira.

Ou seja, grande parte da expansão de demanda do País em produtos industrializados tem sido atendida crescentemente por meio de produtos importados. Assim, terminamos 2012 com quase 83% da nossa pauta de importados composta por produtos manufaturados.

Srª Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, esses efeitos, como é do conhecimento de V. Exªs, são imensamente danosos para a indústria nacional e o próprio futuro do Brasil.

A maior penetração da importação em desfavor da produção doméstica é muito sintomática. Ela dá sinais claros de que o Brasil pode estar vivendo, sim, um sério processo de desindustrialização de alcance ainda desconhecido. Em razão disso, Srª Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, a tendência em curso precisa ser urgentemente estancada e revertida.

Se tomarmos o exemplo da nossa relação com a China, o nosso principal parceiro comercial, poderemos perceber melhor o risco que corremos diante do atual cenário.

Cerca de 98% – vejam bem: cerca de 98% – do que nós compramos dos chineses são bens de alto valor agregado e de alta tecnologia. Em contrapartida, aproximadamente 83% do que vendemos para eles são produtos básicos, em grande medida *commodities* minerais e agrícolas.

As quantidades importadas de manufaturados oriundas da China vêm tendo um crescimento contínuo, o que equivale a dizer que estamos gerando empregos no exterior em detrimento dos empregos domésticos no setor industrial nacional.

O Brasil não pode caminhar, no século XXI, sobre bases como essas. É imprescindível reduzir os custos da contratação do capital humano e desonerar

os investimentos para estimular a indústria nacional e elevar a nossa competitividade.

Nesse sentido, iniciativas como o programa Reintegra vêm se somar aos esforços para dotar de mais capacidade de competição a indústria brasileira.

O programa, como V. Exªs são sabedores, restitui 3% do faturamento com exportações de manufaturas para compensar a cobrança de tributos residuais pagos ao longo da cadeia produtiva e não recuperáveis pelo processo de cumulatividade ainda presente no nosso sistema tributário. É uma política ampla, minha cara Presidente. O Reintegra é um dos principais instrumentos da política de apoio ao comércio exterior, porque é uma medida horizontal, ampla, que contempla todo o setor exportador.

Portanto, é fundamental renovar o Reintegra e, mais do que isso, ampliar o seu horizonte para que o setor exportador possa ter o mínimo de previsibilidade na sua estratégia de ocupação de mercados.

Veja o paradoxo, meu caro Senador Ferraço, a receita do Reintegra, essa bonificação ao setor exportador que foi criada para compensar resíduos tributários, é tributada, minha cara Senadora Ana Amélia! Dessa forma, aquilo que é para compensar resíduo tributário, paradoxalmente, é objeto de tributação. Então, o Reintegra, que é, no Brasil, bem menor do que o que se oferece aos países emergentes, na realidade, não é sequer 3%, porque 3% é o valor sujeito a tributação.

Portanto, como Relator da Medida Provisória nº 601, a contribuição que queremos oferecer é ampliar o Reintegra para um horizonte de cinco anos e tornar a receita tributária do Reintegra isenta, imune a qualquer tributação, para que seja efetivamente uma bonificação que venha a ser apropriada pelo exportador e não pelo Governo.

Também é fundamental, como já me referi, isentar a cobrança de tributos dos valores ressarcidos pelo Reintegra.

Além disso, nos setores contemplados com a desoneração da folha de salários, o efeito dessa desoneração é pleno quando as empresas exportam, ou seja, não há o recolhimento incidindo sobre faturamento decorrente das vendas externas.

No caso da desoneração da folha, a receita de exportação também não é onerada com aquela cobrança do faturamento, que é feita para compensar.

Aliado a medidas dessa ordem, é preciso estabelecer uma política de comércio exterior mais ousada em termos de inserção internacional das nossas empresas, que precisam inovar em seus produtos e buscar a exportação de produtos de mais alto valor agregado.

Portanto, Srª Presidente, é preciso aproximar e conjugar, cada vez mais, as medidas de política industrial como uma estratégia de fortalecimento das nossas exportações. São faces da mesma moeda; se fortalecem ao se complementarem. É importante dizer: quanto mais propensa à exportação, sobretudo de manufaturados, mais competitiva é uma economia. Não há como exportar ineficiências estruturais. Portanto, uma economia introvertida, uma economia que não tem abertura é uma economia condenada à estagnação e ao isolamento.

Para concluir, Srª Presidente, afirmo que só assim, estimulando a nossa indústria com mecanismos que a tornem competitiva, poderemos elevar o nível de inovação no setor, qualificar a nossa pauta de exportações com produtos de alto valor agregado e retomar o crescimento do superávit da nossa balança comercial.

Era essa a nossa mensagem.

Agradeço pela tolerância. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Armando Monteiro, como sou de um Estado com vocação exportadora, sei da relevância da proposição de V. Exª, que é pertinente, oportuna e necessária, visto que não podemos compactuar com essa situação em que está a economia brasileira em relação, sobretudo, ao comércio exterior. Estamos muito pequenos para o tamanho do País. Somos um grande mercado interno, mas não podemos pensar apenas nele; temos que pensar no que podemos gerar, porque, hoje, estamos gerando empregos lá fora e não aqui dentro, e a exportação pensa e vai na direção contrária.

Cumprimentos.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Agradeço.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu queria convidar o próximo orador a fazer uso da palavra. Pelo Regimento, seria um orador inscrito; porém, o próximo orador inscrito, o Senador Ricardo Ferraço, fez uma permuta com o Senador Rodrigo Rollemberg, que falará pela Liderança do PSB.

Então, em função dessa permuta com o Senador Ricardo Ferraço, convido o Senador Rodrigo Rollemberg a fazer uso da palavra.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Senadora Ana Amélia, prezados Senadores, prezadas Senadoras, a imprensa registra que, neste momento, o Presidente do Senado Federal e o Presidente da Câmara dos Deputados estão reunidos com o Ministro Gilmar Mendes, a fim de discutir a liminar dada no mandado de segurança impetrado por mim e deferido pelo Ministro Gilmar Mendes, que suspendeu a tramitação do projeto de lei que procurava restringir a criação de novos partidos, numa clara retaliação a

algumas candidaturas presidenciais, especialmente a organização da Rede Sustentabilidade, liderada pela ex-senadora Marina Silva.

Em primeiro lugar, eu quero registrar que não vejo nessa decisão do Supremo Tribunal Federal qualquer indício de crise entre os Poderes. Absolutamente! O que nós estamos a ver é o Supremo Tribunal Federal, guardião maior da Constituição brasileira, defendendo o direito, reconhecendo o direito de um parlamentar que ingressou com mandado de segurança, que se sente constrangido de participar de um processo para apreciação de um projeto claramente inconstitucional.

E quero registrar, Srª Presidenta, Srªs e Srs. Senadores, que não é a primeira vez que isso acontece. Em outras ocasiões, o Supremo Tribunal Federal já assim se posicionou. Foi o caso, por exemplo, da apreciação da proposta de emenda à Constituição que adotava a pena de morte no Brasil. O parlamentar ingressou no Supremo, o Supremo solicitou informação à Casa e, aí, o projeto foi arquivado, demonstrando bom senso: reconhecendo-se equívoco na apreciação de uma matéria claramente inconstitucional, adotou-se o seu arquivamento.

Na verdade, não há crise, Senador Armando Monteiro, Senador Ricardo Ferraço, Senador Cyro Miranda. O que há, na verdade, é a manifestação preocupante de um viés autoritário, por partidos e por parlamentares, que ultrapassa as respectivas prerrogativas.

É importante dizer isto para percebermos que nós não estamos tratando de um caso isolado, que nós não estamos tratando apenas desse objetivo que constrangeu muitos Senadores, mas que constrangeu Senadores e está constrangendo Senadores do PT que têm a sua trajetória vinculada à luta pelas liberdades democráticas.

Mas esse não é um fato isolado. Basta apreciarmos qual a agenda que se busca colocar na pauta nesta quadra importante da vida do País: PEC nº 33. O que diz a PEC nº 33? Busca reduzir os poderes do Supremo Tribunal Federal e retirar do Supremo Tribunal Federal a sua missão de ser a última palavra em matéria constitucional. A PEC nº 37 busca retirar, reduzir os poderes de investigação do Ministério Público, Ministério Público que foi uma conquista da população brasileira inserida na Constituição de 1988. Além dessas PECs, a regulação da mídia, a tentativa de impor restrições à liberdade de imprensa em nosso País e, agora, a tentativa de restringir a liberdade de organização partidária. Mas não se busca apenas restringir a liberdade de organização partidária, mas restringir a liberdade de organização partidária para atingir determinados projetos de possíveis candidaturas à Presidência da República.

Quando assumi, pela primeira vez, esta tribuna – e isto já faz alguns meses – para denunciar essa manobra, que estava sendo urdida na Câmara dos Deputados, de restringir a liberdade de organização partidária e tentar impedir ou dificultar a criação de novos partidos que têm representatividade na sociedade, que representam parte de um pensamento, ali eu já dizia que, naquele momento, eu não entrava no mérito da questão, da decisão, se correta ou incorreta, mas que nós não poderíamos dar tratamento diferenciado, em uma mesma legislatura, para partidos e parlamentares iguais. Nós não podemos, numa mesma legislatura, entender que o PSD pode se organizar e que aqueles partidos que assinaram a sua ficha de fundação levam consigo o tempo equivalente de televisão e os recursos do Fundo Partidário e que outros partidos, na mesma condição, na mesma legislatura, não teriam o mesmo direito.

Repito: naquela ocasião, não entrei no mérito da questão de se correta ou não a decisão, mas, sim, disse que não poderíamos ter tratamento diferente.

Estudando o assunto com mais profundidade e visitando algumas decisões do Supremo, quando derrubou, quando declarou ilegal e inconstitucional a lei que buscava impor a cláusula de barreira e a própria decisão na Ação Direta de Inconstitucionalidade movida no caso do PSD, pude entender que, efetivamente, a questão é muito mais profunda, e o Supremo Tribunal Federal entende o pluralismo político como fundamento do Estado democrático de direito, e a liberdade de organização partidária está fixada no artigo 17.

Alguns questionam e buscam ameaçar – o que é muito grave, inaceitável e, certamente, não terá nenhum resultado – resolver a questão política através de pressões ao Supremo Tribunal Federal.

Eu quero lembrar que os Ministros do Supremo são indicados pela Presidenta da República. A Presidenta da República, eleita com a maioria dos votos da população brasileira, é quem indica os Ministros do Supremo Tribunal Federal. Esses Ministros são sabatinados e sua indicação é apreciada e votada pelo Senado Federal; em primeiro lugar, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado e, depois, posteriormente, no Plenário desta Casa. Portanto, não há que se indagar quanto à legitimidade dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

O que é claro e precisa ficar claro, porque parece que não está claro para alguns, é que a última palavra em matéria constitucional, na República Federativa do Brasil, é e deve ser do Supremo Tribunal Federal. E foi por entender que se estava burlando a Constituição brasileira que o Ministro Gilmar Mendes entendeu de suspender o processo de apreciação. E o fez corre-

tamente. Pergunto: o que justificaria, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, que um projeto dessa magnitude, com tal impacto no sistema político brasileiro, como diz a liminar – e vou ler o final da liminar do Ministro Gilmar Mendes –, fosse apreciado com tamanha correria, com tamanha pressa, a ponto, Senador Ricardo Ferraço, de esse projeto ser aprovado na Câmara dos Deputados à noite, vir correndo para o Senado Federal na mesma noite, ser lido na mesma noite e, já no dia seguinte, na abertura da sessão, o Vice-Líder do Governo, Senador Gim, apresentar um requerimento de urgência para apreciação da matéria? Que urgência justificaria tal...? Por que não passar pela Comissão de Constituição e Justiça, onde, certamente, seria derrotado por ser claramente inconstitucional?

Tenho dito, Srªs e Srs. Senadores, que alguns Parlamentares estão, sim, perdendo a medida das coisas. Assim, quando perdem a medida das coisas, obrigam outros Parlamentares – é o meu caso – a buscarem o apoio do guardião da Constituição, o Supremo Tribunal Federal, porque até para imposição da maioria em relação à minoria há limites, os limites da Constituição brasileira, Constituição que foi interpretada recentemente...

O Sr. Anibal Diniz (Bloco/PT – AC) – Senador Rollemberg, permite-me um aparte?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – ... pela Ação Direta de Inconstitucionalidade – vou lhe dar o aparte –, no caso do PSD. E é cristalino o voto do Ministro Dias Toffoli, Relator da matéria, manifestando a posição clara de qual a extensão do entendimento do Supremo Tribunal Federal para a liberdade de organização partidária. E nós não podemos, de forma alguma, querer, com uma lei ordinária, modificar o entendimento, a interpretação recente do Supremo sobre a Constituição brasileira.

Ouço, com prazer, o Senador Anibal Diniz.

O Sr. Anibal Diniz (Bloco/PT – AC) – Senador Rollemberg, cumpro o dever de me opor à posição de V. Exª por alguns aspectos. O primeiro deles é porque nós vivemos aqui, no Parlamento, uma espécie de crise de identidade. Permanentemente, nós, Parlamentares, reclamamos da invasão das nossas atribuições ora pelo Executivo, pelo excesso de medidas provisórias, ora pelo Judiciário, dando a última palavra sobre alguns assuntos de constitucionalidade. Até aí eu não vejo maior gravidade. Vejo maior gravidade quando uma proposição legislativa é apresentada na Câmara, é aprovada com 240 votos e tem a urgência aprovada, em outubro de 2012, inclusive com o apoio do PSDB. Aí, essa matéria é aprovada por ampla maioria na Câmara e vem para o Senado. Mas, antes mesmo de essa matéria ser apreciada no Senado, já existe um mandado de segurança, proposto por V. Exª, para que o Supremo Tribunal Federal impeça a discussão e a apreciação da matéria. V. Exª está aqui falando na defesa da democracia e na defesa da liberdade. Pergunto aos Srs. Senadores: é correto impedir que haja a discussão nesta Casa, inclusive sabendo que o pedido de urgência que foi proposto foi derrotado, que não foi aprovado, e que, ainda assim, trata-se esta Casa como se aqui não houvesse uma Comissão de Constituição e Justiça com capacidade para analisar a constitucionalidade das matérias? Então, o que quero dizer é que, em minha opinião, V. Exª se precipitou, porque poderia muito bem esperar a apreciação da matéria aqui no Senado. Uma vez apreciada, se mantivesse a discordância de V. Exª, aí, sim, seria cabível entrar no Supremo Tribunal Federal para ter, aí sim, a última palavra. Neste momento, a questão está *sub judice*. Não sabemos se ela vai ser ou não discutida aqui no Senado porque o mandado de segurança de V. Exª propôs a não discussão. A não discussão, para mim, é a prova maior de antidemocracia e de falta de liberdade. Acho que V. Exª, ainda que possa ter tido a melhor das intenções, agiu no sentido de contribuir para a antidemocracia nesta Casa ao pedir que o Supremo Tribunal Federal impedisse a discussão da matéria. Nesse sentido, acho que V. Exª atravessou o samba com algo que poderia ser feito de outra forma. Aí sim, a gente poderia estar sendo acusado de algo que pudesse ter cometido. Mas até a reflexão, a discussão aprofundada da matéria não nos foi permitida porque o mandado de segurança proposto por V. Exª nos impediu de fazer a discussão da matéria aqui nesta Casa.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Não foi, não, Senador Aníbal Diniz. Permita-me discordar de V. Exª. Se o Senado quisesse, efetivamente, discutir essa matéria, ela teria sido enviada para a Comissão de Constituição e Justiça para que a discussão fosse feita lá, de maneira clara, tranquila, transparente, e não teria preparado o rolo compressor que preparou. Isso só não foi votado na semana passada em função do constrangimento criado pela repercussão dessa medida na opinião pública e pela indignação de vários Senadores neste plenário, inclusive Senadores do seu Partido. E o que nós estamos buscando fazer ao procurar o Supremo, guardião maior da Constituição brasileira, é reduzir o constrangimento, constrangimento pelo qual passou o Senador Jorge Viana e constrangimento pelo qual passou o Líder do nosso Bloco, Senador Wellington Dias, que, na véspera, admitindo o casuísmo da proposta, disseram que iam apresentar emendas para que só passasse a valer depois da eleição. Foram enquadrados. Foram enquadrados e gerou um constrangimento. Mas cons-

trangimento maior viverá esta Casa se for retomada a apreciação dessa matéria e aprovada, porque ela, certamente, será declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. Basta ler o acórdão da Ação Direta de Inconstitucionalidade relativa ao PSD. O que se busca fazer aqui é reduzir o constrangimento que nos está sendo imposto, porque, repito, são atitudes como essa que desmoralizam o Poder Legislativo.

O próprio Ministro Gilmar Mendes, numa atitude corajosa e correta – vou ler como conclui seu voto –, diz claramente:

> *(I) considerando a excepcionalidade [é importante que só em casos muito graves o Supremo atue assim, mas é o caso de que estamos falando, em função da] do presente caso, confirmada pela extrema velocidade de tramitação do mencionado projeto de lei – em detrimento da adequada reflexão e ponderação que devem nortear tamanha modificação na organização política nacional; (II) a aparente tentativa casuística de alterar as regras para criação de partidos na corrente legislatura, em prejuízo de minorias políticas e, por conseguinte, da própria democracia; e (III) a contradição entre a proposição em questão e o teor da Constituição Federal de 1988 e da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na ADIn 4430; vislumbro possível violação do direito público subjetivo do parlamentar de não se submeter a processo legislativo inconstitucional e defiro o pedido de liminar para suspender a tramitação do PLC 14/2013.*

Este é o voto. E, com todo respeito, Senador Anibal Diniz, entre qualquer Parlamentar desta Casa e o Supremo Tribunal Federal na interpretação da Constituição, eu fico com a interpretação do Supremo Tribunal Federal.

Ouço o Senador Ricardo Ferraço.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco/PMDB – ES) – Senador Rodrigo Rollemberg, no período recente da política brasileira, da política conjuntural brasileira, temos observado, circunstancialmente, não apenas no Senado, mas também na Câmara – portanto, no Congresso Nacional –, a formação de maiorias circunstanciais, as quais não têm permitido que as minorias possam se manifestar. Não é a primeira vez que o Congresso Nacional, ao arrepio da Constituição Federal, tenta aprovar uma medida como essa. E, em bom tempo – creio eu –, V. Exª se socorreu do Supremo Tribunal Federal, para que este pudesse, por ser o guardião, por ser a mais alta Corte da Justiça brasileira, manifestar sua interpretação sobre essa medida casuística. Eu pude aqui me manifestar, porque o sentido é correto, pois o conteúdo finaliza na direção do fortalecimento dos nossos partidos políticos. Isso é bom para a democracia brasileira, mas não pode ser bom – e não é bom – que se altere a regra do jogo com o jogo sendo jogado. Mas não é a primeira vez que o Congresso Nacional se aventura nessa direção. Chamo a atenção de V. Exª para duas outras votações muito duras e polêmicas neste plenário do Senado Federal. Uma delas foi a iniciativa que tentou estabelecer uma nova distribuição dos *royalties*, ao arrepio daquilo que consagra o art. 20 da Constituição Federal, definindo *royalties* como compensação pelos impactos ambientais. O Congresso Nacional, o Senado Federal fez vista grossa, deu de ombro e votou, ajuizando e judicializando um tema como esse, que poderia e deveria ter sido alvo de um entendimento convergente nesta Casa. Mas isso ocorreu não apenas dessa vez. Nós aprovamos aqui a Resolução nº 13, que deveria ser alvo de lei complementar, e, portanto, Senado e Câmara deveriam opinar sobre ela. Assim não entendeu o Senado. Está lá no Supremo Tribunal Federal também essa matéria sendo judicializada. Então, é preciso que o Congresso Nacional, Senado e Câmara, faça um juízo de valor no sentido de que nós não estamos acima de tudo e de todos. Pelo contrário, nós precisamos olhar para a nossa Constituição Federal como guardiã da normalidade democrática. Não podemos aqui, porque somos representantes do povo ou porque, em algum momento, a circunstância nos interessa, fazer qualquer tipo de arranjo. Contra isso está o Supremo Tribunal Federal, que sempre dará a última palavra. Por isso, somo-me a V. Exª. E, por isso, amanhã, estaremos com V. Exª e com o Ministro Gilmar Mendes, para manifestar nossa visão republicana sobre quem cabe a última palavra em termos constitucionais. E isso cabe ao Supremo Tribunal Federal. Muito obrigado, Sr. Senador.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Ricardo Ferraço.

Vou ouvir também o Senador Randolfe, mas, antes, quero registrar que, em função disso, para manifestar a confiança de um grupo grande de Senadores desta Casa no Supremo Tribunal Federal e a preocupação com o viés autoritário de algumas agendas que se pretendem impor ao País, solicitamos uma audiência com o Ministro Gilmar Mendes. Já confirmaram presença V. Exª, o Senador Aloysio Nunes, o Senador Randolfe, o Senador Pedro Taques, a Senadora Ana Amélia, o Senador Jarbas Vasconcelos, o Senador João Alberto Capiberibe. Vamos consultar outros. É importante manifestar a posição de grande parte do Senado Federal, que está preocupada com o movimento de buscar reduzir os poderes do Supremo Tribunal

Federal e os poderes de outras instituições extremamente importantes para a República.

Quero também aqui registrar, Senador Anibal, a decisão tomada agora pelo Ministro Dias Toffoli sobre o mandado de segurança impetrado pelos Deputados Roberto Freire e Carlos Sampaio, buscando sustar a tramitação da PEC nº 33, por ser esta claramente inconstitucional e ofensiva ao equilíbrio entre os Poderes. O próprio fato de ele ter solicitado informações a esta Casa já demonstra o reconhecimento do direito subjetivo do Parlamentar de questionar a tramitação de um projeto sabidamente inconstitucional. Já existem decisões em vários mandados de segurança no Supremo Tribunal, e nós apresentamos isso na nossa inicial, mostrando que já havia precedentes nesse sentido quanto ao direito do Parlamentar de não ser constrangido a participar de um processo claramente inconstitucional.

Agradecendo o aparte ao Senador Ricardo Ferraço e somando-me às suas preocupações, ouço o Senador Randolfe.

O Sr. Randolfe Rodrigues (Bloco/PSOL – AP) – Senador Rodrigo, nesse fim de semana, ouvi muitas argumentações de que a medida liminar tomada pelo Ministro Gilmar Mendes, atendendo, inclusive, a uma provocação de V. Exª, interferia no processo legislativo e, por isso, seria um absurdo. Parece-me que está invertida a ordem: absurdo é qualquer um dos Poderes da União, qualquer um dos Poderes da República interferir na Constituição. Ora, há um direito consagrado na Constituição, que é, inclusive, um dos fundamentos da República e que, tenho certeza, V. Exª utilizou como argumento no seu pedido de liminar junto ao Supremo Tribunal Federal, que é o pluralismo político, o qual, claramente, esse projeto afetava. Há um segundo direito assegurado também no nosso texto constitucional, que é o direito a minorias, que, inclusive, tem sua maior expressão no Parlamento: há o direito de um terço do Parlamento, quando quiser, instalar Comissões Parlamentares de Inquérito. Além do mais – reitero aqui o que já disse, o que já foi dito nesta tarde –, tenho declarado o casuísmo da matéria. Reitero: não está em debate o mérito da matéria. Alguns podem até argumentar que é meritório. Mas veja: se há tanto mérito no tema do PLC nº 14, por que ele não veio no bojo de outros temas também de uma reforma política necessária?

(Soa a campainha.)

O Sr. Randolfe Rodrigues (Bloco/PSOL – AP) – Por que ele não veio acompanhado, por exemplo, de financiamento público exclusivo de campanha ou de modificação do sistema de voto, do voto distrital, do voto distrital misto? Por que não veio acompanhado de alteração de outros temas que são da agenda da reforma política? Esse tema veio repartido, descompartimentado do bojo do que seria uma reforma política. É por isso que ele tem criado tanto constrangimento na Casa! E é por isso que a medida adotada pelo Ministro Gilmar Mendes, diga-se de passagem, foi uma medida que teve a audiência deste Plenário. No mesmo dia em que foi adotada essa medida pelo Ministro Gilmar Mendes, alguns, por constrangimento, não se manifestaram, mas uma clara maioria parlamentar se manifestou contrária à tramitação desse projeto. Então, não vejo, não vejo...

(Interrupção do som.)

O Sr. Randolfe Rodrigues (Bloco/PSOL – AP) – O que vejo com preocupação são medidas de retirada de atribuições constitucionais de Poderes da República. Vejo, com preocupação, a Proposta de Emenda à Constituição nº 37. Vejo que é inadequada a Proposta de Emenda à Constituição nº 33, aprovada, açodadamente, por parte da CCJ da Câmara. Quanto a isso, deve haver o compromisso de todos que tenham compreensão republicada, que tenham a compreensão do que significa, em um Estado democrático de direito, a preservação dos Poderes, a preservação das atribuições de cada um dos Poderes. É por isso que atendi de pronto o convite de V. Exª feito hoje. Fomos ao Ministro Gilmar Mendes, para dizer que, claramente, no Parlamento, existe outra posição, contrária àqueles que acham que podem modificar o texto constitucional e a legislação infraconstitucional de acordo com sua conveniência. Um Parlamento que começa a legislar de acordo com casuísmo e com conveniência não pode ser um Parlamento à altura do Brasil.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Randolfe.

Agradeço à Senadora Ana Amélia pela benevolência, pela tolerância quanto ao tempo.

Agradeço todos os apartes.

Agradeço, de forma especial, ao Senador Ricardo Ferraço, que me concedeu a oportunidade de falar neste momento.

Muito obrigado a todos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Rodrigo Rollemberg, pela abordagem do tema, que ocupou a atenção de muitos Senadores em toda esta tarde aqui. Eu até registro que...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, eu gostaria que a senhora me inscrevesse como Líder do PMDB.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Pela Liderança do PMDB?

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Sim, senhora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – V. Exª está inscrito, Senador Eunício Oliveira.

Pela relevância do tema, acompanham lá do interior do Rio Grande do Norte toda a sessão em que se debate a respeito da relevância das instituições. Quero agradecer, então, as referências.

Concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço, que estava inscrito e que havia feito permuta com o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmª Srª Presidente desta sessão, Senadora Ana Amélia; Srªs Senadoras; Srs. Senadores, em nosso País, não é muito comum ouvirmos e testemunharmos histórias de instituições públicas ou privadas, de instituições não governamentais e de instituições que se formam tendo como propósito o fortalecimento coletivo que conseguiram atravessar décadas de maneira sólida, de maneira sustentável, com resiliência, superando seus desafios e atravessando 50 anos de fundação. É justamente uma dessas histórias, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que me motivou a vir à tribuna do Senado, nesta noite de segunda-feira.

Quero falar de uma história de sucesso, de uma história de muito trabalho, de uma história que, em meu Estado, o Estado do Espírito Santo, tem produzido excepcionais resultados econômicos e sociais. Venho registrar aqui o trabalho desenvolvido pela maior cooperativa de café Conilon e de café Robusta do mundo, Srª Presidente.

O café Conilon e o café Robusta nos têm dado a enorme condição de participarmos externamente dos melhores e maiores mercados de café. É um café com características muito próprias, com características e naturezas muito peculiares. É uma espécie de café que tem representado uma extraordinária oportunidade no Estado do Espírito Santo, sobretudo na região norte do meu Estado. Mas isso se dá não apenas no Espírito Santo. Há cultivos extraordinários dessa espécie de café, o café Conilon, no sul da Bahia, no Estado de Rondônia, em algumas regiões de Minas Gerais. Enfim, o café Conilon está presente hoje em todo o País. E é esse o produto que tem concentrado as atividades da Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de São Gabriel da Palha, a Cooabriel, que, em 2013, está completando 50 anos de luta e de superação.

A Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de São Gabriel da Palha (Cooabriel), como eu disse, está completando 50 anos em 2013. É uma jornada marcada por um grande conjunto de superações e de conquistas.

Assim como foi no início, assim como aconteceu, é verdade, nos momentos difíceis, a Cooabriel segue em frente com sua missão de ajudar, sobretudo agricultores de base familiar, que lideram, hegemonicamente, a sua participação na nossa queridíssima Cooabriel.

Vale ressaltar inclusive, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que a Cooabriel nasce exatamente da necessidade de superação diante de uma crise que nós vivemos em meu Estado, no Espírito Santo, nos anos 60. Uma crise que produziu um problema social muito grande em meu Estado, porque, naquele período, em razão da erradicação do café, grande parte, 80% da lavoura do Café Conilon em meu Estado foi erradicada. E aí, em função da erradicação do café – o café era uma atividade muito importante nos anos 60; hoje ainda é muito importante, mas, nos anos 60, muito mais importante, porque era a verdadeira fonte de trabalho na economia capixaba – o Espírito Santo, em 1962, sofreu um baque muito grande na sua atividade econômica e produziu muita crise por ausência de oportunidade de muitos capixabas. O impacto da erradicação desses cafezais provocou profunda crise em todo o Estado: o desemprego maciço da mão de obra no campo e o intenso êxodo de famílias para as cidades. Isso porque, Srªs e Srs. Senadores, até então, a monocultura do café se constituía na principal atividade econômica e social do meu Estado.

Até o início dos anos 60, o café era, para os capixabas, não apenas o grande componente de renda interna estadual, mas também a principal atividade geradora de ocupação produtiva, por ser a mais importante fonte de receita tributária para o nosso Estado e o nosso governo. Pois foi em meio a essa crise profunda, a essa crise estruturante, que, lá em São Gabriel da Palha, no norte do meu Estado, uma região, Srª Presidente, de imigrantes poloneses, de imigrantes italianos, de imigrantes alemães, que o Padre Simão idealizou uma forma de unir as famílias, os trabalhadores e os cafeicultores da região, para enfrentar coletivamente os novos desafios que se colocavam à época em razão da erradicação do café.

Homem de grande liderança na região, não apenas liderança por tudo que representava como evangelizador, mas como liderança religiosa que se envolvia com os trabalhos comunitários e coletivos da região, o Padre Simão encontrou, no cooperativismo, um campo fértil para que os cafeicultores pudessem semear

valores de ajuda mútua, solidariedade, democracia, participação e integração.

Eu venho de um Estado, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em que a propriedade de base familiar é hegemônica, fruto da tradição dos nossos imigrantes italianos, imigrantes pomeranos, imigrantes alemães, e, através da pequena propriedade familiar, nós conseguimos fazer do Espírito Santo o segundo produtor brasileiro de café, e foi o cooperativismo uma ferramenta essencial para que nós pudéssemos conseguir esse modo, esse estilo e tanta eficiência no processo de produção.

Nas assembleias de que participo, em meu Estado, fortalecendo e ajudando o fortalecimento do cooperativismo, eu digo – e brigo com os nossos produtores, Senadora Ana Amélia – que o cooperativismo é como aquela frase popular: "Catitu fora da manada é comida de onça". Por isso, você se fortalece quando você se junta e quando você se une em razão de objetivos que são nobres e saudáveis.

Pois bem, foi esse homem, foi esse padre de grande visão que, naquele momento, conseguiu reunir em torno desse objetivo essa cooperativa, que, hoje, é um exemplo de orgulho e referência para o nosso Estado e para o nosso País. Mas nem sempre foi assim.

Quando a Cooabriel foi fundada, em 1963, ela iniciou com apenas 38 cafeicultores cooperados. A cooperativa iniciou as atividades com a estruturação de um mercado voltado para atender a seus associados nas suas necessidades básicas. Depois, passou a prestar serviços de comercialização e beneficiamento de café. Ao longo dos anos, a Cooabriel se consolidou como uma das principais referências para a cafeicultura familiar em nosso Estado e em nosso País.

A entidade é parceira das instituições públicas das esferas de poder, prestando uma inestimável contribuição para o fomento, para a pesquisa, o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação.

Não é sem outro sentido que, ano a ano, nós temos acompanhado, no Espírito Santo, os ganhos de produtividade. Lavouras produzindo 150, 180 até 200 sacas de café por hectare. Hoje, a Cooabriel, que começou com modestos 38 membros e associados, visionários homens de luta, conta com mais de 3,4 mil associados. Está presente não apenas nos Municípios das regiões norte e noroeste do meu Estado, mas também em Municípios do sul da Bahia.

A cooperativa acompanha seus sócios desde a escolha da área para implantação da lavoura até a comercialização do produto, oferecendo e garantindo a boa orientação técnica para que esses homens e mulheres, essas famílias possam ter uma vida digna e um resultado adequado do seu esforço e do seu trabalho. Oferece laboratório próprio para análises de solo e plantas; produz e fornece mudas de alto padrão genético, dando orientação de manejo, produção, colheita, secagem, melhoramento da qualidade do café, além de oferecer armazenagem padronizada, assistência jurídica e social aos seus associados.

Um conjunto, enfim, de serviços que, sem dúvida, contribui de maneira decisiva para os aumentos consecutivos, ano após ano, da produtividade e da qualidade do Conilon capixaba.

Recentemente, Srª Presidente, tive a honra e o privilégio de participar de mais uma assembleia geral da cooperativa, realizada na sede da entidade, no Município de São Gabriel da Palha, considerado a "capital nacional do Café Conilon". E, sem dúvida, foi um evento muito especial, por estarmos justamente no jubileu da cooperativa. Ali fizemos um sobrevoo por essa história, que é uma história de sucesso, mas uma história de muito suor, de muito trabalho, de uma gente devotada à prosperidade.

E os números apresentados durante a assembleia mostram que a Cooabriel permanece sólida, avançando firmemente em sua missão de contribuir para o desenvolvimento de toda a região de abrangência dessa que é uma extraordinária cooperativa.

Ainda no ano de 2012, que se encerrou, a Cooabril alcançou um dado extraordinário, ao conseguir recepcionar e comercializar um milhão de sacas de café. Uma marca histórica, que demonstra e mostra o sucesso, por ser não uma cooperativa de médios e grandes produtores. Não. Sem conflito algum com isso, mas, por ser uma cooperativa formada por pequenos produtores de base familiar, conseguiram esse dado, que é uma referência extraordinária.

Por isso, quero fazer o meu registro de felicitação, de respeito e de reconhecimento ao trabalho desenvolvido pela Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de São Gabriel da Palha, a nossa vigorosa Cooabriel, pelos resultados demonstrados em seu último balanço patrimonial, financeiro e social.

Por isso mesmo, daqui, da tribuna do Senado Federal, faço este reconhecimento à Cooabriel, desejando vida longa a essa cooperativa, que tem dado uma extraordinária contribuição e colaboração aos cafeicultores e a um conjunto muito relevante de cidades e Municípios do meu Estado.

Muito obrigado, Srª Presidente, muito obrigado, Srªs e Srs. Senadores.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Cumprimento o Senador Ricardo Ferraço.

Sou de um Estado também em que o cooperativismo é muito forte. Quem coopera cresce. É o *slogan* próprio do sistema de crédito cooperativo, que nasceu

no Rio Grande do Sul, em Nova Petrópolis, que é a capital do cooperativismo brasileiro.

Cumprimento V. Exª pelo sucesso do sistema do Café Conilon, que reúne os pequenos para fazer uma grande empresa e um grande empreendimento.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, a princípio gostaria de parabenizar o Senador Ricardo Ferraço pelo excelente discurso. O que ele fala sobre a Cooabriel, nada a acrescentar, até porque a Cooabriel, encerra ele dizendo, é o orgulho do nosso povo do Espírito Santo. Só quero parabenizá-lo pela exposição tão bela que ele fez desse trabalho, dessa cooperativa, que soma e orgulha o Estado do Espírito Santo. Parabenizo também a cooperativa nesse dia memorável, com esse discurso histórico trazido para o Brasil pelo Senador Ricardo Ferraço.

Faço o registro, Srª Presidente, abraçando a família da dentista Cinthia, de São Paulo; a dentista que foi queimada dentro do seu consultório, trabalhando.

O crime vai se avassalando a cada dia no País. Dados estatísticos já extrapolaram. Não há mais como calcular isso. E há um País ainda com autoridades viajando na maionese com relação a esse tema da redução da maioridade penal.

Quero abraçar a família da Cinthia; abraçar o pai, tão sofrido; a mãe, os colegas de faculdade e a comunidade onde ela vivia, porque ela era uma sacerdotisa da sua profissão. Ela atendia às pessoas ali sem que nada lhes custasse.

O Estado de São Paulo e o Brasil estão chocados com esse crime, mas a vizinhança e a família dela choram a dor da perda dessa moça de forma tão trágica, tão absurda, como aconteceu.

E quero me solidarizar com o movimento feito pelos médicos de enfrentamento aos planos de saúde neste País. Há uma coisa a se discutir neste País que se chama plano de saúde. Eu quero me solidarizar com esse movimento, para que não haja irresponsabilidades contra a população, que deixou de ser seres humanos, que necessitam da saúde, embora pagando, para ser tão somente uma fatia de mercado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Magno Malta.

Menos mal que os assassinos da dentista do ABC paulista já estão todos presos.

Eu queria convidar para fazer uso da palavra, pela Liderança do PMDB, o Senador Eunício Oliveira. Os próximos inscritos são os Senadores Blairo Maggi e Anibal Diniz. O Senador Rodrigo Rollemberg já fez uso da palavra.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, meus companheiros de Bancada do PMDB nesta Casa, cidadãos e cidadãs do Ceará e de todo o Brasil que acompanham os nossos trabalhos por meio do sistema de comunicação do Senado Federal, duas grandes preocupações me trazem a esta tribuna: a unificação das tarifas do ICMS para as perspectivas do desenvolvimento regional e a seca que assola o meu Estado do Ceará e todo o Semiárido nordestino.

Começo pela maior estiagem dos últimos 50 anos, com duas questões fundamentais: uma está ligada ao aumento esmagador da dívida agrícola dos micros, pequenos e médios produtores, enquanto a outra diz respeito à extensão rural e à assistência técnica para esses produtores.

Recentemente, ouvi de um profissional especializado uma séria advertência que, infelizmente, pode acontecer: se continuarem executando as dívidas desses segmentos, mesmo com descontos, em breve grande parte do Nordeste vai ser um grande aglomerado de terras pertencentes aos bancos.

Quem viaja hoje em dia pelo sertão testemunha a tragédia de lavradores chorando de medo de verem sua roça de uns poucos hectares ir a leilão.

Em face da gravidade da situação, como já fiz nesta tribuna, defendo a anistia dessa dívida dos pequenos produtores, impossível de ser paga.

Espero que o Governo da Presidenta Dilma Rousseff considere opções desse tipo. Afinal, este Governo já ofereceu e continua oferecendo provas concretas de sua sensibilidade social e de sua solidariedade a milhões de sertanejos, por meio de uma série de medidas recentes, que são medidas objetivas, mas que, ao final, terminam sendo medidas paliativas.

Assim, logo chegará a vez de sua equipe econômica abandonar, por um instante sequer, sua ótica tecnocrática e ver as coisas como elas realmente são, isto é, como um grande desastre humano de gigantescas proporções e com seriíssimas repercussões sociais.

E não porque os produtores tenham optado pela inadimplência, de forma alguma! Sertanejo ainda raciocina em termos do fio do bigode, da seriedade no cumprimento das suas obrigações.

No que toca, Srª Presidente, à extensão e à assistência técnica rurais, todos concordam que faz-se urgente fortalecer e ampliar essas atividades no Nordeste rural. Reestruturá-las para levar às micro, pequenas, médias, e até às grandes propriedades do sertão os vastos conhecimentos produzidos e acumulados

por instituições modelares, como a Embrapa, que foi homenageada nesta Casa, na semana passada.

Srª Presidente, diante dessa situação já tão difícil, somada às históricas distorções provocadas por um desenvolvimento regional desigual, governadores, prefeitos, parlamentares, empresários, trabalhadores e outros importantes segmentos da vida nordestina veem com grande preocupação o rumo que a equipe econômica procurou imprimir à chamada unificação das alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

A proposta original de 4% para todas as unidades da Federação não só deixaria os governos estaduais à míngua de sua principal (senão única!) fonte de receita, como também os privaria de um dos pouquíssimos instrumentos disponíveis para a implementação de políticas de atração de investimentos produtivos capazes de gerar emprego e renda para a população das regiões menos desenvolvidas do País.

No intuito de minimizar esse desastre para as Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, evoluímos para uma proposta que, embora não seja a melhor, tornou-se, na semana passada, mais suave, inclusive, com a participação histórica de V. Exª.

Ressalto que, histórica e tradicionalmente, governos e legisladores, existem situações que justificam algumas exceções e incentivam setores, Estados e regiões.

Foi assim na década de 50 do século passado, quando uma instrução baixada pela antiga Superintendência da Moeda e do Crédito instituiu várias taxas de câmbio simultâneas em apoio à política de substituição de importações e à instalação da indústria automobilística em São Paulo. Note-se que este é um setor que continua incentivado até os dias de hoje na questão fiscal.

Foi assim na década de 60, com a criação da Zona Franca de Manaus, uma grande e merecida conquista do povo da Amazônia Ocidental, com seus incentivos fiscais continuamente confirmados desde a Constituinte de 1988.

É assim no Mato Grosso, que defende a convalidação e a continuidade de uma alíquota de 12% para o gás natural.

A ninguém deve causar surpresa, muito menos contrariedade, o simples fato de o Nordeste, região cuja renda média ainda é inferior à metade da renda nacional, também lutar por um tratamento diferenciado, sob pena de aumentarmos ainda mais o abismo das desigualdades regionais e sociais.

Pessoalmente, estou convencido de que a questão é por demais complexa para ser decidida sem esgotarmos todas as variáveis, em especial para os Estados cujos governos assumiram compromissos com um grande número de empresas incentivadas.

Somente no Ceará, segundo dados da Agência de Desenvolvimento Econômico (Adece), são 299 empresas em funcionamento com incentivos estaduais – puramente incentivo estadual, diferentemente dos incentivos dados pelo Governo Federal, que tira dinheiro dos Estados e dos Municípios. Só com incentivo estadual, temos 299 empresas em funcionamento, gerando mais de 140 mil empregos diretos naquele Estado.

Eu pergunto: como garantir a todos esses empregadores que os incentivos estaduais que justificaram sua opção de se instalarem no Ceará continuarão de pé depois das mudanças ora apreciadas nesta Casa?

E eu pergunto de novo: como garantir a segurança jurídica indispensável para esses investimentos de longo prazo?

Principalmente levando em consideração que as regras vigentes no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) requerem que a convalidação dos incentivos seja por consenso, consenso de todas as unidades da Federação – algo impossível de acontecer na prática!

Foi nesse sentido, portanto, Srª Presidente, que apresentei emendas ao projeto de resolução estabelecendo o quórum de três quintos para o processo de aprovação de propostas no âmbito do Confaz. Tenho certeza de que é uma iniciativa para destravar, para dar produtividade àquele conselho chamado Confaz.

Hoje se diz que o Confaz é democrático porque só decide quando há unanimidade; quando há um voto contrário, apenas um voto contrário de um de seus membros, essa decisão não pode acontecer.

Discordo desse conceito, Senador Ricardo Ferraço, assim como V. Exª. Discordo e assinei emenda com V. Exª para que a diferença do ICMS não seja apenas para a indústria, como já foi acatado pelo Senador Delcídio, mas que se estenda também ao comércio para essas regiões mais pobres do Brasil.

E foi nesse sentido, com interesse de fazer com que essa iniciativa prevalecesse, que apresentei também outra emenda, desta vez com o objetivo de que a alteração nas alíquotas entre em vigor após, e somente após, a criação do Fundo de Desenvolvimento Regional que deve compensar as perdas que os Estados terão nas operações interestaduais. Felizmente, as duas foram contempladas no substitutivo do Relator, Senador Delcídio do Amaral, a quem agradeço aqui também pela atenção que nos foi dada naquele momento.

Lamento que, mesmo após todas as discussões que tivemos, tudo me pareça ainda muito incerto, sobretudo perigoso, para muitos Estados que travam uma luta desigual para fazerem crescer suas economias e

elevar os índices de desenvolvimento humano do seu Estado e do seu povo.

Estou convencido, e defenderei, como Senador do Ceará e Senador do Nordeste brasileiro, quando a matéria chegar a este plenário, que adiemos a sua votação para depois das eleições de 2014, como defendeu, inclusive na semana passada, o Governador Cid Gomes, em uma audiência com a Presidente Dilma Rousseff.

Definitivamente, não há nenhuma oportunidade de alterarmos uma regra fundamental para a política de desenvolvimento regional de diversos governos estaduais, mas que não beneficia em nada a vida dos consumidores brasileiros, uma vez que tem efeito zero no preço final das suas compras. Diferentemente do que discutimos aqui e debatemos longamente na questão da medida provisória da energia, que devolvia dinheiro para o bolso do consumidor brasileiro, essa unificação não traz um centavo de redução da carga tributária, portanto, não beneficia a nenhum consumidor brasileiro, mas beneficia, sim, alguns Estados considerados ricos desta Nação.

Por isso, quero dizer às Srªs e aos Srs. Senadores e à Srª Presidente que, para finalizar, assinalo a importância do projeto de lei que chegou a esta Casa – já um outro tema – criando a Universidade Federal do Cariri, região em que nasci, e, de imediato, quero aqui assumir todo o meu empenho e todo o meu apoio a essa reivindicação antiga de uma região tão importante do meu Estado do Ceará.

Vale também lembrar que, no ano passado, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quando ainda era Presidente, fui Relator do PLC (Projeto de Lei da Câmara) nº 36, de 2012, aprovado por unanimidade por nossos pares, criando mais de 43 mil vagas de cargos efetivos de professor, dos quais quase 20 mil na carreira do magistério superior, em apoio a uma importantíssima iniciativa do ex-Presidente Lula, que foi o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais brasileiras.

Na mesma oportunidade, afirmei que a criação desses cargos iria – e irá – beneficiar a futura Universidade do Cariri, com a extensão de mais dois *campi* no Icó, na região do Vale do Salgado, e outra na região dos Inhamuns, que será também beneficiada.

Essa é a razão pela qual eu tenho certeza de que o Ceará e sua imensa, corajosa e sacrificada população sertaneja poderão contar com a sensibilidade e o espírito público de cada uma das Srªs e dos Srs. Senadores para a aprovação do projeto que cria a Universidade Federal do Cariri.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O Senador Ricardo Ferraço havia pedido um... Embora, regimentalmente, mas, pela tarde...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Perdão. Eu ainda tenho tempo. Por favor, Senador Ricardo Ferraço. Desculpe.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Regimentalmente, não, mas eu penso que hoje o Regimento é menos importante do que...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Será um prazer ouvir o Senador Ricardo Ferraço.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco/PMDB – ES) – Senador Eunício Oliveira, primeiro, quero cumprimentá-lo por essa luta, por essa conquista para a região do Cariri, por levar para essa região, por estar lutando para levar para essa região uma universidade, por tudo que seguramente uma universidade pode revelar e promover de emancipação a tantos jovens que vão se capacitar e poder ir ao mercado de trabalho de maneira mais qualificada, para lutar por uma vida digna. O esforço de V. Exª é notável. Eu cumprimento V. Exª por mais essa iniciativa para o desenvolvimento do interior do Estado de V. Exª, o admirado Estado do Ceará. Mas eu o cumprimento também, de maneira incisiva, pela manifestação de V. Exª, que não fala apenas como Senador, mas como Líder da maior bancada no Senado da República. E eu me associo integralmente à manifestação de V. Exª, porque essa é uma reforma que não é uma reforma, essa é uma reforma que não simplifica, que não reduz a carga tributária. É uma reforma concentradora, é uma reforma que trabalha na contramão daquilo que nós deveríamos estar fazendo, que é descentralizar a economia brasileira, para que Estados e mais Estados pudessem ter acesso à prosperidade. Quando o Estado de V. Exª, o meu Estado, seguramente o Estado do Líder Romero Jucá e tantos outros buscaram atrativos, e não foram só os nossos Estados; quando a Fiat foi para Betim, em Minas Gerais, foi porque essa condição lhe foi favorecida. E olhe como foi importante para Minas Gerais atrair, há muitos anos, uma fábrica como a da Fiat. Quando a Ford foi para a Bahia, como agora vimos o Governo Federal, adequadamente, apresentar uma medida provisória criando um regime especial para levar a Fiat para Pernambuco, um regime especial para levar a refinaria não apenas para Pernambuco, mas para o Maranhão. Este é o papel do Estado: criar ambiente para induzir a desconcentração do desenvolvimento, porque o mercado liberal não dá conta disso. E essa reforma – que não é uma reforma – vai diminuir o espaço para os Estados brasileiros atraírem desenvolvimento, investimento, e assim por diante. Por isso a minha alegria,

a minha satisfação em ver o meu Líder da maior Bancada nesta Casa se manifestar nessa direção. Ainda temos tempo. Ainda há tempo! Há tempo para que a Excelentíssima Senhora Presidenta da República possa, de fato, dialogar com sua equipe econômica e convencer a sua equipe econômica, ou se convencer do equívoco que é uma iniciativa como essa para os chamados Estados emergentes, os Estados que estão buscando prosperidade, e prosperidade compartilhada. Cumprimento V. Exª pelo acerto, pela forma cirúrgica e precisa com que traz essa contribuição e essa avaliação ao plenário do Senado.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Eu agradeço a V. Exª e incorporo as suas palavras ao nosso discurso.

O Sr. Romero Jucá (Bloco/PMDB – RR) – Senador Eunício, também cumprimentá-lo pela luta em prol dessa universidade, que, sem dúvida alguma, vai ser um instrumento de fundamental mudança para toda a região. V. Exª tem feito um esforço grande no sentido de, defendendo o Brasil, defender o Ceará também. Eu tenho acompanhado as bandeiras que V. Exª tem levantado aqui em defesa do seu Estado, e o faz muito bem. E, sem dúvida alguma, tem todo o nosso apoio. Essa tramitação deve ser rápida no sentido de implementar rapidamente, como se fez em outros Estados também, outra universidade federal, no sentido de que se possa efetivamente dar prosseguimento àquilo que nós temos discutido aqui, em diversos segmentos. A educação é a bola transformadora da realidade do nosso País e V. Exª busca isso para o Ceará. Meus parabéns.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Muito obrigado, Senador Romero Jucá. Incorporo também as palavras de V. Exª ao nosso pronunciamento.

Muito obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Eunício Oliveira, tive o prazer de conhecer o Município de Granja, neste final de semana, e também Camocim. Queria aproveitar para agradecer ao Prefeito Romeu, ao Vice-Prefeito Guilherme e ao Presidente da Câmara, o Milton Cassimiro, daquela cidade tão encantadora. Tivemos uma reunião muito produtiva lá, mais cordial do que produtiva, porque o objetivo da visita era pessoal. Então fiquei encantada com o seu Estado, numa região que eu não conhecia, Senador Eunício Oliveira

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Muito obrigado pela visita, Senadora. Vá sempre ao Ceará. Será sempre bem-vinda.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Senador.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, apenas para fazer um registro à Casa. Dizer que estou dando entrada em um projeto de resolução que agrega ao Regimento do Senado uma norma que eu considero extremamente importante, relevante e atual nesta conjuntura. É uma norma que determina que, na comissão, a votação de emendas constitucionais e de projetos de lei complementar seja feita de forma nominal, para evitar um acidente como aquele que aconteceu lá na Câmara dos Deputados com a PEC nº 33.

Como a emenda constitucional e o projeto de lei complementar já são votados nominalmente no Plenário, que o sejam também nas comissões, exatamente para evitar que, numa ausência, de repente algo surja que não seja passado pelo crivo da maioria, haja uma discussão aprofundada e deponha contra a Casa ou deponha contra a ação política, seja algo de inconstitucional, seja algo que efetivamente macule a relação, por exemplo, dos poderes, como a PEC nº 33 de certa forma procurou fazer.

Então, estou apresentando um projeto de resolução que agrega ao Regimento do Senado que as votações que são nominais no Plenário deverão ser nominais também nas comissões, evitando assim...

Portanto, PEC e lei complementar terão condição de ter votação nominal nas comissões. Isso faz com que se dê mais transparência e se debatam mais as matérias.

É esse registro que eu gostaria de fazer.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Cumprimento o Senador Romero Jucá pela iniciativa.

Isso restabelece inclusive a credibilidade não só de uma decisão, mas, sobretudo, dessa decisão tão polêmica referida por V. Exª, que é a PEC nº 33, que estabelece até um confronto entre a relação equilibrada dos poderes.

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Srª Presidente, primeiramente, recebendo a notícia do Senador Romero, quero cumprimentá-lo.

É uma ótima iniciativa, em especial, para que nós aqui não cometamos, embora em relação ao PLC nº 14 estivéssemos na iminência de cometer, gravíssimos erros como esse que a Câmara tem cometido.

No mais, Srª Presidente, para V. Exª me inscrever pela Liderança do PSOL.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – V. Exª está inscrito pela Liderança do PSOL, Senador Randolfe Rodrigues.

Convido para fazer uso da palavra o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Senadora Ana Amélia, Srs. Senadores, telespectadores da TV, ouvintes da Rádio Senado, primeiramente, associo-me ao Senador Jorge Viana para registrar que ontem foi um dia muito especial para a cidade de Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre.

Cruzeiro do Sul tem cerca de 80 mil habitantes e 1.740 desses moradores deram um show de talento, organização, alegria e ritmo em um espetáculo que emocionou o País, particularmente os telespectadores do Programa Domingão do Faustão, comandado pelo apresentador Fausto Silva.

Com muita leveza, graça e empolgação, esses cruzeirenses, 1740 deles, entre homens e mulheres, a maioria jovens, apresentaram um gigantesco balé para participar do quadro "Dança da Galera."

Foi uma apresentação magnífica, que vai ficar na memória de todos aqueles que tiveram oportunidade de assisti-la.

Graças ao talento dos cruzeirenses, a cidade conquistou os votos dos jurados, o aplauso do público e o prêmio de R$100 mil oferecidos pelo programa, que será integralmente destinado à Pastoral da Criança da Diocese de Cruzeiro do Sul, cujas ações também merecem destaque neste pronunciamento.

Antes, porém, gostaria de destacar um pouco da beleza do espetáculo, que exigiu uma grande estrutura montada no estádio Arena do Juruá, recentemente construído pelo Governo do Estado.

Foi nessa Arena onde, durante cinco dias, foram realizados os ensaios, coordenados pela equipe técnica enviada à cidade pela Rede Globo de Televisão. Os ensaios começavam à tarde e iam até as 10 horas da noite. E eles ocorreram justamente num período em que Cruzeiro do Sul enfrentava mais uma enchente e muitas famílias ficaram desabrigadas. Mas isso não impediu que muitos voluntários se apresentassem para participar da apresentação de dança.

Falando em voluntários, quero fazer um agradecimento todo especial aos atores Sérgio Marone e Monique Alfradique, que estiveram em Cruzeiro do Sul e, com talento, simpatia e carisma, convocaram a população local a fazer doações aos desabrigados. Foi uma contribuição inestimável.

O quadro "Dança da Galera", que este ano está em sua segunda temporada, colocou frente a frente as cidades de Cruzeiro do Sul, no Acre, e Guarapari, no Espírito Santo, um dos mais belos cenários do Espírito Santo cuja população eu também parabenizo pela bela participação no "Domingão do Faustão" Mas Cruzeiro do Sul fez mais bonito e acabou vencendo a competição, o que será muito bom para as crianças de Cruzeiro do Sul e de todo o Vale do Juruá.

Na apresentação dos cruzeirenses, a música escolhida foi "Canta Brasil", uma composição do grande maestro Alcyr Pires e do inesquecível jornalista David Nasser que fez sucesso na voz de Gal Costa. Foi uma escolha que não poderia ter sido melhor, porque a letra permitiu que a coreografia mostrasse um pouco da cultura local.

Em constante movimento, além do mapa do Brasil, os voluntários, paramentados com cerca de 11 mil metros de tecidos, formaram figuras da cultura regional: a figura de um sapo e a figura do índio com um arco atirando uma flecha rumo a um alvo de estrelas. Foi tudo muito bonito e a população de Cruzeiro do Sul está de parabéns!

Como resultado de todo esse esforço coletivo, que teve o apoio do Governo do Estado e da Prefeitura para a doação de lanches e de água aos voluntários durante os ensaios, houve a doação, pelo Programa, do valor de R$100 mil, destinados à Pastoral da Criança do Município de Cruzeiro do Sul.

A Pastoral da Criança é responsável por ações humanitárias, principalmente aquelas voltadas ao combate da desnutrição infantil e ao oferecimento de alternativas de renda familiar. A Pastoral da Criança atua em todo o Vale do Juruá. Além de Cruzeiro do Sul, abrange os Municípios de Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Porto Walter, Marechal Thaumaturgo, Tarauacá, Feijó e Jordão, todos no Acre, e ainda Eurinepé, Envira, Ipixuna e Guajará, no Estado do Amazonas.

A Pastoral da Criança acompanha regularmente cerca de 11 mil crianças, graças a uma imensa rede de voluntários que, somente em Cruzeiro do Sul, servem a 66 comunidades distintas. Ela atua também desenvolvendo ações de segurança e vigilância alimentar até a oferta de cursos às famílias das crianças desnutridas, de forma a melhorar a dieta dessas pessoas.

Para comemorar o jubileu de prata, em agosto, será promovido um grande encontro com a presença da Presidente Nacional da Pastoral da Criança, a Irmã Vera Lúcia, que substituiu a inesquecível médica Zilda Arns, fundadora e maior entusiasta da Pastoral da Criança, falecida no terremoto que vitimou mais de 200 mil pessoas no Haiti, em 2010.

Em Cruzeiro do Sul, a Pastoral da Criança é conduzida por Cheiza Melo, com a colaboração da Irmã Inês Bettel, uma religiosa bastante querida em todo o Vale do Juruá.

Para finalizar, Srª Presidente, Srs. Senadores, quero agradecer imensamente a todos que contribuíram para o sucesso dessa coreografia organizada em Cruzeiro do Sul, que foi vista por todo o Brasil, mostrando o quanto o Acre é belo e, de uma forma muito leve, o quanto é possível ver beleza na floresta, nos povos da floresta e nos nossos rios.

Agradeço ao Fausto Silva, ao programa "Domingão do Faustão". Agradeço aos atores Sérgio Marone e Monique Alfrodique, que viraram "embaixadores" de Cruzeiro do Sul e agradeço, principalmente, às 1.740 pessoas que se dedicaram esses dias todos, fazendo os ensaios, para garantir a beleza desse espetáculo.

Por último, quero cumprimentar também a equipe da Pastoral da Criança, em Cruzeiro do Sul e no Vale do Juruá, que certamente vai fazer muito bom uso desses R$100 mil conquistados a partir dessa "Dança da Galera", que envolveu 1.740 pessoas lá em Cruzeiro do Sul.

Parabéns e muito obrigado a todos que contribuíram para esse sucesso.

Para a segunda etapa deste meu pronunciamento, Srª Presidenta, eu gostaria de fazer um pouco de contraponto a tudo que vem sendo discutido aqui a respeito dessa interveniência que tem acontecido costumeiramente no Parlamento, em relação às matérias aqui aprovadas.

Muitos artigos, muitos comentários foram feitos ao longo do final de semana. Um deles, que eu gostaria que fosse dado como lido na íntegra, é um artigo de Maria Cristina Fernandes, no Valor Econômico, que tem o título "Arenga no Poder". Ela diz num momento do seu artigo:

> *São ruins as leis eleitorais votadas pelo Congresso, mas as intervenções do Judiciário na matéria conseguem ser piores. As leis votadas suscitam campanhas eleitorais caríssimas, não são capazes de inibir caixa 2 e mantêm regras arcaicas (...) Por pior que sejam, conhecem-se suas motivações. São leis destinadas a diminuir os riscos da competição política, embora não sejam capazes de reduzir o altíssimo grau de renovação parlamentar no País nem de convencer a opinião pública de que a política brasileira é arena de difícil sobrevivência.*

Essa reflexão, para mim, é muito importante, porque mandatos são conquistados nas urnas e têm o aval do povo. Eles têm que ser vistos com respeito, porque, na democracia, na repartição dos poderes, no equilíbrio de poderes, a gente nunca pode perder de vista que o mandato parlamentar é a representação da vontade do povo, renovado de quatro em quatro anos, ou de oito em oito, no caso do mandato de Senador da República. Muitas vezes isso não é levado em conta, como se o mandato não tivesse a menor importância.

> *Também se conhecem as motivações dos derrotados pelas leis eleitorais que recorrem aos magistrados. Em nome de melhores condições de sobrevivência, invocam a inconstitucionalidade das regras.*
>
> *Mais difícil de apreender é a motivação de quem julga. Ora invoca o fortalecimento dos partidos face à excessiva autonomia dos eleitos, ora sai em defesa autonomia dos eleitos contra o poder desmedido dos partidos.*
>
> *O ziguezague teve início em 2002, quando o Tribunal Superior Eleitoral decidiu que as coligações tinham que ser verticalizadas. O partido que quisesse apresentar candidato a Presidente teria que reproduzir, nos Estados, a mesma coligação.*
>
> *Um dos maiores defensores da regra, o ex-Ministro Nelson Jobim, que à época militava tanto no Tribunal Superior Eleitoral quanto no Supremo Tribunal Federal, advogava que a mudança era necessária para que os partidos atendessem aos interesses da Nação, e não aos interesses regionais.*
>
> *O argumento é recorrente e, de tempos em tempos, municia falsos arautos da modernidade. Se os interesses são da Nação, é na Federação que eles são pactuados. O único cargo em disputa que tem a Nação como jurisdição eleitoral é o de Presidente da República. Os demais 5.590 mandatos eletivos do País têm como base eleitoral Estados e Municípios.*
>
> *É nas eleições que o conflito político local é mediado. E a competição eleitoral só será capaz de fazer essa mediação se tiver como base os interesses locais. Cada lugar tem seu arranjo partidário. Aliados que se unem num canto brigam noutro.*
>
> *Daí por que a regra da verticalização fracassou. Sob a justificativa de que baixaria, por decreto, a coerência do sistema político, provocou uma eleição em que um grande número de partidos abdicou de pretensões nacionais para manter seus projetos locais de poder.*
>
> *Se havia alguma crença de que a disputa nacional seria capaz de civilizar as arengas regionais, a ilusão se desfez. O PT, apesar de ter disputado a Presidência por uma coliga-*

ção que não dispunha de grandes máquinas regionais, acabou vencendo. Depois penou para buscar maioria no Congresso, mas essa é outra encrenca que também não se resolveria pela verticalização.

Os parlamentares acabariam por constitucionalizar o direito dos partidos de dispor sobre suas coligações. Mas a queda de braço com o Judiciário estava longe de terminar. Em 2006, foi a vez de o Congresso votar a cláusula de barreira, que limitava acesso aos recursos partidários àquelas legendas que obtivessem 5% dos votos nacionais e pelo menos 2% em nove Estados da Federação.

Mais uma vez, a motivação era a competição eleitoral. Acossados pelo crescente poder dos pequenos, os grandes partidos capitanearam a iniciativa. Valeram-se do discurso, de forte apelo junto à opinião pública, de que a multiplicação de partidos é danosa ao interesse público.

Acionado pelos partidos pequenos, o Judiciário derrubou a cláusula de barreira. Dessa vez, o argumento foi o de que a cláusula contrariava o pluralismo, aquele mesmo preceito que havia sido atropelado na regra da verticalização.

Em 2007, foi a vez de o Tribunal Superior Eleitoral decidir pela fidelidade partidária. Perderia o mandato quem mudasse de partido durante a legislatura, a não ser que o destino da migração fosse uma legenda nova ou resultante de fusão.

E, aí, entra toda a nossa discussão. Se o preceito estabelecido pelo Tribunal Superior Eleitoral de que o mandato pertence ao partido e, dessa forma, quem migrasse de partido, perderia o mandato, a situação estava resolvida, mas só que se abriu a famosa janela que foi muito bem utilizada pelo Sr. Kassab na fundação do PSD; e, assim, abriu-se uma "avenidaça" para a infidelidade partidária. Infelizmente, o que temos é o enfraquecimento dos partidos e um caminho que é inverso àquilo que seria o do fortalecimento dos partidos que deveria estar presente na discussão da reforma política, quando a gente defende o financiamento público de campanha. Aí, sim, só se daria com fidelidade plena ao partido pelo qual se elegeu.

E, hoje, temos uma discussão aqui que, a meu ver, tem um tanto quanto de injustiça. Por quê? Porque se atribui ao PT, ao Partido dos Trabalhadores, partido a que pertenço, um conjunto de práticas que, na realidade, é uma prática do Parlamento: se uma proposição carrega um equívoco, esta proposição tem que ser derrotada na origem; se ela passa por uma Comissão ou pelo Plenário de uma Casa Legislativa, aí, a responsabilidade não é do PT; temos, aí, uma conformação de partidos que devem assumir a sua responsabilidade.

E, nesse sentido, eu gostaria de, também, refletir sobre esse projeto, o PL 4.470. Por quê? Porque essa matéria passou na Câmara – se houve um descuido de quem estava contra essa matéria, tem que ser reconhecido –, mas ela passou na Câmara e chegou aqui no Senado para ser discutida. No dia em que se colocou em votação a urgência da matéria, há que se reconhecer que essa urgência foi derrubada aqui. Todavia, mesmo assim, o Partido dos Trabalhadores fica sendo tratado, permanentemente, como se fosse o autor de um golpe, quando, na realidade, nós estamos tratando de proposição legislativa.

Uma proposição legislativa que é inadequada tem que ser derrotada; e, aí, as forças precisam conversar a respeito. Se não houve suficiente debate, vale a reflexão: pôr ou não pôr a urgência, e, assim, foi derrotada a urgência na última quarta-feira, o que significa que a matéria terá de ser debatida, debatida com maior profundidade.

Agora, o que não dá para entender é que a gente tenha um Parlamento que, um dia, discursa contra a intervenção do Poder Judiciário ou do Poder Executivo nas decisões do Parlamento – repito: num dia, a gente protesta contra isso; no outro, a gente recorre ao Supremo para impedir que a discussão aconteça aqui no plenário do Senado, como foi o caso do mandado de segurança proposto pelo Senador Rodrigo Rollemberg, do PSB.

E, aí, eu não posso concordar, porque a discussão tem que acontecer aqui na Casa. Se, porventura, as matérias forem aprovadas nesta Casa com vício de constitucionalidade, aí, sim, cabe ao Supremo Tribunal Federal, que é o guardião da Constituição, fazer o devido reparo. Contudo, não me parece correto que se impeça de haver a discussão aqui nesta Casa e, principalmente, sob o argumento da defesa da liberdade. Defesa da liberdade impedindo que haja discussão? Aí me parece que há uma contradição na origem dessa discussão. E, depois, se trata de uma matéria que foi aprovada, na Câmara, com 240 votos, isto é, ela foi aprovada por ampla maioria dos votantes naquela Casa. E vale ressaltar que, em outubro, ela teve aprovação da sua urgência na Câmara dos Deputados com o voto, inclusive, do PSDB. Aí, agora, parece que foi uma invenção isolada do PT, querendo dar um golpe, como se o PT mandasse no Parlamento.

Eu acho que a gente tem que assumir inteiramente as nossas responsabilidades, todas as bancadas, inclusive. Agora, a discussão tem que se dar completamente...

(Soa a campainha.)

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – ... pautada pela democracia, pela defesa dos pontos de vista e pela contestação daquilo de que a gente tem discordância, mas há que se ter um respeito, inclusive, institucional e um respeito entre os parlamentares, porque, nessa discussão, não cabe a posição maniqueísta do bem e do mal. Aqueles que são contrários ao PL nº 4.470 são os bem-intencionados que estão em defesa de um País mais justo, com mais democracia. E, se há argumentos em defesa da fidelidade partidária, em defesa do fortalecimento dos partidos, esses argumentos são imediatamente satanizados como aqueles que querem dar um golpe, chamado de Pacote de Abril, com uma série de impropérios que não são apropriados para uma discussão elevada.

O respeito institucional tem de existir, como também tem de existir o respeito aos integrantes de cada uma das bancadas aqui presentes. E, nesse sentido, eu gostaria de reforçar aqui: ofender o Partido dos Trabalhadores com a pecha de autoritário, como se o Partido dos Trabalhadores estivesse adotando atos da ditadura militar, não faz sentido, porque nós estamos no poder há 10 anos com o Presidente Lula e com a Presidenta Dilma. Nunca houve uma repressão a um movimento popular! Nunca houve qualquer gesto autoritário do Presidente Lula ou da Presidenta Dilma. Como que, da noite para o dia, o Partido dos Trabalhadores é transformado em um ente autoritário, como se estivesse adotando as mesmas práticas da ditadura, ao tão somente propor um projeto de lei que está em debate. Foi aprovado na Câmara, mas vai ser discutido aqui no Senado. Pode ser que seja derrotado, assim como foi derrotado o pedido de urgência na última quarta-feira.

Mas, daí a ofender o Partido dos Trabalhadores, ofender a Presidenta Dilma, ofender o ex-Presidente Lula como se fossem arautos de uma ditadura, a gente não concorda com essa posição. O PT não aceita essas ilações sem fundamento. O PT quer respeito, porque, acima de tudo, o PT tem dado uma grande contribuição para o Brasil. Esse respeito é devido não só ao Partido dos Trabalhadores, mas um respeito também devido a milhões de eleitores que elegeram Lula, por duas vezes; elegeram a Presidenta Dilma em 2010 e que, majoritariamente, têm manifestado sua intenção de reelegê-la em 2014 como demonstram todas as pesquisas com abordagem de intenções de votos feitas até aqui.

Então, nós temos um partido que é o mais respeitado pelo eleitor brasileiro, e isso aparece em todas as pesquisas, é o partido que tem dado a maior contribuição histórica para a melhoria do povo brasileiro...

(Soa a campainha.)

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – ... e não pode ser reduzido aqui, neste Parlamento, a um partido que patrocina atos autoritários.

As proposições que vierem de um integrante do Partido dos Trabalhadores e forem apreciadas pelo conjunto do Parlamento, se aprovadas, serão posições do Parlamento; se rejeitadas, naturalmente, serão propostas que não conseguiram reunir a maioria. Mas a responsabilidade é uma responsabilidade coletiva. Este é um Poder em que a responsabilidade acontece de maneira coletiva.

Alguém pode propor uma matéria que não é adequada constitucionalmente, mas, aí, compete ao conjunto identificar o erro e impedir que ela seja aprovada. Não cabe a identificação de um partido como se estivesse tendo gestos autoritários, atitudes autoritárias, simplesmente porque está fazendo uma proposição em defesa daquilo que é uma cláusula pétrea dentro do PT, que é a defesa da fidelidade partidária.

É isso que manteve o PT um partido forte, desde a sua origem, quando era um nanico, quando era um pequeno partido, até conquistar os espaços de poder e, hoje, se transformar num dos maiores partidos do Brasil. A fidelidade partidária sempre foi algo defendido com muita firmeza pelo Partido dos Trabalhadores. Se fosse uma invenção do momento para prejudicar um ou outro, talvez coubesse a pecha, mas não é o caso. Está sendo feita a defesa de algo que sempre esteve presente nos estatutos do Partido dos Trabalhadores.

Era isso que tinha a dizer, Srª Presidenta.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANIBAL DINIZI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno do Senado Federal.)

A ARENGA NO PODER

Por **Maria Cristina Fernandes**

São ruins as leis eleitorais votadas pelo Congresso, mas as intervenções do Judiciário na matéria conseguem ser piores.

As leis votadas suscitam campanhas eleitorais caríssimas, não são capazes de inibir caixa 2 e mantêm regras arcaicas como a da suplência de senadores.

Por pior que sejam, conhecem-se suas motivações. São leis destinadas a diminuir os riscos da competição política, embora não sejam capazes de reduzir o altíssimo grau de renovação parlamentar no país nem de convencer a opinião pública de que a política brasileira é arena de difícil sobrevivência.

Se a lei eleitoral é ruim, a intervenção judicial é pior

Também se conhecem as motivações dos derrotados pelas leis eleitorais que recorrem aos magistrados. Em nome de melhores condições de sobrevivência, invocam a inconstitucionalidade das regras.

Mais difícil de apreender é a motivação de quem julga. Ora invoca o fortalecimento dos partidos face à excessiva autonomia dos eleitos, ora sai em defesa desta contra o poder desmedido dos partidos.

O zigue-zague teve início em 2002, quando o Tribunal Superior Eleitoral decidiu que as coligações tinham que ser verticalizadas. O partido que quisesse apresentar candidato a presidente teria que reproduzir, nos Estados, a mesma coligação.

Um dos maiores defensores da regra, o ex-ministro Nelson Jobim, que à época militava tanto no TSE quanto no STF, advogava que a mudança era necessária para que os partidos atendessem aos interesses da nação, e não aos regionais.

O argumento é recorrente e, de tempos em tempos, municia falsos arautos da modernidade. Se os interesses são da nação, é na Federação que eles são pactuados. O único cargo em disputa que tem a nação como jurisdição eleitoral é o de presidente da República. Os demais 5.590 mandatos eletivos do país têm como base eleitoral Estados e municípios.

É nas eleições que o conflito político local é mediado. E a competição eleitoral só será capaz de fazer essa mediação se tiver como base os interesses locais. Cada lugar tem seu arranjo partidário. Aliados que se unem num canto brigam noutro.

Daí porque a regra da verticalização fracassou. Sob a justificativa de que baixaria, por decreto, a coerência do sistema político, provocou uma eleição em que um grande número de partidos abdicou de pretensões nacionais para manter seus projetos locais de poder.

Se havia alguma crença de que a disputa nacional seria capaz de civilizar as arengas regionais, a ilusão se desfez. O PT, apesar de ter disputado a Presidência por uma coligação que não dispunha de grandes máquinas regionais, acabou vencendo. Depois penou para buscar maioria no Congresso, mas essa é outra encrenca que também não se resolveria pela verticalização.

Os parlamentares acabariam por constitucionalizar o direito dos partidos de dispor sobre suas coligações. Mas a queda de braço com o Judiciário estava longe de terminar. Em 2006 foi a vez de o Congresso votar a cláusula de barreira, que limitava acesso aos recursos partidários àquelas legendas que obtivessem 5% dos votos nacionais e pelo menos 2% em nove Estados da Federação.

Mais uma vez, a motivação era a competição eleitoral. Acossados pelo crescente poder dos pequenos, os grandes partidos capitanearam a iniciativa. Valeram-se do discurso, de forte apelo junto à opinião pública, de que a multiplicação de partidos é danosa ao interesse público.

Acionado pelos partidos pequenos, o Judiciário derrubou a cláusula de barreira. Desta vez, o argumento foi o de que a cláusula contrariava o pluralismo, aquele mesmo preceito que havia sido atropelado na regra da verticalização.

Em 2007 foi a vez de o TSE decidir pela fidelidade partidária. Perderia o mandato quem mudasse de partido durante a legislatura, a não ser que o destino da migração fosse uma legenda nova ou resultante de fusão.

A decisão baseava-se na ideia de que a troca de partidos os fragiliza. Em artigo publicado no último número da “Dados”, a pesquisadora do Cebrap Andrea Freitas mostra que quase a metade dos parlamentares que trocaram de partido entre 1995 e 2007 o fez para legendas que não haviam conquistado uma cadeira sequer no Estado do deputado. Ou seja, é a lógica da competição eleitoral, e não a fragilidade parlamentar que dita o comportamento partidário.

A decisão do TSE contrariava a lei eleitoral de 1997 que ainda está em vigor. O mandato passou a ser do partido, e não do eleito. O Supremo confirmou a norma.

Foi assim que surgiu o PSD. Se o político encontra a porta da infidelidade fechada, pula o muro e funda um novo partido. E aqui não é uma questão de caráter, mas de sobrevivência, o que faz uma grande diferença na hora em que o infiel vai para as barras dos tribunais.

É esta lei que vem a ser modificada pelo projeto que passou pela Câmara e estava para ser aprovado pelo Senado quando foi suspenso por uma liminar do Supremo.

O projeto adapta a lei eleitoral à decisão do TSE, já referendada pelo Supremo, sobre a fidelidade partidária. E avança sobre os incentivos à infidelidade ao

impedir que o parlamentar migrante leve o tempo de televisão e a cota do fundo partidário correspondentes para o novo partido.

Ao conceder a liminar, o ministro Gilmar Mendes viu indícios de casuísmo no teor e na velocidade com que a matéria tramitou no Congresso.

A questão agora vai ao Supremo. Os juízes terão que decidir se os partidos a serem criados por Roberto Freire (MD) e Marina Silva (Rede) poderão contar com TV e dinheiro dos parlamentares que para lá migrarem.

O tema vai a voto num momento em que o desgaste das relações entre o Supremo e o Congresso foi simbolizado pela aprovação nesta semana, em comissão, do projeto que submete as decisões dos ministros aos parlamentares. O projeto deve ser abortado, mas reflete o estado de ânimo de uma Casa que vê Supremo extrapolar o exame da constitucionalidade e invadir o processo legislativo.

A definição sobre a mudança na lei eleitoral chegará a um plenário presidido por Joaquim Barbosa. No julgamento da fidelidade partidária, o presidente do Supremo chegou a questionar se as ONGs não seriam mais importantes para a sociedade do que os partidos. Quem sabe convença Freire e Marina a desistir de seus novos partidos e criar uma ONG.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Anibal Diniz.

Se V. Exª puder assumir a Presidência dos trabalhos, fico-lhe grata.

Eu convido para fazer uso da palavra, pela Liderança do PSOL, o Senador Randolfe Rodrigues; em seguida, o Senador Humberto Costa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, os que nos assistem pela TV Senado e os que nos ouvem Rádio Senado, há duas semanas tornou-se de conhecimento público que foi encontrado, no Museu do Índio, no Rio de Janeiro, um documento que estava desaparecido há 45 anos e que se imaginava teria sido consumido em um incêndio ocorrido no Ministério da Agricultura, durante a ditadura militar.

Esse documento, de 1968, conhecido como Relatório Figueiredo, é um relato, com mais de sete mil páginas, sobre um conjunto de crimes que envergonham o Estado brasileiro.

O documento, produzido pelo Procurador do então Serviço de Proteção ao Índio, é um dos documentos mais importantes produzidos pelo Estado brasileiro no último século. O chamado Relatório Figueiredo apurou matanças de tribos indígenas inteiras, torturas de toda sorte, crueldades praticadas contra indígenas em todo o País, principalmente por latifundiários e funcionários do extinto Serviço de Proteção ao Índio, o SPI.

Esse documento ressurge praticamente intacto. Como disse, supostamente, esse documento teria sumido em um incêndio ocorrido no Ministério da Agricultura. Ele foi reencontrado no Museu do Índio, no Rio de Janeiro, e tem quase sete mil páginas, contendo 29 dos 30 tomos originais.

O documento traz passagens revoltantes, Srª Presidente. Em um dos trechos do documento é descrito um tipo de tortura produzida por funcionários do Serviço de Proteção ao Índio que consistia na trituração do tornozelo de indígenas. Colocado entre duas estacas enterradas juntas em ângulo agudo, as extremidades eram ligadas por roldanas. Elas eram aproximadas lenta e continuamente. Trata-se de uma descrição macabra de um instrumento de tortura utilizado por agentes do Estado brasileiro, nos anos 60, contra indígenas, a serviço do latifúndio.

Essa é somente uma das atrocidades que constam desse documento. Constam outras: caçadas humanas, promovidas com metralhadoras e dinamites atiradas de aviões; inoculações propositais de varíola em povoados isolados, doação de açúcar misturado com estricnina, um veneno.

O texto foi produzido pelo então Procurador Jader de Figueiredo Correia. Ele mostra a ação genocida e impune do Estado brasileiro.

O Relatório ressuscita incontáveis atrocidades e deve ser tratado com a seriedade que o caso requer pela Comissão da Verdade. Lembremos que a Comissão da Verdade foi instituída para averiguar os atos de violência praticados pelo Estado brasileiro entre 1946 e 1988.

Essa investigação, feita pelo então Procurador Jader de Figueiredo Correia, ocorreu em plena ditadura militar, a pedido do então Ministro do Interior, Albuquerque Lima. Ela foi iniciada em 1967 e foi resultado de uma expedição que percorreu mais de 16 mil quilômetros, entrevistou dezenas de agentes do SPI e visitou mais de 130 postos indígenas.

Jader de Figueiredo e sua equipe constataram diversos crimes, propuseram a investigação de muitos outros crimes atribuídos pelos índios e se chocaram com a crueldade e a bestialidade de agentes públicos. Ao final, no entanto, o Brasil foi privado, naquela época, da possibilidade de fazer justiça.

O Ministro do Interior de então, Albuquerque Lima, chegou a recomendar a demissão de 33 pessoas do Serviço de Proteção ao Índio e a suspensão de outras 17, mas, posteriormente, o conjunto dos funcionários denunciados pelo chamado Relatório Figueiredo foi inocentado pela Justiça durante a ditadura militar.

Os únicos registros do relatório disponíveis, até hoje, eram os presentes em reportagens publicadas na época de sua conclusão, quando, então, houve uma entrevista coletiva no Ministério do Interior, em março de 1968, para detalhar, naquela época, o que foi constatado por Jader de Figueiredo Correia e sua equipe.

A entrevista teve, na época, inclusive repercussão internacional, com destaque no *The New York Times.* No entanto, depois da entrevista, o que ocorreu não foi a continuação das investigações ou a responsabilização dos culpados, mas a exoneração de funcionários que haviam participado do trabalho. Quem não foi demitido à época foi trocado de função, numa clara tentativa da ditadura de esconder o que havia acontecido.

Em 13 de dezembro, como todos nós sabemos, vem o Ato Institucional nº 5, que restringe liberdades civis e torna o regime militar, a ditadura, ainda mais rígida.

O Vice-Presidente do grupo Tortura Nunca Mais, de São Paulo, coordenador do Projeto Armazém Memória, Marcelo Zelic, é um dos que descobriram o conteúdo do documento. Ele afirma que, antes de ser achado, o Relatório Figueiredo já havia se tornado motivo de preocupação para setores que estão, possivelmente, envolvidos nas denúncias. Alguns chegam a dizer que, abre aspas, "já tem gente tentando desqualificar o relatório". É, claramente, o medo de ele aparecer. "As pessoas estão criticando o documento sem ter lido", afirma Marcelo Zelic, do grupo Tortura Nunca Mais, de São Paulo.

Zelic foi mais adiante. Ele diz:

> *É espantoso que exista na estrutura administrativa do País repartição que haja descido a tão baixos padrões de decência. E que haja funcionários públicos cuja bestialidade tenha atingido tais requintes de perversidade. Venderam-se crianças indefesas para servir aos instintos de indivíduos desumanos. Torturas contra crianças e adultos em monstruosos e lentos suplícios, a título de ministrar justiça.*

Este é um trecho, citado por Zelic, do Relatório Figueiredo.

Em outra página, o relatório de Jader Figueiredo diz que, em uma fazenda do Maranhão, "fazendeiros liquidaram toda uma nação sem que o Serviço de Proteção ao Índio opusesse qualquer reação".

Em outro trecho – e aí é um dos trechos mais dramáticos descritos pelo Procurador –, narra sua passagem pela região de Guarita, no Rio Grande do Sul, na área da 7ª Inspetoria do Serviço de Proteção ao Índio, quando ele deparou com duas crianças indígenas em péssimo estado de saúde. Diz no relatório:

> *Em Guarita, seguindo uma família que se escondia, fomos encontrar duas crianças sob uma moita tendo as cabecinhas quase completamente apodrecidas de horrorosos tumores, provocados por berne, parasita bovino.*

Ele escreve mais detalhadamente no documento outras atrocidades cometidas no período.

Segundo informação que nos chega, Sr. Presidente, foram recuperadas mais de sete mil páginas desse documento, produto de expedição comandada pelo então Procurador Jader Figueiredo.

O detalhamento dos documentos dá conta inclusive do desaparecimento de quase toda uma nação indígena, os Kadiwéus, que receberam uma área de 374 mil hectares doada então pelo Imperador Pedro II devida a participação desse povo na Guerra do Paraguai.

Essas atrocidades, Sr. Presidente, necessitam ser esclarecidas, Por isso, é fundamental que a Comissão Nacional da Verdade – instituição aprovada por este Congresso Nacional, por este Parlamento, instituição fundamental para a reconciliação nacional, instituição indispensável para que o nosso País encontre a verdade – apure tudo que ocorreu não só durante a ditadura militar, mas no período que vai de 1946 a 1988, e se aprofunde nas informações e dados que estão expostos nesse chamado Relatório Figueiredo.

Protocolizarei, Sr. Presidente, amanhã, requerimento à Comissão de Direitos Humanos e, notadamente, à Subcomissão da Verdade, que instalamos na Comissão de Direitos Humanos do Senado, para que seja convidado a apresentar mais dados desse relatório na Comissão o Sr. Marcelo Zelic, Vice-Presidente do grupo Tortura Nunca Mais, de São Paulo, que teve acesso ao inteiro teor do Relatório Figueiredo.

Sr. Presidente, os dados desse relatório envergonham o Estado brasileiro. O detalhamento que nos chega das atrocidades praticadas pelo Estado brasileiro, por agentes do então Serviço de Proteção ao Índio, contra populações indígenas inteiras, são horrores que fariam a máquina de guerra nazista, que fariam o que foi praticado pela Gestapo parecer brincadeira de criança.

Vejam que horrores e torturas praticadas por instrumentos de tortura que destroem tornozelos, práticas de tortura contra crianças indígenas, extermínio de povos inteiros, denúncia de execuções sumárias, atuação de agentes do Estado brasileiro como cúmplices de latifundiários só mostram o nível

de prática horrenda que ocorreu durante o período da ditadura.

O mais grave – eu quero destacar – é que os dados desse Relatório indicam que a investigação foi pedida pelo então Ministério do Interior durante um governo da ditadura e que, posteriormente, após a conclusão do relatório, os agentes que investigaram foram afastados, os agentes do Serviço de Proteção ao Índio foram inocentados pelo regime e que aqueles que investigaram foram responsabilizados pelo regime.

É urgente o esclarecimento do que ocorreu, a responsabilização, não tardia, do Estado brasileiro e a indenização devida aos povos indígenas por esses crimes praticados.

Lembremos que estamos falando de um documento de 40 ou 45 anos atrás que mostra que muitos aspectos da nossa história e muitos aspectos ocorridos durante a ditadura continuam sem o esclarecimento devido.

Por isso, Sr. Presidente, considero fundamental – estamos apresentando requerimento à Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça, que integra a nossa Comissão de Direitos Humanos – a presença do Sr. Marcelo Zelic aqui, considero indispensável que cópias do Relatório Figueiredo sejam encaminhadas à Comissão de Direitos Humanos e à nossa Subcomissão da Verdade e considero indispensável a Comissão Nacional da Verdade, o quanto antes, apurados os dados desse relatório, trazer à tona a verdade e todo o detalhamento dos crimes praticados contra nações indígenas inteiras.

Aliás, está cada vez mais claro que o capítulo dos crimes praticados contra nações indígenas é um capítulo encoberto, escondido entre centenas de milhares de atrocidades cometidas pela ditadura militar brasileira. As atrocidades praticadas contra nações indígenas são somente um dos capítulos. As informações que nos chegam dão conta da dizimação de povos, de etnias indígenas inteiras como obra do regime autoritário.

Por isso, Sr. Presidente, quero insistir e reiterar: a Comissão Nacional da Verdade foi instituída há mais ou menos um ano, e é fundamental que, o quanto antes, a Comissão Nacional da Verdade apresente os trabalhos de sua investigação.

É fundamental, cada vez mais, que investiguemos e apuremos os dados sobre o que ocorreu durante a ditadura brasileira. Mais se torna necessário para a construção da nossa democracia, de agora em diante, que nós apuremos detalhadamente as arbitrariedades e atrocidades cometidas no período de 1964 a 1985 em nosso País.

O que não for feito ou que for feito lentamente pela Comissão Nacional da Verdade... É papel do Parlamento brasileiro, através da Comissão da Verdade, instituída na Câmara dos Deputados, e da Subcomissão da Verdade, instituída na Comissão de Direitos Humanos, apurar.

As instituições democráticas não podem ficar inertes. Não pode o Brasil amargar seu passado e levar na sua história máculas como essas cometidas pelo Estado brasileiro contra civilizações inteiras, contra todos os povos indígenas. Esses são, *stricto sensu*, em primeira análise, atos de barbárie praticados contra o Estado brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Randolfe Rodrigues, a Srª Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Anibal Diniz.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Randolfe Rodrigues.

Agora, com a palavra, o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado e telespectadores da TV Senado, antes de iniciar meu pronunciamento, eu queria aqui registrar, com muito pesar, a morte de um grande brasileiro, o compositor Paulo Vanzolini, professor universitário, biólogo reconhecido internacionalmente e um dos maiores compositores da Música Popular Brasileira. Quero aqui externar minhas condolências à família e a todos os brasileiros, que perdem, com toda certeza, um grande quadro da nossa cultura e da nossa música.

Sr. Presidente, na quarta-feira passada, dia 24, a votação do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2013, foi interrompida por uma liminar concedida pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes. O projeto impede Deputados de levarem tempo de rádio e televisão e fundo partidário para novo partido.

A liminar emperra a tramitação do projeto até que o mandado de segurança impetrado pelo Senador Rodrigo Rollemberg seja examinado pelo Pleno do Tribunal.

A decisão do Supremo reabriu um debate que gostaria de tratar hoje nesta tribuna. Refiro-me à ingerência no Poder Legislativo. A liminar deferida pelo eminente Ministro incorreu em grave intromissão do Poder Judiciário no Poder Legislativo, ferindo de morte o princípio da separação e harmonia entre os Poderes, bem como o Estado democrático de direito e a democracia.

A história da separação dos Poderes é a história da evolução da limitação do poder político, o chamado sistema de freios e contrapesos, objetivo fundamental dessa doutrina.

A nossa atual Constituição divide o poder e individualiza seus órgãos, superando qualquer ideia de prevalência de um sobre o outro, por meio da compreensão da necessidade de equilíbrio, independência e harmonia entre o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, admitindo-se a interferência como mecanismo de controle e vigilância recíprocos de um Poder sobre o outro relativamente ao cumprimento dos deveres constitucionais de cada um.

A materialidade da competência de cada Poder não é elemento de deliberação de qualquer outro, o que significa dizer que, mesmo que o Legislativo discorde do resultado de uma decisão judicial, uma vez tomada dentro dos parâmetros legais e constitucionais, não tem poder nem deve querer modificá-la.

O sistema constitucional de controle dos atos normativos estabelece que o Legislativo é responsável pela verificação prévia da constitucionalidade dos projetos de lei por meio de suas comissões e do Plenário, exatamente o que estava em vias de acontecer.

Outro controle sobre a constitucionalidade é posteriormente exercido pelo Presidente da República após a aprovação do projeto no Congresso Nacional, ao sancionar ou vetar o projeto de lei. Somente após a chancela do Legislativo e do Executivo é que o Judiciário realiza o controle da constitucionalidade, portanto, *a posteriori*.

O Supremo Tribunal Federal possui um dos mais significantes exemplos de controle do Poder Judiciário exercido em relação ao Legislativo, que é aquele da constitucionalidade das leis produzidas. O art. 102 da Constituição Federal de 1988 prevê, inclusive, o poder do STF de determinar a suspensão da execução de lei inconstitucional.

O controle de constitucionalidade prévio dos atos legislativos, admitido pela jurisprudência do STF, é feito excepcionalmente, quando há flagrante desrespeito ao devido processo legislativo ou aos direitos e garantias fundamentais, ou seja, quando estão em risco as cláusulas pétreas, atacadas por emendas constitucionais, por propostas de emendas constitucionais.

O que a Constituição Federal de 1988 não prevê é qualquer legitimidade democrática de decisões jurídicas que tenham por escopo fazer parar, invalidar ou retroceder o processo legislativo legalmente instituído, como ocorreu na última quarta-feira, dia 24. Vale ressaltar que o Projeto de Lei nº 14/2013 seguiu os trâmites previstos nos Regimentos da Câmara e do Senado.

Foi bastante pertinente, portanto, a iniciativa tomada por esta Casa, que protocolou na quinta-feira, dia 25, pedido no STF para que fosse revista a liminar do eminente Ministro Gilmar Mendes.

Nas 17 páginas de sua decisão, o ilustre Ministro Relator do mandado de segurança teceu argumentos sobre como compreende o sistema eleitoral à luz das decisões do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) – aliás, decisões muitas vezes tomadas em sessões administrativas, passíveis de questionamento de legalidade – e do próprio Supremo Tribunal Federal, sem conseguir demonstrar onde houve, no legítimo processo legislativo, tanto na Câmara dos Deputados, quanto aqui no Senado Federal, tentativa de violação aos princípios democráticos do pluripartidarismo e da liberdade de criação de legendas.

Ao contrário, as decisões incompletas tomadas pelo Tribunal Superior Eleitoral, muitas vezes fora do prazo eleitoral, reformadas ou reiteradas pelo Supremo Tribunal Federal é que, muitas vezes, criam situações completamente esdrúxulas no processo eleitoral.

Tal foi o caso quando o TSE editou a Resolução n° 22.610, de 2007, disciplinando as "justas causas" como exceção à regra de fidelidade partidária e incluiu entre elas a criação de novas legendas.

Qual o fundamento jurídico em que se assenta essa exceção? Seria de bom alvitre que o Judiciário pudesse responder a essa pergunta, já que ela não se encontra no teor da decisão.

Disse o eminente Ministro Gilmar Mendes, em sua decisão liminar que suspendeu o processo legislativo, que leis casuísticas são altamente questionáveis. O mesmo podemos dizer para decisões jurídicas casuísticas.

Como representantes legitimamente eleitos pelo povo, não podemos nos calar diante de um decisionismo que, aparentemente, é parte daquilo que é dito politicamente correto e judicialmente justo com o uso de jargões jurídicos e retóricas supostamente republicanas, como se ao Judiciário coubesse corrigir o que entende de equivocado nas decisões do Legislativo.

Essa prática é profundamente danosa a valores extremamente caros ao Estado democrático de direito e à democracia, porque permite que juízes imponham suas preferências e seus valores sobre o mérito das matérias legislativas, passando por cima de deliberações do legislador.

Compreendemos que existem opiniões contrárias ao PLC n° 14, mas essa era uma discussão que seria travada aqui no Congresso Nacional, no exercício

de suas funções. A atividade parlamentar lida com o conflito de ideias, e sempre haverá um grupo político inconformado com o resultado das atividades. Mas isso não pode ser motivo para tentar impedir o Legislativo de exercer plenamente suas funções.

Todos aqui concordam com o teor desse projeto. Todos os que se manifestaram no Senado e na Câmara são a favor da fidelidade partidária, são contra a ideia de que um Parlamentar, ao ir para um novo partido, leve o tempo de televisão e os recursos do fundo partidário, mas faziam o questionamento de que isso não poderia valer agora. O casuísmo não era a proposta. Era, na visão deles, o fato de ela ser votada agora e valer para 2014.

Em primeiro lugar, aquilo que é correto, que é juridicamente correto e que é democraticamente correto não serve agora, ou não serve para depois e não serve agora. Se é uma questão de princípio, se é um processo de amadurecimento e fortalecimento da democracia, a qualquer tempo em que se faça dentro da legalidade, dentro da Constituição e dentro das regras do Parlamento, é perfeitamente aceitável e positivo.

Aqui, usaram o argumento de que o Partido dos Trabalhadores era o interessado nessa proposta, de que o PT formou o PSD, que veio para a base do Governo, e agora não queria que outros partidos se formassem. Eu quero lembrar aos que me estão ouvindo agora: procurem ler nos jornais, à época em que foi criado o PSD, quem se vangloriava de apoiar a criação do PSD, quem se vangloriava de dizer que o PSD já tinha compromisso político com determinada candidatura à Presidência da República. Agora que o PSD mudou sua posição em relação a isso, querem atribuir ao PT a criação desse projeto. O PT não foi favorável a que se rompesse o que estava determinado na lei quando o TSE definiu que os Parlamentares que migrassem para novo partido poderiam levar o tempo de televisão e o tempo de rádio.

E digo mais a V. Exª, digo mais: de um lado, estão aqueles que, usando o argumento da criação da Rede Democrática, usando a figura respeitada pelo Brasil e por todos nós, que é a ex-Ministra Marina Silva, escondem, na verdade, as verdadeiras razões. Os que estão usando a Rede Democrática, de Marina, como pretexto para combater o PT querem, na verdade, beneficiar-se a si próprios. Eles não estando querendo a Rede Democrática, eles estão querendo a Mobilização Democrática. É isso que eles querem, porque sabem, em primeiro lugar, que não é fácil construir um partido no momento em que foi dado início à construção da Rede Democrática. E sabem também, até pelas convicções político-ideológicas que a ex-Ministra e ex-Senadora Marina Silva tem, que não serão muitos os Parlamentares que vão migrar para a Rede Democrática. Migrarão, sim, para a Mobilização Democrática. Os que realmente têm interesse em barrar esse projeto estão usando como pretexto o argumento de que não se quer permitir que a Rede Democrática exista.

Não, ela existirá. Conseguindo as 600 mil assinaturas, ela existirá.

E aqui eu disse, na semana passada: se estão preocupados com o tempo de televisão, por que não apresentam uma proposta para que aquela parte do tempo de rádio e televisão que é dividida igualmente seja aumentada? Por que não propõem isso? Ao contrário, todos eles querem o que esse projeto de lei esconde, o que esse projeto de lei traça como objetivo em termos de divisão do tempo de televisão. Todos os partidos que aqui se colocaram contra vão ganhar mais tempo de televisão.

Existe uma história que se conta, e eu já tentei por várias vezes identificar a situação, a fonte, os atores, mas apenas vou citar o milagre, porque eu não consegui identificar o santo. Mas conta-se que, num determinado Parlamento deste País, numa determinada situação, o PSD tinha um Parlamentar que se posicionou juntamente com o seu partido contra a criação de um benefício para os Parlamentares, uma dessas sinecuras que acontecem muitas vezes no Parlamento, privilégios. E, ao discursar, disse: "Sou contra. Meu partido é contra, e nós votaremos contra." Ao descer da tribuna, disse ao primeiro que estava ao lado dele: "Mas eu confio no patriotismo da maioria."

É isso o que está acontecendo aqui. Muitos partidos, que vêm aqui para fazer discurso contra o PT, contra a Presidenta da República, no fundo estão torcendo para que essa lei seja aprovada e para que se coloque nas costas do PT a responsabilidade por eventualmente algum partido não se organizar.

Na verdade, o que deveria ter sido feito era discutir aqui a constitucionalidade, tentar derrotar a constitucionalidade, tentar apresentar uma emenda, para que essa proposta não valesse agora, e, só então, se fosse o caso, recorrer ao Supremo Tribunal Federal, para que ele pudesse julgar, *a posteriori,* se essa lei era constitucional ou não.

Falam do autoritarismo do PT. V. Exª, ao usar a tribuna, disse muito bem: são dez anos de Governo. Identifiquem, neste País, ao longo desses dez anos de Governo, um ato do Presidente Lula ou da Presidenta Dilma que visasse a cercear as liberdades democráticas, que visasse a cercear o direito de organização política, partidária, sindical, qualquer deles. Ao contrário. Nesses dez anos, nós só fortalecemos a democracia.

Tanto é que alguns se acham no direito de vir a esta tribuna e comparar a Presidenta Dilma com generais de ditadura. Agem muitas vezes como inimputáveis. Acham que podem dizer tudo. A democracia é tão grande neste País que um Parlamentar pode desrespeitar a autoridade máxima do Poder Executivo.

Portanto, nós não vamos aceitar essa pecha. A Presidenta Dilma foi uma combatente da liberdade, padeceu na tortura por defender o direito de o povo brasileiro expressar livremente suas ideias e suas opiniões. Nós não vamos aceitar essa pecha que nos querem imputar.

Falam de casuísmo, mas o que foi a emenda da reeleição na década de 90? Vários dos que agora falam em casuísmo patrocinaram aquela emenda que permitiu a reeleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso e depois de presidente, governadores e prefeitos Brasil agora.

Portanto, não há autoridade política a esses partidos, aos seus líderes, aos seus Parlamentares, para fazerem esse ataque à Presidenta da República, ao Partido dos Trabalhadores.

Sr. Presidente, eu quero, na tarde de hoje, aqui dizer que aguardo com muita esperança que o diálogo que hoje aconteceu entre o Presidente do Senado, Renan Calheiros, o Presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, e o eminente Ministro Gilmar Mendes contribua para que haja um processo de reflexão de parte a parte, para que haja entendimento, a fim de que as funções do Congresso Nacional sejam preservadas, bem como as funções do Supremo Tribunal Federal.

Não há de nossa parte, não há da parte do PT qualquer iniciativa, qualquer tentativa de restringir os poderes do Supremo Tribunal Federal. Não podemos falar pela posição de um Parlamentar, mas não foi o Partido dos Trabalhadores que bancou qualquer emenda que viesse a estabelecer qualquer restrição.

Nós iríamos discutir, debater. Se essa proposta chegar ao Senado, nós vamos discuti-la, debatê-la. Nós somos defensores e escravos da Constituição. Não vamos apoiar qualquer medida que quebre a harmonia entre os Poderes, que quebre a independência entre os Poderes, porque isso seria quebrar a própria democracia.

Muitos vêm a esta tribuna para dizer que lutaram contra a ditadura. Não foram os únicos. Muitos de nós lutamos no movimento sindical, em organizações clandestinas. Eu próprio fiz parte de um partido clandestino, na época da ditadura. Militei no movimento estudantil, no movimento sindical, lutando pela liberdade. Será que, no Brasil, teríamos conquistado a democracia, se não tivesse havido o movimento sindical do ABC, que, com várias greves, colocou a necessidade da organização sindical e colocou também em cheque a ditadura militar? É óbvio que foi importante o papel dos partidos que existiam àquela época, dos Parlamentares, que tinham a coragem de denunciar as arbitrariedades da ditadura. Com certeza, não foram os únicos. Isso foi uma conquista da sociedade brasileira.

Portanto, não aceitamos aqui quem quer que seja que venha questionar o compromisso do Partido dos Trabalhadores com a democracia, com as liberdades democráticas, com o respeito à Constituição.

Sr. Presidente, entendo que tudo o que nós desejamos é que possamos ter amanhã, nos jornais, a notícia alvissareira de que os ânimos estão serenados, de que cada um dos Poderes vai discutir como enfrentar essas questões, respeitando os espaços de cada um e fazendo com que haja essa harmonia.

Assim, quero manifestar aqui o meu posicionamento. Entendo que a separação dos Poderes não é algo abstrato. É necessário que os magistrados e os Parlamentares tenham a mesma consciência quando proferirem suas decisões sobre o processo legislativo, sobre a Constituição brasileira, sob pena de se imiscuírem, reciprocamente, em competências que não são as suas.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância. Obrigado senhores ouvintes da Rádio Senado e senhores telespectadores da TV Senado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 25, de 2013**, da Mesa do Senado Federal, que *cria no Senado Federal a Comissão Permanente "Senado do Futuro"*.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 26, de 2013**, da Mesa do Senado Federal, que *dispõe sobre as taxas de administração e conservação e de ocupação dos imóveis situados na SQS 309 para não senadores e fixa prazo para devolução dos imóveis para uso do Senado Federal*.

Ao projeto foram oferecidas as Emendas nºs 1 a 3 – Plen.

São as seguintes as emendas:

EMENDAS
Nºs 1 A 3, DE 2013-PLEN

Emendas nºs 1 a 3, de Plenário, apresentadas perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 26, de 2013, da Mesa do Senado Federal, que dispõe sobre as taxas de administração e conservação e de ocupação dos imóveis situados na SQS 309 para não senadores e fixa prazo para devolução dos imóveis para uso do Senado Federal.

EMENDA Nº 1 – PLEN

Dê-se ao art. 4º do PRS nº 26, de 2013, a seguinte redação, suprimindo, em decorrência, o parágrafo único do art. 2º e o parágrafo único do art. 3º da mesma proposição:

"**Art. 4º** Os valores das taxas previstas nesta Resolução serão fixadas e atualizadas, anualmente, por Ato do Terceiro Secretário."

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Resolução do Senado nº 26, de 2013, tem origem no Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2013, e apresenta o mesmo teor desse último.

Parece-nos, entretanto, que se impõe proceder a alguns ajustes no seu texto, uma vez que não é adequado que determinados detalhes que caberiam em um ato administrativo constem de uma Resolução, que é, materialmente, lei.

Efetivamente, é de todo inconveniente que valores em unidades monetárias sejam fixados em uma Resolução, tendo em vista o *status* do diploma legal.

Assim, estamos propondo que os valores das taxas de administração e conservação e de ocupação dos apartamentos funcionais do Senado Federal tenham os seus critérios de cálculo definidas na Resolução, mas tenham a sua fixação delegada a Ato do Terceiro-Secretário, o membro da Mesa responsável pela gestão dos imóveis da Casa. Trata-se de providência que permitirá a necessária flexibilidade para o estabelecimento desses valores.

Sala das Sessões,

Senador ROMERO JUCÁ

EMENDA Nº 2 – PLEN

Dê-se ao art. 5º do PRS nº 26, de 2013, a seguinte redação:

"Art. 5º Os apartamentos atualmente ocupados por cessionários, à medida que vagarem, serão destinados para o uso privativo dos senadores."

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Resolução do Senado nº 26, de 2013, prevê o prazo de doze meses para que os apartamentos atualmente destinados a cessionários sejam desocupados.

Trata-se de norma que nos parece excessiva, gerando todo o tipo de inconveniência.

Ademais, é fundamental que se registre que, efetivamente, não há qualquer tipo de irregularidade no procedimento, que se traduz, tão-somente, na cessão de imóveis da União para a utilização por membros de um dos Três Poderes da União, cuja prática se revela totalmente adequada ao princípio da economicidade.

Assim propomos que se fixe, apenas, a vedação da destinação futura desses imóveis a não senadores.

Sala das Sessões,

Senador ROMERO JUCÁ

EMENDA Nº 3 – PLEN

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo ao Projeto de Resolução nº 26 de 2013, renumerando-se os seguintes:

> "Art . .Os atuais ocupantes dos apartamentos residenciais situados na SQS 309, Blocos "C", "D" e "G", não senadores, permissionários ou cessionários, estão isentos do pagamento das taxas previstas no artigo 2º para administração e conservação dos apartamentos, e da taxa de ocupação fixada no art. 3º, observando-se o disposto no art. 5º."

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda destina-se a garantir aos não senadores, permissionários ou cessionários, atuais ocupantes dos apartamentos residenciais situados na quadra SQS 309, Blocos "C", "D" e "G", a continuidade das regras apresentadas pelo próprio Senado Federal quando da primeira ocupação, evitando-se, portanto, que a aplicação das novas regras em caráter retroativo, propostas pelo projeto original, se caracterize como prejudicial aos atuais moradores. Destaca-se que o novo projeto tem o mérito de disciplinar a ocupação e a administração dos imóveis citados, coadunando-se com o contexto de austeridade que a Alta Administração tem se esmerado em implementar com vista à transparência e racionalização da gestão administrativa e redução de despesas, previstas no Ato da Comissão Diretora nº 3, de 2013.

Senador FRANCISCO DORNELLES

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – O Sr. Senador Renan Calheiros enviou discurso à Mesa, para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Srªs Senadoras, Srs. Senadores, quero aproveitar a oportunidade para registrar discurso que fiz no 12º Forum de Comandatuba do Grupo de Líderes Empresariais, realizado no último final de semana. O tema do encontro foi a preparação do Brasil para a Copa de 2014. O fórum reuniu cerca de 320 executivos, empresários e políticos para discutir políticas de desenvolvimento econômico e social para nosso país.

Sinto-me honrado por participar desse evento promovido pelo Grupo de Líderes Empresariais, comandado pelo empresário João Dória Júnior. Desde sua criação, o Fórum de Comandatuba vem se constituindo em um espaço privilegiado para o debate de ideias que apresentem soluções para temas de interesse nacional e para a construção de um Brasil mais justo, igualitário e desenvolvimentista. O convite para participar desse encontro é uma especial deferência a todos aqueles que investem e produzem riqueza.

Dessa forma, além de ser uma ocasião apropriada e importante para firmar uma parceria mais sólida e permanente do Parlamento com o empresariado nacional, é também uma oportunidade imperdível para refletirmos sobre as mudanças que defendemos para o Brasil, com o firme propósito de colaborar e aproximar o Congresso Nacional ainda mais da sociedade e do setor produtivo.

A interrogação O Brasil Está Preparado Para a Copa e as Olímpiadas?, que é o tema do fórum deste ano, não poderia ser mais oportuno. Eventos dessa magnitude, nos quais deveremos receber 600 mil visitantes estrangeiros, constituem chances para demonstrar o dinamismo de nossa economia e a riqueza de nossa cultura.

Entende o Congresso Nacional que a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 congregam, para além de seus aspectos desportivos e promocionais, uma importante oportunidade de elevar o nível de emprego, a geração de renda para o trabalhador brasileiro com investimentos em infraestrutura.

Não se trata, contudo, de um desafio fácil, pois, além da própria organização dos eventos há um aspecto fundamental que é o levantamento de recursos de todos os setores envolvidos, não apenas das três esferas de governo –União, Estados e Municípios -, mas também a iniciativa privada e o terceiro setor.

Todo esse amplo processo envolve, de forma direta, o Poder Legislativo, que tem colaborado eficazmente com o esforço nacional de preparação para esses dois grandes eventos. Basta citar o RDC, do qual tive a satisfação de ser relator, que atraía investimentos.

Certamente, é preciso zelar para que os vultosos investimentos feitos para viabilizar as disputas desportivas possam se reverter em legados úteis para a população, evitando casos em que algumas iniciativas dessa natureza acabaram por gerar "elefantes brancos" e agravar as finanças públicas das Nações anfitriãs.

Com esse objetivo, o Senado Federal instalou, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, uma Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016, que já realizou uma extensa programação de debates e de audiências, com a finalidade de aprimorar, de forma ampla e participativa, a execução da Lei Geral da Copa. Essa Subcomissão já gerou, e ainda gerará, significativas contribuições no sentido de aprimorar a preparação do País para esses dois eventos.

É de se louvar, também, a capacidade e o dinamismo com que o setor empresarial acorreu ao chamamento governamental, evidenciando a qualidade da iniciativa privada brasileira justamente agora, no momento em que grandes projetos entram em fase final e são entregues para uso do público, como nos casos dos estádios da Fonte Nova, em Salvador; Mineirão, em Belo Horizonte; Castelão, em Fortaleza; e Maracanã, no Rio de Janeiro.

Entretanto, temos ainda muitos problemas, e para resolvê-los, muito há que ser feito. A última Sondagem Industrial da Confederação Nacional da Indústria nos mostra que a atividade industrial brasileira ainda não encontrou a trajetória sólida de retomada do crescimento. O desempenho tem se mostrado irregular, o que acarreta o adiamento de decisões de investimento. Uma das queixas mais recorrentes e procedentes do setor produtivo é a de que burocracia continua a emperrar o desenvolvimento. As dezenas de procedimentos e comparecimentos a vários órgãos demandam muito tempo, dependem de uma quantia razoável de recursos e exigem bastante paciência.

O estudo produzido pelo Banco Mundial, que avalia anualmente o mundo dos negócios em 185 economias, demonstra que o Brasil perdeu dez posições nos últimos três anos. Segundo a pesquisa, que já se encontra na sua décima edição, em todo o mundo, o Brasil é um dos países da América do Sul onde é mais difícil fazer negócios.

Entre as 185 economias pesquisadas, a queda do Brasil significou a passagem da centésima vigésima

sexta posição para a centésima trigésima quanto à facilidade em fazer negócios. A despeito disso, o Brasil, com um Produto Interno Bruto de US$ 2,223 trilhões em 2012, continua como a sétima economia do mundo. Isso significa dizer que temos potencialidades e que temos obrigação de avançar.

Ainda quanto ao estudo do Banco Mundial, ele nos mostra os principais empecilhos para o estabelecimento de empresas no país: o custo dos impostos; as práticas para a resolução de inadimplência; a obtenção de alvarás, custos e documentação para lidar com comércio exterior; e os procedimentos necessários para começar uma empresa.

Tendo em vista essas dificuldades, ao mesmo tendo em que cuidamos para aproximar o Senado da sociedade, implementamos uma série de iniciativas com objetivos de eliminar gastos e dar eficiência aos recursos públicos, pois estamos ávidos por contribuir com medidas legislativas que facilitem o ambiente de negócios no Brasil. Na administração do Senado, já extinguimos secretarias, diretorias e cargos, revogamos privilégios e redundâncias e estamos enxugando nossas estruturas internas.

Alcançamos nestes primeiros 80 dias uma economia de mais de 300 milhões e vamos persistir neste caminho, com transparência e controle público. Para isso, instalamos como prometi o Conselho da Transparência, com a participação da sociedade civil e representantes da Ong Transparência Brasil, o Instituto Ethos e Associação Brasileira de Imprensa.

Para a nossa finalidade que é legislar e fiscalizar, estamos concebendo com o presidente da Câmara um sistema de votação em regime especial de projetos que favoreçam o ambiente econômico, social e empresarial. Para concretizar essa ideia estou conversando com o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, e com os líderes partidários para criarmos “leis expressas”, que possam ter tramitação célere nas duas Casas.

São projetos de leis, já em tramitação ou que poderão ser propostos, que tenham objetivo de aumentar a segurança jurídica, a previsibilidade nos negócios e que venham combater o excesso de burocracia.

Como exemplos, posso citar algumas propostas já em tramitação: a que permite a compensação de créditos apurados pelo contribuinte com débitos relativos a quaisquer impostos e contribuições, inclusive previdenciária e a que cria um novo tipo de sociedade anônima de capital fechado e simplificada.

No segmento trabalhista temos dois projetos de grande relevância: a regulamentação do trabalho terceirizado, um setor invisível, e aquele que permite realização de horas extras para trabalhadores com jornada inferior a 44 horas, proibido pela legislação, o que é muito atípico.

No setor de transportes precisamos redimensionar a cobrança do adicional sobre frete da marinha mercante, flexibilizar as condições de emprego de embarcações estrangeiras no Brasil e eliminar o vale-pedágio, um terror burocrático tão inútil quanto ineficaz.

Por outro lado, reforçando nossa missão fiscalizadora, estamos implementando também um programa de avaliação das políticas públicas pelo Parlamento, que terá a educação com a aprovação do PNE como primeiro tema, além do acompanhamento do Sistema Tributário Nacional e para o qual já aprovamos uma resolução regulando dispositivos da Constituição Federal. São iniciativas que fortalecem o Congresso e o controle público das instituições. Temos ainda projetos para regulamentar o Sistema Financeiro Nacional.

Haveremos de enfrentar também o aprimoramento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, que tem hoje um rendimento muito baixo; elaborar um código empresarial atualizando o Código Comercial, que tem mais de 50 anos; promover incentivos a ciência, tecnologia e inovação; e, ainda atualizar a Lei de Propriedade Intelectual.

São, senhores e senhoras, alguns exemplos do volumoso trabalho que temos pela frente. Dessa forma, poderemos continuar dando respostas para a sociedade, com um trabalho mais eficaz, transparente e que represente mudanças efetivas na vida dos cidadãos.

O Congresso reúne as condições de ajudar o país a ser mais seguro, mais amigável e mais atrativo para o investimento. A superação de gargalos, a consolidação e regulação de vários setores e a regulamentação de dispositivos constitucionais são desafios que tiveram respostas imediatas.

Ciente disso, o Senado está acelerando a agenda legislativa. Nestes primeiros 80 dias, além de medidas administrativas já postas, regulamentamos o acompanhamento do Sistema Tributário Nacional, a prestação de contas das agências reguladoras ao Senado, o Orçamento de 2013, o veto dos royalties e os novos critérios de repartição do Fundo de Participação dos Estados e criamos as sessões temáticas que irão permitir o aprofundamento necessário dos debates e das votações.

Na busca pela transparência, depois de aprovarmos o valor dos impostos na nota fiscal, projeto que muito me honrou ter apresentado, vamos à busca de ser a instituição referência neste quesito. Todos os Poderes são transparentes, mas nenhum é mais transparente que o Legislativo.

Estamos empenhados em remover a burocracia também na aprovação de leis. Assim é que iremos

racionalizar e simplificar procedimentos. Se a burocracia é nociva para os negócios para votar leis ela é devastadora.

Muitas vezes a sociedade funciona em entendimento e a lei, que é produto dela precisa ser célere, ágil. Muitas vezes, não. A sociedade demora a processar uma decisão e até não pode reverter esse processo natural. Custe o que custar, o Congresso Nacional irá se tornar um agente facilitador do ambiente econômico.

Neste sentido faremos o que for necessário. Com a melhoria do ambiente de negócios estaremos melhorando a vida dos brasileiros que é dever e desejo de todos nós.

Muito obrigado pela oportunidade de debater com vocês. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Não havendo mais oradores inscritos, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Srªs e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se, amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 602, DE 2012

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 602, de 2012, que *autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE; altera as Leis nºs 12.337, de 12 de novembro de 2010, e 10.480, de 2 de julho de 2002; revoga dispositivo da Lei nº 12.469, de 26 de agosto de 2011; e dá outras providências.*

Parecer sob nº 10, de 2013, da Comissão Mista, Relator: Deputado Beto Faro (PT/PA); e Relator Revisor: Senador Aníbal Diniz (PT/AC), favorável à Medida Provisória e pela rejeição das emendas oferecidas perante a Comissão Mista.

(Lido no Senado Federal no dia 25.4.2013)
(Sobrestando a pauta a partir de 21.3.2013)
Prazo final prorrogado: 3.6.2013

2
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 117, DE 2012
(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 280, de 2013)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2012 (nº 7.330/2010, na Casa de origem) de iniciativa da Presidência da República, que *dá nova redação ao art. 9º da Lei nº 11.803, de 5 de novembro de 2008 (autoriza o Banco Central do Brasil a abrir crédito aos Bancos Centrais da República Argentina e do Uruguai, sob a forma de margem de contingência reciprocamente concedida no âmbito do Sistema de Pagamentos em Moeda Local – SML).*

Pareceres favoráveis, sob nºs 207, de 2013, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Suplicy; e 208, de 2013, de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Humberto Costa, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta.

3
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 84, DE 2013
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 84, de 2013 (apresentado como conclusão do Parecer nº 209, de 2013, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Humberto Costa), que *aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2013.*

4
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 85, DE 2013
(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 330, de 2013)

Projeto de Decreto Legislativo nº 85, de 2013, do Senador Eduardo Lopes, que *susta os efeitos da resolução administrativa expedida pelo Tribunal Superior Eleitoral nos autos da Petição nº. 9.495/AM, que redefine o número de Deputados Federais, Estaduais e Distritais.*

Pendente de parecer da CCJ.

5
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2012

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Souza, que *cria Tribunal Regional Federal.*

Parecer favorável, sob nº 1.144, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, com votos

vencidos dos Senadores Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ricardo Ferraço, Eduardo Lopes e a Senadora Ana Rita.

6
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2011

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Walter Pinheiro, que *acrescenta § 2º ao art. 52 da Constituição Federal, para estabelecer que os ocupantes de cargo público que tiverem sua escolha aprovada previamente pelo Senado Federal, nos termos do art. 52, III, f, devem comparecer a essa Casa, anualmente, para prestar contas de suas atividades nos respectivos órgãos ou entidades.*

Parecer favorável, sob nº 1.665, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Anibal Diniz.

7
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 86, DE 2011

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Requerimento nº 176, de 2013)
(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 86, de 2011; e 46 e 61, de 2012)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2011, tendo como primeira signatária a Senadora Vanessa Grazziotin, que *cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª Região, com sede em Manaus e jurisdição no Estado do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.*

Parecer sob nº 101, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos vencidos dos Senadores Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Armando Monteiro; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012, que tramitam em conjunto.

8
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 46, DE 2012
(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 86, de 2011; e 46 e 61, de 2012)
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Requerimento nº 176, de 2013)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para criar o Tribunal Regional Federal da 6º Região, com sede em Belém e jurisdição nos Estados do Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins.*

Parecer sob nº 101, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos vencidos dos Senadores Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Armando Monteiro; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012, que tramitam em conjunto.

9
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, DE 2012
(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 86, de 2011; e 46 e 61, de 2012)
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Requerimento nº 176, de 2013)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Eunício Oliveira, que *cria Tribunal Regional Federal com jurisdição nos Estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte e sede na cidade de Fortaleza.*

Parecer sob nº 101, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos vencidos dos Senadores Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Armando Monteiro; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012, que tramitam em conjunto.

10
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 115, DE 2011

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 115, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Bauer, que *altera o inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, para vedar a instituição de impostos sobre os medicamentos de uso humano.*
Parecer favorável, sob nº 1.536, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Luiz Henrique, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (substitutivo), que oferece.

11
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, DE 2000

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 163, de 2000 (nº 6.167/2002, naquela Casa), do Senador Luiz Pontes, que *cria o Fundo de Apoio à Cultura do Caju – FUNCAJU (desenvolvimento da produtividade da cajucultura).*
Pareceres sob nºs 1.380 a 1.382, de 2012, das Comissões
– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eunício de Oliveira, pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria (em parecer preliminar, nos termos do Requerimento nº 48, de 2009-CAE);
– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Wellington Dias, favorável ao Substitutivo da Câmara, exceto quanto às alterações feitas pela Câmara ao texto da ementa e à redação do art. 1º; e
– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Benedito de Lira, favorável.

12
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 101, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2008 (nº 6.039/2005, na Casa de origem, do Deputado Paulo Rubem Santiago), que *institui o Dia Nacional do Engenheiro de Pesca a ser comemorado na data de 14 de dezembro.*
Parecer favorável, sob nº 510, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Marco Maciel.

13
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2008 (nº 6.046/2005, na Casa de origem, do Deputado Gonzaga Patriota), que *institui o Dia Nacional dos Agentes de Autoridade de Trânsito.*
Parecer favorável, sob nº 64, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Sérgio Zambiasi.

14
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2013

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2013 (nº 2.207/2011, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que *dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Sul da Bahia – UFESBA, e dá outras providências.*
Pareceres favoráveis, sob nºs 281 e 282, de 2013, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Walter Pinheiro; e de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Lídice da Mata.

15
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 60, DE 2010

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução do Senado nº 60, de 2010, do Senador Eduardo Azeredo, que *institui o Grupo Parlamentar Brasil-Dinamarca e dá outras providências.*
Pareceres favoráveis, sob nºs 103 e 104, de 2011, das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon; e Diretora, Relatora: Senadora Marta Suplicy.

16
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 61, DE 2010

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução do Senado nº 61, de 2010, do Senador Eduardo Azeredo, que *institui o Grupo Parlamentar Brasil-Sérvia e dá outras providências.*
Pareceres favoráveis, sob nºs 105 e 106, de 2011, das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Alfredo Cotait; e Diretora, Relatora: Senadora Marta Suplicy.

17
REQUERIMENTO Nº 316, DE 2012
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 316, de 2012, do Senador Jorge Viana, *solicitando voto de aplauso à Comissão Pró-Índio do Acre, instituição criada em fevereiro de 1979, pelo exemplo de trabalho na defesa da cidadania dos povos indígenas nas áreas de educação, saúde, cultura e meio ambiente.*

Parecer favorável, sob nº 283, de 2013, da Comissão Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Vital do Rêgo.

18
REQUERIMENTO Nº 270, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 270, de 2013, do Senador Valdir Raupp, solicitando que, *sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2010, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (fornecimento e instalação dos equipamentos de medição de energia elétrica).*

19
REQUERIMENTO Nº 277, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 277, de 2013, do Senador Pedro Simon, solicitando que, *sobre o Projeto de Lei do Senado nº 275, de 2012, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (divulgação da razão social e de documentação de emissoras de radiodifusão).*

20
REQUERIMENTO Nº 307, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 307, de 2013, do Senador José Pimentel, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 93 e 129, de 2011; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 270, de 2010; 466 e 700, de 2011; 101, 147 e 259, de 2012; e 25, de 2013, por regularem matéria correlata (Benefícios para pessoas com deficiência).*

21
REQUERIMENTO Nº 308, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 308, de 2013, do Senador Vital do Rêgo, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2011 (tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 381, 516, 565, de 2011; e Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2011 (tramintando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 42, de 2006; e 70 e 71, de 2011), além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Consituição, Justiça e Cidadania (remuneração do empregado doméstico).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 9 minutos.)

ATA DA 1ª. REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 590, DE 2012, ADOTADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2012 E PUBLICADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2012, QUE "ALTERA A LEI Nº 10.836, DE 9 DE JANEIRO DE 2004, PARA AMPLIAR A IDADE LIMITE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE COMPÕEM AS UNIDADES FAMILIARES BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA ELEGÍVEIS AO RECEBIMENTO DO BENEFÍCIO PARA SUPERAÇÃO DA EXTREMA POBREZA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 14h10 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, DO SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e quinze minutos do dia vinte de fevereiro de dois mil e treze, na Sala número 2 da Ala Senador Nilo Coelho sob a Presidência eventual do Senhor Senador José Pimentel, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 590, de 2012, com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Vanessa Grazziotin, Gim, Sérgio Souza, Wellington Dias, Humberto Costa, Walter Pinheiro, Blairo Maggi e Armando Monteiro; e dos Deputados Assis do Couto, Nazareno Fonteles, Nilda Gondim, Professora Dorinha Seabra Rezende, Flávia Morais, Carmen Zanotto, Antonio Brito, Padre Ton, Janete Rocha Pietá, Marinha Raupp, Professor Sétimo, Geraldo Thadeu, Aroldo de Oliveira, Jerônimo Goergen, Glauber Braga e Sarney Filho. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e comunica a existência de acordo das lideranças das duas Casas pelo qual são indicados os nomes da Senadora Vanessa Grazziotin e Deputado Assis do Couto para assumir, respectivamente, a Presidência e Vice-Presidência da Comissão. Submetidos os nomes indicados ao Plenário, são aprovados por aclamação. Assume a direção dos trabalhos a Senadora Vanessa Grazziotin, Presidente eleita da Comissão, que, ato contínuo, designa a Deputada Rose de Freitas como Relatora e o Senador Sérgio Souza como Relator Revisor. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quinze horas e dezenove minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente eventual, Senador José Pimentel, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador JOSÉ PIMENTEL
Presidente eventual

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. PT – CE) – A Medida Provisória nº 590 também já deu quórum nas duas Casas – Câmara e Senado.

A relatoria da Medida Provisória nº 590 cabe à Câmara, observado o critério das alternâncias, cabendo ao PMDB da Câmara.

O PMDB indicou a Deputada Rose de Freitas para ser a Relatora, e o Senador Sérgio Souza para ser o Relator revisor.

A Presidência cabe ao Senado Federal.

O Bloco de Apoio ao Governo está indicando a Senadora Vanessa Grazziotin para ser a Presidenta desta Comissão, e o Deputado Assis do Couto, do Paraná, para ser o Vice-Presidente.

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 590, de 2012.

Informo que, de acordo com o disposto no §1º do art. 3º da Resolução nº 01, de 2002, que estabelece o rodízio na direção das comissões destinadas a apreciar medidas provisórias, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade do Senado Federal, e a relatoria sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados.

Comunico que há acordo de Lideranças para eleição da Mesa.

No acordo de Lideranças, a Presidência cabe à Senadora Vanessa Grazziotin, e a Vice-Presidência ao Deputado Assis do Couto.

Os Srs. Parlamentares que concordam com as indicações permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados, por unanimidade.

Convido a Senadora Vanessa Grazziotin para assumir os trabalhos da Comissão e, em seguida, nomear o relator e o revisor. (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – A reunião da Comissão Mista que analisa a Medida Provisória nº 590, de 2012, que trata do Bolsa Família, já foi devidamente aberta; eu apenas designo como Relatora a Deputada pelo PMDB do Estado do Espírito Santo Rose de Freitas e, como Relator revisor, o Senador Sérgio Souza, do PMDB do Estado do Paraná.

Feito isso, nós encerramos a reunião, não havendo mais nada a tratar, com convocação feita para breve.

Está encerrada a reunião.

Devolvo a direção dos trabalhos ao Senador José Pimentel.

(*Iniciada às 15 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 19 minutos.*)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

ATA DA 2ª. REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 590, DE 2012, ADOTADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2012 E PUBLICADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2012, QUE "ALTERA A LEI Nº 10.836, DE 9 DE JANEIRO DE 2004, PARA AMPLIAR A IDADE LIMITE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE COMPÕEM AS UNIDADES FAMILIARES BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA ELEGÍVEIS AO RECEBIMENTO DO BENEFÍCIO PARA SUPERAÇÃO DA EXTREMA POBREZA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 23 DE ABRIL DE 2013, ÀS 14h30 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 07, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DO SENADO FEDERAL.

Às dezoito horas e sete minutos do dia vinte e três de abril de dois mil e treze, na Sala número sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Senadora Vanessa Grazziotin, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 590, de 2012, com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Waldemir Moka, Sérgio Souza, Ana Amélia, Angela Portela, José Pimentel, Eduardo Amorim e Humberto Costa; e dos Deputados Assis do Couto, Nazareno Fonteles, Rose de Freitas, Nilda Gondim, Arthur Lira, Flávia Morais, Carmem Zanotto, Chico Alencar, Padre Ton, Janete Rocha Pietá e Sarney Filho. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da ata da Reunião anterior, que é aprovada. A Presidente passa a palavra à Relatora, Deputada Rose de Freitas, para que proceda à leitura do Relatório. Finda a leitura, a matéria é colocada em discussão. Não havendo quem queria discutir, o Relatório é colocado em votação. O Relatório é aprovado, passando a constituir Parecer da Comissão, o qual conclui pela rejeição das emendas nº 1, 2, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18 e 19, e pela inadequação das emendas nº 6 e 17; pela aprovação da Medida Provisória nº 590, de 2012, com o texto resultante da incorporação das alterações nela promovidas pela Medida Provisória nº 607, de 2013, bem como pela aprovação das emendas de nº 3 e 7 oferecidas à MPV nº 590, de 2012, por se tratarem de assuntos relevantes e pertinentes na presente Medida Provisória, nos termos do Projeto de Lei de Conversão. Em seguida, a Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação da Ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezoito horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, Thiago Nascimento Castro Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente, Senadora Vanessa Grazziotin, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senadora VANESSA GRAZZIOTIN
Presidente

(*Texto com revisão.*)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 590, de 2012.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da ata e a sua aprovação, que é referente à reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores, as Srªs Deputadas e os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata.

A ata, portanto, está aprovada e irá à publicação.

A presente reunião tem como objetivo a apresentação pela Relatora do relatório, bem como a discussão do mesmo e votação.

Portanto, passo a palavra à Deputado Rose de Freitas.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB – ES) – Gostaria de solicitar, porque estamos em processo de votação na Câmara, embora tenha ressaltado que a sessão extraordinária não prejudica os trabalhos desta Comissão... Gostaria de votar as matérias que estão sendo colocadas em plenário. Consulto se poderia apenas resumir.

Essa Medida Provisória contou com a apresentação das Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6 ,7, 8, 9, 10 até 19. Várias emendas versavam sobre a necessidade de haver qualificação profissional durante o processo do Bolsa Família. Estabeleciam um condicionante para que, a partir dos 14 anos até os 17 anos, os adolescentes pudessem ter uma formação profissional, uma capacitação profissional, uma qualificação profissional, qualquer coisa que lhes dessem uma porta de saída a partir dos 17 anos. Sendo assim... (*Pausa.*)

Vou ler, com certeza. Estou apenas dizendo.

Comunguei dessa tese e tentamos fazer com que pudéssemos ter essa qualificação profissional oferecida de forma bem coordenada com a Bolsa Família, porque seria aí sim um avanço, uma forma de auxiliar a pobreza, mas dando condições de enfrentá-la posteriormente.

Evidente que sei que essas coisas não acontecem com muita facilidade porque os argumentos do Governo e de várias outras pessoas, políticos e assessores ligados ao Bolsa Família, entendem que, primeiro, a urgência é sair da extrema pobreza e que, segundo, existem vários programas que atendem à necessidade de qualificação profissional, como o Pronatec.

Minhas ponderações, que quero deixar registradas aqui, são no sentido de que, embora existam outros projetos relativos ao Pronatec, que é a compra de vaga nas escolas para qualificação e classificação profissional... Não posso deixar de salientar que essas escolas para se adquirirem as vagas não estão em todos os lugares. Portanto, nas regiões mais pobres do Nordeste, até mesmo no meu Estado, não se encontra nenhuma escola ao alcance para se comprar uma vaga. Há muita dificuldade. Existem muitas dificuldades.

Vou passar... Quero deixar registrada aqui a luta que travei nesse sentido, inclusive observando que comungando dessa mesma ideia estavam a Deputada Carmem Zanotto – não tenho o nome de todos aqui –, Andreia Zito, que apresentou um cadastro, um registro de crianças, registro nacional de cadastro de identificação de crianças. Também foi colocado que havia uma lei específica para isso e não vejo que ela esteja sendo, no País, colocada em prática. Achava extremamente importante, até pela questão do tráfico de crianças, que todos já conhecem, a exploração, inclusive, da infância.

Aproveitando o relatório inicial, 357, que era do André Figueiredo, também na mesma linha, o da Andreia Zito, que falava da identificação da carteira infantil, Deputado Izalci, duas emendas.

Nós tínhamos também a proposta de acrescentar... Eu particularmente tenho uma filosofia em relação a relatórios: que todas as matérias pertinentes, com similaridade com o texto devem ser aproveitadas. Fora isso, acho que fazer essa colcha de retalho que tem sido um *habitué* da Casa agora, de que toda a matéria, não importando o assunto tratado, deve aproveitar outras e outras emendas que possam ser encaixadas em uma matéria como esta, embora o assunto não seja admissível, não seria de bom alvitre ser colocado naquele texto. Sendo assim, nós ficaremos na proposta original, apenas acrescentando a possibilidade de termos aí...

Vou passar o voto aqui e, no final, vamos tratar da possibilidade, aventar a possibilidade, incluir a possibilidade de que venhamos a ter essa porta aberta para que os jovens possam ter qualificação profissional. É muito importante! Ampliar só a idade e o Bolsa Família não acho que seja eficiente para um programa. Embora ele seja de ordem assistencialista e socialmente plausível, acho que nós temos que avançar mais.

Vou passar ao voto.

Da admissibilidade e constitucionalidade.

A Medida Provisória ora sob análise atende aos requisitos constitucionais de urgência e relevância, além de não incorrer em qualquer das vedações temáticas estabelecidas pelo §1º do art. 62 da Constituição Federal.

O requisito da urgência da Medida Provisória justifica-se na Exposição de Motivos nº 32/2012 que a acompanha, segundo a qual "a Medida Provisória em questão tem como objetivo eliminar a principal característica da extrema pobreza no Brasil, que é o fato de atingir desproporcionalmente as crianças e adolescentes de até quinze anos de idade. A proposta apresentada possui grande potencial para redução da extrema pobreza nas famílias que possuem crianças e adolescentes e também no conjunto total de famílias brasileiras extremamente pobres".

Quanto às vedações temáticas do §1º do art. 62 da Constituição Federal, constatamos que a concessão do benefício para superação da extrema pobreza não se insere entre as matérias de competência exclusiva do Congresso Nacional (art. 49 da CF) ou de qualquer de suas Casas (arts. 51 e 52, da CF); e não se enquadra entre os casos de vedação da edição de medidas provisórias (art. 62, §1º, da CF).

A Medida Provisória nº 590, de 2012, está em harmonia com o nosso ordenamento jurídico, não viola quaisquer dos princípios gerais do Direito e foi redigida com boa técnica legislativa. Somos, portanto, pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da MPV em análise.

Da adequação financeira e orçamentária.

A Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, estabelece, em seu art. 5º, §1º, que "o exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das Medidas Provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a lei do Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária da União".

A Exposição de Motivos que acompanha a Medida Provisória nº 590, de 2012, esclarece que o custo do benefício ampliado será de R$3,96 bilhões (três bilhões e novecentos e sessenta milhões de reais) por ano, o que representa um custo incremental, em relação ao benefício de superação da extrema pobreza na primeira infância, de R$1,744 bilhão (um bilhão e setecentos e quarenta e quatro milhões de reais).

Para financiar o gasto adicional decorrente da aprovação da Medida Provisória ora sob análise contamos com o substancial aumento de arrecadação de impostos ocorrido no início do presente ano, em especial no mês de fevereiro, que registrou um aumento de cerca de 15%, e a perspectiva de crescimento econômico ao longo do ano, que devem implicar o aumento de receitas orçamentárias. Encontra-se prevista, também, uma compensação mediante remanejamento de recursos, além de valores que serão consignados nos respectivos Projetos de Lei dos Orçamentos Anuais, de forma a não afetar as metas de resultados fiscais, contidas no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Assim sendo, o confronto das disposições da matéria em análise com as normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei do Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária da União não revela impedimento passível de prejudicar a conformidade orçamentária e financeira da Medida Provisória em questão.

Nesse sentido, votamos pela compatibilidade e pela adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 590, de 2012.

II. 3 – Das emendas.

Sobre as emendas oferecidas à Medida Provisória nº 590, de 2012, cabe-nos examiná-las sob o prisma da constitucionalidade, da adequação orçamentária e financeira e quanto ao seu mérito.

Também não houve indeferimento preliminar de qualquer das emendas por parte da Srª Presidente da Comissão, nos termos do art. 4º, § 1º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, norma conexa ao Regimento Comum.

As emendas apresentadas podem ser preliminarmente admitidas com relação à constitucionalidade e serão analisadas em relação à adequação financeira e orçamentária.

Passa-se agora à análise de mérito das emendas apresentadas.

As emendas nºs 2, 11, 16 e 18 buscam estender o pagamento do benefício para superação da extrema pobreza às idades de dezessete e dezoito anos de idade. Embora as emendas pretendam atender a um maior número de famílias, ao ampliar a faixa etária atendida, é preciso destacar que a Medida Provisória nº 607, editada em 19 de fevereiro de 2013, estende o benefício para superação da extrema pobreza a todas as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família com renda *per capita* de até R$ 70,00, independentemente de sua composição. Dessa forma, as emendas citadas são rejeitadas.

As emendas nºs 3 e 7 visam a articular o Programa Bolsa Família a programas de qualificação profissional. Devemos destacar que o momento econômico brasileiro é voltado para o crescimento econômico, o que impõe o aumento da oferta de mão de obra qualificada. Os beneficiários do Bolsa Família, em especial os adolescentes, que em breve irão adentrar ao mercado de trabalho, precisam ter a qualificação necessária para aprimorar sua empregabilidade. Embora o Governo Federal já tenha lançado programa como o Pronatec, é preciso

reconhecer que essa iniciativa não alcança os territórios mais distantes do País, impossibilitando que milhares de jovens tenham acesso à qualificação profissional, especialmente em áreas que se coadunem com a vocação econômica do lugar em que vivem.

Assim, torna-se dever do Estado estabelecer parcerias locais para que essas oportunidades sejam oferecidas a todos, independentemente do lugar em que residam. Não se questiona a importância dos benefícios financeiros do Programa Bolsa Família, mas, como benefícios assistenciais, temos consciência de seu caráter transitório e de sua finalidade, que é apoiar as famílias e seus membros para que superem as condições de pobreza e extrema pobreza em que se encontravam, antes do ingresso no programa. O único caminho para alcançar esse objetivo de forma mais permanente é garantir, ampliar e incentivar o acesso à educação de qualidade, juntamente com o acesso à qualificação profissional, para que os beneficiários possam conquistar sua autonomia. As emendas citadas são, portanto, aprovadas, na forma do Projeto de Lei de Conversão.

A emenda nº 6 tem a meritória intenção de garantir a percepção de uma renda maior e busca melhorar as condições das famílias, para que elas superem em um tempo menor a situação de extrema pobreza em que se encontram, ao propor elevar o valor do benefício para superação da extrema pobreza para que a soma da renda familiar mensal e dos benefícios financeiros supere o valor de R$ 100,00 (cem reais) *per capita*.

Tal medida enfrenta óbices técnicos, fiscais e operacionais para ser acatada. O estabelecimento de R$ 70,00 reais como valor de corte para quantificar a extrema pobreza levou em consideração à linha de pobreza que o Banco Mundial e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) utilizam para medir a pobreza extrema no mundo, que corresponde ao valor de US$ 1,25 por dia, valor semelhante ao da renda mensal *per capita* utilizada pelo Governo Federal. No que tange aos aspectos fiscais e operacionais, as limitações orçamentárias impedem essa expansão, situação agravada pela ausência de um planejamento prévio consistente e da identificação da necessária fonte de custeio, de acordo com o que dispõe o Texto Constitucional e a Lei de Responsabilidade Fiscal. A emenda é, portanto, inadequada orçamentariamente.

Portanto, esse valor corresponde a US$1, 25 por dia é o valor semelhante ao da renda mensal *per capita* utilizada pelo Governo Federal.

As Emendas nºs 4 e 19 buscam incluir pessoas com deficiência e idosos como beneficiários do Programa Bolsa Família, destinado às ações de transferência de renda com condicionalidades. Ressalte-se que o referido Programa tem como principal parâmetro para distribuição dos recursos a renda das famílias, beneficiando aquelas que se encontram em situação de pobreza ou extrema pobreza, não importando se são pessoas com deficiência ou idosos. Ou seja, não são beneficiários segmentos populacionais específicos. Pessoas com deficiência componentes de um grupo familiar que atenda aos requisitos do Programa serão automaticamente beneficiados, inclusive com o benefício adicional de que trata a Medida Provisória em comento, se estiverem na faixa etária alvo dessa ação, qual seja, entre zero e quinze anos de idade. Ademais, convém ressaltar que a Medida Provisória nº 607, editada em 19 de fevereiro de 2013, estende o benefício para superação da extrema pobreza a todas as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família com renda *per capita* familiar de até R$ 70,00, independentemente de sua composição. Dessa forma, as emendas citadas são rejeitadas.

As Emendas nº 13 e 14 visam, respectivamente, a priorizar, no ato de pagamento do benefício financeiro e de cadastramento dos beneficiários no Programa Bolsa Família, as mulheres em situação de risco, vítimas de violência doméstica. Como já destacado na análise das Emendas nº 4 e 19, o Programa Bolsa Família não contempla beneficiários de segmentos populacionais específicos, mas sim pessoas que se encontram em situação de pobreza ou extrema pobreza. Portanto, tem como principal objetivo distribuir recursos de acordo com a renda das famílias, sem levar em consideração situações sociais específicas. As emendas são, portanto, rejeitadas.

Quero ressaltar nesse parágrafo que, feita a nossa posição em relação à luta de gênero, o Programa Casa da Mulher Brasileira trata de maneira especial o problema da mulher atingida pela violência doméstica. Tem um programa específico para atendê-la domiciliarmente, inclusive capacitando-a profissionalmente e atendendo sob o aspecto psicossocial.

As emendas foram, portanto, rejeitadas.

A Emenda nº 8 trata da divulgação mensal em meios eletrônicos da relação de beneficiários do Programa Bolsa Família. Tal providência já se encontra prevista no parágrafo único do art. 13 da Lei nº 10.836, de 2004, que criou o Programa Bolsa Família. Segundo o artigo, será de acesso público a relação dos beneficiários e dos respectivos benefícios do Programa. Não procede, portanto, a emenda apresentada.

Inclusive temos a expectativa que, nessa relação pública, para os beneficiários, se possa corrigir algumas distorções que foram denunciadas e apresentadas na aplicação desse recurso nos Municípios cuja relação de cadastro social fica exposta, mas sem fiscalização devida.

A Emenda nº 9, ao buscar excluir do cálculo da renda *per capita* familiar, para fins de recebimento do benefício para superação da extrema pobreza na primeira infância, outros benefícios percebidos dos programas sociais federais de complementação de renda, estabelece um corte de renda que não corresponde à realidade, e, por conseguinte, obscurece parâmetros que nos permitem avaliar de que forma esses benefícios estão contribuindo efetivamente para a melhoria da qualidade de vida da família beneficiária. Dessa forma, estudos e avaliações realizados para comprovar os efeitos das transferências de renda governamentais na evolução socioeconômica da população alvo dessas políticas públicas teriam sua fidedignidade comprometida. A emenda é, portanto, rejeitada.

A Emenda nº 10 propõe a utilização do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) para o cálculo de renda *per capita* para fins do pagamento do benefício para superação da extrema pobreza. De acordo com a redação proposta pela MPV nº 590, de 2012, para o § 16 do art. 2º da Lei nº 10.836, de 2004, caberá ao Poder Executivo ajustar, de acordo com critério a ser estabelecido em ato específico, o valor definido para a renda familiar *per capita*, para fins do pagamento do benefício para superação da extrema pobreza. O índice a ser utilizado poderia ser objeto de Indicação ao Poder Executivo, não cabendo, portanto, emenda a essa proposta. A emenda é, portanto, rejeitada.

A emenda nº 12 pretende acrescentar, entre as condicionalidades para recebimento do benefício financeiro do Programa Bolsa Família, a identificação de crianças a partir de seis anos de idade, por meio de carteira de identidade. A condicionalidade pretendida pode vir a excluir beneficiários do

Programa Bolsa Família, em virtude de não haver a possibilidade de identificação civil por meio de fotografia e impressão digital na grande maioria dos municípios em nosso país. Sendo assim, seria uma medida excludente, no que se refere aos benefícios do Programa. A emenda é, portanto, rejeitada.

A emenda nº 15, por sua vez, objetiva que o valor para renda familiar *per capita* para fins de pagamento do benefício para superação da extrema pobreza seja definido na Lei Orçamentária Anual e não por ato específico do Poder Executivo. No entanto, o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 10.836, de 2004, alterado pela presente MPV, já assegura o cumprimento das normas orçamentárias ao estabelecer que o Poder Executivo deverá compatibilizar a quantidade de beneficiários e de benefícios financeiros específicos do Programa Bolsa Família com as dotações orçamentárias existentes. A emenda é, portanto, rejeitada.

A emenda nº 17 busca oferecer um valor complementar para custos com deslocamento do beneficiário para recebimento do benefício financeiro previsto, nos casos em que a família beneficiária resida em comunidade rural desprovida de canal oficial de pagamento e distante da sede do seu município. Nesse caso, as limitações orçamentárias impedem essa expansão, por não prever a necessária fonte de custeio, de acordo com o que dispõe o Texto Constitucional e a Lei de Responsabilidade Fiscal. A emenda é, portanto, inadequada orçamentariamente.

A emenda nº 1 altera a redação do art. 3º da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, para determinar que o exercício da atividade de advocacia no território brasileiro e a denominação de advogado são privativos dos inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), mediante requerimento e concedidos automaticamente após a graduação em Direito, obtido em instituição de ensino oficialmente autorizada e credenciada. Rejeitamos a emenda por entendermos que a matéria nela contida deve ser amplamente discutida e aquela abordagem que fiz inicialmente de que uma matéria estranha à Medida Provisória.

A emenda nº 5 modifica a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, para beneficiar o exercício de atividade de produtor rural. Rejeitamos a emenda por entendermos que a matéria nela contida deve ser amplamente discutida, já que também estranha à Medida Provisória.

II.4 – Do mérito.

O benefício financeiro para superação da extrema pobreza previsto na Medida Provisória nº 590, de 2012, visa assegurar renda mínima superior a R$70,00 *per capita* a famílias extremamente pobres beneficiárias do Programa Bolsa Família que possuam crianças com idade entre zero e quinze anos. A medida em exame amplia o benefício para superação da extrema pobreza na primeira infância, previsto na MPV nº 570, de 14 de maio de 2012, convertida na Lei nº 12.722, de 03 de outubro de 2012, que atendeu às famílias em situação de extrema pobreza com crianças com idade entre zero e seis anos.

Importante destacar que o mecanismo de cálculo do valor dessa espécie de benefício foi aperfeiçoado na MPV em apreciação, por meio da eliminação da referência às faixas de renda utilizadas para a quantificação da renda. De acordo com a MPV 590, de 2012, caberá ao Poder Executivo ajustar, com base em critério a ser estabelecido em ato específico, o valor definido para a renda familiar per capita, para fins do pagamento do benefício para superação da extrema pobreza, e compatibilizar não somente a quantidade de beneficiários,

conforme já previsto na Lei nº 10.836, de 2004, mas também os benefícios financeiros específicos do Programa Bolsa Família com as dotações orçamentárias existentes.

A proposta atualmente em apreciação faz parte da principal iniciativa do Governo Federal para superar a extrema pobreza no País, o Programa Brasil Carinhoso, que se encontra inserido no Plano Brasil sem Miséria.

De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o benefício financeiro criado a partir da Medida Provisória nº 570, de 2012, convertido na Lei nº 12.722, de 2012, que abrangeu a superação da extrema pobreza na primeira infância, ou seja, para crianças de zero a seis anos, referente ao que foi pago por um período de seis meses – folhas de junho a novembro de 2012 do Programa Bolsa Família –, teve impacto estimado na taxa de extrema pobreza de toda a população brasileira em torno de 39,2%. Estima-se que a proposta permitirá, com base na amostra do Censo Populacional 2010, que esse impacto salte para 54,8%.

De acordo com a Exposição de Motivos Interministerial nº 32, de 28 de novembro de 2012, dos Ministros de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Fazenda e do Planejamento e Gestão, o novo limite de idade para concessão do benefício financeiro foi definido em função da constatação de que a extrema pobreza atinge desproporcionalmente a população até quinze anos de idade. A partir dessa idade, os valores tendem a cair para valores mais próximos da média nacional. Com a alteração ora proposta, das 4,15 milhões de crianças de zero a dez anos e das 5,22 milhões de crianças e adolescentes com idade entre zero e quinze anos alcançados com o benefício vigente, salta-se para uma estimativa de beneficiar 5,06 milhões de crianças entre zero e dez anos, e 8,08 milhões de crianças e adolescentes com idade entre zero e quinze anos.

Ainda de acordo com a EMI nº 32, de 2012, em termos do número de famílias beneficiadas pela iniciativa, de 2,21 milhões de famílias que, estima-se, receberiam o benefício de superação da extrema pobreza na primeira infância em dezembro de 2012, saltar-se-á para um número de aproximadamente 3,88 milhões de famílias, com a implementação da nova medida.

A criação de novo benefício no Programa Bolsa Família para as famílias em situação de extrema pobreza, de forma a contemplar crianças na faixa de zero a quinze anos de idade, constituirá uma iniciativa decisiva para que esse segmento da população brasileira passe a reunir condições mais dignas de sobrevivência e de inserção na sociedade.

A urgência e a relevância da matéria estão bem caracterizadas, tendo em vista que a superação da extrema pobreza é prioridade social de todos nós que compomos e representamos a Nação brasileira.

Entendemos ser importante destacar que, em 19 de fevereiro de 2013, foi adotada a Medida Provisória nº 607, publicada em 20 de fevereiro de 2013, que "altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para modificar o Benefício para Superação da Extrema Pobreza". Tal MPV estabelece que: "a partir de 1º de março de 2013, o benefício previsto no inciso IV do *caput* do art. 2º será estendido, independentemente da observância da alínea "a", às famílias beneficiárias que apresentem soma da renda familiar mensal e dos benefícios financeiros previstos nos incisos I a III do *caput* do art. 2º, igual ou inferior a R$70,00 (setenta reais) *per capita*".

A MPV nº 607, de 2013, trata de assunto semelhante ao da MPV nº 590, de 2012, e busca, de acordo com a Exposição de Motivos Interministerial nº 2, de 18 de fevereiro de 2013, "ampliar a cobertura do benefício financeiro para a superação da extrema pobreza, criado pela Medida Provisória nº 590, de 2012, com a finalidade de assegurar renda mínima superior a setenta reais *per capita* a todas as famílias extremamente pobres beneficiárias do Programa Bolsa Família. Com a aplicação da nova norma, o único requisito previsto para a percepção do benefício passará a ser a renda *per capita* familiar de até setenta reais, incluído o recebimento dos demais benefícios do Bolsa Família".

A EMI nº 2, de 2013, esclarece que: "em termos do alcance da nova medida, dos 3,8 milhões de famílias que, estima-se, receberiam o benefício de superação da extrema pobreza com os requisitos atualmente vigentes – renda *per capita* familiar de até setenta reais e presença de crianças e jovens de até quinze anos de idade –, saltar-se-ia para um número de aproximadamente 4,8 milhões de famílias".

No que se refere ao impacto orçamentário da medida, de acordo com a EMI nº 2, de 2013, estima-se que o custo do benefício ampliado seja de R$4,9 bilhões por ano, o que representa um custo incremental, em relação ao benefício de superação da extrema pobreza ora vigente, de R$ 928 milhões ao ano. Se implementado a partir da folha de pagamento do mês de março, a medida terá impacto orçamentário de R$ 774 milhões, em 2013.

Sendo assim, por questão de economia processual e mesmo coerência nas medidas propostas em ambas as Medidas Provisórias, propomos a incorporação da MPV nº 607, de 2013, à MPV nº 590, de 2012, nos termos do Projeto de Lei de Conversão a ser apresentado por esta Relatoria, em anexo.

No Projeto de Lei de Conversão são reproduzidas, sem alterações, as medidas constantes da MPV nº 590, de 2012, com as alterações promovidas pela MPV nº 607, de 2013. Além disso, são incorporadas as medidas contidas nas emendas de nº 3 e 7.

Em razão do exposto, pronunciamo-nos pela admissibilidade da Medida Provisória nº 590, de 2012, considerando atendidos os requisitos de relevância e urgência, bem como respeitadas as vedações expressas no texto constitucional. Manifestamo-nos, também, pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória, bem como pela sua adequação orçamentária e financeira.

Com base no exposto e em razão do mérito da proposta, voto pela rejeição das emendas nº 1, 2, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18 e 19 e pela inadequação das emendas nº 6 e 17. Voto pela aprovação da Medida Provisória nº 590, de 2012, com o texto resultante da incorporação das alterações nela promovidas pela Medida Provisória nº 607, de 2013, bem como pela aprovação das emendas de nº 3 e 7 oferecidas à MPV nº 590, de 2012, por se tratarem de assuntos relevantes e pertinentes na presente Medida Provisória, nos termos do Projeto de Lei de Conversão, em anexo.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Feita a leitura do relatório, antes de colocar em discussão e votação, apenas gostaria de fazer um registro da dedicação da nossa Relatora, Deputada...

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB – ES) – Só um minutinho, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Pois não, Deputada.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB – ES) – Gostaríamos de colocar que o Projeto de Lei de Conversão é pela alteração que foi discutida na reunião. É importante que seja registrado nessa reunião.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 2º .....

IV - o benefício para superação da extrema pobreza, no limite de um por família, destinado às unidades familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família e que, cumulativamente:

a) tenham em sua composição crianças e adolescentes de zero a quinze anos de idade; e

.....

§ 15. O benefício para superação da extrema pobreza corresponderá ao valor necessário para que a soma da renda familiar mensal e dos benefícios financeiros supere o valor de R$ 70,00 (setenta reais) per capita.

§ 16. Caberá ao Poder Executivo ajustar, de acordo com critério a ser estabelecido em ato específico, o valor definido para a renda familiar per capita, para fins do pagamento do benefício para superação da extrema pobreza.

§17. Os beneficiários com idade a partir de quatorze anos e os mencionados no inciso III do caput deste artigo poderão ter acesso a programas e cursos de educação e qualificação profissionais. (NR)

Parágrafo único. O Poder Executivo deverá compatibilizar a quantidade de beneficiários de benefícios financeiros específicos do Programa Bolsa Família com as dotações orçamentárias existentes.

Art. 2º A Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, passa a vigorar acrescida do seguinte dispositivo:

Art. 2º-A A partir de 1º de março de 2013, o benefício previsto no inciso IV do caput do art. 2º será estendido, independentemente da alínea "a", às famílias beneficiárias que apresentem soma de renda familiar mensal e dos benefícios financeiros previstos nos incisos I a III do caput do art. 2º igual ou inferior a setenta reais per capita.

Essa lei entra em vigor na data da sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Na realidade, a nossa Relatora fez a leitura também de todo o projeto de lei de conversão.

Eu gostaria primeiro, Deputada Rose, de destacar aqui, publicamente, a dedicação de V. Exª em relação à medida provisória. Somente nós tivemos uns três encontros para debater a matéria, e a senhora teve muita paciência para atender grande parte dos autores das emendas e que não puderam ser acatadas, apesar da justeza, em decorrência do momento que vivemos.

Acho que o Bolsa Família, que tem sido um programa importante, como a senhora bem explicitou em seu relatório, precisa, com o passar do tempo, e um tempo não muito distante, estar vinculado a resultados positivos, não só em relação à primeira infância, mas também, e principalmente, em relação aos jovens brasileiros.

Então, apresentar e acatar a proposta diante de um acordo feito entre todos os membros da Comissão e as Lideranças, que já preveem essa possibilidade, é um avanço muito importante, Senadora.

Então, eu quero cumprimentá-la, Deputada... Está vendo? O problema, segundo ela, não é quando o Senador chama um Deputado de Senador: é quando um Deputado chama um Senador de Deputado. (*Risos.*)

Enfim, dito isso, eu quero colocar em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório apresentado pela Deputada Rose de Freitas.

Os Srs. Parlamentares que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O relatório, portanto, está aprovado e passa a constituir o parecer da Comissão.

Não há ninguém também, mas pergunto se há alguém que queira registrar um voto diferente. (*Pausa.*)

Não havendo o registro de nenhum voto diferente, o relatório fica aprovado na forma apresentada pela Relatora.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião, visto que não teremos outra reunião.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada juntamente com o apanhamento taquigráfico.

A reunião, portanto, está encerrada.

Obrigada a todos pela audiência.

(*Iniciada às 16 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 44 minutos.*)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 592, DE 2012, ADOTADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2012 E PUBLICADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2012, QUE "MODIFICA AS LEIS Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997, E Nº 12.351, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010, PARA DETERMINAR NOVAS REGRAS DE DISTRIBUIÇÃO ENTRE OS ENTES DA FEDERAÇÃO DOS ROYALTIES E DA PARTICIPAÇÃO ESPECIAL DECORRENTES DA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS SOB O REGIME DE CONCESSÃO, E PARA DISCIPLINAR A DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO SOCIAL", DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 14 DE MARÇO DE 2013, ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, DO SENADO FEDERAL.

Às catorze horas e trinta e sete minutos do dia quatorze de março de dois mil e treze, na Sala número dois da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Vital do Rego, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 592, de 2012, com a presença das Senadoras Ana Amélia e Ana Rita; dos Senadores Francisco Dornelles, Sérgio Souza, Vital do Rêgo, Wellington Dias, Inácio Arruda, José Pimentel e Walter Pinheiro; e dos Deputados Carlos Zarattini, Leonardo Picciani e Newton Lima. Registra-se a presença de parlamentar não membro da Comissão, o Deputado Jesus Rodrigues. Deixam de comparecer os demais membros. A Presidência declara aberta a presente Reunião, destinada à realização de Audiência Pública com a finalidade de instruir a apreciação da Medida Provisória. O Presidente convida os palestrantes Marco Antônio Martins Almeida, Secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia; José Gutman, Superintendente de Participações Governamentais da Agência Nacional do Petróleo e João Carlos de Luca, Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombústiveis (IBP); para, nessa ordem, realizarem suas respectivas exposições. Ao término das exposições, o Senhor Presidente passa a palavra ao Relator, o Deputado Carlos Zarattini, para suas considerações. O Senhor Presidente então dá início à fase de interpelações parlamentares, bem como de réplicas dos convidados. Fazem uso da palavra o Deputado Leonardo Picciani e os Senadores José Pimentel, Sérgio Souza, Wellington Dias e Francisco Dornelles. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas e cinqüenta e nove minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Vital do Rego, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador VITAL DO REGO
Presidente

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Muito boa tarde a todos os presentes, Srªs Deputadas e Srs. Deputados, Srªs Senadoras e Srs. Senadores.

Declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 592, de 2012.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública.

Convido para assento à mesa, além do Relator Carlos Zarattini, que já se encontra aqui, o Sr. Marco Antônio Martins Almeida, Secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis do Ministério de Minas e Energia – seja muito bem-vindo –, e o Sr. José Gutman, Superintendente de Participações Governamentais da Agência Nacional do Petróleo. Comunico que recebemos também do gerente do escritório de Brasília da Petrobras justificativa da ausência da referida empresa. Convido também o Sr. João Carlos de Luca, Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis – seja muito bem-vindo.

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 256 do Regimento Interno da Câmara, a Presidência adotará as seguintes normas: o convidado fará a sua exposição por dez minutos e, em seguida, abriremos a interpelação para os Srs. Parlamentares inscritos. A palavra dos Srs. Parlamentares será concedida mediante ordem de inscrição.

Concedo a palavra ao Sr. Marco Antônio Martins Almeida, Secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis do Ministério de Minas e Energia.

O SR. MARCO ANTÔNIO MARTINS ALMEIDA – Muito obrigado, Senador.

Deputado Carlos Zarattini, João Carlos de Luca, Gutman, colegas da área de petróleo e gás, o Ministério de Minas e Energia fez, para início das conversas, uma avaliação de pontos que talvez possam ser melhorados dentro da discussão do Projeto de Lei nº 12.734, uma vez que não cabe – eu acho que não tem sentido – fazer qualquer avaliação de percentuais e distribuição. O Congresso foi soberano e já fez a sua manifestação.

Pode passar, por favor.

Uma passada rápida do que ficou da Lei nº 12.734, depois da derrubada do veto. Algumas sugestões, na nossa visão, que podem, de alguma forma, aprimorar os dispositivos constantes das leis do modelo de partilha e da lei do modelo de concessão. E algumas considerações adicionais relativas à própria MP nº 592, na parte de destinação, na parte de distribuição, para que pudéssemos trocar alguma ideia a respeito disso.

Pode passar à próxima, por favor.

Com a derrubada dos vetos, a Lei 12.734 estabelece as novas regras de distribuição e, mais que isso, estabelece a alíquota de 15% de *royalties* para o regime de partilha. Entram agora, em sequência, alguns pontos que serão objeto de manifestação nossa com uma proposta de eventual aprimoramento. Ele veda a distribuição dos recursos do fundo especial para os Municípios que tenham recebido *royalties* e PE como produtores; limita as receitas de Municípios produtores e confrontantes.

Pode passar à próxima, por favor.

E faz a destinação dos recursos distribuídos segundo o fundo especial, para essas atividades. São atividades bastante amplas que praticamente englobam quase todas as destinações de um poder público.

Um ponto que nos preocupa um pouco é a inclusão de Municípios com pontos de entrega de gás natural como sendo Municípios afetados por instalações de embarque e desembarque e, por conseguinte, merecedores do recebimento de parte dos *royalties.*

Próxima, por favor.

Aí entra um pouco naquilo que entendemos que poderia ser feito para, de alguma forma, aprimorar o texto. São meras sugestões. É evidente que o Congresso tem total soberania para essas decisões, mas entendemos que algumas coisas poderiam, de alguma forma, melhorar o texto.

O primeiro item é relativo á vedação de qualquer ressarcimento dos valores pagos pelas empresas contratadas sob o regime de partilha – ressarcimento dos valores pagos como *royalty.* Isso tem algumas justificativas.

Primeiro, ele gera um conflito na própria lei. Existem três dispositivos subsequentes, e nós transcrevemos um desses dispositivos que conflita do ponto de vista conceitual, caso se entenda que esse ressarcimento tem o mesmo significado da apropriação pelo contratado do volume de óleo correspondente aos *royalties* devidos.

Na definição do que é partilha de produção, do regime de partilha de produção, eu deixo claro que a empresa contratada que está fazendo o processo adquire o direito de se apropriar do custo em óleo e do volume de produção correspondente aos *royalties* devidos. Então, gera-se uma contradição na hora em que se verifica o §1º do art. 42 trazido pela Lei 12.734, tendo em vista os dispositivos que já estavam na Lei 12.351. Esse dispositivo aparece três vezes dizendo que a empresa contratada pode se apropriar do volume de produção correspondente aos *royalties*.

A nossa preocupação, quando participamos da construção da Lei 12.351 para permitir que a empresa se aproprie do valor do *royalty*, é tentar fazer com que ela se aproprie exclusivamente daquele valor. Na medida em que nós a proibimos de se apropriar desse valor, ela irá tirar esse valor da parcela que lhe cabe do excedente em óleo. Consequentemente, isso irá aumentar o excedente em óleo da empresa e reduzir o excedente em óleo da União.

Na dúvida, como elas não sabem qual será o preço do petróleo, qual será a relação de custos que terão para saber o valor do excedente em óleo que está disponível, as empresas sempre tendem a precificar um risco e vão buscar, nesse excedente em óleo, um volume maior de recursos do que aquele valor que efetivamente elas pagarão. Por que eu digo isso? Porque a empresa vai definir esse excedente em óleo no momento inicial, no momento da licitação, e vai pagar, vai se apropriar desse excedente em óleo ao longo de 20, 30 anos, período em que ela vai executar a operação. Então, na dúvida, para não perder, a empresa vai buscar um excedente em óleo adicional para ela.

Nosso entendimento: se nós permitirmos que se aproprie do valor exato que ela pagou de *royalty*, não haverá essa apropriação adicional.

Portanto, a nossa proposta é que permaneça o texto como estava, permitindo que a empresa se aproprie dos *royalties* que ela efetivamente tenha pagado.

Existe aí também uma discussão semântica se ressarcimento tem o mesmo significado de apropriação. Então, o entendimento que poderia ser pensado é que ela se apropria do óleo, sendo vedado o seu ressarcimento financeiro em dinheiro ou no que quer que seja. Poderia ser uma alternativa.

Parece-nos mais apropriada, se for possível, a eliminação dessa vedação, porque eliminaria as dúvidas em relação aos três outros dispositivos que conflitam com esse posicionamento, e, no nosso entendimento, evitaria que ela se apropriasse de um volume além daquele que efetivamente pagou.

Próximo, por favor.

Existe um erro de transcrição facilmente equacionável. No art. 42-C da Lei nº 12.351 eu faço uma remissão ao art. 50-E da Lei nº 9.478. Na realidade, o correto seria a remissão ao art. 50-F, e não ao 50-E. Então, a gente propõe que seja feita essa correção também na 12.734, ou na 12.351, o que seria mais adequado.

Próximo, por favor.

Esse é um problema já bastante conhecido. No caso, a gradação da distribuição dos *royalties* totalizou 101%. A proposta é que se faça o ajuste dos percentuais que constam daquela gradação para que esse erro possa ser ajustado. Então, é basicamente eliminar um ponto percentual de algum daqueles elementos que ali foram feitos de gradação.

Próximo, por favor.

Bem, sobre esse problema acho que talvez o Gutman possa até falar sobre isso com um pouco mais de propriedade que eu, na medida em que cabe à Agência Nacional do Petróleo fazer essa distribuição dos *royalties*. Existem quatro dispositivos que estabelecem que os Estados produtores terão que optar por receber como produtor ou a partir do Fundo Especial. E ainda mais: dizem que essa opção se dará depois de ele saber o valor que tem a receber. Isso nos traz algumas preocupações de como operacionalizar isso, Senador, porque, se eu informo aos entes federados qual é o valor que ele tem a receber – e aí cabe um comentário – a Participação Especial é paga a cada três meses, o *royalty* é pago mensalmente, eu preciso estabelecer qual é a periodicidade que vou submeter à expectativa de pagamento e, pelo que pude ler na lei, não é expectativa de pagamento, ele tem que saber antes o valor que ele tem que receber. Com esse descasamento do que é *royalty* e do que é Participação Especial, cada Estado, cada Município vai ter que se manifestar se quer receber de um jeito ou de outro, em cima de uma distribuição que foi feita sem saber qual é a opção do Estado e do Município. Se um Estado ou Município opta por receber de uma forma diferente daquela que foi inicialmente pensada, tenho que refazer todos os cálculos e redistribuir o montante do dinheiro para todos os Municípios que terão novamente que se manifestar. Então, na nossa percepção, isso pode criar uma referência circular que fica meio sem fim. Além do quê, eu preciso estabelecer um procedimento para que os mais de 100 Municípios que são produtores ou confrontantes se manifestem. Isso vai gerar naturalmente um retardamento no pagamento, porque eu não posso fazer o pagamento se eu não tiver a manifestação de todos, já que é dado pela lei o direito a todos de se manifestar. Pareceu-nos que está claro o entendimento, está claro o porquê dessa proposição, mas nos pareceu que essa é uma proposição de operacionalização bastante difícil. Então, se o Congresso entender por bem eliminar essa dificuldade operacional, nos parece bastante conveniente. Acho até, não é minha seara, mas acho que isso pode ter até algum risco jurídico, porque, no Estado confrontante ou produtor que opte por receber pelo Fundo Especial, não estaria sendo compensado, conforme estabelece a Constituição, na condição de produtor, ele estaria sendo compensado na condição de Município convencional como todos os

outros. Então, acho que cabe uma reflexão. O que me importa é basicamente a preocupação com a operacionalização do processo, mas acho que cabe uma reflexão também sobre os aspectos jurídicos.

Próximo, por favor.

Existe uma limitação também que é estabelecida para que os Municípios produtores recebam pelo maior valor entre o que ele recebeu em 2011 ou duas vezes a parcela correspondente ao Fundo de Participação dos Municípios.

Essa não tem tanto problema operacional; essa me parece ter, talvez, mais um problema de assimetria de tratamentos, os tratamentos não isonômicos, porque um Estado que já é produtor hoje tem uma condição, um Estado que não é produtor hoje tem outra condição. Isso nos parece que pode gerar questionamentos e nos parece mais apropriado que a gente dê um tratamento isonômico a essa situação. Então, um Município que tenha recebido valores elevados em 2011 tem limites muito maiores do que um Município que tenha recebido valores reduzidos em 2011. Parece-nos que, talvez, fosse conveniente um ajuste nisso.

Submeto à apreciação dos senhores para que se faça uma avaliação sobre esse item.

Próximo, por favor.

Esse é o item do ponto de entrega. A lei definiu que os pontos de entrega de gás natural serão equiparados a instalações de embarque e desembarque de petróleo. No nosso entendimento, isso tem alguns aspectos que merecem uma reflexão. O primeiro deles é que eu vou pulverizar demais. Hoje tenho muito mais pontos de entrega de gás natural do que instalações de embarque e desembarque de petróleo no País.

Mais do que isso, um ponto de entrega de gás natural, muito antes de ser um problema para o Município, é um benefício para o Município porque as empresas ali instaladas terão opção de ter um energético de preço mais barato, em condições muito melhores, sem poluição ambiental, porque a queima desse energético vai gerar um nível de poluentes muito menor. Então, antes de ser um problema, de ser um impacto para o Município que mereça uma compensação, é uma vantagem para o Município. Agora, além disso, preocupa-nos, na medida em que todo e qualquer gasoduto, para ser construído, precisa da anuência do Município, que a instalação de pontos de entrega em determinados Municípios vire não uma definição técnica, não deixe de ser definido do ponto de vista técnico, e passe a ser definido do ponto de vista do interesse e até como uma contrapartida para que essa anuência seja concedida. Isso pulverizará mais ainda os pontos de entrega e pode tirar, inclusive, a viabilidade econômica de alguns dutos que estão por ser construídos. A definição do ponto de entrega, como disse, deixará de ter critérios técnicos e passará a ter uma função muito mais de arrecadação. Então, isso nos preocupa. Acho que, se pudéssemos eliminar essa caracterização de ponto de entrega como instalação de embarque e desembarque de petróleo, seria, na nossa visão, de todo conveniente.

Próximo, por favor.

Aí faço só uma comparação para que a gente avalie. No nosso entendimento, o texto que está proposto na Medida Provisória nº 592, para destinação de recursos ao fundo social, é o que nos parece mais adequado. Então, na legislação anterior, a 12.734, tenho que 100% dos *royalties* da União que sejam oriundos da produção ocorrida no polígono no pré-sal vão para o fundo

social com uma regra de transição, regra essa que está estabelecida no Decreto nº 7.403. Na Lei nº 12.734, sem os vetos, todos os *royalties* e a Participação Especial tanto da partilha quanto da concessão que são da União serão destinados ao fundo social, deduzidas aquelas parcelas destinadas aos órgãos específicos, nos termos do Regulamento. Isso dá à União uma flexibilidade bastante grande, pela qual, no regulamento, posso estabelecer a destinação, quanto quero que vá para o fundo social, quanto quero que vá para as demais atividades.

No entanto, até por uma orientação da própria Presidenta Dilma, esse é um posicionamento da própria Presidenta Dilma, ela gostaria de ver isso de forma bastante clara no texto da lei. Então, o entendimento é de que os recursos da partilha, evidentemente, serão integralmente destinados aos *royalties*. Agora, no caso da concessão, quando eles forem oriundos do horizonte geológico do pré-sal, eles serão integralmente destinados ao Fundo Social. Quando eles não forem oriundos do horizonte geológico do pré-sal, eles mantêm a destinação que têm hoje na legislação.

No nosso entendimento, se esse dispositivo pudesse ser mantido na medida provisória, nos parece bastante adequado.

O próximo, por favor.

Em relação à destinação dos recursos que cabem aos entes federativos – esse é talvez o último ponto que eu tenho para trazer à reflexão – os recursos do Fundo Social, pela legislação atual, são destinados à educação, cultura, esporte, saúde, ciência e tecnologia, meio ambiente e mitigação de mudanças climáticas. Na Lei nº 12.734 isso não é alterado.

Os *royalties*, até 5%, não têm destinação. Cada ente federativo faz com os *royalties* o que entender conveniente. Acima de 5%, existe uma destinação estabelecida, e o Ministério de Ciência e Tecnologia é o destinatário dos recursos da União, excluídos, obviamente, aqueles que já foram para o Fundo Social e que são oriundos do polígono do pré-sal.

No tocante à parcela da Participação Especial, todo o recurso da União é destinado aos órgãos do Ministério de Minas e Energia: Agência Nacional do Petróleo, para desenvolver pesquisas exploratórias; Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, também para desenvolver pesquisas exploratórias, de minerais, no caso; e a Empresa de Pesquisa Energética, para que ela possa desenvolver os estudos que vão subsidiar o planejamento no Ministério.

Além do Ministério de Minas e Energia, os recursos também são destinados ao Ministério do Meio Ambiente.

Isso é o que está na legislação atual. Na regra trazida pela Lei nº 12.734... É evidente que, pela legislação atual, ainda não tem destinação de recursos da partilha, na medida em que isso acontece só com a 12.734.

No caso da partilha, os *royalties* da União têm a destinação estabelecida em regulamento. Aquilo que não for distribuído segundo o regulamento vai para o Fundo Social.

Além disso, o dinheiro dos Estados e Municípios recebidos através do Fundo Especial tem uma destinação bastante ampla, que é aquela destinação que consta no quadro inicial que apresentei: educação, saúde, infraestrutura social e econômica, segurança e tudo o mais. Isso é o que consta da destinação da Lei nº 12.734.

No caso de concessões marítimas, os *royalties* da União têm destinação segundo o regulamento, ou seja, a União estabelecerá, por regulamento, onde ela quer priorizar a locação desses recursos e aqueles que não estiverem previstos dentro desse regulamento serão destinados ao Fundo Social.

Os *royalties*, da mesma forma como no regime de partilha, que sejam distribuídos, segundo o Fundo Social, vão para aquela destinação: educação, infraestrutura econômica e social, saúde, segurança e tudo o mais.

O próximo, por favor.

Na Medida Provisória nº 592, também por uma orientação específica da Presidenta Dilma, a destinação do Fundo Social não é alterada do ponto de vista qualitativo. São as mesmas atividades que poderão receber esses recursos. No entanto, a Presidenta entende como conveniente termos em lei que pelo menos 50% dos recursos do Fundo Social sejam destinados à educação, para que isso possa ser perenizado de alguma forma.

No caso dos *royalties*, os contratos assinados até 03/12/2012, que foi o dia que essa medida provisória foi encaminhada, seguem a legislação atual. Todos os recursos provenientes dos contratos assinados a partir de 03/12, ou seja, basicamente, dos contratos assinados a partir da 11ª rodada de blocos exploratórios, terão destinação para a educação para todos os entes federativos, tanto para a União quanto para os Estados e Municípios. A mesma coisa para a Participação Especial. Isso reflete o entendimento do Governo Federal em relação a essa distribuição que nos parece ser conveniente.

Sr. Presidente, esses são os comentários que eu tinha a fazer. Estarei à disposição, ao final, para que a gente possa debater um pouco mais.

Muito obrigado.

O SR. VITAL DO RÊGO (PMDB – PB) – Agradecemos ao Dr. Marco Antônio, bastante elucidativo nos comentários a respeito das diversas legislações e da proposta que nós estamos deliberando.

Com a palavra o Sr. José Gutman, superintendente de participações governamentais da Agência Nacional do Petróleo, para a sua exposição.

O SR. JOSÉ GUTMAN – Boa tarde, Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo; Sr. Relator, Deputado Carlos Zarattini; Srªs Parlamentares, Srs. Parlamentares; Secretário Marco Antônio; Dr. de Luca, Presidente do IBP; senhores e senhoras aqui presentes.

Primeiro, queria agradecer por esta oportunidade de a ANP contribuir com este debate. Eu vou focar a apresentação numa contribuição da ANP. Nesta audiência pública, quero focar bem um mister da ANP no que atine a *royalties*, que é justamente a fiscalização – os concessionários estão pagando corretamente essas participações governamentais –, mas, principalmente, sob a ótica da operacionalização da distribuição nos cálculos. Não vamos entrar, portanto, em méritos políticos ou méritos jurídicos, mas, sim, em méritos técnicos e administrativos da parte de cálculo dessa distribuição e dessa riqueza.

Então, os pontos intermediários da apresentação vão focar pontos específicos que gostaríamos de levar à informação e à reflexão de V. Exªs na análise e eventual aperfeiçoamento do regramento.

Por fim, como último ponto, apresentaremos algumas estimativas de produção e de arrecadação das participações governamentais, de modo a dar uma quantificada dessa riqueza que, no fundo, está em discussão.

Próximo, por favor.

O papel da ANP, no que atine a *royalties* e Participação Especial, eu costumo dizer que são dois. Primeiro, fiscalizamos se os concessionários estão pagando corretamente essas participações governamentais.

O outro ponto é mais atinente a esta audiência pública, que é a parte da distribuição. Os concessionários – no caso dos *royalties*, mensalmente, no caso da Participação Especial, trimestralmente – apuram, pagam via Documento de Arrecadação da Receita Federal (Darf) os *royalties* e a PE.

A ANP não toca em dinheiro. O dinheiro vai todo para o caixa do Tesouro. A ANP recebe um fluxo documental, a partir do qual fiscaliza e distribui essa riqueza. Na verdade, operacionaliza os cálculos dessa distribuição. Uma vez distribuída, informa ao Banco do Brasil, à STN, os valores que são devidos a cada Estado e Município e entes da União contemplados.

Próximo, por favor.

O primeiro ponto que eu gostaria de chamar à informação e à reflexão é o conceito de confrontação de Estados e Municípios. A MP 592 adota os conceitos "Estados produtores confrontantes" e "Municípios produtores confrontantes". Não informa se a confrontação é com poço ou com campo. Isso pode dar diferença, principalmente em termos de Municípios.

Usando a confrontação com o campo, que hoje é usada para a distribuição da parcela acima de 5% dos *royalties*, estamos falando de um universo de 63 Municípios que são contemplados atualmente com essa parcela em razão da confrontação.

Já a Lei nº 12.734 adotou o conceito de "Estados confrontantes" tampouco definindo se é com poço ou com campo e "Municípios confrontantes e respectivas áreas geoeconômicas conforme [...] definido na Lei 7.525/1986".

Esse critério de confrontação e áreas geoeconômicas é o atualmente adotado na distribuição da parcela de 5% dos *royalties* aos Municípios. É um critério mais abrangente do que o definido na MP nº 592. Por esse critério, ganham os Municípios que compõem a chamada zona de produção principal, que são os Municípios confrontantes com poços produtores marítimos e também Municípios que têm instalações de apoio à exploração, produção, tais como porto, aeroporto, escritório, armazém, oficinas; ou Municípios que têm instalações industriais para processamento, tratamento, armazenamento e escoamento de petróleo e gás natural, de origem exclusivamente marítima.

Também abarca os Municípios da zona secundária, que são aqueles cortados por dutos que escoam petróleo ou gás de origem exclusivamente marítima. E, por fim, a zona limítrofe à zona de produção principal, que são aqueles Municípios que, no entender do IBGE, na leitura do IBGE, sofram consequências dessa produção. Então, nessa questão, atualmente, são cerca de 831 Municípios.

O ponto que eu queria chamar à reflexão e informação é, primeiro, que a lei que vai ser aplicada pela ANP para distribuição dos *royalties* tem que estar o mais clara possível, porque qualquer ponto que gere algum tipo de dúvida ou questionamento pode convolar em futuras ações judiciais.

Também quero ressaltar que, a depender do critério, um grupo de beneficiário pode ser menor ou maior.

Próximo, por favor.

Esse ponto já foi citado pelo Secretário Marco Antônio. Só repisando muito rapidamente a questão dos Municípios afetados por operações de embarque e desembarque.

A redação tanto da MP como da nova lei de distribuição de *royalties* é idêntica, remete à regulação da ANP, a ANP vai estabelecer a forma e os critérios dos Municípios afetados por essas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural.

Somente um ponto já aprofundado pelo Dr. Marco Antônio que é a Lei nº 12.734, que incluiu a questão do *city gate*, adotando, portanto, um critério mais abrangente, o que não foi definido, o que não foi acrescentado pela MP. Então, é importante que esteja muito bem definido se o *city gate* é ou se o *city gate* não é – isso para informação e reflexão do Parlamento.

Próximo.

Um outro ponto, e muito sensível, é essa regra de opção. A Lei nº 12.734 determina que os recursos do FEP – Fundo Especial do Petróleo, serão distribuídos somente para Estados e Municípios que não receberem *royalties* e PE, *royalties* (mar) e PE (terra e mar). A MP não prevê essa regra de opção.

Então, nessa regra de opção, nesse sistema de opção, os Estados e Municípios que receberem *royalties* de mar ou PE (terra e mar), podem optar por não receber *royalty* e PE e receber apenas o recurso do FEP.

Então, nesse caso, o *royalty* e a PE que ele iria receber não vai ser distribuído a ele e vai ser adicionada a uma grande base de cálculo que vai ser distribuído ao FEP, aos Estados e Municípios do FEP.

Por sua vez, a parcela do FEP não distribuída a Estados e Municípios que optarem por receber *royalties* e PE vai ser redistribuída aos demais Estados e Municípios que receberam FEP.

Próximo.

E aí, em dado momento, a lei determina que a opção poderá ser feita após os valores dos *royalties* e da PE serem distribuídos nos termos do regulamento. Quer dizer, primeiro, apontam o regulamento, portanto, não é uma norma autoaplicável, só que existe uma reflexão que tem que ser feita.

A decisão de um ente, seja Estado ou Município, vai repercutir nos valores a serem recebidos pelos demais. Então, a ANP faz o cálculo normalmente da distribuição, e aí, se em dado momento, Estados ou Municípios, depois de saberem esses valores, optam, a decisão do Município A vai impactar na do Município B, e assim sucessivamente. E aí, em um futuro recálculo, certamente aquele valor inicial que o Município optou já não vai ser mais o valor final que ele vai receber. Então, existe uma impossibilidade matemática de garantir que o valor final seria... que o valor antes da opção seja igual ao valor anterior à opção.

Além disso, há uma inviabilidade, não diria impossibilidade, mas uma inviabilidade operacional. Os cálculos de *royalties* e PE são complexos. No caso dos *royalties*, muita informação. A ANP disponibiliza mensalmente, na Internet, todos os dados desse cálculo: produção por poço, produção por campo, confrontação, movimentação por cada instalação de bases de embarque brasileiras, preços do petróleo por campo, preço do gás por campo. Isso requer um tempo para a ANP mensalmente calcular essa distribuição. E aí, já junto com a STN, reverte esse valor aos Estados e Municípios.

Pois bem, se depois do cálculo tiver esse segundo momento de opção, a ANP vai ter que fazer o quê? Um novo cálculo. E isso gera não só um retrabalho, ou seja, fazer o mesmo trabalho duas vezes, além de toda a burocracia envolvida nessa opção, mas principalmente um atraso ao Município, ao Estado, que pode ter postergado esse recebimento de *royalty* e de Participação Especial, a TFEP, durante algum tempo. Então, é um ponto que eu gostaria de levar à informação e à reflexão, porque é um ponto sensível que nos preocupa na ANP. Estou falando apenas sob o ponto de vista operacional, técnico.

Próximo, por favor.

Outra questão é a do teto, também já mencionado pelo Dr. Marco Antônio, das receitas dos Municípios. O teto é só municipal, segundo a lei, oriundo da produção terrestre e marítima dos *royalties* e da PE e não pode ultrapassar o maior valor entre o seguinte: primeiro, o valor de PE de 2011, que é algo que está no *site* e é administrado pela ANP; segundo, duas vezes o valor *per capita* distribuído pelo FPM, que, por sua vez, é distribuído pela STN. Então, a gente já vê dois atores aí, a ANP e a STN.

Além disso, não é um sistema autoaplicável. Por quê? Periodicidade. *Royalty* e PE de 2011, então, pegou período anual. Agora, o *royalty* é mensal, a PE é trimestral, o FPM também é mensal. Então, a minha pergunta é: qual vai ser a periodicidade disso? É um ponto para reflexão. A própria lei não remeteu a um regulamento, mas certamente, se a lei ficar com esse sistema de teto, um regulamento deverá ser feito.

E sobre a competência eu já falei: tem a ANP, tem a Secretaria do Tesouro Nacional, então, é um ponto para um aprofundamento, uma reflexão.

Próximo, por favor.

Chegando já ao último tópico da minha apresentação, queria apresentar estimativas de produção e arrecadação para dar uma quantificada de valores, o que estamos estimando.

Próximo, por favor.

É uma produção estimada de petróleo, segundo a localização dos campos/poços, em milhões de barris por dia. Então, separamos o cenário de concessão terra, concessão mar pré-sal, o pré-sal nos termos da MP 592/2012, ou seja, é a produção no horizonte geológico do pré-sal, dentro da área legal do pré-sal.

Adotou-se também apenas contratos já celebrados. No curto prazo, os programas anuais de produção, que os concessionários informam à ANP e, a partir de 2018, os planos de desenvolvimento.

É, digamos assim...

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – José, como era 2012? Aqui! Senador Sérgio. Como era 2012?

O SR. JOSÉ GUTMAN – Em 2012, um valor médio de produção foi na faixa de 2,1; 2,2 milhões de barris por dia.

Só antecipando, por exemplo, no ano passado, foram arrecadados, em termos de *royalties* e PE, R$31,5 bilhões, e este ano estamos estimando, conforme vai ser mostrado mais à frente, um valor em torno de R$33,2 bilhões.

Então, assim, não teve grandes variações de produção, mas essa produção, a expectativa é que até 2020 dobre, quer dizer, num patamar atual de 2,2 milhões de barris de petróleo por dia, até 4,3 ou 4,4. Então, a estimativa realmente é de subida, tanto da produção e, consequentemente, das participações governamentais.

Próximo, por favor.

É a figura... Ela bota em figura o eslaide, a tabela anterior. Talvez seja interessante citar o papel da concessão/mar/pré-sal, que começa a ganhar aí uma projeção grande nesse curto e médio prazo.

Próximo.

É gás natural também, mais para a informação de V. Exªs. Também a produção, atualmente estimada, para 2013, de 82 milhões de metros cúbicos/dia. A tendência praticamente é dobrar aí até 2020, acompanhando, de alguma forma, a parte do petróleo.

Próximo.

Mesma coisa.

Próximo, por favor.

Obrigado.

Então, como eu falei, no passado, arrecadou-se R$31,5 bilhões de *royalties* e PE. Neste ano, a estimativa é de 33,2. O pré-sal, o conceito que eu já falei, um câmbio e um Brent baseado aí em valores passados recentemente em projeções que entregamos para a SOP, para a Secretaria de Orçamento. Enfim, a tendência é, em 2020, sair de um patamar atual de 32, 33, para 67. Mas isso obviamente é uma previsão, que está sujeita a uma curva de produção, a um câmbio, a um Brent que pode se materializar ou não. Mas, pelo menos, é uma quantificação, é uma ideia.

Próximo.

Bem, o mesmo gráfico anterior, mostrado de uma forma diferente.

Próximo.

Aí é só uma segregação daquele valor total que eu falei, separamos nesse quadro e no próximo. São *royalties*, então, de 17,6 para este ano até 36,7 em 2020.

Próximo.

E no caso da PE também, uma estimativa de alta, valendo ressaltar que, no contrato de cessão onerosa, não existe a previsão da Participação Especial, por isso que está ali em branco.

Mais uma vez agradeço o convite e coloco-me à disposição de V. Exªs para quaisquer dúvidas ou esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço ao Sr. José Gutman, Superintendente de Participações Especiais da Agência Nacional do Petróleo.

Com a palavra o Sr. João Carlos de Luca.

O SR. JOÃO CARLOS DE LUCA – Boa tarde, Sr. Presidente, companheiro Gutman e Marco Antônio, de setores de indústria, Srs. Deputados, Srs. Senadores, senhoras e senhores presentes, quero agradecer primeiramente a oportunidade do convite ao Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis para participar deste debate.

Para aqueles que não nos conhecem, em rápidas palavras, o Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustiveis (IBP) foi criado em 1957, pelos mesmos idealizadores do Estatuto da Petrobras: Dr. Helio Beltrão e outras figuras ilustres. Exatamente depois que foi constituída a Petrobras, em 1953, foi criado o IBP para ser, digamos, uma casa da indústria, para estabelecer uma casa, um fórum isento, apartidário, onde a indústria pudesse dialogar com todos os seus atores. Então, o princípio fundamental do IBP é exatamente ser este fórum isento e buscar trazer as suas contribuições para todo o setor.

Hoje, nós temos 240 empresas associadas, todas as empresas de petróleo, refinadores, distribuidores, consultores, prestadores de serviço, todos são nossos associados. Temos mais de 400 sócios individuais. Temos mais de 1.200 colaboradores em regime de voluntariado. Temos apenas 70 funcionários remunerados, mas a maior parte, os 1.200 colaboradores nas diferentes comissões são todos voluntários. Temos, entre os fundadores, a Petrobras, que tem três membros no Conselho, inclusive a Presidente Maria das Graças Foster é nossa presidente do Conselho de Administração. Temos as principais empresas da indústria com mais de 100 anos, a própria Shell, Esso, Ipiranga e outros grupos que fazem parte dos fundadores do IBP.

E o IBP tem buscado dar sua contribuição para a indústria, como um todo, atendendo a chamamentos do Ministério, da ANP, buscando participar do regulamento da lei do petróleo, da lei do gás, e agora, novamente, estamos participando, sob convite do Ministério de Minas e Energia, também das discussões sobre o novo marco regulatório para o pré-sal.

Nós temos como princípio, digamos, não nos envolvermos na discussão específica de distribuição de *royalties*, Sr. Presidente, porque nós entendemos que o papel da indústria é trabalhar do lado da confecção do bolo. Ajudamos a ver qual a melhor maneira de fazer o bolo, a maneira mais econômica, preservando os interesses, atraindo investimentos, garantindo os interesses da União, que tem um contrato transparente, sólido, respeitado por todos, em que as regras estão estabelecidas, e os investidores venham e possam trazer os seus investimentos para o País.

Então, nós nunca nos envolvemos ou buscamos nos envolver na discussão específica da distribuição dos *royalties*. Entendemos que é o papel aqui do Congresso, do Governo Federal, estadual, municipal, da sociedade em geral, mas não poderíamos nos furtar a esse convite, Sr. Presidente, por isso estamos aqui para dar a nossa contribuição, trazermos a nossa visão àquilo que for necessário.

Entendemos que a indústria brasileira de petróleo está num estágio ainda intermediário de seu desenvolvimento. Temos recursos extraordinários, como todos os senhores sabem, a serem desenvolvidos ainda. Temos uma riqueza extraordinária do pré-sal acontecendo, ainda no limiar da sua infância. O setor do petróleo ainda vai dar muitas alegrias para o Brasil como um todo. E nós buscamos, obviamente, tentar dar a nossa contribuição àquilo que seja com regras estabelecidas, que seja com regras confiáveis, respeitada a manutenção do marco regulatório como um todo, para que se deem as condições. E aí cada empresa vai julgar: "Olha, eu sei que a regra do jogo é essa, me interessa ou não."

Então, obviamente essa discussão, que é uma discussão que tem ocorrido agora, principalmente a questão da distribuição dos *royalties*, tem trazido uma certa intranquilidade ao setor, exatamente pelo aumento de percepção de risco que pode acontecer. Como consequência, alguns Estados, principalmente Estados produtores, começaram a produzir medidas e projetos de lei que, de certa forma, impactam essa segurança jurídica e estabilidade regulatória que nós entendemos que é fundamental para isso.

Então, é nosso dever também alertar. Não adianta criarmos mais taxas aqui e lá, porque isso acaba refletindo contra uma diminuição, contra um interesse maior das empresas de poderem vir abertamente. E como o Secretário Marco Antônio muito bem colocou na sua fala, as empresas vão precificar os riscos. O papel de todos nós é realmente no sentido de que como nós podemos produzir o melhor contrato, melhores condições para que todos trabalhem bem, a sociedade brasileira seja beneficiada com esses recursos que vão ser produzidos e poder distribuir as riquezas, ora objeto dessa discussão.

Entendemos também que os princípios fundamentais, como respeito aos contratos, manutenção das condições econômicas, são fundamentais para isso também, bem como a manutenção e a credibilidade do marco regulatório. Entendemos que isso é papel de todos os agentes e instituições, para garantir essa atração de novos investimentos, e quanto maior a segurança jurídica que nós tivermos, mais atrativo se torna o País.

sociedade brasileira seja beneficiada com esses recursos que vão ser produzidos e poder distribuir as riquezas, ora objeto dessa discussão.

Entendemos também que os princípios fundamentais, como respeito aos contratos, manutenção das condições econômicas, são fundamentais para isso também, bem como a manutenção e a credibilidade do marco regulatório. Entendemos que isso é papel de todos os agentes e instituições, para garantir essa atração de novos investimentos, e quanto maior a segurança jurídica que nós tivermos, mais atrativo se torna o País.

Todos querem participar desse estágio de desenvolvimento, das oportunidades que estão aqui. As empresas nacionais e internacionais já deram demonstrações de estarem presentes aqui, contribuíram para um grande crescimento da indústria até o momento. Um desafio nosso agora é fazer um desenho do marco regulatório que permita que o setor possa se desenvolver, garantido, obviamente, o interesse maior do Estado em preservar os seus interesses e tudo o mais.

Então, é claro que um setor precisa também de previsibilidade. Por isso é que nós saudamos efetivamente o anúncio das rodadas. Parabéns para o Governo, para a ANP, pelo anúncio dessas rodadas, que eram tão esperadas. Nós ficamos quase cinco anos sem essas rodadas, e isso sim, já estava colocando em risco até o interesse na manutenção de algumas empresas aqui.

As empresas estão muito interessadas, por todas as áreas que estão sendo oferecidas, a começar agora pela 11ª rodada de licitação, que pega a margem equatorial, pega a partir do Espírito Santo, para a área Norte/Nordeste, até a Bacia do Amazonas. Existe muito interesse para isso. A indústria celebrou também o anúncio da rodada de licitação e a rodada para não convencionais, que vai ocorrer em outubro. Estávamos festejando.

Então, no momento em que todos deveriam estar buscando analisar os blocos ofertados, discutir parcerias, como eu vou montar a minha associação para ganhar o bloco, essa discussão, obviamente, impacta esse aumento da percepção do risco. Então, é quanto a isso que nós temos alertado.

Aliás, vimos com muita satisfação um possível entendimento que possa ser feito, agora, ainda entre Estados produtores e não produtores, que possa... Eu acho que a palavra básica é o consenso, é a busca de uma solução que possa acomodar, porque, principalmente... E aqui digo que nós não tomamos partido de nenhum Estado, de nenhuma empresa. Inclusive, nas discussões do marco regulatório, o IBP se posicionou a favor da mudança do marco, dizendo que a indústria trabalha num modelo de partilha, mas nós nos posicionamos até contra a proposta da figura do operador único e os 30% da Petrobras, naquela ocasião.

Participamos de inúmeros debates aqui nesta Casa, nas Comissões de Economia, Comissão de Infraestrutura, na Câmara. Foi uma posição que o IBP assumiu, por entender que isso não era benéfico nem para a Petrobras nem para o desenvolvimento da indústria, e fomos respeitados até pela Petrobras. O Presidente Gabrielli nos convidava para participar, o Governo nos convidava para participar, para fazer o contraponto das posições do projeto, da proposta do Governo.

Então, estamos sempre buscando dar a nossa colaboração no sentido de que o setor possa se desenvolver e possa realmente trazer as riquezas, gerar as riquezas e distribuir para a sociedade como um todo. Hoje, o Brasil é considerado um país que respeita contratos, é um país estável politicamente. Eu acho que temos que nos orgulhar disso. Nós construímos uma credibilidade, levamos anos para construí-la. Parabéns a todos os governantes que souberam dar continuidade e estabelecer essa confiança.

Nesse momento, nós achamos que vivemos num período de instabilidade, mas eu acho que os governantes, esta Casa, os governadores em geral vão encontrar uma saída harmônica, que possa realmente acomodar, digamos, os interesses de todos, porque, basicamente, quando a indústria vê que os Estados produtores, que são os hospedeiros principalmente da indústria, estão totalmente insatisfeitos e que ideias que estão sendo geradas nas assembleias podem se espalhar por todos, isso cria uma sensação de insegurança.

Na hora de colocar o valor do bônus que você falou, numa licitação, todo mundo vai dizer: "Vem aqui..." Eu estou lá no Rio Grande do Norte, estou dando um exemplo aqui que pode ser de qualquer outro Estado. "Será que o Rio Grande do Norte também não vai me inventar uma taxa, tal, tal, tal? Então, vou colocar isso no meu risco." Na hora que ele coloca no risco, na hora que ele vai considerar o valor, por exemplo, de todo o projeto, acaba diminuindo a atratividade em um valor de bônus menor. Então, isso acaba se refletindo numa proteção que é ruim para todo mundo. E, como o Marco valou muito bem, isso são 20, 30 anos de projeto.

Então, basicamente, são esses os pontos que eu queria colocar, Sr. Presidente. Eu estou aqui, à disposição, para, naquilo que eu puder ajudar, naquilo que eu puder trazer à nossa visão, mas especificamente – eu peço perdão – sobre os pontos objeto dessa convocação. Está prejudicada a nossa contribuição exatamente porque a gente não tem se envolvido historicamente nisso, na questão da distribuição dos *royalties*, mas estamos disponíveis para dar toda e qualquer colaboração que seja possível, que esteja ao nosso alcance. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Sª. A presença de V. Sª, em nome do Instituto Brasileiro de Petróleo, é profundamente importante para nós, da Comissão.

Passaremos agora aos debates. Inicialmente, por precedência regimental, tem a palavra o Relator, Deputado Carlos Zarattini. Depois o nosso Vice-Presidente, Leonardo Picciani, e o Senador José Pimentel, pela ordem de inscritos.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT – SP) – Muito obrigado, nobre Presidente. (*Falha na gravação.*) Vou colocar algumas questões aqui em relação às apresentações do Dr. Marco Antônio e do José Gutman. Em primeiro lugar essa questão que me parece importante, a respeito do ressarcimento do excedente em óleo, aliás, do ressarcimento dos *royalties*, que está definido naquele artigo logo no início do projeto, da lei. Quero saber se isso, do seu ponto de vista, cria alguma dificuldade para o processo de licitação do regime da partilha, se isso vai causar alguma confusão, se o senhor acha que pode ser superado por algum decreto, alguma regulamentação da parte do Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Só um minuto, Zarattini. Vamos formar um bloco só? Temos poucos Parlamentares para fazer intervenções. Então, vamos fazer um bloco, os debatedores anotam, apontam e respondem ao final.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT – SP) – O.k. A segunda questão é que foi falado aqui sobre os *city gates,* e houve outra discussão em relação a Municípios onde existem tancagem, Municípios onde o petróleo, antes de chegar à refinaria, é estocado no chamado sistema de tancagem, e esses Municípios, alguns deles, inclusive, têm liminares para receber parte dos recursos dos *royalties*. Na avaliação da ANP e do Ministério, esses Municípios deveriam ou não ser incluídos nesse projeto? E qual o porquê, nessa divisão?

A outra questão que me gerou dúvida foi que vocês falam em horizonte geológico do pré-sal, se isso se refere ao quadrilátero do pré-sal, e aí se abrange regime de concessão, licitações feitas em regime de concessão que acabam explorando o pré-sal, se é disso que estamos falando exatamente.

Por último, o que estranhei na sua tabela, Gutman, é que, na tabela de produção, os volumes são crescentes até 2022, e, no entanto, na arrecadação, existe uma queda de 2020 em diante. Em 2020 se atinge o pico e, em 2021 e 2022, se reduz, tanto em *royalties* quanto em Participação Especial. Então, é só para a gente entender o que aconteceu aí, por que existe essa discrepância entre produção e arrecadação na sua previsão.

Acho que já foi bastante explicada aqui a questão desse sistema de distribuição, de cálculo dos *royalties*, da Participação Especial que cada Município e Estado deverá receber pela lei aprovada. Eu só gostaria de fazer uma ressalva, de que qualquer mudança nesse aspecto não será uma decisão técnica, será uma decisão política, porque, evidentemente, altera a participação dos Estados e Municípios. Se adotássemos aqui um critério mais simples, nós teríamos uma mudança no volume de recursos. Portanto, ele passa por um debate político aqui, de esta Comissão aceitar e, logicamente, do Plenário da Câmara e do Senado aceitarem também essa mudança em relação àquilo que não só foi aprovado, como foi derrubado o veto respectivo, que é a questão da distribuição dos *royalties*. A não ser que isso ocorra, a ANP vai ter de fazer um programa de computador mais potente, para atender a distribuição.

Então, era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Picciani, com a palavra.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Presidente Vital do Rêgo; Deputado Zarattini, nosso Relator; demais colegas Parlamentares, nossos convidados Dr. João Carlos de Luca, Dr. Marco Antônio Almeida e Dr. José Gutman, obrigado pela participação dos senhores aqui, pela contribuição.

Eu tenho poucas perguntas, Sr. Presidente, e creio que direcionadas ao Superintendente José Gutman, da ANP. Mas eu queria fazer antes uma breve observação daquilo que eu acho ser o papel desta Comissão, o papel na tramitação desta medida provisória.

Eu creio que, na Medida Provisória 592, nós teremos a responsabilidade, deveremos ter a responsabilidade de tornar mais claro, tornar o mais calmo possível o ambiente no que diz respeito à produção, à distribuição e a tudo aquilo relacionado à indústria do petróleo de que trata a lei.

Esta medida provisória chega aqui num momento bastante confuso, tanto da legislação, aquilo que nós temos hoje em dia como legislação – e eu explico por quê –, quanto do próprio momento político, em via de uma judicialização da matéria que se mostra cada vez mais inevitável, que se mostrará cada vez mais inevitável.

Esta MP foi publicada justamente para cobrir lacunas em razão do veto presidencial à lei anterior, veto esse que foi, na última semana, derrubado pelo Congresso Nacional. Portanto, nós estamos em via da publicação da legislação já com a derrubada dos vetos. Na outra mão, temos uma medida provisória que tem efeitos jurídicos desde a sua publicação – portanto, já produzindo efeitos jurídicos.

Então, a primeira pergunta e a primeira questão que teremos de resolver é a seguinte: qual dispositivo legal deverá nortear, até que seja ultimada a votação desta medida provisória – sua aprovação, sua rejeição ou sua conversão num projeto de lei de conversão –, até que isso ocorra, qual legislação deverá ser adotada onde houver conflito: a medida provisória, que está vigente, ou a lei publicada fruto da derrubada dos vetos? Essa é uma questão importante a ser solucionada.

No meu entendimento pessoal, haverá uma judicialização porque a lei muda alguns conceitos que, historicamente, norteavam a legislação sobre *royalties* no País. No caso do primeiro conceito, até falando um pouco sobre a preocupação do Dr. Marco Antônio, a questão de Municípios que têm instalações de gás receberem *royalties* como Municípios afetados e essa atividade não ser necessariamente uma atividade que gere riscos e, portanto, não perceber a necessidade de compensação, nós devemos notar que – e eu pessoalmente sou contra esse entendimento, espero que o Supremo Tribunal Federal devolva o entendimento, na minha opinião, adequado a essa questão – esta Casa, ao aprovar a legislação e ao derrubar o veto da Presidente, entendeu *royalties* não mais como uma compensação e deu a eles uma natureza *sui generis* de tributo, como se fosse uma espécie de tributo a ser partilhado pela Federação, a exemplo do que é o Fundo de Participação dos Estados, a exemplo do que é o Fundo de Participação dos Municípios, tanto que baseou essa divisão em critérios desses fundos. Sendo assim, na minha opinião, daí decorre a violação ao art. 20 da Constituição. Caberá ao Supremo Tribunal Federal julgar.

Então, nesse momento em que, de fato, há riscos e há – pegando aqui a fala do Dr. João Carlos de Luca –, é evidente que todos nós temos a preocupação de não sacrificar a indústria do petróleo, de não criar embaraços ao desenvolvimento dessa indústria, que é tão importante economicamente e socialmente ao País. Mas, evidentemente, no caso do Estado do Rio de Janeiro, uma vez configurando situação de catástrofe econômica decorrente de uma nova distribuição – na nossa opinião, repito, é injusto –, o Estado do Rio de Janeiro terá obrigação de encontrar mecanismos de defender o bem-estar, a sobrevivência, a melhor forma de vida dos mais de 16 milhões de brasileiros que vivem no Estado do Rio de Janeiro. Isso pode levar, sim, à criação de taxas, a novas discussões sobre licenças ambientais, não por vontade nem por desejo, talvez isso ocorra por necessidade diante de uma nova situação de tomar caminhos diferentes daqueles que vinham sendo os caminhos adotados anteriormente.

Feita essa introdução, reforço aqui que nós devemos buscar, na Medida nº 592, na medida do possível e daquilo que estiver ao nosso alcance, clarear o máximo possível essa questão.

A pergunta que formulo ao Dr. Gutman, de forma prática, apenas para entender o procedimento de pagamento dos *royalties*, é se há uma data específica em que isso ocorre ou se existe mais de uma data em que ocorrem os pagamentos, se a ANP concentra essa questão em uma data específica. Se a ANP pretende, assim que ocorra a promulgação da lei, provavelmente na próxima semana, caso não haja nenhum mecanismo que o impeça, já adotar, de imediato, a distribuição com base na nova lei, e como isso se daria? E se os *royalties* que são pagos, por exemplo – serão pagos, ou se já foram, não sei a data em que isso ocorre –, no mês de março, são referentes ao próprio mês de março ou se são referentes a meses anteriores, quando a lei ainda não estava vigorando, quando ainda não havia vigência da lei? Por derradeiro, pergunto se a ANP adotará, como data para a nova partilha, a data de publicação da lei – o que nos parece, no meu entendimento, o adequado, a partir do momento em que a lei tem a vigência – ou se ela adotará algum critério que, de alguma forma, retroaja na distribuição dos *royalties*.

Eram essas as considerações, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital Do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, como último orador inscrito, o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo, que foi o nosso Relator, aqui no Senado, dessa matéria de difícil composição; nosso Deputado Carlos Zarattini, que já trabalhava essa matéria na Câmara, e agora é nosso Relator na medida provisória; nossos expositores; eu queria começar parabenizando pela quantidade de informações que foram fornecidas. Há necessidade de um projeto de conversão que nós deveremos, nesse colegiado, trabalhar para que a gente tenha o melhor texto, eu não tenho dúvida de que vamos precisar de um projeto de conversão. E registro que, ao longo do debate desse tema nas duas Casas, nunca pairou qualquer dúvida sobre a maioria do Congresso Nacional do respeito aos contratos. Em momento algum, se discutiu aqui alteração de contrato, tanto é que hoje todos têm clareza de que não houve alteração do contrato. O que nós discutimos ao longo desse período – e na derrubada dos vetos foi reafirmado – é que se paga o montante de *royalties* ao Tesouro Nacional, que deposita numa conta do Banco do Brasil, que, por sua vez, faz a sua distribuição de acordo com a legislação que nós aprovamos.

Portanto, esse debate diz respeito ao contrato no Estado democrático de direito, no Estado brasileiro, é cláusula pétrea, nós não discutimos.

Segunda questão. Alguns Estados – o que é legítimo – começaram a discutir algumas taxas de compensação do seu âmbito. Esse é um debate que cabe à Assembleia Legislativa, à Câmara de Vereadores, mas, como nós estamos fazendo uma série de outros leilões e já temos pesquisas comprovando que o pré-sal não está apenas em dois ou três Estados da Federação, mas em vários outros Estados da Federação, nós podemos discutir outra forma de processar e de conduzir esse petróleo de alto-mar, que não pertence nem ao Município nem ao Estado e cuja concessão ambiental é feita pelo órgão federal.

Então, nós temos muitos controles para não cair na pressão momentânea ou pontual desse ou daquele Município, desse ou daquele governo estadual. Eu sou do Estado do Ceará, onde vamos ter leilão agora, nessa nova rodada, e eu espero que a gente possa ter bastantes poços ali, até porque já temos exploração em alto-mar, já comprovado, e estamos fazendo esse debate.

Portanto, para este Senador e Líder do Governo no Congresso Nacional, é muito tranquilo. Tanto é que, superado esse embate inicial, a própria Advocacia-Geral da União já caminha num outro sentido, para fazer a defesa do resultado da lei, que será, dentro de um prazo regimental... Cabe ao Congresso Nacional encaminhar à Senhora Presidente da República o autógrafo e ela tem 48 horas para sancionar, ou não. Se não sancionar, volta ao Congresso Nacional, cabendo ao Presidente do Congresso Nacional... Mas isso não vai ter crise, estamos conversando e vamos encontrar uma saída.

A segunda questão diz respeito à destinação dos recursos, que a medida provisória encaminha para a educação uma boa parcela deles. E talvez seja essa a próxima audiência pública, com o nosso Ministro da Educação e também com outras entidades que atuam nesse setor, que é o segundo objetivo dessa medida provisória.

E nós estamos elaborando o Plano Nacional da Educação para os próximos dez anos. E o Plano Nacional da Educação, o novo PNE, está, de certa forma, vinculado a esse projeto de conversão e à sua aprovação, porque ali nós vamos elevar o investimento público em educação para 10% do Produto Interno Bruto brasileiro. Basicamente, vamos dobrar os investimentos em educação que já fizemos até então, até o ano de 2012. E uma das fontes é exatamente o Fundo Social, os *royalties*, o que nós estamos discutindo aqui. E como eu sou o Relator do PNE na Comissão de Assuntos Econômicos, onde tratamos da vinculação e da

viabilização orçamentária, eu estou aguardando o nosso Relator, o andamento dessa medida provisória. Eu acho que, como ela perde sua eficácia até o dia 12 de maio e tenho clareza de que o Congresso Nacional não vai deixar perder a sua eficácia, nesse calendário em que o nosso Presidente Vital do Rêgo já traçou para nós e com que nosso Relator tem acordo, a gente possa chegar aí por volta da metade do mês de abril votando, na Comissão Mista, o projeto de conversão para deixar um tempo razoável para o debate na Câmara e, depois, no Senado, de maneira que, até 12 de maio, a gente tenha concluído esse debate.

Portanto, eu quero muito mais parabenizar os expositores e dizer que o material aqui fornecido enriquece muito o que nós estamos fazendo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Sr. Presidente, bem rápido.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Antes, quero...

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ... expressar a V. Exª votos de carinho, afeto, saúde e paz pelo seu aniversário. (*Palmas.*)

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente.

Agora, o Brasil todo também sabe.

Ontem, tive um presente de aniversário muito bom: aprovamos uma PEC, na Câmara dos Deputados, que cria o Tribunal Regional Federal no Paraná.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Quatro tribunais.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Da Bahia, de Minas e também do Amazonas, além do tribunal do Paraná.

Sr. Presidente, essa questão dos *royalties*, meu caro Marco Antônio, que tem sempre cuidado atentamente, do ponto de vista do Ministério de Minas e Energia, dessa questão que envolve todos nós. Eu acho que isso não é uma questão só entre os Estados e os Municípios, mas é entre a população.

A Medida Provisória vem num momento que é da regulação, da destinação desse que é um recurso substancial. Aqui falou o José Gutman, mostrando que, só no pré-sal – é isto que eu entendi – só o pré-sal vai saltar perto de R$5 bilhões de *royalties* em 2013 para próximo de R$35 bilhões em 2019. Acho que essa é a leitura que eu fiz. E um total chega a R$57 bilhões, em 2019, 2020.

Meu caro João Carlos de Luca, nós conhecemos a competência do Governo, das agencias nessa situação. Mas, agora, houve esse imbróglio, uma vez que a medida provisória chegou ao Congresso Nacional ou enquanto havia a vigência do veto presidencial aposto ao marco regulatório colocado pelo Congresso Nacional. Houve ainda a derrubado o veto, a judicialização toda desse processo é claro não só para os Estados, mas também para toda a população brasileira.

Eu vi aqui do João Carlos de Luca a preocupação com a segurança jurídica. Isso não pode atrapalhar um pouco os leilões? E isso não atrasa o desenvolvimento do Brasil? E qual é a solução se mantivermos agora a derrubada do veto? Ou seja, o texto que saiu do Congresso Nacional, essa MP não perde um pouco a sua eficácia, a sua finalidade?

Era essa a questão, Sr. Presidente, que eu gostaria de fazer aos nossos palestrantes, parabenizando cada um pela competência, pela seriedade e pelo conteúdo que traz a esta Comissão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Antes de esta Presidência passar a palavra aos nossos palestrantes, algumas informações importantes a V. Exªs.

A primeira, motivada pela provocação importante do nosso Líder José Pimentel: nós estamos com um calendário já definido até a data do relatório. É importante, já que a imprensa está nos cobrindo, para que nós possamos derrubar agora neste momento.

No dia 20, motivado por um compromisso com o Senador Sérgio Souza, quarta-feira, e com o apoio imprescindível do nosso Relator, que foi sensível a um assunto extremamente polêmico e que é um desafio nesta Comissão, mas em razão da necessidade, por que posto no plano de trabalho mediante solicitação de V. Exªs, nós vamos discutir as razões e as causas de o IBGE tratar as questões das linhas geodésicas. Talvez interesse também ao meu Piauí.

E vamos pedir à ANP para voltar aqui, certamente com o IBGE e outros convidados. Até amanhã, V. Exªs, Senador Wellington, Senador Sérgio Souza, nos darão subsídio.

No dia 3 de abril, vamos ouvir a palavra do Ministro da Educação.

No dia 4, nosso Relator já tem o seu trabalho pronto, José Pimentel, para iniciarmos um processo de votação.

Então, esse será o nosso calendário, Zarattini, no dia 4, para dar uma folga ao debate em plenário, na Comissão e nas duas Casas.

Com relação a um início de questionamento extremamente pertinente do Deputado Picciani – esse jovem e inteligente parlamentar, ex-Presidente da Comissão de Justiça da Casa, de que tive a honra de poder participar sob a presidência do Deputado Picciani, num dos grandes desafios da sua vida –, ele provocou aqui a ANP e o Ministério de Minas e Energia talvez por um assunto que certamente eles haverão de consultar.

E certamente eles haverão de consultar as suas assessorias ou consultorias jurídicas acerca do que farão. E, nós, tanto eu na condição de dirigente desta Comissão quanto o Relator Zarattini, com a responsabilidade que temos para conduzir a termo este nosso trabalho, ontem mesmo provocávamos a Consultoria-Geral da União, a Advocacia-Geral da União e o Departamento de Análise de Atos Normativos, para fazer exatamente essa avaliação entre o ato jurídico perfeito, após a promulgação, ou da Presidente Dilma ou do Presidente Renan, nos próximos dias, da lei dos *royalties*, lei do meu querido Senador Wellington Dias – substitutivo de nossa autoria – e da Medida Provisória 592.

Nós tínhamos que apresentar à Comissão hoje, como vamos fazer agora, exatamente as razões jurídicas para a vigência e a plena efetividade dessa medida provisória, os pontos que podem contrapor-se a uma lei que é um ato jurídico perfeito e o que vale a partir daí.

Vou passar às mãos de V. Exªs, para um estudo posterior, exatamente aquilo que está na confrontação com essa lei, o que pode e o que não pode; quais são os artigos que o Relator poderá ou não mexer na lei, na nova lei do projeto de lei de conversão. Isso foi um estudo muito acurado que fez tanto a Consultoria-Geral da União quanto o Departamento de Análise dos Atos Normativos. É uma matéria densa, e eu prefiro passá-la às mãos de V. Exªs do que proceder à leitura integral. Mas está perfeitamente elucidativa; são quatro níveis de diferença entre aquilo que prevê o Direito Constitucional e o Direito Civil, no caso da análise normativa desses atos.

Por isso que estamos com absoluta tranquilidade no pleno exercício desta Comissão e sabedores de que a legislação atual estará em plena vigência após a sua promulgação.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. WELLINGTON DIAS (PT – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Sr. Presidente, isso é muito pontual porque muitos de nós, inclusive, ouvimos e vimos na imprensa se dizer que a MP havia perdido a sua finalidade. E aí eu enalteço a competência de V. Exª ao buscar uma solução plausível. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo./PMDB – PB) – Está aqui o documento para o País inteiro, e passo às mãos de V. Exªs. Peço à assessoria para a divulgação.

Com a palavra o Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON DIAS (PT – PI) – Veja só. Na semana passada, pedi para que a assessoria que nos acompanha na Liderança que nos desse a informação, uma primeira interpretação. E era exatamente esse o pleito que eu queria fazer: que tenhamos firmeza. Porque, veja só. Quando a Presidenta Dilma editou a Medida Provisória 592, nós tínhamos uma parte da Lei 12.634; a outra havia sido vetada. Quando ela editou a medida, em rigor, ela não se refere aos artigos que hoje, sendo promulgada, serão alterados por conta de que não havia esses artigos que estavam vetados.

A situação é exatamente essa. E é por isso que eu acho que precisamos ter muita segurança, porque, veja, é um tema que interessa a todo o Congresso Nacional, interessa ao Executivo, interessa ao Legislativo, acho que ao próprio Judiciário, e precisamos fazer com muita segurança, por conta dessa judicialização que está muito comum, pelas polêmicas que geram.

Então, em tese, o que o pessoal me apresentou é a tese da prejudicialidade, alegando que o que estaremos alterando agora, aprovando a medida provisória, por exemplo, nos levaria a uma situação em que haveria uma nova regra, mas estaria em vigor outra regra, com base na lei após o veto. Pode esta Comissão, por sua conta, acrescentar a alteração da lei após ser promulgada? Essa é a pergunta.

Então, o que eu queria era levantar... Acho que, em boa hora, V. Exª e o Relator, com a competência que têm, certamente têm esse cuidado. Acho importante inclusive – é uma sugestão –, mesmo havendo um parecer, acho importante que nós tenhamos uma apreciação da Comissão, até para que não haja nenhum questionamento. Particularmente, acho que o melhor é podermos agir com a própria medida provisória que já está aqui. Mas eu queria... Não posso deixar de trazer. Inclusive quero trazer aqui à Comissão as informações, os subsídios que me foram apresentados na tese da prejudicialidade. Então, eu queria apenas que nós tivéssemos o conforto da segurança jurídica como ponto principal.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo./PMDB – PB) – Eu vou pedir apenas a V. Exªs, porque esse tema da questão jurídica é um tema importante e desafiador para várias e diversas interpretações... O parecer da Consultoria-Geral da União está em mãos de V. Exª, e é um parecer dividido em quatro itens.

O primeiro item trata daquelas matérias, dos dispositivos da medida provisória que tratam de matéria não regulada pela lei – trataremos assim agora: "não reguladas pela lei".

O segundo nível de apreciação é dos dispositivos com a rejeição, quer dizer, com a lei, que alteram – aí eles interpretam "aqueles que alteram"...

O terceiro são os dispositivos que não têm o mesmo teor daquilo que estamos discutindo, que são matéria nova que a MP trouxe.

E o quarto são os dispositivos que, com a rejeição do veto, são materialmente incompatíveis – conforme o Picciani falou agora há pouco – com os dispositivos da medida provisória.

A cada um desses quatro níveis, a análise que foi feita interpreta, com base tanto na legislação que há de ser promulgada, quanto na Medida Provisória 592. E, ao final dessa análise, ele afirma que o projeto de conversão deverá analisar somente aqueles artigos que estão na medida provisória, preservando, integralmente, a legislação em vigor. Somente aqueles artigos que estão na medida provisória.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Presidente, quanto a isso, não me parece que resta dúvida. Evidentemente que o projeto de conversão, uma vez aprovado...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo./PMDB – PB) – ... não poderia afrontar uma legislação.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Não, não, não: uma vez aprovado, ele consolidará aquilo que foi aprovado. Ele passará a ser...

A minha dúvida é até a votação do projeto de conversão. É essa a dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo/PMDB – PB) – Exato. Aí é outra... A dúvida de V. Exª eu não respondi. E o parecer também não trouxe. Quero lhe afirmar isso. A dúvida de V. Exª é pertinente e haverá de ser consultada também.

Eu passo a palavra ao Relator, que tem precedência na matéria.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT – SP) – Deputado Picciani, como foi dito aqui pelo Presidente, existem alguns artigos da medida provisória que não existem nem na lei que já havia sido sancionada, nem nos itens que foram vetados e que depois tiveram derrubados os vetos. Então, esses artigos garantem a existência da medida provisória.

Ela também aborda dois outros grupos de artigos – como disse aqui o Senador –, em que a derrubada do veto supera a medida provisória. Portanto, prevalece a derrubada do veto.

E um quarto grupo onde existe um conflito que eles orientam deva ser resolvido, porque não está resolvido.

Eu não queria esmiuçar aqui porque é bastante longo.

O SR. WELLINGTON DIAS (PT – PI) – Mas me permita só: aí o que eu queria que a gente atentasse... Porque veja só: o que é que diz...

Por exemplo, o art. 4º, inclusive, que teve o problema na republicação, o que trata propriamente da destinação, diz que os recursos deverão ser investidos em educação, saúde, tal, tal, tal, tal, e que a regulamentação é feita por nível de governo individualmente. Isso é o que dirá a lei após a promulgação. Nós aqui estamos indo em outra direção, e temos interesse em trabalhar isso. Por uma proposta de Presidenta, trabalha-se já um percentual, uma definição em um único item. Lá há vários itens, aqui há o da educação. Essa é a preocupação que o pessoal colocou. Esse é o ponto. Repito: não há aqui ninguém mais interessado em tratar... Enfim, havendo a necessidade, teríamos que discutir. Tem-se que fazer uma reedição, como é que vai ser feito, enfim.

Era isso.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT – SP) – Não, pelo menos o parecer da AGU orienta no seguinte sentido: promulgada a lei, prevalece a lei. Mas o projeto de conversão aprovado pode alterar a lei. Depende da nossa...

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Ao final, não tem nenhum problema. Eu acho que o problema se dará até que seja aprovada a MP, na forma de um projeto de conversão, ou rejeitada O problema é enquanto ela está vigente na sua forma original.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deixe-me passar a palavra aos debatedores, eximindo-os da responsabilidade jurídica da apreciação de determinadas questões que foram agora debatidas.

Questionando tanto o Superintendente quanto o Secretário, há uma preocupação que eu tinha ao longo desses últimos estudos.

Durante décadas, o Governo Federal e a Petrobras, o Ministério de Minas e Energia e suas agências correlatas pesquisaram e exploraram na costa brasileira áreas muito restritas: Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo. Concentraram essa exploração nesses campos e, com isso, efetivamente, todos os olhos da Nação passaram a acompanhar o crescimento geométrico da expansão econômica do nosso potencial de petróleo. Por que não houve, por parte do Ministério, por parte dos institutos de pesquisa, uma disposição mais espacial na costa brasileira no sentido de pesquisa e exploração? Por que não se deu um novo rumo? Quais foram as razões para que nós não tenhamos, nessa imensa costa nacional, outras áreas importantes? Ou se foram pesquisadas? Essa é uma curiosidade que carrego há algum tempo.

Ao Dr. João Carlos, se a indústria nacional está preparada para participar competitivamente desses novos investimentos hoje. Se temos condições, dentro da legislação em vigor, de participar competitivamente dentro desses novos investimentos.

Passo a palavra, pela ordem, ao Dr. Marco Antônio.

O SR. WELLINGTON DIAS (PT – PI) – Sr. Presidente, V. Exª me permite só acrescentar um item?

A gente ouve muito debate no sentido de que, nessa nova formatação da partilha, com a presença da Petrobras nos blocos especiais, de pré-sal, que a Petrobras não teria fôlego, não teria condições financeiras de participar e que, por conta disso, condena o modelo da partilha. Eu gostaria que V. Exª também pudesse...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Feita a última indagação de V. Exª, encerramos o período de discussão e passamos agora à exposição final, até porque o Senado já abriu a Ordem do Dia.

Sr. Marco Antônio.

O SR. MARCO ANTÔNIO MARTINS ALMEIDA – Bem, eu vou tentar passar aqui por todos os pontos que dizem respeito à atuação do Ministério.

Primeiro, o Deputado Zarattini questiona se a vedação ou ressarcimento dos royalties podem gerar alguma dificuldade no processo licitatório.

Dificuldade em si, não, Deputado. Não entendemos que deva provocar. O que existe é uma incerteza, na medida em que eu tenho na mesma legislação dispositivos que dizem que ele pode se apropriar e dispositivos que dizem que é vedado seu ressarcimento, nosso entendimento é se eu puder eliminar essa dúvida tanto melhor. Se não pudermos eliminar essa dúvida deverá prevalecer o entendimento de que ressarcimento não é o mesmo que apropriação.

E que o contratado poderá se apropriar dos *royalties* correspondentes aos valores devidos não podendo ser ressarcido financeiramente desses recursos.

Agora, indiscutivelmente, se isso puder ficar claro e não tiver chance de questionamentos tanto melhor.

Com relação à parte de tancagem em Municípios com liminares eu preferia que o Gutmann se manifestasse.

Em relação ao horizonte geológico do pré-sal, Deputado Zarattini, o que a MP claramente esclarece é que havia uma certa dúvida em relação ao texto da legislação vigente. O texto da legislação vigente hoje, não na 12.734, mas na 12.351, falava que todos os *royalties* da União oriundos da área do pré-sal seriam destinados ao Fundo Social. A interpretação que tínhamos em relação a isso de maneira clara, na medida em que a própria lei definiu o que é área do pré-sal como o polígono e, portanto, o prisma dentro desse polígono, entendíamos que todo volume de royalties oriundos da Bacia de Campos, Espírito Santo e Santos e que estivessem dentro do polígono – e certamente quase todos estão – iriam para o Fundo Social.

O que consta da medida provisória é que vai para o Fundo Social não toda a produção dentro do polígono, mas, sim, a produção que além de estar dentro do polígono venha do horizonte geológico do pré-sal. Ou seja, produzido abaixo da camada de sal. Toda a produção que esteja acima da camada de sal será considerada a distribuição de *royalties* antiga e não haverá essa destinação ao Fundo Social.

O que se quis esclarecer na medida provisória foi que a destinação dos *royalties* do regime de concessão que vai para o Fundo Social é apenas aquela que está contida dentro do polígono e, mais do que isso, se refere ao horizonte geológico abaixo do sal.

Em relação ao Deputado Picciani, não vi nenhum questionamento vinculado à área do Ministério de Minas e Energia.

Em relação ao Senador Sérgio Souza, a discussão sobre a distribuição de *royalties* afeta as rodadas de licitação? Na nossa percepção, não. E explico por que, Senador.

Nós estamos ofertando para a 11ª rodada blocos fora da área dos principais Estados produtores que hoje são afetados por essa alteração, por essa derrubada de veto. Consequentemente, todas as áreas que estão sendo ofertadas são em Estados que, hoje, são produtores ou que são não produtores, como Pará, Amapá, Piauí, Maranhão, Pernambuco, Paraíba e alguns produtores, como Ceará, Rio Grande do Norte, mas não tão afetados pela derrubada do veto. O único Estado mais significativamente afetado pela derrubada do veto e que tem blocos nessa rodada é o Espírito Santo – são seis blocos apenas.

Dos 255 blocos que estamos ofertando, apenas seis estão nesses Estados mais afetados.

No nosso entendimento, a 11ª rodada, que ocorrerá em maio, não deverá ser impactada pela discussão da distribuição dos *royalties*. A rodada de partilha ocorrerá em novembro – a primeira roda de partilha e essa, sim, com blocos na Bacia de Santos e na Bacia de Campos, portanto, na área diretamente afetada pela derrubada do veto – e a nossa expectativa é a de que, até novembro, já tenha havido a manifestação do Supremo Tribunal Federal, que irá eliminar qualquer dúvida em relação a esse assunto. Então, na percepção do Ministério de Minas e Energia, as rodadas não serão afetadas pela discussão que ainda permanece em relação à distribuição de *royalties*.

Em relação ao questionamento do Senador Vital do Rêgo de por que não houve pesquisa mais ampla do território brasileiro até agora e por que a produção está concentrada nas áreas de Rio, São Paulo e Espírito Santo, eu acho que aqui há uma pessoa talvez até mais capacitada que eu para responder isso, porque foi Diretor de Exploração e Produção da Petrobras, na época em que eu era um mero funcionário de plataforma. A nossa visão em relação a esse assunto é a seguinte, Senador: todo o Brasil foi pesquisado. Como sempre, ele é

pesquisado da mesma forma. Quando se está iniciando uma pesquisa, avaliam-se todas as bacias e veem-se as condições geológicas e geofísicas dessas bacias. Algumas bacias apresentam potencial geológico e geofísico maior, o que não quer dizer que as outras não tenham potencial. Vimos tendo surpresas na área de petróleo a cada dia. Então, só para exemplificar, Senador: primeiro campo de petróleo descoberto foi na Bahia. A Bahia é, hoje, uma das bacias mais perfuradas. A Bacia do Recôncavo, na Bahia, é uma das bacias mais pesquisadas, mais perfuradas e que está em fase de declínio de produção, é uma bacia madura. Aí vemos o primeiro ponto.

Naturalmente, por uma facilidade, a pesquisa geológica na área de petróleo começou em terra. Era muito mais simples, muito mais fácil. Ela começou na Bahia; foi para Sergipe e Alagoas; posteriormente, foi para o Rio Grande do Norte; depois, Espírito Santo. Então, essas quatro bacias foram as mais pesquisadas em terra.

Quando começamos a ver que não havia mais grandes possibilidades de descobertas em terra, começou-se a ir para o mar. E, de novo, a primeira descoberta no mar foi no Nordeste, no Campo de Guaricema, na Bacia de Sergipe e Alagoas, no Estado de Sergipe.

Então, quando se descobre uma coisa, Senador, naturalmente, as empresas focam os esforços onde há descoberta. É mais ou menos como um jogo de batalha naval: se eu vou pesquisar uma área nova e descubro, eu fico pesquisando em volta daquela área onde há descoberta, porque há um potencial. Assim foi a Bacia de Campos. Procurou-se enormemente na Bacia de Santos – foi por isso que eu quis dizer que o fato de você não ter descoberto inicialmente não significa nada. Só um dado para que os senhores possam avaliar isso: a Petrobras devolveu o Campo de Lula para a União; ele era dela, só que ela perfurou e não chegou até ao Campo de Lula; e ele são 8 bilhões de barris. Depois disso, ela foi lá, comprou, de novo, a área e achou o Campo de Lula. A Shell era dona da área que vai virar uma das rodadas de partilha, que foi descoberta pela ANP, que é Libra. A Shell parou a 500m da descoberta, dentro do sal, e não achou. A Petrobras perfurou enormemente na Bacia do Parnaíba e não achou nada que fosse economicamente viável. A empresa OGX foi lá e achou e já tem 4 campos na Bacia do Parnaíba.

Isso acontece naturalmente. O avanço geológico, o aumento da capacidade de enxergar o que está na subsuperfície, faz com que bacias, que, inicialmente, não se mostravam promissoras, passem a ser. As bacias que têm grandes campos, fáceis

Os grandes campos, fáceis de serem encontrados nas bacias, já o foram.

Partimos agora para águas profundas e cada vez mais profundas. Então, o limite da tecnologia contribui para que nós evoluamos e descubramos, cada vez mais, áreas novas. Mas todas as áreas em terra, Senador, foram pesquisadas.

Há uma coisa que eu posso afirmar para o senhor. A descoberta na Bacia do Parnaíba, no Maranhão, está sendo determinante para que aumente substantivamente o interesse na Bacia do Parnaíba, no Piauí, porque é a mesma bacia, e existem fatos novos que levam as empresas e também o Governo a entenderem que essa bacia tem um potencial. Então, a evolução das coisas acontece naturalmente. Perfurações e pesquisas ocorreram em todas as bacias.

Em relação ao comentário final do Senador Wellington Dias sobre se a Petrobras tem fôlego para dar conta do seu papel em relação...

O SR. WELLINGTON DIAS (PT – PI) – Em relação aos 30%, 20%.

O SR. MARCO ANTÔNIO MARTINS ALMEIDA – Trinta, vinte? Trinta por cento.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ) – O jornal *Valor* fez uma reportagem grande dizendo que o Governo pensa em reduzir o percentual da Petrobras de 30% para 20%.

O SR. MARCO ANTÔNIO MARTINS ALMEIDA – Não.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ) – Eu gostaria que V. Exª pudesse...

O SR. MARCO ANTÔNIO MARTINS ALMEIDA – Não há essa discussão no Governo, Senador. Posso garantir para o senhor que não existe essa discussão no Governo.

Em relação à capacidade...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ) – Nesse ponto que levantou o Senador Wellington, a Petrobras tem capacidade...

O SR. MARCO ANTÔNIO MARTINS ALMEIDA – Isso.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ) – ... financeira para fazer esses investimentos?

O SR. MARCO ANTÔNIO MARTINS ALMEIDA – Eu queria fazer um comentário que eu acho que pode ser bastante elucidativo.

A atividade exploratória e a atividade de produção são duas atividades bastante distintas e com investimentos bastante distintos.

A Petrobras vive, momentaneamente, Senadores, uma situação de dificuldade de caixa. Todo mundo sabe disso, porque isso tem sido divulgado de maneira bastante clara pela imprensa e pela própria companhia – não é nenhuma novidade o que eu estou falando. Mas essa dificuldade de caixa é absolutamente momentânea.

O que eu queria dizer é que a atividade que a Petrobras terá que desenvolver na área do pré-sal para o regime de partilha, nos próximos cinco, seis anos, são atividades exploratórias, e, na atividade exploratória, o nível de investimento é substantivamente inferior ao nível de investimento necessário na atividade de desenvolvimento da produção. Eu diria que o desenvolvimento da produção consome 90% dos recursos, enquanto a atividade exploratória consome 10% dos recursos.

Não temos, Srs. Senadores, a menor dúvida de que a Petrobras tem condições de dar conta dos 30% que a ela couberem dessa atividade exploratória, nesse período em que a empresa apresentar alguma dificuldade de caixa.

O crescimento da produção da companhia nos próximos anos – crescimento esse que foi mostrado pelo Gutman – fará com que ela tenha naturalmente a recuperação da sua capacidade de investimentos, e, no momento em que os investimentos maciços se fizerem necessários, ela estará pronta para dar resposta a esses investimentos.

Então, não temos dúvida nenhuma de que a empresa terá condições de cumprir o papel que a ela foi delegado pela lei, seja de 20%, seja de 30%, seja de 50%, e achamos até mais: achamos que a Petrobras irá participar da rodada de licitação para ampliar a sua participação em relação ao mínimo a ela concedido pela lei.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Dr. João Carlos.

O SR. JOÃO CARLOS DE LUCA – Complementando aqui o que o Secretário Marco Antônio já adiantou, eu participei da Petrobras durante 25 anos. Juntei-me a Petrobras em 1974, quando foi feita a descoberta da Bacia de Campos. Trabalhei na Bahia, em Sergipe, no Espírito Santo e, finalmente, em Macaé, onde fui um dos pioneiros. Vi o primeiro poço entrar em produção lá, em agosto de 1977, e vi crescer toda aquela indústria, que hoje é um orgulho para nós e foi um verdadeiro laboratório de tecnologia, de desenvolvimento em tecnologia de *offshore*.

Em relação à exploração, realmente nós vivíamos naquele momento um período de dificuldades econômicas, com os dois choques de petróleo, em 1974 e 1979, seguidos da renúncia do pagamento da dívida externa, em 1982.

Então, a instrução que nós tínhamos clara na Petrobras naquele momento – e eu fui responsável pela Bacia de Campos, antes de ser diretor da empresa, com muito orgulho – era a de produzir cada barril que não conseguíamos produzir. Então, naturalmente, o grande esforço estava dedicado à Bacia de Campos.

Em 1984, descobrimos os campos gigantes em Marlim, Albacora, e aí passou para um outro nível de dois mil metros de água. Com muito orgulho e satisfação, a companhia, junto com todo o centro de pesquisa, a indústria como um todo, soube dotar de tecnologia, para produzir essa riqueza para o Brasil.

E eu me lembro de que os esforços foram concentrados ali, mas realmente a capacidade de investimento da Petrobras naquele momento era relativamente limitada. Lembro-me de que, quando estava na diretoria de exploração e produção da empresa, entre 1990 e 1925 – fui durante cinco anos diretor – o investimento total da Petrobras era de cerca de US$2 bilhões, dos quais 70% eram dedicados à exploração e produção. Ou seja, US$1,4, US$1,5 bilhão por ano. O que significam, como um todo, US$2 milhões para a companhia eram planos quinquenais, US$10 bilhões, em cinco anos.

Posteriormente, quando veio o advento do pré-sal, antes um pouquinho do pré-sal – e aí busco responder sua pergunta, Senador, sobre a capacidade da indústria local de atender tudo isso –, no início de 2000, foi anunciado um plano quinquenal da Petrobras em US$54 bilhões.

Então, isso a gente falava de boca cheia – já fora da Petrobras, deixei a Petrobras em 1997, mas a gente dizia com muita satisfação –: "Puxa, olha que beleza esse investimento de US$54 bilhões da companhia. Uma coisa extraordinária para o Brasil". E, se a gente olhar o desenvolvimento desse plano, revisto a cada ano, foi quase uma curva exponencial, porque ele passou no ano seguinte para 74; depois, 117, 174, 224 e o último, 236, no ano passado, e o próximo está para ser julgado agora, talvez vá ser aprovado amanhã no conselho, não sei.

Veja bem, nós saímos de R$10 bilhões, em cinco anos, na década de R$90, para R$236, agora, e com uma demanda do pré-sal extraordinária.

Então, vou agora para a sua pergunta primeiro e, depois, volto à questão das áreas, a capacidade da indústria. Obviamente, a demanda aumentou muitíssimo e a capacidade da indústria local não cresceu nessa mesma velocidade. Então, daí que está o nosso grande desafio de tornar a questão do conteúdo local, projeto e ideia meritórios, em que todos temos de trabalhar, é exequível, realizável, é modernizar o conceito do conteúdo local, temos o próprio IBP – o Ministério e a ANP sabem disso –, nós temos discutido a necessidade de desenvolver um estudo, levar algumas alternativas para melhorar ainda a capacidade de investimento, aumento da capacidade nacional e tudo.

Então, temos alguns constrangimentos, nitidamente, que precisam ser revistos e implementados para a indústria nacional poder acompanhar a demanda a tempo, hora e qualidade, para todo esse esforço que é gigantesco. Mudou completamente a magnitude da demanda.

Em relação a áreas exploratórias, por exemplo, a que o senhor se referiu, lembro-me de que, no Estado do Espírito Santo, nós descobrimos um campo, que é chamado Campo de Cação – em 1976, começou a ser desenvolvido. Depois, foram perfurados mais de cem poços no Espírito Santo, a maioria deles seco. Até entender o modelo, a gente replicava o modelo da Bacia de Campos para lá, os famosos turbiditos, mas não dava certo, até que se encontrou o caminho das pedras lá no Espírito Santo, e hoje há pós-sal, pré-sal, é um Estado rico em reservas.

Trabalhei lá em Sergipe também. Aliás, trabalhamos juntos, não é Marcos, em Guaricema? Foi descoberto em 1968 e, agora, começam a ocorrer descobertas no mar. Essas correlações da margem equatorial daqui com o lado da África e mesmo das Guianas com as vizinhas é que fazem abrir o interesse das empresas que estão vindo para cá agora, para buscar isso.

Então, o que posso lhe dizer é o seguinte: nós estamos, talvez, maduros nessa área de Santos e Campos, com muita coisa do pré-sal para definir ainda.

A ANP tem a responsabilidade de avaliar toda a área do pré-sal, definir onde podem haver novas libras de oito ou dez milhões de barris, que é o cálculo do maior campo do Brasil. Há que se desenvolver não só os grandes campos, como avaliar tudo que há de riqueza, até para dar instrumentos para estabelecer uma política energética compatível com o volume de reservas que nós temos, porque sabemos que há muitas. E quantas áreas importantes como essa pode haver Brasil afora? Descobertas que começam a ocorrer agora na bacia do Ceará, importantíssimas, e nós hoje temos menos de 6% da área sedimentar brasileira em avaliação. Então, há muito esforço que precisa ser feito.

E, novamente, agora me remeto para um tema importante, que deve ser considerado com muita seriedade. Essa é a opinião da indústria, do IBP, e não é de hoje, porque nos autos do Senado, do Congresso Nacional, podem-se ver as posições, o Senador Dornelles acompanhou isso na Comissão de Assuntos Econômicos, em todos os debates bem como muitos dos senhores também o fizeram. O IBP trouxe, já em 2009, a posição, como entendíamos, de que a figura do operador único e os 30% não eram benéficos nem para a Petrobras nem para o desenvolvimento da indústria.

Essa é uma opinião que trouxemos claramente e debatemos. Enfim, o Congresso tomou outra decisão, mas a nossa sugestão era: saindo a concessão para a partilha, as empresas podem perfeitamente trabalhar no ambiente de partilha. Entendemos até que a concessão é mais prática, já há um modelo comprovado, perfeitamente se pode trabalhar. Agora, a imposição, por lei, à Petrobras de ir a todas as áreas, colocar recursos onde eventualmente ela não tem interesse, porque ela conhece de longe – é a empresa que mais conhece as bacias brasileiras, os potenciais – merece reflexão.

Então, continuamos com essa posição desde 2009 – não é de ontem nem de anteontem. Esse é um ponto que ainda merece uma reflexão, porque há um desalinhamento de interesses.

Não tenho delegação para falar em nome da Petrobras; estou falando na percepção da indústria que nós temos no IBP. A Petrobras é o mais importante sócio que nós temos lá no IBP. A Petrobras tem os seus projetos de concessão que estão sendo desenvolvidos agora, que é o Campo de Lula, de Guará, de Carcará – grande descobrimento que ocorreu recentemente – e muitos outros. Isso dentro da concessão.

Além disso, ela tem cinco bilhões de barris da cessão onerosa, que ela já pagou; ela é dona 100%. E, para não ter uma gestão temerária, ela tem que priorizar esses projetos, que já é óleo descoberto que está lá para ela, que foi aquele produto da capitalização da Petrobras, cessão onerosa.

Cinco bilhões de barris, para quem não tem muita ideia – até para desenvolver uma figura – foi toda produção da Bacia de Campos acumulada desde 1977 – como eu comentei, desde o primeiro posto, que foi o Enchova I – até 2009. Nesse período, a Bacia de Campos produziu 7,2 bilhões de barris, numa produção acumulada. Então, 5 bilhões são quase 70% de tudo produzido pela Bacia de Campos em quase 30 anos. É uma quantidade apreciável, admirável de petróleo, e a Petrobras tem isso em suas mãos, tem a responsabilidade de tocar.

E aí vem então a nova demanda do pré-sal. Com que velocidade nós vamos desenvolver isso? Há um desalinhamento de interesse, eu digo, porque a Petrobras, sendo obrigada a operar todos os blocos, tem uma capacidade limitada

de gente, de recursos. Ainda bem que essa companhia é brasileira, porque qualquer empresa do mundo teria vontade de ter reservas que a Petrobras tem hoje.

Mas, à medida que a gente quer desenvolver o pré-sal, futuro, novas rodadas, gerar recursos para serem distribuídos para os Estados produtores e não produtores, dentro da política que vier a ser definida pelo Congresso, pela sociedade, pelo Governo, qualquer que seja, há dúvida, por parte das empresas acerca da velocidade com que pode ser feito isso, porque há um desalinhamento de interesses. Há outras prioridades que a Petrobras deve tomar, seguramente, como o Secretário Marco Antônio disse. Agora, quanto mais aumentar a sua carga, há dúvida até de recursos físicos, recursos humanos, equipamentos para tocar tudo isso.

Daí continuarmos ainda fiéis, digamos, à nossa posição, à posição que trouxemos aqui, como de costume, com a maior seriedade ao debate, de que esse é ainda um ponto que nos preocupa, essa questão da obrigação. Porque não é justo talvez impor à Petrobras, por lei, ir a uma área que a IBP precisa avaliar, por obrigação legal de avaliar todas as bacias brasileiras. A Petrobras pode achar que ali não há nada, mas tem que destinar recursos, suportar uma oferta econômica; se ela participar da licitação, perder e um outro agente fizer uma oferta muito agressiva, econômica, ele é obrigado a se juntar a esse consórcio de empresas, sustentar essa fórmula econômica que foi proposta e, às vezes, é inviável economicamente, por conta talvez de um baixo recurso de reserva que possa ser descoberto ali.

Então, nós vemos aí um desalinhamento de interesses. Mas, enfim, estamos discutindo e acompanhando. Acho que temos um bom problema para resolver. Estamos prontos para ajudar, colaborar.

Hoje ainda, tivemos uma reunião, convocada pelo Secretário Marco Antônio, para ajudar nos debates da regulamentação da lei. Acho que este é o papel do IBP, de trazer essa decisão, não nos envolvermos no debate dos *royalties*, porque o IBP tem uma atuação nacional. Lembro-me de que em novembro do ano passado participei de três eventos. Aliás, IBP é que promove grande feira de petróleo, que é a segunda maior feira de petróleo do mundo; só perdemos para a feira de Houston, a Offshore Technology Conference (OTC). São mais de 1.500 expositores. É uma grande feira, com cursos, que a IBP promove. No ano passado, foi o mesmo evento no Rio de Janeiro, com a inauguração da Rio Oil & Gas, num mês; no outro mês foi no Espírito Santo, Offshore, com o Governador Casagrande; e, na semana seguinte, em Pernambuco Business. Então, realmente, como tenho atuação nacional, buscamos essa análise. Por isso, falei da nossa política. São muitos anos, quase 50 anos, e não se envolvendo nessa questão dos *royalties*.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo./PMDB – PB) – Muito obrigado, Dr. João Carlos de Luca, com a palavra José Gutman.

O SR. WELLINGTON DIAS (PT – PI) – Caberia fazer a pergunta antes do José Gutman. Não sei claramente se o Dr. Marco Antônio e o Dr. José Gutman vão poder me responder. Mas é uma coisa importante para o Relator, para mim, que vou ter a tarefa de Revisor e para toda esta Comissão. Vejam só. Nós tínhamos uma projeção da EPE feita lá atrás, tivemos quatro anos sem leilões, exatamente aguardando as regras; agora, mais essa descoberta da Bacia de Campos, falam em 35 bilhões de barris de reserva. A pergunta que eu faço é: há algum dado atualizado? É possível? Qual é o dado mais atualizado que há para o médio/longo prazo. Lá atrás se fazia uma projeção de dez anos. Se tivéssemos dado sequência aos leilões, a previsão seria de chegarmos próximos de 6 milhões de barris/ano e, com a entrada das áreas de partilha, a previsão era de que por volta de 2030 se pudesse chegar a algo em torno de 15 milhões de barris no pico, ou 2030, ou outra data que venha a ser. É possível haver alguma previsão? Ou seja, se começamos a retomada dos leilões agora, só no segundo semestre, pelo que eu estou vendo, é que vêm os novos leilões.

O SR. WELLINGTON DIAS (PT – PI) – Maio, não, maio agora, basicamente, quase todos em terra. O que eu entendi a se colocar é que nessa área do pré-sal não sairia agora. Não é verdade? Mas está previsto para o segundo semestre. Significa dizer que 2012 é o ano dos leilões, aí dois, três anos depois é que a gente começa a ter os resultados. Não é isso? O que estou querendo aqui examinar... Nós estamos tratando aqui de uma proposta que tem casado – como o Senador Pimentel lembrava há pouco – a projeção de dobrar recursos para a educação com base no Plano Decenal da Educação. Nas contas que com base nas projeções anteriores a gente fazia, tínhamos condições de chegamos próximos de 100 bilhões de *royalties* nos preços médios de petróleo, por volta de 2020, 2022, mas havia uma perspectiva de chegar a 360 bilhões no pico, com a área já pesquisada de partilha a ser encaminhada, o que demonstrava que nós tínhamos mais recursos do que a educação precisa. Esse era o debate que vínhamos travando com o Governo: há dinheiro que dá para educação, mas há a necessidade de outras fontes, aliás, de atender outras necessidades. Em resumo, a pergunta é essa: Há alguma projeção com o que se possa trabalhar, uma decisão hoje sobre uma receita que depende de muitas coisas para frente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo/PMDB – PB) – Deixe-me ouvir o Gutman e, depois, no processo de reperguntas, ...

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, acho que essa questão do Senador Wellington é bastante pertinente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo./PMDB – PB) – É relevante, por isso que vamos ouvir o Marco Antônio também.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – As Bancadas dos Estados produtores de petróleo sempre alertaram para essa divergência nesses dados, sempre apontando que os dados que nos parecem mais corretos, até por refletirem a vida real, são os dados apresentados pela ANP. Gerou efetivamente um pomo da discórdia essa questão, o que, inclusive, dificultou o entendimento, salvo o esforço. Então, é uma questão muito importante essa resposta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo./PMDB – PB) – Com a palavra o Superintendente de Participações Governamentais da ANP, Dr. José Gutman.

O SR. JOSÉ GUTMAN – Bom, vou tentar percorrer diversos pontos que foram a mim colocados.

Primeiro, na parte de tancagem, primeiro ponto do Deputado Zarattini. A legislação prevê, para fins de embarque, desembarque e para fins de *royalties*, instalações terrestres, que seriam as estações terrestres coletoras de campos gás natural, e também instalações marítimas – píer, quadro de boias, boias, monoboias, etc.

Então, no caso da tancagem, a própria estação coletora que é ligada ao campo produtor já tem uma tancagem, um armazenamento. Ela separa o petróleo e o gás, filtra, tira a água, armazena, decanta e, depois, despacha. No caso específico de decisões judiciais envolvendo tancagem, pelo que eu me lembre, são dois casos que não são tancagens ligadas a campo produtor, mas tancagens ligadas a terminais aquaviários receptores.

Então, por exemplo, tem produção na Bahia. Aí vai para São Francisco do Conde, embarca o petróleo no terminal de Madre de Deus, o petroleiro faz a cabotagem e vai para algum lugar terminal no Sul. Então, esse terminal do Sul, esse píer, por exemplo, de monoboia, por exemplo, de Tramandaí é uma instalação para fins de *royalties*. Mas o terminal a ela acoplado, terminal de tancagem, nesse caso, está em outro Município. Geralmente está no mesmo e, por isso, não tem esse tipo de problema. Mas lá é um caso isolado, que a monoboia está no Município que é o considerado de instalação e a tancagem está em outro Município. Então, esse outro Município, no caso Osório, ingressou na Justiça e vem recebendo *royalties* judicialmente.

Há outro caso um pouco semelhante. Mas, via de regra, a tancagem já faz parte da própria estação coletora, que é ligada a campo produtor, e recebe. Então, são casos de decisões judiciais muito particulares, de situações particulares.

Outro ponto colocado pelo Deputado foi porque nas projeções que eu apresentei, de 2020 para 2021, a produção aumenta e a participação governamental cai um pouquinho. Aumenta um pouquinho e cai um pouquinho. Analisando, eu já tinha feito essa pergunta. Se a gente olhar, os *royalties* também sobem um pouco, e os *royalties* são decorrentes da produção. Acontece que a Participação Especial cai. Por que cai? Porque a cessão onerosa não paga Participação Especial. Então, por conta disso, a produção aumenta um pouco, o *royalty* aumenta, mas, pelo fato de a cessão onerosa não pagar PE, nesse período de 2020 para 2021, as participações governamentais totais, que são *royalties* mais PE, caem um pouquinho. Foi por essa razão.

A parte de projeções, realmente, a projeção de ANP – eu quis frisar – é conservadora. Ela se vale de informações, digamos, bem conservadoras, encaminhadas pelos próprios concessionários, seja através dos programas anuais de produção, num curto prazo, e, no restante, nos planos de desenvolvimento.

Tem outras projeções, de outros órgãos, que incluem outras, fazem outros tipos de previsão. Por exemplo, a licitação vai ser agora, em maio. A nossa previsão foi até 2022. Provavelmente, algum bloco, alguns blocos que forem licitados agora, em 2013, vão produzir, mas isso não está contemplado na projeção da ANP, assim como, eventualmente, blocos licitados em 2008, de terra, ou em 2007, que foram as últimas licitações... Quer dizer, se não houve uma descoberta, se não há algo mais concreto, nessa previsão, que é conservadora, a ANP optou por não considerar, não que outros órgãos façam uma outra metodologia e podem também estar corretos. Mas há a opção da ANP para fazer previsões mais conservadoras, mais palpáveis.

Bom, parece que não me faltou nada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Antes de passar a palavra ao Relator, vou ouvir, para suas considerações finais, o secretário Marco Antônio, que vai aduzir a manifestação do Senador Wellington Dias.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Presidente, Presidente, faltou a resposta do Dr. Gutman a respeito da data em que a ANP paga os *royalties*. Se é uma data única ou se mais de uma data, se a ANP já trabalha com a previsão de uma nova tabela em face alteração da legislação. Em que momento ocorreria isso e se os *royalties* pagos neste mês são referentes a esse mês mesmo ou são referentes a meses anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pertinente preocupação de V. Exª.

O SR. JOSÉ GUTMAN – Peço até desculpas por não ter respondido.

Bom, vamos lá. Os *royalties*. A produção de um dado mês, por exemplo, janeiro, os *royalties* desse mês de produção serão pagos pelos concessionários até o último dia do mês subsequente, fevereiro. Eles têm cinco dias úteis. Então, esse prazo de até o último dia e os cinco dias úteis está previsto no Decreto 2.705, de 98. São cinco dias úteis para entregar à ANP documentação pertinente, aquela que eu rapidamente mostrei naquele *slide*, a partir do qual a ANP, compilando os dados, faz o cálculo dessa distribuição aos Estados e aos Municípios.

Não há uma data legal fixada para a ANP fazer. Historicamente, a ANP vem fazendo. No caso dos Estados, até em torno dos dias 12 a 15. Enfim, não há um dia rígido, até porque, às vezes, o quinto dia útil... Há feriado, enfim. Às vezes, o primeiro dia cai no sábado. Então, por isso, varia. A ANP tente a ser o mais célere possível.

No caso de Municípios, que é uma distribuição mais detalhada, mais complexa, abordada um pouco nessa minha apresentação, historicamente em torno do dia 20, 24, 18. Também varia pelo mês, se há feriado. Enfim, vou chegar lá.

V. Exª tocou nesse assunto, foi uma dúvida jurídica, um tema jurídico. E quem faz, digamos assim, a definição jurídica, a manifestação jurídica na ANP, que é uma autarquia federal, É a Advocacia Geral da União. Então, submetemos a ela uma consulta também para deliberação da diretoria, porque esse é um caso ímpar. Quer dizer, é um momento delicado.

O posicionamento do parecer da Procuradoria foi que, quando a lei for publicada no *Diário Oficial* – vamos trabalhar com a semana que vem, meados de março –, então, o que vai reger é a lei que está vigente no início de produção. Por exemplo, janeiro, mês de produção janeiro, que distribui em março, mas é a lei de janeiro. Fevereiro e assim sucessivamente. Então, foi um posicionamento da Procuradoria, e isso foi decidido, segundo informações que eu tive, foi deliberado pela diretoria da ANP nesse sentido. Mas é jurídico, enfim.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Perfeito. Só exemplificando: então, quer dizer que o produzido, a atividade decorrente do mês de janeiro é paga, no caso dos Estados, entre o dia 12 e o dia 15 de março, e assim subsequentemente; e, no caso dos Municípios, entre o dia 20 e o dia 24, aproximadamente. E, se entendi bem, a decisão jurídica pós-consulta da ANP foi que, no caso de uma nova distribuição, a partir da vigência, seria contado o mês de produção, e não o mês do efetivo pagamento?

O SR. JOSÉ GUTMAN – Sim, e eu diria mais: no início do mês da produção, vale a lei, porque não daria para ser em dia.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT – SP) – *(Fora do microfone.)*

O SR. JOSÉ GUTMAN – É. Então...

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Perfeito. Seria pago em maio.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT – SP) – Seria tudo considerado na tabela antiga? *(Fora do microfone.)*

O SR. JOSÉ GUTMAN – Isso.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Exatamente.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT – SP) – Desde abril, seria considerado na tabela nova? *(Fora do microfone.)*

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Exatamente.

O SR. JOSÉ GUTMAN – Isso.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT – SP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo./PMDB – PB) – Com a palavra, para concluirmos, o Secretário Marco Antônio Almeida.

O SR. MARCO ANTÔNIO MARTINS ALMEIDA – Sr. Presidente, pretendo ser bem rápido, pelo adiantado da hora.

Senador Wellington Dias, de maneira bastante objetiva: todo ano, temos uma nova relação de produção de petróleo, uma expectativa de produção de petróleo que integra o Plano Decenal de Energia, que é construído hoje em parceria entre Ministério de Minas e Energia, Agência Nacional do Petróleo e Empresa de Pesquisa Energética.

O dado que foi adotado na época em que se aprovou o projeto do Senador Vital do Rêgo, no Senado, era um dado construído pela Empresa de Pesquisa Energética sem a manifestação do Ministério de Minas e Energia e sem a manifestação da Agência Nacional do Petróleo. E esse dado extrapola um pouco os volumes da Agência Nacional do Petróleo porque ele considera também expectativas de descoberta. Ele tem uma linha clara demonstrando novas descobertas. Então, os números são sempre um pouco maiores do que os números com que a ANP trabalha, porque se trabalha exclusivamente com o que já foi descoberto e que tenha plano de desenvolvimento.

Eu queria só, se o Sr. Presidente me permitir, fazer um comentário sobre a capacidade da indústria brasileira...

O SR. WELLINGTON DIAS (PT – PI) – Permita-me só: nós estamos hoje com mais ou menos 2 milhões de barris/dia...

O SR. MARCO ANTÔNIO MARTINS ALMEIDA – Produzimos 2,15 milhões de barris/dia em 2012.

O SR. WELLINGTON DIAS (PT – PI) – Por conta exatamente da falta de leilão, revisão de plataformas, etc., o que eu percebo é que, em 2011 e em 2012, nós tivemos até um ligeiro decréscimo.

O SR. MARCO ANTÔNIO MARTINS ALMEIDA – Quase uma estabilidade.

O SR. WELLINGTON DIAS (PT – PI) – Quase a mesma, uma estabilidade.

Significa que é provável, pelo que a Drª Graça Foster tem comunicado – há várias plataformas a terem revisões, com base em leis, etc. – em 2013, também a tendência é de...

O SR. MARCO ANTÔNIO MARTINS ALMEIDA – De estabilidade.

O SR. WELLINGTON DIAS (PT – PI) – ... de permanecer nesse patamar.

O normal é, a partir de 2014, voltando essas plataformas, a coisa não ser tão elevada.

A previsão que eu gostaria de entender é: dos leilões agora, normalmente, em 2015, em 2016 é que a gente começa a ter resultado nos que forem encontrados. (*Pausa.*)

Mais para a frente?

O SR. MARCO ANTÔNIO MARTINS ALMEIDA – Mais para frente.

O SR. WELLINGTON DIAS (PT – PI) – Mais para a frente. Essa é que é, vamos dizer assim, a novidade em relação ao que há nas projeções apresentadas anteriormente, não é isso?

O SR. MARCO ANTÔNIO MARTINS ALMEIDA – Não. Na realidade, Senador, o problema que nós estamos enfrentando hoje de estagnação ou de estabilidade na produção não tem nada a ver com a falta de rodadas, porque, via de regra, uma rodada só vai produzir resultado prático, em termos de produção, oito anos depois. São seis anos, sete anos de atividade exploratória, mais uns dois anos para que se inicie a produção. Então, são oito anos ou até um pouco mais.

Então, não tem nada a ver uma coisa com a outra. Tem a ver com atraso na disponibilidade de sondas de perfuração – sem sondas para fazer perfuração, eu não consigo aumentar a produção. Tem a ver com o declínio acentuado, nos últimos anos, da produção na Bacia de Campos além do declínio esperado – um declínio seria natural, mas houve um declínio além do declínio esperado, e no atraso da entrega de algumas plataformas de produção. Então, esses três fatores contribuíram, substantivamente, para que as metas de produção que foram estabelecidas há dois anos não estivessem sendo colocadas em prática hoje.

Para 2013, a expectativa é de uma relativa estabilidade também na produção e, a partir daí, começa a produzir resultados: o programa de eficiência que a Petrobras está desenvolvendo para a Bacia de Campos e começam a entrar, de maneira mais efetiva, as plataformas, que estão em construção no momento atual, e as sondas de perfuração.

O SR. WELLINGTON DIAS (PT – PI) – Sr. Presidente, só uma pergunta. Há algum estudo, alguma projeção que aponta que a área de concessão, a área de partilha, chegando a um pico em algum momento, qual seria a expectativa de barris/dia?

O SR. MARCO ANTÔNIO MARTINS ALMEIDA – Senador, a Lei 12351, que é a lei que institui o modelo de partilha, estabelece duas limitações que devem ser consideradas. A lei definiu que a oferta de blocos no regime de partilha levará em consideração, primeiro, a política de exportação de petróleo. Isso é uma coisa que o Conselho Nacional de Política Energética tem que definir. Isso não está definido ainda. Precisamos saber quanto o Brasil quer exportar de petróleo, se vou produzir tudo agora, rapidamente, e exportar esse volume todo, ou se eu vou ter um platô de produção por um tempo mais longo. Essa é uma coisa que precisa ser definida, do ponto de vista da política energética.

O segundo ponto é a capacidade da indústria nacional de atender as demandas por bens e serviços trazidas pela indústria do petróleo. Esses dois fatores não nos permitem, hoje, definir qual será o pico de produção que temos, porque eu não sei em qual velocidade vamos ofertar os blocos para o regime de partilha. Eu diria o seguinte: um horizonte de dez anos, que é o que trabalhamos no plano decenal, é um horizonte que dá para a gente confiar, ainda que seja previsão e essa previsão nem sempre se materialize. Além disso, eu não acho prudente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço ao Dr. Marco Antônio.

Passo a palavra, para suas considerações finais, ao Relator, Deputado Carlos Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT – SP) – Em primeiro lugar, eu queria agradecer ao Carlos de Luca, ao Dr. Marco Antônio Martins e a José Gutman pelas exposições, que foram bastante esclarecedoras, e informar que, por conta de problemas estruturais aqui da Comissão, no dia 19, às 14 horas e 30 minutos, na mesma audiência, vamos ouvir a Confederação Nacional dos Municípios, a Campanha pela Educação, a Anamup – Associação Nacional dos Municípios Produtores e a SBPC, além do IBGE e da ANP, para falar da questão dos limites, por conta de...

O SR. WELLINGTON DIAS (PT – PI) – Só quero chamar a atenção para uma coisa, se o Presidente me permite. É a data que estamos prevendo para a votação do FPE, dia 19.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Mas é o jeito. Nós não temos outra data, Senador.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT – SP) – Nós vamos ter que fazer uma audiência curta...

, **O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Uma audiência curta, mas dentro de um processo...

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT – SP) – Para poder cumprir o prazo da Comissão, está o.k.?

Era isso. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Nada mais havendo a tratar, agradeço aos convidados.

Tenham todos uma boa tarde e fiquem com Deus.

(Iniciada às 14 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 59 minutos.)

ATA DA 4ª. REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 592, DE 2013, ADOTADA EM 3 DE DEZEMBRO DE 2012, QUE "MODIFICA AS LEIS Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997, E Nº 12.351, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010, PARA DETERMINAR NOVAS REGRAS DE DISTRIBUIÇÃO ENTRE OS ENTES DA FEDERAÇÃO DOS ROYALTIES E DA PARTICIPAÇÃO ESPECIAL DECORRENTES DA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS SOB O REGIME DE CONCESSÃO, E PARA DISCIPLINAR A DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO SOCIAL.", REALIZADA NO DIA 19 DE MARÇO DE 2013, ÀS 14H30, NO PLENÁRIO Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DO SENADO FEDERAL.

Às catorze horas e cinquenta e seis minutos do dia dezenove de março de dois mil e treze, na Sala número três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Vital do Rêgo, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 592, de 2012, com a presença das Senadoras Ana Amélia e Ana Rita, dos Senadores Vital do Rêgo, Sergio Souza, Wellington Dias, Cristovam Buarque, Inácio Arruda e José Pimentel; e dos Deputados Luiz Alberto, Carlos Zarattini, Leonardo Picciani, Mendonça Filho, Anthony Garotinho, Alex Canziani, Newton Lima, Arolde de Oliveira e Laercio Oliveira. Registra-se a presença de parlamentar não membro da Comissão, os Deputados Alessandro Molon e Ronaldo Caiado. Deixam de comparecer os demais membros. A Presidência declara aberta a presente Reunião, destinada à realização de Audiência Pública para debater a Medida Provisória. O Presidente convida os expositores Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios; Daniel Cara, Coordenador-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Ernane Bilotte Primazzi, Diretor Financeiro da AMAMUP e Prefeito de São Sebastião; Helena Nader, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; José Gutman, Superintendente de Participações Governamentais da Agência Nacional do Petróleo; Luís Augusto Koenig Veiga, Coordenador do Curso de Engenharia Cartográfica e Agrimensura da Universidade Federal do Paraná; e Gustavo Henrique Balduino, Secretário-Executivo da ANDIFES para integrarem a mesa e, nessa ordem, realizarem suas exposições. Ao término das exposições, o Senador Vital do Rego passa a Presidência ao Deputado Carlos Zarattini, Relator da Medida Provisória. O Senhor Presidente dá início à fase de interpelações parlamentares, bem como de réplicas dos expositores. Fazem uso da palavra os Senadores Sergio Souza e Cristovam Buarque e os Deputados Newton Lima, Alessandro Molon, Ronaldo Caiado, Wellington Dias, Anthony Garotinho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezessete horas e trinta e nove minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Vital do Rêgo, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador Vital do Rêgo
Presidente

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Muito boa tarde a todas as senhoras e a todos os senhores convidados, profissionais da imprensa, Senadoras e Senadores, Deputadas e Deputados. Declaro aberta a 4ª Reunião Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 592, de 2012.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública.

Convido para assento à Mesa dos nossos trabalhos o Sr. Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, querido companheiro.

O Sr. Daniel Cara, Coordenador-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Seja bem-vindo, Daniel.

O Sr. Ernane Bilotte Primazzi, Diretor Financeiro da Associação Nacional dos Municípios Produtores. Seja bem-vindo, Ernane.

Srª Helena Nader, Presidenta da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência (SBPC).

Este já é conhecido: José Gutman, Superintendente de Participações Governamentais, Agência Nacional de Petróleo.

O Sr. Luís Augusto Veiga, Coordenador do Curso de Engenharia Cartográfica e Agrimensura da Universidade Federal do Paraná. Seja bem-vindo.

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno do Senado, combinado com o art. 256, do Regimento Interno da Câmara, a Presidência adotará as seguintes normas: o convidado fará a sua exposição por dez minutos, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos senhores parlamentares inscritos.

Com a palavra, já ao meu lado, o Relator da Medida Provisória, Deputado Carlos Zarattini.

A palavra aos senhores parlamentares será concedida pela ordem de inscrição. Primeiro inscrito, com a palavra, o Sr. Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios.

O SR. NEWTON LIMA (PT – SP) – Só uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pela ordem, V. Exª.

O SR. NEWTON LIMA (PT – SP) – Seguindo orientação de V. Exª, eu depositei um requerimento agora, que gostaria fosse apreciado, para que os reitores da universidades federais brasileiras, que têm muito a dizer, pudessem participar desta Mesa também.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Newton Lima, há requerimento de V. Exª, com manifestação para oitiva da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais. Como ainda não há

quórum, nós vamos aguardar. Mas já houve uma discussão com o Relator Zarattini, e, independentemente do quórum, esta Presidência vai ouvir todas as instituições que possam trazer uma contribuição importante a este debate.

O SR. NEWTON LIMA (PT – SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, querido Presidente da Confederação Nacional dos Municípios.

O SR. PAULO ZIULKOSKI – Quero saudar, inicialmente, o Senador Vital do Rêgo e o Deputado Carlos Zarattini, Relator da Medida Provisória; saudar os companheiros que compõem a Mesa, aqui neste debate específico da Medida Provisória; saudar as Srªs Deputadas, os Srs. Deputados, Senadoras e Senadores, a imprensa, enfim, todos os senhores e as senhoras.

Eu vou fazer uma apresentação, porque são dez minutos. Pediria aos companheiros que estão filmando que pudéssemos imediatamente começar a passar. A nossa apresentação, inclusive, ficou um pouco prejudicada, porque a decisão do Supremo foi ontem à noite. E ficamos um pouco confusos. Estamos realmente – quero me manifestar – um pouco confusos sobre o momento que estamos vivendo em relação exatamente à própria Medida Provisória. Mesmo assim, nós vamos fazer alguns comentários e uma breve apresentação em nome dos Municípios que compõem a Confederação Nacional dos Municípios.

Podem passar, então.

A Medida Provisória altera duas leis basicamente: a Lei nº 12.351, de 2010, que criou o regime de partilha, e a Lei nº 9.478, de 1997, que trata do regime de concessão.

Quais são essas alterações?

A Lei nº 12.351, de 2010, tinha previsão de que 50% dos rendimentos do Fundo Social da União sejam aplicados em educação – não é do fundo; é dos rendimentos do fundo, que a Medida Provisória altera.

Na Lei nº 9.478, mudança nas regras de distribuição dos *royalties* de petróleo referentes a contratos de concessão devem ser firmados até 3/12/2012... Após 3/12/2012, a previsão é de que sejam aplicados em educação. Quer dizer, são novamente daqui para frente, basicamente. Do mês de dezembro para cá, não houve nenhuma contratação. Seriam nessa forma.

Isso, no nosso entendimento, mostra claramente uma dubiedade nessas posições, primeiro, porque a lei que foi ontem aceita no Supremo Tribunal Federal, suspendendo a sua vigência, exatamente coloca a educação como prioridade já nos contratos existentes de concessão, todos anteriores. Portanto, a nossa proposta que estaria em vigência já previa dinheiro novo para educação, e, aqui, ocorre o contrário: retira e não compromete quem já tem a concessão. É uma discriminação, eu diria, quase odiosa, porque queremos falar tanto em educação, fala-se tanto em educação, e aqueles que mais pregam o dinheiro para educação acabam exatamente retrocedendo a nossa expectativa, porque, se quisessem, já teriam colocado na Medida Provisória.

Pode passar.

Considerações iniciais.

A derrubada dos vetos à Lei nº 12.734, de 2012, suspensa pelo STF ontem, estabeleceria uma distribuição mais justa de *royalties* e anularia os efeitos da Medida Provisória nº 592, no que se refere à tentativa de introduzir uma divisão entre velhos e contratos novos de concessão e de vincular recursos de Estados e Municípios, mesmo que apenas para novos contratos de concessão.

A nova regra de distribuição vale para todos os contratos, o que não fere direito adquirido algum, pois se aplica a um recurso petrolífero que ainda não foi extraído do subsolo – esse é o nosso entendimento. Os *royalties* são devidos apenas depois que o petróleo é extraído.

Pode passar.

Não há que se falar em quebra de contrato – nós continuamos afirmando – visto que os contratos são firmados entre a ANP e empresas petrolíferas, e não com Estados. E não foram alterados pela lei que foi ontem mudada pelo Supremo, na liminar.

Os Estados confrontantes – e aqui estamos insistindo sempre – porque há mentiras colocadas com tanta repetição, que acabam sendo adotadas... Não existe Estado ou Município produtor. Isso foi criado, como foi criado que o FPE seria inconstitucional, como fere contratos... Com o maior respeito que temos, isso é um engodo. A Constituição é clara: fala em confrontante; quem produziu esse bem lá, que é finito, foi há bilhões de anos, quem sabe, está lá a 200 quilômetros de distância. E continuam afirmando que é produção daquele Estado e daquele Município.

É lógico que ele tem de ter um atendimento diferenciado no retorno, na indenização, na divisão que já está aqui no projeto. A vinculação para o fundo especial já está definida no art. 50-F, da Lei nº 12.734, que estabelece um conjunto prioritário de ações, permitindo que cada ente aproveite os recursos da melhor forma para atender a sua demanda local, ficando prejudicado o art. 50-B, da Medida Provisória que estamos discutindo. Quer dizer, lá, nessa lei que está sendo questionada no Supremo, consta exatamente onde podem ser aplicados: educação, saúde, infraestrutura, meio ambiente. Tem uma vinculação. O que não tem vinculação é na Medida Provisória, nem no que existe hoje de distribuição de *royalties*, que é a grande injustiça com a própria educação no Brasil. E permanecem colocando isso sempre e se apregoando no Brasil que se quer dinheiro novo para educação.

Segundo novas projeções da ANP, o que foi feito aqui, acho, na semana passada ou retrasada, se não me engano, na própria Comissão, os Estados confrontantes perdem apenas 20% da arrecadação. Se não me falha a memória, o Estado do Rio de Janeiro tem um Orçamento, pelo que pude depreender, em torno de R$75 bilhões. Deixará de arrecadar, ou deixaria, neste ano, com base em 2011/2012, R$1,3 bilhão ou R$1,5 bilhão. E que, já em 2014,

estaria recuperando, já que é gradual essa perda. Então, será que esse Estado vai quebrar?

Li nos jornais, há três dias, que foram lá dizer que se tratava de R$4 bilhões ou R$5 bilhões, porque tem que se criar esse ambiente de terror mesmo. Não sei se isso influenciou alguém ou não, mas essa é a verdade. Então, aqui estão os números para 2013, sendo que recuperam a maior parte já em 2014, 2015; ou seja, já recebem mais do que recebiam em 2012.

Os Orçamentos dos Estados confrontantes estão preparados para a variação dos *royalties,* o que é normal – há anos em que cai, a produção cai, cai o valor do barril de petróleo em valores muito maiores do que essa própria perda de agora –, já que são raras as variações do preço do barril, consequentemente da receita, maiores do que 20%, fato recorrente nos últimos anos.

O STF não pode entender, na nossa visão, que uma nova distribuição de receita pública não será válida sempre que representar frustração de expectativa de receita de um ente federado. Há pouco tempo foi votado aqui o exemplo de Santa Catarina e Espírito Santo, da questão dos portos, ou seja, corrigindo-se aquela realidade que havia. A prevalecer essa decisão, aqui não se poderia retirar; lá também não.

Acerca do próprio FPE, que vai ser modificado agora, quem sabe algum Estado vai perder? Vão conseguir aprovar? Será que isso vai ser aceito? Quando é que o Congresso Nacional vai ter poder para mudar alguma questão fiscal no nosso País? Isso inviabiliza qualquer mudança, inclusive a FPE requerida pelo próprio Supremo. Se o bolo é o mesmo, qualquer mudança sempre vai frustrar a expectativa de alguém.

Aqui, nessa transparência, mostramos os dois gráficos: a regra nova e a regra antiga. Na regra antiga, – olhem que estamos falando em Municípios –, há Município, se não me falha a memória, do Rio de Janeiro, cuja arrecadação, própria e transferida, líquida, é de R$400 milhões. Recebe R$1,2 bilhão de *royalties*. Quer dizer, é isso que se está discutindo. E nada para a educação! Porque isso se aplica, por exemplo, em uma praça, praça de ouro? Então, esse gráfico mostra que estamos mantendo os Estados e Municípios arrecadando. É lógico que tem de diminuir

A proposição de que a vinculação das receitas de *royalties* à educação poderia contribuir para a melhoria do setor peca por desconsiderar... Veja, queremos aplicar em educação, mas não nos montantes que falam. A educação é prioridade. E, aqui, Senador Vital, é importante ressaltar que o pacto federativo da educação determina que a educação infantil é do Município – creche e pré-escola. Temos ainda um milhão de crianças fora da pré-escola, e temos de colocá-las dentro. E temos ainda, dos 11 milhões de crianças de zero a três anos, apenas 2,2 milhões em creches. Esse dinheiro iria para creches. Será que é correto aplicar todo esse bem, que é finito e que é volúvel, em educação infantil, que é onde temos que colocar o dinheiro? E daqui a 10, 15 anos, talvez não

tenhamos mais recursos para manter essas escolas, professores e toda essa estrutura da educação. Tem que haver dinheiro a mais para a educação, e bastante. Estamos propondo na lei que aprovamos, no veto que derrubamos, ou seja, dinheiro novo para a educação. Não há dinheiro novo é naquilo que está sendo posto insistentemente pela situação aqui colocada, da Medida Provisória, que acena com esse valor para não sei que ano.

A vinculação de 50%, no caso da União, refere-se apenas à rentabilidade do fundo, quando ele existir. Quando é que vai ser? Em 2018? Em 2022? A maior parte dos recursos do Fundo Social permanecerá parada no caixa do governo por muitos anos, talvez fora do País, até que o volume do fundo seja razoavelmente significativo para gerar algum retorno para a educação. Enquanto isso, o principal do fundo estará sendo aplicado pelo governo em títulos públicos e ações de empresas que nada têm a ver com educação.

A derrubada do veto estabelece a vinculação para os Estados e Municípios nos contratos de concessão já vigentes, inclusive para a União, sobrepondo-se à redação da Medida Provisória que aqui estamos discutindo. Vale lembrar que a redação da Medida Provisória foi omissa em relação à vinculação de Estados e Municípios para contratos de concessão já realizados, bem como para o regime de partilha. Quer dizer, só para os novos, a partir de dezembro, mas para a concessão, e não para a partilha. Isso não tem nada de vinculação. Então, é apenas essa partezinha que iria para a educação?

Essa omissão foi corrigida pela derrubada dos vetos que garantiam a vinculação de todos os recursos, inclusive para partilha.

Estou me encaminhando para o fim.

A vinculação de *royalties* nunca foi garantia de efetiva aplicação, Senador, e Deputado Zarattini, ao seu destino legal.

O estudo do Ipea mostra que mais de 85% – olha só! – dos *royalties* da União vinculados aos ministérios são contingenciados. Está aqui o número que nós apresentamos. Esta é a verdade do Brasil: é querer dizer que vai, mas é só para inglês ver, porque vai tudo para o fundo que o Governo está constituindo, todo ele contingenciado.

Como fica a questão dos Municípios, que hoje nós divulgamos um estudo mostrando que quase três mil estão praticamente quebrados? É por gestão? Todo mundo diz que é por gestão. Lógico que é por gestão. Se o Município fizesse o que é dele e não fizesse o que é da União e dos Estados e existisse uma federação neste País, nós não estaríamos assim.

No caso dos Estados e dos Municípios, a vinculação para o custeio de um único setor criaria uma enorme camisa de força, pois os *royalties* são voláteis devido ao preço do petróleo, enquanto o gasto em educação é rígido, pois é constituído, na maior parte, de salários, o que significa que não podem ser reduzidos de um ano para outro, quando o preço do petróleo cair, por exemplo, ou até diminuir a produção, porque ele é finito.

A melhor forma de aplicar os *royalties* é em investimentos – pode ser na educação –, segundo o economista Sachs, um dos primeiros a teorizar a maldição dos recursos naturais. Isso não somos nós que estamos dizendo.

Então, esta, brevemente, é a nossa colocação. Realmente, nós estamos acompanhando a Confederação, trabalhamos muito com a própria Comissão, com o Senador Vital do Rêgo, e vamos continuar. Aqui, estamos entrando como *amicus curiae* nas ações que o Rio, o Espirito Santo e São Paulo ingressaram, para tentar mostrar para os ministros que não é aquela realidade que foi mostrada a eles; que eles têm que ouvir o outro lado também.

Modestamente, nós, Municípios, não temos condições e legitimidade para entrar com ADI, porque Município é só para ficar lá na ponta recebendo tudo. A União e os Estados são os poderosos. Um governador entra com uma ADI, qualquer um entra, mas um Município não pode entrar. Então, isso, Senador, é outra coisa que teríamos de mudar. Não é possivel um Municipio não ter sequer o direito de entrar com uma ação direta de inconstitucionalidade. Ficamos entrando como *amicus curiae*, se nos aceitarem.

Então, hoje, aqui, grosso modo, entendo que a solução mesmo vai ter de ser, talvez, uma emenda constitucional, porque, enquanto nós estivermos querendo melhorar a Medida Provisória, querendo acertar aqui, cai tudo lá no Supremo, se o Supremo confirmar essa liminar, que eu espero que mude.

Então, acho que não tem mais alternativa. O Congresso já votou seis vezes, se não me engano, não sei quantas na Câmara, não sei quantas no Senado, o Brasil já se manifestou, a Constituição está aí, e nós estamos sofrendo hoje essa decisão, que temos de respeitar, do eminente membro do Supremo Tribunal Federal.

Pensamos: qual é o papel, então, do Congresso, do próprio Congresso? Como eu dizia, será que vão mudar alguma legislação? Nada pode mudar, então, que verse sobre alteração de recursos que um Estado esteja recebendo, porque para os Municípios ninguém olha.

Então, acho que é hora de realmente discutirmos o pacto federativo. Pacto federativo não é isso aqui, não é endividamento. Isso é alguém que vem depor e quer resolver o seu problema, mas não resolve o problema do Brasil.

Então, por parte dos Municipios, rapidamente, era esta a nossa posição. Desculpem-me a forma corrida e agradeço pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço ao Presidente da Confederação Nacional dos Municípios.

Com a palavra Daniel Cara, Coordenador-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

O SR. DANIEL CARA – Boa tarde a todos e a todas, boa tarde, Srs. Senadores, Srs. Deputados Federais, membros das entidades da sociedade civil presentes no plenário, Senador Cristovam Buarque, grande batalhador na área de educação.

Minha missão aqui, nesta Mesa, é tentar mostrar a importância dos recursos do petróleo. E aí eu quero reforçar o aspecto colocado pelo companheiro Paulo Ziulkoski de que é importante que todos os recursos do petróleo sejam investidos em educação. Acho que esse é um ponto importante da fala dele, que ressalta que a CNM tem o entendimento da prioridade do recurso a ser investido em educação. Isso faz com que a gente possa construir, no relatório do Deputado Zarattini, um caminho de destinação desses recursos. Sempre lembramos que nós temos dois debates sobre a questão dos *royalties* – *royalties*, participações especiais, bônus de assinatura, etc. Nós temos uma questão de distribuição, distribuição federativa, que é fundamental – de fato, o Brasil é um País de um federalismo bastante injusto, em que a União arrecada muito e distribui muito pouco para Estados e Municípios –, e uma outra questão, que está colocada no debate, é a da destinação desses recursos.

Existe uma proposta da área da educação, que foi assumida pelo Governo da Presidenta Dilma Rousseff, que é a vinculação dos recursos para a educação, mas, de fato, a Medida Provisória nº 592 não dá conta dessa necessidade. Então, eu queria, depois, analisar isso com mais calma, apresentando alguns números de projeção feita por alguns professores das áreas de Economia e Matemática que trataram desse tema, especialmente sobre o regime de partilha, que é o bilhete premiado do Brasil, que é aquele que trata da área do pré-sal.

Bom, o primeiro eslaide.

A primeira questão que eu queria trazer é quanto o Brasil precisa investir em políticas públicas educacionais. Aqui, nós temos alguns Deputados, Alex Canziani, Molon, Newton Lima, Artur Bruno, que se dedicaram à Comissão Especial do Plano Nacional de Educação na Câmara dos Deputados, que aprovou, por unanimidade, 10% do PIB para a educação pública. Nós reforçamos e grifamos esse aspecto "para a educação pública".

Aí, quero apresentar um pouco aquilo que a gente concluiu na Câmara dos Deputados, primeiro em relação à demanda de matrículas na educação básica, e reforçar o ponto colocado pelo Presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, de que a grande demanda de matrículas na educação básica se dá exatamente na creche. É claro que, quando você dá o direito à educação das crianças nas creches – foram mais de três milhões de matrículas durante esses dez anos de Plano Nacional de Educação –, obrigatoriamente, você tem que continuar a oferecer o direito à educação até o ensino superior.

Pode só voltar uma.

A segunda maior demanda também se dá numa esfera de atuação municipal, que é a da pré-escola. Então, somada à educação infantil, é a grande demanda na educação básica. O ensino fundamental no Brasil caminha para um equacionamento.

No ensino médio, nós temos aí também 1,5 bilhão de matrículas que precisam ser criadas, com um aspecto importante – esse levantamento foi feito pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação –, de que aí não está sendo analisado de forma mais detalhada o impacto da evasão e do atraso, da correlação idade/série, que também traria um impacto importante. Mas, no geral, considerando a Emenda Constitucional nº 59, que obriga à matrícula na pré-escola e faz com que essa obrigação seja dos quatro até os dezessete anos, forçando os Estados a também gerarem matrícula no ensino médio, o ente federado Município é aquele que mais precisa, de fato, de apoio para a educação. E aqui não estou falando de distribuição, mas estou falando simplesmente que o Município precisa de mais recursos para dar conta das necessidades educacionais dos seus cidadãos.

O próximo eslaide demonstra a necessidade de recursos adicionais ao PNE e por que a nossa tese dos 10% do PIB – esse cálculo foi feito por mim e pelo Luís Araújo, que também está aqui no plenário, que é doutorando na Universidade de São Paulo, na área de políticas educacionais – se tornou uma tese prevalente em relação aos 7% do PIB, que, inicialmente, foi defendida pelo Ministério da Educação, que hoje assume a necessidade dos 10% do PIB para a área. Basicamente, porque, na educação infantil, por exemplo, que é uma etapa-chave, onde hoje se investem cerca de R$11 bilhões, nós calculamos R$23 bilhões a mais. Então, além dos R$11 bilhões que já são investidos para garantir um padrão mínimo de qualidade na educação infantil. O MEC, na sua conta, que dava 7% do PIB, tinha proposto R$9 bilhões. E por aí vai: ensino médio, R$3 bilhões contra nenhum recurso adicional; educação especial, também a diferença é de 3,5 para também nenhum recurso adicional; educação em tempo integral, a diferença também é muito grande.

No geral – esse é o aspecto que eu quero reforçar para não ficar me detendo em cada linha da tabela, que vai ficar disponível para a Comissão Mista – a necessidade de 10% do PIB se dá porque o Brasil, por muitos anos, deixou de investir na área de educação aquilo que é necessário, e nós temos uma população bastante grande, comparada com a de outros países, de pessoas que precisam ter acesso à educação, especialmente crianças e adolescentes de zero a dezessete anos, considerando que, depois, elas devem ingressar no ensino superior.

Então, a necessidade, no próximo eslaide, dos 10% do PIB fica comprovada por esses números. Esses números também foram analisados pelo Ipea, que concorda que 7% do PIB, da forma como tinha sido calculado pelo Governo Federal, eram insuficientes para garantir um padrão mínimo de qualidade na educação.

Bom, aqui estaria a Planilha Geral de Custo, aquilo que foi realizado em 2009, que é o ano que tem os dados mais abertos em relação à área de educação. Peço que Deputados e Senadores exijam do Inep, que é o instituto de

estatísticas, estudos e pesquisas educacionais, que divulgue os dados do investimento em educação de forma transparente, como vinha divulgando até 2009. Depois desse ano, os dados sobre o esforço dos entes federados, Paulo Ziulkoski, não são mais disponíveis. Isso demonstra que existe algum problema na transparência desse dado. E fazemos questão de que esse dado seja divulgado. Mas, de fato, nós calculamos uma necessidade de 10,4% do PIB, de um investimento equivalente a 10,4% do PIB, enquanto o MEC apontava 6,9% do PIB.

Então, a partir dos debates que foram desencadeados na Câmara dos Deputados – quero parabenizar os Deputados dizendo que o debate pode até ter sido considerado lento, mas ele foi extremamente aprofundado e deu uma grande contribuição para o desenvolvimento da política educacional –, esse agora é o novo consenso, de que são necessários 10% do PIB para a área.

Próximo eslaide. Quais são as diferenças entre investimento em educação no Brasil e nos países da OCDE? Esses dados são bastante importantes porque diversos articulistas que têm publicado na grande imprensa têm dito que o Brasil já investe o suficiente em educação.

Agora vou mostrar para vocês...

Pode passar.

Comparado com outros países, trabalhando com a média da OCDE... Hoje, exatamente neste momento, está ocorrendo, aqui, em Brasília, um seminário que discute a possibilidade de ingresso do Brasil na OCDE, que é a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, mas o Brasil investe, na média, no ensino pré-primário, cerca de US$1,6 mil, enquanto a média da OCDE é de US$6,6 mil. O Brasil é o terceiro pior colocado de 34 países analisados. No ensino primário, o Brasil é o quarto pior colocado de 35 países e, no ensino secundário, é o terceiro pior colocado de 37 países.

Então, comparado com outros países, analisando o indicador mais correto, que é o custo aluno/ano, o Brasil está bem atrás dos países da OCDE, o que significa que estamos tendo um prejuízo enorme de garantia do direito à educação dos nossos cidadãos.

Próximo eslaide.

Questão de se o investimento em educação melhora a qualidade do ensino. Para não ficar me detendo em muitos dados e muitas apresentações, eu trouxe só um.

Pode passar.

Ele traz a situação do Brasil.

Esse é um gráfico de que o Senador Cristovam Buarque costuma gostar, porque trata do desempenho geral do Brasil no Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Alunos), do desempenho específico das redes municipais e estaduais de educação e da rede pública federal de educação básica, que contempla os colégios de aplicação, as escolas técnicas e especialmente o sistema dos Ifes – Instituições Federais de Educação Superior.

Bom, o Brasil, no desempenho geral, ficaria em 54º lugar, no final da fila, com 401 pontos. Quando se isolam as redes públicas municipais e estaduais, nós ficamos em 59º lugar. Significa que a gente decai. Quando se isola a rede pública federal, vamos para o sétimo lugar, ficando à frente de vários países que têm uma educação de excelência, como o Canadá, Estados Unidos, que, em muitos lugares, tem excelência... Os Estados Unidos são um país muito desigual, como o Brasil. Mas, de fato, o investimento em educação, como pode ser visto no próximo eslaide...

Pode passar.

Vê-se o investimento em educação, considerando as redes públicas estadual e municipal, em que a média do custo aluno no ano analisado, que é 2009, foi de R$2.317,00 para o vencimento inicial do magistério – naquele momento o piso era esse valor, R$1.187,00 –, contra um investimento de R$7.200,00 por aluno ao ano na rede pública técnica federal; e de R$12 mil nos colégios militares, com vencimento inicial, para os professores, na média, para 40 horas de jornada, de R$4 mil. Então, vocês percebem que existe uma grande desigualdade. E, de fato, o investimento em educação tem tido um retorno.

Como já acabou o meu tempo, então, vou passar mais rapidamente esses eslaides.

Pode passar esses eslaides rapidamente.

Eles só mostram como o Brasil tem envelhecido.

Pode passar com velocidade.

Vocês percebem que a pirâmide demográfica brasileira mudou muito.

Esse é um dado do Ipea que mostra que o Brasil está tendo uma tendência positiva de a renda, que é a linha vermelha, subir, e a desigualdade, que é a linha azul, descer. Esse é um terceiro padrão, estabelecido a partir de 2003, de desenvolvimento do Brasil. O nosso problema não é de tendência – nossa tendência é positiva –, mas de ritmo. O Brasil é um país que melhora, mas a um ritmo muito lento. Para alcançarmos os países da OCDE, que seriam os países desenvolvidos, demoraríamos um período muito largo de tempo, que seria concluído em 2060. Então, não dá para esperarmos – como vocês viram, o Brasil é um país que envelhece muito rapidamente – até 2060 para o Brasil alcançar níveis de renda e de desigualdade aceitáveis.

Bom, agora vamos para as projeções, lá no final da apresentação.

Só mostrar esse gráfico. Só voltar.

Aqui, eu utilizei um sistema que é feito em Harvard, desenvolvido por um pesquisador, Altman, que analisa potencial humano e sustentabilidade econômica com um conjunto enorme de variáveis, um conjunto bem grande de variáveis. E aqui se compara: se o Brasil tivesse o investimento de 7% do PIB, nós ficaríamos ainda num quadrante positivo com sustentabilidade econômica positiva

e potencial humano positivo. Então, quer dizer, a nossa tendência até 2040 é uma tendência razoável.

Você vê que os países dos BRICS e os Estados Unidos acompanham essa tendência. A Europa está fora, porque a sustentabilidade econômica é baixa, porque sua população é envelhecida. Agora, se nós investissemos 10% do PIB, aplicando as variáveis do modelo de Altman, o Brasil estaria próximo dos Estados Unidos e, então, teria muito maior sustentabilidade econômica e teria melhor aproveitamento do seu potencial humano.

Bom, vamos agora para o final, para falar sobre o regime de partilha.

Aqui, eu queria defender aquilo que o Paulo Ziulkoski colocou, que os Municípios e os Estados se esforçam muito mais do que a União em relação a investimento em educação.

Pronto! Pode ficar nessa tela.

O esforço que tentei fazer foi no sentido de como a MP poderia abrir a possibilidade de, de fato, os recursos do petróleo contribuirem com o investimento em educação, considerando que nós precisamos de 5% do PIB a mais, além do que é investido hoje. Precisamente, são 4,7% do PIB. O Brasil, hoje, investe 5,3% do PIB em educação pública.

Peguei um trabalho do Prof. Gil Vicente Reis de Figueiredo, da UFSCar, que foi publicado no início deste ano, em janeiro, em que ele analisa os resultados do regime de partilha. Não vou repetir aquilo que foi colocado pelo Paulo Ziulkoski, porque está correto. A Medida Provisória nº 592 não vincula os recursos do Fundo Social para a educação. Como vocês vão observar na última linha, a regra atual da Medida Provisória nº 592, de 2012, daria 0,015% de contribuição à educação, considerando a aplicação do rendimento.

Aqui, a gente fez a seguinte simulação. O Gil analisou o título mais seguro do mundo, que é o título da dívida americana. Provavelmente, daqui a alguns anos, talvez, esse não seja mais o título mais seguro em termos de rentabilidade. E, analisando a aplicação nesse título, a gente só teria como ganho adicional do Fundo Social do Pré-Sal, dos 50% da rentabilidade, 0,015% do PIB. É claro que, nos contratos sob o regime de concessão, nos novos contratos e nos contratos que já estão em vigor, considerando o compromisso de governadores e de prefeitos de vincular todos os *royalties* que eles receberem em educação, haveria uma boa base, seria um pouco acima de 1% do PIB. Ainda assim, a gente precisaria resolver 4% do PIB.

Então, o que o Gil fez? Ele topou o desafio. Considerando as regras do regime de partilha que são compartilhadas no mundo – ele pegou o caso de Angola como um caso chave –, aplicando as variáveis de Angola num modelo de análise chamado *sliding scales*, uma metodologia de previsão que considera a alteração das variáveis ao longo do tempo, ele chegou à conclusão de que, no Brasil, com a rentabilidade do regime de partilha, a arrecadação do Estado pode

ser equivalente a 7,45% do PIB. Então, o regime de partilha poderia gerar uma riqueza equivalente a 7,45% do PIB.

O excedente de óleo que vai para o Fundo Social do Pré-Sal – e é a grande vantagem do regime de partilha essa modalidade do excedente de óleo – daria o equivalente a 3% do PIB. Então, o Fundo Social do Pré-Sal receberia, no ano de 2020, cerca de 3% do PIB. Os *royalties* globais do regime de partilha – além dos 3%, seria aquilo que Estados, Municípios e União também receberiam como arrecadação de *royalties* – gerariam 1,12% do PIB. A soma desses dois daria 4,12% do PIB. Isso não alcança os 5%, mas é um salto bastante importante.

Os *royalties* da União adicionados ao Fundo Social do Pré-Sal, dentro de 1,12% do PIB, equivaleriam a 0,25%. Então, vamos criar aqui uma simulação em que Estados e União colaboram integralmente com a educação, dando 4,12% do PIB. Se só a União colaborasse, seriam 3,25% do PIB. Os *royalties* dos contratos de concessão do pré-sal que são incorporados pela União dariam 0,03% do PIB a mais. Então, o total da União – ali eu até me equivoquei na soma – é de 3,28%. Temos de corrigir ali o valor de 3,25%. O total geral, que seriam 100% do Fundo Social da União mais os *royalties* de Estados e de Municípios, daria 4,15% do PIB. Então, isso significa que ficaríamos muito próximos de atingir a meta de 5% adicionais do PIB.

Esse é um esforço forte, é um esforço relevante. Isso significaria que, por um prazo de dez anos, o Brasil entenderia que a melhor constituição de poupança seria investir integralmente aquilo que viria para o Fundo Social em educação, o que muda completamente o conceito de hoje do Fundo Social. Outros países, mesmo os países escandinavos, no início, chegaram a analisar essa proposta, mas eles vivem situações muito distintas da situação brasileira.

Comparar o Brasil com a Finlândia, comparar o Brasil com Noruega, em termos de educação ou de distribuição de recursos, é fazer uma comparação completamente equivocada. São países muito diferentes. Inclusive, a forma como se estabeleceram e se constituíram determina um processo completamente diferente do processo brasileiro.

De qualquer maneira, o ponto central que eu queira trazer para vocês é que é importantíssimo o compromisso de governadores e prefeitos em relação a investimentos em educação. Isso adicionaria mais cerca de 1% do PIB, caso todos os *royalties* fossem, de fato, investidos na área. Contudo, é central que a União desempenhe o seu papel.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DANIEL CARA – Sem o desempenho do papel da União, de fato, não se consegue cumprir com a meta do Plano Nacional de Educação.

Era esse o recado que eu queria dar para vocês.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço ao Coordenador-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Com a palavra, para cumprir o seu tempo e fazer sua exposição, o Sr. Ernane Bilotte Primazzi, Diretor Financeiro da Associação Nacional dos Municípios Produtores.

O SR. ERNANE BILOTTE PRIMAZZI – Boa tarde a todos.

Quero Cumprimentar o Senador Vital do Rêgo, o Deputado Carlos Zarattini e, em seu nome, cumprimentar todos.

Eu estava prestando a atenção na exposição dos nossos companheiros. O Paulo Ziulkoski colocou muito bem aqui toda a questão técnica da análise da Medida Provisória. O Daniel Cara foi perfeito na questão da necessidade da educação, o que todos nós sabemos.

Ficamos contentes com essa preocupação de tentarmos novos recursos para a educação. Como prefeito também, encaramos dessa forma, no sentido de que a educação precisa de muito mais investimentos, porque é o começo de tudo isso. Graças a Deus, todo mundo aqui está de acordo.

Precisaríamos prestar atenção um pouco no fato de que não podemos, na questão dos *royalties*, jogar toda a solução do País em cima dos *royalties*. O País é rico; é um país com muitas receitas, diversas receitas, as mais variadas possíveis, e, de repente, pegam-se os *royalties* para resolver todos os nossos problemas, inclusive o da educação, que é o principal deles, mas esquecendo que o principal seria a reforma tributária, sim; o novo Pacto Federativo; a destinação das verbas – União, Estados e Municípios – de forma proporcional.

Hoje em dia, o Município é o que menos arrecada e é o que mais banca em todos os setores, inclusive na educação. E vemos com grande preocupação essa questão dos *royalties*, que é uma compensação – não é taxa e não é imposto – devido à sua exploração. E, dentro dessa questão, na hora de se fazer a fixação da obrigatoriedade – num primeiro momento, é o remédio amargo que cura; e deveria ser assim em tudo –, não nos podemos esquecer dos 25%, hoje, que devem obrigatoriamente ser aplicados em educação, que, em muitos casos, na maioria dos casos, é insignificante. Não dá para resolver essa questão toda.

Mas, na hora em que se engessa a questão dos *royalties* em 100% nos novos contratos também para a educação, o *royalty* deixa de exercer a sua função total, que é a compensação de todos os maiores efeitos que ele traz, na questão ambiental, nos impactos de vizinhança, na questão de habitação, de saúde. Não adianta somente pegar um Município, dar total educação a ele, e o restante você zerar.

Então, há distorções no Brasil, e evidentemente existem. Cabe aqui à Casa, ao Senado e à Câmara, resolver.

Os próprios 25% já são um exemplo da distorção, que vemos ao longo principalmente das Regiões Sudeste e Sul. Muitas cidades comprovam e trabalham perfeitamente na educação, investindo, tendo educação de qualidade.

Em muitos Municípios acontece isso, e outros acabam extrapolando, desperdiçando o dinheiro na educação, porque eles passam a fazer coisas para gastar e cumprir uma meta de 25%, quando já dão uma educação de qualidade. Começa aquela questão – vou dar um exemplo claro aqui – de São Caetano do Sul, no ABC de São Paulo, que não reforma escola. Ele derruba e faz outra, para poder cumprir os 25% da educação. A obrigatoriedade é feita por uma simples tabela matemática, obrigada por 25%, obrigada a fazer 100% de investimentos. Deve-se obrigar, sim; dando parâmetros para ver a qualidade do ensino. Deve-se atingir essa qualidade, sejam 25%, 30%, 40%, o que for necessário.

Agora, dentro da distribuição, que tem de ser revista, mesmo na questão dos *royalties* para a educação, o Município é o que menos recebe *royalties*. Depois vem o Estado, com uma diferença muito grande; e a União, com praticamente metade dos *royalties*.

Os Municípios impactados.

Eu trouxe ali um exemplo só da cidade de São Sebastião. Vocês têm uma foto, na qual vocês já veem o impacto que traz à vizinhança.

Se puder passar, é rapidinho, são só algumas imagens. Pode passar para o próximo.

A crescente movimentação de petróleo.

Pode ir para o outro.

O progresso do País. O que o *royalty* traz? Traz migração atraída por empregos, traz impactos sociais. Essa compensação financeira é para isto, para a estrutura social, pois são invasões, pessoas em área de risco, pessoas invadindo a Mata Atlântica, derramamentos...

Se puder passar o próximo também.

Derramamentos de óleo.

Mais um.

Aí são as obras feitas.

Pode pular o outro.

Aí é a cidade. Vejam que há praticamente um parque da Petrobras dentro.

Próximo. Mais um.

Esse é a cidade como era antes. Então, você vai tendo aí... Olha o crescimento como é: de 15 mil, em 1970, foi para 77 mil, em 2010, dados do IBGE. Migração muito forte.

Mais um.

Essa é mais uma ideia para vocês verem como fica espremido.

Mais um.

Incêndios que ocorrem nos Municípios.

Pode passar mais um. Próximo.

Esse também é outro incêndio. Relações e impactos, vazamentos. Você tem que tratar do meio ambiente. Quer dizer, os *royalties* também são para

isso. Não podemos engessar simplesmente, destinando toda a verba para a educação, embora a educação necessite de muito mais recursos.

E como fazer para impactar isso no meio ambiente? Onde você vai arrumar recursos para tomar conta disso? Porque em todo vazamento que ocorre, o Estado e a União não comparecem. Quem comparece é o Município para consertar. E, se essa verba foi engessada, você fica totalmente inoperante em uma situação como essa.

Próximo, por favor.

Vazamento de óleo, o pessoal recolhendo.

Mais um.

Também são enormes vazamentos. Essas manchas negras são de óleo em praia, que será recolhido.

Próximo.

Pode ir pulando agora.

Na sequência, são todas notícias de vazamentos.

Então, nós fazemos um apelo aqui aos Srs. Senadores e Deputados nesse sentido. Compactuo totalmente com a necessidade de aumentarmos os recursos para a educação. Isso é fundamental. O que não podemos simplesmente é engessar, prejudicar vários outros setores e tentar tirar exclusivamente de uma fonte de recursos a solução. Nossa solução é maior. É maior do que isso.

Se observarmos Municípios que têm pré-escola, creches, ensino fundamental – que agora esticou para até o nono ano –, segundo grau, em muitos Municípios, se não é o Município, não funciona, o Estado não comparece. Então, nós temos de aumentar sensivelmente a participação do Estado e a da União, principalmente, nessa questão. Se você pegar o valor da merenda escolar repassado pela União para servir o aluno, você verá que não compra um pãozinho para o aluno. Não adianta esse tipo de ajuda. Tem que se formar um fundo. Eu acho que o petróleo, agora, com a nova descoberta do pré-sal, é fundamental para que haja novos recursos e que se crie, sim, um fundo nacional de educação, com verbas dos *royalties*. Quanto a isso, sou totalmente favorável. Eu acho que é correto, mas não exclusivamente dos *royalties*.

Nós temos que ver tudo isso, apesar de que *royalties* também não são só de petróleo. Não podemos esquecer isso. Existem *royalties* em outros segmentos também – em mineração, em hidrelétricas, em uma série de setores. Então, hoje, não se pode tratar o petróleo como bode expiatório para a solução do País como um todo. Há muitos problemas e muitas áreas cuja arrecadação precisa ser mais bem distribuída, dentro de regras mais conscientes, mais consistentes, e não em uma regra matemática.

Pode passar outro, por favor.

Vejam bem. Nesse aí eu dou o exemplo de escolas de Primeiro Mundo, escolas com aula de música, francês, libras... Tudo que você quiser em educação, tem lá. Imaginem só, eu cito o exemplo – na sexta-feira me avisaram

da reunião de hoje e eu peguei este exemplo rapidinho – de São Sebastião. A escola tem de tudo. Só não temos uma universidade federal; temos que mandar os alunos para outras cidades. O Município paga a passagem para outros Municípios. Faz de tudo. Agora, se você pegar 100% dos *royalties* recebidos daí para frente e passar para a educação, lá a educação já está contemplada. Então, vai haver distorções. Na maioria do País, eu sei que é necessário. Quanto mais, vai ser insuficiente. E você vai começar a fazer o quê? Daqui a pouco, uma cidade como esta, como São Caetano e outras cidades desse porte, vai ter que levar aluno com carro particular para a escola para poder gastar os 25% da educação mais o dinheiro do *royalty* da educação. E não é isso que vocês querem, não é isso que nós queremos.

Então, é preciso tomar cuidado com essas distorções que podem acontecer, e não são poucas. Então, o que pedimos aqui, encarecidamente, é que deixemos aquelas questões do *royalty* em si, que é uma outra discussão. O impactado, na verdade, é o Município, sempre. A única vez em que o Município é elevado a um grau superior é quando você lê, na Constituição, o que é direito do cidadão e obrigação do Estado; aí, o Município vira Estado, porque sempre ele paga a conta; nunca é dividida pelas três esferas de governo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ERNANE BILOTTE PRIMAZZI – Então, que o Estado participe, sim, com uma fatia maior, a União com uma fatia maior e, para isso, sim, resolvermos o problema da educação e de outros tantos problemas.

A reforma tributária é supernecessária, mas ampla, não fatiada, não por partes. Eu sei que é difícil conciliar todos os interesses financeiros de toda a Federação, mas não podemos deixar que, na ânsia de resolver esse problema, se comece a colocar em risco esse impacto todo. Não podemos começar a carimbar efetivamente. Temos que dar obrigações para os Municípios, para o Estado, para a União, mas sem carimbar 100%, porque vai gerar distorções, e muitas. E que se forme um fundo para resolver o problema da educação, que é um problema gravíssimo no nosso País, sim – o Sr. Daniel colocou muito bem. Precisamos de investimento; o que não podemos fazer é essa distorção de direcionamento de verbas. Acho que o *royalty* vem para ajudar bastante, e nós temos que pegar outras fontes também.

A princípio era isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Sª, representando a Associação Nacional dos Municípios Produtores.

Registro que a Presidente da Unipetro, Prefeita Rosinha Garotinho, informa que agradece o convite, mas não poderá comparecer para participar da audiência pública por motivo de força maior.

Feito o registro.

Com a palavra, Helena Nader, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

A SRª HELENA NADER – Boa tarde a todos e a todas.

Eu gostaria, inicialmente, de agradecer o honroso convite para participar desta Mesa. Agradeço ao Senador Vital do Rêgo, em nome de quem eu agradeço a todos os Senadores aqui presentes, e ao nosso amigo Deputado Carlos Zarattini, em nome de quem eu cumprimento todos os Deputados.

Este é o último eslaide, mas já vou falar sobre ele.

Na verdade, a SBPC está aqui honrada de participar, representando 120 sociedades científicas do País. Nós aqui estamos falando também em nome da Academia Brasileira de Ciências, em nome da Associação Nacional dos Pós-Graduandos, do Conselho Nacional de Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap), do Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Informação (CONSECTI), e em nosso nome mesmo.

Dá para você voltar agora? Para o terceiro.

Eu vou passar rapidamente por alguns eslaides, que depois vão ficar aí com os senhores, para poder ajudar na discussão.

A SBPC, a Academia e os nossos parceiros, desde 2008, temos sido convocados e temos externado a nossa opinião clara de que os recursos do petróleo, seja do pré-sal, sejam os outros que vierem a ser descobertos, deveriam ser investidos, parte deles, para educação básica, educação superior, para ciência, para tecnologia e inovação.

Eu vou mostrar os argumentos, o porquê disso. Principalmente, eu quero lembrar aos senhores que o pré-sal só foi descoberto porque este País investiu em ciência. Nós não estaríamos aqui hoje se não existisse toda uma história anterior do País.

O próximo, por favor.

Sobre o ensino básico, o Daniel Cara já colocou muito bem, mas eu quero frisar: melhorar a qualidade da educação e assegurar sua excelência para que os resultados de aprendizagem reconhecidos e mensuráveis sejam alcançados por todos.

Os últimos números do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), mostram que, dificilmente, o Brasil atingirá as metas que ele mesmo colocou para 2015.

Próximo.

Rapidamente. Isso daí foi amplamente discutido na mídia, mas o Brasil, no ensino fundamental, nos primeiros anos e nos últimos anos, não atinge as metas. Isso, em 2011.

O próximo.

Muito pior ainda no ensino médio. E esse estudante que sai do ensino médio é o que entra hoje na nossa universidade. Não podemos nos esquecer disso!

Próximo, por favor.

Mostra-se aqui que, com o exame Pisa, com todas as críticas que lhe podem ser feitas, o Brasil melhorou. Realmente, de 2000 a 2009, nós crescemos. No entanto, o Daniel já mostrou um quadro...

Próximo, por favor.

Está aí o nosso desempenho comparado com a média mundial, notadamente com a China, que é o primeiro colocado, seja em leitura, seja em Matemática, seja em Ciências. Nós estamos significativamente abaixo da média dos países da OCDE.

Isso, para quem é a sexta ou sétima economia do mundo, dependendo do momento em que se faz a fotografia, na nossa visão, é vergonhoso.

Próximo, por favor.

Aqui, é só para mostrar que não é que nós sejamos o sétimo lugar; nós somos o 53º! E olhem quem está abaixo de nós...

E o próximo, por favor.

Aqui para mostrar que não são apenas alguns Estados, mas todos são vergonhosos. Estão aí os números mostrando que não há diferença.

Próximo, por favor.

E, mais recentemente – esses dados aqui saíram no ano passado –, mostrando que o Enem... Já que não se quer falar nem do Ideb, nem do Pisa, então vamos olhar o Enem. O Enem mostra que é dramático: em Ciências da Natureza, o Brasil está caindo. Em Matemática, a estatística mostra que aquele aumento não é significativo, mas a estatística mostra que a queda, em Ciências da Natureza, é altamente significativa.

Próximo, por favor.

Ensino superior. O Brasil melhorou muito. Em 2002, nós éramos 43 universidades federais – e estou olhando só as instituições federais. Em 2009, 59, com 171 *campi*. Um índice bom, de sucesso, para quem começou a universidade muito recentemente, sobretudo porque a nossa primeira universidade é de 1920: a Universidade do Brasil; hoje, a UFRJ.

Próximo, por favor.

Esses dados são conhecidos de todos.

A nossa pós-graduação é um sucesso.

Próximo, por favor.

Número de programas e de docentes.

Próximo.

A produção de mestres e doutores. Eu tenho muito orgulho. Eu mostro esses dados com orgulho, porque, hoje, a Europa está vindo aprender com o Brasil como o mestrado deu certo. O Tratado de Bolonha não está dando certo como eles gostariam; então, eles terão de criar um mestrado. Assim, eles estão vindo para cá para aprender como é que o nosso mestrado deu certo.

Próximo.

A nossa ciência, que é recente, também está indo muito bem. A curva em azul é o número de trabalhos publicados; a curva em vermelho é o número de teses de doutorado.

Próximo.

Está aí: somos o 13º na produção, com 2,7% da produção mundial.

Próximo.

Em relação ao mundo, nós crescemos muito mais.

Próximo.

E aí, embora não tenhamos elegido o Papa, estamos ganhando na produção científica na América Latina, o que eu acho preocupante. É motivo de orgulho, porque a nossa ciência vai bem, mas é preocupante que nós, hoje, representemos 60% da produção científica da América Latina.

Próximo.

E, se os senhores olharem as diferentes áreas – aqui, eu quero chamar a atenção para isto –, nós somos 2,7% da produção mundial. No entanto, na agricultura, nós somos quase 10%. Não é ao acaso, senhores. Estas Casas apostaram, há 40 anos, na criação da Embrapa, com financiamento. Hoje, o dinheiro que nós temos – nós, a sexta ou sétima economia do mundo – se deve à agricultura, com investimentos em quê? Em educação e ciência. Então, eu estou trazendo dados para os senhores pensarem.

Próximo, por favor.

Aqui, mostra-se que, em relação à América Latina, na agricultura, somos 66%; em ciências animais, 56%, e assim vai.

Próximo.

Este é o orgulho do nosso País: na agricultura, somos os primeiros produtores de laranja do mundo, e o segundo produtor de soja, de frutas tropicais, de cereais. Em automação bancária, o Brasil foi o primeiro. E destaca-se em aviação e em ciências espaciais. Tudo isso se deu porque o Brasil apostou em algumas áreas. Nas áreas de biocombustíveis e de controle biológico de insetos e de doenças tropicais, nós somos o segundo país do mundo.

Próximo.

Na área de celulose... Eu me esqueci de dizer que ninguém acreditava que poderia ser feito papel branco do pinheiro. O Brasil, com pesquisa, mostrou que faz isso.

(*Soa a campainha.*)

A SRª HELENA NADER – Próximo, por favor.

Esse é um quadrinho da OCDE – vou rapidamente acabar –, mostrando o que, hoje, é a economia do conhecimento. Estão aí os dados. Na economia do conhecimento, você não planta uma árvore e colhe um computador; você tem de investir. E, hoje, esse é o investimento dos chamados ativos inatingíveis. Eu gostaria que os senhores pensassem sobre isso.

Próximo.

Aqui se mostra como nós ainda estamos atrasados. Eu insisto nisto: é a sexta ou a sétima economia do mundo, totalmente dependente de insumos, seja do petróleo, seja do minério, seja da própria agricultura, embora com muita tecnologia. O número de doutores e de pesquisadores aumentou, mas estamos abaixo da média mundial.

Próximo.

Esse é um quadro de 2009 de cientistas e de engenheiros. O Brasil está naqueles 21% de outros países; está muito abaixo.

Próximo, por favor.

Está aí a curvinha de engenheiros do nosso País. Aquela reta representa os engenheiros. O restante está aumentando. Nada contra as humanidades – acho importante que existam –, mas estamos aumentando muito na área das Ciências Humanas, não nas áreas tecnológicas.

Próximo.

Mostramos aí o quanto nós investimos em ciência.

Agora, vamos passar meus dois últimos eslaides.

O que nós defendemos? Nós defendemos que os *royalties* do petróleo sejam destinados para a educação, sendo 70% para o ensino básico, 20% para o ensino superior, e 10% para ciência e tecnologia. No entanto, gostaríamos que os senhores não se esquecessem do que vão ocasionar essas legislações que estão em discussão.

O CT-Petro é o que tem mantido o FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Então, aí pus alguns dados de 2010. O FNDCT – e o CT-Petro representa 48% do FNDCT – financiou, de 2001 a 2009, 265 projetos da Petrobras.

Ali estão as chamadas públicas, e não vou perder tempo lendo isso.

Próximo.

Aqui, só mostramos como o Programa de Recursos Humanos, a Agência Nacional de Petróleo e o CT-Petro estão envolvidos no desenvolvimento de mão de obra qualificada em 31 instituições de ensino em 16 Estados brasileiros.

Vamos aos dois últimos eslaides, por favor. Próximo.

Os impactos dos *royalties*, acabando o CT-Petro, são os que os senhores estão vendo aí: 47% das ações transversais vêm do FNDCT, que é de 35%, sendo que são 47% do valor total do FNDCT para *royalties* oriundos do CT-Petro.

O CT-Infra, senhores, é o que manteve vivas todas as universidades brasileiras; foi o que fez a atualização de todas as universidades. E 44% do valor total do CT–Infra é do CT–Petro. E assim por diante.

Então, eu gostaria que os senhores não se esquecessem de que, ao acabar com o CT–Petro, nós vamos estar acabando com quem ajudou a descobrir

o petróleo. Não se esqueçam de que existiu uma COP – que espero que continue existindo –, existiu junto com a ANP o Simples, e assim por diante.

Então, nós temos de fazer uma escolha. Eu sei que é a escolha de Sofia, mas eu vejo que não pôr recurso para a ciência é fazer o que já se fez neste País: apostar que basta investir... Um governo já fez isto: investiu só na educação básica e abandonou as universidades.

Será que é isso o que nós queremos de novo para o Brasil?

Obrigada, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço à Helena Nader.

Com a palavra José Gutman, Superintendente da ANP, para posicionar a Agência nesta discussão.

O SR. JOSÉ GUTMAN – Boa tarde, Sr. Presidente; Sr. Relator; Srs. Parlamentares; senhores componentes da Mesa; senhoras e senhores aqui presentes.

Quero agradecer mais uma vez o convite. Estive participando da audiência pública da quinta-feira passada, quando me foi pedido pelo Deputado Carlos Zarattini que fizesse uma apresentação hoje sobre a questão das linhas de confrontação e como elas se relacionam com a distribuição de *royalties* e participação especial.

Esse vai ser o objeto desta minha rápida apresentação.

Próximo, por favor.

Bom, só ressuscitando um eslaide que já apresentei na semana passada – é o único –, é importante que, seja qual for o conceito, ele esteja muito bem definido na legislação.

A MP nº 592, de 2012, adota o conceito de Estado confrontante, produtor confrontante e Municípios produtores confrontantes sem especificar se é com poço ou com campo, mas, atualmente, a distribuição da parcela acima de 5% dos *royalties* e também da participação especial usa o conceito de confrontação com campo. Adotando esse conceito, estaríamos falando de 63 Municípios. Já a Lei nº 12.734 usa o conceito de Estados confrontantes sem especificar se é com poço ou com campo, e Municípios confrontantes e respectivas áreas geoeconômicas – esse, sim, é confrontação com o poço. É um critério mais abrangente, que inclui as zonas de produção principal, secundária e limítrofe, sobre as quais eu vou falar um pouco mais à frente nesta apresentação. É um critério atualmente usado para distribuição dos *royalties* da parcela de 5%, e estamos falando de 831 Municípios abarcados pelo conceito.

Próximo, por favor.

Linhas de projeção. Confrontação, confrontante... Bom, de plano, é importante dizer que cabe à Fundação IBGE, por força legal, definir essas projeções na plataforma continental brasileira dentro dos limites territoriais dos

Estados e Municípios. Então, essa é uma atribuição legal do IBGE, que tem inclusive a *expertise* técnica de conhecimento cartográfico.

Essa Lei nº 7.525, de 1986, também foi regulamentada por um decreto de 1986, o Decreto nº 93.189.

Essas linhas que o IBGE definiu, em 1986, são usadas pela ANP para essa distribuição dos *royalties* e da participação especial da produção marítima.

Próximo.

A figura do IBGE sobre as linhas ortogonais que definem os limites interestaduais, reiterando só mais uma vez, Senador, que é atribuição do IBGE. A ANP apenas usa. Não tem nada a ver com isso.

Próximo, por favor.

No plano estadual, o que define são as linhas ortogonais. Então, na figura, temos as linhas ortogonais do Estado do Rio de Janeiro.

Próximo.

No plano municipal, além da questão das linhas ortogonais por Município, também existe o critério das linhas paralelas. Para o Município receber *royalties* – isso vamos inclusive exemplificar um pouco mais à frente –, ele pode ser confrontante com campo ou com poço, pelo critério das linhas ortogonais e/ou pelo critério das linhas paralelas.

Próximo.

Aquela mesma figura do Estado do Rio, agora com Municípios, com os campos da Bacia de Campos, e são as linhas ortogonais.

Próximo.

A mesma figura, agora com as linhas paralelas.

Próximo.

Na parcela de 5%, distribuída aos Municípios, o legislador conceituou que não são apenas os Municípios confrontantes com poços, mas também aqueles da área geoeconômica. E, no fundo, ele divide todo esse grupo de Municípios em três subgrupos. Um são os Municípios que atuam na linha de produção principal, aqueles confrontantes com poços ou aqueles que têm pelo menos três ou mais instalações, seja de apoio à exploração e produção, seja de instalações industriais, tratamento, armazenamento e escoamento de produção marítima.

Próximo.

Agora, um exemplo do Estado da Bahia, os Municípios que integram a zona de produção principal do Estado da Bahia. Na parte de cima da tabela, os Municípios confrontantes. O primeiro, que é Cairu, é confrontante ao campo de Manati; os demais são Municípios que margeiam a Baía de Todos os Santos, e são confrontantes com poços localizados no interior da baía.

Na parte de baixo, os Municípios que têm instalações, no caso, Maragogipe e São Sebastião do Passé. São instalações de apoio, exploração e

produção. E São Francisco do Conde, que concentra inclusive as instalações industriais de tratamento, processamento, armazenamento e escoamento.

Próximo.

Também há os Municípios da zona secundária, que são aqueles cortados por dutos, que escoam petróleo ou gás de origem exclusivamente marítima. E um grupo maior, os Municípios da zona limítrofe, que são aqueles que, na definição do IBGE, sofrem os impactos socioeconômicos dessa produção marítima.

Próximo.

Para o Estado da Bahia, os dois Municípios da zona secundária, que são os Municípios de Valença e Jaguaripe.

Próximo.

E, na zona limítrofe, 256 Municípios baianos que estão abarcados por esse critério do IBGE.

Próximo.

Bom, eu falei um pouco da confrontação com o campo e a área geoeconômica, usada atualmente na distribuição da parcela de 5%.

Abordarei, agora, a questão da confrontação com o campo, que é utilizada na distribuição da parcela acima de 5% dos *royalties*, bem como na participação especial. A Lei nº 9.478, com a antiga redação e que agora está em vigor por conta da liminar de ontem, usa o termo Estados produtores confrontantes e Municípios produtores confrontantes, que é a mesma redação usada pela MP nº 592, de 2012.

Próximo.

Aquele dispositivo da lei foi regulamentado pelo Decreto nº 2.705, de 1998, que é o decreto das participações governamentais, que define que a confrontação é com o campo produtor. Inclusive remete ao Decreto nº 93.189, de 1986, que eu já citei, que é o decreto que regulamenta a Lei nº 7.525, na parte de confrontação, definida pelo IBGE.

Próximo.

Como a ANP faz?

Bom, existe um campo, e esse campo pode ser confrontante com um ou mais Municípios. A ANP pega a área de confrontação associada a cada um desses Municípios e divide pela área total, chegando ao percentual daquele Município na atribuição dos *royalties* ou da participação especial. Um exemplo, nos próximos eslaides, ajudará a entender melhor a questão.

Próximo.

É o exemplo dos campos de Baúna e Piracaba, que são campos confrontantes ao Estado de São Paulo. Pelas linhas paralelas, como os campos estão abaixo do último paralelo municipal, nesse critério, não são atribuídos a ninguém, a nenhum Município, nessa confrontação.

O próximo.

Já pelas linhas ortogonais, o campo de Baúna está integralmente confrontante ao Município de Ilha Comprida, e o campo de Piracaba tem um pouquinho de área confrontante ao Município de Iguape.

Próximo.

Então, no campo de Piracaba, 89% estão confrontantes à Ilha Comprida, percentualmente em confrontação, e 10,7%, ao Município de Iguape. Já o campo de Baúna está 100% correspondendo à Ilha Comprida. Então, na distribuição, aquele percentual que é atribuído ao Município, no caso de Baúna, vai todo para Ilha Comprida; no caso de Piracaba, há esse rateio percentual.

Próximo, por favor.

Acabei a apresentação e estou à disposição para esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Isso é muito mais grave do que se imagina.

Comunico aos senhores que esta Presidência recebeu do Sr. Wadih João Scandar Neto, Diretor de Geociências do IBGE, a informação, através de comunicação daquele órgão, de que não será possível a sua presença em virtude de compromissos médicos anteriormente agendados, e coloca-se à disposição para quaisquer esclarecimentos que porventura V. Exªs queiram fazer.

Chamo à Mesa o Diretor Executivo da Andifes, Gustavo Henrique Balduíno, nosso convidado, para falar em nome da Associação Nacional... (*Pausa.*)

Com a palavra, o Sr. Luis Augusto, para continuar este assunto; depois voltamos para o Gustavo.

Luís Augusto Veiga, Coordenador do Curso de Engenharia Cartográfica da Universidade Federal do Paraná.

Talvez ele possa nos explicar melhor essas linhas aí.

O SR. LUÍS AUGUSTO KOENIG VEIGA – Boa tarde a todos e a todas. Um agradecimento especial à Presidência pelo convite; ao Senador Sérgio, também pelo convite.

Estou aqui representando uma série de instituições que fizeram um estudo, e nós temos uma proposta alternativa para essa questão da definição dos limites do mar territorial.

Inicialmente, gostaria de dizer que, embora o tema divirja um pouco dos que foram colocados antes, mas, como professor universitário, as falas que me sucederam soaram como música aos meus ouvidos. Mas vamos continuar na nossa apresentação.

Por favor.

Nós vamos justamente falar um pouco sobre o que o Sr. José Gutman falou anteriormente. A lei de 22 de julho de 1986 trata da definição desses limites territoriais.

Na nossa linha de raciocínio – e é o que eu vou tentar mostrar às senhoras e aos senhores –, essa lei, da forma como está redigida, não é aplicável

do ponto de vista prático. Ela não é clara e não é bem definida, o que gera uma série de dúvidas. E, nesse sentido, nós vamos apresentar, mostrar o porquê dessas dúvidas e um critério alternativo mais simples dessa proposta.

Por favor.

A lei de 86, conforme foi mencionado anteriormente, vai definir dois critérios para o estabelecimento dessas linhas de divisa. Um, segundo a linha geodésica ortogonal, que eu destaquei ali; e, segundo, o paralelo, conforme já foi visto e muito bem explanado pelo Dr. José Gutman aqui.

Por favor.

O que a lei fala? E, depois, na realidade, vem outra lei e deixa a cargo do IBGE a parte de estabelecimento prático disso.

O IBGE ficou responsável pela implantação física desses limites, para estabelecer os limites de cada um dos Estados.

Por favor.

Então, a lei vai dizer, em síntese, o quê?

Nós vamos pegar essa linha de costa... A linha de costa os senhores podem imaginar que é uma linha totalmente irregular, como nós conhecemos. Aqui, eu trouxe uma carta náutica só para exemplificar. E essa linha de costa tem que ser simplificada.

Por favor.

Eu posso simplificar uma linha de costa, por exemplo, por dois pontos, como estes aqui, separados por uma boa distância, ou posso encurtar isso.

Por favor.

Fazemos, assim, vários trechos de linha de costa.

Aí há um problema na lei: como definir esses pontos? Quais são os pontos ideais? Não existe um critério para o estabelecimento dos pontos a serem utilizados.

Por favor.

Então, o que foi feito à época?

Cabe ressaltar que o IBGE, à época, de acordo com o material que eu consultei, teve apenas 30 dias para operacionalizar o que estava escrito na lei.

De novo, reafirmo: a lei, da forma como está escrita, não é aplicável. Existem conceitos, do ponto de vista técnico, errados no texto da referida lei.

Essa linha de costa foi simplificada por segmentos de reta. Na verdade, são 24 linhas, com 25 pontos. Vocês podem imaginar cada linha dessa definida por dois pontos.

Pode passar, por favor.

E, após isso, a lei diz: "traçar geodésicas ortogonais à linha de costa".

E, aí, já vem o primeiro problema: como traçar uma ortogonal em relação a uma linha que não é reta? Então se pode dizer: "Ah, então, vamos

simplificar; vamos fazer vários segmentos de reta". Ótimo! Como traçar uma ortogonal a dois segmentos de reta? Do ponto de vista da Engenharia, não tem solução um caso como esse, o que levou à aplicação de uma regra que não foi igual para todos os Estados do Brasil.

Por favor.

Aí, como foi mais ou menos feito. Nós temos ali os pontos A, B, C. São os pontos que definem esses segmentos de linha de costa. Foi feita uma perpendicular ao segmento AB e outra ao segmento BC; traçada a bissetriz, foram prolongadas as 200 milhas para definir-se o ponto final.

Por favor.

O que acontece? Mais um problema como eu já disse: a definição desses pontos. Nós temos aqui uma situação onde aquela reta R3, ali, é a teórica linha de divisa entre dois Estados quaisquer. Se alterar um pouco a posição daquele ponto C3, eu vou alterar a posição dessa linha.

Então, o critério do estabelecimento desses pontos já é falho nesse sentido. Qualquer pequena alteração desses pontos vai causar uma alteração que pode ser considerável nos limites dos Estados, sem contar que é passível de uma ação pelo fato de não ser tecnicamente correto isso.

Por favor.

Aqui, fiz um exemplo com o Estado do Paraná. Eu só alterei as linhas. Eu só alterei esses pontos das linhas que definem os segmentos de linhas de reta, e foram traçadas duas projeções diferentes. Podem observar que a diferença é significativa em cada um dos casos. E isso em uma brincadeira de projeção!

E, aí, vem mais um ponto onde há uma falha nessa lei. Ela fala em linha geodésica. Do ponto de vista técnico, uma linha geodésica jamais vai ser uma linha reta. Então, há mais um problema, porque eu jamais vou conseguir traçar. A não ser em uma única situação de posicionamento dessa linha geodésica em particular, ela será uma linha reta.

Assim, tudo acabou sendo uma simplificação, uma necessidade de adaptação para poder atender à lei. Não há um critério bastante claro com relação a isso.

Por favor, próximo.

Então, isso é o que nós estamos querendo dizer a vocês, mostrando às senhoras e aos senhores a dificuldade de se fazer isso.

Por favor.

Então, existe a necessidade de um novo critério. Vários critérios podem ser estabelecidos. Nós fizemos o estudo de vários, mas tentamos buscar qual? O mais simples de todos; aquele que não gerasse a discussão posterior de como foi implementado, de como foi estabelecido. Nós devemos levar em consideração que isso vale não só para petróleo, mas para toda riqueza mineral

que haja em alto-mar; e vale para os campos de hoje, para os de amanhã, para os do futuro.

E, daqui a pouco, caso se encontre um campo novo em um lugar que nunca havia sido cogitado, começa a briga: "Não, mas a minha linha é pra cá!" "Não; mas a minha linha é para cá!"

Então, pensando nisso, nós buscamos um critério que fosse o mais simples possível.

Por favor.

E o critério mais simples possível entre as alternativas que nós estudamos e que é uma coisa que os senhores, indiretamente, já conhecem é a definição através de limites por paralelos e por meridianos, onde essas linhas de divisa serão, no caso de todos os Estados aqui da costa, do Rio Grande do Norte até o Rio Grande do Sul, definidas por paralelos.

E onde vai passar esse paralelo?

No ponto de divisa entre os dois Estados, que é um ponto fácil de determinar e que os senhores, qualquer um de nós, hoje em dia, com um aparelho de posicionamento, mesmo em alto-mar, saberia exatamente onde está. Ou seja, poderia dizer: "eu estou numa região que, teoricamente, é o Estado do Paraná ou que, teoricamente, é o Estado de São Paulo." E assim por diante.

Acaba a dúvida, acaba a discussão.

Por favor.

Esse é só um exemplo que quero mostrar aos senhores. É uma ilustração em que pegamos o ponto de divisa entre os dois Estados, no caso, da parte norte, e traçamos o meridiano que está ali. Isso não depende de interpretação da lei, não depende de adaptação. É um critério claro e fácil de ser entendido.

Por favor.

Aqui, é a mesma coisa. Só ilustramos, agora, os Estados mais da costa leste.

Nós não estamos fazendo uma proposta reinventando a roda, na realidade. Hoje em dia, no DNPM, quando solicitamos uma lavra de algum mineral ou de alguma coisa – pode passar o eslaide, por favor –, nós já fazemos um planejamento com segmentos de reta de orientação norte e sul, o que é extremamente simples e fácil de ser identificado.

Pode passar.

Outra coisa – isto já foi bem mostrado pelo Sr. José Gutman aqui – é que o próprio critério dos paralelos já é usado na atual lei, mas é misturado com o critério de uma ortogonal, que, teoricamente, não é uma ortogonal, e se acaba fazendo uma confusão bastante grande.

Pode passar.

Tomei a liberdade de colocar um eslaide de uma apresentação do IBGE, em que está destacado que o critério dos paralelos propicia uma

distribuição mais uniforme entre todos os Municípios da região. Então, é uma adaptação simples do que já está sendo feito.

Pode passar.

Mais uma vez, por que a gente defende essa ideia? Porque ela é simples, porque vai ser um critério adotado igualmente para todos os Estados. Pode servir para petróleo ou para outra coisa, mas é simples e de fácil execução. Então, fica como sugestão a ser pensada para os próximos trabalhos nesta Casa essa questão da necessidade de uma revisão dessa lei, para se aplicar um critério mais simples e mais prático na hora da definição.

Por favor, pode passar.

Aí fica para as senhoras e para os senhores a definição desses critérios.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço ao Sr. Luís Augusto Veiga.

Com a palavra, como último convidado, o Sr. Gustavo Henrique Balduino, da Andifes.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE BALDUINO – Boa tarde a todos!

Quero, inicialmente, agradecer ao Senador Vital pela oportunidade e ao Relator Carlos Zarattini, em nome dos quais cumprimento todos os parlamentares.

Senhores parlamentares, todas as apresentações que me antecederam foram ricas e proveitosas no sentido técnico, mas a Andifes, que é a associação que representa as universidades federais, cujo sistema foi descrito nos eslaides da Prof. Helena Nader com 59 universidades e com 171 *campi*, veio aqui tratar da educação como um novo conceito, como um novo paradigma. E esta Medida Provisória oferece a todos nós uma oportunidade ímpar.

A discussão real que se dá é esta: que prioridade nós vamos dar para a educação?

As questões técnicas que estão na Medida Provisória podem ser resolvidas pelos assessores desta Comissão, pelos parlamentares. A decisão preliminar é: vamos ou não priorizar a educação? É isso que está em debate.

A Andifes, em que pese representar as universidades, entende a educação como um todo. Mais ainda, entende a educação não no *stricto sensu* – da pré-escola à pós-graduação –, mas entende a educação como a formação da cidadania de um povo. A educação vai, sim, da pré-escola à pós-graduação, mas vai muito além disso. É esse o grande mérito dessa iniciativa, com a possibilidade de vincular mais recursos, recursos novos, ao financiamento da educação do povo brasileiro. Esse é o grande diferencial.

Eu diria que esta é uma oportunidade dada a esta Legislatura de, de fato, diferenciar-se no contexto das demais Legislaturas deste País. O que dirão os países estrangeiros, os países da OCDE, por exemplo, ao descobrirem que o

Congresso brasileiro definiu que o dinheiro do petróleo, por assim dizer, será investido em educação? Como será a imagem do Brasil desta Legislatura? Não tenho dúvida de que será diferente.

A educação tem o condão, tem o dom de, além daquilo que está sendo dito aqui, intervir e atuar nas demais áreas sociais, de melhorar as demais áreas sociais, como o meio ambiente, a saúde, o saneamento básico. É claro que isso é feito de forma direta ou indireta, mas, certamente, nós alcançamos esses objetivos.

O Daniel, que me antecedeu, colocou um tema fundamental, que é o que está posto em debate aqui para as senhoras e para os senhores: a taxa de evolução da educação que nós queremos.

Nossos indicadores todos foram mostrados e são positivos. O Brasil está melhorando ano a ano. O problema está na taxa, na velocidade dessa melhora. Aquela criança que, hoje, ficou fora da pré-escola jamais estará na pré-escola. É esse o debate que se está fazendo.

Alguém tem dúvida de que uma sociedade educada, com a criança educada, por acaso não terá melhor saúde? Investir na educação certamente vai melhorar a saúde.

Alguém tem dúvida de que uma sociedade educada, com um cidadão educado, livrar-se-á, ficará mais distante da violência? Investir na educação certamente é investir na segurança pública.

Alguém tem dúvida de que uma sociedade educada vai ter um padrão de vida sustentável? Investir em educação é investir no meio ambiente.

Alguém tem dúvida de que uma criança educada, um jovem educado, um país com universidade vai desenvolver ciência e tecnologia? Investir em educação é investir em ciência e tecnologia.

Alguém tem dúvida de que desenvolver ciência e tecnologia torna o país mais competitivo?

Hoje nós observamos, no dia a dia, o debate que está colocado na mídia: nosso modelo econômico. Exauriu-se a possibilidade do consumo? Estamos exagerando no crédito? Temos que investir na competitividade?

Todo esse é debate é mitigado quando se investe em educação, porque só há uma maneira de melhorar a competitividade: com inovação em ciência e tecnologia, com qualidade da mão de obra. Isso é educação. Só há uma maneira de melhorar o consumo e a renda: melhorando a empregabilidade, melhorando as condições de trabalho e a possibilidade de renda dos jovens brasileiros, do trabalhador brasileiro.

Por isso, investir em educação é, sim, um caminho diferencial. E essa oportunidade surgiu para todos, mas somente este Congresso, neste momento, pode decidir se o Brasil vai numa direção ou vai em outra direção. Não é bem uma escolha de Sofia. Talvez não tenhamos duas opções, duas oportunidades. Não sei se haverá outro pré-sal. O momento é histórico.

Quando da oportunidade da emenda Calmon, aqueles que, talvez, tenham-se debruçado sobre o tema educação... O ex-Senador Calmon, o falecido Senador Calmon enfrentou muito esse debate e muito este desgaste: "Vai vincular os recursos da educação, vão quebrar as prefeituras, quebrarão os Estados". A mesma coisa na época da Constituição: "Vincular 25%? Ninguém sobrevive vinculando 25%". Vincularam-se os 14%, depois os 18%, os 25%, e não quebrou nenhum Estado, não quebrou nenhuma nação, e, infelizmente, isso não foi o suficiente ainda para se resolver o problema da educação.

A história está aí para nos mostrar que o dado e a medida foram apropriados.

Encerro, colocando para os senhores que, na verdade, o que está em debate não é simplesmente a vinculação de um percentual. É a decisão de que caminho a sociedade brasileira quer trilhar: se é o caminho de acelerar a taxa de melhoria da sua qualidade de educação e, por decorrência direta e objetiva, das demais áreas, como saneamento, meio ambiente, segurança, saúde – e poderia citar um leque mais amplo; ou se é o caminho de continuarmos com essas taxas, que são satisfatórias para cada governo e absolutamente excludentes para gerações, que ficam perdidas no meio do caminho.

Essa é uma decisão que deve ser tomada pelos senhores. A Presidente Dilma tomou a medida, porque se há alguma coisa relevante, é a educação; se há alguma coisa que tem urgência, é a educação. Agora, quem vai dar consequência a essa decisão da medida provisória são as senhoras e os senhores, e nós temos a expectativa, na condição de universidades federais, olhando para fora dos nossos muros, olhando para além da educação superior, que esse é o caminho que, se trilhado, se iniciado, será um caminho sem volta para o desenvolvimento, para uma nova fase civilizatória.

Agradeço a atenção dos senhores e tenho certeza de que este Congresso dará melhor encaminhamento do ponto de vista político, porque a técnica se resolve de forma fácil. Difícil é entender que a educação é prioridade, e este é o momento. Entrarão para a história como quem mudou o destino do País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Sª.

Vamos, agora, iniciar a fase dos debates. Já tenho inscritos o Deputado Newton Lima, o Deputado Molon, o Senador Cristovam, o Deputado Caiado e o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

Sr. Presidente, Deputado Caiado, nós estamos agora em uma reunião do PMDB com o Senador Walter Pinheiro, que é o Relator do ICMS. E eu deixei a reunião – inclusive o Presidente está presente; estão todos da Bancada do PMDB – para vir aqui ouvir a palestra do Prof. Luís e também para ouvir o José Gutman.

Eu só queria fazer um comentário de um minuto, se V. Exª me permitir, Sr. Presidente.

O SR. NEWTON LIMA (PT – SP) – Como eu sou o primeiro inscrito, eu permito, Senador.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, o primeiro inscrito, por uma ordem regimental, por precedência regimental, é o Relator.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, V. Exª.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Sr. Presidente, é só um breve comentário.

Pelo que entendi, principalmente da exposição do José Gutman, quando ele fala da distribuição dos *royalties* para Municípios e Estados, parece que há critérios diferentes. O Estado está numa linha mais perpendicular, e os Municípios seguem os paralelos. Nessa divisão, há até certa confusão, na hora dessa distribuição.

E me parece que é um critério, pelo que ouvi do Prof. Luís, sobre o que foi achado um jeitinho. Parece bem coisa do nosso Brasil. Chegou o momento em que se precisa achar a solução, o prazo era curto, achou-se o jeitinho.

Mas a exposição que eu ouvi aqui é de que temos uma solução simples e tecnicamente possível, que são os paralelos e os meridianos usados em qualquer lugar do Planeta para definir a localização de determinado local ou o simples ponto, levando em consideração as coordenadas geográficas e tudo o mais.

Então, eu gostaria de sugerir ao Relator que venhamos encontrar uma solução para essa que é uma demanda muito grande, principalmente do Paraná e do Estado do Piauí. Eu sei das dificuldades de implementarmos isso de forma imediata, mas, como estamos no ano do Pacto Federativo, no ano das grandes discussões, encontrando soluções que possam ser feitas em 20, 30 anos, como é o caso do ICMS, como é o caso do FPE – estamos buscando solução nesse sentido –, como é o caso dos *royalties*, do que já foi definido até agora, aumento gradativo até 2020, temos algumas soluções. Gostaria de ver isso atendido no relatório como uma sugestão, eu acho, importante.

E, dentro daquele critério definido por esta Comissão de que os assuntos técnicos seriam debatidos, eu quero parabenizar e agradecer ao Deputado Carlos Zarattini ter aceitado a minha sugestão de debater este tema, que é estritamente técnico.

Muito obrigado. Obrigado, Deputados, pela compreensão.

Agradeço também o Jonel Chede, que é o nosso representante estadual para este tema, Coordenador do Movimento Pró-Paraná, que tem debatido isso de forma coerente e inteligente por muitos anos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT – SP) – Muito obrigado, Senador. Agradeço também a colaboração técnica que o senhor deu a esta Comissão.

Próximo inscrito é o Deputado Newton Lima.

O SR. NEWTON LIMA (PT – SP) – Muito boa tarde a todos.

Queria cumprimentar o Relator, agora Presidente, Deputado Carlos Zarattini, todos os colegas Parlamentares, Senadores e Deputados, Deputadas e Senadoras, e todos os membros da Mesa.

Eu queria começar, se me permite, Relator, apoiando-me na fala do representante da nossa entidade de reitores, que tive a honra de presidir, a Andifes, quando reitor da Universidade Federal de São Carlos.

A grande questão aqui é decidir se a gente é, de verdade, a favor dos *royalties* para a educação ou não. Sempre a gente ouve em vários depoimentos: "Sou favorável aos *royalties* para a educação, mas veja bem." Aí vem um "veja bem" para cá, "veja bem" para lá, "veja bem" para cá.

O que, na verdade, está existindo – e esta, na verdade, vai ser a disputa política nesta Casa – é a compreensão daquilo que erroneamente se chamou de "engessamento". Como se aplicar recurso em educação fosse engessar alguma coisa. Muito exatamente o contrário: aplicar 100% dos *royalties* na educação é "desengessar" o Brasil; é permitir que este País venha a ter, de fato, um crescimento econômico com desenvolvimento, com igualdade de oportunidades, com enfrentamento dos dramas sociais, dos quais a educação é o maior indicador das diferenças sociais que nós temos.

Aí, a gente ouve coisas estarrecedoras. Eu vou me permitir fazer alguns comentários.

O primeiro deles: é um equívoco se esta Casa não fizer os 100% dos *royalties* sob o argumento de que não houve reforma tributária. Não houve reforma tributária porque, em duas oportunidades, ela foi engavetada. O que nós não temos que fazer é, agora, para resolver socorrer as finanças municipais do elo mais fraco da Federação – e agora falo como ex-prefeito –, pegar o dinheiro dessa riqueza finita para tapar buraco nas contas municipais. Isso é absolutamente inaceitável! Por conta disso, o contra-argumento é: façamos a reforma tributária. E aí chamemos os governadores para que eles joguem favoravelmente a essa proposta, o que não aconteceu nas duas propostas anteriores encaminhadas ainda na época do Governo do Presidente Lula.

Em segundo lugar, é triste ouvir que o engessamento vai prejudicar os Municípios que já estão bem na educação, que já aplicam muito na educação,. como se houvesse algum Município nessa condição. Eu pergunto àqueles que acham, que professam, que aplicam, que tem essa visão: quais Municípios brasileiros têm 100% de crianças na escola? Quais Municípios brasileiros têm 100%, ou próximo disso, não vou falar absolutamente, das crianças na pré-escola,

com educação integral; 100% de professores com salário de mercado; com Ideb próximo do máximo, nota 5, entre tantas outras coisas?

Alguém poder imaginar que, se aumentar mais o dinheiro para quem já aplica alguma coisa, vai significar levar aluno de carro particular em escola, sinceramente, não ajuda no debate. Não ajuda, porque é incompreensão do que é educação de qualidade e para todos.

Nós queremos, e a Constituição garante, universalização. E nós estamos longe de alcançá-la. Já que estamos falando em meta, em metade das crianças brasileiras em dez anos estar na creche, ou seja, outras 50% estarão excluídas desse processo, no momento mais importante, cognitivo que nós temos.

Então, por favor, vamos caprichar nos argumentos para não ridicularizar e achar que, se puser mais dinheiro em Município que já põe muito, nós vamos levar crianças de carro particular cada uma para a sua escola, o que é longe da realidade. Até porque eu tenho certeza de que nenhum Município brasileiro paga para professor de escola básica pública aquilo que está na Meta 17 do Plano Nacional de Educação em apreciação neste Senado, que nós aprovamos na Câmara, que é salário de mercado para quem os mesmos 11 anos de escolaridade. Isso nós só vamos conseguir sabe quando? Em 2020, 2022, 2023, se não continuarem os boicotes de alguns governadores que, por questões fiscais, são contra até o piso. São contra até o piso.

Então, Relator, eu peço muito a sua atenção para esse argumento, até porque – chamo a sua atenção para um estudo da Macroplan, liberado em julho do ano passado, que dá sustentação ao que estou falando – nós já temos *royalties* do petróleo distribuídos para vários Municípios brasileiros, mais de 60, quero crer. Vinte e cinco dos quais recebem 70% dos *royalties* de participação especial. Foram estudados esses 25 que mais recebem, entre eles, 16 do Rio, quatro de São Paulo e cinco do Espírito Santo. Dá pena ver o resultado do desenvolvimento social da educação, aliás, desenvolvimento social de um modo geral; o da educação é triste.

Vou dar três dados para acabar com esse argumento de que tem gente que já aplica o suficiente na educação e vai ficar engessado, não vai aplicar em outras coisas. Quem já recebe há mais de 20 anos, só nos últimos dois anos – vou dar os seguintes dados importantíssimos –: custeio, dobrou. Os *royalties* foram usados mais para custeio do que para investimento, apenas 24%.

Segundo esse estudo, a grande maioria das cidades tem Ideb abaixo do brasileiro e do seu próprio Estado, recebendo, há mais de 20 anos, *royalties* do petróleo, que deveriam ser mais bem aproveitados. Conseguem ter, com dinheiro suplementar, menos resultados do ponto de vista do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

O terceiro é estarrecedor, porque uma das coisas que alguém poderia ter em um Município que tenha boa educação, uma boa qualidade na educação era, pelo menos, não ter ou ter índices de analfabetismo adulto ou de

criança em não idade escolar mais próximos de países avançados. Pois bem, Srs. Deputados, Srªs e Srs. Senadores, a taxa de analfabetismo entre pessoas com mais de 15 anos, definida pelo IBGE, em 20 dos 25, o que representa 70% do que foi arrecadado, é mais elevado do que a média dos próprios Estados, portanto, dos outros Municípios que não recebem.

Isso derruba definitivamente qualquer tese de engessamento. Nós temos é que "desengessar", até porque esses que já recebem – qual seja o mecanismo decidido pelo Supremo, já foi observado aqui que estamos no limbo –, quanto mais receberem, mais próximo... Primeiro, é preciso corrigir os indicadores que, na sua maioria, são abaixo da média dos Estados de quem não recebe. E, em segundo lugar, é preciso dar o salto de qualidade para os padrões aqui que o Daniel Cara tão bem apresentou, que estão no PNE e que todo mundo aplaudiu. "Eu aplaudo o Daniel, mas veja bem, mas veja bem". O "veja bem" é a maior tristeza quando as pessoas, de fato, não têm a concepção do papel estratégico da construção da soberania.

Por conta disso, vou pedir para que o pessoal de apoio distribua um artigo que escrevi para o jornal *Folha de S.Paulo*, em que eu alerto para o fato – por favor, para Mesa e para os parlamentares; se sobrar, para os demais presentes –, nesse artigo à página 3, eu alerto para o fato, Relator, companheiro Carlos Zarattini, de que se essa MP não sofrer nenhuma alteração, nós vamos somar aos R$150 bi, R$6 bi apenas, pela forma que ela foi redigida. Já foi falado, pela CNM, pelo Daniel, ela pega só rendimento do fundo e não o fundo, e, além de tudo, ficam fora os futuros contratos, partilhas etc. etc. etc. Dá R$6 bi.

No limite, o que eu fiz? Eu não fiz o estudo que o professor meu colega da Universidade Federal de São Carlos fez, que o Daniel aqui apresentou para chegar nos números apresentados – vou estudá-lo. Eu fiz diferente. Eu peguei o que a Petrobras, que representa 90% de exploração do petróleo no Brasil, projeta para 2020, calculei sobre ela os efeitos, Relator, do que está escrito na MP hoje, e isso dá R$6 bilhões sozinhos.

Agora eu resolvi fazer outra conta. Levando em conta o que a Petrobras projeta que vai produzir para 2020, chego à conclusão de que chegaremos, no máximo, com uma emenda que eu propus, a R$36 bi, que representa um quarto daquilo que o Daniel bem observou, se quisermos de fato chegar ao dobro dos recursos, dos atuais cinco, em 10% do PIB daqui a dez anos. Significa dizer que se precisa de outras fontes. Precisa-se de mais descoberta de pré-sal. Além dos 100% de exclusividade para se chegar nos 10% do PIB, nós vamos precisar de mais descoberta de pré-sal e vamos precisar colocar no jogo, o que não está nessa MP, outras reservas já dimensionadas, que não foram aqui incluídas – Relator, chamo a atenção de alguns campos importantes que não estão nos critérios da medida provisória já descobertos. E vamos precisar mais – aí não é com o Relator, é com o Congresso. Eu propus uma PEC, que, a partir da Constituição, de fato, vincula todos os recursos do petróleo em terra, em mar, de

todos os tipos, mais recurso mineral e mais recurso hídrico para efeito de produção de energia para a educação, para nos aproximarmos, se não quisermos aumentar impostos – ninguém quer –, dos 10% para a educação algum dia.

Somando, evidentemente, eu acho que novas reservas de petróleo certamente não serão bodes expiatórios de coisa nenhuma, porque não pagam nada a não ser a soberania e uma sociedade mais igual para o Brasil.

Obrigado, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT – SP) – Obrigado, Deputado.

Próximo inscrito, Deputado Alessandro Molon.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PT – RJ) – Muito obrigado, Deputado Zarattini, quero cumprimentar V. Exª, o Presidente Vital do Rêgo, os demais membros da Mesa e agradecer pelas apresentações feitas, pelas informações trazidas ao nosso conhecimento.

Em primeiro lugar, Relator, Deputado Zarattini, quero reforçar o que acaba de dizer o Deputado Newton Lima, também apoiando várias manifestações que foram feitas à Mesa sobre a necessidade de garantirmos os investimentos necessários para cumprir aquilo que a Câmara já decidiu: dar os 10% para a educação. Seria uma enorme irresponsabilidade do Parlamento a mesma Câmara, que procurou garantir 10% do PIB para a educação, não dar ao País instrumentos para tornar isso realidade. Poderia parecer que aquela decisão foi para causar uma boa impressão na sociedade, mas inconsequente. Por isso, o passo necessário que precisamos dar agora é garantir os recursos necessários para levar a cabo a decisão que tomamos, naquela ocasião na Câmara, de dar os 10% para a educação.

Por isso, quero também lamentar as manifestações no sentido de que garantir os recursos para a educação podem representar um problema para os entes federados. Nós sabemos que há problemas de caixa. Nós sabemos que há um debate que se deve fazer sobre distribuição de recursos na Federação, mas isso não se deve dar às custas dos recursos para a educação.

A Presidente foi feliz em apontar essa necessidade. Tem razão o Deputado Newton Lima em falar dos ajustes que precisamos fazer para levar a termo essa intenção, mas a intenção é correta.

Há pouco, a Prof. Helena Nader apresentava aqui produtos que nós exportamos ou que são, de alguma maneira, simbólicos dessa inserção internacional do País. Temos, ao mesmo tempo, suco de laranja ao lado da tecnologia aeroespacial, aviação brasileira, que é uma aviação de ponta. Nós sabemos quantos sucos de laranja precisam ser exportados para compensar um *tablet*, um computador importado. Portanto, é preciso apostar na educação e, dessa maneira também, como conversava há pouco com o Daniel, na ciência e tecnologia, seja por meio dos fundos, seja por meio do investimento na pesquisa, que é parte do ensino superior. Quer dizer, o ensino superior não é só ensino, mas

ensino, pesquisa e extensão. Então, seja na pesquisa, por meio das universidades, seja por meio dos fundos, mas precisamos encontrar uma saída e garantir investimentos em ciência e tecnologia.

Eu limitaria as prioridades a isso, porque eu acho que, cada vez que começamos a estender a lista de prioridades, quem tem dez prioridades não tem nenhuma, não é? Então, se colocamos educação, ciência e tecnologia, saúde – por mais importante que seja a saúde –, saneamento, meio ambiente, esporte e lazer, cultura, daqui a pouco, no fundo... Quer dizer, nós temos toda a cesta de...

O SR. NEWTON LIMA (PT – SP) – É como está hoje. Porque o que o Senado aprovou e a Câmara manteve, sem a derrubada do veto, e me perdoe o aparte, é exatamente isto que está: é um leque de alternativas sem prioridade.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PT – RJ) – É uma cesta que, ao fim e ao cabo, não representa prioridade nenhuma. Ou seja, tudo permanece como está.

Então, eu acho que é necessário que a Comissão... Eu não sou membro da Comissão, pedi a inscrição, sobretudo, por estar envolvido no debate sobre os *royalties*. Hoje pela manhã conversei com o Deputado Zarattini, com a nossa Bancada do PT na Câmara, mas aproveito a presença aqui para fazer essa observação. De minha parte, precisamos garantir os 100% para educação e ampliar o volume dessa cesta, mas, Relator, eu não resisti a fazer a inscrição, sobretudo pela manifestação do...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO MOLON (PT – RJ) – Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, que me parece que teve que se ausentar, não pôde ficar conosco até o fim, não sei se está aqui no plenário ainda. Eu gostaria de ter me dirigido a ele, porque me parece que é muito preocupante que, depois dos dois anos de debate que tivemos sobre os *royalties*, depois de termos levado ao extremo as tentativas de negociação – e muitos apostando na força da maioria, que defendia a redistribuição, tendo visto a manifestação clara de uma Ministra que não pode ser acusada de ser parcial, porque não é de um Estado produtor e sequer de um Estado que tenha costa, sequer de um Estado que tenha costa, portanto, que possa se beneficiar da manutenção das atuais regras –, numa decisão muito bem fundamentada da Ministra Carmem Lúcia, me impressiona ainda ver o Presidente da Confederação Nacional dos Municípios imaginar que, se não for por intermédio de uma lei, será por intermédio de uma emenda constitucional, como ele sugeriu aqui, que se vai resolver esse problema, como se o Supremo não pudesse declarar inconstitucional uma emenda constitucional. E pode. E pode. Constitucional. E pode. Portanto, a ilusão de que o problema vai ser resolvido pela força, pelo número, me parece que é uma temeridade.

Portanto, eu queria aproveitar os membros da Comissão e propor que aquilo que deveria o Congresso ter feito, ao estabelecer uma negociação razoável, ao ter o bom senso de procurar uma saída, se não se fez nesse sentido,

que se faça agora, em vez de se tentar levar mais uma vez por intermédio de uma emenda constitucional, que será, ainda que haja entendimento no Supremo sobre constitucionalidade de emendas constitucionais, discutido no Supremo. E o Supremo não vai fugir do debate, porque estamos discutindo em cima de um Pacto Federativo originário que se quer alterar agora.

Então, eu espero que a saída não seja essa. Eu espero que a saída não seja apostar mais uma vez na força da maioria contra a minoria e estender esse debate *ad eternum*. Espero que o Congresso tenha a sensibilidade de aprender com os seus erros e aposte na negociação, em vez de apostar, mais uma vez, na força da maioria sobre a minoria.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT – SP) – Muito obrigado.

O próximo é o Senador Cristovam Buarque, que não está presente.

Então, passo a palavra ao Deputado Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, vamos por etapas.

Em primeiro lugar, nós temos que deixar claro que Pacto Federativo não é algo engessado e muito menos estanque.

Segundo lugar, a norma constitucional é muito clara e diz que nós, principalmente o Congresso Nacional, devemos nos ocupar para impedir as desigualdades regionais. Isso é norma constitucional.

Terceiro lugar, nessa interpretação que é dada, em que *royalties* é compensação, nós gostaríamos de saber se a compensação vai acompanhada também do compromisso de arcar com as despesas da exploração e também de pesquisa e de defesa em alto-mar. São apenas esses Estados que arcam com essas despesas? Eu, por exemplo, do Centro-Oeste, me sinto muito mais proprietário do que os que estão na beira do mar. Eu pago por tudo isso e não tenho a beleza da praia nem o mar ao meu lado.

Quarto ponto: o que nós fizemos no Congresso Nacional foi uma votação em que uma maioria ampla – 354 deputados e 54 Senadores – se posicionou claramente numa redistribuição, num novo percentual para que o Brasil possa hoje também se beneficiar de uma riqueza da União. Ou seja, propriedade intelectual. Eu tenho o direito de cobrar os *royalties*. Foi a professora que ali criou, *royalties*, propriedade. A propriedade do óleo é de quem? A propriedade do óleo é do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Espírito Santo? A propriedade do óleo. "Ah, mas existem os problemas ambientais, sociais". Nós temos uma lei complementar clara, que pune toda e qualquer empresa exploradora que venha amanhã comprometer o meio ambiente. É uma lei complementar. Ela regra e detalha todas as punições a que a empresa está submetida no momento da exploração.

Mas vamos adiante.

Este é sentimento hoje: essa riqueza não pode ser caracterizada como quebra de contrato amanhã, ou seja, o que foi aprovado no Congresso,

porque eu não sei de nenhuma petrolífera que tenha assinado contrato com o Rio de Janeiro. Assinou contrato com a Agência Nacional de Petróleo, que é da União.

Bem, então, entre todos esses parâmetros, vem a tese da Ministra de um Estado que não tem acesso ao litoral tenha dado exatamente essa liminar que suspendeu aquilo que nós aprovamos no Congresso Nacional. Quais são as prerrogativas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Interessante. Pois não.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – É automático. Obrigado.

Então, o que nós gostaríamos de deixar claro é que não se trata de nenhum enfrentamento com o Supremo. Olha, o Supremo é guardião da Constituição. Se a Constituição interpreta que hoje os *royalties* devem ser distribuídos da maneira como estão sendo distribuídos, cabe a nós respeitarmos, sem dúvida alguma. Agora, quando é que a vontade política refaz um Pacto Federativo? No momento em que se aprova uma emenda constitucional.

Agora, de repente, eu vejo o deputado Molon dizer: "Vai se caracterizar inconstitucional a emenda constitucional". Vejam bem! Aí, realmente... Desculpa.

A súmula aqui é bem clara: O Supremo Tribunal Federal, sobre a PEC da Previdência, que impôs contribuições aos inativos... É uma PEC. E o que foi que todos os aposentados alegaram? Direito adquirido! E o que o Supremo Tribunal Federal respondeu? Não há direito adquirido contra Emenda Constitucional. Não há direito adquirido contra Emenda Constitucional!

Então, isso aqui, Deputado Molon, é exatamente a interpretação do Supremo Tribunal Federal. Agora, querer alegar que uma PEC, aprovada por ampla maioria, por 3/5 da Câmara e do Senado, em duas votações... O Supremo, amanhã, pode alegar que a PEC é inconstitucional. Aí, realmente, então, dissolve-se o Congresso Nacional. Dissolve-se o Congresso Nacional, porque, amanhã, se eu for fazer um pacto federativo, e o FPE do meu Estado for 0,1% menor que o atual, eu vou recorrer ao Supremo e dizer que eu fui prejudicado. Então, não se pode mais redistribuir impostos no Brasil. Eu não posso mais repensar o Pacto Federativo no Brasil!

Então, essa é uma tese que... Nós aguardaremos. Acredito que, amanhã, o Supremo deve-se pronunciar; e, diante da decisão do Supremo, nós vamos, sem dúvida nenhuma, tomar as medidas que cabem ao Congresso Nacional tomar, pela ampla maioria que apresentou na última votação.

Em relação a outro ponto, esta medida provisória, sem dúvida nenhuma, atravessa um processo que ainda não foi concluído. Ou seja, nós estamos avançando na discussão de um tema que ainda está *sub judice* e sobre uma interpretação que vai depender ainda de nova discussão na Casa, caso a interpretação do Congresso seja reformada pelo Supremo. E esta Casa,

tranquilamente, fará com que o pensamento político da ampla maioria seja adequada com a Constituição, para que nós possamos nos beneficiar dessa riqueza.

E, antes de concluir, gostaria de dizer aos Srs. Parlamentares que defendem os 100% para a educação que, sendo médico e exercendo a profissão, penso que a tese única e exclusiva da educação não é compatível com a realidade na área da saúde. Acho que as pessoas hoje estão fechando os olhos para aquilo que, sem dúvida nenhuma, de acordo com todas as pesquisas feitas no País, é a maior demanda hoje: exatamente o financiamento da saúde.

É o caos instalado! Eu acho que seria de extremo bom senso nós caminharmos para o entendimento de que, amanhã, essa riqueza, que é da União, seja repassada 50% para a educação e 50% para a saúde. Que a educação traz, indiscutivelmente, todos esses avanços ninguém discorda! Agora, sem que a criança tenha uma condição mínima de atendimento, de vacinação, de medicação correta, de condições de saúde, eu não sei também como ela terá condições de estar em uma sala de aula e absorver ali o que lhe é repassado.

Então, eu acho que não é uma queda de braço entre educação e saúde. Eu acho que são faces da mesma moeda, de modo que não há por que haver uma disputa, uma queda de braço entre dois setores fundamentais. Acredito que poderemos, aí sim, defender com toda tranquilidade e com a consciência de que estamos atendendo à educação, pela carência existente, e a saúde, pelo caos instalado nesse setor.

É o caos! A saúde não é apenas um problema que se pode discutir como sendo algo que não é o ideal, não! É o catastrófico! É o cidadão que não tem acesso hoje, as filas intermináveis e as sequelas irreparáveis nessas pessoas!

Eu quero deixar claro que, da mesma maneira como foi colocado, um cidadão, hoje, que tem uma fratura exposta, que tem uma lesão de osteomielite jamais se recuperará daquilo, é um sequelado para o resto da vida. Um paciente que sofreu uma lesão articular e não foi também operado é incapaz exercitar a sua função futuramente. Uma criança que não foi tratada no momento do nascimento ou sequer foi alimentada ou se não medicada de uma maneira correta não terá como – não vou discutir aqui o desenvolvimento de massa encefálica – absorver aquilo que lhe é repassado em sala de aula.

Então, principalmente com relação a esse ponto, eu gostaria que não houvesse essa queda de braço entre a bancada que defende, e todos nós defendemos a educação, como também todos defendem a saúde... Por isso, acho que não há por que esse enfrentamento nessa partilha de ser dado também essa contribuição, porque o menor financiamento no País é o da saúde. Nós hoje não conseguimos sequer que o Governo Federal arque com os 10% da receita corrente bruta da União. Apenas os Estados arcam com 12%, com 15%. Desculpem, com 12%. Os Municípios, com 15%. E o Governo quer exatamente

reajustar o valor dele em cima do crescimento do PIB. Isso é realmente uma agressão à saúde de toda a nossa população.

O Brasil, neste momento, tenta importar médicos. E o Brasil, neste momento, está propondo um plano de saúde para a classe D e E, dizendo que o SUS não consegue mais arcar com as despesas. Por isso, acho que a saúde também levanta aqui uma bandeira pedindo socorro. Que não deixemos que ela, sem dúvida alguma, da UTI caminhe para o cemitério.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT – SP) – Obrigado, Deputado Ronaldo Caiado.

O próximo é o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (PT – PI) – Sr. Presidente, primeiro quero parabenizar a condução das audiências, tanto V. Exª, como Relator, e Vital do Rego, como Presidente. Estou na tarefa de revisor e queria aqui basicamente fazer uma pergunta, mas antes queria aproveitar para consideração de V. Exª e dos presentes.

A do STF a gente discute depois, viu? Tenho algumas divergências da sua posição, embora compreenda que é possível realmente que, em havendo uma emenda efetivamente inconstitucional, é possível a inconstitucionalidade dela. Mas não é isso que vamos trabalhar.

Cito apenas para você aqui o próprio parecer da Ministra Cármen Lúcia, que V. Exª acaba de avaliar como insuspeito. Ela disse que a alteração das regras relativas ao regime de participação no resultado da exportação de petróleo ou gás natural ou da compensação pela exploração não pode ser feito sem mudança constitucional. A interpretação dela é que precisa haver. É isso que está movimentando alguns parlamentares a estudar essa hipótese. Só para você conhecer. Está na decisão dela. O Supremo vai na mesma linha ou vai diferente? Ninguém sabe.

Primeiro, Presidente, falando de transparente inconstitucionalidade essa das linhas geodésicas. E queria aqui... Visível inconstitucionalidade, essa é uma delas. Não só o Estado do Piauí e o Paraná, mas como vemos ali vários Municípios são claramente prejudicados pela fórmula. Acho que foi muito importante a apresentação do Dr. Luís Augusto e também do José Gutman, que tinha apresentado também a visão. Então, creio que seria importante...

Eu tinha apresentado no projeto inicial – aqui no Senado ele foi modificado no que hoje é a Lei nº 12.734 –, mas a ideia, porque no que apresentamos foi feito muito em cima da hora e terminava tendo um modelo que causava efeitos colaterais em vários dos Estados... Mas creio que o apresentado aqui pelo Luís Gustavo poderia ser estudado numa perspectiva – até o Sérgio falou que já esteve com V. Exª –, nem que se apresente uma redação que possa ser implementada em algum tempo, um ano, dois anos, sei lá, pelo IBGE.

O segundo é com relação a ciência e tecnologia. Há algumas coisas que acho que precisam ficar claras para todo mundo. E estou insistindo muito nisso, com o próprio Secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis, do Ministério, Dr. Marco Antônio.

Temos um problema. Se a gente pega o que aconteceu com o Brasil desde o ano de 1998 nessa área de petróleo, vamos verificar um crescimento, especialmente a partir do início da exploração desses campos em mar. Verificamos que há um crescimento constante e tivemos uma paralisação exatamente nesse período em que o Brasil ficou sem regra. Ou seja, se a gente pega de 2010, 2011, 2012, e vai ser assim em 2013 e ainda, segundo o próprio Secretário, por um período maior, porque, fazendo os leilões este ano, vamos levar de cinco a oito anos para começar a colher os resultados. Quer dizer, viemos numa situação de colher resultados, e paralisou.

Mas veja, de qualquer modo, em algum momento, volta a curva normal. A previsão que se tinha lá trás, com base no que estava acontecendo, era de que a gente sairia, como saiu, de um milhão de barris para dois milhões. Iríamos chegar, só na área já licitada, a algo em torno de seis milhões de barris/dia e numa perspectiva... E isso dependia ainda de comprovação, mas os estudos apontavam, nessa área do próprio pré-sal, pois que falta licitar e outras, uma possibilidade de chegarmos a algo em torno de 15 milhões de barris/dia em algum momento sobre isso. Por quê?

O SR. NEWTON LIMA (PT – SP) – Dez anos?

O SR. WELLINGTON DIAS (PT – PI) – Não, bem mais, bem mais. Mas isso é para 2030.

Por isso que quero aqui, com o Daniel, colocar um ponto. Acho que os movimentos que trabalham na educação... Estamos todos aqui premidos pela história do plano decenal. Primeiro, de forma sincera, não tem outra fonte no Brasil para poder dobrar investimentos em educação, nem que a gente quisesse. Qualquer que seja o governo. Não há uma fonte. Precisava anular tudo na saúde – aí é que o Caiado ia ficar aperreado mesmo. Precisaríamos anular tudo de vários ministérios para poder fazer isso. Estamos falando em 200 bilhões.

Então, acho que talvez o caminho... Eu tenho dialogado com o Ministro da Educação e com a própria Presidente, com a ideia que tenho, e vai ter que ser um prazo bem mais longo do que o que estamos colocando, considerando os atrasos que temos e todo o cronograma. Não tem jeito. A fonte visível disponível, possível, pelo menos, é esta. Este é o caminho.

Segundo, olhando o exemplo que sempre se cita da Noruega. A Noruega escolheu quatro prioridades. Ela quis trabalhar: educação, ciência e tecnologia, previdência e agora mais recentemente entrou saúde. Mais recentemente, estão lá com um plano.

Aqui fui autor do projeto, Vital foi o Relator. Confesso que, naquela fase da discussão, a ideia inicial era de pegar o que estava lá no fundo social, traz,

que já é muita coisa, que é com base nos resultados. Mas aí chega aqui e tem que ter infraestrutura, tem que ter isso, tem que ter aquilo, e confesso aqui, numa estratégia para não termos muita divisão, vai botando aqui para não dividir ninguém. Mas acho que se deve trabalhar.

Eu avalio que precisa... Qual é a tese? Acho que isto talvez seja uma das coisas que nos una aqui: trocar uma riqueza finita por uma infinita. E educação é a base disso, assim como pesquisa, ciência e tecnologia, inclusive para realimentar alternativas de riquezas materiais futuras, frutos disso.

Por isso que, ao se examinar a Lei 12.734, vemos que colocamos lá que estava como está hoje na proposta de ir tudo para o Fundo Social, a parte da União, e nós ressalvamos: tirando a parte que ia para os órgãos como Ministério da Marinha e Ciência e Tecnologia. Por quê? Porque eu acho que, na medida em que essa riqueza chegar, crescer, vamos ter o cuidado de segurança. Não se pode ter duvida sobre isso. Cada vez mais é uma riqueza estratégica para o mundo. Então, aparelhar a Marinha, dar condições a ela, deve ser a nossa preocupação, da mesma forma para com a área da tecnologia.

Tanto do Fundo Social, que é o resultado das aplicações, que é um volume futuro maior, bem mais promissor, como também nessa área vinculada à ciência e tecnologia, indo para o Estado e para o Município.

Qual o ponto que penso que temos de trabalhar e para o que temos que estar atentos? Acho que temos que ser mais ousados do que a proposta vinda do Governo, e olha que sou do Partido dos Trabalhadores, Líder do PT. Por exemplo, em tese, um ponto que eu havia defendido aqui e depois discutimos lá, com o Zarattini, quando foi Relator, era: 100% de *royalties* para a educação, por quê? Porque temos *royalties* agora e na partilha, que permanecem. E, segundo, que se levasse em conta o cumprimento dessa meta, que se protegesse a parte da ciência e tecnologia e da Marinha e que se garantisse a participação especial, pois, como fui Governador, sei o que os prefeitos e governadores vivem. São bem diferentes as necessidades neste País. E nisso concordo com o Caiado.

Outro ponto que penso que deve ser priorizado no Brasil hoje é a área da saúde. É algo que basta olhar a história recente.

Então, eu avalio que é possível trabalhar uma formulação em que se alcance o objetivo que se deseja com educação. Como o volume é maior do que a educação precisa, precisamos ter uma definição com relação ao ato.

Portanto, em resumo, é possível com *royalties* e participação. Hoje é impossível prevermos para quanto tempo, mas é possível alcançarmos algo em torno de 360 bilhões, pelo potencial que há em todas nessas bacias, cujas pesquisas divulgam.

Se isso é verdade, se se precisa, em dinheiro de hoje, de 200 bilhões para a educação, como fazer com os 160 bilhões? É mais ou menos esse desenho, de forma resumida, que a gente tem que apresentar.

O SR. NEWTON LIMA (PT – SP) – No horizonte de dez, quinze anos.

O SR. WELLINGTON DIAS (PT – PI) – Vai ser bem maior. E eu quero chamar a atenção para isso: não dá para cumprir quaisquer das metas aqui em dez anos. Então, estou colocando aqui direto para o Coordenador da campanha. É a noticia ruim.

E a noticia boa é que passou a ter uma fonte, que não tinha. Íamos aprovar aqui uma lei criando uma despesa sem criar uma receita. E qualquer governo teria dificuldade em cumprir plenamente.

Então, queria, ao colocar isso, concluir, meu querido Relator. Há necessidade de a gente previr... Não sei como estão previstas outras audiências...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT – SP) – Dia 3, vamos ouvir o Ministro da Educação, Aloizio Mercadante.

O SR. WELLINGTON DIAS (PT – PI) – Era isso que eu ia propor aqui para partilharmos aqui desse entendimento.

Enfim, queria parabenizar. Sinto-me contemplado pelas falas aqui apresentadas. Aprendi muito aqui com alguns dados sugeridos. Esse é o desafio que teremos que tratar, com pé no chão, com base na realidade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT – SP) – Obrigado, Senador.

Passo a palavra ao Deputado Garotinho e, em seguida, ao Senador Cristovam, que estava na frente, mas teve que sair.

Deputado Garotinho.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Deputado Zarattini, a quem cumprimentando, cumprimento toda a Mesa, nossos colegas Deputados.

Deputado Zarattini é testemunha de que nós tentamos construir um acordo, embora eu seja de um Estado produtor, da cidade que é a maior produtora, que é Campos, mas, infelizmente, o seu relatório, que era a síntese desse acordo, foi derrotado no plenário por nove votos, por uma irresponsabilidade de uma tabela falsa, distribuída aos Deputados presentes. Eu acho que nós estamos ainda no caminho da construção de um acordo.

Queria dizer que, por parte dos Municípios produtores, nós defendemos a aplicação dos *royalties* do pré-sal 100% para a educação.

Aliás, Deputado Zarattini, eu não tive oportunidade de falar isso nem no plenário, quando encaminhei a votação, nem nas nossas dezenas de reuniões da Comissão, mas talvez eu seja o único aqui que estava presente quando do ato de assinatura da Lei dos *Royalties*, de autoria do Senador Nelson Carneiro.

Em 1985, em praça pública, em Campos – o Governador era Leonel Brizola; o Presidente da República era José Sarney –, foi assinada a lei de autoria do Senador Nelson Carneiro instituindo a Lei dos *Royalties*. Eu vi. E me lembro de que a primeira destinação dos *royalties* era para ciência e tecnologia, transportes e meio ambiente.

Eu me lembro até de uma conversa, no palanque, do nosso amigo Darcy Ribeiro, dizendo: "Sarney, bota – com aquele jeito do Darcy Ribeiro de falar –, a educação aí, bota a educação aí, senão eu vou ter que pegar esse dinheiro da ciência e tecnologia para botar nas minhas escolas".

Então, ao colocar e corrigir aquela falha, daquela época, de não se destinar esse dinheiro para a educação, eu acho que nós estaremos fazendo justiça ao desejo do maior educador brasileiro contemporâneo, Prof. Darcy Ribeiro, que, à época da assinatura, no palanque, em praça pública, ainda tentava dar um jeito. E aí o Brizola dizia para ele: "Para com isso, Darcy. Agora não tem mais jeito. Nós estamos só assinando aqui. Depois, você resolve isso aí". Eu presenciei esse momento. Foi em 1985.

Então, eu quero dizer que essa discussão não pode se dar da forma oportunista como ela está sendo colocada pelos Estados e Municípios não produtores. Quando ela foi instituída, em 1985, ela copiava um modelo que existe no mundo inteiro. Exceto nos países onde o petróleo pertence a uma família, como no Kuwait e em outros países, no mundo inteiro ele é pago aos produtores. Não existe esse modelo que quer se implantar aqui no Brasil. Isso é uma coisa que não tem o menor sentido.

E a gente vê uma série de disparates nessa lei que a gente até nem fala para não agredir os nossos colegas dos Estados não produtores. Por exemplo, constantemente – e V. Exª ouviu isso –, dizem assim: "Não, tudo que está no subsolo do Brasil pertence à União". É verdade, mas não só em mar; em terra também. Por que não foi feita a redistribuição do petróleo em terra? Devia ter sido feita. Por que o oportunismo de só querer distribuir aquilo que está no mar? Isso é uma bobagem!

Outra besteira que se fala constantemente: "Não, o petróleo pertence ao Brasil". Sim, o petróleo pertence ao Brasil; assim como o minério pertence ao Brasil. Agora, o *royalty* do minério, que não é o minério, como o *royalty* do petróleo, que não é o petróleo, pertence ao Estado confrontante, produtor. Essa é a lei.

Outra bobagem...

Acabei de ver o Deputado Ronaldo Caiado, por quem eu tenho grande respeito, dizer o seguinte, como também disse outro Deputado que me antecedeu: "Se fizermos uma emenda constitucional, terá que ser cumprida a Constituição". Bobagem! Nos Estados Unidos, uma vez colocado na Constituição, é constitucional. Aqui, existe controle *a posteriori*, senão o Supremo Tribunal Federal não teria declarado parcialmente constitucional a Emenda nº 62, que trata de precatórios; e o fez agora, há poucos dias.

Então, isso é uma tolice e uma pequenez tão grande!

Pediria a V. Exª, porque passamos seis meses discutindo esse assunto, construindo um acordo, para manter os contratos vigentes, abrindo mão

do futuro, para discutir e destinar tudo para a educação, que nós, nesta Comissão Especial, não percamos mais tempo!

A educação no Brasil... Estou vendo aqui o Senador Cristovam, que é um grande defensor da educação, que tive a honra de convidar para ser meu Secretário de Educação, a pedido do Brizola. Naquela longa conversa, no Palácio Guanabara, S. Exª disse: "Não, preciso descansar, estou saindo desse Governo de Brasília, estou cansado, vou descansar, depois eu penso".

Mas pediria que V. Exª não se deixasse vacilar nem um minuto sequer quanto à destinação desse dinheiro para a educação e que discutíssemos o futuro. Não vamos discutir o passado – isso é uma bobagem!

E lembro, Senador Wellington Dias, por quem tenho um grande respeito, que esse assunto já foi exaustivamente discutido no Supremo Tribunal Federal.

No ano de 1999, houve uma ação direta de inconstitucionalidade, e ela tratava de quê? A quem cabe a fiscalização dos recursos do *royalty* do petróleo? Ao Tribunal de Contas dos Estados ou ao Tribunal de Contas da União? A relatora, Ministra Ellen Gracie, fez o voto dela e submeteu à Corte, e, por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal decidiu que *royalty* do petróleo é receita originária do Estado e, portanto, cabe a sua fiscalização aos Tribunais de Contas dos Estados. Não é o Tribunal de Contas da União que fiscaliza o *royalty* do petróleo, apenas a parte que cabe à União.

Então, isso está mais do que discutido, mais do que definido. Só temo que, todas as vezes que uma maioria decidir mudar a Constituição, se mude a Constituição Federal a pretexto das maiorias. A Constituição deve existir para proteger as minorias e para garantir o direito das minorias, mas não para esmagar as minorias.

Para concluir, Deputado Zarattini, quando não respeitamos a Constituição, sob qualquer pretexto, lembro-me daquela famosa historinha da época dos nazistas, na Alemanha, quando o Sr. Adolf Hitler mandou que a sua polícia fosse a um pequeno vilarejo prender um padre. E a polícia chegou lá, para prender o padre, e o padre disse: "Mas eu não fiz nada! A Constituição me garante liberdade de culto." "Não, agora, não vale a Constituição, vale a vontade de Adolf Hitler", e o padre está preso.

Todos ficaram olhando assustados: havia um sindicalista, havia um judeu, havia um pastor, mas todos eles disseram: "Bom, eu não sou padre, não tenho nada com isso". Ficaram todos quietos. Na semana seguinte, voltou a polícia nazista e levou o pastor, e ele disse: "Mas eu não fiz nada! Sou um pastor, só faço o bem aqui, igual ao padre." "Bom, mas é a vontade de Adolf Hitler." "Mas a Constituição me garante." "Não, mas agora não vale a Constituição, vale a vontade da maioria, que apoia Adolf Hitler."

Depois, levaram o judeu, depois levaram o sindicato, depois não tinha mais ninguém para defender a Constituição.

Então, Deputado Wellington, com todo o respeito que tenho por V. Exª, estou nesse caso, como eu disse, desde 1985. Eu vi – eu fui uma das poucas pessoas, talvez uma das únicas deste Congresso – o Presidente Sarney assinar a Lei dos *Royalties*, Lei Nelson Carneiro, em praça pública na minha cidade. E vi toda a evolução dela. Quem introduziu a participação especial, que V. Exª citou, foi o Presidente Fernando Henrique, a pedido meu, quando me elegi Governador do Estado, em 1998. Eu me reuni com David Zilberstein, na Agência Nacional de Petróleo, e disse a ele que seria uma injustiça nós não recebermos participação especial.

E por que foi introduzida a participação especial? Talvez V. Exª não saiba. Porque dez anos antes, na Constituição de 1988, cometeu-se uma terrível injustiça contra o Estado do Rio de Janeiro, e por isso foi introduzida a participação especial. Qual foi a injustiça? O petróleo, diferente de todos os demais produtos no Brasil, é taxado no destino. O álcool de São Paulo é taxado em São Paulo; o carro fabricado em São Paulo, o imposto fica em São Paulo. Todos ficam com seu imposto na origem. O petróleo, não. O petróleo fica no destino. Só essa mudança constitucional daria ao Rio de Janeiro R$8 bilhões de ICMS. O Rio de Janeiro já dá de ICMS ao Piauí, ao Maranhão, à Bahia, a São Paulo, ao Rio Grande do Sul R$8 bilhões de ICMS, que é pago no destino e não na origem. Então, a participação especial foi introduzida como compensação ao Estado do Rio de Janeiro pela não arrecadação de ICMS na origem.

Então, Sr. Presidente, isso aí tem muita história. Às vezes, aparecem umas pessoas, com todo respeito, não é o caso do Senador Wellington, como vi ali no plenário, falando montes de besteira, como se essa história do petróleo começasse agora. Isso tem uma longa história. E essa história ainda é mais longa. Precisamos mudar? Vamos mudar, vamos mudar para o pré-sal.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT – SP) – Muito obrigado, Deputado Garotinho.

Para concluir a nossa audiência, vamos passar a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. WELLINGTON DIAS (PT – PI) – Presidente e Senador Cristovam Buarque, só me permitam.

Primeiro, com todo o carinho que tenho pelo Deputado Garotinho, mas pegando das palavras dele. Esse ato de que ele participou com o Presidente Sarney, desde a lei do petróleo, foi a quinta alteração na lei de distribuição das receitas.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Não, Lei do Nelson Carneiro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT – SP) – Por favor, vamos ouvir o Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Deputado Zarattini, eu peço que controle o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT – SP) – Quanto tempo? Cinco minutos?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Não sei, mas que não seja muito, porque, daqui a pouco, ninguém vai querer me ouvir.

Eu quero começar dizendo que todos sabem que existe uma teoria muito debatida, Celso Furtado foi um dos formuladores, da chamada maldição do petróleo. O país que tem muito petróleo termina ficando muito pobre, porque desperdiça os recursos. E a melhor prova disso é o Brasil. O Brasil já teve, 200 anos atrás, muito petróleo, chamado ouro. Nós tivemos toneladas e toneladas de ouro, que traziam mais receita do que o petróleo. O que ficou dele? A industrialização da Inglaterra. O ouro ia para Portugal; Portugal, com o ouro, comprava os bens industriais e vendia vinho. Isso vai acontecer no Brasil se nós depredarmos o nosso petróleo, se os recursos forem usados para custeio de bens de alta tecnologia, que hoje são todos produzidos lá fora, porque nada disso aqui é produzido no Brasil. Pode até ser o microfone, mas lá dentro, o circuito, o sistema, os *chips* são importados.

Quero dizer que é muito difícil contestar quem convidou a gente para um cargo de Secretário de Educação. Segundo, é muito difícil contestar os Deputados e Senadores, que, além deles, têm o irmão, a mulher, também políticos. Mas no caso dele são três: ele, a Rosinha e a Clarice. Então, é muito difícil discordar.

Mas veja bem, Garotinho, eu acho que a gente está confundindo três palavras: produtor, dono e depositante. Não tenho a menor dúvida: o Rio é o depositante, mas o produtor é a Petrobras, que é uma empresa da Nação brasileira. E o dono é o Brasil, na sua geração de hoje e nas suas gerações do futuro. As do passado, não adianta a gente gastar dinheiro dos *royalties* melhorando o cemitério. Então, são as gerações daqui para a frente.

Como fazer isso? Acho que é o dinheiro para a educação de base. Agora, dito isso, eu queria que a gente fizesse um debate aqui não sobre para onde vão os *royalties*, mas como aplicá-los. Se hoje pegarmos todos os royalties do petróleo e soltar de helicóptero no quintal de uma escola, na primeira chuva, vira lama. Se o dinheiro vai para a educação, tem que saber como vai chegar lá. Como é que vai ser a carreira do professor? Como é que é o comprometimento do professor? Quais são os recursos do equipamento? Quem gerencia a educação?

Eu acho que este debate faria parte também dos interesses desta Comissão. Não apenas para onde vai o dinheiro, mas como é que ele será administrado, gerenciado no sistema de educação.

Era isso que eu tinha para dizer e espero muito que a gente tenha outras muitas destas, porque, se o Brasil tivesse feito debates como este 200 anos atrás, o ouro não teria ido embora e teria deixado o Brasil como um país industrial. O Brasil, não, né, mas Portugal, sim, porque o Brasil não era ainda uma nação. Só que agora a gente não tem mais Portugal para jogar a culpa neles. A culpa agora

não é dos portugueses do século XVIII. Agora, a culpa será nossa se não soubermos usar tudo isso que hoje é uma hipótese, mas que pode virar realidade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT – SP) – Muito obrigado, Senador.

Eu só queria aqui fazer uma observação: o Daniel apresentou uma série de números em que seria necessário acrescentar R$169 bilhões – é isso, Daniel? – no total de gastos com a educação para se atingir a meta de 10%, não é isso? Agora seriam mais, R$200 bilhões, né?

Então, aqui, temos uma estimativa, cumprindo a lei que foi aprovada, que está em vigor, mas está suspensa por decisão do STF, neste ano de 2013, só para termos uma ideia de magnitudes, o total de arrecadação de *royalties* e participação especial vai beirar R$32 bilhões, não é, Daniel? R$32 bilhões. A União vai ficar com aproximadamente R$10 bilhões, aplicando já a nova lei. Os Estados confrontantes vão ficar com aproximadamente R$12 bilhões, e o Fundo Especial, para onde vai ser distribuído, R$9 bilhões.

Em 2020, se chegarmos num número próximo de R$60 bilhões – e estou falando só da área de concessão, só nos contratos já em vigor –, a União vai ficar com R$17 bilhões, os confrontantes vão ficar com R$14 bilhões. Quer dizer, vão permanecer no mesmo nível. E o fundo especial vai para R$23 bilhões. Então, se levarmos em conta aí que os Estados atualmente produtores têm compromissos com esses recursos, particularmente, o Rio de Janeiro, que tem uma lei destinando esses recursos dos royalties, vamos ter aí essa soma de cerca de R$44 bilhões, R$45 bilhões, que seriam o da União mais o do Fundo Especial para ser utilizado para a educação.

Então, ainda vamos estar longe dos R$200 bilhões. Vamos ter mais ou menos 25% desse total, isso sem considerar o que será explorado no regime de partilha e as novas licitações, não é, Daniel? Não é, Gutman? Provavelmente, vamos ter um acréscimo no regime de concessão e no regime de partilha.

Então...

O SR. NEWTON LIMA (PT – SP) – Mas os resultados não estariam em 10 anos. É ponto pacífico.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT – SP) – Não, eu acho que, pelo regime de partilha, em seis, sete anos...

O SR. WELLINGTON DIAS (PT – PI) – Em 2019, 2020, pelo que eu tive hoje lá.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT – SP) – A gente começa a ter essa produção. O que eu quero dizer é o seguinte: esse não é um volume de recursos suficiente para atender as necessidades da educação. É um volume de recursos ainda parcial. Para atender essa necessidade, como falou o Senador Wellington: ou a gente abre mão de utilizar recursos orçamentários em outras destinações e passa a concentrar na educação; ou a gente cria um novo imposto, coisa que hoje em dia está meio fora de moda, falar em criar imposto.

O SR. WELLINGTON DIAS (PT – PI) – Mas me permita, Relator, o Brasil vem ampliando ano a ano. Acho que não podemos deixar de ter um misto do orçamentário com essa outra fonte.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT – SP) – Claro, claro. Exatamente. Então eu só queria concluir aqui, agradecer a presença aqui de todos, a colaboração, e nós vamos ter uma próxima reunião, que será no dia 3 de abril, uma audiência com o Ministro da Educação. E, no dia 4, se tudo der certo, nós vamos apresentar nossa primeira proposta de relatório a esta Comissão. Então, nada mais havendo a tratar...

A SRª HELENA NADER – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT – SP) – Fale ao microfone, senhora.

A SRª HELENA NADER – Eu gostaria de ouvir ... (*Falha na gravação.*)... a favor da educação ... (*Falha na gravação.*) ... aspecto que a gente trouxe que, se temos hoje o pré-sal, é porque há a ciência. A ciência do mundo continua. A do Brasil, o próprio investimento da Petrobras depende do FNDCT. O FNDCT é dependente do CT-Petro. O CT-Petro está no limbo, ele deixou de existir. Então, eu estou muito preocupada. Eu gostaria que estas duas Casas estudassem como nós vamos resolver esse impasse, porque os Estados Unidos estão investindo cada vez mais em ciência. A China, 30% a mais.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Eu quero dizer, Profª Helena, que eu radicalizo, muitas vezes, para provocar o debate, mas que, no meu Projeto de Lei, um terço vai para ciência e tecnologia.

O SR. NEWTON LIMA (PT – SP) – E no meu também.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Eu fiz questão de defender 100%, para ver que...

O SR. NEWTON LIMA (PT – SP) – Helena, no meu também. Você viu...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT – SP) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 56 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 39 minutos.*)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

ATA DA 9ª. REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE MEDIDA PROVISÓRIA Nº 595, ADOTADA EM 7 DE DEZEMBRO DE 2012, QUE "DISPÕE SOBRE A EXPLORAÇÃO DIRETA E INDIRETA, PELA UNIÃO, DE PORTOS E INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS E SOBRE AS ATIVIDADES DESEMPENHADAS PELOS OPERADORES PORTUÁRIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS." REALIZADA NO DIA 26 DE MARÇO DE 2013, ÀS 14H30 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e seis de março de dois mil e treze, na Sala número dois da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência Deputado José Guimarães, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 595, de 2012, com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Humberto Costa, Flexa Ribeiro, Eduardo Amorim, Blairo Maggi, Ciro Nogueira, Sérgio Souza, José Pimentel e Armando Monteiro; das Senadoras Kátia Abreu, Ana Rita e Lúcia Vânia; dos Deputados Geraldo Simões, Edinho Bez, Manoel Junior, Marcos Montes, Cesar Colnago, Onyx Lorenzoni, Milton Monti, Márcio França, Arnaldo Jardim, Jorge Bittar, Roberto Santiago, Mendonça Filho e Glauber Braga; e da Deputada Iriny Lopes. Registra-se a presença de parlamentar não membro da Comissão: os Deputados Raul Henry e Augusto Coutinho e o Senador Wellington Dias. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião destinada à realização de Audiência Pública para debater a Medida Provisória. O Presidente submete ao Plenário a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é aprovada. Em seguida, o Presidente chama os expositores João Constantino Motta, Secretário de Estado do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã do Estado do Rio Grande do Sul; Eracy Laffuente, Coordenador Executivo de Infraestrutura da Casa Civil do Estado da Bahia; Eduardo Campos, Governador do Estado de Pernambuco; e Gleisi Hoffmann, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil, para integrarem a mesa e, nessa ordem, realizarem suas respectivas exposições. Os convidados procedem às suas apresentações. Ao término das exposições, o Senhor Presidente dá início à fase de interpelações parlamentares, bem como de réplicas e tréplicas dos convidados. Fazem uso da palavra os seguintes Parlamentares: Senador Humberto Costa, Deputado Onyx Lorenzoni, Deputado Mendonça Filho, Senador José Pimentel, Deputado Glauber Braga, Deputado Arnaldo Jardim, Senadora Kátia Abreu, Deputado Milton Monti, Deputado Beto Mansur, Deputado Raul Henry, Deputada Iriny Lopes, Deputado Márcio França, Deputado Edinho Bez e o Senador Eduardo Braga. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezessete horas e dezenove minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado José Guimarães e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Deputado José Guimarães
Presidente

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Boa tarde a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 595, de 2012.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à apreciação dos Parlamentares a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Parlamentares que concordam com a ata permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização da 9ª Audiência Pública da Comissão Mista. Convidamos para a nossa mesa os seguintes convidados: a Srª Ministra de Estado Chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann; o Sr. Eduardo Campos, Governador do Estado de Pernambuco; o Sr. João Constantino Motta, Secretário de Estado do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã do Estado do Rio Grande do Sul, representando aqui o Sr. Governador do Estado, Tarso Genro; o Sr. Eracy Lafuente, Coordenador Executivo de Infraestrutura da Casa Civil do Estado da Bahia, aqui representando o Governador Jaques Wagner.

Peço que os senhores convidados tomem assento aos seus lugares.

É uma audiência pública bastante concorrida e vai ser necessária a atenção de todos os Srs. e Srªs Parlamentares.

Pela metodologia já aprovada, nós vamos ouvir inicialmente...

Srs. Parlamentares, nos ajudem a iniciarmos a nossa audiência pública. Os cumprimentos virão depois.

Nós vamos ouvir, então, os dois Secretários. Em seguida, o Governador Eduardo Campos e, por último, a Ministra Gleisi.

Pela ordem dos convidados, chamamos o Sr. João Motta, representando o Governador Tarso Genro, do Rio Grande do Sul, que disporá do tempo máximo de dez minutos.

O SR. JOÃO CONSTANTINO PAVANI MOTTA – Exma Srª Ministra, Srs. Deputados, Governador Eduardo Campos, Srs. Senadores, registro aqui brevemente o entendimento do nosso Governo de Estado, do Governador Tarso Genro, a respeito desse tema que é objeto desta audiência pública.

Entendemos que a Medida Provisória nº 595 representa para todos nós, especialmente para os Estados que já possuem infraestrutura portuária, a possibilidade de qualificarmos as normas, as regras, enfim, que sintetizam e articulam a chamada operação portuária no Brasil, buscando uma racionalidade dos custos, ampliando a qualidade e a competitividade dos nossos portos, ampliando a capacidade de investimento, tanto na área pública, como na privada, para termos uma infraestrutura mais compatível com o processo de

desenvolvimento do País. Implantando também uma visão estratégica que avance a consolidação de uma visão mais sistêmica sobre operação portuária no Brasil, como eu disse, com regras, modelos, contratos de caráter nacional, fazendo com que o planejamento das operações ocorram a partir de regras que atinjam a todos e sejam comuns.

Entendemos que a discussão mais recente sobre o tema da autonomia deve ser vista e deduzida a partir dessa lógica. Não achamos metodologicamente correto articularmos uma discussão sobre autonomia separadamente dessa construção conceitual. Entretanto, achamos que as sinalizações que o Governo vem dando sobre a possibilidade de buscarmos uma alternativa sobre esse tema da autonomia que preserve minimamente o poder dos Estados de estabelecer gestão sobre seus portos, compatibilizando isso com as regras nacionais sejam o melhor caminho.

Nesse sentido, portanto, Ministra Gleisi Hoffmann, e demais Deputados, Senadores e Senadoras, achamos que esse processo avança para que, incorporando, inclusive, recentemente, vários itens demandados pelas centrais sindicais, possamos, a partir dessa reunião na Comissão conjunta, avançarmos na busca de um entendimento sobre sistemas que ainda restam ser mais bem debatidos e refletidos por todos nós.

Em síntese, estamos diante de um desafio que busque ampliar a infraestrutura portuária e a modernização da gestão portuária no Brasil e achamos isso muito positivo. Estamos juntos nesse processo, temos compromisso com esse processo, apoiamos a iniciativa do Governo. Achamos que esse processo deve ser bem concluído por todos nós de forma concertada e acordada porque se trata de fato de um processo que tem tudo a ver com o atual processo de desenvolvimento econômico do Brasil.

Parabéns a todos e que nós tenhamos boas conclusões neste nosso trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Obrigado, Secretário de Planejamento do Rio Grande do Sul, João Motta.

Com a palavra o Sr. Eracy Lafuente, representando aqui o Governador Jaques Wagner.

O SR. ERACY LAFUENTE – Saúdo o Presidente da Comissão, Deputado José Guimarães; a Ministra Gleisi Hoffmann; o Governador Eduardo Campos; o Senador Eduardo Braga; o colega Motta, representando o Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Tarso Genro; Deputados e Senadores aqui presentes.

Em primeiro lugar, quero salientar e trazer as desculpas do Governador do Estado da Bahia, que não pôde estar aqui presente, mas que se impõe a apresentar as nossas posições relacionadas à Medida Provisória nº 595.

Eu trouxe uma apresentação, mas vou fugir dela, salientando, primeiro, o agradecimento à União por ter a coragem de editar uma medida provisória que eleva e traz a discussão da agilidade para aporte em infraestrutura logística neste País.

Nós temos vários modelos de portos no Estado da Bahia. Aqueles administrados pela empresa pública Codeba, não só em Salvador como também em Aratu, e ainda os terminais de uso privativo que se estabeleceram, instalaram-se na Baía de Aratu.

Nós estamos buscando um novo modelo que possa traduzir para o detentor de carga um menor dispêndio de investimento nessa logística, não onerando os custos para o transporte para o mercado externo, bem como da recepção interna. Nós estamos trazendo um modelo no qual nós nos espelhamos na 595, no qual nós vamos estabelecer um Terminal de Uso Privativo na constituição de uma sociedade de propósito específico, na cidade de Ilhéus, que nós estamos denominando Terminal Portuário do Porto Sul, que tem no seu aspecto de alimentação logística uma ferrovia de 1.500km, que vai do oeste ao leste do País, levando variadas cargas, pelos estudos de demanda, entre as quais os granéis sólidos, que vão desde minérios a grãos, bem como líquidos e outras cargas que poderão ser manufaturadas através de contêineres, entre eles, como vocês todos já conhecem, a situação do algodão, bem como a atividade de hortifrutigranjeiros e outros aspectos relacionados à metalurgia, a polos mecânicos que possam ser favorecidos.

Nesse sentido, o Governador Jaques Wagner, por intermédio do seu Governo, é amplamente favorável à Medida Provisória nº 595, que flexibiliza e cria condições para investimentos ágeis e de grande vulto para esse porto. É um porto que nós imaginávamos... e começamos com um Capex de R$3,5 bilhões e, hoje, está orçado em R$5,2 bilhões. E esse só pode ser feito por meio de grandes aportes ou da União ou por grandes detentores de cargas, entre eles a mineração.

Nós já temos algumas atividades de mineração, dentre as quais elegemos a Bamin, a Biominer, a Santa Fé, a SAM, que é do Grupo Votorantim, bem como outros granéis, e aí ligado a grãos, o Universo Verde – estamos estudando a atividade de empresas já do ramo, como Cargill e ADM – e outras cargas.

Assim, para não tornar exaustivo e podermos ser ágeis na discussão sobre o assunto, o Governo da Bahia se manifesta não verificando em nenhum aspecto da 595 elementos que possam agredir o Pacto Federativo. Muito pelo contrário. Defendemos que, nesse serviço portuário, que é um serviço que, na Constituição, é da competência da União, nós encontramos um caminho para aquilo que o Sr. Gerdau levanta, que são os portos industriais poderem ser alavancados, planejados pelos Estados em comum acordo com a União, e buscarem autorizações relacionadas a Terminais de Uso Privativo que possam, a partir da 595, fazer o desembarque e o embarque, transportando variadas cargas

com um esforço que já era anteriormente um esforço privado, podendo ser agora conjugado com vários detentores de cargas, diminuindo custos e maximizando esforço, dando sustentabilidade ambiental e sustentabilidade econômica, e não tendo um paliteiro, com vários esforços de pontes *offshore* ou mesmo de quebra-mar, para que possam, nessas linhas de infraestruturas logísticas portuárias, desembarcar várias cargas. Assim, será possível dotar a economia do Estado da Bahia, para vocês terem um exemplo, de condições, em um minério de ferro empobrecido, de competitividade para exportar para a China, para a Índia e outros consumidores de minério de ferro, bem como para que possa ser uma atividade logística, e também desobstruir na área de grãos, favorecendo os produtores rurais.

Em suma, é isso. Nós, sinteticamente, estamos muito esperançosos de que tenhamos rapidamente uma aprovação, independentemente de ajustes que possam vir, tanto na área de venda de força de trabalho quanto naqueles aspectos mais técnicos de ressarcimento, ou mesmo daquilo que for investido pelo privado ser adquirido pela União ou pelos Estados. Esses detalhes técnicos podem ser discutidos com os Srs. Deputados e os Srs. Senadores e pode ser aprimorado.

No mais, agradeço a oportunidade de trazer essa experiência, que nós já estamos realizando, pela ampla possibilidade de os Terminais de Uso Privativo embarcarem e fazer o transporte portuário, com vários detentores de carga os favorecendo, e não ficando preso a equações que muitas vezes foram levantadas por armadores ou operadores de carga.

Muito obrigado a vocês, por trazermos essa oportunidade e inovação que estamos fazendo no Porto Sul, na Bahia.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Obrigado, Sr. Eracy Lafuente, que representa aqui o Governador do Estado da Bahia.

Ouviremos, agora, S. Exª o Sr. Governador Eduardo Campos, do nosso querido Estado de Pernambuco, vizinho sempre com o meu Ceará.

O SR. EDUARDO CAMPOS – Muito bem. Quero cumprimentar o Presidente desta Comissão, Deputado José Guimarães; o Relator, Senador Eduardo Braga; a Ministra Gleisi, representando aqui o Governo da Presidenta Dilma; os Srs. Secretários de Estado que representam os Governadores Tarso Genro e Jaques Wagner; os Srs. Senadores e as Senadoras; os Srs. Deputados e as Srªs Deputadas; os representantes dos trabalhadores portuários; senhores e senhoras da imprensa.

Primeiro, quero saudar essa oportunidade de termos aqui um diálogo objetivo que busca contribuir com o País. Nosso objetivo, na verdade, é melhorar a medida provisória que veio ao encontro de um desejo da sociedade de melhorarmos o chamado custo Brasil, o custo da logística brasileira. Ao lado de um conjunto de outras medidas se encontra essa medida dos portos.

O fato é que nós não tivemos oportunidade de fazer um debate prévio, como gostaríamos, sobre a medida. Nós tivemos a oportunidade de técnicos do Governo de Pernambuco participarem de discussões na Casa Civil, ainda em teses gerais, quando apresentamos o Porto de Suape, mas não tivemos oportunidade de participar desse debate em nível dos governadores, pelo que eu saiba.

Esse debate, disse o Ministro Leônidas que teria, no entender do Governo, como palco o Congresso Nacional. E é bom que seja o Congresso Nacional, porque ele aqui expressa a pluralidade da sociedade brasileira e da visão do Brasil.

Estou muito à vontade porque aqui estive durante três mandatos, com que me honrou o povo de Pernambuco. Reencontro muitos amigos e companheiros que aqui continuam servindo a esta Casa e ao País.

Eu trago, na verdade, uma pequena apresentação sobre o Porto de Suape, para depois irmos a um ponto específico, já que sei que o trabalho desta Comissão permitiu se avançar em relação a dois outros temas que me preocupavam.

Quanto à questão dos trabalhadores, que foi levantada inicialmente por um conjunto de Parlamentares, a negociação permitiu o aperfeiçoamento da norma no que tange às preocupações dos trabalhadores. Eu saúdo esse entendimento, que foi expresso pela própria Presidenta Dilma na semana da medida provisória. Ela colocou com toda clareza que a posição do Governo era essa.

Segundo, a preocupação era sobre o ambiente de concorrência no mundo privado. Parece-me que o diálogo com um conjunto de empreendedores de uma situação e de outra situação, do porto público, de quem estava fora do porto privado, tem evoluído de maneira satisfatória.

Cabe-me, aqui, no caso, tratar de um terceiro ponto que é da nossa preocupação. Pode não ser do Estado do Rio Grande do Sul e nem do Estado da Bahia e eu respeito, mas é preocupação nossa, de nós, pernambucanos, que é a preocupação com situações como a do Porto de Suape. Temos dez Estados na Federação que têm portos, temos dez portos sob a gestão de Estados e três sob a gestão de Municípios.

No caso, Pernambuco, tem dois portos sob a gestão do Estado, e dois portos em situações diferentes uma da outra. O primeiro e mais antigo, de onde surgiu a nossa cidade e o nosso Estado, é o Porto do Recife. Foi-nos concedido nos idos de 2001 porque a Companhia Docas de Natal já não conseguia gerir, como tantas outras Companhias Docas, no padrão que se desejava à época. E se passou ao Governo na busca de se revitalizar o que era ainda a área operacional possível do porto e dar um outro destino à área que já não era mais operacional.

Outro porto, que é o Porto de Suape, surgido no final dos idos de 1960, um porto que foi pensado ainda dentro da estratégia militar brasileira, no ambiente de guerra fria, num ponto estratégico, que foi pensado dessa forma, e o Eliezer Batista ofereceu a Pernambuco esse projeto no final dos anos 60 e, a partir dali, numa sequência de governos, dos mais diversos partidos, começaram a fazer esse porto única e exclusivamente, até o final dos anos 90, com recursos estaduais.

Até que, do final dos anos 90 em diante, começam a entrar recursos federais por esforço da nossa Bancada Federal aqui, com instrumentos das chamadas emendas de Bancada, e, mais adiante, com recursos federais ainda no governo do Presidente Fernando Henrique, que foram intensificados de forma expressiva durante o governo do Presidente Lula. Mas, se somarmos os recursos gastos na infraestrutura desse porto, de todos os tempos e de todos os governos, ainda há mais recursos estaduais do que recursos federais investidos dentro do porto, na infraestrutura do porto. Um porto que se alterou de forma muito expressiva nos últimos anos em função de empreendimentos que chegaram, como o empreendimento da refinaria, da petroquímica e de tantas outras plantas.

Podemos voltar. Na verdade, essa é a área do... O quanto é estratégico. Esse não é um porto de Pernambuco, esse é um porto do Brasil. Segundo os documentos da logística brasileira, esse é um porto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Por favor, os Parlamentares não estão sequer conseguindo ver o eslaide. Então, vamos pedir compreensão aos amigos da imprensa, inclusive aos fotógrafos, porque não estávamos vendo nem a metade. Pedimos a compreensão para que todos os Parlamentares possam acompanhar a exposição do Governador.

Desculpe, Governador.

O SR. EDUARDO CAMPOS – Por nada.

Bem, Sr. Presidente, na verdade esse é um porto da estratégia logística do Brasil. A uma distância de 800km estão sete capitais nordestinas, cinco aeroportos internacionais, cinco portos internacionais, um porto fluvial e 34 milhões de brasileiros estão a 800km de raio do porto.

A 300km temos quatro capitais, dois aeroportos internacionais, três regionais, quatro portos internacionais e 12 milhões de pessoas e 35% do PIB nordestino. Esse porto, na verdade, segue um plano diretor elaborado com uma visão até o ano de 2030.

Participaram várias entidades do Governo Federal para a elaboração desse plano diretor, universidades, o BNDES, a Secretaria de Portos, técnicos da Antaq, consultorias internacionais, como o Porto de Roterdã, nos ajudaram a construir essa visão estratégica e esse zoneamento do porto, que tem uma retroárea de 13 mil hectares, é o porto mais verde do mundo porque tem toda uma área de reserva.

Esse porto é o único que chegou até o final da linha da lei de 2001, que exigia que fosse feito o Plano de Desenvolvimento do Zoneamento e o Plano de Arrendamento de Áreas até 2012. Tanto é que a Presidenta Dilma assinou o decreto, o chamado PDZ desse porto, no dia 25 de maio de 2011.

Podemos passar.

No que tange à questão da gestão do porto, que se altera de forma expressiva, já temos 105 empresas trabalhando no Complexo Industrial de Suape. Temos uma logística de pessoas, de máquinas, de carga complexa. Aprendendo com os erros dos velhos portos, nós temos o suporte do Movimento Brasil Competitivo e da Century para a gestão de todo o complexo portuário.

No que diz respeito à questão da gestão ambiental, da gestão de novos negócios, à operação, à infraestrutura, à gestão de contratos, à questão da administração e a todo o fluxo de processos do porto, tudo está sendo assistido por esse apoio técnico.

Podemos ir.

O porto já tem cais de uso múltiplo, píer de granéis líquidos, píer de granéis líquidos e gases, píer petroleiro. Esses dois píeres mais novos, com cor do cimento mais clara, são exatamente os píeres já preparados para receber os navios petroleiros, que trarão óleo bruto que será refinado na refinaria que deve ficar pronta já no próximo ano. Nós já estamos com os píeres prontos, com a estrutura deles montada.

Podemos ir.

Esses são os berços de atracação. Esse último é um terminal de açúcar. Passou todo o processo pela Antaq, pelo TCU, e foi feita a concessão recentemente para um terminal de açúcar. É um novo terminal de açúcar que vai servir o Nordeste.

E o parque de contêineres foi uma concessão também feita há cerca de dez anos, de onze anos, com um contrato com um gatilho pelo qual, treze anos depois, ou se faria o segundo parque de contêineres, ou um volume de carga. Se se repetisse três anos seguidos, se abriria o gatilho para fazer um segundo parque de contêineres.

Para esse segundo parque já havíamos apresentado EVTE, desde 2012, à Antaq, que veio a aprovar o EVTE. Foi retirada algumas vezes da reunião de diretoria a liberação, para que dali fosse ao Tribunal de Contas o edital para ver se estava dentro da norma, mas retiraram umas cinco vezes já na eminência da publicação dessa medida. Portanto, impactou os prazos que imaginávamos que iríamos cumprir para o segundo parque de contêineres.

Vamos em frente.

Para V. Exªs terem uma ideia, essa é a projeção de carga que se imagina nos próximos anos. Vamos ter uma rampa bastante acentuada, sobretudo pelo funcionamento da refinaria, que vai trazer um volume de carga expressivo, e mais outras plantas, como a própria petroquímica, como a própria Fiat e tantas

outras empresas, que vão exigir um volume de contêineres e de carga muito maior do que o que se tem hoje.

Então, o prazo, a partir de agora, será sempre mais apertado do que o que tivemos nos últimos anos no crescimento da carga. Qualquer decisão, qualquer seis meses, qualquer dez meses de atraso num berço de atracação, num processo burocrático desnecessário, vai impactar efetivamente o rendimento do porto. Esse é o volume de carga e o próximo é o volume de contêineres projetado por esses estudos.

Podemos passar.

Esse porto tem, no noticiário brasileiro, seja lá pela UFRJ, no *ranking*, entre os portos brasileiros, de maneira geral... Os dois que estão à frente dele na nota, 8,3, são portos privados. Se formos para outras fontes, como o Instituto Ilos, ele dá uma nota de 7,8 a Suape, pela publicação que foi feita em fevereiro de 2010, no Estado de São Paulo.

As publicações ligadas à economia, infraestrutura, destacam a eficiência do porto, que já tem certificação e ISPS Code, como também tem um selo ambiental, porque é um porto que assina o Pacto Mata Atlântica.

Podemos ir.

Esses são os terminais que estão projetados na sequência. Pelo esforço que vem sendo feito, nós temos, no horizonte mais curto, agora, R$3 bilhões em investimentos a serem feitos nesse porto: R$2 bilhões desses são recursos estaduais e R$1 bilhão de recursos federais. Inclusive, ontem a Presidenta anunciou os recursos que complementam esse R$1 bilhão para viabilizar essa infraestrutura inteiramente necessária, e é óbvio que esses terminais passarão necessariamente pelo processo, a nosso ver, que já era definido, que reforça a ideia do planejamento, que nós valorizamos. É importante a preocupação do Governo em ter o planejamento centralizado da logística brasileira, reforçando exatamente o papel que a Antaq deveria ter e que a SEP passou a ter desde a sua criação no governo do Presidente Lula, mas com a execução do contrato nos termos que vinham acontecendo.

Ou seja, nós temos EVTEs preparados ou em preparação sobre cada um desses terminais de que estamos falando, que ajudarão também a logística brasileira; que ajudarão a economia brasileira e que já pagaram um preço pelo processo que vivemos dentro da própria Antaq nos últimos tempos. De certa forma, a expectativa da nova norma retirou por três vezes a decisão da diretoria sobre o EVTE, que já tem parecer dado.

Podemos ir.

Esse é o conjunto de empresas que usam esses polos definidos no planejamento estratégico de um complexo industrial; e com essas empresas o porto e a empresa Suape já pactuaram uma série de movimentação de cargas sobre uma norma. Ou seja, esse porto tem uma série de contratos na hora em que

essas empresas se dispõem a ir para dentro do porto para viver exatamente uma situação diferenciada do ponto de vista da logística.

Podemos ir.

Esses são os números de investimentos e de empregos hoje dentro do porto e das empresas já funcionando.

Podemos passar.

Recursos a serem investidos até 2014, de que eu acabei de falar.

Esses são empreendimentos, as obras que estão em execução, algumas delas com parceria público-privada como essa via de acesso que dá acesso não só ao porto, mas também até a praia de Porto de Galinhas, que será entregue agora no mês de novembro.

Podemos passar.

Esse é o complexo que foi concedido também dentro do porto, com a área do edifício sede já em construção.

Podemos passar.

E essas são algumas das iniciativas, como a Unidade de Conservação de Bita e Utinga, que é uma grande reserva de Mata Atlântica e que está no entorno do nosso porto como um conjunto de propriedades que foram adquiridas – antes eram de cana-de-açúcar e onde foi replantado e está sendo replantado Mata Atlântica – para que o porto coloque em dia, como colocou, todas as suas pendências com reposições que foram autorizadas ao longo dos últimos 30 anos.

A nossa ponderação, no que diz respeito à questão da autonomia ou não, é a compreensão de que a autonomia já foi de certa forma repassada à Antaq em 2001, quando nós temos que apresentar um EVTE. Com o EVTE aprovado, pode-se ir adiante; e para ir adiante tem que se aprovar um edital no tribunal de contas, publicar, julgar e ter um contrato.

Nós temos dentro do porto, hoje, dois terminais que foram licitados já sob a égide da lei de 2011 e que renderam ao porto recursos de luvas e recursos de arrendamento, porque na hora em que nós vamos mudar o processo que está proposto, vamos ter impactos, obviamente, nos contratos de quem foi contratado pagando arrendamento, e não pela outra forma. Essa empresa vive independentemente do Estado hoje, e pode passar a não viver. Essa é uma questão que tem de ser colocada. De outro lado, o próprio BNDES, por encomenda do Governo, fez um belo trabalho de análise e avaliação da organização e eficiência de gestão nos setores portuários brasileiros e, quando ele faz a conclusão desse documento, no sumário das diretrizes e propostas para a gestão dos portos, ele destaca, de forma muito clara, na revisão e melhoria dos processos de arrendamento de terminais e concessões de instalações portuárias e portos públicos, nos itens 3.1.1.3 e 3.2.4 diz:

> *Processos de arrendamento envolvem [é o diagnóstico] muitos agentes e etapas, limitando a autonomia e a responsabilização das Autoridades Portuárias (que é de fato o poder concedente nos arrendamentos).*

E aí propõe a revisão dos processos de arrendamento e concessões, buscando-se maior agilidade e eficiência. Diz o documento oficial do BNDES, como recomendação, após uma chamada pública em que quatro empresas ganharam e entregaram, agora em novembro de 2012, o documento ao BNDES. Então, diz o BNDES, como recomendação:

> *Redução do número de aprovações externas ao longo do processo, substituídas pelo estabelecimento claro de regras, com maior autonomia para as Autoridades Portuárias, em especial nos arrendamentos, e posterior responsabilização pelos seus resultados.*

Essa é a orientação passada pelo BNDES depois de uma chamada pública, reunindo a competência nacional para colocar essa questão.

Ora, se queremos todos aqui melhorar os portos – ninguém aqui está dizendo que a medida provisória foi ruim absolutamente, foi imprópria –; se conseguimos dialogar com os trabalhadores; se nós conseguimos dialogar com os empresários; se temos dez portos estaduais; não temos nenhum governador querendo ofender a autonomia da Federação – temos um Estado que é governado por um aliado do Governo, que tem duas experiências: um velho porto que já foi da União, e a União devolveu, porque todo mundo sabe os problemas que a União teve gerindo docas em tudo que é governo, governo de A, de B, de C, todo mundo sabe os problemas que se acumularam nos portos; se um porto foi construído pela ação dos pernambucanos, com grande esforço de vários governadores que, mais recentemente, foram ajudados pelo Governo Federal, da forma com que fomos ajudados, que tem esse padrão de excelência colocado aí – não sou eu quem está dizendo, são documentos oficiais –; se o próprio documento de quem estuda propõe autonomia, eu não vejo nenhuma inconveniência ao planejamento nacional, se continuarem os portos estaduais, alguns portos estaduais, a apresentarem os seus estudos de viabilidade econômica do que ele venha a fazer e, se é um inconveniente à Nação, a própria Antaq... agora não, a SEP, como a medida provisória determina, dizer: "Não faça esse terminal, que ele será concorrente com outro que está ali, faça esse outro, que está faltando na logística brasileira, faça um maior, faça um menor." Ou seja, faça sobre essa regra.

Se você vai desequilibrar os seus contratos, vamos apoiar o porto, porque o porto não pertence a um Estado, o porto é do País. A Constituição já diz que é um País, mas a Constituição também diz que somos uma Federação. Se a

gente quer honrar contrato, a gente precisa honrar o contrato dentro do Pacto Federativo. Nós fomos surpreendidos, do dia para a noite, com uma medida que afetou, obviamente... Podemos, rapidamente, nos entender, não tem nenhum problema nos entendermos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO CAMPOS – ... porque não temos nenhum problema de caráter político, imagino eu, e não temos nenhum problema técnico, insuperável. Não há nada insuperável, nós não queremos destruir os fundamentos da medida provisória. Pelo contrário, nós estamos celebrando o entendimento que já houve com o esforço dos Parlamentares que estão aqui.

Então, a nossa posição é, caso não seja possível fazer por todos, porque alguém já está de acordo – a Bahia não tem problema, o Rio Grande do Sul não tem problema –, excetua na medida provisória o Porto de Suape e o coloca na mesma categoria do Porto de Pecém, colocado lá atrás pelo Fernando Henrique, não tem problema nenhum. Se não tem problema para a Bahia e para o Rio Grande do Sul, não vai ter problema para nenhum Estado dos senhores. Excetua-se o Porto de Suape e estamos resolvidos. Vamos aprovar rapidamente a medida provisória, que é boa para o Brasil. É isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Antes de passar para a Ministra Gleisi, é importante informar aos membros desta Comissão, Srªs e Srs. Parlamentares e à imprensa em geral que, na última quinta-feira, a partir das sugestões do nobre Relator, Senador Eduardo Braga, nós patrocinamos um amplo entendimento com as centrais sindicais. É importante, Governador e demais, foi muito importante esse acordo que fizemos com as centrais, Força Sindical, CUT, CTB e as três federações. Estou relatando isso porque esse diálogo que nós construímos particularmente com os trabalhadores, digamos assim, foi a alma que vai dar sustentabilidade a, pelo menos, uma boa caminhada na aprovação da medida provisória.

Outros desafios ainda existem e a disposição nossa, da Comissão – e o Governo vai falar oficialmente agora – é dialogarmos no sentido de fazer aquilo que o Brasil precisa, que é a aprovação dessa medida provisória. O Relator está absolutamente centrado e temos trabalhado em parceria. Portanto, Srs. Parlamentares, eu queria fazer este comunicado.

Uma pequena redação, uma palavra, está só faltando aí uma questão para pactuarmos definitivamente com todas as centrais sindicais que representam os trabalhadores, dentro daquela máxima, que colocamos desde o começo, de que o Governo não vai retirar direitos dos trabalhadores.

Portanto, passo imediatamente a palavra à Srª Ministra Gleisi, Ministra-Chefe de Estado da Casa Civil.

A SRª GLEISI HOFFMANN – Boa tarde a todos; ao Presidente da Comissão, Deputado Guimarães; ao Relator, Senador Eduardo Braga; ao Governador Eduardo Campos; aos Secretários João Constantino e Eracy

Lafuente; também aos Srs. Parlamentares, Senadores e Senadoras, Deputados, Deputadas que estão aqui; profissionais da imprensa; representantes dos setores portuários aqui presentes.

Em primeiro lugar, é importante dizer que a medida provisória é um compromisso do Governo e da Presidenta Dilma com a eficiência do sistema portuário brasileiro e com a redução do custo Brasil. Nós precisamos avançar para que o Brasil possa continuar crescendo em sua produção e aumentando suas fronteiras produtivas.

Em segundo lugar, o tema portos é um tema que tem sido prioridade na agenda do Governo, desde o Presidente Lula, com a Agenda Portos – no que ele se elegeu, lançou essa Agenda Portos –, e depois com o PAC, com o Programa de Aceleração do Crescimento, em que os portos receberam uma atenção especial. Nós temos hoje, no PAC, investimentos da ordem de R$8,4 bilhões em portos. Desse montante, cerca da metade já foi executada e a outra metade está em execução ou está em medidas preparatórias. Do total desses recursos, R$3,050 bilhões são para os portos delegados, ou seja, os portos administrados por Estados e Municípios. Nós temos 34 portos organizados no País; destes, 18 são geridos por Companhias Docas; 15 são por Estados e Municípios; e, até pouco tempo, nós tínhamos um porto que era privado, o Porto de Imbituba, em Santa Catarina, cuja concessão venceu.

Para deixar muito claro o compromisso do Governo com a agenda de portos, em 2007, logo que foi lançado o PAC, com recursos e investimentos no PAC 1, e depois, na sequência, no PAC 2, a União criou a Secretaria Especial de Portos, hoje a Secretaria de Portos da Presidência da República, que tem *status* de ministério justamente para jogar luz nesse tema tão importante ao desenvolvimento do País.

A Secretaria de Portos junto com a coordenação do PAC articularam e organizaram todos esses investimentos que estão sendo feitos na área dos portos, no setor portuário. Um grande investimento, fundamental para que melhorássemos a qualidade dos nossos portos, foi o Plano Nacional de Dragagem 1 (PND 1), que teve como foco o aprofundamento dos canais de acesso. Agora, estamos em fase de manutenção. Grande parte dessas obras já foi concluída, já fizemos as batimetrias dos portos, e, hoje, os portos estão operando em condições muito melhores do que estavam. Segundo, também houve investimentos em construção e reforços de berços, na construção e ampliação de moles, em acessos terrestres, terminais de carga e terminais de passageiros e no início do Porto sem Papel e Carga Inteligente. Foram e são esforços contínuos do Governo para melhorar a situação dos portos nacionais, no sistema portuário nacional.

O que julgo a decisão mais importante do Governo nesse tema foi a de contratar um estudo de fôlego para fazer uma análise do sistema portuário, da sua infraestrutura e das necessidades de investimentos, de reorganização e de planejamento em médio e longo prazo. Essa decisão foi tomada em 2009 e, em

2010, depois de um processo licitatório, contratou-se a Universidade Federal de Santa Catarina, que entregou para nós, em setembro de 2011, o Plano Nacional de Logística Portuária. Em 2011, foi entregue o plano, que é o estudo aprofundado, e os planos mestres dos grandes portos nos foram entregues em março de 2012.

Pois bem, com esse plano em mãos, o primeiro estudo aprofundado que nós tivemos do sistema portuário – nós não tínhamos tido, até então, nenhuma reflexão maior sobre a logística de transporte no setor portos, tivemos com o PNLP –, a Presidenta determinou que o Governo fizesse um grupo para estudar a logística de transporte, unindo o Ministério dos Transportes à Secretária de Portos, à Casa Civil, ao Ministério da Fazenda, ao Ministério do Planejamento, coordenador do PAC, para que nós pudéssemos nos aprofundar no assunto. E que pudéssemos não só trabalhar numa proposta de portos, mas trabalhar numa proposta que levasse em consideração a infraestrutura para o transporte, para uma logística de transporte. Isso foi importante, porque nós já tínhamos, no âmbito do Ministério de Transportes, o PNLT – Plano Nacional de Logística e Transportes, que estudou o carregamento da malha rodoviária e ferroviária e a sua necessidade de ampliação. A junção desses dois estudos, o PNLP e o PNLT, nós traduzimos no PNLI – Plano Nacional de Logística Integrada, ou seja, para melhorar a logística de transporte do Brasil, não bastava só investir em portos ou só investir em ferrovias ou só em rodovias, nós precisávamos integrar esses modais de transporte. As nossas ferrovias tinham de conversar com as nossas rodovias, que tinham de ligar este País tão grande, dando conta das novas fronteiras produtivas que estão se estabelecendo no Brasil.

Foi em razão desse estudo, que nós ficamos mais de um ano fazendo, que a Presidenta lançou o Programa de Investimentos em Logística. O primeiro eixo desse programa foi lançado em agosto de 2012 e foi o programa voltado para concessões de rodovias e ferrovias. Por que a área de concessões? Os senhores já conhecem o PAC, que é um programa importante, com foco importante em investimento de infraestrutura e logística de transporte, mas ele foi feito basicamente com recursos públicos, organizado com investimentos da área privada, mas não em parceria com a área privada. Nós avaliamos que precisaríamos reforçar essa parceria com o setor privado e chamar os investimentos privados e também a *expertise* desse setor, para fazer um complemento ao PAC. Aí nasceu o Programa de Investimentos em Logística.

Passados agosto, setembro e outubro. Nós nos dedicamos muito ainda em terminar os estudos em relação aos portos. Quero dizer que estudamos também os aeroportos, que vieram complementar esse plano. Em dezembro, nós lançamos o Programa de Investimentos em Logísticas em portos e, logo em seguida, em aeroportos. Junto com os investimentos previstos nós apresentamos ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 595, que muda o marco regulatório dos portos brasileiros.

Quero dizer aos senhores que houve um acúmulo significativo do Governo para essas intervenções.

Elas não nasceram de uma vontade, de um momento para outro. Elas nasceram de uma reflexão profunda, primeiro da vivência na tentativa de melhorar um sistema que já estava constituído, com a Agenda Portos e com o PAC. Depois, de um estudo aprofundado do PNLP, da junção com o Plano de Logística de Transporte e da integração desses planos para melhorar a infraestrutura de transporte brasileiro.

No processo interno de Governo, nós ouvimos vários setores. Ouvimos gestores estaduais, ouvimos dirigentes das Companhias Docas, ouvimos dirigentes dos portos delegados, ouvimos empresários, ouvimos trabalhadores, enfim, ouvimos todos os setores que tinham relação com o tema, mas os senhores sabem que esse setor é um setor diversificado, que tem vários atores. Cada um tem a sua forma de olhar e os seus interesses. Se a medida provisória não espelha um consenso ou a vontade de cada setor, é porque realmente há muita dificuldade de estabelecer consenso num tema como esse. Aí o Governo, através dos seus estudos, da sua reflexão, do diagnóstico profundo que nós tínhamos, apresentou uma medida que mediava esses interesses e trazia uma solução, considerando o interesse de País, portanto o interesse do Estado brasileiro.

(*Soa a campainha.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN – Fizemos isso, o Governo fez isso, baseado em duas premissas que nós consideramos muito importantes: melhorar a eficiência dos portos organizados e buscar a competitividade para reduzir o custo Brasil.

Nós tivemos muitos avanços com a Lei nº 8.630, de 1993. Sem dúvida nenhuma foram avanços importantes. Mas, ao longo desses 20 anos, o País cresceu, ampliou suas fronteiras produtivas, produziu mais. O sistema que está aqui hoje colocado, infelizmente, é ineficiente para dar conta das demandas de que o País precisa.

Hoje a capacidade instalada nos portos organizados brasileiros é de 370 milhões de toneladas. Em 2015 já temos a projeção de que movimentaremos 373 milhões de toneladas.

Portos importantes como Santos e Paranaguá já operam acima do limite da sua capacidade.

Em 2030, que é para onde o nosso Plano de Logística Portuária aponta, nós já estaremos operando com uma capacidade de 487 milhões de toneladas/ano. Nós precisamos tomar medidas agora. O Brasil não pode parar. Nós precisamos continuar. E para tanto nós oferecemos e apresentamos ao Congresso o Programa de Investimentos em Logística de Portos, com duas frentes: a primeira para os portos organizados, buscando fortalecê-los e modernizá-los. Primeiro, a mudança de critério de licitação. Nós não queremos arrecadar. A licitação por outorga passa por uma premissa de arrecadação. Nós queremos que os nossos portos invistam, que o setor privado invista, que movimente mais carga e movimente por menor custo. Por isso mudamos o critério. Então, é um critério ponderado, com maior movimentação, com o menor custo e a menor tarifa.

Segundo, apresentamos um plano para ampliar os acessos aos portos. Primeiro, o acesso na área de dragagens, na área aquaviária. Nós já fizemos o Plano Nacional de Dragagem 1, na medida provisória que apresentamos ao Congresso Nacional, restabelecemos o Plano Nacional de Dragagem 2, agora com contratos por dez anos, prevendo dez anos para fazer aprofundamento de canal onde precisa e fazer manutenção dos canais e de berços de atracação onde precisa pelo prazo de dez anos.

E fizemos isso para o conjunto dos portos brasileiros. Ou eles unidos por questão geográfica, ou eles separados, dada a sua dimensão ou a sua natureza de movimentação e também a sua quantidade de movimentação.

Fizemos também um plano especial de acesso de rodovias e ferrovias, complementares ao que já estava previsto no PAC. São 45 intervenções que pegam 18 portos públicos, sejam eles federais ou estaduais, para que melhoremos as condições de acesso.

Terceiro, criamos uma Comissão Nacional de Gestores Portuários, de Autoridades Portuárias, o Conaportos. Um decreto da Presidenta no lançamento da medida provisória, dia 6 de dezembro, criou o Conaportos. Qual é o objetivo? Reunimos todos os intervenientes públicos que atuam nos portos organizados e que também têm de deliberar sobre cargas nos Terminais de Uso Privado, como Receita Federal, Anvisa, Polícia Federal, Marinha, enfim, todos os intervenientes, para que atuem de maneira organizada, de maneira sistemática, e para que tenham atuação 24 horas nos portos brasileiros.

Nós queremos que o Governo, também, mostre que é necessário atuar com eficiência na sua intervenção. A Conaportos já fez duas reuniões. Nós queremos, até o final deste ano, ter comissões em todos os portos organizadas para que eles funcionem a contento. Nós baseamos essa iniciativa no que nós já fizemos nos aeroportos, com o Conaero, e que tem dado resultados melhores de gestão integrada dos órgãos intervenientes. Também dotamos os nossos portos organizados, sejam eles dirigidos por docas ou por empresas públicas estatais, de um regime diferenciado de contratação para que tenham agilidade, para que possam dar respostas mais rápidas a questões do dia a dia, às suas intervenções e aos seus investimentos. Estamos discutindo, no âmbito do Ministério do Planejamento, com a Secretaria de Portos, o estabelecimento do contrato de gestão para as Companhias Docas.

No que diz respeito aos Terminais de Uso Privado ou Privativo tivemos uma firme disposição de ser contra a barreira de entrada e a liberação de cargas. Temos um país de dimensão continental com uma costa marítima extensa. Precisamos dar resposta às demandas que nós temos. Portanto, achamos que hoje, como nós convivemos muito bem com os Terminais de Uso Privado – são 129 e já temos pedidos para mais Terminais de Uso Privado –, que convivem em harmonia com os 34 portos, não vemos por que eles não podem ser complementares, também, em cargas que não sejam específicas. Aí, com certeza, pesa bastante a discussão da carga por contêiner.

Para implantação dessas medidas nós não diferenciamos portos delegados de portos administrados diretamente por Estados, pela União, pelas Docas. Tratamos o sistema portuário como um sistema portuário brasileiro. Os portos são integrantes de um sistema nacional único de logística e de transporte como tem de ser um sistema portuário para funcionar bem. A MP não retira a autonomia de nenhum Estado da Federação porque não diz respeito à questão federativa, diz respeito à modernização, ao planejamento integrado e à eficiência do sistema portuário nacional. Ela foi feita de acordo com o direito e com a responsabilidade conferidos à União pelo art. 21, inciso XII, alínea "f", da Constituição Federal:

Compete à União:

.....

XII – explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:

.....

f) os portos marítimos, fluviais ou lacustres.

A centralização dos arrendamentos dos terminais portuários é um ponto relevante para a implementação das mudanças pretendidas. Ele segue o mesmo arranjo institucional que nós temos hoje para a energia e para os aeroportos, onde a agência reguladora faz as licitações e o ministério setorial as acompanha.

Além do respaldo constitucional, do Texto Constitucional, nós consideramos, também, outros três aspectos relevantes para fazer essa centralização, que é a centralização operacional das licitações, posto que a discussão do plano de desenvolvimento portuário já é feito em conjunto com a SEP e vai, agora, também, ser aprofundado. Primeiro, há necessidade de observar o planejamento integrado em logística portuária. Cada porto é o elo de uma grande corrente de movimentação de cargas de um país. A lógica de um porto não é e não pode ser estadual, a lógica de um porto é uma lógica nacional. Aliás, sobre isso, o Tribunal de Contas da União já fez um estudo, de uma auditoria especial feita nos portos brasileiros, que também nos serviu de referência nas discussões que tivemos internamente, no Governo, entre abril de 2008 e maio de 2009. Naquela época, dizia o Tribunal de Contas:

Inexistência de política pública nacional estabelecida para o setor. As estratégias de expansão e modernização do segmento são concebidas e implementadas com base na realidade regional e não na nacional.

[...]

[Há uma] Desatualização dos Planos de Desenvolvimento e Zoneamento dos Portos (PDZ) e dos Programas de Arrendamento (PA).

O tribunal analisou dezenove portos localizados em treze Estados da Federação. Todos os portos delegados fizeram parte desse trabalho do Tribunal de Contas da União.

É importante dizer isso, porque essa lógica nacional é fundamental para a eficiência do sistema portuário.

Vamos a alguns exemplos para esclarecer isso.

Paranaguá, que é um porto do meu Estado, o Paraná, delegado ao Estado desde 2002. Paranaguá movimenta 44,7% das cargas do Mato Grosso do Sul; 22% do Mato Grosso; 16% de Goiás; 6,1% de Santa Catarina e 5,1% de São Paulo.

A capacidade de Paranaguá de movimentação em 2010 era de 33 milhões de toneladas/ano. Paranaguá movimentou, em 2012, 43 milhões de toneladas. Há muitos anos, Paranaguá não faz arrendamento dos seus terminais portuários.

São Francisco do Sul, que também é um porto delegado em Santa Catarina, movimenta 20% das cargas do Paraná e 8% das cargas do Mato Grosso do Sul.

Suape, que movimenta 19% das cargas da Paraíba e 5,7% das cargas do Rio Grande do Norte.

Itaqui, que movimenta 91% das cargas do Tocantins; 86% das cargas do Pará e 36% das cargas do Piauí.

Portanto, fazer o planejamento, a integração, a distribuição dos terminais portuários, há que ser uma tarefa, claro, conjunta e organizada, mas de responsabilidade da União.

Harmonizar as demandas e ofertas, buscar a eficiência, induzir a racionalidade do sistema para ter um melhor caminho da carga só pode ser feito a partir de uma visão nacional, de uma visão de país, do Estado brasileiro.

Essa não é uma discussão que cabe aos Estados de Pernambuco, do Paraná, do Rio Grande, dos Estados delegados. É uma discussão que cabe a todos os Estados de maneira conjunta e integrada. É uma discussão sobre o Brasil e sobre a sua logística.

O segundo ponto que nos levou a uma decisão de centralizar as licitações de forma operacional: em dez anos nós fizemos apenas onze arrendamentos nos portos organizados brasileiros. Nós temos um universo de 233 áreas operacionais em portos e várias áreas que ainda estão vazias. Em dez anos, houve apenas onze arrendamentos, da maneira descentralizada como nós fazemos. E aqui incluem-se, inclusive, as Companhias Docas, que fazem os seus arrendamentos descentralizados.

Sem novos terminais, sem choque de oferta para atender a demanda por movimentação de cargas, nós não vamos conseguir vencer os gargalos que temos no sistema portuário, as filas quilométricas que vemos hoje no País, que prejudicam a nossa economia e que geram ineficiência.

Nós diagnosticamos, não sozinhos, mas com a ajuda do Tribunal de Contas e também do estudo que foi feito, quais os motivos dessa demora. Dos principais motivos, os estudos deficientes para a licitação dos terminais, evidenciando um baixo preparo técnico das gestões portuárias.

Isso foi corroborado pelo Tribunal de Contas, que nos alertou ainda mais, que não há padronização para os estudos de arrendamento. Cada porto faz do seu modo: calcula do seu modo a demanda; calcula do seu modo os investimentos e o retorno, e isso não traz uma padronização e gera, assim, a ineficiência para uma logística integrada.

Nós temos dificuldades de fazer esses arrendamentos. O Governador falou aqui do arrendamento do terminal de açúcar do Porto de Suape. Ele deve ter voltado umas seis vezes ao terminal de Suape para fazer as suas correções, porque tinha inconsistência.

O próprio Tribunal de Contas não homologou na primeira vez a assinatura do contrato. Isso não é um problema de Suape, é um problema de Paranaguá, é um problema de Santos, é um problema dos portos administrados pelas Companhias Docas.

Nós precisamos fazer estudos que sejam padronizados, que tenham referência, que levem em consideração a origem dos dados econômicos e financeiros, mecanismos para incentivar a concorrência e melhorar a logística.

Muitas vezes, também nós ficamos à mercê de interesses locais dos portos, ou o que chamamos das barreiras de entrada.

Como a definição das licitações desses portos passava por um colegiado, fazia parte a administração do porto, mas também os empresários, junto com os trabalhadores, muitas vezes esse mesmo conselho não dava encaminhamento às licitações necessárias, porque ou era um concorrente

querendo entrar ou era uma dificuldade que iria ter. Temos um exemplo clássico: o Terminal do Meio, no Rio de Janeiro, que está há dez anos para fazer licitação, e o porto não consegue encaminhar o seu arrendamento.

Também a falta de planejamento do porto foi também evidenciada pelo Tribunal de Contas da União, falando da desatualização dos Planos de Desenvolvimento e Zoneamento dos portos organizados.

E a questão de padronização que eu já falei aqui para os senhores.

Hoje, a União já tem que aprovar seus arrendamentos, já fala sobre os planejamentos do porto e licita o porto que tiver autorização depois de todo esse processo. De fato, há muita intervenção mesmo num processo de arrendamento. É muito mais simples um processo que possamos fazer hoje sob a supervisão da Antaq, como fazemos no setor elétrico, como fazemos no setor aeroportuário e que possamos fazer um estudo agregado, como o que agora estamos contratando. Nós já colocamos sob estudo 159 terminais portuários, que vamos estudar ou a concessão ou vamos estudar a prorrogação dos contratos com base no novo critério de licitação.

Eu acredito que, se a descentralização fosse boa, como ela está colocada hoje, teríamos tido respostas mais eficientes do conjunto do sistema portuário, e quando falamos em intervenção do porto, infelizmente não podemos tratar um porto de maneira isolada, por mais eficiente que seja a sua gestão. Ou integramos e tornamos esse sistema eficiente ou não vamos ter uma logística eficiente e o custo Brasil continuará alto.

A outra, a terceira questão que nos levou a fazer a centralização das licitações, que eu julgo a mais relevante neste momento, é a mudança de critério. Estamos saindo de um critério simples, o critério de outorga, ou seja, quem paga mais pelo espaço a ser concedido, um critério quase de aluguel pela área arrendada, para um critério que é: maior movimentação com menor tarifa. É um critério mais elaborado. Se já tínhamos dificuldade para que os portos fizessem os seus arrendamentos por um critério mais simples, com certeza vamos ter mais dificuldades, pelo menos num primeiro momento, para que façam por um critério mais elaborado como esse.

Por isso precisamos padronizar os estudos. Por isso precisamos padronizar a forma como a licitação vai ser feita, para ganharmos agilidade e qualidade nessas licitações.

Esse processo não interferirá na gestão dos portos. A gestão dos portos continuará delegada aos Estados, onde elas estão delegadas, onde for o caso, mas ela terá sua atuação integrada, uma lógica única, ou seja, integrada para melhorar o desenvolvimento do País. Terá a mesma qualidade.

Esses 159 terminais, que relacionamos e que foram publicados para efeitos de estudos, para licitações e renovações de contratos, já serão feitos pelo novo critério. Já estão andamento os estudos a respeito desses terminais e queremos que esses estudos propiciem já uma intervenção de licitação, a partir do final do primeiro semestre deste ano. Precisamos de celeridade, não podemos parar.

Em relação a dizer que o critério é diferente e que isso vai criar uma assimetria, primeiro, os contratos que estão vencidos ou que estejam para vencer, que é uma grande parte, serão relicitados ou terão a sua continuidade, se for assim a determinação do contrato, pelo novo critério; os que foram licitados recentemente, se se sentirem prejudicados, a nossa legislação dá amparo para um equilíbrio econômico-financeiro. É simplesmente abrir as contas: o custo, qual o retorno, como está colocado o contrato, que eu tenho certeza de que esse reequilíbrio poderá ser concedido inclusive em processo administrativo.

Nós temos hoje uma força-tarefa da Secretaria de Portos, da Empresa de Planejamento e Logística, que foi fruto dessa discussão de uma logística integrada no País e da Casa Civil, para fazer com que as coisas aconteçam.

Temos prazo, dado pela Presidenta, e vamos cumprir esses prazos para colocar os editais na rua, grande parte deles, neste ano de 2013.

Nenhum Estado vai perder a sua autonomia. Nós não vamos retirar Itaqui do Maranhão; Suape de Pernambuco; Paranaguá do Paraná, assim como não vamos retirar Santos de São Paulo nem o Porto de Vitória do Espírito Santo. Continuarão lá a gerar riqueza, a gerar investimentos, a gerar emprego. O que nós queremos é melhorar a eficiência, é modernizar os nossos portos, é racionalizar a sua atuação e integrá-los, para que o Brasil e todo o povo brasileiro possam ser beneficiados.

Esse é um projeto de País. O Brasil não pode parar. E eu acredito que esse também é o compromisso do Congresso Nacional para com o futuro do nosso País.

Muito obrigada, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Obrigado, Srª Ministra Gleisi.

No mesmo critério das audiências passadas, nós vamos ouvir os Parlamentares – e são muitos os inscritos – ao tempo de 5 minutos. Mais ou menos no meio, havendo necessidade, a Mesa ouvirá os debatedores, os palestrantes, dependendo da ordem de inscrições. Mas não vamos, *a priori*, definir, como nós fizemos nas vezes anteriores.

Vejam se todos estão inscritos: Senador Humberto Costa; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Mendonça Filho; Senador José Pimentel; Deputado Glauber Braga; Deputado Arnaldo Jardim; Senadora Kátia Abreu; Deputado Milton Monti; Deputado Raul Henry.

O SR. EDINHO BEZ (PMDB – SC) – Presidente, Deputado Edinho Bez também. Eu gostaria de me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Tem razão. A Deputada Iriny tinha pedido e o Edinho, agora, pede também a inscrição. Tudo bem.

O SR. MÁRCIO FRANÇA (PSB – SP) – Deputado Márcio França.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – O Deputado Raul Henry, de Pernambuco. Nós vamos abrir aqui, em homenagem aos pernambucanos... O Deputado Raul não é membro da Comissão. Mas eu tenho, pelo Regimento, a delegação de conceder no meio, no final ou antes...

Vamos seguir a inscrição democraticamente de todos aqui.

Deputado Roberto Santiago; Deputado Beto Mansur; Deputada Iriny.

O SR. MÁRCIO FRANÇA (PSB – SP) – Márcio França.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Márcio França e o Edinho.

Eu já fui alertado pelos convidados para fazermos um esforço a fim de terminarmos a audiência pelo menos às 17h30.

A SRª GLEISI HOFFMANN – Antes.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – A Ministra já pediu... É muito tempo. Vamos ver se todos colaboram nesse sentido, não é, Governador? Governador, a Ministra e os dois Secretários.

É claro que os dois Secretários estão meio na ponta. É claro, pois duas autoridades da República – uma Ministra da Casa Civil e um Governador –, os dois Secretários que representam aqui os queridos Governadores Wagner e Tarso Genro estão meio secundarizados na mesa, não sem ter a importância que esses Estados têm. Fiquem tranquilos, pois receberão o mesmo tratamento das duas autoridades aqui presentes.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Agora, vamos ter de fazer um acordo: os Parlamentares que não desejarem ficar para ouvir os colegas, por favor, colaborem. E mais uma vez, peço aos fotógrafos e aos cinegrafistas: já tiraram foto demais do Governador, da Ministra e dessas nossas caras já manjadas. Nós já somos manjados. Está bem? Ajudemos todos.

O primeiro inscrito é o Senador Humberto Costa.

Lembro que são cinco minutos para cada orador.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srª Ministra-Chefe da Casa Civil Gleisi Hoffmann; Governador do meu Estado, Eduardo Campos; representantes dos Estados da Bahia e do Rio Grande do Sul, eu quero, em primeiro lugar, Sr. Presidente e Sr. Relator, registrar com satisfação as informações que tivemos do entendimento que foi patrocinado por V. Exª e pelo Relator, com participação do Governo, no que diz respeito aos temas referentes aos trabalhadores e também o início de uma discussão sobre algo que tem sido objeto de uma preocupação de todos os integrantes desta Comissão, que diz respeito à garantia de algum nível de isonomia entre aquelas empresas que hoje detêm atividade nos terminais, sob as antigas regras, e aqueles que serão, a partir de agora, responsáveis por essas atividades já sob as novas regras da medida provisória, que todos nós aqui entendemos que são absolutamente justas e são objeto de um estudo bastante aprofundado.

Quero dizer aqui que não há entre os integrantes desta Comissão, e creio que, dentro do Congresso Nacional, qualquer dúvida quanto à importância dessa medida provisória e a intenção do Governo com a sua edição. Aliás, essa medida provisória se aplica a todos os portos no sentido de que vai gerar, de fato, eficiência, economia, vai melhorar a competitividade do nosso País no mercado internacional. Enfim, se aplica, como eu disse, a todos os portos, a Suape, que, mesmo tendo toda a excelência que nós reconhecemos e que é reconhecida nacionalmente, também precisa ser objeto de ações que possam diminuir os nossos custos. Isso é bom para Pernambuco, isso é bom para o Brasil.

Estou fazendo essa referência porque, em alguns momentos, houve algumas insinuações de que haveria algum tipo de razão política para a edição da MP, que isso podia ser dirigido a A, B ou C. Obviamente que isso não tem nenhum fundamento, até porque, no caso de Pernambuco, o Governo Federal desenvolveu investimentos diretos muito fortes no Porto de Suape, juntamente com o Governo do Estado. Nós tivemos recursos para dragagem, para a construção dos berços, dos acessos rodoferroviários. Tivemos, também, por ações conjuntas do Governo estadual e o do Governo Federal, a atração de importantes investimentos, que dependeram, fortemente, de uma decisão política do Governo, como no caso a refinaria, o estaleiro, o próprio polo petroquímico. Então, seria uma insanidade do Governo da Presidenta Dilma editar uma medida que viesse a trazer prejuízos a qualquer porto brasileiro quando o Governo despejou dinheiro em vários momentos e investimentos também.

Dito isso, eu acho que a gente pode fazer a discussão nos termos em que ela deve ser feita. O assunto Suape, apesar de concordarmos todos aqui de que é necessário um tratamento unificado, um planejamento centralizado, mas tem que se levar em consideração algumas particularidades. A primeira delas é que o Porto de Suape não é, simplesmente, um espaço em que há uma interface entre...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – ... o transporte ferroviário ou rodoviário e marítimo. Ele, na verdade, é um complexo industrial e portuário.

Quer dizer, ele é um porto-indústria e essas condições que ele tem de localização, de logística, etc., são importantes para o processo de industrialização do Estado. Graças a Deus, hoje, Pernambuco tem outros fatores de atração de investimentos, até porque, em outras regiões do Estado já vai haver fábricas de automóvel, fábricas de medicamentos, etc., porém, é importante que nós tenhamos como referência que esse porto é importante para a atração de indústrias que vão agregar valor a vários produtos.

Sabemos, também, que a medida provisória é boa para nós porque ela vai continuar trazendo investimentos federais. O fato de se adotar uma modalidade de licitação para as obras, que é a RDC, enfim, tudo isso é importante. Então, veja, o que eu acho que se poderia trabalhar, dentro dessa visão, Sr. Presidente, de que é preciso levar isso em consideração, é se nós não podemos, reconhecida a necessidade do planejamento central, a definição de responsabilidades e vocações, se nós não poderemos trabalhar isso por intermédio de um contrato de gestão, que seja capaz, inclusive, de definir tudo isso em conjunto com esses portos, ou, particularmente, com aqueles portos que demandem...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – Deixe-me concluir aqui, Sr. Presidente. Estou terminando.

Com portos que demandem esse tratamento, até porque acho que era importante a Ministra Gleisi nos dizer. Nós tivemos uma reunião da nossa bancada com a representação da Antaq e da SEP e serão a partir de agora 300 portos sob essa administração centralizada. Até que ponto podemos ficar tranquilos também de que essas licitações centralizadas não terminarão sendo, de certa forma, mais lentificadas na sua realização a partir desse processo da centralização.

Então, a nossa preocupação é encontrar um denominador comum, como o fizemos em outros pontos, para que possamos ter uma medida provisória aprovada pela unanimidade do Congresso Nacional. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Obrigado Senador Humberto.

Eu aprendi, desde o tempo do movimento estudantil, que as reuniões precisam ter ordem. Por isso, fiquei insistindo: se temos uma lista de 15 inscritos e cada um falar mais que cinco, oito ou dez minutos, vamos deixar aqui a Ministra e o Governador sem condições de ficarem até o final do nosso debate. É só um apelo, nada contra a fala de V. Exª, até porque foi uma fala importante.

Vamos ouvir o Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Governador, Srª Ministra, Srs. Secretários, quanto mais ouço, primeiro, os representantes do Governo e, hoje, a Ministra, eu fico mais preocupado, e por uma razão objetiva. O que se fala de intenções – e na semana passada, Senador Braga, eu falei respeitosamente a V. Exª que a sua missão é ultraespinhosa – vão numa direção, mas o mudo real, o que está escrito na medida provisória, quando não colide com as intenções, dificulta as intenções. Nós todos queremos que essa medida provisória possa verdadeiramente significar um ganho de competitividade para o Brasil. E eu vou, Governador Eduardo, inclusive chamar a atenção, já que um conterrâneo seu, desde a primeira reunião, tem defendido – o Deputado Mendonça Filho – que um estudo do BNDES a que tivemos acesso, que é análise e avaliação da organização institucional e deficiência da gestão do setor portuário brasileiro em 2010, aponta claramente na direção contrária Do que está escrito.

Não são intenções. Falar de intenções, todos nós queremos concordar e desejamos que os desejos se realizem; o problema é que, no texto, no art. 12, está claramente escrito que há uma concentração. E a mecânica que vai atuar sobre os portos brasileiros será a de retirar a autonomia das autoridades portuárias, dando menor condição ainda de se alcançar tal eficiência e eficácia que todos nós desejamos. Corretamente, no meu ponto de vista, o Governador Eduardo Campos veio aqui, de maneira absolutamente precisa, mostrar a realidade de um porto que, por ter isso, chegou ao sucesso, um porto que contou com a participação de vários governadores ao longo dos anos e que é hoje um dos principais pontos de exportação de produtos no Brasil.

E aqui a Bancada dos Democratas, Sr. Relator e Sr. Presidente, preparam uma contribuição. Logo após a minha fala, Deputado Mendonça Filho, nós vamos entregar a V. Exª. E elas vão exatamente na direção de tentar fazer com que na lei nós tenhamos todas as intenções. Os organismos internacionais dizem: "o Brasil tem hoje, em média, 5,5 dias para desembaraçar carga, carga que precisa de inspeção física. A média mundial é de três dias. Isso nos empurra lá para o final da fila da competitividade dos países que tem atividade econômica importante.

Basta apenas uma medida, que não está contida na MP. Há uma lei, a Lei nº 5.025, que determinava que ela fosse feita: é a de que os órgãos anuentes – nós estamos falando aqui da Anvisa, estamos falando aqui do Ministério da Agricultura e da Receita Federal. Se funcionassem 24 horas por dia, haveria uma redução de 50% no tempo de despacho das nossas cargas e faria com que o Brasil, que hoje está lá na 106ª posição, subisse 40 posições apenas com essa medida, nos colocando num outro patamar de competitividade.

E é uma medida que depende só da decisão do Governo, depende só da ação do Governo, e deveria estar explicitada, no nosso entendimento, no texto da MP. Eu espero que o Senador possa colocar isso claramente no texto da MP.

Depois, nós queremos solicitar ao Relator que, em relação à autonomia e à centralização, se possa rever o art. 12. Aqui, há espaço para que o princípio federativo seja respeitado, para que possamos ter, sim, a política nacional de portos – e aí a Ministra, na minha visão, está correta –, ter as diretrizes. Agora, na operacionalização, não dá para fazer licitação. Isso tem que ficar lá, onde as coisas verdadeiramente acontecem.

Então, a contribuição nossa, da Bancada dos Democratas, neste momento, representada pelo Deputado Mendonça Filho e por mim, é a seguinte: imediatamente após a fala do Deputado Mendonça Filho, vamos entregar ao Senador a contribuição, mas com esse espírito. Essa é uma medida provisória que não permite debate político de situação e oposição. Esse é um tema que requer que o Brasil tenha sensibilidade, a representação aqui no Congresso, para que possamos avançar.

Então, quando a gente diz que as intenções são boas, mas a vida real é a que está no texto – às vezes há diferença –, é só para chamar atenção no sentido de que possamos construir um entendimento, porque o nosso interesse comum é que o Brasil realmente possa avançar.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Próximo orador, Deputado Mendonça Filho, de Pernambuco. O Deputado Onyx usou cinco minutos e quinze segundos.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Eu tenho crédito, então.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Estamos melhorando, Presidente.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Bom, eu quero saudar o Presidente da Comissão, Deputado José Guimarães, o Senador Eduardo Braga, o Governador Eduardo Campos, do meu Estado, os secretários que representam o Estado do Rio Grande do Sul e da Bahia, e a Ministra Gleisi Hoffmann, que representa o Governo Federal nesta audiência pública.

Primeiro, eu quero asseverar que tenho total concordância com o objetivo e com os propósitos da medida provisória: modernizar portos, tornar os portos mais eficientes, mais competitivos, oferecer uma lógica nacional. Absolutamente bem-vindos. Eu diria que há uma perfeita convergência entre a intenção do Governo Federal e a disposição, eu até creio, da grande maioria da Bancada oposicionista aqui desta Casa, no sentido de aprovarmos a medida provisória.

No entanto, Ministro, eu tenho que revelar, de forma muito clara, aquilo em que tenho insistido em todas as reuniões nesta Comissão: é que o Governo, infelizmente, comete um grave erro, na medida em que leva a lógica da centralização como a melhor lógica para buscar esses objetivos de eficiência e produtividade.

Eu creio, sinceramente, que, se nós analisarmos o desempenho das companhias Docas e dos portos administrados pelo Governo Federal, comparativamente aos portos delegados, na sua grande maioria, com seus defeitos, suas virtudes e suas deficiências, vamos chegar à conclusão fácil de que os portos delegados, a exemplo de Suape, ganham muito mais espaço, eficiência e competitividade do que aqueles portos administrados pela União.

A tarefa de planejar, a tarefa de coordenar, a tarefa de fiscalizar é clara competência da Antaq e da SEP. Não há discordância quanto a isso. Eu creio que essa é a missão desses organismos federais. Aliás, há outra agenda que é de responsabilidade do Governo Federal nas agências que atuam nos portos brasileiros que, infelizmente, não avança. Receita Federal funcionando 24 horas nos portos do Brasil, Anvisa, Ministério da Agricultura, com tremenda ineficiência, não por conta de deficiência dos funcionários, mas por conta da falta de disposição e de iniciativa do Governo Federal, no sentido de aparelhar esses portos e essas agências para que elas atuem, de forma efetiva, em busca da eficiência.

Aliás, falando em eficiência, eu quero saudar, inclusive os membros da Bancada do PT, porque eficiência e produtividade foram sempre palavras relacionadas ao neoliberalismo ou coisa parecida. E eu vejo que essa lógica começa a ser incorporada, porque isso significa produzir mais, melhor, ganhar eficiência para toda a sociedade.

Então, a posição que coloco, e insisto na presença da Ministra, até porque a minha posição é absolutamente convergente com a do Governador Eduardo Campos, é no sentido de que o Governo Federal tenha humildade de reconhecer que esse Estado brasileiro não é um Estado unitário. Não somos do tamanho da França, da Inglaterra, da Itália, não. Somos um país de dimensões continentais, com realidades muito distintas, do Rio Grande do Sul ao Maranhão, de Pernambuco a São Paulo. E, portanto, a lógica de uma federação tem obedecer à lógica da descentralização mesmo sobre o planejamento e a coordenação por parte da Antac e da Secretaria Especial dos Portos. É algo que devemos buscar.

Mas, Ministra, eu quero dizer, inclusive, que o exemplo que V. Exª citou há pouco é um mau exemplo sob o ponto de vista condução da política de concessões do Governo Federal. Eu assisti a um debate muito intenso e até

excessivamente político entre PSDB e PT com relação aos modelos de privatização das concessões rodoviárias no Brasil. O modelo que fracassou foi justamente o modelo do Governo Federal, que tinha um plano de metas a cumprir, que tinha regras de redução tarifárias, mas que, infelizmente, as concessões foram outorgadas para muitas empresas que não cumpriram as suas partes nos contratos de concessão.

Evidentemente, temos que buscar eficiência e redução de tarifas, mas não vamos em uma busca excessiva, imaginando que vamos conseguir transformar essa realidade tão facilmente, porque muitas vezes fracassamos como fracassou o Governo Federal.

Então, para concluir e ficar em um minuto final de conclusão, meu caro Presidente José Guimarães, quero fazer um apelo ao bom senso daqueles que hoje ocupam o Poder Federal: deixar a autonomia. Se porventura outros Estados da Federação não se importam com essa realidade, a obra de Suape, o exemplo de Suape é o exemplo de vários governos, de vários partidos, é uma conquista pernambucana, a gente dá conta do recado muito bem. É um exemplo para o Brasil, e eu gostaria que houvesse sensibilidade no sentido de que, quando houver espaço para que alguém ocupe a responsabilidade de tocar um porto, que possa ser feito como foi feito em Suape ao longo da história e com grande competência.

É a palavra que eu quero deixar neste instante.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães.) – Muito obrigado.

Depois V. Exª entrega aqui os documentos, as sugestões para o Relator.

Vamos ouvir o Senador José Pimentel do meu Ceará.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Eu quero saudar o nosso Presidente José Guimarães, o nosso Relator, o nosso Senador Eduardo Braga, o nosso Secretário, o nosso Governador Eduardo Campos – tivemos muito tempo na Câmara Federal, chegamos junto ali nos início dos anos 90 – a nossa Ministra Gleisi Hoffmann, que é também nossa Senadora da República e está fazendo muita falta aqui no Senado Federal, no Congresso Nacional, com os debates que V. Exª aqui fazia.

E quero começar registrando que aqueles que acreditam que o Governo do Partido dos Trabalhadores, nossos aliados do Presidente Lula ou da Presidenta Dilma, fracassou é bom olhar a avaliação que a sociedade faz deste Governo, uma avaliação, entre bom e ótimo, superior a 70%. Portanto, a sociedade tem outra leitura do nosso Governo.

E quero, Ministra, começar registrando a vontade que V. Exª e a Presidenta Dilma têm em dar continuidade aos bons projetos que o Presidente Lula vinha fazendo e destravando a nossa economia.

Eu me lembro muito bem aqui de que, em 2011, quando fomos enfrentar o debate da redução da taxa de juros – a taxa Selic era 16,5% caindo para algo de 14% e 12% – alguns setores diziam que aquela política nossa de redução da taxa de juros iria inviabilizar a dívida pública interna e iria faltar capital para financiar a nossa economia.

Um ano em meio depois, a taxa de juros está em 7,25%, a nossa dívida pública interna tem o maior alongamento e tem também uma rolagem com muito mais rapidez do que o tínhamos anteriormente.

Quando fomos enfrentar as questões da taxa de energia, já em 2012, início de 2013, tivemos também, na fase primeira, uma grande dificuldade na sua tramitação. À proporção que as coisas foram se esclarecendo, foram fazendo os ajustes no texto, tivemos uma votação, e, a partir de março de 2013, efetiva-se a redução da taxa de energia, seja para as moradias residenciais, seja para a indústria, o comércio e os vários setores.

Estamos, agora, discutindo a necessidade de ter eficiência, de ter qualidade nos serviços e competitividade nos nossos portos. E quero registrar que esses termos estão na Constituição Federal, que é considerada a Constituição Cidadã. Portanto, não pertence a um partido político, nem tampouco a um agrupamento. Pertence à sociedade brasileira, e sempre primamos no nosso Partido, o Partido dos Trabalhadores, pela eficiência, pela produtividade, principalmente quando esse resultado compartilha todos os atores sociais de um país, com crescimento econômico, com inclusão social e com distribuição de renda.

E é nesse sentido que esta Medida Provisória nº 595 também palmilha e trilha um projeto de nação. Nós somos hoje a sexta potência econômica do Planeta, mas ainda temos muita coisa por fazer e, se não nos anteciparmos, no dia de amanhã fatalmente vamos ter muitas dificuldades para continuar crescendo, continuar gerando emprego.

É bom lembrar que, nesses dez anos de Governo, indo para o décimo primeiro, já temos mais de 18 milhões de empregos – empregos de verdade, com carteira assinada – sobre um saldo que nós recebemos em 2003. Isso é fruto de um governo que dialoga, que compreende a luta dos trabalhadores, que compreende as reivindicações dos empreendedores, e é o que estamos fazendo nesta Medida Provisória.

No que diz respeito aos trabalhadores, já acordamos um conjunto de itens, coordenados pelo nosso Senador Eduardo Braga e pelo nosso Deputado José Guimarães. Falta um ajuste fino para se concluir.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Já adiantamos muito para com os usuários dos portos e para com os empreendedores dos portos. Falta agora um ajuste fino, aqui, no que nossos governadores estão trazendo. Não vejo muita dificuldade em esclarecermos melhor essa questão dos portos, da gestão delegada, dentro de uma visão nacional, com tudo o que estamos construindo. E teremos mais uma medida provisória. Ao término do nosso debates, vamos ter condições políticas de aprová-la, porque essa é a vontade dos trabalhadores, a vontade dos empresários e do nosso Pacto Federativo – dos Municípios, dos Estados e do Governo Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Obrigado, Senador Pimentel. Cinco minutos cravados.

Vamos fazer o seguinte. Vamos ouvir, agora, os Deputados Glauber Braga, Arnaldo Jardim, a Senadora Kátia, e avocamos a palavra para a Mesa, o.k.? *(Pausa.)*

Ou pode topar um pouco mais? *(Pausa.)* Vai indo?

Vamos rapidinho.

Glauber.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Presidente José Guimarães, Senador Eduardo Braga, Governador Eduardo Campos, Ministra Gleisi, Sr. Eracy, Sr. João, demais Deputados e todos os presentes, em primeiro lugar, louvo a iniciativa e o entendimento, Senador Eduardo Braga, em relação a questões que foram trazidas pelos trabalhadores, aqui nesta Comissão, como, por exemplo, a questão da Guarda Portuária.

Sobre o art. 4º, parágrafo único, houve um intenso debate aqui também nesta Comissão, e temos o entendimento de que, nesse campo, se avançou a partir dos trabalhos da Comissão nessa mediação com as centrais dos trabalhadores. Ainda há algumas questões pendentes, mas vamos ter outros

momentos para tratar delas, pelo menos algumas que não consegui ainda entender de forma bastante clara, como a que diz respeito ao Órgão Gestor de Mão de Obra – Ogmo.

Mas eu queria aproveitar o dia de hoje para falar especificamente sobre a centralização, tema que tem sido mais discutido nas nossas audiências. Aí, Relator, Senador Eduardo Braga, procurei acompanhar cada uma das audiências realizadas nesta Comissão, e tive oportunidade de ouvir vários relatos das mais diferentes personalidades que têm acúmulo na área, dizendo que a centralização de procedimentos é o contrário do que vem sendo praticado hoje no mundo. Vários representantes que tiveram aqui a oportunidade de se colocar trouxeram como exemplo a própria China, que tem o maior crescimento econômico do mundo, mas, apesar disso, tem um processo de descentralização, no que diz respeito à sua organização portuária.

Além disso, a gente vem recebendo diariamente, nos gabinetes, em contatos pessoais, pareceres, estudo técnicos, todos eles, praticamente estamos tratando aqui com a unanimidade desses estudos que têm sido encaminhados, vêm no mesmo sentido, de que o processo de centralização pode ser altamente negativo para aquilo que se quer, no que diz respeito ao avanço principalmente para o crescimento econômico que o Brasil precisa e da gestão portuária.

Ademais, as posições dos próprios palestrantes nas próprias audiências feitas com representantes do Governo, em vários momentos, houve uma defesa de argumentos que, no final das contas, levava à demonstração de que problemas que teriam acontecido na gestão e no avanço de alguns portos tiveram motivação ainda em um processo de não valorização da autonomia.

Então é por isso que eu gostaria aqui de fazer essa ponderação respeitosamente à Ministra Gleisi, que fez aqui as suas colocações. Mas, Ministra, a única posição, até hoje, de uma forma mais firme sobre o tema foi colocada no dia de hoje. Em todas as audiências públicas realizadas nesta Comissão as posições foram diferentes, buscando inclusive por um processo de descentralização. E aí eu queria fazer uma observação também bem objetiva. Eu não consegui compreender necessariamente a incompatibilidade de descentralização com padronização de determinados procedimentos, ou seja, pode haver a padronização de uma forma descentralizada. Esse é o nosso entendimento, que vem sendo construído a partir das audiências que têm sido feitas nesta Comissão.

Outro ponto. Também no nosso entendimento, não existe incompatibilidade entre a valorização do porto organizado, do porto público, plenamente com o processo de descentralização. Pelo contrário, essa autonomia pode, no final das contas, gerar o fortalecimento, que é o que vem sendo discutido nesta Comissão.

Para encerrar, cravado no meu tempo, eu queria fazer um apelo ao Senador Eduardo Braga, ao nosso Relator. Que do mesmo jeito que foi procurado um entendimento nas outras questões que ainda estão em discussão, e que V. Exª teve uma grande sensibilidade nesse sentido, que para essa questão fosse buscada também uma mediação e um entendimento anterior à votação das 600 emendas, para que, em um processo de destaque, a gente não inviabilize o avanço das negociações que podem estar sendo formuladas.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Obrigado, Glauber.

Deputado Arnaldo. Veja, Deputado Arnaldo, que nós fizemos uma homenagem a V. Exª: trouxemos a Ministra Gleisi.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS – SP) – Muito obrigado, Deputado José Guimarães, Deputado Eduardo Braga.

Quero saudar a Ministra Gleisi Hoffmann. Realmente, Ministra, essa referencia que fez o José Guimarães é porque eu solicitei a presença de V. Exª aqui, a senhora deve ter tido notícia disso, porque achei que a senhora contribuiria como já o início foi uma boa contribuição. Estou com uma expectativa muito grande de que V. Exª possa complementar com chave de ouro essa sua participação.

Quero saudar o Governador Eduardo Campos, político que honra o Brasil e que tem a nossa simpatia muito grande. Quero saudar os senhores representantes do Governo do Estado da Bahia e do Estado do Rio Grande do Sul, que estão aqui conosco.

Quero lembrar a todos nós que estamos aqui encerrando um ciclo de audiência, não é mesmo, Senador Eduardo Braga? Então, ela tem um relevo para nós aqui. Primeiro, nessas audiências, eu aprendi muito, e estou tentando prestar atenção, e verifiquei que aquilo que parece, muitas vezes, não é aquilo que é, muitas vezes, não se apresenta de uma forma muito clara. O que eu estou querendo dizer com isso? Primeiro, que eu aprendi com todos aqui que, depois da 8630, nós tivemos um avanço extraordinário. Eu vejo muitas pessoas, agora, tão enfáticas na questão da participação e me lembro – não como figura física, porque naquela época eu estava longe de estar aqui – de que eram pessoas que combateram ferozmente tudo aquilo que era proposto aqui.

Ou seja, era chamado de neoliberal, que queria acabar com a questão de Estado. Agora, aqui, esta medida pega características que me surpreendem, porque o porto privado, da forma como está proposto... Ministra Gleisi, V. Exª diz que se estudou isso por aí, diversos modelos, portos organizados do mundo todo, do que eu tenho ciência, estudei um pouquinho também, são sempre entes públicos com operação de terminais privados.

São assim no mundo. A exceção é a Inglaterra, da nossa gloriosa Margareth Tatcher. E o Chile. E não são exemplos daquilo que se preconizava e que eu defendo, de um Estado capaz de disciplinar, orientar e induzir, e depois de fazer uma gestão compartilhada.

Então, foram buscar outros modelos? Se pensou em SEPs que poderiam ter sido estabelecidas ao nível de cada uma das entidades, aprofundando a política de descentralização? E não caminhando no sentido da centralização, que aquilo que a medida provisória acaba preconizando.

Eu ouvi aqui algumas ideias sobre as quais quero pontualmente me localizar. Primeiro, o Senador Humberto Costa perguntou: "Posso ficar

despreocupado porque vai facilitar?" Não pode ficar despreocupado, Senador Humberto Costa. Primeiro, que isso significa que, se a medida provisória for aprovada da forma como está, uma concentração total de atribuições na Secretarias dos Portos e o Governo não tomou nenhuma medida administrativa no sentido de equipá-la.

Cara Ministra Gleisi, que medidas administrativas forma tomadas para mudar o quadro de pessoal, agilizar os procedimentos, preparar para uma eventualidade – eventualidade não, uma realidade! A medida provisória está em vigor, produz efeitos – é assim que funciona esse sistema. E que ajustes foram feitos?

No que diz respeito a esses inúmeros trabalhos – cada um menciona um aqui – sobre a questão da demora, de dificuldade dos nossos portos, se referiram agora aqui, tanto o Deputado Onyx, com o Deputado Mendonça Filho, sobre as questões de burocracia. Que tipo de agilidades...

A Ministra falou do Conaportos que está sendo anunciado, mas isso não produziu efeito ainda no sentido, pelo menos, daquilo que foi aqui apresentado a nós, que foi o diagnóstico de diversos setores, inclusive, do Governo, que apresentavam avaliações diferentes sobre a questão do tempo de permanência.

Tem uma questão que existe ainda e que é fundamental, perpassou a discussão aqui. Muitas vezes nos editoriais de jornais que se produziram... nós vimos uma semana em que os três principais jornais do País, em seus editoriais, saíram com o mesmo teor e saíram acompanhados de medidas de declarações públicas do Governo que diziam que a Medida Provisória era imexível, que o que restava ao Congresso Nacional fazer era aprovar o mais rapidamente possível e com pouquíssimas alterações. Como se, de repente, se tivesse descoberto a verdade exatamente de uma forma absoluta.

Ali, não se falou, em nenhum instante, meu caro José Guimarães – e vou fazer as últimas duas observações para concluir – na questão de que quem forma preço de frete é armador. A operação que se faz nos portos é absolutamente localizada. Aquilo que foi proposto na medida de que os critérios de concorrência serão agora exatamente pelo custo apresentado e por movimento de carga, meus amigos – me permitam falar assim, num tom até de apelo –, isso vai permitir uma folia dos armadores, que vão passar a formar, inclusive, interpostas pessoas que poderão apresentar, com esses critérios fixados aí, propostas de operação de portos e, que depois ficam capturados totalmente para sua formação de preço. Aí, vai ocorrer de uma forma absoluta.

Quero fazer um apelo, Sr. Relator Eduardo Braga, que tem sido o elemento de diálogo. O nosso Presidente usou uma expressão, que eu até anotei porque achei muito boa, que diz o seguinte: a alma que dará sustentabilidade à tramitação é a alma do diálogo, termo referido pelo Senador José Pimentel e que o nosso Relator tem praticado.

Vamos modificar o critério de movimentação de carga por produtividade. E, aí, tentar ver se amarramos minimamente a cabra dentro da horta, porque, senão, como vamos fazer na formação desse preço?

Por derradeiro, Sr. Presidente, uma última questão para o Governador Eduardo Campos: aquilo que o senhor propôs, que nós excetuássemos o Suape, não tem o nosso apoio. Eu não apoio que se abra uma exceção para o Suape, até porque queremos que a experiência do Suape seja referência. Então, o senhor não veio pleitear algo para Pernambuco, entendo eu; o senhor veio propor uma visão daquilo que deveria orientar, sim, a medida provisória: descentralização, equilíbrio entre os poderes. Aquilo que foi extraordinário, que foi a gestão de que todos participaram, mas particularmente o Relator conduziu com o apoio do nosso presidente, na questão do setor laboral, possa acontecer agora no diálogo com os terminais que já existem, para que não se busque ou isonomia ou equalização, como chama o Relator, e que possamos estabelecer essas normas de descentralização e, aí, sim, buscarmos criar caminhos para o desenvolvimento do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Senadora Kátia?

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Hoje eu estou com um casaquinho muito discreto, Sr. Presidente, não dá para o senhor me ver direito.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Mas a senhora sempre fica aqui na frente embelezando a nossa primeira fila, e hoje ficou lá por trás.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Cheguei atrasada e peguei a última cadeira.

Obrigada, Sr. Presidente, Ministra Gleisi Hoffmann, Governador Eduardo Campos, Srs. Secretários de Estado, muito obrigada também pela presença, por virem contribuir com esse debate tão importante.

Sr. Presidente, Srs. Senadores e Deputados, não preciso dizer o que está acontecendo hoje no País, nos portos, com relação ao agronegócio. E vejo essa preocupação excessiva com relação especificamente às licitações, porque, na verdade, é a única coisa que está sendo retirada para a Antaq. Porque no art. 13 está perfeitamente claro, no que diz respeito às competências da administração do porto organizado, no inciso V, "fiscalizar ou exercer as obras de construção, reforma, ampliação, melhoramento, conservação das instalações portuárias". Agora, no que diz respeito às licitações, não entendo tanta angústia quando olho os prazos e as datas e há quantos anos esses delegados estaduais não praticam licitação nos portos. Todos, sem exceção, ficaram de dez a quinze anos sem licitar. Se estamos vivendo essa angústia hoje – um minutinho, por favor, Deputado, eu te ouvi com bastante atenção –, justamente em alguns lugares, existem muitos culpados, inclusive a falta de licitação de portos importantes.

Eu vou dar o exemplo de Itaqui. Como disse a Ministra, 90% do produto de Tocantins sai por Itaqui. Então, eu falo com muito conhecimento de

causa. Nós conseguimos, depois de oito anos, e quero aqui atribuir ao Ministro Reinhold Stephanes, à época Ministro da Agricultura, que foi fundamental, que deu um murro numa mesa, e eu achei que ele ia quebrar a mesa esse dia, o edital. Oito anos e Itaqui não abria licitação.

Quero lembrar que 52% de toda a soja e milho do Brasil são produzidos na Região Centro-Norte, acima do paralelo 13º. Qual é o pior dos mundos para essa safra? Descem 86% para Paranaguá e Santos, e apenas 14% saem por Itaqui. Para vocês verem a irresponsabilidade da resistência em licitar um porto dessa grandeza.

Foi licitado, em 2011, graças a esse murro do Reinhold Stephanes numa mesa, e que ainda vai ficar pronto para a safra de 2013/2014. Nós vamos sair de 4 milhões de toneladas escoando por esse porto para 5 milhões. Na segunda etapa, mais 6 milhões. Quantos anos nós perdemos? Talvez se Itaqui tivesse licitado quando começamos a reclamar e a implorar ao Governo do Estado do Maranhão, nós poderíamos estar hoje desafogando Santos e Paranaguá.

Com relação a Suape, que por sinal é um porto extraordinário, é um porto espetacular, não quero desmerecer ninguém, mas é um porto ocioso, é um porto que está em construção para operar principalmente petróleo e petroquímica. Não há crise em Suape. Não há grãos, não há minério em Suape. Tudo ajuda nessa *performance*. Agora, estamos falando, mas vocês ainda poderão ter uma supermovimentação quando a Refinaria Abreu Lima ficar pronta, porque, aí sim, nós teremos uma movimentação expressiva em Suape. E, aí, vamos ver, Governador – que Deus te ajude! – se Suape continuará eficiente como hoje; e tenho a certeza de que o senhor há de conseguir. Então, nós temos que lembrar que houve 11% de aumento de safra.

Agora, com relação à MP, ela não revoga delegação. E quando o Governador fala a respeito do rompimento de contratos, eu até arrepio quando ouço essa palavra, porque sou a maior defensora, ou uma das maiores defensoras, do respeito aos contratos. Eu quero lembrar que Suape tem contrato de concessão com o Governo Federal, que iniciou em 92, e o prazo de término é indeterminado.

(*Soa campainha.*)

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – O Governo, inclusive, pode terminar a hora em que quiser. Mas não é o caso; o Governo não tem interesse em tirar dos Estados. O contrato de Rio Grande só irá vencer em 2022, não tem nem como tomar do Governador. O contrato de Itaqui vai vencer, bem ou mal, em 2026.

Então, quanto a esses portos, pode ficar tranqüilo porque não haverá rompimento de contrato, mesmo porque existe Justiça no País.

E eu quero, aqui, dar uma ótima notícia. Apenas em três meses da MP...

(*Soa a campainha.*)

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) –...viva, em três meses, há 15 pedidos de novos TUPs na Antaq. Quando eu falo em TUP, não é uma banquinha na feira, que custa baratinho, não. Quinze TUPs significam bilhões e bilhões de reais de interesse ativo, expressivo. Isso está no *site*, na Internet, para quem quiser ver. Ao todo, são 111 pedidos de construção de algum tipo de porto neste País, ou TUP, ou ETC. Só de TUP, são 56. Desses 56, 15 apenas em três meses de MP. Vocês já imaginaram o que irá acontecer com o nosso Brasil...

(*Soa a campainha.*)

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – ...depois dessa MP aprovada? Meu Deus, nós não vamos mais ter nenhum problema, nenhum problema desse tipo e dessa natureza. Então, eu não entendo essas aflições e essas angústias.

(*Soa a campainha.*)

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Eu tenho certeza absoluta de que, através da Antaq, as licitações vão ocorrer sim, porque está aqui em Brasília, debaixo dos nossos olhos, dos Deputados, dos Senadores, fiscalizando se estão editando ou não, licitando ou não, diferentemente do que ocorreu nos últimos dez anos ou mais: licitação zero!

(Soa a campainha.)

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Licitação zero por parte de Docas e dos portos estaduais.

Tiveram os seus motivos? Tiveram! Mas um grande prejuízo que estamos sofrendo hoje no Brasil é esta ausência de licitação durante todos esses anos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Deputado Milton Monti, e depois vamos dar a palavra aos nossos convidados, que aguardam o momento, porque ninguém obedece o tempo. Mas vamos tocando. É a pisadinha democrática.

O SR. MILTON MONTI (PR – SP) – Sr. Presidente, caro Relator, Senador Eduardo Braga, cara Ministra Gleisi Hoffmann, Governador Eduardo Campos, representantes aqui da Bahia, Rio Grande do Sul, colegas Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras, eu quero inicialmente dizer o que já disse várias vezes aqui. Eu sei que o trabalho do nosso Relator vai ser árduo, mas a cruz que nos é dada é exatamente aquela que podemos carregar. Tenho certeza de que o nosso Relator dará conta do recado e encontrará um caminho para um assunto tão importante para o País.

Eu queria dizer também que louvo a Presidenta Dilma no sentido de ter os objetivos de fazer o País crescer, se desenvolver, diminuir o custo Brasil, gerar empregos, aumentar a competitividade. Acho que esses objetivos têm que, acima de tudo, nortear aqui as nossas discussões. E creio, creio realmente, como democrata, como membro do Parlamento, que o Parlamento contribuirá muito

para que essa medida provisória possa ser aprimorada. E fico feliz que a Ministra se divide entre estar no Governo e ser membro aqui do nosso Parlamento. E certamente dará a dimensão exata da importância dos reclamos, das reivindicações e da caixa de ressonância que é o Congresso Nacional.

Vi aqui a exposição do Governador Eduardo Campos colocando com clareza e sem nenhum questionamento a eficiência da descentralização do Porto de Suape. E por isso, quando falamos em mudança, centralização ou não, temos aqui uma diretriz nacional com a qual eu concordo; temos de levar em conta que há experiências positivas que acontecem no País.

Há também que se levar em conta – quero pontuar algumas coisas – que se o objetivo é aumentar investimentos, competitividade, temos questões que precisam ser discutidas; temos contratos que merecem um olhar especial. Contratos anteriores a 93, que podem adequadamente cumprir a legislação e, ao mesmo tempo, ser instrumento dos objetivos principais desta MP.

Temos que pensar na equalização daqueles que estão chegando numa nova regra com aqueles que já estão postos, operando com regras um pouco diferentes das que estão sendo colocadas hoje. Temos de pensar nesse equilíbrio.

Precisamos imaginar que as diretrizes centrais, como disse, devem ser realmente... A questão portuária é uma questão nacional, mas devemos imaginar que vamos ter gente, não gente de qualidade. De qualidade teremos muitos, mas pessoal suficiente para tocar todos os projetos aqui em Brasília, eu tenho dúvidas de que isso possa realmente acontecer.

Portanto eu não quero me alongar, mas digo ao Sr. Relator que deve procurar, dentro desses objetivos de fazer o País crescer, de gerar investimentos, de aumentar a competitividade, encontrar caminhos que possam da mesma forma atingir esse objetivo. Vou falar novamente sobre a questão dos contratos anteriores. Há precedentes no setor elétrico,.no passado. Precisamos ter um equilíbrio entre os parceiros que estão chegando com os que já estão postos.

Por final, quero fazer uma última observação que também já foi feita aqui. A questão do preço como critério de competitividade: acho até que pode acontecer, mas será de pouco impacto. Agora, a questão da quantidade de carga eu acho imponderável. É impossível impor ao operador portuário que ofereça uma quantidade maior ou menor de cargas, porque isso não está no seu contexto de ação, não é da sua ação poder oferecer isso. Então, acho que esses critérios devem ser revistos.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Carissimos, é o seguinte, o Presidente do Senado – eu acabei de ser informado...

O SR. MILTON MONTI (PR – SP) – Presidente, eu usei os cinco minutos, hein?

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Eu não estou reclamando. Até menos. Sobraram seis minutos, Milton Montes.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Seis segundos.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Seis segundos, aliás.

O Presidente do Senado já vai começar a Ordem do Dia. Ao iniciar a Ordem do Dia, pode ser que sejamos obrigados a encerrar a reunião.

Eu quero sugerir, então, que os inscritos falem, num esforço de não repetir alguma pergunta, para que pudéssemos ouvi-los, porque senão chegaremos às 6horas. Ninguém usa menos do que, com exceção de uns três, o Onyx e o Milton Monti, oito, nove ou dez minutos.

A Ministra já está me pedindo aqui, democraticamente, para sair às 17h15.

O SR. EDINHO BEZ (PMDB – SC) – Sr. Presidente, faltam quantos, ainda?

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Estão inscritos Raul, Roberto Santiago, Beto Mansur, Iriny Lopes, Márcio França, Edinho Bez e Senadora Lúcia Vânia.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Faltam sete.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Presidente, pela ordem.

Eu vou abrir mão de me inscrever.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Senador Blairo vai abrir mão de se inscrever.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Presidente, eu abro mão também.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Bom exemplo, Senadores, sobretudo a Senadora Lúcia Vânia.

Os outros mantêm? Um minutinho para cada um, rapidinho?

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Três minutos.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – No máximo três minutos. Concordamos todos? Vamos lá.

Roberto Santiago. Ausente.

Vamos em frente. Beto Mansur.

O SR. BETO MANSUR (PP – SP) – Sr. Presidente, com muita rapidez, eu só queria, com a presença da Ministra Gleisi Hoffmann, com a presença do nosso Governador Eduardo Campos, que toca muito bem um porto, repetir uma fala que fiz na semana passada até porque estou na presença de uma representante importantíssima do Governo Federal e quero externar essa preocupação.

Eu estou na vida pública há uns 25 anos. Fui prefeito da cidade de Santos durante o período de oito anos. Então eu acho que tenho uma contribuição a dar porque eu, antes de ser prefeito, participei aqui da confecção da Lei 8.630, que foi uma luta muito grande, inclusive teve uma participação muito forte do

Partido dos Trabalhadores naquela oportunidade, senão, a gente não conseguiria ter aprovado aquela lei da maneira como o foi. Ainda me lembro de que o ex-Senador e hoje Ministro Aloysio Mercadante teve uma participação efetiva naquele processo e a gente acabou implantando isso em um porto grande, que foi o Porto de Santos.

Rapidamente, qual a minha impressão? Eu já deixei essa impressão a todos vocês. Eu acho que a gente concentrar as coisas em Brasília, Ministra, vai ser muito, muito ruim para os portos brasileiros. Eu tenho opinião muito forte. Eu acho que nós vamos chegar a um momento em que a gente precisa de ter os nossos portos competindo entre si. Os portos têm que ter essa possibilidade da competição, porque isso é salutar.

Alguns setores reclamam dos Conselhos de Autoridade Portuária, que viraram uma igrejinha em determinados portos. E aí que a SEP tem que tocar, aí que o Governo tem que tocar. Mas eu acho que o CAP se tornar um conselho consultivo é regredir, porque um dos primeiros conselhos que deu certo e que houve a descentralização foi em Santos, e deu um resultado muito positivo. Então, preocupa-me aqui, como os companheiros já se preocuparam, a questão que envolve licitação, que eu acho que é uma coisa que... Um detalhe, às vezes, é pegar um porto pequeno; outro, é pegar um porto grande, como Santos, que tem mais de mil funcionários, que tem toda uma estrutura de licitação. Eu duvido que o Governo Federal faça isso com rapidez.

Respeito a opinião da Senadora Kátia Abreu, mas os Terminais de Uso Privativo estão aparecendo agora porque felizmente o Governo vai autorizar o Terminal de Uso Privativo a operar carga de terceiro, que é uma coisa que muita gente defende há muito tempo; eu particularmente defendo.

Então, Ministra, eu sinto que essa questão que envolve licitações, de que maneira o Governo vai tratar os contratos já existentes com os novos contratos para que haja um respeito da compatibilização de contratos, a descentralização, no meu entender, é um perigo, porque o Governo não consegue nem terminar a Norte-Sul, a ferrovia. E a gente tem essa preocupação com a centralização. É preciso, na verdade, haver uma descentralização consciente para que a gente possa fazer com que os portos se desenvolvam.

Eu me assusto de ver, às vezes, comparações com a China. A China tem outro regime, outra condição, outra relação com o empresariado e outra relação com os entes que existem lá, que não são nem federativos. A relação da China é totalmente diferente da do Brasil. Se a gente quiser trazer o modelo para cá, não vai conseguir viabilizar nada.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Deputado Raul.

O SR. RAUL HENRY (PMDB – PE) – Agradeço ao Deputado José Guimarães e vou direto ao ponto.

Eu quero me dirigir diretamente à Ministra Gleisi. Eu acho que aqui todos querem a eficiência dos portos, todos querem um menor custo Brasil. Há

duas teses em debate aqui: a tese da centralização *versus* a tese da descentralização. Queria dizer para a senhora, Ministra, que Suape é um exemplo virtuoso da tese da descentralização.

Nos anos 80, nos anos 90, quem discutia desenvolvimento regional no Brasil tinha uma opinião sobre o Nordeste, praticamente consensual, de que o Nordeste teria dois polos dinâmicos na sua economia futura: o oeste da Bahia, que seria integrado à região metropolitana de Salvador, que gera dinâmica, gera um polo dinâmico por causa do Polo Petroquímico de Camaçari, e o sul do Maranhão e do Piauí, que se integrariam a São Luís e a Fortaleza. Com essa visão, inclusive, o Governador Tasso Jereissati iniciou a construção do Porto de Pecem.

O leste da Região Nordeste – Maceió, Recife, João Pessoa e Natal – ficaria isolado do restante da região dinâmica do Nordeste por uma grande região semiárida, que está se acabando com a seca agora, uma atividade decadente da cana-de-açúcar na Zona da Mata e ficaria apenas o setor de serviços ali no litoral do Nordeste – um setor de serviços muito voltado para o turismo, mas limitado pela restrição da renda porque aquela região não é uma região dinâmica.

De repente o Brasil estabilizou sua moeda, voltou a crescer e Suape, que era um projeto visionário, virou realidade. Suape tinha uma localização privilegiada, como mostrou aqui o Governador Eduardo Campos, a 800 km de Salvador, de Fortaleza, um porto protegido, com retroárea, um porto industrial. Suape começou a acontecer e Pernambuco, então, compreendeu que aquilo era seu principal instrumento de indução do desenvolvimento econômico, de Pernambuco e da região.

Tem um exemplo clássico em Suape que mostra como esse processo de descentralização é positivo e virtuoso. O estaleiro da Camargo Corrêa, que se instalou lá no começo dos anos 2000, chegou a negociar com 17 portos no Brasil a sua localização. Avançou mais com dois Estados e chegou a Pernambuco e foi fazer uma visita e disse: "Nós queremos colocar quatro condições aqui: a licitação da área, a licitação da obra de acesso, a licença ambiental e um programa de formação de mão de obra para soldadores. Se o Estado apresentar isso em três meses, nós viremos para cá."

O Estado apresentou e, hoje, está lá o estaleiro Atlântico Sul.

Eu estou colocando isso e já conclui os pressupostos, caro Presidente, para dizer que a União faça os estudos, que trace as diretrizes, que formule a regulação, que execute a regulação – tudo isso está muito bem –, mas gerenciar processos administrativos, de licitação, processos gerenciais, não faz nenhum sentido num país continental como o Brasil, de centenas de portos.

A senhora usou o argumento e certamente está presente no relatório do TCU: baixa capacidade técnica na gestão. Esse exemplo é um bom exemplo em relação à Suape. A senhora fez referência às várias licitações que foram feitas por terminal açucareiro. Foram feitas para cumprir a norma, com a agilidade que

só a autoridade local tem, porque, se chegar aqui a Brasília, vai ficar em uma fila. Isso é ruim para o País.

Então, eu falo para a senhora, como representante do povo de Pernambuco para que o bom senso presida os entendimentos e que, no momento em que essa medida provisória for votada, possa realmente ser a favor do País.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Deputada Iriny Lopes, do Espírito Santo.

Os Deputados que chegaram depois nós estamos impedidos, democraticamente, de inscrevê-los, por conta de um acordo com os convidados e da sessão do Senado.

O SR. (*Fora do microfone.*) – Seria um impedimento democrático. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Perfeitamente.

Porque já há uma deliberação aqui, uma norma consuetudinária.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – Sr. Presidente, Sr. Relator, cumprimento os nossos convidados, nossa companheira Gleisi, nosso Governador Eduardo, os representantes da Bahia e do Rio Grande do Sul.

Vou ser bastante breve.

Todos nós que estamos discutindo a medida provisória reconhecemos a importância e a oportunidade desse debate diante dos desafios de crescimento sustentável e de disputa internacional e competitividade de que o País precisa.

Eu quero parabenizar os Parlamentares, o Governo, porque uma fase que muitos aqui julgavam que seria impedimento já foi superada para aprovação, que foi a negociação com as centrais sindicais e a superação da pauta apresentada pelo conjunto dos trabalhadores.

Se nós tivermos, tanto Parlamentares como Governo, a capacidade e competência para resolver esse primeiro ponto, eu estou apostando – e aí diferente do Monti, eu não quero deixar tudo por conta do Relator. O relator tem o seu papel, vai dialogar com todos nós, mas todos nós temos voz e temos interesse de dar uma contribuição efetiva na discussão dessa medida que é fundamental para o País.

As mediações necessárias para atender às premissas colocadas pelo Governo, que nos dão condições de superar o que a Senadora Kátia Abreu aqui lembrou, da estagnação durante um período grande que causa prejuízos ao País, e outras experiências exitosas que estão sendo trazidas aqui por outros Parlamentares e por outros convidados, acho que vamos ter capacidade e condições de fazê-las.

Então, eu quero apostar, de maneira otimista, que colocar os portos brasileiros em condições efetivas de competitividade e de eficiência, é possível, As condições estão dadas, dependerá, agora, da nossa capacidade política de fazer as negociações, e eu aposto que vamos fazê-las.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Já há um outro acordo aqui na Mesa.

Deputado Márcio França.

O SR. MÁRCIO FRANÇA (PSB – SP) – Presidente, Governador, Deputados, Ministra, Colegas, eu sou filho de um pediatra antigo, que quase aos 80 anos faleceu. Ele me dizia sempre que quando o antibiótico fizer acordo e viver em paz com a bactéria é porque alguma coisa está errada, algum pedaço morreu.

Ao longo desse período todo, Senador, nós tivemos diversas audiências, e eu ficava sempre em busca de onde é que estava a razão da edição da MP, do formato da MP. Depois, em determinado momento, eu vi, quando a Fiesp, Federação das Indústrias de São Paulo, declarou solenemente que ela era uma das principais defensoras da medida provisória. Depois, vi, ao longo de todo esse período, tomando a fala de quase todos os parlamentares que aqui se pronunciaram, Ministra, que há pouquíssimas vozes na defesa intransigente da medida provisória; quase raras. Finalizando, vejo que a senhora também defende de maneira mais dura o texto como ele veio de lá para cá.

Eu convivi com o Presidente Lula por oito anos, e agora com a Presidenta Dilma por dois anos. É incrível que, em todos esses dez anos, em que foram produzidos dois estudos do BNDES, contratados pelo Governo, o Governo seguiu numa direção. No entanto, a senhora anuncia hoje aqui a contratação de um estudo feito pela universidade de Santa Catarina, que eu não conheço, que nunca foi publicado, mas suponho que deva existir, que muda completamente o entendimento.

Durante esse período do governo do Presidente Lula, tive a honra de vê-lo indicar para Ministro o então Ministro Pedro Brito, que hoje preside a Antaq, indicado pela Presidente Dilma, que disse, aí onde V. Exª está sentada, que a centralização é um erro, que será um desastre para o País. Eu ainda indaguei a ele, no dia, acerca de quantos funcionários tem a Antaq. Ele disse que teria em torno de 200, e a SEP tinha mais 150 a 200. Só na Codesp de Santos tem 1.500 funcionários que administram todos esses processos. E à época, todo mundo insistia em dizer: "mas há dez anos não se faz licitação."

Se V. Exª estiver certa e as licitações saírem de uma vez só, no final do ano, como V. Exª tem falado, nós só falaremos em licitação de novo daqui a 25 anos, ou talvez 50. Isso não será nenhum erro.

Portanto, o período de tempo em que se faz uma licitação não é nenhum erro. Ao contrário. Agora, sabe por que não é feita licitação, Ministra? Porque todas as vezes em que se inicia uma licitação, em qualquer Companhia Docas do Brasil, tem que se passar pela Antaq, pela SEP, pelo Tribunal de Contas, pelo Ministério Público, pelo Meio Ambiente, pela Anvisa, enfim, tem que passar por todo mundo, e tudo isso leva um tempão enorme, e, na verdade, boa parte poderia ser resolvida com a medida provisória.

(Soa a campainha.)

O SR. MÁRCIO FRANÇA (PSB – SP) – Então, para finalizar, eu quero informar ao Presidente, que tem feito um esforço grande– e reconheço o esforço do Presidente e do Relator, e eu sei que muitos acordos avançaram, mas não estão completos em relação aos trabalhadores; vamos deixar isto bem claro: os trabalhadores não estão atendidos na plenitude – com relação aos operadores e prestadores de serviço, 11 Deputados Federais farão obstrução naquilo que for possível a partir da apresentação do relatório, destacando as seiscentas e tantas emendas, uma a uma, para que votemos uma a uma, dentro do limite do que Deus e a regra do jogo permitam, porque, para nós, a medida provisória como está e no formato que está, ela é ruim para o País, e os erros que eventualmente sejam cometidos por um gestor serão pagos por todos os brasileiros.

Então, embora respeite o entendimento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRCIO FRANÇA (PSB – SP) – ...sei que é honesto o entendimento, não é desonesto, mas, de verdade, os favorecidos da MP já se contentaram, que são os quatro grandes terminais privados do Brasil, porque, esses sim estão nesse instante liberados pelo Governo.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Deputado Edinho.

O SR. EDINHO BEZ (PMDB – SC) – Com a compreensão de todos, gostaria de registrar a satisfação de ter conosco o Governador de Pernambuco, nosso amigo de longa data, com quem tivemos o privilégio de ter uma bela convivência como Parlamentar. E a Ministra também aqui presente. É um prazer tê-la também aqui conosco.

Breve. CAP. Diminuir a participação do CAP sou contra e não é bom. Não temos tempo para aprofundar, infelizmente.

Descentralização. O mundo inteiro parte hoje... Já disse aqui várias vezes e vou terminar dizendo que a administração moderna no mundo inteiro, com a rapidez, a facilidade, a tecnologia, hoje é descentralizada, porque você tem o controle de onde você quiser. Até o agricultor hoje controla, da casa dele, o trator trabalhando na agricultura. Então, somos contra e estou à disposição para debater esse assunto.

Porto 24 horas. A culpa é do Governo de não ter funcionado até hoje. A Receita Federal, a Anvisa, a Polícia Federal, a agricultura etc, que foram os grandes obstáculos para funcionar 24 horas, além de outros, claro!

Uma pergunta. A licitação da concessão de aeroportos às empresas aéreas... As empresas aéreas estão proibidas de participar da licitação da administração dos aeroportos. A pergunta é a seguinte: na área portuária há a mesma premissa? Ou seja, os armadores não poderão participar? Caso contrário, teríamos dois pesos e duas medidas.

Outra pergunta. Na lista dos maiores portos o Brasil está na 40ª posição. E eu conheço muitos. A Srª Ministra pode apontar quantos operam com marco regulatório semelhante ao proposto na Medida Provisória nº 595?

Outra pergunta. Os portos citados como referência de produtividade, capacidade e competitividade, portos como Xangai, Hong Kong, Roterdã – e conhecemos todos –, citando apenas alguns, têm em média quatro terminais de contêineres.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDINHO BEZ (PMDB – SC) – V. Exª sabe disso?

E apenas na qualidade de Coordenador de Portos e Vias Navegáveis, da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Infraestrutura Nacional... Aqui temos a honra de termos como Presidente o Deputado Arnaldo Jardim. Eu coordeno a área de portos e vias navegáveis há muito tempo. Fizemos uma audiência pública semana passada e eu gostaria de contar com a aquiescência do Presidente e do Relator para amanhã, às 10 horas, apresentar uma síntese da audiência pública que tivemos na última terça-feira.

Em função do tempo, agradeço a oportunidade e principalmente a presença dos nossos convidados.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Obrigado, Deputado Edinho.

Sei que todos já querem levantar-se. Não sem antes acertarmos. O Relator vai dar uma palavrinha que é importante, até pela sua função de Relator. Já acertamos com os dois secretários, do Rio Grande do Sul e da Bahia, que eles não falarão, mas estão aceitando democraticamente. *(Risos.)*

Não é isso, João Motta?

Não, numa boa. E em função do horário...

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Hoje está democrático.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – ... o Relator, o Governador e a Ministra falarão, para encerrarmos nossa audiência pública.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Srs. Senadores, Srªs Senadoras; Srs. Deputados, Srªs Deputadas; Sr. Presidente; Srª Ministra Gleisi Hoffmann; Sr. Governador Eduardo Campos.

Primeiro, para destacar, Sr. Presidente, e agradecer o largo e amplo debate que tivemos aqui nesta Comissão em torno de uma matéria tão importante. Foram nada mais nada menos do que sete audiências públicas que ocorreram em nossa Comissão.

Participei de inúmeras comissões mistas e em nenhuma delas presenciei uma democracia tão larga no sentido de ouvir todos os segmentos, todos os setores de uma forma ampla, geral, irrestrita e absolutamente democrática.

Trinta e oito convidados, Srª Ministra. Aqui ouvimos 38 convidados. Para que todos pudessem falar com absoluta liberdade.

Hoje talvez tenha sido um dos dias em que o nosso Presidente mais usou o Regimento, mas nos outros dias tivemos absoluta liberdade para o debate, para buscarmos, portanto, o consenso.

Queria agradecer muito a presença do Governador Eduardo Campos no dia de hoje; agradecer muito a presença da Ministra Gleisi Hoffmann, Chefe da Casa Civil. Quero aqui dizer que se não fosse a contribuição de todos, dos Srs. Senadores e Srªs Senadoras, Srs. Deputados e Srªs Deputadas, do nosso Presidente, da nossa Ministra Gleisi Hoffmann, de outros Ministros dentro do Governo da Presidenta Dilma, não teria sido possível construir o acordo que construímos com a classe laboral, que aponta para um avanço significativo na relação capital/trabalho na questão dos portos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Eu vejo que a reunião, Sr. Presidente, já caminha para o encerramento.

Gostaria de poder adentrar alguns pontos, mas não há clima para isso. Quero, portanto, encerrar, agradecendo a participação de todos.

Creio que não há nenhuma atenção daqueles que aqui estão participando. Portanto, muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Srª Ministra por estar aqui e ter trazido de forma clara as suas colocações, bem como o Governador Eduardo Campos e os secretários de Estado da Bahia e do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – De nossa parte, Relator, V. Exª terá todo o tempo. No entanto, as condições normais de temperatura ambiental não permitem falas mais longas.

Governador, V. Exª tem a palavra para as considerações finais.

O SR. EDUARDO CAMPOS – Sr. Presidente, Sr. Relator, senhores parlamentares, quero agradecer a oportunidade que o Congresso Nacional nos faculta, de fazer este debate, agradecendo as intervenções que aqui foram feitas em defesa da tese que nós abraçamos.

Já vi este Parlamento fazer acordos em coisas muito mais complicadas do que as que estamos tratando aqui. Vi pela expressão na intervenção dos que aqui estão representando o povo brasileiro que haveremos de fazer um belo acordo que possa garantir os propósitos da Medida Provisória, mas também possa garantir um valor que é importante ao Brasil: o valor do respeito à Federação, da capacidade de a Federação ser solidária.

Competência não existe só em Brasília. Há muita competência em pequenos Municípios do País, em muitos Estados pequenos do Brasil. Não existe só competência na Antaq e incompetência nos portos estaduais. A Antaq não é uma boa professora de gestão pública. Até hoje, não o foi. Deverá ser pelo esforço que todos nós vamos fazer e pelo que o Governo vai fazer.

Entendo que caberá a dois experientes parlamentares, ao Deputado José Guimarães e ao Relator Eduardo Braga... O Senador Eduardo Braga já foi

governador do Estado e sabe o que é representar a expectativa de um povo, sabe que esses propósitos da Presidenta Dilma, de melhorar o Brasil, não podem colocá-la numa posição de constrangimento com o Pacto Federativo; que, se esticarmos essa corda, não vai faltar quem venha a este Parlamento, em nome do seu povo e de um sentimento que se espalha; e que é preciso bom senso.

Eu vi aqui que há muitas pessoas dispostas a, com bom senso, fazer um entendimento que já foi feito, como foi dito aqui, com os empresários. Está a caminho de ser feito com os trabalhadores que estão aqui representados à espera de uma última rodada de negociação.

Não vejo absolutamente por que não se fazer, preservando-se o papel institucional do Governo Federal no planejamento da logística, da SEP, da Antaq, mas também preservando... E aqui defendo, porque é meu dever defender, em nome do povo de Pernambuco, aquilo que construímos com grande esforço, com grande capacidade de trabalho de vários governos que passaram.

Seria importante um pedido de informação, por exemplo, de quanto demora, tramitando pela Antaq, que está aguardando três diretores – estão sendo respondidos por funcionários –.um processo? Quanto tempo demora, por exemplo, o EVTE (Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica) do segundo parque de contêineres. Há quantos anos está lá? Há quanto tempo? Há quantos meses está lá?

Digo isso, porque fizemos todo o dever de casa, Ministra. Fizemos um plano. A senhora se referiu, por exemplo, a um relatório do Tribunal de Contas de 2008. E é verdade. Ele era duro com os portos, como não podia deixar de ser, e nós fizemos o dever de casa. Fizemos o zoneamento, fizemos o plano de arrendamento, e o PDZ do Porto de Suape foi assinado; passou pela Casa Civil da Presidência da República e foi assinado pela Presidenta Dilma. Foi um olhar estratégico sobre o porto, um plano para arrendar, olhando o conjunto do País. E tudo isso não teve valor técnico? Se não tivesse valor técnico, se não tivesse eficiência, não teria passado pela Casa Civil, muito menos teria sido assinado pela Presidenta Dilma.

Então, eu defendo a capacidade técnica daqueles que estão lá na empresa de Suape há mais de 30 anos. Estão lá por concurso público. Há uma equipe de profissionais corretos, que foram escolhidos por mérito, para lá dirigir. Presidiu o Porto de Suape por quatro anos o hoje Ministro Fernando Bezerra Coelho. Se ele não tivesse capacidade, não estaria aqui na equipe da Presidenta Dilma.

Então, eu acho que a gente precisa buscar as competências nos Municípios, no Estado e na União. Precisamos acreditar na descentralização, no papel de coordenar, de medir. Não podemos acreditar que a única maneira de dar certo é a gente tomar conta de tudo e quebrar o princípio do pacto federativo.

Só isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Obrigado, Governador. (*Fora do microfone.*)

Ministra Gleisi.

A SR[a] GLEISI HOFFMANN – Eu anotei várias coisas aqui. Não sei se eu vou conseguir responder a todas, mas depois eu posso encaminhar ao Presidente as questões mais específicas. Também quero agradecer à Comissão, agradecer ao Presidente, ao Relator, ao Governador. Sempre é muito importante o debate.

Quando nós apresentamos a medida, em nenhum momento dissemos que seríamos intransigentes em mudá-la. Sempre dissemos que aquilo que viesse para melhorar, nós iríamos aceitar, mas não abriríamos mão da competitividade do setor e da redução do custo Brasil. Portanto, havia alguns aspectos que eram importantes.

O que eu queria deixar claro é que a descentralização já existe. É o sistema que nós temos. E eu pergunto aos senhores se ele está respondendo à demanda que nós temos no momento. Parece que não. Parece que não está. Mesmo Santos tendo mil funcionários, nós não estamos conseguindo ordenar o planejamento do Porto de Santos. As filas que estamos vendo e a falta de condições de escoamento de produção têm a ver tem a ver com a capacidade do Porto, que já está esgotada, sim. Então, nós vivemos um modelo de descentralização, e em dez anos não conseguimos fazer as licitações de que precisávamos para melhorar a capacidade do nosso sistema portuário.

Quero lembrar aos senhores que nós podemos demorar, por exemplo, com obras como a Norte-Sul, que aqui foi colocada, mas o PAC tem cinco anos. Nós colocamos a licitação e estamos resolvendo os problemas. O nosso sistema portuário é mais antigo. Então, não dá para termos como referência que essa descentralização é a melhor forma de resolver o problema, porque se fosse, os nossos problemas estavam resolvidos. A Antaq é uma instituição jovem, que foi criada recentemente no nosso País, e tenho certeza de que está sendo equipada, está trabalhando e vai ter competência, sim, para fazer essas licitações.

Eu queria aqui ponderar com os senhores uma coisa. Nós não podemos estabelecer um sistema portuário brasileiro, criar um marco regulatório, partindo de Suape, partindo de Pernambuco. Com todo o respeito que eu tenho a Pernambuco, ao Porto de Suape, à excelência da gestão, não é essa discussão que pode conduzir a discussão do marco regulatório. E como disse o Deputado – eu também concordo –, não dá para excepcionalizar um Estado. Ou nós tocamos isso junto, como País, como projeto de Estado, como Nação, ou não vamos resolver o problema. Não existem ilhas de excelência. Se o País não for bem, se nós não resolvermos o problema estrutural, ninguém vai bem. Então, eu queria fazer um apelo, sim, ao bom senso: que nós pudéssemos encontrar uma solução para a logística nacional, pudéssemos ter critério.

Desde 2007, a Antaq tem uma nota técnica, com base no TCU, pedindo para que os processos e os estudos de licitação dos portos sejam padronizados. Nós não conseguimos fazer isso, nem com a fiscalização da Antaq. Por isso, nós tomamos essa medida. E se nós podemos ter a SEP e a Antaq, como foi dito aqui, dizendo o que fazer, falando do planejamento, orientando o que licitar, por que elas não podem realizar a licitação? Por que o problema está justamente nesse aspecto?

Então, eu queria fazer um apelo para que a gente pudesse realmente encaminhar essa matéria de uma forma que o País pudesse ganhar, ou seja, nós tivéssemos estudo de qualidade, competência, capacidade para fazer sim as licitações de uma maneira a dar resposta. Nós não faremos todas as licitações até o final do ano, mas teremos os estudos da maioria dos portos, e faremos uma grande parte das licitações sim, este ano, para destravar e para que a gente possa encaminhar o que nós tanto precisamos, que é dar resposta à infraestrutura e à logística deste País.

Nós fizemos um estudo. O estudo do BNDES foi contemplado, sim, junto com o estudo de Santa Catarina. Analisamos os prós e os contras. A Secretaria de Portos tem, foi publicado no *site* da Secretaria de Portos. Está à disposição para que todos possam consultá-los. Nós ponderamos os dois estudos e avaliamos muito para tomar essa decisão. Quero dizer, essa decisão não fere a autonomia federativa. Esta medida provisória não trata da Federação; ela trata do sistema portuário, que tem de ser nacional. É logística integrada para o bem do País.

Portanto, tenho certeza de que este Congresso, com todas as discussões que fazemos, com todas as ponderações que foram levantadas, com a sensibilidade do Relator e do Presidente vai chegar, sim, ao bom termo, e vamos conseguir entregar ao povo brasileiro a nossa produção ao setor produtivo, um sistema portuário que realmente seja de excelência. Espero que, daqui a dois, três ou quatro anos, possamos fazer uma avaliação do acerto que foi tomar essas medidas, assim como foi um acerto tomar as medidas em 1993.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Obrigado, Ministra. Obrigado, Governador. Obrigado, secretários.

Está encerrada a presente audiência pública.

(Iniciada às 14 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 19 minutos.)

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

ATA DA 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 595, ADOTADA EM 7 DE DEZEMBRO DE 2012, QUE "DISPÕE SOBRE A EXPLORAÇÃO DIRETA E INDIRETA, PELA UNIÃO, DE PORTOS E INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS E SOBRE AS ATIVIDADES DESEMPENHADAS PELOS OPERADORES PORTUÁRIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2013, ÀS 14H30, NO PLENÁRIO Nº 2 DA ALA SENADOR NILO COELHO DO SENADO FEDERAL.

Às catorze horas e cinquenta minutos do dia dezessete de abril de dois mil e treze, na Sala número dois da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Deputado José Guimarães, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 595, de 2012, com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Luiz Henrique, Kátia Abreu, Sérgio Souza, Walter Pinheiro, Humberto Costa, Ana Rita, José Pimentel, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Armando Monteiro; e dos Deputados Geraldo Simões, Jorge Bittar, Iriny Lopes, Edinho Bez, Manoel Junior, Marcos Montes, Eduardo Sciarra, Roberto Santiago, Ademir Camilo, Cesar Colnago, Beto Mansur, Onyx Lorenzoni, Mendonça Filho, Milton Monti, Márcio França, Glauber Braga, Paulo Pereira da Silva, Sarney Filho, Nelson Marquezelli e Vitor Paulo. Registra-se a presença de parlamentar não membro da Comissão: Deputado Eduardo da Fonte. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, destinada à leitura e à apreciação do Relatório. Em seguida, o Presidente passa a palavra ao Relator, Senador Eduardo Braga, para que proceda à leitura do Relatório. Após a leitura, é concedida vista coletiva da matéria, nos termos do artigo 132, § § 1º e 4º, do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência suspende a Reunião às quinze horas e quarenta e oito minutos e comunica que a reabertura ocorrerá no dia vinte e três de abril, às dez horas. Às onze horas e cinquenta minutos do dia vinte e três de abril de dois mil e treze, na sala número dois da Ala Senador Nilo Coelho, a reunião é reaberta. A Presidência coloca em discussão o Relatório. Usam da palavra para discutir os seguintes parlamentares: Senador Humberto Costa, Deputado Glauber Braga, Deputado Cesar Colnago e Deputado Ronaldo Zulke. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e dezoito minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado José Guimarães, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Deputado JOSÉ GUIMARÃES
Presidente

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Srªs e Srs. Parlamentares, havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e a emitir parecer sobre a MP nº 595, de 2012.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, uma questão de ordem, para começarmos os trabalhos e pontuar qual vai ser o caminho a ser adotado, e, a partir daí, podermos construir uma solução, porque, dependendo do caminho, a continuidade do processo se dará de um jeito...

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Na hora em que se for discutir a matéria...

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Não, é porque...

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Eu sequer introduzi a reunião, nobre Deputado Eduardo Cunha.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Mas eu digo o seguinte: é importante a gente estabelecer desde o princípio. O senhor pode, por exemplo, verificar a ata, pedir para ler a ata, começar a ter um tipo de obstrução desnecessária.

Então, é importante a gente estabelecer qual vai ser o procedimento antes, porque esse procedimento evitará muito trabalho. Então, é mais fácil a gente compor a situação como ela se dará, e aí haverá o acordo de todo mundo, e haverá celeridade. É mais fácil.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Já a gente responde à questão de ordem de V. Exª, e adota os procedimentos.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Eu nem formulei ainda!

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Portanto, esta reunião, Srªs e Srs. Parlamentares, destina-se à apreciação do relatório do Sr. Relator, Senador Eduardo Braga.

A reunião tem quórum suficiente para leitura e deliberação.

Há uma proposta que foi apresentada à Mesa, e eu já a encaminho, para nós adotarmos uma regra de procedimento para ajudar no nosso debate e na votação da matéria.

Foi apresentado um requerimento pelo nobre Deputado Eduardo Cunha, que requer a retirada de pauta da matéria. Evidentemente, outros Parlamentares não concordam com o requerimento, e nós estamos encaminhando a seguinte proposta de acordo.

A reunião já está aberta. O Relator vai ler na íntegra o seu relatório, será distribuído a todas as Srªs e a todos os Srs. Parlamentares, iniciaremos a discussão na terça-feira e concluiremos a votação do relatório na quarta-feira.

A tarefa de convocar a reunião, nobre Deputado, é do Presidente.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Não, mas faz parte do acordo. Esse acordo significa que a votação se dará na quarta-feira, a partir de 14h30. Esse é o acordo.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Poderá a reunião ser pela manhã.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Não. O acordo é para ser quarta-feira, a partir de 14h30, para não atrapalhar o andamento das comissões a que os Parlamentares comparecerão. Essa é uma proposta do acordo.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Presidente, eu quero fazer uma ponderação.

Este é um tema muito importante, e, se porventura nós tivermos tempo até quarta-feira à tarde, para nos prepararmos para o processo de votação, eu acho que isso seria muito mais produtivo e eficiente do ponto de vista do resultado final. E não teríamos obstáculo algum para o trabalho já apresentado pelo Relator.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB – SP) – A proposta do Deputado Eduardo Cunha é aceita por todos. Eu acho que ela é viável.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Não, todos não falaram ainda, nobre Deputado Marquezelli. Não recebi nenhuma delegação de nenhum outro Parlamentar para o acolhimento da proposta.

Portanto, nós vamos encaminhar da seguinte forma: esta Presidência tem o poder discricionário de convocar e de suspender reunião. Isso é regimental. No entanto, o nobre Deputado Eduardo Cunha está fazendo uma ponderação para o bem do andamento e da discussão de mérito, aos quais nós precisamos pautar o debate desta matéria.

Nós temos todo o interesse em que essa matéria transcorra no mais absoluto respeito, transparência de posições para votação do seu mérito.

Então, o que quero sugerir como proposta de acordo: como a discussão é longa, nós vamos ler o relatório, distribuí-lo para todo mundo; convoco a reunião da Comissão para terça pela manhã, e só votaremos o relatório na quarta-feira à tarde. Todos concordam?

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – O.K. Eu retiro o requerimento de retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – A reunião será convocada para terça pela manhã, porque é muita discussão, para não haver risco. Nós vamos encerrar a discussão na terça-feira.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Contanto que a reunião de votação seja na quarta-feira...

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – O.K. É prudente. Será na quarta-feira.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – E que a reunião de terça-feira seja convocada para discussão, e não discussão e votação.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Mas é evidente, nobre Deputado Eduardo Cunha.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – A convocação diz muito: discussão e, na quarta-feira...

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Está claro. A reunião será convocada na terça-feira pela manhã, e nós votaremos, com ou sem obstrução de V. Exª ou de quem quer que seja a matéria...

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Eu não disse que vou fazer obstrução. Eu não disse!

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – ...nós votaremos na quarta-feira às 14h30. Está claro? (*Pausa.*)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Claro e aceito.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Vamos aos trabalhos. Vamos ouvir o relatório.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, eu não disse que vou fazer obstrução na...

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB – SP) – Sr. Presidente, primeiro, ainda não temos o relatório.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Estão distribuindo. Onde está o relatório?

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB – SP) – Gostaríamos de acompanhar. Não sei por que ficam guardando...

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Mas não foi distribuído?

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT – SP) – Só uma questão de ordem. Várias pessoas ajudaram na construção desse relatório do Senador Eduardo Braga.

Queria ver a possibilidade de que, pelo menos três dessas pessoas que contribuíram muito, pudessem sentar-se aqui atrás, que são os presidentes das federações de trabalhadores do setor portuário. Estão aqui o Wilton, Gu Terra...

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Já estão sentados? Onde está o Guterra? Onde está o Wilton? Por favor, vamos solicitar que o Wilton e o Guterra, sem demora, se sentem aqui nas cadeiras dos Srs. Parlamentares. V. Sªs hoje são V. Exªs.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Braga.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Sr. Presidente, com a permissão do Relator, só uma indagação. V. Exª vai encerrar a reunião de hoje

depois da leitura do relatório, e convocará outra, para discussão, na próxima terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Pela manhã. Exatamente.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Então, a lista de discussão será estabelecida no início da reunião de terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Na terça-feira. Não vou considerar essa lista que já está aqui. Considerarei a lista de terça-feira na abertura da reunião. O.k.?

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – O.K.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Bem, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, senhoras e senhores, antes de mais nada, quero agradecer a todos os Parlamentares – Senadores, Senadoras, Deputadas, Deputados – e às diversas entidades de classe, que, ao longo das últimas dez semanas, estiveram em intensas reuniões e debates com esta relatoria e com a Comissão, bem como gostaria de agradecer muito a participação da Consultoria do Senado da República, da assessoria da Liderança, na figura da Drª Valéria, e agradecer a todos os companheiros com os quais debatemos essas teses, essas ideias e esses avanços no Governo Federal.

Quero aqui, de maneira muito destacada, agradecer a contribuição de todos e de todas, para que pudéssemos chegar à construção deste relatório.

Vamos ao relatório, Sr. Presidente.

Vem à análise desta Comissão Mista a Medida Provisória (MPV) nº 595, de 6 de dezembro de 2012, que "*dispõe sobre a exploração direta e indireta, pela União, de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários, e dá outras providências*".

Faço aqui um agradecimento a V. Exª, Sr. Presidente, com o qual estivemos ombro a ombro, ao longo de todas essas semanas, trabalhando até altas horas da noite, para podermos chegar também ao bom cabo deste relatório desta medida provisória.

A medida provisória revoga e substitui, na íntegra, a Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, a chamada Lei dos Portos. A MPV passa a ser, portanto, o novo marco regulatório do setor portuário. Em complementação, são modificadas competências de órgãos do Poder Executivo com atuação no setor.

No Capítulo I, a MPV estabelece que a exploração indireta de portos e instalações portuárias ocorrerá mediante concessão, para os portos organizados; arrendamento de bem público, para as instalações portuárias neles localizadas; e autorização, para as instalações localizadas fora da área de porto organizado.

Nesse mesmo capítulo, são definidos os conceitos de porto organizado, área do porto organizado, instalação portuária, terminal de uso privado, estação de transbordo de cargas, instalação portuária pública de pequeno

porte, instalação portuária de turismo, concessão, delegação, arrendamento, autorização e operador portuário.

Fixa-se como objetivo "aumentar a competitividade e o desenvolvimento do País" e, como diretrizes: expansão, modernização e otimização da infraestrutura e da superestrutura portuária; otimização da infraestrutura e da superestrutura portuária; garantia de modicidade e publicidade de tarifas, preços, qualidade e efetividade dos direitos dos usuários; estímulo à modernização e aprimoramento da gestão, à valorização e qualificação da mão de obra, e à eficiência; segurança da navegação; estímulo à concorrência, mediante incentivo à participação do setor privado e amplo acesso aos portos, instalações e atividades portuárias.

No capítulo II, relativo à exploração dos portos e das instalações portuárias, a MPV exige licitação para a concessão e o arrendamento, decidida pelo critério de maior movimentação com menor tarifa, acrescido de outros, estabelecidos em regulamento; atribui à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) a responsabilidade de elaborar o edital, realizar a licitação e disciplinar a utilização, por qualquer interessado, das instalações portuárias arrendadas ou concedidas; estabelece as cláusulas essenciais dos respectivos contratos; define o prazo máximo de 25 anos, prorrogável, por igual período, uma única vez; e prevê reversão dos bens para a União ao final do contrato.

No que diz respeito à autorização para a exploração de terminais de uso privado (TUP), a MPV condiciona a autorização a prévia chamada e processo seletivo públicos; fixa prazo contratual de 25 anos e condiciona sua prorrogação à manutenção da atividade portuária e à promoção de investimentos.

Fixam-se como cláusulas do contrato de adesão da autorização as mesmas previstas para a concessão e o arrendamento, com exceção das relativas às tarifas e à reversão de bens, mas prevê reversão na hipótese de cessação da atividade portuária. Ademais, a normatização prevê o acesso, por qualquer interessado, às instalações, mediante adequada remuneração, nos termos de regulamentação da Antaq.

A MPV atribui, ainda, ao poder concedente competência para planejar o setor, definir diretrizes para licitações e processos seletivos, celebrar contratos e normatizar a pré-qualificação de operadores portuários.

São estabelecidas 21 competências para a administração do porto organizado, denominada "autoridade portuária", cinco das quais são exercidas sob coordenação da autoridade marítima (Marinha) e duas sob coordenação da autoridade aduaneira (Receita Federal).

Atribui-se à Secretaria Especial de Portos da Presidência da República (SEP) competência para aprovar o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) de cada porto e para coordenar a atuação dos órgãos e entidades públicas nos portos. Faculta-se ao poder concedente autorizar a

exploração pela administração do porto de áreas não afetas às operações portuárias.

Ademais, cada porto deverá instituir um Conselho de Autoridade Portuária (CAP), de natureza consultiva, composto por representantes do Poder Público e de empresários e trabalhadores. Nesse conselho, assegura-se a participação de representantes de empresários e trabalhadores no Conselho de Administração de entidade estatal que exerça a administração do porto (Companhias Docas).

Adicionalmente, de acordo com a nova normatização trazida para a matéria, caberá à Antaq a aplicação de penalidades nos casos previstos no art. 46, quais sejam os de realização de operações portuárias com infringência à MPV ou aos regulamentos do porto; recusa injustificada, por parte do órgão de gestão de mão de obra, da distribuição de trabalhadores a qualquer operador portuário; ou utilização de terrenos, área, equipamentos e instalações portuárias, dentro ou fora do porto organizado, com desvio de finalidade ou com desrespeito à lei ou aos regulamentos.

Determina-se que a movimentação de mercadorias importadas ou exportadas seja efetuada exclusivamente em portos ou instalações portuárias alfandegadas, e atribuem-se ao Ministério da Fazenda dez competências, para cujo exercício estão estabelecidas prerrogativas de livre acesso às dependências do porto e de requisição de documentos e informações.

A questão afeta ao trabalho portuário encontra-se disciplinada no Capítulo VI da referida MPV. Tal capítulo, em síntese, repete o disposto nos arts. 18 a 29 da Lei nº 8.630, de 1993. As duas mudanças na normatização das relações de trabalho portuário residem: a) na indicação dos membros do conselho de supervisão do órgão gestor de mão de obra (que passa a ser remetida ao âmbito infralegal); e b) na supressão da obrigatoriedade da manutenção da proporcionalidade existente entre trabalhadores com vínculo empregatício e avulsos, prevista na regra transitória do art. 56 da Lei dos Portos.

No capítulo das disposições transitórias e finais, a MPV estabelece prazos para licitação de contratos de arrendamento após seu término e para adaptação dos termos de autorização em vigor.

A prorrogação de arrendamentos é admitida apenas quando expressamente prevista, mediante a revisão de seus valores e o estabelecimento de novas obrigações de movimentação mínima e de investimentos.

Prevê-se, ainda, que as Companhias Docas adotem regulamento simplificado de contratação, mas, em contrapartida, devem essas empresas firmar compromissos de desempenho com a Secretaria Especial de Portos, abrangendo: objetivos, metas, resultados e prazos; indicadores e critérios de avaliação de desempenho; e retribuição adicional pelo seu cumprimento.

Por fim, a MPV, além de transferir para a SEP as competências relativas aos portos fluviais e lacustres, promove diversas alterações na Lei nº

10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a Antaq, entre as quais se destacam: a vinculação da Antaq à SEP (não mais ao Ministério dos Transportes); e a atribuição de competência à Antaq para promover revisões e reajustes de tarifas portuárias, em lugar de aprovar as propostas encaminhadas pelas administrações portuárias.

Foram apresentadas, Sr. Presidente, 645 emendas à medida provisória. O conteúdo dessas proposições é descrito em quadro anexo a este parecer.

Nesta Comissão Mista, realizaram-se diversas audiências públicas, com a finalidade de ouvir os mais diversos setores da sociedade, de modo a colher subsídios para a apreciação cuidadosa e segura da MPV.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PMDB – CE. Fazendo soar a campainha.) – Os Deputados estão recebendo a nova cópia. V. Exª poderia dizer somente a folha que está lendo, para que eles possam acompanhar.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Estamos na folha nº 04, encerrando a parte preliminar e entrando na análise. Estamos no último parágrafo da página 04, anterior à segunda fase, que é da análise.

Foram ouvidos, nessas oportunidades, representantes dos trabalhadores, dos empresários, do Governo Federal e dos governos estaduais.

II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão Mista, nos termos do art. 62, §9º, da Constituição Federal (CF), emitir parecer sobre a MPV nº 595, de 2012, antes de sua apreciação, em sessões separadas, pelo Plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional.

Segundo o art. 5º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 8 de maio de 2002, o pronunciamento da Comissão Mista deve abranger três aspectos: (i) a constitucionalidade da MPV; (ii) sua adequação financeira e orçamentária; (iii) o mérito da MPV; e (iv) o atendimento da regularidade formal da MPV, nos termos do §1º do art. 2º da citada Resolução.

A MPV preenche os requisitos exigidos na Constituição Federal (art. 62), uma vez que foi editada pela autoridade competente (Presidenta da República). A matéria possui relevância, uma vez que as deficiências do setor portuário são, sem dúvida, um dos grandes componentes do denominado custo Brasil, que afeta negativamente a competitividade de nossa economia, em especial da nossa indústria. Trata-se, demais disso, de tema marcado pela urgência, pois a modernização da legislação acerca da matéria exige rapidez na tramitação, de modo a que venham a ser criadas, de pronto, as condições que favoreçam os investimentos com vistas à retomada do crescimento da economia.

Do ponto de vista do conteúdo, a MPV em análise não incorre em nenhuma das vedações estabelecidas pela Constituição. Relaciona-se a transportes, Direito Administrativo e Direito do Trabalho, matérias para as quais

não há qualquer vedação constitucional, explícita ou implícita, quanto a sua veiculação por meio de medida provisória (art. 62, § 1º).

Do ponto de vista da adequação financeira e orçamentária, a MPV também é admissível, pois não prevê a realização de despesas imediatas, tendo sido encaminhada, nos termos do §1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, com a devida exposição de motivos.

Quanto ao mérito, consideramos oportuna e necessária a MPV.

A medida provisória revoga a Lei dos Portos com vistas a propor um novo conjunto normativo que se consubstancie no marco legal básico para o setor portuário.

Mais especificamente, o novo texto produz duas mudanças de grande significação. A mais importante delas é a que elimina as restrições à movimentação de cargas de terceiros nos terminais de uso privativo – que passam a ser denominados terminais de uso privado –, além de oferecer maior segurança jurídica para o investimento privado nessa modalidade. Adicionalmente, esta medida desburocratiza a administração do porto público, tornando a administração portuária mais flexível e fortalecendo o papel da Antaq no setor.

Essas mudanças são de grande significação para o setor portuário. De fato, uma nação que almeja alcançar patamares elevados de desenvolvimento só poderá concretizar esse anseio com maciços investimentos em infraestrutura, notadamente no setor portuário. É o que revela o exemplo de países como a China, que tem lastreado seu desenvolvimento na construção de ferrovias e rodovias e na expansão e modernização portuária, entre outras.

O Brasil precisa expandir e aperfeiçoar seu setor portuário. Em outras palavras, necessita de mais portos e de avanços no processo de modernização das operações portuárias. Nesse sentido, é imprescindível a atração de capital privado para suprir a necessidade de investimentos. A medida, acertadamente, elimina restrições ao investimento privado no setor portuário, quando, por exemplo, suprime da legislação a diferenciação entre movimentação de carga própria e de terceiros, permitindo a empreendedores que não tenham cargas próprias o investimento no setor portuário, o que deve aumentar a oferta do serviço, em benefício do País.

Todavia, para aperfeiçoar o texto da MPV – e até mesmo reformá-lo, em alguns aspectos, no sentido de atender aos anseios da população brasileira, representada por este Congresso Nacional – acolhemos diversas emendas de autoria dos ilustres Pares. Além disso, propusemos ainda várias alterações, na forma do Projeto de Lei de Conversão (PLV) apresentado em anexo.

No que diz respeito aos TUPs, acatamos as emendas nºs 333 e 421, para suprimir o §3º do art. 8º da MPV, que previa a reversão de bens à União, nos casos em que o autorizado venha a cessar a exploração do terminal. Assim, corrige-se disposição da MPV que previa, na prática, uma desapropriação sem indenização, ao arrepio do inciso XXV do art. 5º da Constituição Federal.

Por outro lado, acatamos as Emendas nºs 4, 28, 77, 160, 350, 425, 566, 580 e 584, para detalhar no texto do PLV qual será o procedimento para a chamada pública de interessados na instalação e exploração de TUPs, com o propósito de conferir maior segurança jurídica e mais transparência ao processo. Nesse passo, os arts. 9º a 12 do PLV estabelecem que o interessado deve apresentar proposta, com requisitos mínimos de admissibilidade, à qual será dada publicidade. Caso haja mais de um interessado na instalação de TUP e não haja empecilhos locacionais à instalação simultânea, deverão ambos ser autorizados a explorar o serviço. Se, porém, for inviável a autorização para a implantação concomitante, caberá à Antaq realizar processo seletivo, cujos critérios estão definidos no PLV (art. 12, §3º) para assegurar o respeito aos princípios constitucionais da impessoalidade, da moralidade, da eficiência e do julgamento objetivo.

No mesmo contexto, para estimular a integração de TUPs com polos industriais, acolhemos as emendas nºs 195, 237, 239, 241, 247, 343, 420, 422, 423, 471 e 544 para definir no PLV a figura do terminal indústria (assim entendido aquele que, nos termos do inciso VIII do art. 2º do PLV, movimenta exclusivamente, apenas carga própria), para o qual será dispensada a chamada pública e o processo seletivo, desde que não interfira indevidamente no funcionamento do porto organizado.

Contudo, para prevenir a verticalização do setor logístico brasileiro, o que seria prejudicial ao interesse público e à livre concorrência, inserimos um §4º no art. 6º e um §4º no art. 8º. Esses dispositivos, Srs. Parlamentares, vedam às empresas com mais de 5% de participação societária de empresas de navegação, conhecidos como armadores, a participação em licitação para arrendamento ou a obtenção de autorização para operar TUP. Com essa proibição, que também ocorre em outros setores regulados, busca-se coibir o domínio da operação portuária e o consequente direcionamento de carga dos armadores a seus próprios portos.

Outro ponto em que apresentamos modificações de relevo no texto da medida diz respeito à questão da utilização do TUP por terceiros, para atender ao interesse público na movimentação da maior quantidade de cargas possível e evitar o abuso de posição econômica dominante pelo autorizado.

Na nova redação proposta para o art. 13 do PLV (art. 10 da MPV), procuramos deixar clara a possibilidade de a Antaq obrigar o arrendatário a movimentar cargas de terceiros em caráter excepcional – atendendo, assim, à Emenda nº 15.

Para preservar a igualdade de condições de competição entre o porto organizado e TUPs, reformulamos, nos mesmos termos, o art. 7º da MPV (com a mesma numeração no PLV).

Especificamente quanto aos portos organizados, acolhemos diversas emendas para lhes dar maior competitividade, equalizando suas condições de

competição com os TUPs, a bem do interesse nacional, da livre concorrência e da igualdade de condições de competição no setor.

Outra mudança de relevo diz respeito à fixação no PLV de parâmetros para a definição da poligonal que delimita a área de porto organizado, evitando que casuísmos em sua definição ofendam o interesse público. Inserimos, para isso, uma nova Seção no Capítulo II, intitulada Da definição da área de porto organizado (art. 15 do PLV).

Nela, são estabelecidas as diretrizes para a definição da área de porto. E, ainda, em atenção às Emendas nºs 149, 168 e 224, veda-se a redução da poligonal do porto, caso acarrete a exclusão de áreas com contratos de arrendamento em vigor (art. 15, §2º, do PLV).

Sempre com o objetivo de aumentar a eficiência e estimular investimentos em prol do interesse público, o §6º do art. 6º do PLV (adaptado das Emendas nºs 178, 370, 531 e 571) – apenas para responder ao comentário, aumentar pode por decreto presidencial; não pode reduzir – atribui ao Poder concedente a possibilidade de autorizar o arrendatário a expandir a área do arrendamento, sempre que a medida for tecnicamente viável e trouxer comprovadamente maior eficiência à operação portuária.

Ainda no que diz respeito aos contratos de arrendamento, reformulamos os critérios de licitação (art. 6º, §1º, do PLV), de modo a privilegiar a maior eficiência com a menor tarifa – repito: privilegiar a maior eficiência com a menor tarifa – e não, como constava da medida provisória, exclusivamente, a maior movimentação de cargas, pois se trata de aspecto fora do domínio do arrendatário, de forma exclusiva.

Uma modificação feita para atender aos legítimos anseios deste Parlamento, no sentido de conferir mais eficiência às operações portuárias, foi o acolhimento da Emenda nº 513 para determinar que os serviços públicos necessários à importação e exportação sejam prestados em horário corrido e coincidente com a operação de cada porto, em turnos, inclusive aos domingos e feriados, podendo ser reduzido por ato do Poder Executivo, apenas quando não houver prejuízo à segurança nacional e à operação portuária (art. 71 do PLV).

Trata-se de medida que certamente trará redução do tempo de desembaraço de cargas, aumentando a competitividade dos portos organizados e reduzindo custos de importação e exportação. O famoso porto 24 horas se implementará, grande reivindicação de toda a sociedade brasileira.

Tema de extremo relevo, em relação ao qual acatamos, com alterações, diversas emendas (as de nºs 19, 21, 22, 30, 72, 127, 135, 148, 184, 541, 596 e 597), diz respeito à prorrogação dos contratos de arrendamento.

Buscamos aqui, uma vez mais, alcançar três objetivos básicos: equalizar as condições de competição entre os arrendatários (na área de porto organizado) e os TUPs; prover condições para que sejam feitos maciços e intensivos investimentos nas áreas de porto organizado; e privilegiar a boa-fé dos

que já se encontravam prestando esse relevante serviço quando da edição da medida provisória.

Na regulação que formulamos, os contratos de arrendamento celebrados antes de 25 de fevereiro de 1993 e que não tenham sido objeto da adaptação prevista no art. 48 da Lei nº 8.630, de 1993, poderão, a critério do Poder concedente e independentemente do seu prazo de vigência, ser renovados uma única vez (art. 56), pelo prazo de até cinco anos.

Por outro lado, os contratos de arrendamento em vigor, firmados sob a Lei nº 8.630, de 1993, e que possuam previsão expressa de prorrogação ainda não realizada, poderão ter sua prorrogação antecipada, a critério do Poder concedente, desde que o arrendatário assuma a obrigação de realizar investimentos, segundo plano por ele elaborado e aprovado pelo Poder concedente em até 60 dias (art. 57). De qualquer forma, devem ser respeitados o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e as condições de competitividade entre portos organizados e terminais de uso privado.

Com essa solução, além de acatarmos diversas emendas apresentadas por Deputados e Senadores, privilegiamos o interesse público em obter maior eficiência nos portos organizados, estimulando investimentos privados, em prol do interesse público.

A MPV centralizou a realização das licitações e a formulação de diretrizes para os portos na Antaq e na SEP, de forma consentânea com a visão de conjunto requerida pelo próprio Congresso Nacional quando aprovou a lei de criação da Antaq.

Porém, como forma de evitar uma excessiva centralização administrativa, inserimos dispositivo prevendo que a União poderá delegar aos Estados ou Municípios, através das administradoras portuárias que tenham recebido delegação para a exploração de porto, a elaboração do edital e a realização de licitação, bem como de contratos (art. 6º, §5º).

Além disso, como forma de trazer maior segurança jurídica e melhorar a técnica legislativa, inserimos o art. 68, segundo o qual "as delegações previstas no inciso X do art. 2º, em vigor na data de publicação desta lei, continuam regidas pelo disposto na Lei nº 9.277, de 10 de maio de 1996".

Também melhoramos a técnica legislativa do texto, de modo a desfazer ambiguidades, deixando claro, no art. 58 do PLV (art. 50 da MPV), que a adaptação dos termos de autorização em vigor quando da publicação da MPV será feita independentemente de chamada pública.

Aperfeiçoamos ainda, do ponto de vista técnico e do próprio mérito, o art. 54 da MPV (art. 62 no PLV), de maneira que a proibição de participar de novos contratos, em caso de inadimplemento das obrigações pelo arrendatário ou autorizado, dependa de decisão definitiva, em processo administrativo, confirmando o descumprimento da obrigação. Ademais, a Antaq fica autorizada,

nos termos já previstos em diversos outros setores da legislação administrativa, a utilizar-se da arbitragem, como forma extrajudicial de solução desses conflitos.

No tocante ao aspecto trabalhista, como já ressaltado no relatório, não houve mudanças substanciais nas normas que regem o trabalho portuário no País.

Preservou-se a prioridade de trabalho conferida ao portuário avulso pelo art. 3º, Item II da Convenção nº 137 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), protegendo-se, assim, o trabalhador dos efeitos negativos que possam advir da modernização dos portos.

Foram mantidas, ainda, as atribuições do Órgão Gestor de Mão de Obra, Ogmo, no tocante à fiscalização das condições de trabalho na área portuária.

Por fim, não houve qualquer alteração no tocante ao trabalho desempenhado fora da área do porto organizado. Nota-se, pela mera leitura do art. 40 da MPV, que a faculdade conferida às instalações portuárias sujeitas ao regime de autorização (nova denominação conferida aos terminais de uso privativo), no sentido de contratar trabalhadores a prazo indeterminado sem a intermediação do órgão gestor de mão de obra, respeitado o disposto em acordo ou convenção coletiva de trabalho, foi mantida na nova Lei dos Portos.

Por isso, as modificações que se propõem ao texto original da MPV visam, em síntese, à melhora das condições do trabalho portuário e à positivação dos direitos previstos na Convenção nº 137 da OIT e nas conquistas jurisprudencialmente reconhecidas, pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), aos trabalhadores portuários.

Relativamente à melhora das referidas condições de trabalho, houve a positivação, no art. 17, de que compete à Administração do Porto organizar a Guarda Portuária (providência que evita a terceirização de atividade-fim inerente à segurança dos portos nacionais).

Adicionalmente, explicitou-se, no art. 20, que a composição do Conselho da Autoridade Portuária será paritária, entre trabalhadores e empregadores, como meio de democratizar a gestão do citado órgão (Emendas nºs 63, 217, 259, 324, 398, 458 e 488).

Não menos importante é a determinação de que a indicação do representante da classe trabalhadora no Conselho de Administração ou órgão equivalente será feita pelo Conselho da Autoridade Portuária.

Finalmente, restaurou-se dispositivo da Lei nº 8.630, de 1993, que vedava ao operador portuário a utilização de mão de obra sob o regime de trabalho temporário (Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974), nos termos das Emendas nºs 49, 105, 118, 221, 277, 385, 439 e 483 e 547.

No tocante às adaptações da legislação aos entendimentos recentemente externados pelo STF e pelo TST, destaca-se: a) a inclusão, no art. 37 do PLV, de parágrafo que determina que o biênio a que alude o art. 7º, XXIX,

da Constituição Federal, somente começa a fluir a partir do cancelamento do registro ou cadastro do trabalhador avulso junto ao órgão gestor de mão de obra (Emendas nºs 34, 152 e 185); b) a inserção dos valores decorrentes de acidente de trabalho na responsabilidade solidária do Órgão Gestor de Mão de Obra (Emendas nºs 35, 155 e 365); e c) a retirada, do §3º, do art. 41, da aposentadoria espontânea como causa de extinção dos mencionados cadastros ou registros (Emendas nºs 45, 157, 276, 327, 411 e 444).

Relativamente à adequação da medida provisória em foco ao disposto na Convenção nº 137 da OIT, propõe-se: a) a inserção das atividades de capatazia e bloco no §2º do art. 40 (Emendas nºs 39, 46, 48, 52, 59, 62, 107, 115, 121, 140, 154, 186, 201, 228, 268, 387, 393, 463 e 464); b) a explicitação, no art. 33, de que...

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Relator, V. Exª acolheu tantas emendas dos Srs. Parlamentares que se cansa até na leitura.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Foram acolhidas 137 emendas.

Continuo: b) a explicitação, no art. 33, de que o treinamento do portuário deve adaptá-lo ao processo de modernização dos portos (inclusive no aspecto atinente à multifuncionalidade do trabalho) – pauta longamente debatida nesta Comissão –, nos termos das emendas nºs 57, 96, 218, 255, 323, 330, 392, 399, 468 e 485; c) a inclusão de parágrafo único no art. 43, no sentido de que a remuneração do trabalhador portuário avulso deve contemplar a renda mínima prevista no citado ato internacional (emendas nºs 65, 95, 254, 285, 371 e 453); d) a inserção na Lei nº 9.719, de 27 de novembro de 1998, de dispositivo que contemple o pagamento de benefício assistencial ao trabalhador portuário avulso que não cumprir os requisitos necessários à sua aposentadoria – essa é uma aposentadoria especial a uma classe trabalhadora extremamente diferenciada e merecedora; e e) facilitação da aposentadoria especial do trabalhador portuário avulso, mediante a inclusão de parágrafo na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que determine que a prova da exposição do obreiro ao agente nocivo será feita pelo órgão gestor de mão de obra, na forma do regulamento.

A fim de evitar conflitos de representatividade sindical, reconheceu-se que os trabalhadores que exercem as atividades descritas no *caput* do art. 40 (capatazia, estiva, bloco, conferência e conserto de carga e vigilância de embarcações) constituem categorias profissionais diferenciadas. Na mesma linha, e com a mesma finalidade, suprimiu-se a expressão "das respectivas categorias econômicas preponderantes" do art. 40 da medida provisória (art. 44 do PLV).

Outro ponto importante, contemplado no PLV, é a qualificação profissional do trabalhador portuário avulso. Com o intuito de garantir que o tomador dos serviços do citado trabalhador possa sempre ser beneficiado de mão de obra qualificada, determinou-se, por meio da inserção de um art. 45 no capítulo das relações de trabalho portuário, que o trabalhador portuário avulso deve ser

inscrito em cadastro que ateste a sua qualificação profissional para o desempenho das atividades elencadas no artigo anterior, conforme compromisso, Sr. Presidente, feito por V. Exª e por mim com a classe trabalhadora.

Incluiu-se, ainda, no art. 64, inciso que prevê que os compromissos a que alude o *caput* devem conter cláusula que determine a existência de critérios para a profissionalização da gestão das Companhias Docas.

Por fim, com o escopo de adequar o projeto à técnica legislativa, nele foi inserido o conteúdo do art. 11 da Lei nº 9.719, de 27 de novembro de 1998, que *dispõe* sobre normas e condições gerais de proteção ao trabalho portuário, institui multas pela inobservância de seus preceitos, e dá outras providências, para explicitar em relação a quais dispositivos da nova lei a penalidade administrativa nela prevista irá incidir (Emendas nºs 328 e 435).

Voto, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

Pelas razões expostas, o voto é pela constitucionalidade e juridicidade da MPV nº 595, de 2012, bem como pelo atendimento dos pressupostos de relevância, urgência e adequação financeira e orçamentária.

No mérito, votamos pela aprovação da MPV com acolhimento das Emendas nºs 3, 4, 13, 15, 19, 21, 22, 30, 32, 34, 35, 39, 45, 46, 48, 49, 52, 57, 59, 62, 63, 65, 72, 77, 89, 95, 96, 100... – Sr. Presidente, tendo em vista que todos os Parlamentares receberam o relatório, consulto se é necessário citar cada uma das emendas ou podem ser dadas como lidas e aprovadas as emendas relacionadas no referido relatório. (*Pausa.*) – (...) na forma do seguinte projeto de lei de conversão, bem como pela rejeição das demais emendas.

Da mesma forma, Sr. Presidente, quero dizer que, como distribuído, encontra-se em anexo no relatório o projeto de lei de conversão. Portanto, creio ser desnecessária a leitura do projeto de lei de conversão.

Assim, concluo o relatório, Sr. Presidente, mais uma vez agradecendo a V. Exª, agradecendo às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores, agradecendo às Srªs Deputadas e aos Srs. Deputados Federais, agradecendo aos consultores, à assessoria, às entidades de classe, à classe trabalhadora, à classe empresarial, ao setor governamental, por todo o diálogo, debate e por toda a assistência para a construção de um relatório amplo, sobre o qual tenho a convicção dos ganhos e avanços aqui estabelecidos, e que busca assegurar direitos e assegurar um novo marco regulatório à infraestrutura dos portos, para que a economia brasileira possa crescer e para que possamos gerar mais empregos com a redução do custo Brasil.

Era esse o nosso relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Nobre Relator, à matéria será concedida vista coletiva, conforme entendimento, e nós convocaremos reunião da Comissão para a próxima terça-feira pela manhã.

Vamos mandar o comunicado.

Estou suspendendo, na verdade, os trabalhos, que retomaremos na próxima terça-feira de manhã.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 55 minutos, suspensa às 15 horas e 48 minutos do dia 17/04/2013, a reunião é reaberta às 12 horas e 24 minutos do dia 23/04/2013.)

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Declaro reaberta a 10ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 595, adotada em 7 de dezembro de 2012...

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, questão de ordem.

Sr. Presidente, para que a gente possa pontuar o debate e o roteiro que estava acordado desde a semana passada. Fizemos um acordo de plenário aqui em que lemos o relatório na semana passada, hoje seria uma reunião de discussão e amanhã seria uma reunião de discussão e votação, que V. Exª já convocou para amanhã, às 14h30. Quanto a esse ponto, acho que não temos nenhuma divergência. Como, por um erro ou por um equívoco qualquer, uma parte do que havia sido acordado acabou não sendo cumprido – V. Exª encerrou a reunião e, depois, a suspendeu –, gerou uma polêmica essa reabertura.

Então, para evitar qualquer tipo de questionamentos futuros por quaisquer coisas que possam ser praticadas, a minha ponderação a V. Exª é que a gente desse o curso hoje pela questão de acordo, cumprindo o acordo que todos fizemos aqui na semana passada, que fosse uma reunião de discussão, de debate e que não apreciássemos nem qualquer tipo de requerimento, nem de encerramento de discussão, e, amanhã, fariamos o encerramento da discussão quando da abertura da reunião que V. Exª legitimamente já convocou e publicou.

Isso vem em auxílio porque, se o Relator for apresentar qualquer tipo de adendo ou complemento de voto, os destaques têm que ser feitos sobre o PLV complementado, consequentemente, o plenário não tem ainda conhecimento, talvez nem o próprio Relator o tenha, se é que ele esteja trabalhando em algum complemento. Então, para que possamos, todos os membros, amanhã, apresentar os destaques, e os destaques têm que ser feitos antes do encerramento da discussão, o pleito que faço a V. Exª é que, em acordo, déssemos seguimento aos debates e às discussões, ficando claro aqui que quem se inscreveu e debateu não teria direito à reinscrição, senão vamos nos eternizar. Amanhã, cumprindo o Regimento, se algum Parlamentar quiser apresentar requerimento de encerramento de discussão, que apresente, que se debata o requerimento e que se vote, se for o caso, mas hoje debateríamos. Quem se inscreveu, se inscreveu. Acabou, esgotou sua inscrição, por acordo. Não há qualquer tipo de deliberação. E o encerramento da discussão, a partir de amanhã, às 14h30.

É o que eu ponderaria a V. Exª para que a gente tivesse uma reunião de debates, como a gente quer fazer.

O SR. MILTON MONTI (PR – SP) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Vou responder à questão de ordem...

O SR. MILTON MONTI (PR – SP) – Só para complementar a questão de ordem, Sr. Presidente.

Ainda não realizei a minha inscrição para discutir a matéria, para discutir o relatório do Senador Eduardo Braga. Evidentemente, se for feito o acordo para que façamos essa discussão amanhã, farei a minha inscrição amanhã; e, se for discutido neste momento, farei agora. Estou falando isso porque não fiz a inscrição, mas dependerá do acordo que for firmado aqui pelo Plenário, inclusive no sentido do momento para apresentação de destaques.

Oportuna a posição do Deputado Eduardo Cunha no sentido de que, se o Relator apresentar adendos ao seu relatório, é possível que sim, é possível que não, tenhamos pelo menos um prazo, antes de encerrada a discussão, para também destacar o que foi trazido como matéria nova no relatório.

Também quero adendar para que V. Exª aborde essa questão na sua posição.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Respondendo à questão de ordem, Srs. Parlamentares, em primeiro lugar, o seguinte. Vamos acordar nos termos em que encerrei a reunião anterior. Ao encerrarmos a reunião anterior, declarei, ao final, ainda que tenha feito um corretivo na minha própria fala, que suspendi a reunião. Ponto. No bojo disso, foi feito um acordo de público, aqui, entre nós todos, que hoje... Qual foi o acordo que fizemos? Que, hoje, discutiríamos e encerraríamos a discussão e que, amanhã, votaríamos a matéria. Esse foi o acordo que fizemos publicamente.

O Deputado Marquezelli está ali concordando com a minha observação.

No entanto, há de fato uma questão relevante, que o Relator poderá, e provavelmente o fará, até amanhã algum adendo ou retificação, enfim. Isso, evidentemente, nos impõe uma determinada realidade.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Sr. Presidente, se V. Exª me permite, apenas para que todos que nos acompanham possam compreender.

Obviamente que durante a discussão, poderão surgir fatos que impliquem ao Relator um adendo ao relatório já lido nesta Comissão.

Como a discussão transcorrerá no dia de hoje, podendo inclusive, amanhã, antes da votação, haver uma extensão, sem repetição de escritos, nós haveremos de encerrar a discussão com a possível entrega – caso seja pertinente –, fruto desse debate e desse convencimento, de um adendo ao relatório, dando obviamente, Sr. Presidente, um prazo para que todos possam ter conhecimento desse adendo. Aí, logo a seguir, discutiremos os requerimentos e vamos à votação do parecer apresentado.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Por gentileza, eu quero encaminhar a questão de ordem, para fazermos um acordo e superarmos essa fase.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Deputado Mendonça...

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Só complementando, para lhe ajudar. Se amanhã, V. Exª, ao abrir a reunião às 14h30, tiver que suspender por ordem do plenário, nós não vamos objetar que seja suspensa e volte depois.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Eu só quero lembrar a V. Exª, Presidente, o seguinte: na ocasião da última reunião...

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Essa questão já está superada, Deputado Mendonça. Já está superada, por favor.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Presidente, me permita falar. Não. Por favor, peço eu.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Está superada.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Não está superada, não. Eu peço a V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Há uma proposta de acordo que eu quero encaminhar. Uma questão de ordem do Deputado Eduardo Cunha.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Tudo bem, amigo, mas eu posso lembrar o que ponderei na sessão anterior, e fiz uma indagação a V. Exª sobre se porventura V. Exª ia encerrar a sessão ou não. E V. Exª me respondeu, naquela oportunidade, que encerraria e abriria uma outra sessão. Foi isso que ficou posto na última reunião.

Então, eu queria lembrar. Não vou fazer disso um cavalo de batalha, mas acho que o melhor caminho é que possamos discutir a matéria e encerrar a discussão no dia de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – O que o Deputado Mendonça Filho está levantando... olha o que está aqui na Ata, o que houve no final. Mas, para mim, essa questão está superada.

Eu estava encerrando a reunião e, ato contínuo ao encerramento, eu proclamei a suspensão; portanto, regimentalmente, o que prevalece é a minha palavra final como Presidente, suspendendo a sessão. Ponto.

Nesta ocasião, o Deputado Mendonça fala: "Então, Sr. Presidente, a lista de discussão será restabelecida no início da reunião de terça-feira?" É o que nós estamos fazendo. Portanto, não há...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Sim, mas custa esclarecer?

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – E não foi tratado na lista de presença. Fato que me leva, neste momento, a construir a seguinte saída: a reunião será continuidade da de terça-feira, com o adendo do Deputado Eduardo Cunha. O que nós vamos fazer? Iniciarmos a discussão, dependendo dos inscritos – não tem problema –, o Relator deverá se manifestar até amanhã de manhã se há o adendo e o que vai fazer. Frente a isso, retornamos às 14h30 e, no acordo com que o Deputado Eduardo Cunha está se comprometendo publicamente, vamos votar de qualquer jeito essa matéria amanhã, independentemente de ser....

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Eu só posso falar por mim e pelo PMDB. Está certo? Eu não tenho procuração os outros para falar.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Evidente. Perfeito.

O.k., está construido, Marquezelli? Está construído o acordo público?

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB – SP) – A discussão será encerrada só amanhã.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Será encerrada amanhã no início, na reabertura dos nossos trabalhos.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB – SP) – Presidente, construído. Eu acho que acordo é feito por todos aqui. A proposta do Cunha é aceita por todos.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – O.k. Deputado Paulinho.

A primeira questão está superada...

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT – SP) – Eu quero entender ainda esta questão que o senhor está colocando. O senhor falou em votar de qualquer jeito. Pode ser que não seja votada.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – O fim do processo... eu não posso me responsabilizar pelos outros. Eu falei para votar sem obstrução – foi isso que eu falei.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Perfeito. E o que eu inquiri neste momento, Paulinho, não foi a V. Exª, eu quis o compromisso do PMDB e está mantido o compromisso do PMDB, na palavra do Líder, de amanhã estar presente, votar e não obstruir e concluirmos a votação. Não depende, evidentemente, do conjunto do Plenário.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB – SP) – O PTB também.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – O PTB também.

O PT? Também.

O PSDB? Também.

O SR. MILTON MONTI (PR – SP) – Sr. Presidente, nós do PR vamos na linha de votar. Não abriremos mão – e isso não significa obstrução – de reivindicar a votação de destaques que são do interesse do partido.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Nós estamos fechando um acordo público...

O SR. MILTON MONTI (PR – SP) – Sem obstrução, mas com votação.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – ... sugerido... Sem obstrução e votar nos destaques evidentemente, o.k.? A maioria se manifestou pelo acordo. Está, portanto, restabelecida a reunião.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 9ª Reunião.

Os Srs. Parlamentares....

O SR. EDUARDO CUNHA (PT – RJ) – Eu ponderaria a V. Exª que fizesse essa votação de ata amanhã, para não ter nenhuma deliberação. O acordo seria de que a gente não deliberaria nada, porque qualquer tipo de discussão, de deliberação é sempre aquele questionamento. Isso é absolutamente insignificante, ninguém vai obstruir a ata.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Está bem. Eu não vou criar problema em um penduricalho.

O SR. EDUARDO CUNHA (PT – RJ) – É só formalismo.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Eu não vou criar problema em um penduricalho.

Portanto, a presente reunião destina-se à discussão do relatório, conforme o acordo do dia 17 de abril.

A Presidência comunica que o relatório foi lido e concedido vista coletiva, nos termos do art. 132, §§1º e 4º, do Regimento Interno do Senado.

Dos Parlamentares, portanto, que estão inscritos hoje, o primeiro é o Senador Humberto Costa, que disporá de cinco minutos.

O SR. MILTON MONTI (PR – SP) – Só uma indagação antes de o Senador falar, Presidente.

Quem fala hoje não falará amanhã, não discutirá amanhã? É isso? Não haverá nova lista amanhã então.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Não haverá nova lista. A lista prossegue. Vai continuar.

O SR. MILTON MONTI (PR – SP) – Então eu vou me reservar a falar amanhã. Pode ser que o Relator traga alguma novidade ao texto e, naturalmente, eu vou comentar sobre o texto...

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, Srªs Deputadas e Srs. Deputados, acho que nós estamos vivendo um momento extremamente importante neste Parlamento e no Brasil quando nós travamos o debate sobre esta medida provisória. Há vários consensos aqui. O primeiro, que ela é necessária, até porque todos identificam a existência de gargalos importantes na infraestrutura portuária, por nós sabermos que quase 100% do comércio exterior é realizado por intermédio dos portos e sabemos que o Brasil está entre os dez piores países do mundo em termos de infraestrutura portuária. Portanto, esta medida provisória se reveste de extrema importância e traz uma série de inovações para exatamente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – ... para exatamente criar as condições de investimentos privados que acontecerão paralelamente aos investimentos públicos que estão sendo realizados e que vão continuar a sê-lo.

Tivemos alguns avanços importantes em relação à legislação anterior. O primeiro deles é a definição de que os chamados terminais privados, terminais de uso privado, possam fazer a movimentação de cargas, não apenas as suas, mas as de terceiros e também a previsão de que aquelas grandes empresas que tenham uma carga grande para escoar possam ter o seu terminal sem a necessidade inclusive de participar de licitação ou de qualquer tipo de seleção pública. Os primeiros resultados já aparecem. Hoje os jornais declaram que havia, no início desse debate, 40 pedidos de concessão de implantação de terminais privados e já há agora 114 solicitações, demonstrando que a MP está indo no caminho certo.

Outra questão relevante é que a proposição de que se trabalham integrados, dentro do porto, os órgãos públicos já começa também a mostrar resultados. V. Exª foi muito feliz em manter, em implementar essa decisão porque o fato de que a Receita Federal possa atuar já 24 horas por dia ao lado de outras instituições públicas que têm relação com os portos já demonstrou uma possibilidade de maior rapidez na realização de descargas, enfim, na movimentação dentro do porto.

Outra coisa extremamente importante é a mudança do critério para realização dos licenciamentos, dos arrendamentos, que passam a cobrar, agora, maior eficiência, menor preço, atacando exatamente o grande problema que nós temos, ou seja, a ineficiência e o alto custo para a movimentação de cargas nos portos brasileiros.

Ao mesmo tempo, inibiu-se a possibilidade de que as companhias de navegação, que são uma ponta desse processo, possam ter uma participação tão grande na operação portuária que venha, efetivamente, a estabelecer uma espécie de monopólio. Então, também muito relevante essa colocação que V. Exª faz.

E eu me lembro de que tínhamos aqui três pontos que considerávamos ser de dificuldade, e acho que V. Exª respondeu a todos eles.

Um deles era o de que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – ... nós pudéssemos ter autonomia de portos, que estão hoje delegados a Estados e Municípios, não só para realizar os editais de licitação, mas para fazer as próprias licitações de terminais, e V. Exª atendeu plenamente a essa demanda, que era, inclusive, uma demanda importante do Estado de Pernambuco.

O segundo ponto era a questão das reivindicações dos trabalhadores, que, se não foram aceitas integralmente, foram aceitas na sua esmagadora maioria, inclusive temas que tinham grande polêmica aqui, como a manutenção das guardas portuárias e o regime de contratação nos terminais privados, que, para aqueles trabalhadores que vão ficar ali por tempo indeterminado, pode ser pela CLT, mas, para trabalhos temporários, tem que se demandar do Órgão Gestor de Mão de Obra.

Então, acho que tudo isso avançou bastante, como acho que avançou muito também o tema da possibilidade de prorrogação de contratos, de antecipação dessa prorrogação, e acredito que, por conta disso, essa medida provisória está inteiramente madura para ser votada. V. Exª fez o que era possível nessa discussão. Acompanhei o esforço de V. Exª na discussão com o Governo e quero aqui registrar minha posição de dar meu voto, amanhã, pela aprovação do relatório que V. Exª apresenta. Certamente, poderá haver algum adendo, mas creio que nada...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – ... que mexa no conteúdo ou na essência dessa medida provisória.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Deputado Eduardo Braga, como Líder.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Eduardo Cunha.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – São tantos Eduardos... Desculpe-me, Eduardo Cunha.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, como vou precisar me ausentar para outros compromissos de Liderança e de reuniões, quero dar uma palavra logo agora. Em primeiro lugar, quero cumprimentar V. Exª pela condução dos trabalhos e cumprimentar o Senador Eduardo Braga pela disposição de tentar construir o possível de um relatório. Obviamente, não saiu a contento do que todos gostariam, mas reconheço que ele fez o melhor dele.

Eu queria deixar um complemento e um esclarecimento, Sr. Presidente – isso é importante até – porque no acordo nosso está que se encerra a reunião de hoje; a reunião de hoje será encerrada ao fim, e só temos uma convocação feita amanhã, às 14h30. Não é isso?

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Já está convocada.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Já está convocada. Então, só para esclarecer. A reunião de hoje será encerrada, peço até a retirada dos requerimentos dessa parte aí, isso que está aí. Só para complementar os esclarecimentos.

Sr. Presidente, eu queria falar um pouco sobre o contexto que estamos vivendo. Todos nós sabemos que o Brasil tem um problema de logística grave. Faltam ferrovias, faltam estradas, faltam caminhões, faltam silos, falta capacidade de diminuirmos o custo Brasil, que não se refere tão somente a custo portuário.

Há uma interpretação sempre muito equivocada daqueles que não vivenciam ou não vivenciaram o comércio exterior de achar que custo portuário é custo de exportador, quando efetivamente custo portuário é lucro ou menos lucro do armador, porque quem contrata a operação portuária é o armador. E o Brasil, infelizmente, nos seus tempos, não atacou uma coisa chamada custo marítimo, porque esse sim é que deveria ser atacado. E pelo contrário, no decorrer dos anos, nós viemos aumentando esse custo marítimo a tal ponto, que se acabou a bandeira nacional de navios brasileiros. Não existe mais navio brasileiro de transporte de carga, não há mais um porta-contêiner brasileiro, tudo virou internacionalizado. Por quê? Porque os custos de embarcação dentro do Brasil são muito caros, os custos de produção são caros, as obrigações de legislação de Marinha e trabalhistas inviabilizaram a competição do Brasil com transportadores estrangeiros. Até as próprias empresas estatais contratavam empresas fora e levavam seus navios para a propriedade dessas empresas fora. Foi o caso da Vale do Rio Doce quando era estatal, a Petrobras na época também com a Transpetro, a Vale do Rio Doce tinha a Docenave.

Enfim, esse é um processo que vem no tempo e acabou com uma coisa que se chama bandeira brasileira. Consequentemente, a gente partiu para um modelo que foi um modelo de abertura dos portos, porque as companhias docas eram altamente ineficientes, e essa ineficiência das companhias docas levaram ao modelo de concessão que foi feito depois da Lei dos Portos de 1993. E esse modelo de concessão teve preço de outorga, outorga com pagamento de movimento de carga, ou os dois simulados, além do arrendamento por área.

Foram feitos contratos, muitos empresários investiram, contrataram e tiveram, dentro da lei, os seus direitos e vêm fazendo seus investimentos. E há na Lei 8.630 a previsão expressa, que está explicitada no inciso XI do §4º do art. 4º, que são as condições de contrato. Quando previsto no edital de licitação, a sua prorrogação se dará, estão explicitadas suas condições no contrato. Não é que se dará de forma automática. É: cumprido o contrato, se darão as prorrogações.

Então, a Lei 8.630, que está sendo revogada na proposta da MP original e no relatório do Relator, tratava com transparência as prorrogações. Tanto que os investimentos eram feitos considerando o escopo do contrato mais a sua prorrogação. Isso é sabido, e várias prorrogações já foram feitas. Inclusive, neste Governo, há o âmbito do respeito desta lei.

Agora, nós fizemos uma mudança, e a legislação da Lei 8.630 tinha as autorizações para transporte de carga própria e de uso misto, que eram feitos dentro do porto organizado e fora do porto organizado.

O que aconteceu agora? Estamos mudando o marco. Estamos permitindo que as autorizações, desde que tenha o domínio útil do terreno... Ora, às vezes você, para investir no porto, gasta R$2 bilhões; e compra um terreno por R$10 milhões; propriedade do terreno não significa absolutamente nada no contexto da necessidade de investimento. É apenas uma condição cartorial para querer dar legitimidade às vezes a quem não tem.

Nós construímos um modelo pelo qual nós vamos permitir o transporte de cargas de terceiros através das autorizações. E, mais grave: legitimamos as autorizações que haviam sido concedidas até dentro do porto organizado, e então damos prazo infinito, contra aqueles que investiram e vão ter um prazo limitado. E a prorrogação está sendo contestada. Vejam bem o critério da discrepância que nós estamos referendando aqui: aqueles que têm autorização, que não pode mais, pela nova lei, ser concedida dentro do porto

organizado, vão ter o direito infinito, enquanto aqueles que pagaram estão tendo questionada sua possível prorrogação. Além disso, a gente resolve tratar, abrir um flanco de a gente escolher quem a gente vai deixar continuar vivo ou quem a gente vai matar.

Essa coisa, as próprias autorizações que vão ser concedidas não são precedidas de licitação; elas são precedidas de um critério que não tem transparência, são remetidas a regulamento, regulamento com relação ao qual a gente vai ficar sempre à disposição do Governo que estiver no momento, que poderá mudar o regulamento ou não. O que nós gostaríamos era de regras claras.

Não somos contra concessão de autorização, não somos contra autorização para poder transportar carga de terceiros. O que nós não estamos concordando é a gente penalizar quem acreditou no Brasil, a gente penalizar quem investiu. A gente precisa dar condição de competição igual, porque vocês vejam bem: aquele que tem autorização num porto organizado, que não participou de um *bid* de licitação, não tem o custo por tonelagem de movimentação de carga, esse vai competir com quem tem o custo de movimentação de carga, e não há possibilidade de ele ter o mesmo preço para poder recepcionar um contêiner ou transportar um contêiner – eu tenho nove minutos de tempo pela liderança.

Efetivamente, a gente tem algumas coisas que poderão ser corrigidas.

Então, o apelo que eu faço, que eu quero deixar aqui é que, no bojo do contexto – embora discordando desse princípio que querem vender de que a gente está fazendo a abertura de portos, pois não se está fazendo –, nós poderíamos efetivamente melhorar o custo Brasil, e poderemos, se a gente efetivamente levar o plano de ferrovia. Não tem sentido, por exemplo, chegar uma celulose em Mato Grosso de uma fábrica que foi recém-inaugurada, ter que botar um contêiner na celulose, andar de caminhão até um porto e embarcar num porta-contêiner. Isso é que é custo Brasil! Isso é que é o custo Brasil que precisa ser corrigido.

Não temos ferrovia, não temos condições de receber navio que exporta celulose. Essas coisas que precisamos corrigir dentro do custo Brasil e deixar claro que existe uma diferença de custo portuário e custo marítimo. Nós estamos aqui às vezes até porque as pessoas ainda não conhecem os detalhes, acreditam que a gente vai fazer isso e o exportador brasileiro vai ter melhor preço de competição. Não vai, o que vai fazer com que ele possa ter melhor preço de competição e possa reduzir o custo marítimo é eu ter capacidade dentro do porto para reduzir o tempo de permanência de um navio, que a descarga seja mais rápida, seja mais eficiente. Aí sim pode produzir no tempo do navio um custo de frete mais barato.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Eduardo, concluindo.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Então, efetivamente, há pontos, Sr. Presidente, em que haverá divergência. Há pontos em que há concordâncias e há pontos em que há divergências. Nós vamos pontuar as divergências, vamos debater, vamos destacar e levaremos a voto, seja aqui na Comissão Mista, seja no plenário da Câmara dos Deputados, mas com o objetivo de aperfeiçoar, com o objetivo de reconhecer os pontos que entendemos cabíveis, com o objetivo de trazer contribuição para que atinja o seu objetivo a medida provisória, que é efetivamente trazer o investimento, reduzir o custo Brasil, aumentar a capacidade de movimentação dos portos e aumentar a nossa capacidade de escoamento de produção.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MILTON MONTI (PR – SP) – Presidente, peço a palavra pela Liderança do PR.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – V. Exª não tem direito, conforme o art. 14, inciso XIV. O Líder... Para que o Vice-Líder tenha delegação, só será feita por delegação de sua liderança partidária.

O SR. MILTON MONTI (PR – SP) – Esse é o Regimento...

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Comum das duas Casas. Bom, se não, também para... Eu vou... Sugiro, Deputado Milton Monti, para não criar nenhum embaraço, há três inscritos aqui, logo em seguida eu concedo a palavra a V. Exª. Está bom? Como Líder.

Deputado Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Presidente, Relator Senador Eduardo Braga, Deputados e Deputadas presentes, existem muitos pontos a serem tratados e discutidos em relação à medida provisória, mas vai haver o momento adequado para que eles possam ser abordados. Mas eu queria ter aqui a oportunidade de fazer uma referência especial à vontade do Senador Eduardo Braga em relação a procurar uma solução às demandas apresentadas pelos sindicatos, pelas federações e pelos trabalhadores. Eu não poderia deixar aqui de dizer isso, porque estou, na verdade, dizendo e falando aquilo que muitos dos trabalhadores e das representações já tiveram oportunidade de me dizer. Então, fica aqui esse registro importante também ao Presidente e aos demais Deputados.

Mas eu queria ter oportunidade de fazer uma referência para que as demandas apresentadas pelos trabalhadores possam ter um caráter pleno e, sabendo da sensibilidade do Relator, em relação à guarda portuária, existe ainda um ponto que é a possibilidade de algo que a gente considera simples, que não teria dificuldade de atendimento e que aí poderia pacificar uma solicitação que pode ser aquilo que os trabalhadores estão esperando e que o Governo, não tenho dúvida, pode atender. Se a gente pudesse fazer alteração, Relator Eduardo Braga, colocando o seguinte texto: "Organizar a guarda portuária, a fim de..."

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Qual artigo? Qual inciso? E qual parágrafo?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Art. 17, §1º, inciso XV: "Organizar a guarda portuária a fim de prover a vigilância e segurança nos portos organizados e suas dependências em conformidade com a regulamentação expedida pelo Poder concedente." Essa é a sugestão de texto a esse inciso. Se a gente puder depois até, Senador Eduardo Braga, encerrada a reunião, mas apresentamos publicamente também, para discutir esse tema, porque a gente acha que algo simples, que não vai haver uma dificuldade adicional por parte da própria Comissão, dos Deputados e do Governo e esse texto atenderia de forma melhor aquilo que vem sendo pleiteado pela guarda portuária. Por quê? Porque a medida provisória era extremamente negativa. A lei anterior, em relação ao texto apresentado, acaba sendo melhor do que o texto apresentado como relatório. Esse texto chegaria a um ponto médio que garantiria a possibilidade de um acordo pleno em relação a essa questão. Fica a ponderação ao Senador Eduardo Braga sobre a possibilidade de esse ponto ser trazido ao debate, discutido e inserido no texto.

E faço uma pergunta ao Senador Eduardo Braga para o meu entendimento. Em relação aos pontos que foram acordados com os representantes dos trabalhadores e as federações, existe compromisso de não veto por parte da Presidência da República? Esse assunto foi discutido com os trabalhadores, mas eu acho que seria importante essa ponderação na própria Comissão.

Obrigado.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Sr. Presidente, tendo em vista a questão pontual levantada pelo Deputado Glauber, pergunto a V. Exª se eu poderia esclarecer essa questão desde já.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Claro. É um direito de V. Exª.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, apenas para esclarecer a questão pontual.

Primeiro, há compromisso de não veto por parte do Governo com relação a esses temas.

Segundo, em relação à guarda portuária, essa questão apresentada por V. Exª já me foi trazida e houve uma discussão sobre o tema. O que está explícito no relatório é o seguinte: "Organizar guardar portuária em conformidade com a regulamentação expedida pelo poder concedente." Ora, guarda portuária existe para quê? Para fazer outros trabalhos que não o de vigilância, o de segurança, etc.? É claro que não. Portanto, o que às vezes se pretende ao extrapolar a regulamentação num marco regulatório acaba sendo prejudicial.

Por outro lado, a questão do reconhecimento da convenção da OIT, a Convenção 137, também já traz reforço com relação a essa matéria. E, nesse texto apresentado, efetivamente há acordo de não veto. Se, até amanhã, avançarmos nas negociações... Entendo que seja redundância a explicitação pretendida, porque eu não consigo conceber guarda portuária que não seja para fazer vigilância, para dar proteção, ou seja, isso é inerente à atividade. Seria de estranhar se colocássemos a guarda portuária para fazer outra atividade, como embarque ou desembarque de mercadoria, ou outras tarefas que não são inerentes à atividade da guarda e que estão previstas, obviamente, nas convenções que vão acontecer entre as categorias e a própria Convenção 137.

Queria apenas esclarecer isso.

Há, sim, compromisso expresso do Governo de não veto com relação aos temas acordados com a classe trabalhadora.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Agradeço ao Senador Eduardo Braga. Se não existe um problema maior em relação ao texto, eu pergunto a V. Exª, que não precisa responder neste exato momento,...

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Não há compromisso de não veto com relação ao novo texto.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Em relação ao texto proposto. Perfeito.

O que se está buscando aqui, Senador Eduardo Braga, são todas as garantias que não têm a ver com a sensibilidade de V. Exª. Já ficou claro aqui que para V. Exª esse direito já está resguardado, mas, no entender dos trabalhadores, é necessário que se tire qualquer possibilidade de terceirização deste serviço importante, que é a guarda.

Se houver, até amanhã, qualquer possibilidade de compreensão nesse sentido, nós agradecemos. Se não, vamos procurar algum outro tipo de caminho alternativo, mas estamos buscando um acordo que possa atender a todas as partes.

Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Deputado Glauber, dentro do que o nobre Relator expôs, os trabalhadores concordaram com o texto. Nós fechamos um acordo com o conjunto dos trabalhadores.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Presidente, perfeito. Eu não estou querendo aqui criar dificuldade num acordo que já foi formalizado.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – O.k. Vamos em frente. Está bem. Vamos em frente.

Deputado Paulo Pereira.

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT – SP) – Vou me reservar o direito de falar amanhã.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – (*Falha na gravação.*)... Colnago.

O SR. CESAR COLNAGO (PSDB – ES) – (*Falha na gravação.*) ... Deputada Iriny está perguntando se, falando hoje, não poderá falar amanhã. A não ser que haja alguma coisa...

Primeiro, eu queria... Sempre fui muito crítico à medida provisória, que traz coisas boas, traz um norte no sentido do desenvolvimento, da busca de competitividade, da atração de investimentos. Eu tinha muitas críticas.

Quero parabenizar o Senador Eduardo, que, apesar de algumas pendências, *grosso modo,* foi um maestro no sentido de compor o arranjo – sou músico e médico –, fez um belo diagnóstico e saiu consertando e arranjando uma peça que ficou mais palatável. Algumas questões já colocadas aqui não vou repeti-las, mas eu queria, pontualmente, talvez colocar duas ou três questões, para que o Relator Eduardo, como foi feito anteriormente, possa falar. Primeiro, que, apesar de ter evoluído muito a questão com os trabalhadores, na capatazia, a primeira categoria que começa a operar é exatamente a dos atracadores, que fazem a atracação e desatracação dos navios. E, no texto, se não me engano, no art. 40, §1º, inciso I, em capatazia vem atividades e quais são essas atividades, esses trabalhadores avulsos, e não vem exatamente também os atracadores, estão fora. Não sei se V. Exª conhece, no meu Estado, são 130, 150; no Brasil, em torno de 5 mil. E, na nossa avaliação, eles não estão contemplados, do ponto de vista... A guarda portuária, na minha avaliação, está contemplada; acho que a explicação é lógica.

E queria perguntar a V. Exª se isso passou despercebido, se há um conceito diferente da capatazia em relação a todas as funções que lá existem. Ela é real, está lá, não estamos criando nenhuma função, nenhuma atividade; ela existe.

Essa é a primeira questão pontual.

A segunda é que, dentro da área do porto – e quero parabenizar, nesse sentido, o porto indústria, vamos dar o nome exatamente, terminal indústria, se não poderia ser da mesma redação que está no art. 13 –, a Antaq poderá disciplinar... (*fora do microfone.*) ... Especificamente, no caso do terminal indústria, o acesso por qualquer interessado somente ocorrerá em caso de emergência, porque há uma relação de segurança – sou médico do trabalho e de segurança do trabalho – diferenciada do porto para o porto indústria, até questões ligadas a incêndio, a acidentes, ou como, por exemplo, houve um caso de ventania que derrubou dois na nossa área de carvão num terminal, dois guindastes... Quer dizer, essa redação acho que ficaria um pouco, na verdade, complementando a redação.

Não sei qual se seria a reflexão de V. Exª quanto a esse ponto.

A outra questão vou deixar para destaque amanhã, que é uma emenda do Mendes Thame, que dá mais transparência àqueles compromissos que V. Exª coloca, muitas vezes transferindo para o gestor, para aquele que concede, que faz a concessão, que as movimentações, todo o desenvolvimento

que acontece nessa Emenda nº 344, de autoria dele, em que ele coloca uma coisa que valoriza o Parlamento aqui, e que houvesse para o Parlamento, a cada três meses, para as comissões específicas, um relatório do desenvolvimento dessa nova legislação, porque é um arcabouço grande, um marco regulatório importantíssimo, que mexe com muitas coisas e aí o Parlamento pudesse acompanhar, mas é questão para um destaque amanhã.

As duas questões anteriores, uma sobre a capatazia e a outra sobre o terminal indústria em relação a esse acesso.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Deputada Iriny Lopes.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – Presidente, eu também vou deixar minha inscrição para amanhã.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Deputado Zülke.

O SR. RONALDO ZÜLKE (PT – RS) – Sr. Presidente, obrigado pela gentileza. O tema já abordei com o Senador por meio de um contato telefônico, nosso Relator, Senador Eduardo Braga.

Volto a insistir porque é um tema por demais importante para o desenvolvimento do polo naval no meu Estado do Rio Grande do Sul e poderá também ser importante para os demais Estados, cuja realidade, infelizmente, não conheço. Mas, no caso do Rio Grande do Sul, Senador, estamos fazendo esse apelo para que o senhor inclua no seu parecer que o polo naval se desenvolve em Rio Grande, mas também se desenvolve em outras regiões do Estado. E, por uma iniciativa do governo estadual, buscou-se descentralizar as atividades do polo naval, com empresas se instalando nos estaleiros, lá em Rio Grande, mas também no Baixo Jacuí, onde nós temos o Rio Jacuí, que recebe, nessa região, vários empreendimentos industriais, que estão a produzir módulos para as plataformas do Polo Naval de Rio Grande. Essas empresas estão, tal como está hoje a Medida Provisória, impedidas de acessar os benefícios do regime do entreposto aduaneiro.

Portanto, queremos sugerir o acolhimento da emenda do Senador Francisco Dornelles, que suprime a expressão "beira-mar", de tal forma que empresas que participam do polo naval, que são produtoras de módulos, peças, máquinas, equipamentos para as plataformas da Petrobras, para os navios sondas da Petrobras, mas que não estão localizadas à beira-mar e, sim, à beira-rio, possam também ser beneficiadas.

A sugestão, portanto, da emenda é a supressão da expressão "beira-mar", e, desta forma, permitiria que todo o polo naval que está se organizando no Rio Grande do Sul, graças a essa política adequada do Governo Federal, possa ser beneficiado pela Medida Provisória.

Sobre isso, Sr. Presidente, nós já tivemos oportunidade de falar com o Senador Eduardo Braga, que, tenho certeza, com sua sensibilidade, poderá acolher essa emenda do Senador Francisco Dornelles e que está recebendo, nesta oportunidade, o nosso apoiamento.

Falo aqui não em meu nome pessoal, mas em nome de todos os empreendedores dessa importante indústria que se desenvolve no Rio Grande, e falo também em nome do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Estavam inscritos outros Parlamentares.

Vamos ouvir, agora, o Deputado Milton Monti.

O SR. MILTON MONTI (PR – SP) – Presidente, agradeço a V. Exª pela fala, em nome da Liderança.

Primeiramente, quero cumprimentar V. Exª, cumprimentar o Relator, Senador Eduardo Braga, porque sei da dimensão deste assunto e sei que é um assunto extremamente complexo e, de certo modo, polêmico. O relatório apresentado, em nossa opinião, poderia ser – e vamos continuar esta discussão – melhorado. Há pontos que carecem, na nossa visão, de uma definição mais clara no ordenamento legal. Algumas coisas estão sendo colocadas como a possibilidade de serem feitas. E há outros *players*, essas condições estão sendo colocadas de forma impositiva.

Eu não quero entrar no detalhe desta discussão, mas acredito que, para cumprir a ideia, que é de todos nós, de fazer o País crescer, desenvolver-se, ter investimentos em curto prazo – acho que esta é uma questão fundamental –, nós tínhamos que ter uma garantia maior para que esses investimentos realmente acontecessem.

Parece-me que há certos sinais trocados. Eu não sei, as pessoas da área do Executivo, exatamente as pessoas que estão tratando desse assunto – e eu não quero aqui acusar ninguém..., mas o que eu ouço no mercado é que este texto não trará os investimentos que o Governo espera que virão. Esta é a grande questão. Da forma que está, eu não sei se estou ouvindo pessoas diferentes do mundo real, ou se o Governo está ouvindo pessoas diferentes do mundo real. A verdade é que o que eu ouço é que os investimentos pretendidos pelo Governo, necessários ao País, investimentos que deveriam ter sido feitos ontem, mas podem ser feitos amanhã, não serão feitos da forma como está feita a redação do relatório, no que diz respeito à possibilidade de renovação antecipada dos contratos, no que diz respeito aos terminais anteriores a 1993, no que diz respeito aos conflitos que puderem ser resolvidos através de outra instância – não a jurídica –, através de acordos. Enfim, temos várias questões que precisam ser, na minha avaliação, melhoradas, e acho que todos nós aqui estamos atuando para colaborar com o Brasil, para colaborar com o Governo, para colaborar com a economia, e acho que isso deve ser colocado.

Eu queria também dizer ao Relator que essa é uma questão que foi feita pelo meu Presidente, Senador Alfredo Nascimento, no que diz respeito às transferências das competências da área de portos fluviais lacustres para a Secretaria de Portos, e excetuam-se aí as instalações de pequeno porte, que são justamente aquelas no seu Amazonas e no Amazonas do Senador Alfredo Nascimento, que solicita uma redação um pouco mais ajustada no art. 65: que elas pudessem ser feitas no *caput* do artigo.

Então, essa é mais uma solicitação que faço, sem estourar o tempo, Presidente, e V. Exª foi muito generoso em concedê-lo.

Quero só repisar isto: parece-me que há sinais trocados. Se nós queremos que o País cresça, que o País se desenvolva, que o País possa ter investimentos rápidos e a curto prazo, as questões das renovações antecipadas para dar garantia ao investimento, as questões dos terminais antes de 1993, a questão da esfera de conciliação para dirimir dúvidas, isso devia ser mais bem colocado. Vamos tentar fazer com que, como acontece em outros *players*, onde a lei coloca de forma impositiva, em outros casos também deveria ser assim, porque isso vai garantir investimentos para o País.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – O Deputado Edinho Bez gostaria de falar ou não?

O SR. EDINHO BEZ (PMDB – SC) – Não havendo mais Parlamentar inscrito, passo a palavra ao nobre Relator.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Sr. Presidente, primeiro, agradeço aos Srs. Senadores e Srs. Deputados, Parlamentares que fizeram menção ao nosso esforço em torno desse relatório. Creio que esse esforço, como já disse, não foi apenas do Relator, mas de todos, capitaneado por V. Exª, que, ao longo de todas essas onze semanas esteve dedicado à construção do entendimento, do diálogo e da construção, creio eu, de um relatório que, diante daquilo que se especulou em torno dessa Medida Provisória, acabou surpreendendo a muitos pelos avanços e pelo número de modificações que acabaram acontecendo, creio eu, para aprimorar e para robustecer a política estabelecida.

No entanto, algumas afirmações foram feitas aqui das quais, *data venia*, eu preciso discordar, pela compreensão que tenho hoje da questão legal que envolve a Lei nº 8.630 e do Marco Regulatório como posto por esta MP.

Primeiro, de que não estabelecemos clareza nem critérios para a questão dos portos organizados. É preciso destacar que nós, no relatório, criamos critérios bastante claros com relação a essa questão, mudando inclusive o texto original da Medida Provisória. Não é justo, portanto, essa colocação. É só olhar o art. 3º que diz o seguinte: "A exploração dos portos organizados e instalações portuárias, com o objetivo de aumentar a competitividade...". E é preciso dizer que nós introduzimos no texto a expressão competitividade ao longo de todo o texto, permeando o texto com a palavra competitividade, o que significa equilíbrio entre tupis e porto organizado.

E o desenvolvimento do País. É inaceitável que, depois do Marco Regulatório novo sobre os portos, ainda tenhamos que conviver com as imagens apresentadas nesse final de semana nos portos brasileiros. Acho que um País do tamanho do nosso, que tem uma economia do tamanho da nossa, precisa, de uma vez por todas, acabar com algumas ineficiências que são repetidas, que acontecem todos os anos e que podemos evitar se tivermos planejamento, vontade política, investimento; e tivermos um marco regulatório definitivo. Acho que esse texto traz claramente essas diretrizes.

Segundo.

> *Art. 3º.....*
> *I - expansão, modernização e otimização da infraestrutura e da superestrutura que integram os portos organizados e instalações portuárias;*
> *II - garantia da modicidade e da publicidade das tarifas e preços praticados no setor, da qualidade da atividade prestada e da efetividade dos direitos dos usuários;*
> *III - estímulo à modernização e ao aprimoramento da gestão dos portos organizados e instalações portuárias, à valorização e à qualificação da mão de obra portuária, e à eficiência das atividades prestadas;*
> *IV - promoção da segurança da navegação na entrada e saída das embarcações dos portos; e*
> *V - estímulo à concorrência, incentivando a participação do setor privado e assegurando o amplo acesso aos portos organizados, instalações e atividades portuárias.*

Portanto, a afirmação feita aqui de que não há clareza nos critérios efetivamente precisa ser refutada.

É importante dizer que em momento algum este relatório ou sequer a MP buscam quebrar contrato. Não há quebra de contrato. É preciso que de uma vez por todas nós possamos aqui, com clareza, dizer o seguinte: onde está? Em que artigo, em que vírgula, em que inciso, em que parágrafo se está quebrando contrato nesta MP ou neste relatório? Não há quebra de contrato. Mais do que isso, há reconhecimento do contrato.

Em inúmeros artigos deste texto nós reconhecemos a existência do contrato e as cláusulas existentes a partir da Lei 8.630. Em que pese a lei estar sendo revogada, o conteúdo do contrato oriundo daquela lei está aqui repetido, para que ela possa garantir, até amanhã, caso questionada, a questão dos contratos estabelecidos em cima de ato jurídico perfeito.

Quais são os atos jurídicos perfeitos? Primeiro, a lei que rege a licitação, o edital. Se não houve questionamento, se não houve judicialização, se não houve nenhuma interpretação de ilegalidade com relação à lei que rege aquela licitação, o edital passa a ser válido.

Segundo, a partir desse edital gerou-se um contrato. Ato jurídico perfeito. Não há questionamento, não há quebra de contrato e não há, portanto, quebra de expectativa de direito.

O que acontece a partir da Lei 8.630? Uma expectativa de direito de prorrogação. Não há o direito de prorrogação, há uma expectativa de direito. Por que essa expectativa de direito é importante ser mencionada? E eu lamento que o Líder Eduardo Cunha não esteja aqui para me ouvir.

Para que se tenha o direito à prorrogação é preciso que se cumpra *ad tempore* as cláusulas contratuais. Ora, se as cláusulas contratuais vão vencer em 2021, em 2019, em 2025, não há como, agora, no tempo presente, dizer que aquela prorrogação será ou não será feita, porque as cláusulas contratuais de um contrato de ato jurídico perfeito não estão exauridas. Portanto, o que há é um direito contratual de expectativa de direito que está sendo mantido neste relatório e que foi mantido na MP.

O que se inova aqui neste relatório, que não estava previsto naquele contrato, nem no edital, que é a lei, que foi um ato jurídico perfeito? A antecipação. O direito de se antecipar à cláusula de prorrogação.

Portanto, não se está, aqui, colocando quebra de contrato ou quebra de expectativa de direito, está-se criando uma nova expectativa de direito. É que se o arrendatário assim entender, ele pode requerer a antecipação da sua prorrogação e expectativa de direito do contrato original. Para que ele possa fazer isso, ele precisa apresentar um plano de investimento ao poder concedente, que terá prazo para responder se aprova ou não aquele requerimento e aquele plano de investimento. Portanto, nós estamos criando e gerando uma nova expectativa de direito. Mais do que isso, estamos especificando o prazo. Mais do que isso, estamos citando, no *caput* do artigo, a existência da prorrogação, esta sim oriunda de um ato jurídico perfeito que gera uma expectativa de direito. E estamos citando inclusive a lei que gera essa expectativa de direito.

Então, apenas para que fique claro à Comissão, de uma vez por todas, essa questão entre o direito de prorrogar e o direito de não prorrogar. Aqui, nós não estamos negando o direito de prorrogar. Em momento algum. Nós apenas estamos dizendo que poderá prorrogar. Por que poderá? Porque é a critério do poder concedente, desde que sejam cumpridas as cláusulas contratuais. Esse é o ato jurídico perfeito. Se nós vamos assegurar a obrigação de prorrogar, o que nós estamos fazendo? Nós estamos revogando as cláusulas de obrigação de fazer que estão no contrato original.

Ora, imaginem os senhores um contrato que vai vencer em 2020, em que você tem outorga onerosa, portanto, você tem que pagar outorgas até 2020, e eu colocar aqui uma obrigação de renovação sem que os pagamentos das outorgas tenham acontecido. É a mesma coisa que dizer ao proprietário de um imóvel que ele tem que renovar o aluguel que vai vencer em 2020 sem que o arrendatário pague os alugueis. Isso não existe. Isso não existe.

Portanto, se quisermos fazer o discurso de que estamos aqui quebrando direito, não há quebra de direito. O que temos que discutir aqui é a expectativa de direito. Essa é a minha visão. É a visão para deixar claro as colocações com relação a quebra de contrato, com relação a dizer que estamos aqui revogando prorrogação. A afirmação...

O SR. MÁRCIO FRANÇA (PSB – SP) – V. Exª me permite um aparte, Senador?

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Pois não, claro. Com prazer ouço V. Exª.

O SR. MÁRCIO FRANÇA (PSB – SP) – A primeira argumentação mais lógica que vejo do assunto é a que V. Exª usou agora. Portanto, não haveria exatamente uma antecipação porque, se você não chegou no prazo, não deu tempo de cumprir todas as suas obrigações, você não pode querer antecipar. Se isso é verdade, V. Exª também há de convir com relação à seguinte verdade: eu abro uma licitação, num terminal público, e determinadas pessoas entram nessa licitação, com as regras que existem. Nessas regras, não existe privado a competir comigo no público. De repente, vem exatamente essa medida provisória e regulariza um privado semelhante ao meu, em frente a mim, com preço diferente. Isso, de certa forma, é quebrar um contrato. Ou não? Se isso não é quebrar um contrato, o que é quebrar um contrato?

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Isso não é quebra de contrato, isso é competitividade. Por isso, na relatoria, nós criamos o §2º no art. 57, em que dissemos o seguinte: "A obrigação prevista no §1º do art. 57 – e aí não é autorizativa, é impositiva – respeitará o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e as condições de competitividade", Deputado.

O SR. MÁRCIO FRANÇA (PSB – SP) – Mais quais serão essas?

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – As condições de competitividade são: eu não posso ter um contrato para transporte de carga, em geral TUP, que seja desequilibrada do ponto de vista da concorrência ruinosa ao contrato do porto organizado. Portanto, se eu tenho um contrato sobre a mesma origem de espécie, eu estou garantindo aqui duas coisas previstas no código brasileiro. Primeiro, o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. O que quer dizer o equilíbrio financeiro...

O SR. MÁRCIO FRANÇA (PSB – SP) – Como se dará?

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Como se dará. É na relação que já existe hoje, fartamente, nos acórdãos dos Tribunais brasileiros, os superiores e os inferiores. Acórdão e farta jurisprudência com relação ao equilíbrio econômico-financeiro dos contratos. Essa é uma relação entre o arrendatário e o proprietário. No caso, o governo da concessão. Isso não significa a competitividade. O equilíbrio-econômico financeiro é referente à mudança da cláusula de outorgas, Deputado.

Veja, eu tenho um ato jurídico perfeito. Eu tenho um edital que previa como critério para a assinatura do contrato a cláusula de outorga onerosa. Eu tenho que mudar essa cláusula. Ora, como eu posso mudar essa cláusula sem romper o contrato? Primeiro, por um acordo. Portanto, o arrendatário e o arrendador, no caso, o poder concedente, precisam entrar em comum acordo. Portanto, como é esse acordo? Você tem que abrir os custos. E há uma câmara da arbitragem que vai discutir isso. Quem é essa câmara de arbitragem? A Antaq. E a Antaq está sujeita às decisões da Justiça sobre o tema. Todo empresário sabe que a expressão "equilíbrio econômico-financeiro de contrato" tem regra jurisdicional sobre o tema. A competitividade...

O SR. MÁRCIO FRANÇA (PSB – SP) – Eu sei. Mas V. Exª tem experiência e sabe. Imagine a situação de hoje da Antaq, com um único membro, um único membro indicado para lá, o outro...

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Mas, Deputado, eu lhe digo uma coisa: não existe outra hipótese. No cenário jurídico...

O SR. MÁRCIO FRANÇA (PSB – SP) – Veja bem, eu estou dizendo o seguinte... Eu não estou dizendo que V. Exª tem que mudar de opinião. Eu estou apenas, para que V. Exª não fale e tenham a sensação de que eu estou concordando, eu estou discordando. É pelo livre pensar.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Não, claro. Aqui nós estamos em um debate.

O SR. MÁRCIO FRANÇA (PSB – SP) – Nós vamos continuar votando do mesmo jeito, mas...

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Nós estamos aqui em um debate. Eu apenas quero dizer...

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Importa registrar que o Deputado Márcio França está discutindo a matéria.

O SR. MÁRCIO FRANÇA (PSB – SP) – Não, não estou. Eu pedi um aparte a ele. Se não quiser que eu fale, eu também não falo. V. Exª, se quiser proibir todo mundo de falar aqui, pode proibir. Depois, vamos ver como é que a Justiça vai despachar.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Não, eu vou considerar amanhã.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Eu acho este debate importante sabe por quê? Esclarece a muitos, Deputado. Sinceramente falando, veja o que quero dizer: eu me debrucei sobre esta matéria, juntamente com os colegas Deputados e Senadores, com o Governo, com empresários, com trabalhadores. Eu me debrucei fartamente sobre esta matéria. E digo mais a V. Exª: busquei debater com juristas, tentei argumentar em muitos pontos que eu acho lógicos, junto à Advocacia-Geral da União.

O SR. MÁRCIO FRANÇA (PSB – SP) – Eu vi, eu vi.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Com a Casa Civil nós tivemos debates longos. Mas o que eu quero apenas dizer é o seguinte: do ponto de vista da técnica legislativa e do ponto de vista da obediência dos mandamentos postos na legislação brasileira, nós não temos outro mecanismo além de dois. Primeiro, o equilíbrio econômico-financeiro que estabelece a relação entre arrendador e arrendatário. E, segundo, a competitividade que estabelece o equilíbrio da concorrência ruinosa, figura prevista também no código pertinente.

Portanto, nós estamos assegurando dois direitos fundamentais aqui: o equilíbrio econômico-financeiro e a competitividade. Mas estamos abrindo aqui a vontade do legislador de fazer a antecipação de prorrogação. Ou seja, aqui está, pela primeira vez, sendo previsto, num documento legal, porque isso não estava no edital, isso não está no contrato...

O SR. MÁRCIO FRANÇA (PSB – SP) – Mas V. Exª sabe que o Governo já fazia prorrogações, não é? Como aconteceu no Rio de Janeiro.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Não, fazia prorrogações quando vencia a prorrogação.

O SR. MÁRCIO FRANÇA (PSB – SP) – Não, ante de vencer. Antecipava. Com a aprovação da Antaq, com a aprovação...

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – A antecipação... Eu desconheço. Eu vi, por exemplo, no caso das elétricas, o Governo antecipar a renovação de concessão desde que haja contrapartida. Porque a antecipação de concessão sem contrapartida nenhuma, de forma graciosa, se eu sou interessado no setor, eu entro e arguo a inconstitucionalidade e a ilegalidade da antecipação. Porque ela não pode ser graciosa. Antecipação em cima de um contrato oneroso de outorga tem limites legais.

O SR. MÁRCIO FRANÇA (PSB – SP) – Não, eu estou de acordo.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Ela tem limites legais. Porque, se não, você beneficia de forma ilegal uma das partes contratuais. O que nós estamos inovando aqui é que nós estamos permitindo duas coisas com este relatório. Primeiro, nós estamos permitindo a antecipação. É uma figura jurídica nova em matéria de legislação. Segundo, nós estamos estabelecendo quais os critérios para, e dizendo o seguinte: esses critérios podem fazer a adaptação do contrato, mudando as regras contratuais. Passa a ser de investimento e não de outorga onerosa, fazendo com que isso seja respeitado pelo equilíbrio econômico-financeiro do contrato e pela regra geral da economia, que é a competitividade e o equilíbrio entre as partes.

Portanto, eu quero dizer aqui aos Srs. Deputados o seguinte: eu tenho o melhor de todos os interesses públicos de fazer deste relatório e desta lei de conversão algo que resista, primeiro, ao julgamento público.

Depois de assistirmos às cenas que estamos assistindo, mais uma vez, pelas intermináveis filas nos portos brasileiros, em que pese alguns possam dizer: "Ah, isso é falta de rodovias; é falta de ferrovias." Também! Mas é falta de porto 24 horas; é falta de investimento também dentro do porto; é falta de uma disciplina e de uma logística mais aprimorada dentro do próprio porto.

O SR. MÁRCIO FRANÇA (PSB – SP) – É falta de uma agricultura que não exporte apenas a *commodity*; que ela possa produzir aqui dentro; a indústria...

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Concordo com V. Exª.

O SR. MÁRCIO FRANÇA (PSB – SP) – Porque senão nós vamos voltar 500 anos atrás, quando o Brasil exportava pau-brasil e açúcar.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Eu, quando estudei macroeconomia, um dos princípios básicos da macroeconomia dizia que países não conseguiriam emergir, do ponto de vista econômico, se não fosse através de produtos de tecnologia e de bens acabados. Que países baseados em *commodities* não conseguiriam emergir. As leis existem, nos princípios gerais, exatamente para serem desmentidas pela dinâmica da humanidade. A maior prova disso é o que está acontecendo com o Brasil; a maior prova disso é o que está acontecendo com a África do Sul; a maior prova disso é o que está acontecendo com os novos países emergentes. É que, mesmo países que não detenham valores agregados na sua economia, e tecnologia de ponta, conseguem emergir pela necessidade de demanda que existe e de atenção da demanda a partir desses países.

Mas o que eu quero dizer aqui é o seguinte: este embate... A Comissão é soberana: se nós vamos tomar a decisão de que, em vez de ser autorizativo, será impositivo, o Plenário desta Casa é soberano. Apenas o conceito é que eu não posso ouvir e não explicitar a argumentação, para que nós não incorramos em um erro.

O SR. MÁRCIO FRANÇA (PSB – SP) – É que chamou a atenção, Sr. Relator, o fato de que, em todos os assuntos, o verbo usado foi "poderá, poderá, poderá", exceto no caso da regularização dos privados, em que ficou constando "deverá". É a única exceção de mudança de verbo: poderá, poderá, poderá; e, no caso dos privados, deverá.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Porque aí é uma regulação. Veja: se nós não colocarmos na regulação o tempo impositivo, amanhã um governo qualquer... Nós vivemos em uma democracia, este Governo não é eterno; este Governo não tem mandato de eternidade; este Governo poderá mudar ao longo do tempo, então, é preciso garantir uma regra que regule aquele setor, como há regras que regulam o porto organizado. Há regras que regulam de forma clara. O que nós estabelecemos foram diretrizes claras; as diretrizes estão claras, coisa que não havia anteriormente.

Eu quero, portanto, dizer que há um avanço. Há um avanço inquestionável no que nós conseguimos construir. Isso não é mérito do Senador Eduardo Braga, Relator; isso é mérito de todos: é do Guimarães, é dos Srs. Parlamentares que apresentaram inúmeras emendas que me permitiram debruçar-me sobre o tema, que me permitiram estudar com profundidade o tema. Isso foi oriundo das nossas audiências públicas, do aprendizado que eu tive no diálogo com os trabalhadores; no diálogo com os diversos empresários. Não me neguei a atender ninguém; atendi a todos; tive debates intensos com o Governo sobre o tema.

Creio que cumpri o papel que prometi a esta Comissão de não ser o Líder Relator e, sim, o Relator da matéria, indo muitas vezes ao limite da capacidade de argumentação e de negociação, e assim construímos um texto.

O SR. MÁRCIO FRANÇA (PSB – SP) – Só para deixar claro, V. Exª ouviu da Presidente da República que, se o texto fosse aprovado literalmente como V. Exª apresentou, não haveria veto em artigo algum desse texto?

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Não, não, isso eu não posso dizer a V. Exª, que não há unanimidade de não veto. O que eu posso dizer é que existem artigos-chaves aqui em que há compromisso de não veto. Por exemplo, para o art. 57, como está posto, há o compromisso de não veto. Para o art. 56 também há o compromisso de não veto.

De todas as cláusulas apresentadas pelos trabalhadores – que já são sobejamente conhecidas –, algumas estão sendo "adendadas" porque nós tivemos uma hora e meia, no término da negociação inicial, para poder apresentar o relatório. E isso levou a alguns erros de redação, etc., que nós estamos consertando nesse adendo.

Algumas questões pontuais estão ficando claras, fruto do entendimento com a classe trabalhadora. Todas aquelas questões têm acordo de não veto.

O SR. MILTON MONTI (PR – SP) – Senador, eu só queria agregar uma questão. O raciocínio de V. Exª é perfeito juridicamente a respeito dos contratos posteriores a 1993. O que entendo é que essa reivindicação surgiu e as coisas estão sendo colocadas assim justamente para compensar uma nova figura jurídica que vai surgir e que vai surgir a partir dessa medida provisória. É isso. Agora, se essa compensação vai existir ou não, é uma outra discussão.

Então, só estou ponderando que, quando coloquei aqui poderão ou deverão é, na verdade, no sentido de oferecer uma garantia frente a uma nova realidade. É isso.

Em relação a que o contrato não está vencido, que isso vai... Da mesma forma com os anteriores a 1993.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – O que quero dizer, inclusive...

O SR. MILTON MONTI (PR – SP) – A 1993 porque eles estão aí, alguns têm liminares, isso pode se arrastar... Na verdade, a ideia de resolver a questão... Por isso que eu disse aqui em sinais trocados... É preciso avaliar bem... Essa é a minha avaliação; posso estar completamente equivocado. No fim, nós estamos querendo contribuir, colaborar para que o País cresça.

Então, as coisas da forma como são colocadas podem não surtir o efeito desejado. É isso.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Eu quero... Pois não, o Presidente vai pedir a palavra. Só quero colocar aqui uma questão.

Veja, no art. 56, nós colocamos inclusive um horizonte: até cinco anos. Por quê? Porque se trata de concessões que estão vencidas, não têm contrato em vigor. Não existe, portanto, nenhuma segurança jurídica sobre o tema, a não ser algumas liminares concedidas, algumas inclusive em instância inferior. Portanto, isso tem muita insegurança jurídica. E, ao mesmo tempo, nós estabelecemos até 5 anos e retiramos a obrigação de fazer. Por que retiramos a obrigação de fazer? Porque a proposta inicial era 10 anos, com 3 anos de obrigação de fazer investimento. A partir do momento em que essa proposta não se pôs de pé, nós retiramos toda e qualquer obrigação de fazer e estabelecemos um prazo de até cinco anos. Qualquer empresário que faça um *business plan*, um plano de negócio sem investimento em até cinco anos *versus* um plano de negócio de dez anos, com três anos de investimento pesado, aprovado pela Antaq, tem um peso e um equilíbrio vantajosos a quem não vai investir durante 5 anos. Esse foi o equilíbrio.

Já no art. 57, nós não estabelecemos prazo. Por quê? Porque estamos pedindo uma contrapartida obrigatória para a antecipação. Isso significa dizer que, em alguns casos, antecipação pode ser de 10 anos; em outros casos, pode ser de 5 anos; em outros casos, pode ser de 12. Tudo dependerá do equilíbrio econômico-financeiro do contrato e da competitividade.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Só para antes de V. Exªs saírem, é importante, Deputado Márcio França, a gente ter dimensão do que significa esse relatório. Do início para cá, até hoje, este relatório deveria ser aprovado por unanimidade, sem destaques. Deveria! Sabem por quê? Porque não adianta a gente aprovar um texto para depois ser vetado.

O SR. MÁRCIO FRANÇA (PSB – SP) – Mas nem o relatório tem a garantia de não vetado.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Noventa por cento têm garantia de não veto. E poderíamos avançar, Deputado Márcio; poderíamos avançar. A estratégia do tudo ou nada aqui dentro é um péssimo caminho para quem quer de fato tornar os portos brasileiros competitivos. Por exemplo, lembra, Deputado Relator, quando nós iniciamos a discussão da matéria, eu identifico três grandes blocos aqui dentro. Trabalhadores, não tem acordo, greve, greve. Qual é o resultado? Cem por cento atendidos! Mesmo que o Deputado Paulinho aqui não esteja, mas porque ele é Deputado e está discutindo outros temas não relacionados com os trabalhadores. A CTB, a CUT e a Força Sindical, 100% atendidas. Todas!

O Governo teve dificuldade de aceitar a negociação, não é isso, Relator? Guarda portuária: teve Deputado aqui que passou 10 sessões falando da guarda portuária, guarda portuária. Está mantida a Lei nº 8.630. O CAP, a autoridade portuária, mantido também. Então, nós fomos elencando todas as questões importantes. Esse era um bloco de problemas que está resolvido, Glauber, com as centrais, com os trabalhadores. E bem resolvido.

Dois. Lembram-se da politização que foi tentada impor na lógica desta Comissão, que era a questão do Porto de Suape etc? Encontramos uma solução que era uma grande demanda, Deputado Márcio França. Encontramos uma solução razoável, atendido também... e na questão dos operadores, antes e depois de 1993. Há solução para tudo.

Por isso que não me parece ser correto, para quem está preocupado com um novo marco regulatório que dê dimensão à competitividade, à estrutura portuária brasileira, nós irmos para o tudo ou nada no destaque. E sabe por quê? Isso vai nos fragilizar. Vai fragilizar o Relator. Vai desconstituir a alma do relatório. E ao desconstituir a alma do relatório, nós vamos ter problemas. Eu preferiria o caminho do entendimento, para construir um amplo entendimento, Presidenta.

O SR. MÁRCIO FRANÇA (PSB – SP) – Mas agora falta muito pouco. É só uma questão de...

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Mas não pode apresentar, por exemplo, trezentos destaques para amanhã. Isso não é razoável para quem quer construir um acordo.

Portanto, o que eu estou ponderando. Nós poderíamos fazer...

O SR. MÁRCIO FRANÇA (PSB – SP) – O que nós poderemos fazer.

Nós não temos acesso aos Ministros, nós não falamos com a Presidente da República. Nós só falamos com V. Exª quando V. Exª resolve abrir a reunião.

O único instrumento que eu tenho é esse. Quer dizer, eu não posso ser de verdade criticado pelo único instrumento que eu tenho. Se me derem um outro. Se o senhor me deixar falar meia hora com ela, eu garanto que ela vai ser convencida de que está errada.

Agora, eu não consigo falar com ela. Tenho que falar com V. Exª, para que V. Exª e o Relator, que têm mais acesso, tentem convencê-la de alguma mudança a mais que possa eventualmente acomodar o que falta. Falta muito pouco de fato, de fato. Eu acho que é um esforço bastante, mas falta um pouquinho. Pequenos detalhes.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Apenas para complementar V. Exª, V. Exª há de compreender. Eu já conversei com muitos e sinto que toda questão agora está concentrada em dois artigos, o 56 e o 57. Os arts. 56 e 57, como estão, têm acordo de não veto.

Eu já conversei com muitos setores empresariais e com muitos setores dos trabalhadores. A todos pergunto a seguinte questão: se for derrubado por um destaque o art. 56 e entrar um novo texto, por exemplo, dando 10 anos e for vetado, você acha que é melhor do que manter o atual, que tem acordo de não veto?

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Porque o veto tem que ser ao artigo. Não é a uma palavra.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Não. A maioria diz: "Como está é muito melhor do que era."

O SR. MÁRCIO FRANÇA (PSB – SP) – Não, se eles tivessem a garantia.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Mas tem a garantia.

O SR. MÁRCIO FRANÇA (PSB – SP) – V. Exª acabou de falar que não tem a garantia.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Do veto? Art. 57 e art. 56 têm garantia de não veto como está posto.

Agora, se nós aprovarmos nesta Casa um destaque...

O SR. MÁRCIO FRANÇA (PSB – SP) – Não, Senador. Eu estava em sua sala, e no texto original de V. Exª eram cinco anos. Aí, apareceu uma frase: "Até".

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Sim. Eram cinco anos. Esse já era o terceiro texto. Nós começamos primeiro sem nada. Depois, fomos...

O SR. MÁRCIO FRANÇA (PSB – SP) – Vai de um dia até cinco anos.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Mas o que acontece é o seguinte, V. Exª há de concordar com o seguinte: existem casos em que você dentro do porto organizado um portinho que está dentro de uma lógica em que uma área precisa ser unificada para destravar essas famigeradas filas que nós estamos vendo, sob pena de não fazermos andar.

Isso porque muita gente quer atribuir, e eu concordo, 70% dos nossos problemas estão no acesso, estão em outras questões. Mas há 30% que são a forma da operação do porto. Tanto é que eu fiz constar aqui uma mudança. E qual foi a mudança que fizemos constar aqui? Estabelecer como critério das novas licitações não apenas a questão do maior volume de carga, porque o maior volume de carga operador portuário nenhum pode garantir, porque ele não é dono da carga. O dono da carga é o armador.

O SR. MÁRCIO FRANÇA (PSB – SP) – Mas lembre-se de que no texto original estava assim.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Sim, mas isso para mostrar os avanços.

O SR. JOSÉ VASCONCELOS (PT – CE) – Nós avançamos, Márcio.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – O que eu quero dizer...

O SR. MÁRCIO FRANÇA (PSB – SP) – Nós estávamos certos de intencionar...

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Claro que está certo. O que eu quero dizer a V. Exª é que no regime democrático de pesos e contrapesos o que é bonito é isso.

Mas quero dizer a V. Exª que nós construímos algo. E quando digo nós, é esta Comissão. São as entidades, são os sindicatos, as federações, as centrais, o Governo, que ajudou a construir isso. Tensionando, é claro, mas ajudou a construir.

Este texto tem compromisso de não acordo em questões centrais, vitais. É isso o que tento explicitar. Enquanto nós estávamos no enfrentamento, inúmeras vezes eu comprei as brigas, as boas brigas, em nome da construção de um texto.

Mas o que eu quero dizer a V. Exª é que algumas lógicas e alguns argumentos ainda postos hoje já não são mais válidos, porque a Lei de Conversão apresentada, a Proposta de Lei de Conversão, já passou por isso. Esse argumento é válido na situação originária de onze semanas atrás. Não é mais hoje. Essa é a lógica que eu quero propor.

Quero dizer que todos nós aqui representamos os nossos Estados, representamos os nossos Municípios, representamos, em primeira análise, aquilo que está na Constituição, os nossos representados, o povo que nos elegeu. Estamos defendendo isso aqui.

Senhores, eu digo a V. Exªs o seguinte: o que nós construímos aqui seja pela lógica do trabalhador, seja pela lógica do investidor, com garantia de não veto, com a garantia de não veto, é melhor do que os *status quo* anterior ou o *status quo* da Medida Provisória. Disso eu não tenho dúvida. Aí alguém pode

dizer, e algum Parlamentar pode assegurar: "Não, vamos fazer um passo à frente." Se esse passo à frente for fruto de entendimento, estamos de acordo, mas, se for fruto de enfrentamento – na democracia há o direito constitucional do veto – e se houver o veto em alguns dos artigos aqui propostos pela mudança, o que significará é um retrocesso. Apenas para que todos tenham...

O SR. MÁRCIO FRANÇA (PSB – SP) – Da nossa parte não haverá nenhuma chance de uma emenda nossa aqui alterar o texto. A única coisa que se quer fazer aqui é lhe dar mais subsídio para que o seu argumento convença a quem tem que convencer. Não temos nenhuma ideia de fazer emenda e alterar o texto.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Estamos de acordo em relação a isso. Eu apenas quero ponderar os limites.

Deputado, eu sou uma pessoa muito transparente, e as pessoas percebem claramente a minha aposição, porque eu sou muito transparente. Não sei, mas alguns acham que isso é um defeito, outros acham que isso é uma virtude, mas, enfim, eu sou muito transparente. A minha capacidade de negociar chegou ao limite. Disse isso no reservado e estou repetindo no público. Disse isso no reservado a V. Exª e estou dizendo no público. Eu cheguei à capacidade máxima em que eu, Guimarães, toda a nossa capacidade de argumentação e convencimento sobre a construção de um entendimento chegou ao limite. Agora, eu sou um democrata, eu reconheço que há sempre a possibilidade, o Plenário é soberano: tanto o Plenário da Comissão, quanto o Plenário da Câmara, quanto o Plenário do Senado são a última instância e são soberanos sobre tal.

No entanto, na mesma correlação de pesos e contrapesos da democracia, existe a figura do veto. Ora, o pior dos mundos...

O SR. MÁRCIO FRANÇA (PSB – SP) – O veto se houver medida provisória.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Sim, se houver medida provisória.

O SR. MÁRCIO FRANÇA (PSB – SP) – É esse o único argumento que se faz.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – O que eu quero dizer a V. Exª é o seguinte: a derrubada da medida provisória...

O SR. MÁRCIO FRANÇA (PSB – SP) – Que é uma hipótese.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – É uma hipótese.

A derrubada da medida provisória, a meu juízo, é óbvio que sempre subordinadas às instâncias soberanas, será um grande prejuízo diante dos avanços que conquistamos.

O SR. MÁRCIO FRANÇA (PSB – SP) – É verdade.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Vou dar um exemplo do que é um avanço conquistado aqui. A ampliação no porto organizado em área contígua. Não havia, não existia, está previsto. Isso é um avanço gigantesco dentro dos portos organizados, gigantesco, e isso permitirá... Ainda há pouco ouvi o Deputado falar sobre os navios de celulose. Ora, nós temos navios hoje de até 340 metros, para píer de atracação e berços que são para 150, 70, 80 metros. Para que esses píeres possam ampliar, para que essas áreas possam ser ampliadas é preciso ter ampliação, e se você não permitir isso dentro do porto organizado, você vai estimular apenas a ter pieres que possam atracar esse tipo de navio.

Pois bem, nós corrigimos essa distorção aqui. Isso não está na 8.630; isso não está nos atos jurídicos e perfeitos dos contratos; não está nos editais; não está em lugar algum. Está aqui. Vamos derrubar isso, porque nós não teremos nada disso para lutar. Não teremos nada disso para lutar, é isso que eu estou tentando mostrar aos queridos, Senhores e nobilíssimos Parlamentares. Existem questões que ainda podem ser discutidas, avançadas? Existem. No entanto, precisamos ter a consciência de aonde chegamos e de até aonde conseguimos. Creio que as instâncias superiores dos dois plenários, da Câmara e do Senado, obviamente, tensionarão a matéria.

A outra coisa que é preciso deixar claro aqui para todos que nos assistem é que a maioria, nesta Comissão, é difusa. No entanto, não dá para assegurar que, no enfrentamento de "a", de "b" ou de "c", teremos uma vitória ou uma derrota. Por quê? Porque estaremos levando à queda da medida provisória por decurso de prazo. Ficaremos aqui em um enfrentamento onde nós vamos obstruir a Comissão e todos os ganhos que estão no projeto de lei em função de expectativas de direitos adicionais que hoje não existem, que são apenas pedaços de sonhos de alguns e que podem prejudicar o avanço do marco regulatório de algo que todos nós, no País, queremos acabar: a vergonha da ineficiência dos portos brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Bom, acredito, nobre Relator, que fizemos um bom diálogo. Não é, Marcio.

O SR. MÁRCIO FRANÇA (PSB – SP) – Fizemos.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Qual é a ideia que nós vamos tentar costurar até amanhã? Vamos ver se com os destaques apresentados, nobre Relator, consigamos fazer um papo com algumas liderança da Comissão, amanhã lá pelo final da manhã – vamos ver o que o Relator vai apresentar de adendo –, e aí vamos conversar. O ideal é chegarmos com um certo grau de unidade naquilo que é substantivamente forte para manter o relatório do nobre Relator. Senão, o Deputado Márcio tem razão, sim: ele vem e apresenta o relatório, cita os dos artigos principais. Aí vem um destaque, que sei que há, e acaba com o relatório do nobre Relator. E não foi fácil o que esse relatório conquistou. Não foi fácil chegar aonde chegamos. Portanto, esse relatório, naquilo que é central, deveria ser aprovado. Por isso, precisamos, Deputado Márcio França, dialogar bem até amanhã para ver se construímos esse entendimento. Claro que é democrático – e o nobre Relator sempre ressalta isso –, no entanto há a possibilidade de veto. Então, precisamos nos dar conta daquilo que conquistamos.

Conversando, Relator, com o Deputado, hoje de manhã, ele me disse: "Não quero saber!". Ué, – só para vou relatar, para encerrar a reunião – no começo, lembrem os senhores que foi levantado para o Relator que tínhamos de dar uma solução para o problema dos contratos que estavam no limbo, vamos usar essa terminologia, os de antes de 1993, os coitados, que nem têm prorrogação, que não têm nada, estão aí com liminar na Justiça de 1ª Instância e tal. Aí buscarmos uma solução que não foi fácil. Aí me apresentam agora dizendo: "Não, isso aí não é prioridade, não." Claro que é também prioridade. Não pode ser assim. Nós fomos conquistando, conquistando, conquistando, mas é como se essas conquistas não tivessem levado a um sofrimento, a um tensionamento.

O SR. MILTON MONTI (PR – SP) – Sr. Presidente, nós concordamos. A solução foi no limite do Relator, só que ela ainda é...

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Vamos conversar até amanhã.

O SR. MILTON MONTI (PR – SP) – Voltamos à questão de que ela deveria ser um pouco mais clara, digamos assim. Aí acho que as arestas vão se aparando.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Portanto, acho que foi um bom diálogo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, convocando a outra, que já está convocada, para amanhã, às 14h30, para reiniciarmos a discussão e para a votação do relatório final.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 55 minutos, suspensa às 15 horas e 48 minutos do dia 17/04/2013, reaberta às 12 horas e 24 minutos do dia 23/04/2013, a reunião é encerrada às 13 horas e 52 minutos.)

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

ATA DA 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 595, ADOTADA EM 7 DE DEZEMBRO DE 2012, QUE "DISPÕE SOBRE A EXPLORAÇÃO DIRETA E INDIRETA, PELA UNIÃO, DE PORTOS E INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS E SOBRE AS ATIVIDADES DESEMPENHADAS PELOS OPERADORES PORTUÁRIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 24 DE ABRIL DE 2013, ÀS 14H30, NO PLENÁRIO Nº 2 DA ALA SENADOR NILO COELHO DO SENADO FEDERAL.

Às dezessete horas e doze minutos do dia vinte e quatro de abril de dois mil e treze, na Sala número dois da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Deputado José Guimarães, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 595, de 2012, com a presença dos Senadores Romero Jucá, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço. Luiz Henrique, Walter Pinheiro, Humberto Costa, Antônio Carlos Valadares, José Pimentel, Ana Rita, Inácio Arruda, Eduardo Amorim e Lúcia Vânia; e dos Deputados Geraldo Simões, José Guimarães, Jorge Bittar, Iriny Lopes, Edinho Bez, Manoel Junior, Eduardo Cunha, Marcos Montes, Eduardo Sciarra, William Dib, Beto Mansur, Onyx Lorenzoni, Mendonça Filho, Milton Monti, Glauber Braga, Paulo Pereira da Silva, Arnaldo Faria de Sá, Vitor Paulo. Registra-se a presença de parlamentar não membro da Comissão: Senador Wellington Dias. Deixam de comparecer os demais membros.Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação do Relatório. O Presidente submete ao Plenário a dispensa de leitura e a aprovação das atas da nona e décima reuniões. As atas são aprovadas. O Presidente comunica que foi lido e discutido o Relatório na nona e na décima reuniões e passa a palavra ao Relator, Senador Eduardo Braga, para que proceda à leitura da Complementação de Voto. Após a leitura, é aberta a discussão. Não havendo quem queria discutir, é encerrada a discussão. O Deputado Geraldo Simões apresenta Requerimento de votação em globo dos Requerimentos de Destaque, excetuados os de número 1.546, 1.566. 1.544, 1.300, 1.567 e 1.569. Colocado em votação, o Requerimento de votação em globo é aprovado. Colocados em votação em globo, são rejeitados os Requerimentos de Destaque de número 13 a 1.299, 1.301 a 1.543, 1.547 a 1.565 e 1.568, sendo aprovados os de nº 1.546, 1.566. 1.544, 1.300, 1.567 e 1.569, conforme acordo dos Senhores membros. A Presidência, então, coloca em votação o Relatório, ressalvados os destaques, o qual conclui pela "*constitucionalidade e juridicidade da MPV nº 595, de 2012, bem como pelo atendimento dos pressupostos de relevância, urgência e*

adequação financeira e orçamentária, e, no mérito, pela aprovação da MPV com acolhimento das emendas nºs 3, 4, 13, 15, 19, 21, 22, 30, 32, 34, 35, 39, 45, 46, 48, 49, 52, 57, 59, 62, 63, 65, 72, 77, 89, 95, 96, 100, 103, 104, 105, 107, 115, 118, 120, 121, 125, 126, 127, 135, 140, 148, 149, 152, 153, 154, 155, 157, 159, 160, 168, 178, 183, 184, 185, 186, 195, 196, 197, 201, 210, 217, 218, 221, 224, 228, 231, 237, 238, 241, 254, 255, 259, 268, 276, 277, 285, 294, 312, 323, 324, 325, 327, 328, 330, 331, 333, 336, 343, 350, 360, 361, 363, 365, 370, 371, 385, 387, 392, 393, 398, 399, 409, 411, 420, 421, 422, 423, 425, 435, 439, 444, 453, 458, 463, 464, 466, 467, 468, 471, 483, 485, 488, 490, 502, 513, 525, 526, 531, 541, 547, 566, 571, 576, 580, 584, 596, 597, 602 e 620, na forma do projeto de lei de conversão, bem como pela rejeição das demais emendas". São aprovados os destaques da Emenda nº 183 (com a redação dada após aprovação de destaque supressivo de texto), Emenda nº 204 e da expressão "em processo administrativo" do art. 62 do Projeto de Lei de conversão apresentado pelo Relator. " O Relatório é aprovado e passa a constituir o Parecer da Comissão. Colocado em votação o destaque para votação em separado da emenda 183 (Requerimento de Destaque nº 1546), que recebeu parecer contrário do Relator. Aprovado o destaque, fica aprovada a emenda. Colocado em votação o destaque ao texto da Emenda 183 (Requerimento de Destaque nº 1566) para suprimir da referida emenda as expressões "em vigor na data de publicação desta Medida Provisória", "e não adaptados nos termos de seu art. 48", "nem superior ao prazo estabelecido nesta Medida Provisória para os casos da espécie", bem como de seus parágrafos 1º, 2º e 3º (do art. 49 com a redação dada pela Emenda nº 183 e do artigo 51 da emenda nº 183. É aprovado o destaque, resultando a seguinte redação: "Os contratos de arrendamento celebrados anteriormente à Lei 8.630, de 1993, deverão ser renovados por mais um único período, não inferior ao prazo consignado no respectivo contrato." Colocado em votação o destaque para votação em separado da emenda 204 (Requerimento nº 1544), que recebeu parecer contrário do Relator. Aprovado o destaque fica aprovada a Emenda. Colocado em votação o destaque para supressão da expressão "em processo administrativo" do art. 62 do Projeto de Lei de conversão apresentado pelo Relator (Requerimento de destaque nº 1.300). O Relator manifesta voto contrário ao destaque. É aprovado o destaque sendo suprimida a referida expressão. Retiram os destaques os Deputados Mendonça Filho (Requerimento nº 1567) e Glauber Braga (Requerimento nº 1569). O Presidente submete ao Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente Reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezessete horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando eu Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado José Guimarães, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Deputado JOSÉ GUIMARÃES
Presidente

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Srªs e Srs. Parlamentares, solicito que todos tomem assento em seus lugares.

Queria pedir aos assessores e à imprensa que permitam que os Deputados pudessem sentar-se a nossa frente do Plenário nº 2, Ala Senador Nilo Coelho.

Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 595, de 2012.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata das reuniões nº 9 e nº 10.

Os Srs. Parlamentares que concordam queiram permanecer como se encontram.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Sr. Presidente, só quero confirmar com V. Exª a votação do destaque.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Não estamos em discussão ainda.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Sei, mas, dependendo da posição de V. Exª, evidentemente, a gente vai querer discutir até a Ata.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Aqueles Parlamentares que concordam com a aprovação...

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, acho que por bem é melhor atender à solicitação do Deputado Mendonça, porque...

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Deputado Eduardo, não... Já conversei com o Deputado Mendonça. Já me acertei com ele. Portanto, não vou permitir interferência.

Os Parlamentares que concordam com as Atas das reuniões 9ª e 10ª permaneçam como se acham.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Se V. Exª não vai permitir interferência, a gente acaba criando um atrito no acordo por nada. Então, V. Exª deveria atender o que ele está falando.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Já acertei com o Deputado Mendonça.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Mas ele está no microfone cobrando.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Ele não está mais cobrando, Deputado Eduardo Cunha.

Os Parlamentares que concordam...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Confio na palavra do Presidente. O Presidente disse que colocaria os destaques em votação.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Os Srs. Parlamentares que concordam com a Ata da reunião nº 9 e nº 10 permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada a Ata das duas reuniões anteriores.

Esta reunião, nobre Relator, destina-se à continuação da discussão da matéria e apreciação do relatório final da Medida Provisória 595, de 2012.

A Presidência informa a este Plenário que da reunião anterior ficou uma lista de inscritos para esta reunião. De ontem para hoje – e o Relator vai falar sobre isso – nós construímos um conjunto de medidas para permitir a votação sem obstrução da medida provisória. Claro que o Relator, ao ler o seu relatório, vai destacar aquilo que nós acordamos com as lideranças partidárias aqui desta Comissão.

Isto posto, sugiro, com base...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Eu já permito a V. Exª.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Pela ordem.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu queria sugerir que o Sr. Relator apenas abordasse, o Senador Eduardo Braga, aqueles pontos que nós ajustamos porque, processualmente, vai ficar muito mais rápido o nosso trabalho. É só essa contribuição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Portanto, nós precisamos de duas providências preliminares.

A primeira, encerrarmos a discussão para que o Relator possa se manifestar, com o seu relatório, sobre os destaques que nós acordamos.

Estão canceladas todas as inscrições.

Está encerrada a discussão?

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Está encerrada, portanto, a discussão.

Há dois requerimentos de retirada de pauta da matéria, mas isso já está vencido. O.k., Eduardo e Mendonça?

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Eu acho que facilitaria mais V. Exª entregar logo a palavra ao Relator e V. Exª, porque há coisas que não são do Relator, esclarecesse logo o acordo. E tudo vai em dois minutos, é mais fácil.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Sr. Presidente, na linha do raciocínio do Deputado Eduardo Cunha, eu queria fazer uma sugestão a V. Exª.

V. Exª, antes de passar a palavra ao Relator, vai expor ao Plenário qual é o acordo de procedimentos que vamos seguir no processo de votação de hoje e quais destaques serão apreciados. Aí a gente vai cooperar com a

Presidência de V. Exª, para que a gente possa acelerar o processo de apreciação da medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Eu já teria feito, sem as interrupções.

De qualquer modo...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, V. Exª tem que tomar um chá de camomila. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Deputado Onyx, nós estamos tão tranquilos que passamos o dia todo negociando. E o que é mais importante: chegamos a um bom acordo de procedimento. E, na maior parte do texto, um acordo também de mérito.

Portanto, para facilitar, vou dar a palavra ao Relator para que ele exponha, na globalidade, o que acordamos, o teor do seu requerimento e o que será destacado.

Com a palavra, o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, senhoras e senhores aqui presentes, primeiro, eu gostaria de, mais uma vez, agradecer a V. Exª e a todos os Parlamentares pela forma construtiva com que mantivemos o diálogo e o debate em torno de uma matéria polêmica, que obviamente demandou um número recorde de emendas em medida provisória, um número recorde de destaques de votação em separado em medida provisória, que acaba produzindo um adendo ao parecer apresentado a esta Comissão na semana passada, que passo a ler. É uma leitura breve, apenas uma lauda e meia, que resume sucintamente o adendo. Logo a seguir, então, farei menção ao entendimento de procedimento que aconteceu a partir de então.

I – RELATÓRIO

Na reunião do dia 17 de abril de 2013, apresentamos a esta Comissão nosso relatório sobre a Medida Provisória (MPV) nº 595, de 2012, que dispõe *sobre a exploração direta e indireta, pela União, de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários, e dá outras providências.*

Posteriormente, verificamos a necessidade de promover alguns reparos no citado relatório, razão pela qual apresentamos este adendo.

II – ANÁLISE

No § 5º do art. 6º, que dispõe sobre a possibilidade de transferência de competências para a Administração do Porto, ajustamos a redação, excluindo a referência aos convênios efetuados na forma da Lei 9.277, de 1996. Foi mantida a essência da proposta.

No § 4º do art. 6º e no § 4º do art. 8º, ao vedar a participação em licitações de empresas com participação societária de empresas de navegação matitima em percentuais superiores a 5%, excetuamos as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as suas subsidiárias.

No § 2º do *caput* do art. 16, como correção, substituímos a expressão "Agência Nacional de Petróleo" por "Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis", em conformidade com a redação dada pela Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, ao art. 7º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

Complementamos o parágrafo único do art. 28, estendendo a necessidade de requisição de mão de obra dos órgãos gestores de mão de obra nos casos em que a embarcação utilizada na navegação interior for utilizada para suprir impossibilidade de acesso de embarcação de longo curso e cabotagem.

No art. 33, incluímos dois parágrafos (§§ 4º e 5º), explicitando que serão discutidas em fórum permanente, composto de membros de governo e da sociedade civil (trabalhadores e empresários) as matérias elencadas no art. 33, II, "a" e "b", do Projeto de Lei de Conversão, que dispõem sobre a formação profissional do trabalhador portuário.

No art. 40, § 1º, I, que define capatazia, excluímos a expressão "organizado" da referência ao porto. No art. 43, *caput*, fizemos referência expressa ao conceito de multifuncionalidade e, em seu parágrafo único, corrigimos o artigo da Convenção nº 137 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que dispõe sobre renda mínima.

No art. 57, inserimos um § 3º, para prever que caso, a critério do Poder Concedente, a antecipação das prorrogações de que trata o *caput* não seja efetivada, tal decisão não implicara obrigatoriamente na recusa da prorrogação contratual prevista originalmente.

Incluímos no art. 58 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, um § 6º, para determinar que a comprovação da efetiva exposição do trabalhador portuário avulso não vinculado ao órgão gestor de mão de obra portuária seja feita pelo sindicato da categoria.

Suprimimos o art. 68, de modo a desfazer ambiguidades, deixando clara a aplicabilidade dasas regras da MPV aos casos de delegação.

Também melhoramos a redação do art. 15, para prever no *caput* do dispositivo é vedada a exclusão da área do porto organizado, suprimindo o art. 2º.

Finalmente, no art. 73, suprimiu-se o § 1º do art. 10-A que se acrescentava à Lei nº 9.719, de 27 de novembro de 1998.

III – VOTO

Pelas razões expostas, o voto é pela constitucionalidade e juridicidade da MPV nº 595, de 2012, bem como pelo atendimento dos pressupostos de relevância, urgência e adequação financeira e orçamentária.

No mérito, votamos pela aprovação da MPV, com acolhimento das emendas – as emendas estão relacionadas e eu peço permissão ao Plenária para não ler todos os números das emendas.

Dizendo que, na forma do seguinte Projeto de Lei de Conversão, bem como pela rejeição das demais emendas.

Quero dizer ainda ao Plenário que, fruto desse entendimento que gerou esse adendo apresentado, acertou-se que, não havendo consenso quanto ao mérito com relação a dois destaques que seriam separados do requerimento em bloco que nós aprovaríamos para o arquivamento dos demais destaques, em globo, esses dois destaques irão a votos. São dois destaques de emenda e dois DVS que deverão ser colocados também a votos, assim consubstanciando o entendimento estabelecido para que nós possamos levar a voto.

Portanto, Sr. Presidente, é este o parecer apresentado a esta Comissão, que eu espero poder merecer o apoiamento e a aprovação desta Comissão, agradecendo, mais uma vez, a dedicação de todos, a compreensão de todos e a contribuição de todos para que nós pudéssemos chegar ao consenso da apresentação deste adendo e à consecutiva aprovação, por esta Comissão, da proposta de lei de conversão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Obrigado, nobre Relator.

Há, sobre a mesa, requerimento para votação em globo dos requerimentos de destaques, bem como os dois DVS, separando evidentemente do acordo que foi feito...

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, eu quero nominar.

O Destaque nº 1.544, referente à Emenda 204; o Destaque nº 1.546, referente à Emenda nº 183; o Destaque nº 1.300, referente à supressão DVS 1.300 e o Destaque nº 1.566, que é o DVS também. São os quatro que quero...

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Deputado, V. Exª poderia repetir para que a gente possa...

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Como ele está votando em globo, ele tem que ressalvar isso.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Eu preciso acompanhar aqui.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – O nº 1.544 é o número de destaque referente à Emenda nº 204, do Senador Alvaro Dias; o nº 1.546 referente à Emenda nº 183, do Senador Waldemir Moka; o Destaque nº 1.566, que é um DVS sobre a Emenda nº 183; e o Destaque nº 1.300, que é um DVS de texto sobre o art. 62.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – E além disso, dos quatro mencionados pelo nobre Deputado, há o Destaque de nº 1.567, que não fez parte do acordo, porém o Deputado Mendonça Filho pede para que seja submetido ao Plenário; portanto, está destacado, honrando, portanto a nossa palavra.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Presidente, por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Deputado Glauber.

SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Obrigado, Presidente.

Há alguns destaques que eu gostaria de saber dos temas que foram apresentados que dizem respeito à amarração e desamarração de navios incluídas na tarefa de capatazia. Eu queria saber se esses destaques estão entre os incluídos que vão ser colocados em processo de votação ou não. Se não estiverem, vou pedir a V. Exª, aos Líderes partidários e ao Relator Eduardo Braga que essa proposta também seja votada.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Não, não está.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Bom, não está entre os elencados frutos do acordo e eu faço um apelo agora, para o bom andamento da Comissão, que a gente faça um esforço, porque, se cada um for incluir aqui esse ou aquele destaque, nós vamos prejudicar o grande acordo que nós construímos.

SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Presidente, com todo o respeito a V. Exª, eu esperei pacientemente a conversa de todos os Líderes...

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Vamos avançar. Qual é o destaque que V. Exª quer apresentar?

SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Nº 102, Emenda nº 55; 362, Emenda 315; 426, Emenda 379...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Mas aí não pode.

SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Mas todos eles tratam do mesmo tema.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Não, só escolhe um.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Então nós vamos fazer o seguinte: para não interditar, não bagunçar o nosso ambiente, nós vamos, ao final, quero pedir aos Parlamentares que permaneçam todos em plenário, para nós concluirmos a votação do relatório e dos destaques, do acordo, em seguida, nós – já estão pautados os do Deputado Mendonça Filho –, em seguida, por último, ficam os destaques, não é um, são vários, do nobre Deputado Glauber. Eu solicito que ele encaminhe os destaques para que o Relator se manifeste e, na hora certa, apresente o seu relatório.

SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Eu faço o encaminhamento ao Relator.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Podemos retomar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Ouço o nobre Relator. (*Pausa.*)

Eu só preciso submeter à votação o requerimento em globo.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Requerimento em globo, ressalvados os destaques.

Existe um requerimento, na mesa, de votação em globo, com os destaques. Eu preciso, regimentalmente, submeter o requerimento a voto.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – V. Exª está votando, ressalvados esses destaques.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – É evidente.

Os Srs. Senadores que concordam com o requerimento de votação em globo, ressalvados os destaques, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

No Senado, aprovado.

Na Câmara Federal, os Srs. Parlamentares Deputados que concordam com o requerimento permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Ressalvados os destaques, em votação a rejeição de todos os demais requerimentos.

No Senado Federal, os Srs. Senadores... É só uma votação.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – V. Exª vai ter que votar a admissibilidade dos destaques excepcionalizados.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Logo em seguida.

Os Srs. Parlamentares que concordam com a rejeição de todos os demais destaques, com exceção daqueles do acordo, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Os Parlamentares que concordam com a rejeição de todos os requerimentos, com exceção daqueles destacados, permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Rejeitados todos os demais destaques.

A imprensa está acompanhando a rapidez com que nós vamos dar ao País a medida provisória.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Vai ser o Presidente Enéas.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Perfeito, Deputado Eduardo Cunha.

Bom, agora nós vamos votar a parte mais importante deste momento, nobre Relator, que é a votação do relatório propriamente dito, ressalvados os destaques.

Eu vou fazer o contrário, até para demonstrar o alto grau de unidade que nós conquistamos na Comissão.

Aqueles Parlamentares que concordam com o relatório do Senador Eduardo Braga, este eminente Senador da República, que fez um belíssimo trabalho, levantem o braço. (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Ressalvados os destaques.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Ressalvados os destaques.

Aqueles que são contrários queiram se manifestar. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade.

Peço uma salva de palmas para o nobre Relator. (*Palmas.*)

Nós vamos, então, para a apreciação dos destaques. Nós vamos fazer um acordo: naquele em que não houver posicionamento em contrário, não há necessidade de defesa, contra ou a favor; e, naquele em que houver – eu sei que há –, haverá uma defesa contra e outra a favor. Podemos fechar esse acordo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Vamos lá.

Qual são os destaques, nobre Relator?

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Sr. Presidente, sobre a mesa o Destaque nº 546, apresentando pelo Líder do PMDB na Câmara, que trata dos arts. 50 e 51, com relação à Emenda nº 183, pedindo a aprovação da emenda. O parecer à emenda foi contrário. Obviamente, o parecer ao Destaque 546, com relação ao mérito, também é contrário, mas há um entendimento de procedimento.

No entanto, o Relator entende que o parecer quanto ao mérito deve ser contrário a fim de que fique caracterizada a nossa coerência para com o texto defendido nesta Comissão e ao longo desta caminhada.

Portanto, encaminhamos parecer contrário ao Destaque de Votação nº 546, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Com a palavra o autor do destaque, Deputado Eduardo Cunha.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Vou dispensar a palavra. Já há consenso entre todos nós. Só encaminhar favorável à emenda, ao destaque.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Presidente.

Como o parecer do Relator é contrário, para cumprir o acordo, vamos derrotar o parecer do Relator.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Eu sei. Exatamente.

Nós vamos submeter à votação o destaque.

Aqueles que votarem...

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – O parecer.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Aliás, o parecer.

Aqueles que votarem pelo destaque vão votar "não" ao parecer do nobre Relator.

Aqueles Parlamentares que votam pelo parecer permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Rejeitando o parecer.

Aprovada a emenda.

Aqueles que são contrários...

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Contrários a que, Sr. Presidente? Não confunda, V. Exª já votou. V. Exª está rejeitando o parecer. Está rejeitado o parecer. Logo, a emenda está aprovada.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Perfeito.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Rejeitado o parecer, está aprovada a emenda.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – São duas votações.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não é uma só.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Não complica.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Está perfeito. Tranquilo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Esse porto está furado.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Só submeti. Aqueles que se abstinham não tem problema.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Já contei.

Então, o relatório, o Relator foi derrotado, portanto...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Portanto o destaque foi aprovado.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Isso. Destaque aprovado. *(Palmas.)*

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Sr. Presidente, destaque nº 544... 1.544, apresentado também... *(Pausa.)*

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – A gente vota por artigo.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Então, vamos votar pelo art. 183.

Tendo em vista que o parecer do Relator foi derrotado na Emenda nº 183, há também um requerimento, de nº 566, que trata do mesmo artigo e que faz um destaque para que haja uma supressão com relação ao texto das expressões "em vigor na data da publicação desta Medida Provisória", "não adaptados nos termos de seu art. 48" e "nem superior ao prazo estabelecido nesta Medida Provisória para os casos da espécie", bem como os §§1º, 2º e 3º do art. 49 da redação da Emenda nº 183.

Sr. Presidente, tendo em vista que o destaque anterior foi aprovado, entendo que, para manter a boa técnica legislativa, a questão da técnica legislativa, e a legalização da emenda, é importante acatar esse destaque de supressão. Portanto, dou parecer favorável ao destaque de supressão das expressões contidas no Destaque nº 1566, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Em votação o destaque, com parecer favorável do nobre Relator.

O Autor dispensa...

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Dispenso leitura. Só encaminhe o que o Plenário tem que votar para não criar confusão.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Perfeito.

O Plenário vai votar "sim"... Não precisa nem votar. Vai se manifestar sobre o destaque supressivo com parecer favorável do Relator.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Na realidade, o Plenário tem que votar "não" ao texto. Acho que o Plenário tem que votar "não". O parecer é favorável, mas o Plenário vota "não", porque é "não" ao texto que está sendo suprimido.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – "Não" ao texto que está sendo suprimido.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Perfeitamente.

Então, os Srs. Parlamentares que concordam com a supressão do texto, votando, portanto, "não", levantem o braço. *(Pausa.)*

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Votando "não" ao texto?

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – "Não" ao texto.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Significa "sim" à emenda.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – "Sim" à supressão.

Podem baixar.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Votando com o parecer, portanto.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Aprovado o destaque supressivo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, por boa técnica legislativa, o Relator deveria ler o texto que remanesceu agora.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Não. Isso é da redação final. Isso vai à redação final. Não precisa, não. Vai ter que construir a redação final. Existem mais destaques sendo produzidos. Não tem como fazer isso agora.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Tem que fazer agora, sim.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Podemos atrasar e já, já começa a Ordem do Dia.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Podemos aqui...

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Já podemos?

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Podemos sim.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – É rápido.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – "Os contratos de arrendamento celebrados anteriormente à Lei nº 8.630, de 1993, e não adaptados, nos termos do art. 48... *(Pausa.)*

Não essa parte, não. Essa parte saiu.

Então, fica: "Os contratos de arrendamento celebrados anteriormente à Lei nº 8.630, de 1993, deverão ser renovados por mais um único período, não inferior ao prazo consignado no respectivo contrato." *(Pausa.)*

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – É isso que votamos.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – O §1º foi suprimido. O §2, suprimido. O §3º, suprimido. As demais expressões do *caput* também foram suprimidas.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Parabéns, Relator.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – O art. 51...

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – E o art. 51...

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – ...da emenda.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – ...da emenda *(Pausa.)*_

Bem como o art. 51 da Emenda também foi suprimido.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – A matéria já foi votada. É apenas uma... dar maior transparência ao que votamos, não é, Deputado Arnaldo?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Clareza para o texto final, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) –Perfeitamente.

Bom, próximo destaque.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – O destaque 1.544, Sr. Presidente, que trata do destaque da emenda apresentado pelo Líder do PMDB na Câmara, Deputado Eduardo Cunha, que trata da Emenda 204. O parecer, pelas razões também anteriormente expostas, é contrário ao destaque de votação em separado, tal qual o foi com relação à emenda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Para encaminhar, nobre Deputado.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Eu dispenso o encaminhamento, já há acordo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Tem-se que votar quanto ao parecer.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Perfeitamente.

Aqueles Parlamentares que são contrários ao parecer do eminente Relator levantem o braço. (*Pausa.*)

Rejeitado o parecer. Aprovada a emenda.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Isso aí, está certo.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Próximo destaque.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Sr. Presidente, o destaque é o 1.300, apresentado também pelo Deputado, Líder do PMDB na Câmara, Deputado Eduardo Cunha. É um destaque supressivo à votação, a supressão da expressão "em processo administrativo" constante no *caput* do art. 62 do PLV. O parecer é contrário também a esse destaque, entendendo que essa expressão era importante na manutenção do texto, conforme apresentado no PLV, Sr. Presidente.

Portanto, o parecer é contrário a esse destaque, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Em votação o parecer do nobre Relator. Aqueles que são contrários ao parecer levantem o braço. (*Pausa.*)

Derrotado o parecer, suprimida, portanto, a expressão do referido artigo.

O 1.567 agora, nobre Relator.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Aqui não há mais acordo de procedimento.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – É importante, este é o destaque do nobre.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – A partir de agora não há mais acordo de procedimento, nós estamos votando, portanto, com relação ao mérito e ao procedimento.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Posso defender? Na sequência ao Relator?

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Deixe-me dizer, a partir de agora, encerrados os quatro, os dois DVSs e as duas emendas destacadas, passaremos a tratar agora de outros destaques que não têm acordo de procedimento e mérito. Portanto, aqui estamos tratando do Destaque 1.567, apresentado pelo Deputado Mendonça Filho, do DEM de Pernambuco, juntamente com Onyx Lorenzoni.

> *Nos termos do art. 50 do Regimento Comum do Congresso Nacional e art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional, bem como do art. 312 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a V. Exªs destaque para votação em separado dos §§ 2º e 3º do art. 6º...*

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – ... de autoria do Senador Mendonça Filho. O parecer é contrário. Peço a V. Exªs, Parlamentares, Senadores, Senadoras, Deputadas e Deputados, que acompanhem o parecer contrário, tendo em vista que estes dois parágrafos tratam de uma questão que tem a estruturação da questão da delegação dos portos que está prevista em artigo no nosso projeto de lei para que possam ser transferidas as competências desde que a partir de uma decisão do Poder concedente. A supressão desses dois parágrafos deixaria a estrutura do projeto de lei absolutamente prejudicada.

Portanto, o parecer é contrário, Sr. Presidente e faço um apelo aos Srs. Parlamentares.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Em discussão o parecer. Nós vamos conceder a palavra ao autor do destaque por três minutos, Deputado Mendonça Filho...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – E ao Senador Humberto para encaminhar contrariamente ao destaque.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, apenas uma questão de ordem. Apesar de terem sido vencidos os acordos de procedimentos, se em alguma votação o quórum cair, nós prejudicaremos a votação da medida. Que V. Exª alerte todo mundo para ficar em plenário para votar, mesmo sendo para derrubar.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Perfeitamente, porque, veja bem. O nobre Deputado está alertando, peço vênia a todos. Nós fizemos um conjunto.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Vamos votar, Presidente. Vamos votar, Presidente. Senão vamos ter que entrar com a Ordem do Dia.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Presidente, posso defender meu destaque?

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Dois minutinhos para cada um. Porque eu não posso impedir três minutos.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Vai abrir a Ordem do Dia.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA. *Fora do microfone.*) – Vai começar a Ordem do Dia.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Mas eu tenho que defender, Senador... Aí também...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Segura lá, Walter. Segura lá, Walter.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Mas nós não podemos, Deputado Mendonça, nós não podemos deixar de encerrar a sessão antes da Ordem do Dia, porque esse foi um acordo que nós fizemos entre tantos.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – O senhor teve na minha pessoa a maior cooperação.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Por isso estou dando a palavra a V. Exª, por dois minutos. Então, três minutos.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Agradeço. O destaque que apresento, nobre Relator, eu tenho admiração e respeito por V. Exª, mas eu acho, já disse repetidas vezes, que o Governo está cometendo um grave erro ao buscar a excessiva centralização de todo o processo licitatório da Antaq e da Secretaria dos Portos, ligada à Presidência da República. E o destaque que eu apresento suprime apenas o § 2º e o § 3º do art. 6º.

Vou ler o que dizem o § 2º e o § 3º, para, em seguida, explicitar a minha posição.

O § 2º diz o seguinte: "Compete à Antaq, com base nas diretrizes do poder concedente, realizar os procedimentos licitatórios de que trata este artigo."

O § 3º diz o seguinte: "Os editais das licitações de que trata este artigo serão elaborados pela Antaq, observadas as diretrizes do poder concedente."

A gente não vai tirar nenhuma capacidade de planejamento por parte da Secretaria de Portos e da Antaq. No entanto, você imaginar que um País com as dimensões do Brasil vai ficar submetido exclusivamente a um modelo licitatório centralizado na Antaq e na Secretaria dos Portos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – ... é imaginar que o Brasil não tem competência nos vários Estados da Federação, nos portos delegados, nas unidades portuárias controladas pelos Estados da Federação e é por isso que faço um apelo ao Plenário. Sei que o Relator, o Senador Eduardo Braga, já flexibilizou o texto, quando, no § 5º, o Relator incorporou a seguinte palavra, que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – ... poderá, ou seja, os Estados poderão proceder aos processos licitatórios se assim deliberar, decidir...

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Concluindo o nobre Deputado.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – ... o poder central, o Governo Central.

Então, eu entendo, sinceramente, meu caro Presidente José Guimarães, que não há motivo para que a gente possa permanecer com um texto tão centralizador como esse.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Eu peço a aprovação do destaque supressivo dos §§ 2º e 3º do art. 6º da medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Senador Humberto Costa, para encaminhar contrariamente ao destaque.

Peço a atenção do Plenário.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, Srs. Deputados, Srªs Deputadas, em primeiro lugar, é importante dizer que o art. 5º foi objeto de uma dura e árdua negociação, da qual o Senador Eduardo Braga participou diretamente. E o objetivo do art. 5º era exatamente garantir a determinados portos que comprovadamente tenham agilidade, *know-how* e como realizar essas licitações pudessem fazê-lo.

Com a proposição que está sendo apresentada pelo Deputado Mendonça Filho, o que vai acontecer é que, obrigatoriamente, as licitações serão realizadas no âmbito de cada porto. Aqui se falou muito de centralização, mas uma coisa em que todos concordaram é que era preciso agilizar os processos de licitação de arrendamento de terminais e de outras áreas dos portos.

Por essa razão, eu entendo que nós devemos aqui cumprir o acordo que foi feito, que foi formulado, e garantir que a Antaq possa, naqueles casos em que todos nós sabemos a capacidade de realizar esses procedimentos não cabe, não existe competência para isso, que não se faça. E, nos casos em que cabe, a pedido a administração do porto, e aqui diz "delegado ou não", o poder concedente poderá transferir essa prerrogativa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Portanto, eu aqui quero deixar claro que, sendo fiel ao acordo que nós produzimos lá com a Casa Civil, com a Presidenta Dilma, nós devemos rejeitar esse destaque.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Nobre Relator.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, apenas para reforçar a colocação feita em relação ao destaque do Deputado Mendonça Filho, aludido pelo Senador Humberto Costa...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Relator, Relator...

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Excelência, apenas para responder a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Deixa ele falar. É para um acordo.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Eu quero facilitar a sua vida. Houve um apelo de vários Parlamentares no sentido de que deixássemos este debate para o Plenário da Câmara e do Senado. Eu vou acatar a ponderação dos meus colegas Deputados, até porque nós vamos ganhar no plenário.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Muito bem. Sr. Presidente, eu quero aqui fazer um registro de agradecimento ao Deputado Mendonça. Nós costuramos um acordo. Nós estamos habituados aqui a que as coisas sigam. Não tem sentido. Eu me comprometi com ele a debater isso no plenário, oferecendo o companheirismo e fazer o bom debate no plenário.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – E agradeço muito a sensibilidade do Presidente José Guimarães. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – O destaque está retirado.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Último destaque.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Conhecedor do Regimento, eu sei que o destaque que foi apresentado, no que diz respeito aos amarradores de navio, depende de um acordo amplo desta Comissão, do Relator e do Presidente. Eu tenho essa consciência. Mas sabedor, ainda, de que esta matéria ainda vai passar pela Câmara dos Deputados e pelo Senado, a pergunta que eu faço ao Relator, ao Presidente e aos demais Deputados desta Comissão: existe a possibilidade de um acordo, em relação a esta matéria, no destaque que já foi assinado por mim, pelo Deputado Paulo, pelo Deputado Beto e pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá, emenda, inclusive, que é de autoria do Deputado Arnaldo, mas que tenha a possibilidade de vários outros Deputados que apresentaram emendas correlatas, de que a gente possa incluir especificamente, num parágrafo em separado, aquilo que é o texto da proposta que vem sendo apresentada pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá?

Lembro que a gente vai tratar e trazer de quinhentas a seiscentas pessoas. Eu ouvi aqui argumentos de que a gente estaria tratando de três mil ou quatro mil pessoas. Não. A gente está tratando de quinhentas a seiscentas pessoas que precisam da regulamentação das suas atividades.

Essa é a pergunta que eu faço a V. Exª, para evitar uma discussão mais profunda sobre esse tema, sobre esse assunto, em plenário. É possível?

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Deputado Eduardo, Deputado Glauber, eu acho que todos nós podemos ter a sensibilidade de debater com V. Exª e tentar ajudar. Eu acho que há uma disposição ampla de todos nós de tentar costurar as coisas que são razoáveis. Então, V. Exª pode contar com a solidariedade do PMDB...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – É a amarração da emenda.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) –... para amarrar isso aí, para a gente tentar discutir no plenário.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Contando, então, com a colaboração e com o empenho dos demais Líderes partidários, a quem a gente faz esse apelo para discussão em plenário. Para evitar qualquer tipo de constrangimento, a gente também faz a retirada do destaque.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Está amarado! Está amarrado!

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – O destaque está retirado.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Está amarrado em nome de Jesus!

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Srs. Parlamentares, antes de V. Exªs deixarem o plenário, uma palavra minha e outra do Eduardo, nosso Senador, de agradecimento. Nessas onze semanas em que nós sofremos, construímos amplos acordos.

Ficam as lições para este Congresso do trabalho que nós fizemos. Quero aqui agradecer, de coração, a todos que contribuíram para a votação desta Medida Provisória.

Antes de encerrar a reunião, proponho a dispensa da leitura da ata desta reunião.

Os Srs. Parlamentares que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e irá à publicação.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

Aprovamos, portanto, a MP 595.

Muito obrigado a todos os Parlamentares.

(Iniciada às 17 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 52 minutos.)

Agenda Cumprida pelo Presidente Renan Calheiros

29/04/2013
segunda-feira

16h	**Ordem do Dia** Plenário

ATA DA REUNIÃO DE REINSTALAÇÃO DO GRUPO PARLAMENTAR BRASIL - ISRAEL, NA 54ª LEGISLATURA

Aos vinte dias do mês de março do ano dois mil e treze, às quatorze horas, no Senado Federal - Ala Sen. Alexandre Costa - Plenário 13, na cidade de Brasília - DF, reuniram-se os Parlamentares, cuja lista de presença segue anexa, integrantes da 54ª Legislatura - 2013/2015, convidados pelo Senador Flexa Ribeiro - PSDB/PA, com o objetivo de reinstalar o Grupo Parlamentar Brasil - Israel nesta Legislatura. Este Grupo Parlamentar foi criado pela Resolução nº16/89, de 21 de setembro de 1989, da Câmara dos Deputados, fruto do Projeto de Resolução nº81/89, de autoria do então Deputado Adolfo Oliveira, do Rio de Janeiro, com o objetivo de intensificar o relacionamento entre as Casas Legislativas da República Federativa do Brasil e do Estado de Israel. Assumiu a presidência dos trabalhos o Senador Flexa Ribeiro - PSDB/PA. Após a verificação de quorum, o Presidente declarou aberta a reunião, agradeceu a presença de todos, e designou a Dra. Inubia Sfoggia para secretariar os trabalhos. Passando, a seguir, ao ITEM 1 da Pauta: APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE ALTERAÇÕES DO ESTATUTO. Apresentou proposta para modificação do Estatuto a qual, após examinada e discutida, foi aprovada, por unanimidade. Dando prosseguimento à Pauta, passou, de imediato, ao exame do assunto constante de seu ITEM 2: ADESÃO DE SEUS MEMBROS e ELEIÇÃO DA DIRETORIA. Informou que 28 Senadores e 66 Deputados aderiram ao GRUPO, dando as boas vindas aos mesmos. Apresentou a Chapa Única inscrita que passou a ser examinada e discutida. Em razão da aprovação dos novos Estatutos, os nomes indicados foram redistribuídos. A seguir, o Presidente apresentou a nova composição da Diretoria, a qual foi aprovada por aclamação. Após, declarou eleitos e empossou, imediatamente, os membros que comporão a Diretoria para o biênio 2013/2015. PRESIDENTES DE HONRA: **Senador Renan Calheiros** - PMDB/AL, Presidente do Senado Federal e **Deputado Henrique Eduardo Alves** - PMDB/RN, Presidente da Câmara dos Deputados. COMISSÃO EXECUTIVA: Presidente: **Senador Flexa Ribeiro** - PSDB/PA; Primeiro-Vice-Presidente: **Deputado Eduardo Azeredo** - PSDB/MG; Segundo-Vice-Presidente: **Senador Walter Pinheiro** - PT/BA; Primeiro-Secretário: **Senador Cícero Lucena** - PSDB/PB; Segundo-Secretário: **Deputado Hugo Leal** - PSC/RJ; Terceiro-Secretário: **Deputado Vilson Covatti** - PP/RS e Quarto-Secretário: **Deputado Valdir Colatto** - PMDB/SC. CONSELHO CONSULTIVO: Presidente: **Deputado Antônio Carlos Mendes Thame** - PSDB/SP e Vice-Presidente: **Senador Lobão Filho** - PMDB/MA, além do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal - CRE, **Senador Ricardo Ferraço** - PMDB/ES e do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados - CREDN, **Deputado Nelson Pellegrino** - PT/BA. A seguir, o Senador Flexa Ribeiro, agora como Presidente eleito, agradeceu a confiança de seus colegas e manifestou o seu desejo de envidar todos os esforços para o fortalecimento dos laços de fraterna amizade e o incremento das relações políticas, comerciais e culturais com o Estado de Israel. Após, o Presidente designou a **Dra. Inubia A.C. Sfoggia** para Secretária Executiva do Grupo, determinando providências no sentido de comunicar às devidas autoridades sobre a instalação do Grupo e a constituição da sua Diretoria, e definir a Pauta para desenvolver os trabalhos a partir da próxima reunião, a ser agendada posteriormente.

ESTATUTO

O Estatuto do Grupo Parlamentar Brasil - Israel, em vigência, aprovado na Reunião de Reinstalação do Grupo, realizada em 25 de março de 2009, sofreu alterações, aprovadas na Reunião de Reinstalação do Grupo Parlamentar na 54ª Legislatura, ocorrida em 20 de março de 2013, passando a vigorar nos seguintes termos:

CAPÍTULO I
DA CONSTITUIÇÃO, SEDE E OBJETIVOS

Art. 1º O Grupo Parlamentar Brasil - Israel, criado pela Resolução nº16/89, de 21 de setembro de 1989, da Câmara dos Deputados, é reconhecido como serviço de cooperação interparlamentar e reger-se-á pelo presente Estatuto.

Parágrafo único. O Grupo não tem objetivos político-partidários.

Art. 2º O Grupo Parlamentar é integrado pelos membros do Congresso Nacional que o fundaram e pelos que a ele aderirem, com direitos iguais de palavra, voto e mandato diretivo, além de outros previstos neste Estatuto, e pelos Membros Cooperadores, com direitos e deveres previstos neste Estatuto.

Parágrafo único. Ao filiar-se, o Parlamentar ou Membro Cooperador compromete-se a observar este Estatuto.

Art. 3º O Grupo, com sede e foro em Brasília - DF, é constituído por prazo indeterminado e funcionará em dependências do edifício do Congresso Nacional.

Art. 4º O Grupo tem por objetivo intensificar o relacionamento entre as Casas Legislativas da República Federativa do Brasil e do Estado de Israel, sobretudo nos aspectos político, econômico, comercial, cultural, técnico-científico e do desenvolvimento sustentável, de forma abrangente e interdisciplinar.

Art. 5º A cooperação interparlamentar dar-se-á por meio de:

I - visitas parlamentares;

II - realização de congressos, seminários, simpósios, debates, conferências, estudos e encontros de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, econômica e financeira, indispensáveis à análise, à compreensão, ao encaminhamento e à solução de problemas de interesse para o desenvolvimento das relações entre o Brasil e Israel;

III - permuta periódica de publicações e trabalhos sobre matéria legislativa;

IV - intercâmbio de experiências parlamentares;

V - outras atividades compatíveis com os objetivos do Grupo.

Parágrafo único. O Grupo poderá manter relações culturais e de intercâmbio, bem como de cooperação técnica, sob qualquer forma de auxílio e reciprocidade, com entidades nacionais e estrangeiras.

CAPÍTULO II
DAS REUNIÕES DO GRUPO PARLAMENTAR

Art. 6º O Grupo reunir-se-á, no mínimo, duas vezes por ano, por convocação da Comissão Executiva ou a requerimento de, no mínimo, dez por cento de seus membros.

Parágrafo único. As reuniões do Grupo serão sempre anunciadas, com designação de local e hora, por correspondência escrita ou eletrônica, expedida com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

CAPÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO

SEÇÃO I
DOS MEMBROS

Art. 7º O Grupo Parlamentar compõe-se de membros de duas categorias:

I - Membros Plenos: Membros do Congresso Nacional que o fundaram ou a ele aderiram, por meio da subscrição de Termo de Adesão, e tiveram seu nome homologado pela Comissão Executiva.

II - Membros Cooperadores:

a) ex-parlamentares do Congresso Nacional que, tendo deixado o mandato, requeiram à Comissão Executiva sua permanência ou adesão no Grupo;

b) presidentes ou representantes de federações, confederações, organizações da sociedade civil ou outras entidades que tenham interesse nas relações bilaterais objeto do Grupo Parlamentar;

§ 1º Os Membros Cooperadores não poderão integrar a Comissão Executiva, tendo apenas direito à voz em suas reuniões.

§ 2º Os Membros Cooperadores poderão integrar, em sua totalidade, o Conselho Consultivo, ou escolher, cada grupo, um representante para compô-lo.

§ 3º Qualquer membro, pleno ou cooperador, pode desligar-se do Grupo Parlamentar mediante requerimento a ser protocolado junto à Secretaria Executiva.

Art. 8º São direitos e deveres dos Membros Plenos:

I - Dos direitos:

a) votar e ser votado na composição da Comissão Executiva e do Conselho Consultivo, na forma prevista neste Estatuto;

b) intervir e votar nas reuniões do Grupo;

c) participar dos subgrupos e missões do Grupo.

II - Dos deveres:

a) cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto;

b) acatar e cumprir as decisões plenárias e da Comissão Executiva;

c) comparecer e votar nas reuniões do Grupo e dos órgãos de que for integrante.

SEÇÃO II
DOS ÓRGÃOS

Art. 9º O Grupo Parlamentar terá os seguintes órgãos:

I - Comissão Executiva;

II - Conselho Consultivo.

§ 1º O Grupo Parlamentar deverá, obrigatoriamente, ser constituído por Senadores e Deputados, tanto na Comissão Executiva como no Conselho Consultivo, obedecendo, sempre que possível, a paridade de representantes de cada Casa Parlamentar.

§ 2º Até dois meses após o início da Primeira e da Terceira Sessões Legislativas Ordinárias de cada Legislatura, os Membros Plenos do Grupo Parlamentar reunir-se-ão para eleger os membros da Comissão Executiva e do Conselho Consultivo, em escrutínio secreto, sendo exigida a maioria de votos e a presença da maioria absoluta dos membros da Comissão Executiva ou, pelo menos, um terço dos membros filiados, convocados por correspondência escrita ou eletrônica, expedida com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

§ 3º O mandato dos membros da Comissão Executiva e do Conselho Consultivo será de dois anos, sendo permitida uma reeleição consecutiva.

§ 4º Se qualquer membro da Comissão Executiva ou do Conselho Consultivo deixar de fazer parte do respectivo órgão ou renunciar a sua permanência nele, proceder-se-á a escolha de seu sucessor, dentro de 5 (cinco) dias úteis, pela forma estabelecida no § 2º deste artigo, salvo se faltarem menos de cento e vinte dias para o término do mandato da Comissão ou do Conselho, caso em que os cargos serão preenchidos pelos Membros Plenos do Grupo Parlamentar, segundo o critério do parlamentar mais idoso, dentre os de maior número de legislaturas.

SEÇÃO III

DA COMISSÃO EXECUTIVA

Art. 10. A Comissão Executiva é o órgão dirigente do Grupo Parlamentar e será composta por:

a) dois Presidente de Honra;

b) um Presidente;

c) dois Vice-Presidentes;

d) quatro Secretários.

§ 1º A Comissão Executiva reunir-se-á, ordinariamente, no mínimo, duas vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que convocada por seu Presidente, pela maioria absoluta de seus membros ou por, no mínimo, um terço dos membros do Grupo.

§ 2º A Comissão Executiva será instalada, em primeira convocação, com a maioria simples dos seus membros ou, em segunda convocação, 20 (vinte) minutos após a primeira, com qualquer número de membros, sendo suas deliberações aprovadas por maioria simples dos presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade nos casos de empate.

§ 3º Os Presidentes de Honra são o Presidente do Senado Federal e o da Câmara dos Deputados e a duração de seus mandatos coincidirá com a duração de seu termo na presidência da respectiva Casa.

Art. 11. Compete à Comissão Executiva:

I - organizar o programa de atividades do Grupo Parlamentar;

II - noticiar ao Grupo Parlamentar fatos recentes da política externa bilateral;

III - coligir trabalhos, estudos, pareceres e teses a serem apresentados às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a outras Comissões do Senado Federal e da Câmara dos Deputados ou em eventos nacionais ou internacionais;

IV - constituir delegação em missões diplomáticas ou autônomas do Congresso Nacional;

V - indicar observadores parlamentares, em missões nacionais ou internacionais, dentre os servidores do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados;

VI - comunicar à Presidência das respectivas Casas do Congresso Nacional, para fins regimentais, os nomes dos integrantes de delegações ou dos observadores parlamentares;

VII - propor e homologar a admissão de novos membros;

VIII - propor e homologar a alteração dos Estatutos;

IX - fixar a competência do Secretário Executivo;

X - delegar ao Presidente, total ou parcialmente, suas competências;

XI - divulgar os trabalhos do Grupo Parlamentar;

XII - resolver os casos omissos neste Estatuto.

Art. 12. O Presidente da Comissão Executiva representa o Grupo Parlamentar, regula e fiscaliza os seus trabalhos.

§ 1º O Presidente, em suas ausências ou impedimentos, será substituído pelo Primeiro-Vice-Presidente e, na ausência deste, pelo Segundo-Vice-Presidente.

§ 2º Ausentes todos os membros da Comissão Executiva, a Presidência será exercida pelo parlamentar mais idoso do Grupo Parlamentar, dentre os de maior número de legislaturas.

§ 3º O Presidente poderá delegar aos Vice-Presidentes competência que lhe seja própria.

Art. 13. São atribuições do Presidente da Comissão Executiva:

I - representar o Grupo em suas atividades;

II - convocar e presidir as reuniões da Comissão Executiva;

III - fazer cumprir as resoluções da Comissão Executiva;

IV - manter a ordem e a solenidade necessárias nas reuniões do Grupo Parlamentar ou da Comissão Executiva;

V - conceder a palavra aos membros que a solicitarem;

VI - submeter à aprovação do Grupo Parlamentar a ata da reunião anterior;

VII - submeter à discussão matérias de interesse do Grupo Parlamentar;

VIII - dar conhecimento ao Grupo Parlamentar de todo expediente recebido e despachá-lo;

IX - decidir as questões de ordem e as reclamações;

X - votar, em caso de empate, nas reuniões da Comissão Executiva;

XI - distribuir aos membros do Grupo Parlamentar e às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional de ambas as Casas Legislativas todas as informações recebidas sobre as relações bilaterais, de caráter oficial e não-oficial, bem como os trabalhos apresentados pelos membros do Grupo Parlamentar ou de qualquer outra origem, recebidos a título de colaboração;

XII - trabalhar em cooperação e coordenação com as Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, apresentando-lhe as conclusões das discussões havidas no Grupo Parlamentar;

XIII - acionar o Conselho Consultivo para procedimentos de sua competência;

XIV - sugerir nomes para o Conselho Consultivo;

XV - propor a indicação de parlamentares para participarem de viagens internacionais;

XVI - designar o Secretário Executivo;

XVII - outras que decorram da natureza de suas funções e prerrogativas.

Parágrafo único. Caso as informações de que trata o inciso XI do caput deste artigo sejam de caráter privado e sigiloso, deverão ser assim tratadas pelos membros do Grupo Parlamentar, bem como pelas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Art. 14. Os Secretários terão as designações de Primeiro, Segundo, Terceiro e Quarto, cabendo ao Primeiro superintender, com o auxílio dos demais, os serviços administrativos do Grupo Parlamentar.

Parágrafo único. Nas reuniões da Comissão Executiva, os Secretários substituir-se-ão conforme sua numeração ordinal, e assim substituirão o Presidente, na falta dos Vice-Presidentes.

Art. 15. O Presidente designará um Secretário Executivo do Grupo Parlamentar, escolhido dentre os servidores do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados.

SEÇÃO IV
DO CONSELHO CONSULTIVO

Art. 16. O Conselho Consultivo será composto por:

a) um Presidente e um Vice-Presidente, escolhidos entre os Membros Plenos do Grupo Parlamentar;

b) pelos Presidentes das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional de ambas as Casas Parlamentares;

c) pelos Membros Cooperadores, nos termos do disposto no §2º do art. 7º.

§ 1º Todos os conselheiros terão, igualmente, direito a voz e a voto no âmbito das decisões do Conselho Consultivo.

§ 2º O Conselho Consultivo não terá poder deliberativo ou de voto. Seu Presidente e Vice-Presidente terão poder de voto em razão da condição de Membros Plenos do Grupo Parlamentar.

§ 3º O Conselho Consultivo poderá levar à consideração do Grupo Parlamentar qualquer assunto de interesse bilateral, cabendo aos seus membros avaliá-lo previamente à apreciação do colegiado.

§ 4º O Conselho Consultivo poderá ser acionado pelo Presidente da Comissão Executiva, por sua iniciativa, ou por solicitação de qualquer membro do Grupo Parlamentar, a critério do Presidente, para fornecer opiniões, estudos, bem como outras informações de interesse do Grupo.

Art. 17. Compete ao Conselho Consultivo:

I - auxiliar o Presidente na formulação de ações e políticas a serem executadas pelo Grupo ou sugeridas a órgãos públicos ou privados;

II - participar da promoção de programas, pesquisas, conferências, seminários e outras atividades de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, econômica e financeira, indispensáveis à análise, encaminhamento e solução de problemas, visando ao desenvolvimento das relações bilaterais;

III - discutir as questões fundamentais relacionadas com o desenvolvimento sustentável, de forma abrangente e interdisciplinar;

IV - difundir novas ideias, resultantes do convívio, do confronto e da interação entre as diversas áreas de atividades;

V - exercer competências e cumprir as atribuições que lhe forem delegadas pela Comissão Executiva.

CAPÍTULO IV
DAS VIAGENS E MISSÕES INTERNACIONAIS

Art. 18. As viagens e missões internacionais dos membros do Grupo Parlamentar deverão ser custeadas pelos parlamentares designados para integrar as respectivas missões no exterior, salvo missões oficiais autorizadas, ou por convites oficiais de governos ou entidades.

Parágrafo único. Fica proibida a promessa de reciprocidade de custeamento de despesas e gastos a missões estrangeiras que visitem o Brasil.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 19. Em caso de lacuna neste Estatuto, aplicam-se as disposições do Regimento Interno Comum do Congresso Nacional.

Art. 20. No fim de cada gestão, a documentação pertinente ao Grupo Parlamentar deverá ser repassada para o novo Presidente.

Art. 21. Este Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação.

Brasília, 20 de março de 2013.

A seguir, passou ao ITEM 3 da Pauta: ASSUNTOS GERAIS. O Senhor Presidente disse que gostaria de, na próxima reunião, definir um plano de trabalho do GRUPO para o ano em curso, e pediu aos parlamentares que apresentem sugestões dos temas centrais que deverão determinar a sua pauta de atividades, visando à obtenção de resultados práticos e efetivos na consecução dos objetivos do GRUPO. A seguir, informou que os assuntos da Pauta haviam sido esgotados, colocando a palavra à disposição para as considerações finais do Plenário. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senador Lobão Filho - PMDB/MA e aos Deputados Hugo Leal - PSC/RJ e Vilson Covatti - PP/RS que cumprimentaram o Presidente eleito e demais membros da Diretoria, desejando sucesso a todos. Em continuidade, o Presidente agradeceu a presença dos Parlamentares e assessores, reafirmando a importância do GRUPO e a sua determinação em estimular a mobilização dos Parlamentares do Congresso Nacional e, em especial, do Grupo Parlamentar Brasil - Israel para, junto com a Embaixada do Estado de Israel, poder implementar as metas de integração. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião da qual foi lavrada a presente ata, assinada pelo Presidente eleito, Senador Flexa Ribeiro - PSDB /PA; pelo Primeiro-Secretário, Senador Cícero Lucena - PSDB/PB e por mim, Inubia Sfoggia, Secretária Executiva. Brasília, 20 de março de 2013.

Senador FLEXA RIBEIRO
Presidente Eleito

Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro-Secretário

INUBIA SFOGGIA
Secretária Executiva

LISTA DE PRESENÇAS À REUNIÃO DE REINSTALAÇÃO, NA 54ª LEGISLATURA, DO GRUPO PARLAMENTAR BRASIL - ISRAEL, REALIZADA EM 20.03.13

Deputado ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME - PSDB/SP	
Deputado CARLOS SAMPAIO - PSDB/SP Líder do PSDB/CD	
Deputado EDINHO BEZ - PMDB/SC	
Deputado HUGO LEAL - PSC/RJ	
Deputada MAGDA MOFATTO - PTB/GO	
Deputado NELSON MARQUEZELLI - PTB/SP	

Deputado NILSON LEITÃO - PSDB/MT Líder da Minoria/CD	
Deputado SEBASTIÃO BALA ROCHA - PDT/AP	
Deputado VALDIR COLATTO - PMDB/SC	
Deputado VILSON COVATTI - PP/RS	
Deputado ANDRÉ ZACHARON - PMDB/PR	238
Deputado César Halum - PSD/TO	252
Deputado PTB/PI	
Deputado CIDA BORGHETTI - PP/PR	
Deputado Nilson Marquelli	
Deputado	
Senador FLEXA RIBEIRO - PSDB/PA	
Senador ACIR GURGACZ - PDT/RO	
Senador CÍCERO LUCENA - PSDB/PB	
Senador CIRO NOGUEIRA - PP/PI	
Senador LOBÃO FILHO - PMDB/MA	
Senador WALTER PINHEIRO - PT/BA	

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

PRESIDENTES DE HONRA:
Senador Renan Calheiros - PMDB/AL - Presidente do Senado Federal
Deputado Henrique Eduardo Alves - PMDB/RN - Presidente da Câmara dos Deputados

COMISSÃO EXECUTIVA:
Presidente: Sen. Flexa Ribeiro - PSDB/PA
Primeiro-Vice-Presidente: Dep. Eduardo Azeredo - PSDB/MG
Segundo-Vice-Presidente: Sen. Walter Pinheiro - PT/BA
Primeiro-Secretário: Sen. Cícero Lucena - PSDB/PB
Segundo-Secretário: Dep. Hugo Leal - PSC/RJ
Terceiro-Secretário: Dep. Vilson Covatti - PP/RS
Quarto-Secretário: Dep. Valdir Colatto - PMDB/SC

CONSELHO CONSULTIVO:
- Presidente: Dep. Antônio Carlos Mendes Thame - PSDB/SP
- Vice-Presidente: Sen. Lobão Filho - PMDB/MA
- Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal - CRE Sen. Ricardo Ferraço - PMDB/ES
- Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados - CREDN - Dep. Nelson Pellegrino - PT/BA

SECRETÁRIA EXECUTIVA: Dra. Inubia A.C. Sfoggia - Senado Federal

COMPOSIÇÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS
54ª LEGISLATURA

NOME PARLAMENTAR	PART.	UF	ANEXO	GAB.	TELEFONE	END. ELETRÔNICO
AFONSO HAMM	PP	RS	IV	604	3215.5604	dep.afonsohamm@camara.leg.br
ALCEU MOREIRA	PMDB	RS	IV	445	3215.5445	dep.alceumoreira@camara.leg.br
ALEX CANZIANI	PTB	PR	IV	842	3215.5842	dep.alexcanziani@camara.leg.br
ALFREDO KAEFER	PSDB	PR	IV	818	3215.5818	dep.alfredokaefer@camara.leg.br
ALICE PORTUGAL	PCdoB	BA	IV	420	3215.5420	dep.aliceportugal@camara.leg.br
ANDRÉ VARGAS	PT	PR	IV	923	3215.5923	dep.andrevargas@camara.leg.br
ANDRÉ ZACHAROW	PMDB	PR	IV	238	3215.5238	dep.andrezacharow@camara.gov.br
ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME	PSDB	SP	IV	624	3215.5624	dep.antoniocarlosmendesthame@camara.leg.br
ANTÔNIO IMBASSAHY	PSDB	BA	IV	810	3215.5810	dep.antonioimbassahy@camara.leg.br
ARMANDO VERGÍLIO	PSD	GO	IV	816	3215.5816	dep.armandovergilio@camara.leg.br
ARNALDO JARDIM	PPS	SP	IV	245	3215.5245	dep.arnaldojardim@camara.leg.br
ARNON BEZERRA	PTB	CE	IV	413	3215.5413	dep.arnonbezerra@camara.leg.br
ARTHUR OLIVEIRA MAIA	PMDB	BA	IV	537	3215.5537	dep.arthuroliveiramaia@camara.leg.br
ÁTILA LINS	PMDB	AM	IV	730	3215.5730	dep.atilalins@camara.leg.br
BONIFÁCIO DE ANDRADA	PSDB	MG	IV	431	3215.5431	dep.bonifaciodeandrada@camara.leg.br
CARLOS ALBERTO LERÉIA	PSDB	GO	IV	830	3215.5830	dep.carlosalbertolereia@camara.leg.br
CARLOS SAMPAIO	PSDB	SP	IV	207	3215.5207	dep.carlossampaio@camara.leg.br
CARLOS SOUZA	PSD	AM	IV	319	3215.5319	dep.carlossouza@camara.leg.br
CARMEN ZANOTTO	PPS	SC	IV	503	3215.5503	dep.carmenzanotto@camara.leg.br
CÉSAR HALUM	PSD	TO	III	282	3215.5282	dep.cesarhalum@camara.leg.br
CIDA BORGHETTI	PP	PR	IV	412	3215.5412	dep.cidaborghetti@camara.leg.br
DAMIÃO FELICIANO	PDT	PB	IV	938	3215.5938	dep.damiaofeliciano@camara.leg.br
DUARTE NOGUEIRA	PSDB	SP	IV	525	3215.5525	dep.duartenogueira@camara.leg.br
EDINHO BEZ	PMDB	SC	IV	703	3215.5703	dep.edinhobez@camara.leg.br
EDUARDO AZEREDO	PSDB	MG	IV	722	3215.5722	dep.eduardoazeredo@camara.leg.br
EDUARDO BARBOSA	PSDB	MG	IV	540	3215.5540	dep.eduardobarbosa@camara.leg.br
EVANDRO MILHOMEN	PCdoB	AP	IV	419	3215.5419	dep.evandromilhomen@camara.leg.br
GEORGE HILTON	PRB	MG	IV	843	3215.5843	dep.georgehilton@camara.leg.br
GERALDO RESENDE	PMDB	MS	IV	905	3215.5905	dep.geraldoresende@camara.leg.br
HENRIQUE EDUARDO ALVES	PMDB	RN	IV	539	3215.5539	dep.henriqueeduardoalves@camara.leg.br
HERMES PARCIANELLO	PMDB	PR	IV	234	3215.5234	dep.hermesparcianello@camara.leg.br
HUGO LEAL	PSC	RJ	IV	631	3215.5631	dep.hugoleal@camara.leg.br
HUGO NAPOLEÃO	PSD	PI	IV	414	3215.5414	dep.hugonapoleao@camara.leg.br
INOCÊNCIO OLIVEIRA	PR	PE	II	26	3215.5963	dep.inocenciooliveira@camara.leg.br
JAIME MARTINS	PR	MG	IV	333	3215.5333	dep.jaimemartins@camara.leg.br
JERÔNIMO GOERGEN	PP	RS	IV	316	3215.5316	dep.jeronimogoergen@camara.leg.br
JÚLIO DELGADO	PSB	MG	IV	323	3215.5323	dep.juliodelgado@camara.leg.br
LELO COIMBRA	PMDB	ES	IV	801	3215.5801	dep.lelocoimbra@camara.leg.br
LUIS CARLOS HEINZE	PP	RS	IV	526	3215.5526	dep.luiscarlosheinze@camara.leg.br
MAGDA MOFATTO	PTB	GO	IV	536	3215.5536	dep.magdamofatto@camara.leg.br
MANOEL JÚNIOR	PSB	PB	IV	601	3215.5601	dep.manoeljunior@camara.leg.br
MARÇAL FILHO	PMDB	MS	IV	448	3215.5448	dep.marcalfilho@camara.leg.br
MARCELO AGUIAR	PSC	SP	IV	321	3215.5321	dep.marceloaguiar@camara.leg.br
MARCO MAIA	PT	RS	II	28	3215.5964	dep.marcomaia@camara.leg.br
MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	IV	607	3215.5607	dep.maurobenevides@camara.leg.br
MOREIRA MENDES	PSD	RO	IV	943	3215.5943	dep.moreiramendes@camara.leg.br
NELSON MARQUEZELLI	PTB	SP	IV	920	3215.5920	dep.nelsonmarquezelli@camara.leg.br
NELSON PELLEGRINO	PT	BA	IV	826	3215.5826	dep.nelsonpellegrino@camara.leg.br
NILSON LEITÃO	PSDB	MT	IV	825	3215.5825	dep.nilsonleitao@camara.leg.br
OSMAR SERRAGLIO	PMDB	PR	IV	845	3215.5845	dep.osmarserraglio@camara.leg.br
OZIEL OLIVEIRA	PDT	BA	IV	635	3215.5635	dep.ozieloliveira@camara.leg.br
PAES LANDIM	PTB	PI	IV	648	3215.5648	dep.paeslandim@camara.leg.br
PASTOR MARCO FELICIANO	PSC	SP	IV	254	3215.5254	dep.pastormarcofeliciano@camara.leg.br
PERPÉTUA ALMEIDA	PCdoB	AC	IV	625	3215.5625	dep.perpetuaalmeida@camara.leg.br
ROBERTO DE LUCENA	PV	SP	IV	235	3215.5235	dep.robertodelucena@camara.leg.br

RONALDO BENEDET	PMDB	SC	IV	918	3215.5918	dep.ronaldobenedet@camara.leg.br
SANDRO MABEL	PR	GO	IV	443	3215.5443	dep.sandromabel@camara.leg.br
SEBASTIÃO BALA ROCHA	PDT	AP	IV	608	3215.5608	dep.sebastiaobalarocha@camara.leg.br
SOLANGE ALMEIDA	PMDB	RJ	IV	742	3215.5742	dep.solangealmeida@camara.leg.br
VALDIR COLATTO	PMDB	SC	IV	708	3215.5708	dep.valdircolatto@camara.leg.br
VANDER LOUBET	PT	MS	IV	838	3215.5838	dep.vanderloubet@camara.leg.br
VIEIRA DA CUNHA	PDT	RS	IV	711	3215.5711	dep.vieiradacunha@camara.leg.br
VILSON COVATTI	PP	RS	IV	228	3215.5228	dep.vilsoncovatti@camara.leg.br
VITOR PAULO	PRB	RJ	IV	422	3215.5422	dep.vitorpaulo@camara.leg.br
WANDENKOLK GONÇALVES	PSDB	PA	IV	210	3215.5210	dep.wandenkolkgoncalves@camara.leg.br
ZEQUINHA MARINHO	PSC	PA	IV	823	3215.5823	dep.zequinhamarinho@camara.leg.br

COMPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL
54ª LEGISLATURA

NOME PARLAMENTAR	PART.	UF	ALA	GAB.	TELEFONE	END. ELETRÔNICO
ACIR GURGACZ	PDT	RO	Teotônio Vilela	19	3303.3132	acir@senador.leg.br
ALOYSIO NUNES FERREIRA	PSDB	SP	Anexo I - 9º and.	1 / 6	3303.6063	aloysionunes.ferreira@senador.leg.br
ÁLVARO DIAS	PSDB	PR	Nilo Coelho	10	3303.4059	alvarodias@senador.leg.br
ATAÍDES OLIVEIRA	PSDB	TO	Teotônio Vilela	05	3303.2163	ataides.oliveira@senador.leg.br
CICERO LUCENA	PSDB	PB	Alexandre Costa	21	3303.5800	cicero.lucena@senador.leg.br
CIRO NOGUEIRA	PP	PI	Teotônio Vilela	01	3303.6185	ciro.nogueira@senador.leg.br
CRISTOVAM BUARQUE	PDT	DF	Teotônio Vilela	10	3303.2281	Cristovam2@senador.leg.br
FERNANDO COLLOR	PTB	AL	Anexo I - 13º and		3303.5783	fernando.collor@senador.leg.br
FLEXA RIBEIRO	PSDB	PA	Alexandre Costa	01	3303.2342	flexaribeiro@senador.leg.br
GIM ARGELLO	PTB	DF	Anexo I - 14º and	04	3303.1161	gim.argello@senador.leg.br
JARBAS VASCONCELOS	PMDB	PE	Dinarte Mariz	04	3303.3245	jarbas.vasconcelos@senador.leg.br
JOSÉ AGRIPINO	DEM	RN	Afonso Arinos	09	3303.2361	jose.agripino@senador.leg.br
JOSÉ PIMENTEL	PT	CE	Filinto Müller	13	3303.6390	gab.josepimentel@senado.leg.br
JOSÉ SARNEY	PMDB	AP	Anexo I - 6º and.		3303.3429	sarney@senador.leg.br
LINDBERGH FARIAS	PT	RJ	Afonso Arinos	02	3303.6426	lindbergh.farias@senador.leg.br
LOBÃO FILHO	PMDB	MA	Tancredo Neves	54	3303.2311	lobaofilho@senador.leg.br
LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA	PMDB	SC	Nilo Coelho	04	3303.6446	luizhenrique@senador.leg.br
PAULO BAUER	PSDB	SC	Afonso Arinos	05	3303.6529	paulobauer@senador.leg.br
PAULO PAIM	PT	RS	Anexo I - 22º and	04	3303.5227	paulopaim@senador.leg.br
RANDOLFE RODRIGUES	PSOL	AP	Teotônio Vilela	17	3303.6568	randolfe.rodrigues@senador.leg.br
RENAN CALHEIROS	PMDB	AL	Edif. Principal		3303.3000	renan.calheiros@senador.leg.br
RICARDO FERRAÇO	PMDB	ES	Anexo I - 4º and.	1 / 7	3303.6590	ricardoferraco@senador.leg.br
SÉRGIO PETECÃO	PSD	AC	Teotônio Vilela	21	3303.6706	sergiopetecao@senador.leg.br
SÉRGIO SOUZA	PMDB	PR	Teotônio Vilela	23	3303.6261	sergiosouza@senador.leg.br
SODRÉ SANTORO	PTB	RR	Ruy Carneiro	03	3303.4078	sodre.santoro@senador.leg.br
VALDIR RAUPP	PMDB	RO	Teotônio Vilela	25	3303.2252	valdir.raupp@senador.leg.br
VITAL DO RÊGO	PMDB	PB	Anexo I - 18º and		3303.6747	vital.rego@senador.leg.br
WALTER PINHEIRO	PT	BA	Teotônio Vilela	13	3303.6788	pinheiro@senador.leg.br

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia
Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro
Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PRB - Eduardo Lopes** (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias**

Maranhão
Bloco-PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará
Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco
Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo
Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PR - Antonio Carlos Rodrigues** (S)

Minas Gerais
Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás
Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**
Bloco-DEM - Wilder Morais** (S)

Mato Grosso
Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul
Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba
Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo
Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí
Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte
Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina
Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas
Bloco-PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Amazonas
Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná
Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre
Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul
Bloco-PSDB - Ruben Figueiró* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal
Bloco-PTB - Gim* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia
Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins
Bloco-PSD - Kátia Abreu*
Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira** (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá
Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima
Bloco-PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

Mandatos
*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA
(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Maioria - 28
PMDB-20 / PP-5 / PSD-2 / PV-1

Ana Amélia. . . . PP/RS
Benedito de Lira. . . . PP/AL
Casildo Maldaner. . . . PMDB/SC
Ciro Nogueira. . . . PP/PI
Clésio Andrade. . . . PMDB/MG
Eduardo Braga. . . . PMDB/AM
Eunício Oliveira. . . . PMDB/CE
Francisco Dornelles. . . . PP/RJ
Garibaldi Alves. . . . PMDB/RN
Ivo Cassol. . . . PP/RO
Jader Barbalho. . . . PMDB/PA
Jarbas Vasconcelos. . . . PMDB/PE
João Alberto Souza. . . . PMDB/MA
José Sarney. . . . PMDB/AP
Kátia Abreu. . . . PSD/TO
Lobão Filho. . . . PMDB/MA
Luiz Henrique. . . . PMDB/SC
Paulo Davim. . . . PV/RN
Pedro Simon. . . . PMDB/RS
Renan Calheiros. . . . PMDB/AL
Ricardo Ferraço. . . . PMDB/ES
Roberto Requião. . . . PMDB/PR
Romero Jucá. . . . PMDB/RR
Sérgio Petecão. . . . PSD/AC
Sérgio Souza. . . . PMDB/PR
Valdir Raupp. . . . PMDB/RO
Vital do Rêgo. . . . PMDB/PB
Waldemir Moka. . . . PMDB/MS

Bloco de Apoio ao Governo - 25
PT-12 / PDT-5 / PSB-4 / PC DO B-2
PRB-1 / PSOL-1

Acir Gurgacz. . . . PDT/RO
Ana Rita. . . . PT/ES
Angela Portela. . . . PT/RR
Anibal Diniz. . . . PT/AC
Antonio Carlos Valadares. . . . PSB/SE
Cristovam Buarque. . . . PDT/DF
Delcídio do Amaral. . . . PT/MS
Eduardo Lopes. . . . PRB/RJ
Eduardo Suplicy. . . . PT/SP
Humberto Costa. . . . PT/PE
Inácio Arruda. . . . PC DO B/CE
João Capiberibe. . . . PSB/AP
João Durval. . . . PDT/BA
Jorge Viana. . . . PT/AC
José Pimentel. . . . PT/CE
Lídice da Mata. . . . PSB/BA
Lindbergh Farias. . . . PT/RJ
Paulo Paim. . . . PT/RS
Pedro Taques. . . . PDT/MT
Randolfe Rodrigues. . . . PSOL/AP
Rodrigo Rollemberg. . . . PSB/DF
Vanessa Grazziotin. . . . PC DO B/AM
Walter Pinheiro. . . . PT/BA
Wellington Dias. . . . PT/PI
Zeze Perrella. . . . PDT/MG

Bloco Parlamentar Minoria - 16
PSDB-12 / DEM-4

Aécio Neves. . . . PSDB/MG
Aloysio Nunes Ferreira. . . . PSDB/SP
Alvaro Dias. . . . PSDB/PR
Ataídes Oliveira. . . . PSDB/TO
Cássio Cunha Lima. . . . PSDB/PB
Cícero Lucena. . . . PSDB/PB
Cyro Miranda. . . . PSDB/GO
Flexa Ribeiro. . . . PSDB/PA
Jayme Campos. . . . DEM/MT
José Agripino. . . . DEM/RN
Lúcia Vânia. . . . PSDB/GO
Maria do Carmo Alves. . . . DEM/SE
Mário Couto. . . . PSDB/PA
Paulo Bauer. . . . PSDB/SC
Ruben Figueiró. . . . PSDB/MS
Wilder Morais. . . . DEM/GO

Bloco Parlamentar União e Força - 12
PTB-6 / PR-5 / PSC-1 / PPL

Alfredo Nascimento. . . . PR/AM
Antonio Carlos Rodrigues. . . . PR/SP
Armando Monteiro. . . . PTB/PE
Blairo Maggi. . . . PR/MT
Eduardo Amorim. . . . PSC/SE
Epitácio Cafeteira. . . . PTB/MA
Fernando Collor. . . . PTB/AL
Gim. . . . PTB/DF
João Vicente Claudino. . . . PTB/PI
Magno Malta. . . . PR/ES
Mozarildo Cavalcanti. . . . PTB/RR
Vicentinho Alves. . . . PR/TO

Bloco Parlamentar da Maioria	28
Bloco de Apoio ao Governo	25
Bloco Parlamentar Minoria	16
Bloco Parlamentar União e Força	12
TOTAL	81

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (Bloco-PDT-RO)
Aécio Neves** (Bloco-PSDB-MG)
Alfredo Nascimento* (Bloco-PR-AM)
Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco-PSDB-SP)
Alvaro Dias* (Bloco-PSDB-PR)
Ana Amélia** (Bloco-PP-RS)
Ana Rita* (Bloco-PT-ES)
Angela Portela** (Bloco-PT-RR)
Anibal Diniz* (Bloco-PT-AC)
Antonio Carlos Rodrigues** (Bloco-PR-SP)
Antonio Carlos Valadares** (Bloco-PSB-SE)
Armando Monteiro** (Bloco-PTB-PE)
Ataídes Oliveira** (Bloco-PSDB-TO)
Benedito de Lira** (Bloco-PP-AL)
Blairo Maggi** (Bloco-PR-MT)
Casildo Maldaner* (Bloco-PMDB-SC)
Cássio Cunha Lima** (Bloco-PSDB-PB)
Cícero Lucena* (Bloco-PSDB-PB)
Ciro Nogueira** (Bloco-PP-PI)
Clésio Andrade* (Bloco-PMDB-MG)
Cristovam Buarque** (Bloco-PDT-DF)
Cyro Miranda* (Bloco-PSDB-GO)
Delcídio do Amaral** (Bloco-PT-MS)
Eduardo Amorim** (Bloco-PSC-SE)
Eduardo Braga** (Bloco-PMDB-AM)
Eduardo Lopes** (Bloco-PRB-RJ)
Eduardo Suplicy* (Bloco-PT-SP)
Epitácio Cafeteira* (Bloco-PTB-MA)
Eunício Oliveira** (Bloco-PMDB-CE)
Fernando Collor* (Bloco-PTB-AL)
Flexa Ribeiro** (Bloco-PSDB-PA)
Francisco Dornelles* (Bloco-PP-RJ)
Garibaldi Alves* (Bloco-PMDB-RN)
Gim* (Bloco-PTB-DF)
Humberto Costa** (Bloco-PT-PE)
Inácio Arruda* (Bloco-PC DO B-CE)
Ivo Cassol** (Bloco-PP-RO)
Jader Barbalho** (Bloco-PMDB-PA)
Jarbas Vasconcelos* (Bloco-PMDB-PE)
Jayme Campos* (Bloco-DEM-MT)
João Alberto Souza** (Bloco-PMDB-MA)
João Capiberibe** (Bloco-PSB-AP)
João Durval* (Bloco-PDT-BA)
João Vicente Claudino* (Bloco-PTB-PI)
Jorge Viana** (Bloco-PT-AC)
José Agripino** (Bloco-DEM-RN)
José Pimentel** (Bloco-PT-CE)
José Sarney* (Bloco-PMDB-AP)
Kátia Abreu* (Bloco-PSD-TO)
Lídice da Mata** (Bloco-PSB-BA)
Lindbergh Farias** (Bloco-PT-RJ)
Lobão Filho** (Bloco-PMDB-MA)
Lúcia Vânia** (Bloco-PSDB-GO)
Luiz Henrique** (Bloco-PMDB-SC)
Magno Malta** (Bloco-PR-ES)
Maria do Carmo Alves* (Bloco-DEM-SE)
Mário Couto* (Bloco-PSDB-PA)
Mozarildo Cavalcanti* (Bloco-PTB-RR)
Paulo Bauer** (Bloco-PSDB-SC)
Paulo Davim** (Bloco-PV-RN)
Paulo Paim** (Bloco-PT-RS)
Pedro Simon* (Bloco-PMDB-RS)
Pedro Taques** (Bloco-PDT-MT)
Randolfe Rodrigues** (Bloco-PSOL-AP)
Renan Calheiros** (Bloco-PMDB-AL)
Ricardo Ferraço** (Bloco-PMDB-ES)
Roberto Requião** (Bloco-PMDB-PR)
Rodrigo Rollemberg** (Bloco-PSB-DF)
Romero Jucá** (Bloco-PMDB-RR)
Ruben Figueiró* (Bloco-PSDB-MS)
Sérgio Petecão** (Bloco-PSD-AC)
Sérgio Souza** (Bloco-PMDB-PR)
Valdir Raupp** (Bloco-PMDB-RO)
Vanessa Grazziotin** (Bloco-PC DO B-AM)
Vicentinho Alves** (Bloco-PR-TO)
Vital do Rêgo** (Bloco-PMDB-PB)
Waldemir Moka** (Bloco-PMDB-MS)
Walter Pinheiro** (Bloco-PT-BA)
Wellington Dias** (Bloco-PT-PI)
Wilder Morais** (Bloco-DEM-GO)
Zeze Perrella** (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1ª VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

2ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO

Ciro Nogueira - (PP-PI)

4º SECRETÁRIO

João Vicente Claudino - (PTB-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Magno Malta - (PR-ES)

2º - Jayme Campos - (DEM-MT)

3ª - João Durval - (PDT-BA)

4ª - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28

Líder
Eunício Oliveira - Bloco (65,68)

.....

Líder do PMDB - 20

Eunício Oliveira (65,68)

Vice-Líderes do PMDB
Ricardo Ferraço (105)
Romero Jucá (40,104)

Líder do PP - 5

Francisco Dornelles (63)

Vice-Líder do PP
Ana Amélia (12,88)

Líder do PSD - 2

Sérgio Petecão (84,87)

Vice-Líder do PSD
Kátia Abreu (11,13,52,60,85)

Líder do PV - 1

Paulo Davim (75)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 12

Líder
Gim - Bloco (56,58,59)

Vice-Líderes
Alfredo Nascimento (41,66)
Eduardo Amorim (17,47,48,72)
Blairo Maggi (19,51)

.....

Líder do PTB - 6

Gim (56,58,59)

Líder do PR - 5

Alfredo Nascimento (41,66)

Vice-Líder do PR
Antonio Carlos Rodrigues (92)

Líder do PSC - 1

Eduardo Amorim (17,47,48,72)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB/PSOL) - 25

Líder
Wellington Dias - Bloco (24,70,91)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz (49,55,69,97)
Rodrigo Rollemberg (67,98)
Inácio Arruda (89,99)
Eduardo Lopes (37,45,64,100,106)

.....

Líder do PT - 12

Wellington Dias (24,70,91)

Vice-Líderes do PT
Walter Pinheiro (22,27,93)
Anibal Diniz (25,94)
Paulo Paim (95)
Eduardo Suplicy (103)

Líder do PDT - 5

Acir Gurgacz (49,55,69,97)

Vice-Líder do PDT
Zeze Perrella (86)

Líder do PSB - 4

Rodrigo Rollemberg (67,98)

Vice-Líder do PSB
Lídice da Mata (29,38,83)

Líder do PC DO B - 2

Inácio Arruda (89,99)

Vice-Líder do PC DO B
Vanessa Grazziotin (1,90)

Líder do PRB - 1

Eduardo Lopes (37,45,64,100,106)

Líder do PSOL - 1

Randolfe Rodrigues (18,76)

Governo

Líder
Eduardo Braga - Governo (39)

Vice-Líderes
Gim (56,58,59)
Benedito de Lira
Lídice da Mata (29,38,83)
Jorge Viana
Vital do Rêgo

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16

Líder
Mário Couto - Bloco (34,61)

Vice-Líderes
Wilder Morais (101)
Ataídes Oliveira (96)
Cyro Miranda (31,102)

.....

Líder do PSDB - 12

Aloysio Nunes Ferreira (7,62)

Vice-Líderes do PSDB
Cássio Cunha Lima (74)
Alvaro Dias (78)
Paulo Bauer (5,35,79,80)

Líder do DEM - 4

José Agripino (2,10,14,44,46,77)

Notas:
1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1° e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 017/2011,lido na sessão do dia 1° de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Paulo Bauer é designado 2° Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3° Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1° Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento n° 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM n° 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfiliou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF n° 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. N° 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. n° 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. N° 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB N° 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB N° 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT N° 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT N° 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG N° 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB N° 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB N° 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Cyro Miranda é designado 1° Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Flexa Ribeiro é designado 2° Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senadora Lúcia Vânia é designada 3ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Mário Couto é designado 4 ° Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Paulo Bauer é designado 5° Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. n° 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC N° 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. n° 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem n° 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2° Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB n° 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1° Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. n° 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2° Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. n° 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.

43. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
44. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
45. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
52. Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
53. Em 10.10.2012, foi lido o Of. nº 0053/2012-GLPSD, que comunica a indicação do Senador Marco Antônio Costa, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
54. Senador Vicentinho Alves afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Ofício GSVALV nº 415/2012).
55. Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, em 30.10.2012, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
56. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
57. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
58. Em 19.12.2012, foi lido o Of. 083/2012/GLPTB, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Partido no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015.
59. Em 19.12.2012, foi lido o OF. N. 236/2012-BLUFOR, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Bloco, no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015, e o exercício das Vice-Lideranças pelos Senadores Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, João Costa e Blairo Maggi, respectivamente.
60. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLPSD, que comunica a reassunção da liderança do PSD pela Senadora Kátia Abreu.
61. Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar Minoria até o dia 31.01.2014.
62. Em 01.02.2013, foi lido o Of. s/n-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Aloysio Nunes Ferreira como Líder do PSDB.
63. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLDPP, que comunica a manutenção do Senador Francisco Dornelles como Líder do PP para o biênio 2013-2014.
64. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 11/2013-GSEL, que comunica a manutenção do Senador Eduardo Lopes como Líder do PRB.
65. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do PMDB, para o biênio 2013 - 2015, conforme o OF. GLPMDB nº 010/2013.
66. Em 01.02.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado Líder do PR, conforme Of. Leg. N. 001/2013-GLPR.
67. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Líder do PSB, a partir de 04/02/2013, conforme OF. GLPSB Nº 0023/2013, lido em reunião preparatória do dia 1º de fevereiro de 2013.
68. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria, para o biênio 2013-2015, conforme OF. GLPMDB nº 009/2013.
69. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 01/13-LPDT, que comunica a indicação do Senador Acir Gurgacz como Líder do PDT para o biênio 2013-2014.
70. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 1/2013-GLDPT, que comunica a indicação do Senador Wellington Dias como Líder do PT.
71. Em 04.02.2013, lido ofício do Senador Vicentinho Alves comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (D.O. nº 3.809, de 04 de fevereiro de 2013).
72. Em 05.02.2013, lido expediente comunicando continuar Líder do PSC no biênio 2013/2014 o Senador Eduardo Amorim.
73. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cícero Lucena para 3º Vice-Líder do PSDB.
74. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cássio Cunha Lima para 1º Vice-Líder do PSDB.
75. Em 05.02.2013, lido o OF. GSPDAV Nº 003/13, que comunica continuar Líder do Partido Verde na presente Legislatura o Senador Paulo Davim.
76. Em 05.02.2013, lido o Of. GSRR nº 00010/2013, que comunica a manutenção do Senador Randolfe Rodrigues como Líder do PSOL.
77. Em 05.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador José Agripino como Líder do DEM.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

78. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Alvaro Dias para 2º Vice-Líder do PSDB.
79. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Paulo Bauer para 3º Vice-Líder do PSDB.
80. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Paulo Bauer para 2º Vice-Líder do PSDB.
81. Senador João Costa comunica que o PPL passa a integrar o Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 011/2013-BLUFOR/SF, lido na sessão de 06.02.2013.
82. Em 06.02.2013, o Senador João Costa é designado Líder do PPL, conforme Of. N. 012/2013-BLUFOR.
83. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 0024/2013, lido na sessão de 06.02.2013.
84. Em 13.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
85. Em 13.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada Vice-Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
86. Em 18.02.2013, o Senador Zeze Perrella é designado Vice-Líder do PDT, conforme OFÍCIO Nº 002/2013-GLDPDT.
87. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
88. Em 20.02.2013, a Senadora Ana Amélia é designada Vice-Líder do PP, conforme OFÍCIO Nº 08/2013-GLDPP.
89. Em 26.02.2013, o Senador Inácio Arruda é designado Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
90. Em 26.02.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Vice-Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
91. Senador Wellington Dias é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. nº 20/2013-GLDBAG, lido na sessão de 26.02.2013.
92. Em 28.02.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado Vice-Líder do PR, conforme Ofício GLPR nº 007/2013, lido na sessão de 28.02.2013.
93. Senador Walter Pinheiro é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
94. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
95. Senador Paulo Paim é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
96. Senador Ataídes Oliveira é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
97. Senador Acir Gurgacz é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
98. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
99. Senador Inácio Arruda é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
100. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
101. Senador Wilder Morais é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
102. Senador Cyro Miranda é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
103. Senador Eduardo Suplicy é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
104. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
105. Senador Ricardo Ferraço é designado 1º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
106. O senador Eduardo Lopes está afastado do exercício pelo motivo "Licença Particular" no período de 26/04/2013 a 04/05/2013.

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) VIOLAÇÃO DO DIREITO HUMANO À SAÚDE

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 105, de 2013, do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a, no prazo de cento e vinte dias, apurar e analisar fatos e gravíssimas violações do direito humano à saúde causados por erros dos dirigentes, médicos e demais profissionais de hospitais públicos e privados - resultando em lesões físicas e causando vítimas fatais.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/02/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO (2,7)	1. VAGO (2,7)
VAGO (2,7)	2.
VAGO (2,7)	3.
VAGO (2,7)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Humberto Costa (PT-PE) (5)	1. Pedro Taques (PDT-MT) (5)
Paulo Paim (PT-RS) (5)	2. Eduardo Lopes (PRB-RJ) (5)
Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (5)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM-MT) (1)	1. Mário Couto (PSDB-PA) (3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Magno Malta (PR-ES) (4)	1. VAGO (4,6)
Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)	

Notas:

*. Número de suplentes alterado para 7 membros, em obediência ao art. 145, parágrafo 4°, do RISF.

1. Em 13.03.2013, o Sen. Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão(Of.17/2013-GLDEM).

2. Em 13.3.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo e Sérgio Petecão são designados membros titulares; e o Senador Jarbas Vasconcelos, membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. n° 80/2013 - GLPMDB).

3. Em 13.03.2013, o Sen. Mário Couto é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão(Of.86/2013-GLPSDB).

4. Em 13.03.2013, os Senadores Magno Malta e Eduardo Amorim são designados membros titulares e o Senador João Costa, membro suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.41/2013-BLUFOR).

5. Em 15.03.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim e Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares e os Senadores Pedro Taques e Eduardo Lopes membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.48/2013-GLDBAG).

6. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

7. Em 24.04.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Jarbas Vasconcelos deixam de compor a Comissão (Of. n° 169/2013-GLPMDB).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008
Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008
Instalação: 06/11/2008
Prazo prorrogado: 30/06/2009
Prazo prorrogado: 31/08/2009
Prazo prorrogado: 22/12/2009
Prazo prorrogado: 17/07/2010
Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (3)
Senador José Pimentel (PT) (1)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) (1)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (4)
Senador Vital do Rêgo (PMDB) (2)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB) (2)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)
Membro da Comissão Diretora

Notas:
*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).
**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.
***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.
****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.
*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.
******. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.
1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio
Telefone(s): 33033511
Fax: 33031176
E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

Finalidade: Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 14/02/2012
Designação: 28/02/2012

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)
Senador Delcídio do Amaral (PT) (3)
Senador Paulo Paim (PT) (3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)
Senador Sérgio Souza (PMDB) (2)
Senadora Ana Amélia (PP) (4)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)
Senador Alvaro Dias (PSDB) (1)

Notas:
1. Em 28.02.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro do PSDB(Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão(Of.nº18/12-GLPSDB).
2. Em 05.03.2012, o Senador Ségio Souza é designado membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 23/12-GLPMDB).
3. Em 06.03.2012, os Senadores Delcídio do Amaral e Paulo Paim são designados membros do PT (Bloco de Apoio ao Governo) na Comissão (Of. nº 27/12-GLDBAG).
4. Em 07.03.2012, a Senadora Ana Amélia é designada membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 24/12-GLPMDB).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)
RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE)

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012
Designação: 04/04/2012
Instalação: 13/11/2012
Prazo final: 22/12/2012
Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Humberto Costa (PT) (3)	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) (3)
Senadora Lídice da Mata (PSB) (3)	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) (3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (2)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) (4)	1. Senador Benedito de Lira (PP) (4)
Senador Paulo Davim (PV) (4)	2. Senador Ciro Nogueira (PP) (4)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cícero Lucena (PSDB) (1)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) (5)

Notas:
*. Em 13.11.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Cícero Lucena para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Humberto Costa (Of. nº 001/2012-CEE-São Francisco).
***. Em 13.11.2012, foi lido o Requerimento nº 961, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2013.
1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 48/2012-GLDBAG).
4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB Nº 093/2012).
5. Em 12.11.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 234/2012-GLPSDB).

4) CT - REFORMA DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO - PLS 236/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que reforma o Código Penal Brasileiro.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)
RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) (1)

Designação: 17/07/2012
Instalação: 08/08/2012
Apresentação de Emendas - prazo sobrestado em: 28/11/2012
Relatórios Parciais - prazo sobrestado: 11/02/2013
Relatório do Relator-Geral - prazo sobrestado: 26/02/2013
Parecer Final da Comissão - prazo sobrestado: 12/03/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT) (4,5)
Senador Pedro Taques (PDT)	2. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Lídice da Mata (PSB) (2)	3. Senadora Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Benedito de Lira (PP)	3. VAGO (12)
	4. VAGO (3,8)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Senador Jayme Campos (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB) (7,9)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Armando Monteiro (PTB)	2. VAGO (6,10,11,13)

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO 236, de 2012

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 09/08/2012 a 04/12/2012 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Suspensão de Prazo : 28/11/2012 a (Art. 118, § 4º, do RISF)

Notas:
*. Lida na sessão deliberativa extraordinária de 17.07.2012 a designação dos membros da Comissão.

***. Em 15.08.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação do PLS nº 236/2012: Apresentação de Emendas - 09/08 a 05/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 06 a 20/09/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21 a 27/09/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 28/09 a 04/10/2012 (cinco dias úteis).
****. Em 29.08.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 772, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 05/10 a 05/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 06 a 20/11/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 21/11 a 04/12/2012 (dez dias úteis).
*****. Em 25.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 859, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 05/10 a 05/11/2012; Relatórios Parciais - 06/11 a 20/11/2012; Relatório do Relator-Geral - 21/11 a 27/11/2012; Parecer Final da Comissão - 28/11 a 04/12/2012.
******. Em 30.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 903, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/12/2012; Relatórios Parciais - 05/12 a 11/02/2013; Relatório do Relator-Geral - 12 a 26/02/2013; Parecer Final da Comissão - 27/02 a 12/03/2013.
*******. Em 28.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.034, de 2012, que suspende o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012.
1. Em 08.08.2012, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como Relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 36/2012-SSCEPI).
2. Em 14.08.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 100/2012-GLBAG).
3. Em 04.09.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida ao PMDB pelo PSDB (Ofícios Nºs 172/2012-GLPSDB e 288/2012-GLPMDB).
4. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
5. Em 17.10.2012, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 135/2012-GLDBAG).
6. Em 23.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 161/2012-BLUFOR).
7. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
8. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
9. Em 28.11.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 240/2012-GLPSDB).
10. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
11. Em 27.02.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 36/2013, designando o Senador João Costa, como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
12. Vago, em razão de o Senador Luiz Henrique não pertencer mais à Comissão (Of. GLPMDB nº 132/2013).
13. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos
Telefone(s): 61 33033492
Fax: 61 33031176
E-mail: rprado@senado.gov.br

5) CT- DESTINADA A PROPOR SOLUÇÕES AO FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE DO BRASIL

Finalidade: Debater e propor soluções, no prazo de noventa dias, para o financiamento do sistema de saúde do Brasil.

(Requerimento nº 145, de 2012, do Senador Humberto Costa)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) (3)
RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) (7)

Aprovação do Requerimento: 28/03/2012
Designação: 17/04/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Wellington Dias (PT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) (2)	1. Senador Luiz Henrique (PMDB) (2,4)
Senador Paulo Davim (PV) (2,4)	2. Senador Ciro Nogueira (PP) (2)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Jayme Campos (DEM) (5,6)	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) (1)

Notas:
*. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 051, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares, como membros titulares; e os Senadores Wellington Dias e Vanessa Graziotin, como membros suplentes, para comporem a Comissão.
1. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 43/12-GLPSDB).
2. Em 27.04.2012, foi lido o Ofício nº 095, de 2012, da Liderança do Bloco da Maioria, designando os Senadores Vital do Rêgo e Luiz Henrique, como membros titulares; e os Senadores Paulo Davim e Ciro Nogueira, como membros suplentes, para comporem a Comissão.
3. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CTS, que comunica a instalação da Comissão, bem como a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Humberto Costa para Presidente e Relator, respectivamente.
4. Em 19.03.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 116/2013).
5. Vaga cedida ao DEM.(Of. nº107/13-GLPSDB).
6. Em 3.4.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 22/13-GLDEM).
7. Em 4.4.2013, foi lido o Ofício 002/2013-CTS, que comunica a eleição do Senador Psulo Davim para Vice-Presidente nesse colegiado.

6) CT - MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PLS 281, 282 E 283/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar os Projetos de Lei do Senado nºs 281, 282 e 283, de 2012, que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)
RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

Designação: 15/08/2012
Instalação: 30/08/2012
Apresentação de Emendas - prazo sobrestado em: 05/02/2013
Relatórios Parciais - prazo sobrestado: 05/04/2013
Relatório do Relator-Geral - prazo sobrestado: 06/05/2013
Parecer Final da Comissão - prazo sobrestado: 04/06/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Renan Calheiros (PMDB)	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. VAGO (7)
VAGO (9)	3. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. VAGO (2)
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Senador Paulo Paim (PT)
	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. VAGO (5)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Gim (PTB) (6)
Senador Fernando Collor (PTB)	2. Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB) (8)
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR) (1,3,4)	

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DOS
PROJETO DE LEI DO SENADO 281, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 282, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 283, de 2012

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 31/08/2012 a 05/02/2013 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Relatórios Parciais : 06/02/2013 a 05/04/2013 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)
Reletório do Relator-Geral : 08/04/2013 a 06/05/2013 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)
Parecer Final da Comissão : 07/05/2013 a 04/06/2013 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:
*. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 188/2012-GLPMDB, designando os Senadores Renan Calheiros, Ricardo Ferraço e Casildo Maldaner como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Tomás Correia e Sérgio Souza como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
**. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 99/2012-GLDBAG, designando o Senador Antonio Carlos Valadares, a Senadora Marta Suplicy e o Senador Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e os Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim e Delcídio do Amaral como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão.
***. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 74/2012-BLURFORSF, designando os Senadores Eduardo Amorim e Fernando Collor como membros titulares, e os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti como membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
****. Em 15.08.2012, foram lidos os Ofícios nºs 124/2012-GLPSDB e 42/2012-GLDEM, designando os Senadores Paulo Bauer e Wilder Morais como membros titulares, e os Senadores Cyro Miranda e Clovis Fecury como membros suplentes do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.
*****. Há uma vaga de membro titular e uma vaga de membro suplente não ocupadas na Comissão, a serem compartilhadas pelo Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do art. 374 do Regimento Interno e com base na proporcionalidade partidária.
******. Em 30.08.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Paulo Bauer para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 040/12-SSCEPI).
*******. Em 04.09.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação da Comissão: Apresentação de Emendas - 31/08 a 28/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 1º a 15/10/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 16 a 22/10/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 23 a 29/10/2012 (cinco dias úteis).
********. Em 12.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 823, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 28/09 a 29/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 30/10 a 28/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 29/11 a 12/12/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 13/12/2012 a 05/02/2013 (dez dias úteis).
*********. Em 17.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 884, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 30/10 a 28/11/2012 (total: sessenta dias úteis); Relatórios Parciais - 29/11/12 a 20/02/2013 (total: trinta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21/02 a 13/03/2013 (total: quinze dias úteis); Parecer Final da Comissão - 14/03 a 04/04/2013 (total: quinze dias úteis).
**********. Em 27.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.016, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 29/11/12 a 5/02/2013 (total: oitenta dias úteis); Relatórios Parciais - 5/02 a 5/04/2013 (total: quarenta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 8/04 a 6/05/2013 (total: vinte dias úteis); Parecer Final da Comissão - 7/05 a 04/06/2013 (total: vinte dias úteis).
***********. Em 05.02.2013, foi lido e aprovado o Requerimento nº 14, de 2013, que suspende os prazos da Comissão para realização de audiência pública e diligências.
1. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
2. Em 25.09.2012, o Senador Cristovam Buarque deixa de ocupar vaga da suplência do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 119/2012-GLDBAG).
3. Em 17.10.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de titular deixada pela Senadora Marta Suplicy ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 130/2012 - GLDBAG).
4. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 164/2012-BLUFOR).
5. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
6. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
7. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
8. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
9. Em 20.03.2013, vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

7) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE REALIZAR ESTUDOS E PROPOR ATUALIZAÇÃO DA LEP

Finalidade: Realizar estudos e propor a atualização da Lei de Execuções Penais - LEP (Lei nº 7.210, de 1984), no prazo de 60 (sessenta) dias.

(Requerimento nº 848, de 2012, do Senador José Sarney, aprovado em 30.10.2012)

PRESIDENTE: Sidnei Agostinho Beneti

Designação: 22/11/2012
Instalação: 04/04/2013

MEMBROS

Sidnei Agostinho Beneti
Gamil Föppel El Hireche
Carlos Pessoa de Aquino
Edemundo Dias de Oliveira Filho
Denis de Oliveira Praça
Maria Tereza Uille Gomes
Marcellus Ugiette

Secretário(a): REINILSON PRADO
Telefone(s): 33033492
Fax: 33031176
E-mail: rprado@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR ANTEPROJETO DE LEI DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO

Finalidade: Elaborar anteprojeto de Lei de Arbitragem e Mediação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

(Requerimento nº 702, de 2012, do Senador Renan Calheiros, aprovado em 29.08.2012, aditado pelo Requerimento nº 854, de 2012, do Senador Renan Calheiros, aprovado em 30.10.2012)

Número de membros: 22

PRESIDENTE: Luis Felipe Salomão

Designação: 22/11/2012
Instalação: 03/04/2013

MEMBROS
Luis Felipe Salomão
Marco Maciel
José Antônio Fichtner
Caio Cesar Rocha
José Rogério Cruz e Tucci
Marcelo Rossi Nobre
Francisco Antunes Maciel Müssnich
Tatiana Lacerda Prazeres
Adriana Braghetta
Carlos Alberto Carmona
Eleonora Coelho
Pedro Paulo Guerra de Medeiros
Silvia Rodrigues Pereira Pachikoski
Francisco Maia Neto
Ellen Gracie Northfleet
André Chateubriand Pereira Diniz Martins
José Roberto de Castro Neves
Marcelo Henrique Ribeiro de Oliveira
Walton Alencar Rodrigues
Roberta Maria Rangel

Notas:
*. Em 28.11.2012, aprovado o Requerimento nº 1.022, de 2012, que amplia em 4 o quantitativo de vagas da Comissão.
**. Em 27.03.2013, aprovado o Requerimento nº 216, de 2013, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão.
***. Em 17.04.2013, aprovado o Requerimento nº 262, de 2013, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão.

9) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR A CRISE NA FEDERAÇÃO PARAENSE DE FUTEBOL

Finalidade: Acompanhar, no prazo de noventa dias, a crise institucionalizada na Federação Paraense de Futebol - FPF, assegurada a participação de dois membros da região Norte do País.

(Requerimento nº 930, de 2012, do Senador Mário Couto)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mário Couto (PSDB-PA) (7)

Instalação: 17/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB) (4)	1. Senador Ivo Cassol (PP) (4)
Senador Roberto Requião (PMDB) (6)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Mário Couto (PSDB) (1)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB) (1,3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB) (5)	1. Senador Magno Malta (PR) (2)

Notas:

1. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPSDB nº 4/2013, designando o Senador Mário Couto como membro titular e o Senador Flexa Ribeiro como membro suplente para compor o Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.
2. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 208/2012, designando Magno Malta como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
3. Em 09.04.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 116/2013-GLPSDB).
4. Em 10.04.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 149/2013, designando o Senador Jarbas Vasconcelos como membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente para compor o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
5. Em 16.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão(Of. nº 92/2013-BLUFOR).
6. Em 16.04.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão(Of. nº 152/2013-GLPMDB).
7. Em 17.04.2013, a Comissão reunida elegeu o Senador Mário Couto como Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2013-CTEFPF).

10) CT - LEVANTAMENTO DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE À PREVENÇÃO E COMBATE DE INCÊNDIOS NO BRASIL

Finalidade: Realizar levantamento da legislação pertinente à prevenção e combate de incêndios no Brasil, e elaborar proposta concreta, eficaz e de alcance nacional das normas técnicas necessárias, tendo como referência rigorosos padrões internacionais.

(Requerimento nº 18, de 2013, da Senadora Ana Amélia)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (5)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) (5)
RELATOR: Senador Paulo Paim (PT-RS) (5)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Pedro Simon (PMDB) (2)	1. Senador Romero Jucá (PMDB) (2)
Senadora Ana Amélia (PP) (2)	2. Senador Sérgio Souza (PMDB) (2)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Paulo Paim (PT) (4)	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) (4)
Senador Jorge Viana (PT) (4)	2. Senador Eduardo Suplicy (PT) (4)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cyro Miranda (PSDB) (3)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Senador Gim (PTB) (1)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) (1)

Notas:
1. Em 06.03.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 40/2013, designando o Senador Gim, como membro titular, e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
2. Em 06.03.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 77/2013, designando o Senador Pedro Simon e a Senadora Ana Amélia, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá e Sérgio Souza, como membros suplentes, para compor o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
3. Em 15.03.2013 é designado o Senador Cyro Miranda como membro titular para compor o Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of.94/2013-GLPSDB).
4. Em 19.03.2013, são designados como membros titulares os Senadores Paulo Paim e Jorge Viana, e como membro suplentes os Senadores Inácio Arruda e Eduardo Suplicy para comporem o Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GLDBAG nº 49/2013).
5. Em 26.3.2013, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Ana Amélia, como Presidente, e o Senador Cyro Miranda, como Vice-Presidente, deste colegiado, e designou como relator o Senador Paulo Paim (Of. nº 1/2013 - CTLEGINC).

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (58)
VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) (58)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (68,13)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT) (10,14,61)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) (33)
José Pimentel (PT) (9,10)	3. Anibal Diniz (PT) (41,42)
Humberto Costa (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) (57)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT) (34,35,46,47,70)	6. Acir Gurgacz (PDT) (8,70)
Rodrigo Rollemberg (PSB) (62,65)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB) (62,66)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
	9. Randolfe Rodrigues (PSOL) (69)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (29)	
Eduardo Braga (PMDB) (60)	1. Casildo Maldaner (PMDB) (60)
Sérgio Souza (PMDB) (60)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) (17,22,60)
Valdir Raupp (PMDB) (36,37,49,50,60,73)	3. VAGO (60)
Roberto Requião (PMDB) (60,64)	4. Eunício Oliveira (PMDB) (60,63)
Vital do Rêgo (PMDB) (60)	5. Waldemir Moka (PMDB) (60)
Romero Jucá (PMDB) (60,63)	6. Clésio Andrade (PMDB) (3,7,16,26,27,60)
Luiz Henrique (PMDB) (60)	7. Ana Amélia (PP) (60)
Ivo Cassol (PP) (60)	8. Ciro Nogueira (PP) (60)
Francisco Dornelles (PP) (11,12,18,20,60)	9. Benedito de Lira (PP) (5,60)
Kátia Abreu (PSD) (23,25,43,44,55,59,60)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (1,56)	1. Flexa Ribeiro (PSDB) (56)
Cyro Miranda (PSDB) (56)	2. Aécio Neves (PSDB) (2,56)
Alvaro Dias (PSDB) (56)	3. Paulo Bauer (PSDB) (56)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) (30,31,32)
Jayme Campos (DEM) (30)	5. Wilder Morais (DEM) (4,15,40)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (29,45)	
Armando Monteiro (PTB) (67)	1. João Vicente Claudino (PTB) (67)
Gim (PTB) (67)	2. Eduardo Amorim (PSC) (48,67)

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Blairo Maggi (PR) (26,27,28,53,67)	3. Vicentinho Alves (PR) (38,39,51,52,67,71,72)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) (6,54,67)	4. Alfredo Nascimento (PR) (21,67)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

**********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

***********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

************. Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.
2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro sumplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
5. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).
6. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
7. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
8. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of nº 66/2011-GLDBAG).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of nº 079/2011-GLDBAG).
11. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
12. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
13. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
14. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
16. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
21. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
22. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
23. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
24. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
26. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
27. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 32/2012).
28. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
31. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (OF. Nº 027/12-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
33. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).
34. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
35. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 089/2012-GLDBAG).
36. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
37. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
38. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
39. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 075/2012/BLUFOR/SF).
40. Em 29.08.2012, é lido o Of. nº 046/12-GLDEM, designando o Senador Wilder Morais como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, a partir de 10.09.2012, em substituição ao Senador Clovis Fecury.
41. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
42. Em 14.09.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 109/2012-GLDBAG).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 139/2012 - GLDBAG).
48. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
49. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

50. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2012).
51. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
52. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 213/2012-BLUFOR).
53. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
54. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
55. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (OFÍCIOS nºs 012 e 013/2013-GLPSD).
57. Em 07.02.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 012/2013 - GLDBAG).
56. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 007/13-GLPSDB).
58. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lindbergh Farias e Sérgio Souza Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 007/2013 - CAE).
59. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
60. Em 26.02.2013, foram lidos os Ofícios GLPMDB nº 36 e 64/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Sérgio Souza, Jader Barbalho, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu como membros titulares e os Senadores Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, Waldemir Moka, Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 26.02.2013, o Senador Pedro Taques é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Zeze Perrella (Of. nº 17/2013-GLDBAG).
62. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar sua suplência (Of. GLDBAG nº 023/2013).
63. Em 27.02.2013, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 074/2013).
64. Em 12.03.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. GLPMDB nº 113/2013).
65. Em 14.03.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 46/2013).
66. Em 14.03.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. GLDBAG nº 46/2013).
67. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Gim, Blairo Maggi e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores João Vicente Claudino, Eduardo Amorim, João Costa e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 42/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 07.02.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é confirmado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. 0012/2013-GLPDSB).
70. Em 27.03.2013, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Acir Gurgacz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 57/2013-GLDBAG).
72. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 88/2013-BLUFOR)
71. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
73. Em 24.04.2013, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Jader Barbalho (Of. 165/2013-GLPMDB).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Walter Pinheiro (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Benedito de Lira (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Kátia Abreu (PSD)
Waldemir Moka (PMDB)	3. Jader Barbalho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
José Agripino (DEM)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
João Vicente Claudino (PTB)	1. Eduardo Amorim (PSC)

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 85/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Walter Pinheiro, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues, como titulares, e dos Senadores Delcídio do Amaral, Acir Gurgacz e Eduardo Lopes, como suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo; da Senadora Ana Amélia e dos Senadores Casildo Maldaner e Waldemir Moka, como titulares, e da Senadora Kátia Abreu e dos Senadores Benedito de Lira e Jader Barbalho, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; dos Senadores Alvaro Dias e José Agripino, como titulares, e da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Aloysio Nunes Ferreira, como suplentes, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador João Vicente Claudino, como membro titular, e do Senador Eduardo Amorim, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (1)	
Delcídio do Amaral (PT) (5,6)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (3,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (2)	
Francisco Dornelles (PP)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (7)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR)

Notas:
1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
4. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CAE (Of. nº 089/2012 - GLDBAG).
5. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
6. Em 12.03.2013, vago em virtude da solicitação contida no OF. nº 014/2013 -CAE.
7. Em 23.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 87/2013-CAE).
*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimental para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.
***. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 82/2013-CAE, que comunica a designação do Senador Delcídio do Amaral como membro titular e do Senador Antonio Carlos Valares como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, dos Senadores Francisco Dornelles e Luiz Henrique como membros titulares e dos Senadores Sérgio Souza e Roberto Requião como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Flexa Ribeiro como mebro titular e do Senador Aloysio Nunes Ferreira como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Antonio Carlos Rodrigues como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
José Pimentel (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Sérgio Souza (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Wilder Morais (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Blairo Maggi (PR)

Notas:
*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 83/2013-CAE, que comunica a designação do Senador José Pimentel e da Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares e do Senador Rodrigo Rollemberg como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, do Senador Sérgio Souza como membro titular e dos Senadores Ciro Nogueira e Eunício Oliveira como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Paulo Bauer como mebro titular e do Senador Wilder Morais como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Blairo Maggi como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB)
	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) (1)	1. Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. João Costa (PPL)

Notas:
1. Em 23.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. 88/2013/CAE).
*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 84/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Eduardo Suplicy e Cristovam Buarque, como titulares, e do Senador Pedro Taques, como suplente, do Bloco de Apoio ao Governo; do Senador Vital do Rêgo, como titular, e dos Senadores Ricardo Ferraço e Ivo Cassol, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; do Senador Cyro Miranda, como titular, e do Senador Jayme Campos, como suplente, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador Alfredo Nascimento, como titular, e do Senador João Costa, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) (36)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (36)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (8,42)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT) (26)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) (18)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (22)	
Waldemir Moka (PMDB) (23,35)	1. Sérgio Souza (PMDB) (6,17,23,30,35)
Roberto Requião (PMDB) (2,23,35,37)	2. Pedro Simon (PMDB) (23,30,35)
Casildo Maldaner (PMDB) (3,4,23,35)	3. Eduardo Braga (PMDB) (23,30,35)
Vital do Rêgo (PMDB) (23,35)	4. Eunício Oliveira (PMDB) (23,30,35,37)
João Alberto Souza (PMDB) (23,35)	5. Romero Jucá (PMDB) (23,30,35)
Ana Amélia (PP) (14,15,16,21,23,35)	6. Benedito de Lira (PP) (10,23,30,35)
Paulo Davim (PV) (23,25,30,35)	7. Sérgio Petecão (PSD) (23,30,35)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) (34)	1. Aécio Neves (PSDB) (34)
Lúcia Vânia (PSDB) (34)	2. Cyro Miranda (PSDB) (9,11,13,34)
José Agripino (DEM) (7,9,34,40,43,44)	3. Paulo Bauer (PSDB) (34)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (22,27)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (31,38,41,45,46)	1. Armando Monteiro (PTB) (41)
Eduardo Amorim (PSC) (1,5,41)	2. João Vicente Claudino (PTB) (24,41)
Vicentinho Alves (PR) (28,29,32,39,41,47,48)	3. VAGO (19,20,33,41)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.
*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.
********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
*********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**
***********. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).
2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)
5. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)
6. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
9. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).
10. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
11. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
13. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)
14. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
15. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
16. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
17. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).
18. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).
19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
20. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
23. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.
24. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. Nº 024/2012/GLBUF/SF).
25. Em 3.07.2012, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 166/2012).
26. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

27. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
28. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
29. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 099/2012/BLUFOR/SF).
30. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros, que passa a ocupar a vaga de primeiro suplente do Bloco, remanejando os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira para as demais suplências, respectivamente (OF. GLPMDB nº 345/2012).
31. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
32. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
33. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
34. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 008/13-GLPSDB).
35. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 37/2013, designando os Senadores Waldemir Moka, Eunício Oliveira, Casildo Maldaner, Vital do Rêgo, João Alberto Souza, a Senadora Ana Amélia e o Senador Paulo Davim, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Pedro Simon, Eduardo Braga, Roberto Requião, Romero Jucá, Benedito de Lira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
36. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Vanessa Grazziotin, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 002/2013 - CAS).
37. Em 7.3.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão(OF. GLPMDB nº 102/2013).
38. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 028/2013).
39. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 59/2013).
40. Em 19.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de compor a Comissão (Of. nº 97/2013-GLPSDB).
41. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Eduardo Amorim e João Costa, e membros suplentes os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 43/2013).
42. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
43. Em 26.03.2013, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Ofícios nºs 21/2013-GLDEM e 103/2013-GLPSDB).
44. Vaga cedida pelo PSDB ao DEM (OF. Nº 103/2013-GLPSDB).
45. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
46. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 80/2013-BLUFOR).
47. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
48. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 85/2013-BLUFOR)

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo
Telefone(s): 3303 4608
Fax: 3303 3652

2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) (5)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (5)
RELATOR:

Instalação: 07/03/2012

Prazo final: 22/12/2012

Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
José Pimentel (PT) (3,4)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (2)	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO (1)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

Notas:
1. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
4. Em 17.10.2012, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 183/2012-PRESIDÊNCIA/CAS).
5. Em 21.3.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 38/2013 - Presidência/CAS).
*. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.
***. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 182/2012-PRESIDÊNCIA/CAS, comunicando a aprovação do Requerimento nº 61, de 2012-CAS, que prorroga os trabalhos da Subcomissão até o término da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) (78)

VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) (78)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (23,83)	
José Pimentel (PT)	1. VAGO (9,88)
Ana Rita (PT) (54,55)	2. Lídice da Mata (PSB) (9,55,56)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT) (7,9,76)
Anibal Diniz (PT) (6,75)	4. Acir Gurgacz (PDT) (24,25,49,51,60,61)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Walter Pinheiro (PT) (8,79)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) (32,33)	7. Humberto Costa (PT) (12)
Randolfe Rodrigues (PSOL) (87)	8.
Eduardo Suplicy (PT) (88)	9.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (38)	
Eduardo Braga (PMDB) (39,50,77)	1. Romero Jucá (PMDB) (2,4,16,20,27,39,50,77)
Vital do Rêgo (PMDB) (1,15,39,50,77)	2. Roberto Requião (PMDB) (3,16,36,39,46,50,77)
Pedro Simon (PMDB) (39,50,77)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) (13,16,39,50,52,53,63,64,77)
Sérgio Souza (PMDB) (39,50,77)	4. Clésio Andrade (PMDB) (14,16,39,50,77)
Luiz Henrique (PMDB) (20,39,50,77)	5. Valdir Raupp (PMDB) (39,77)
Eunício Oliveira (PMDB) (26,39,77)	6. Benedito de Lira (PP) (39,77)
Francisco Dornelles (PP) (39,77)	7. Waldemir Moka (PMDB) (39,77)
Sérgio Petecão (PSD) (40,41,43,70,73,74,77)	8. Kátia Abreu (PSD) (29,30,31,37,40,41,43,57,58,68,69,73,74,77)
	9. Lobão Filho (PMDB) (89)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB) (71)	1. Lúcia Vânia (PSDB) (22,71)
Cássio Cunha Lima (PSDB) (71)	2. Ataídes Oliveira (PSDB) (71,72)
Alvaro Dias (PSDB) (71)	3. Cícero Lucena (PSDB) (11,71,86)
José Agripino (DEM) (17,42)	4. Paulo Bauer (PSDB) (18,42,44)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (86)	5. Flexa Ribeiro (PSDB) (86)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (38,59)	
Armando Monteiro (PTB) (82)	1. Gim (PTB) (5,45,65,81,82)
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (62,82,84,85)	2. Eduardo Amorim (PSC) (10,45,80,82)
Magno Malta (PR) (82)	3. Blairo Maggi (PR) (19,21,34,35,66,67,82)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) (82)	4. Alfredo Nascimento (PR) (47,48,82)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e

os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

******. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*******. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunicio Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

********. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*********. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

***********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

************. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

**********. Em 17.04.2013, publicada no D.O.U. a Resolução nº 11, de 2013, que amplia para 27 o quantitativo de vagas da Comissão, distribuídas em obediência à propocionalidade partidária.

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)

1. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF.Nº 42/2011-GLPMDB)

3. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF.Nº 41/2011-GLPMDB)

9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

10. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

8. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

7. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

5. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

11. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).

13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).

14. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

15. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
17. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
19. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
20. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).
21. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
22. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB.
23. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
24. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
25. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
26. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
27. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
33. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF.GLPMDB nº 45/2012).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
39. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
40. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
41. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
42. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
45. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
46. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (OF. GLPMDB nº 106/2012).

47. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
48. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (OF. Nº 009/2012/GLBUF/SF).
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (OF. GLPMDB nº 168/2012).
51. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 092/2012-GLDBAG).
52. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
53. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
54. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
55. Em 14.09.2012, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 110/2012-GLDBAG), e deixa de ocupar a suplência.
56. Em 14.09.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em decorrência da designação da Senadora Ana Rita como titular (Of. nº 110/2012-GLDBAG).
57. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
58. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
59. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
60. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
61. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 142/2012 - GLDBAG).
62. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
63. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
64. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2012).
65. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
66. Em 20.12.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (OF. Nº 237/2012-BLUFOR).
67. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
68. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
69. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão(OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
70. Em 07.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é confirmado membro titular do PSD na Comissão (OF. Nº 0013/2013-GLPSD).
71. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cássio Cunha Lima, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 009/13-GLPSDB).
72. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 32/13-GLPSDB).
73. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
74. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
75. Em 26.02.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
76. Em 26.02.2013, o Senador Jorge Viana é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
77. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 39/2013, designando os Senadores Eduardo Braga,, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

78. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Vital do Rêgo e Aníbal Diniz Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 01/2013 - CCJ).
79. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 35/2013 - GLDBAG).
80. Em 12.03.2013, volta a pertencer ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao PP (Of. nº 55/2013 - BLUFOR).
81. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 029/2013).
82. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro, Magno Malta e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores Gim, Eduardo Amorim, Blairo Maggi e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 44/2013).
83. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
84. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
85. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 81/2013-BLUFOR).
86. Em 18.04.2013. o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa a suplência e passa a ser membro titular; os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro são designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. 122/2013-GLPSDB).
87. Em 23.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 72/2013-GLDBAG).
88. Em 23.04.2013, o Senador Eduardo Suplicy deixa a suplência e passa a ser membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 73/2013-GLDBAG).
89. Em 24.04.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 166/2013-GLPMDB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Pedro Taques (PDT)	1.
Lindbergh Farias (PT)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (1)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) (3)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
VAGO (2)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (1)	
Armando Monteiro (PTB)	1.
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:
1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. nº 18/2012-GLDEM).
3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (OF. nº 56/2012-CCJ).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
***. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.
****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) (63)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (63)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (68,15)	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) (36)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT) (47)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) (13,23)
Randolfe Rodrigues (PSOL) (69)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) (9)
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) (16)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB) (30)
	9.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (39)	
Ricardo Ferraço (PMDB) (41,60)	1. Eduardo Braga (PMDB) (2,19,41,44,60)
Roberto Requião (PMDB) (26,27,28,38,41,60)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (41,44,54,60)
Romero Jucá (PMDB) (6,12,25,41,60)	3. Valdir Raupp (PMDB) (41,60)
João Alberto Souza (PMDB) (29,31,37,41,60)	4. Luiz Henrique (PMDB) (41,44,60)
Pedro Simon (PMDB) (17,41,60)	5. VAGO (41,44)
Ana Amélia (PP) (41,44,60)	6. VAGO (20,41,44)
Benedito de Lira (PP) (41,44,45,46,52,53,60)	7. VAGO (10,41)
Ciro Nogueira (PP) (41,44,60)	8. (41)
Kátia Abreu (PSD) (41,44,60)	9. (41)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (3,59)	1. Cícero Lucena (PSDB) (32,59)
Alvaro Dias (PSDB) (14,22,59)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (5,59,70)
Paulo Bauer (PSDB) (59)	3. Cássio Cunha Lima (PSDB) (4,59)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) (18,51,59)
José Agripino (DEM) (7)	5. Ataídes Oliveira (PSDB) (8,42,43,59,61,62)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (39,48)	
Armando Monteiro (PTB) (66)	1. Eduardo Amorim (PSC) (55,64,66)
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (66,71,72)	2. João Vicente Claudino (PTB) (1,40,66,67)
VAGO (11,24,66)	3. VAGO (34,35,57,66)
VAGO (24,58,66)	4. VAGO (49,50,56,65,66)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
*********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
**********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**
************. Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).
2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
3. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).
4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).
5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
7. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
9. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
10. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
11. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
12. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
13. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
14. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).
17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
19. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).

20. Em 1°.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
23. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. n° 139/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício n° 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. n° 146/2011-GLDBAG).
31. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB n° 330/2011).
32. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. n° 13/2012 - GLPSDB).
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. n° 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND n° 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. n° 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício n° 041/2012-GLDBAG).
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. n° 008/2012-GLBUF).
41. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
42. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. n° 17/2012-GLDEM).
43. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. n°s 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
44. Em 22.05.2012, foi lido o OF. n° 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1° suplente.
45. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
46. Em 1°.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 181/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício n° 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. n° 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício n° 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
49. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV n° 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins n° 3.735, de 17.10.2012).
50. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. n° 102/2012/BLUFOR/SF).
51. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB n° 0001/2012).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

52. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
53. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 356/2012).
54. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2012).
55. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
56. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
59. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 010/13-GLPSDB).
60. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 38/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Valdir Raupp e Luiz Henrique, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 27.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente na Comissão (Ofício nº 58/2013-GLPSDB).
62. Em 27.02.2013, foi lido o Of. nº 10/2013-GLDEM, comunicando a cessão da vaga de suplente na Comissão ao PSDB (OF. nº 10/2013-GLDEM).
63. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 05/2013 - S.CE).
64. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 030/2013).
65. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 60/2013).
66. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro e Sodré Santoro, e membro suplente o Senador Eduardo para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 45/2013).
67. Em 19.03.2013, o Senador Jão Vicente Claudinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 67/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro Of. nº 53/2013-GLDBAG).
70. Em 11.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira (Of. 118/2013-GLPSDB)
71. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti
72. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 82/2013-BLUFOR).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:
*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) (58)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (58)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (11,64)	
Anibal Diniz (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (63,67)
Acir Gurgacz (PDT) (8,12,35,36,43,44)	2. Delcídio do Amaral (PT) (3)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Ana Rita (PT) (62)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. João Capiberibe (PSB) (60)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (33)	
Romero Jucá (PMDB) (13,55)	1. Sérgio Souza (PMDB) (37,38,47,48,55)
Luiz Henrique (PMDB) (16,17,34,55)	2. Eduardo Braga (PMDB) (55)
Garibaldi Alves (PMDB) (55,57)	3. João Alberto Souza (PMDB) (17,18,55)
Valdir Raupp (PMDB) (4,55)	4. Vital do Rêgo (PMDB) (14,55,61,68)
Ivo Cassol (PP) (55)	5. Eunício Oliveira (PMDB) (28,29,31,57)
Kátia Abreu (PSD) (9,10,19,21,55)	6. VAGO (6,25,26,27,32)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) (50,52)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (50)
Cícero Lucena (PSDB) (5,7,50,53)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (50,54)
José Agripino (DEM) (15,23,24)	3. VAGO (23,45)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (33,40)	
Blairo Maggi (PR) (1,22,46,59,65)	1. Gim (PTB) (2,56,59,65)
Eduardo Amorim (PSC) (41,42,49,51,59,65)	2. VAGO (39,59,65,69,70,71)
Fernando Collor (PTB) (65)	3. Armando Monteiro (PTB) (65,66)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

*********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

**********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

***********. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
4. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
6. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
7. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).
13. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(Of nº 059/2011-GLDEM).
16. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
17. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB)
18. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. nº 125/2011 - GLPTB).
23. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 -GLDEM).
24. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 074/2011-GLDEM).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
31. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
32. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

33. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
34. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (OF n° 154/2012-GLPMDB).
35. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
36. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of n° 087/2012-GLDBAG).
37. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
38. Em 1°.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 181/2012).
39. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício n° 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV n° 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins n° 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. n° 105/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. n° 138/2012 - GLDBAG).
45. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB n° 0001/2012).
46. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
47. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
48. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 357/2012).
49. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
50. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias e Flexa Ribeiro, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes (Ofício n° 16/13-GLPSDB).
51. Em 07.02.2013, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. n°. 13/2013-BLUFOR).
52. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Ofício n° 31/13-GLPSDB).
53. Em 21.02.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro(Ofício n° 34/13-GLPSDB).
54. Em 21.02.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Ofício n° 34/13-GLPSDB).
55. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB n° 40/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Valdir Raupp, Ivo Cassol e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Eduardo Braga, João Alberto Souza e a Senadora Ana Amélia, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
56. Em 26.02.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Vicente Claudino (Of. n° 27/2013-BLUFOR).
57. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que assume a suplência (Of. 069/2013 -GLPMDB).
58. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. n° 33/2013 - CMA).
59. Em 27.02.2013, os Senadores Eduardo Amorim e Blairo Maggi são designados membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição aos Senadores Gim e Fernando Collor, que passam a ocupar a suplência na Comissão (OF. BLUFOR n° 37/2013).
60. Em 04.03.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares(Of. 040/2013 -GLDBAG).
61. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF n° 87/2013 - GLPMDB).
62. Em 07.03.2013, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. 041/2013 -GLDBAG).

63. Vago, em virtude de a Senadora Ana Rita ter sido designada membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 41/20113 - GLDBAG).
64. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
65. Em 20.03.2013, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Fernando Collor são designados como membros titulares, e os Senadores Gim e João Costa membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 46/2013-BLUFOR).
66. Em 08.04.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 78/2013-BLUFOR).
67. Em 11.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 64/2013 - GLDBAG).
68. Em 18.04.2013, o Senador Vital do Rego é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 154/2013-GLPMDB).
69. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
70. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 89/2013-BLUFOR)
71. Vago em virtude do desligamento do Senador Vicentinho Alves da Comissão (OF nº 103/2013 - BLUFOR).

Secretário(a): Estevão Hagel Ledur
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (3)	
Jorge Viana (PT)	1. VAGO (13)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) (2,6)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (10)	
VAGO (9)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) (7)	2. VAGO (4,9,11)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (1,8)	1. VAGO (12)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (10)	
Eduardo Amorim (PSC) (5,14)	1. VAGO (13)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
5. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. n° 125/2011-GLPTB.
6. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. n° 34/2012/CMA).
9. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
8. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
11. Vago, em 13.06.2012, em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. n° 154/2012-GLPMDB).
12. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS n° 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
13. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares e João Vicente Claudino deixam de compor a Subcomissão (Of. n° 52/2013-CMA).
14. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. n° 52/2013/CMA).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício n° 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) (18)
VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) (18)
RELATOR: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) (18)

Instalação: 16/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (2)	
Rodrigo Rollemberg (PSB) (7)	1. VAGO (7,16)
VAGO (16)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B) (1,5)
Anibal Diniz (PT)	3. VAGO (7,9,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (6)	
Sérgio Souza (PMDB) (7)	1. Valdir Raupp (PMDB) (11)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. VAGO (8)
Eduardo Braga (PMDB)	3. VAGO (16)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO (4)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (6)	
Blairo Maggi (PR) (3,7,12)	1. Eduardo Amorim (PSC) (7,13,14,15,17)

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
4. Vago em razão de o Senador Jayme Campos não pertencer mais à Comissão (OF. GLDEM 74/2011).
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Sousa, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
8. Vago em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. GLPMDB nº 154/2012).
9. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
10. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CMA (Of. nº 087/2012 - GLDBAG).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
13. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
14. Em 19.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 279/2012/CMA).
15. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
16. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares, Lobão Filho e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
17. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
18. Em 16.04.2013, os Senadores Sérgio Souza e Aníbal Diniz foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, e designado relator o Senador Cícero Lucena, na Subcomissão (Of. nº 86/2013-CMA).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
***. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentino Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.
****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Estevão Hagel Ledur
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o obejtivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (13)
VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (13)
RELATOR: Senador Ivo Cassol (PP-RO) (13)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (2)	
Jorge Viana (PT) (6)	1. Anibal Diniz (PT) (6,9)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. VAGO (14)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B) (9)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (8)	
Sérgio Souza (PMDB) (1,3,4,7)	1. Ivo Cassol (PP) (10)
Valdir Raupp (PMDB) (11)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (8)	
Blairo Maggi (PR) (5,9,12)	1. VAGO (14)

Notas:

1. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. n° 91/2011-CMA).
4. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. n° 656/2011-GSICAS).
5. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. n° 125/2011-GLPTB.
6. Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 16.04.2012, os Senadores Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. n° 99/2012/CMA).
10. Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. n° 99/2012/CMA).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

13. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CMABMONTE, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.3.2013, bem como a eleição dos Senadores Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, para Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente.
14. Em 19.03.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.
***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Estevão Hagel Ledur
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS NA RIO+20

Finalidade: Subcomissão alterada pelo RMA nº 53/2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de monitorar a implementação das medidas adotadas na Rio+20. (Subcomissão anterior: Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 - RMA nº 25/2011)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB) (1)
Sérgio Souza (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
VAGO (2,3,4)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:
1. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
2. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
3. Em 19.10.2012 o Senador João Costa é designado como membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 278/2012/CMA).
4. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
*. Em 03.07.2012, lido o Requerimento nº 53, de 2012-CMA, aprovado em 27.06.2012, que altera a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implementação das Medidas Adotadas na Rio+20 (Of. nº 193/2012/CMA).

Secretário(a): Estevão Hagel Ledur
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) (60)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) (60)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (14,66)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
João Capiberibe (PSB) (47,50,59)	2. Eduardo Suplicy (PT) (12,23)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL) (68)	4. Anibal Diniz (PT) (13,24,26)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB) (10,37,38)	6. Lídice da Mata (PSB) (21,59)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (41)	
VAGO (58,67)	1. Roberto Requião (PMDB) (6,8,25,32,58)
Pedro Simon (PMDB) (2,11,27,28,29,40,58)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) (36,58)
Paulo Davim (PV) (31,33,39,58)	3. VAGO
VAGO (16,30,58,62)	4. VAGO (19)
Sérgio Petecão (PSD) (18,58)	5. VAGO (11)
VAGO	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) (3,7,15,34,44,61)	1. VAGO (5,22,57)
VAGO (4)	2. VAGO (56)
VAGO (17,35,43,52)	3. Wilder Morais (DEM) (46)
	4.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (41,49)	
Magno Malta (PR) (1,54,65)	1. VAGO (45,53,65)
Gim (PTB) (9,42,64,65,69)	2. VAGO (63,65)
VAGO (65)	3. VAGO (48,51,55,65)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.
*******. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.
*********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
**********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**
************. Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**
1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).
2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).
4. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).
5. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).
6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
7. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (OF. nº 110/2011-GLPSDB).
8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
9. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).
10. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 63/2011-GLBAG).
11. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB)
12. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
13. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
17. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
18. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
19. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 17.10.2012, vago em razão da designação da Senadora Lídice da Mata como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 133/2012-GLDBAG).
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)
23. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).
27. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
28. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

30. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)
31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)
33. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 324/2011).
34. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
35. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
36. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
37. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
38. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
39. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
40. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
41. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
42. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. nº 10/2012-GLBUF).
43. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(Of. nº 16/2012-GLDEM).
44. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
45. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012/BLUFOR).
46. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. GLDEM nº 48/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
49. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
50. Em 17.10.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 133/2012-GLDBAG).
51. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 100/2012/BLUFOR/SF).
52. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
53. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
56. Em 07.02.2013, o Senador Cyro Miranda deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Cássio Cunha Lima deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
58. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 41/2013, designando os Senadores Casildo Maldaner, Pedro Simon, Paulo Davim, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Roberto Requião e Ricardo Ferraço como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
59. Em 27.02.2013, o Senador João Cabiperibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar a suplência em vaga destinada ao Bloco (Of. nº 30/2013 - GLDBAG).
60. Em 28.02.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Rita e o Senador João Capiberibe para ocuparem os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 04/2013 - CDH).
61. Em 1º.03.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 59/2013- GLPSDB).
62. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF nº 88/2013 - GLPMDB).
63. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 61/2013).

64. Em 19.03.2013, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor a Comissão (Of. nº 66/2013-BLUFOR).
65. Em 19.03.2013, é designado membro titular o Senador Magno Malta para integrar o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 47/2013).
66. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
67. Vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
68. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 52/2013-GLDBAG).
69. Em 26.03.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 71/2013).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (2)	
Angela Portela (PT)	1. Paulo Paim (PT) (7)
Lídice da Mata (PSB)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)	
Sérgio Petecão (PSD) (3)	1. VAGO (4)
Paulo Davim (PV) (1)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1,6)	1.

Notas:
1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. N° 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 1°.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. nº 16/2012-GLDEM).
7. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
***. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 52/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria; e a eleição das Senadoras Lídice da Mata e Ângela Portela, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE À PEDOFILIA, DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com o a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Eduardo Suplicy (PT)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1.

Notas:
*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.48/2013-CDH, que comunica a designação dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e Anibal Diniz como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.
***. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 62/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria; a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular no Bloco Parlamentar Minoria; e a eleição dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

Finalidade: Examinar e esclarecer as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (1)

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Randolfe Rodrigues (PSOL)	1. Paulo Paim (PT)
João Capiberibe (PSB)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1.

Notas:
1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).
*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.46/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; e a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Lídice da Mata (PSB)	2. Anibal Diniz (PT) (2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1.

Notas:
2. Em 10.04.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. 64/2013-CDH).
1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Paulo Davim e a Senadora Lídice da Mata como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).
*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.45/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata como membros titulares e do Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) (41)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) (41)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (7,48)	
Jorge Viana (PT) (43)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Randolfe Rodrigues (PSOL) (43,44,49)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) (4,6)	3. Lindbergh Farias (PT) (3)
Anibal Diniz (PT) (5,8,9,44)	4. Eduardo Lopes (PRB) (17,18)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) (16)
Lídice da Mata (PSB) (42)	6. João Capiberibe (PSB) (15)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (22)	
Ricardo Ferraço (PMDB) (40)	1. Sérgio Souza (PMDB) (40)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) (40)	2. João Alberto Souza (PMDB) (40)
Pedro Simon (PMDB) (23,24,27,40)	3. Roberto Requião (PMDB) (40)
Eunício Oliveira (PMDB) (40)	4. Romero Jucá (PMDB) (40)
Luiz Henrique (PMDB) (40)	5. Ana Amélia (PP) (40)
Francisco Dornelles (PP) (40)	6. Sérgio Petecão (PSD) (12,13,14,21,28,32,33,40)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB) (38,39)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (38)
Paulo Bauer (PSDB) (2,38)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (38)
José Agripino (DEM)	3. Jayme Campos (DEM) (10,30,45)
Cyro Miranda (PSDB) (50)	4. Cícero Lucena (PSDB) (53)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (22,29)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (47,51,52)	1. Gim (PTB) (34,46,47)
Fernando Collor (PTB) (31,47)	2. Eduardo Amorim (PSC) (1,47)
Magno Malta (PR) (25,26,35,36,47)	3. VAGO (19,20,37,47)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.
*********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.
**********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**
************. Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**
1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).
2. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
3. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
6. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).
9. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
11. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.
12. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
13. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
14. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
15. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)
16. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)
17. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
18. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).
19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
20. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
23. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
24. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).

25. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
26. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
27. Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB nº 192/2012).
28. Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 191/2012).
29. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
30. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
31. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
32. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
33. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2012).
34. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
35. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
36. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 217/2012-BLUFOR).
37. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
38. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
39. Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia(Of. 55/2013-GLPSDB).
40. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
41. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CRE).
42. Em 27.02.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 024/2013).
43. Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLDBAG nº 29/2013).
44. Em 07.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
45. Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(Of. 14/2013-GLDEM).
46. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 033/2013).
47. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 48/2013).
48. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
49. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 54/2013-GLDBAG).
50. Em 04.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 110/2013-GLPSDB).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 83/2013-BLUFOR).
53. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 127/2013-GLPDSB).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE´s nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no " I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (3)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR) (8,9,10,11,12)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) (2,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (7)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) (5,6)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (1)

Notas:
1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
5. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
6. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
8. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
9. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
10. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro suplente da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
11. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
12. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.
***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.
****. Em 8.08.2012, foi lido o Ofício nº 256, de 2011, da CRE, informando que aquela Comissão aprovou, em 5.07.2012, o Requerimento nº 28, de 2012-CRE, que adita o RRE nº 10/2011-CRE e altera o nome da Subcomissão Permanente de Acompanhamnto da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (2)	
Blairo Maggi (PR) (6,7,8,9,10)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) (3,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) (1)

Notas:
1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
4. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
7. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
8. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
9. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
10. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.
***. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (6)	
Blairo Maggi (PR) (15,16,18,21,22)	1. Eduardo Lopes (PRB) (11,12)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO (10)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) (4,7)	4. Sérgio Souza (PMDB) (5,9,1)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (13)	
VAGO (14,17,19)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2)	1. VAGO (8,3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (13)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (20)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

3. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)

2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)

1. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)

4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

8. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).

7. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).

9. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)

10. Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).

11. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

12. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).

13. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

14. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
15. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
16. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
17. Em 09.03.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. Nº 257/2012-CRE/PRES).
18. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
19. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
20. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
21. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
22. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) (52)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (52)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (59,8)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) (19,20)
Acir Gurgacz (PDT) (30,31,43,44)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) (18)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (24)	
Clésio Andrade (PMDB) (25,32,33,46,47,54)	1. Romero Jucá (PMDB) (25,54)
Lobão Filho (PMDB) (25,54)	2. Sérgio Souza (PMDB) (2,3,10,25,54)
Eduardo Braga (PMDB) (25,54)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) (25,54)
Valdir Raupp (PMDB) (25,54)	4. Roberto Requião (PMDB) (9,25,54)
Vital do Rêgo (PMDB) (25,54,58)	5. Waldemir Moka (PMDB) (11,21,22,25,54)
Jader Barbalho (PMDB) (25,54,64)	6. Ivo Cassol (PP) (25,54)
Ciro Nogueira (PP) (25,54)	7. Francisco Dornelles (PP) (15,16,17,23,25,54)
Sérgio Petecão (PSD) (26,29,38,39,49,50,53,54)	8. Kátia Abreu (PSD) (5,6,12,14,26,27,29,50,53,54)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (51,55)	1. Aécio Neves (PSDB) (51)
Flexa Ribeiro (PSDB) (51)	2. Alvaro Dias (PSDB) (51)
Lúcia Vânia (PSDB) (1,4,51)	3. VAGO (4,7,51,61)
Wilder Morais (DEM) (28,36)	4. Jayme Campos (DEM) (28,37)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (24,40)	
Fernando Collor (PTB) (60)	1. Gim (PTB) (60)
Blairo Maggi (PR) (35,45,57,60)	2. Armando Monteiro (PTB) (60)
Vicentinho Alves (PR) (34,60,62,63)	3. Eduardo Amorim (PSC) (41,42,48,56,60)
Alfredo Nascimento (PR) (60)	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR) (60)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

**********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

***********. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.
2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
3. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
4. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
7. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
9. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
10. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).
11. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
12. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
18. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).
21. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
22. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 36/2012).
23. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

24. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
25. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
26. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
27. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
28. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 19/2012-GLDEM).
29. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.
30. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
31. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 088/2012-GLDBAG).
32. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
33. Em 1°.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
34. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
35. Em 09.08.2012, o Senador Gim Argello é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (OF. N° 093/2012/BLUFOR/SF).
36. Em 03.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. N° 045/12-GLDEM).
37. Em 03.09.2012, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em decorrência da designação do Senador Wilder Morais como titular (OF. N° 045/12-GLDEM).
38. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
39. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 104/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 140/2012 -GLDBAG).
45. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
46. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
47. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 359/2012).
48. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
49. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
50. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de titular (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
51. Em 07.2.2013, foi lido o Of. N° 014/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros titulares, e os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros suplentes, para compor a Comissão.
52. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Sérgio Petecão Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CI).
53. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.

54. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 63/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Lobão Filho, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Casildo Maldaner, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
55. Vago em razão de o Senador Aloysio Nunes Ferreira não pertencer mais à Comissão (Of. 90/2013-GLPSDB).
56. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 62/2013).
57. Em 13.03.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim (Of. BLUFOR nº 63/2013).
58. Em 13.03.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Casildo Maldaner (OF. GLPMDB nº 114/2013).
59. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
60. Em 20.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Fernando Collor, Blairo Maggi, João Costa e Alfredo Nascimento, e como membros suplentes os Senadores Gim, Armando Monteiro, Eduardo Amorim e Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 49/2013).
61. Vago em 09.04.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. nº 115/2013-GLPSDB).
62. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
63. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 86/2013-BLUFOR)
64. Em 24.04.2013, o Senador Jader Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. 164/2013-GLPMDB).

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 68/2011, do Senador Vicentinho Alves, com a finalidade de, no prazo de doze meses, realizar ciclo de debates sobre a situação de todos os seguimentos da aviação nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Instalação: 09/02/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Walter Pinheiro (PT)	1. José Pimentel (PT)
João Costa (PPL) (1,5,6,7,9,10)	2. Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (2)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ivo Cassol (PP)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Lobão Filho (PMDB) (3,4,8,11)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido da República - PR (OF. nº 002/2012-GLDBAG).
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
4. Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
5. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
6. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.
7. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 066/2012-PRES/CI).
8. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
9. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
10. Em 20.03.2013, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 15/2013-CI/PRES).
11. Em 04.04.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 139/2013-GLPMDB).
*. Em 06.02.2012, foram lidos os Ofícios nºs 115, de 2011, e 1, de 2012, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, designando os Senadores Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Vital do Rêgo, Eduardo Braga e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp e a Senadora Lúcia Vânia como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil.

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

Instalação: 16/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) (1,2)	2. VAGO (5,6,10)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
	1. VAGO (3,4,7,8,9,11)

Notas:
1. Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).
2. Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº058/2012 - CI).
3. Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).
4. Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
5. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
6. Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
7. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

8. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.
9. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 067/2012-PRES/CI).
10. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
11. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
*. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.
**. Em 10.05.2012, foi lido o OF. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (46)

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) (46)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (10,49)	
Wellington Dias (PT) (1)	1. João Capiberibe (PSB) (44)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (43)	2. Zeze Perrella (PDT) (7,11)
Inácio Arruda (PC DO B) (45)	3. Walter Pinheiro (PT) (2,47)
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT) (32,33,38,39)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) (13)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (29)	
Romero Jucá (PMDB) (42)	1. Eduardo Braga (PMDB) (14,42)
Ricardo Ferraço (PMDB) (20,21,22,28,31,42)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (42)
Ana Amélia (PP) (42)	3. João Alberto Souza (PMDB) (3,37,42)
Ciro Nogueira (PP) (15,34,42)	4. Ivo Cassol (PP) (26,42)
Benedito de Lira (PP) (42)	5. VAGO (8,9,16,18)
Kátia Abreu (PSD) (42)	6. VAGO (23,24,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (5,12,19,41)	1. Cícero Lucena (PSDB) (41)
Ruben Figueiró (PSDB) (41)	2. Lúcia Vânia (PSDB) (6,41)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Wilder Morais (DEM) (4,35)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (29,36)	
Armando Monteiro (PTB) (40,48,50)	1. VAGO (50)
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (30,50,51,52)	2. VAGO (50)
Vicentinho Alves (PR) (50,53,54)	3. (50)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*******. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

**********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

***********. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
5. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
6. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
7. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
8. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
9. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
12. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
13. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
15. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
16. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
18. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
19. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)
20. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
21. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
22. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
23. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
24. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).
25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
26. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
27. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
28. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.
30. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
31. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (OF. GLPMDB nº 151/2012).
32. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
33. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 091/2012-GLDBAG).

34. Em 16.08.2012, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 277/2012-GLPMDB).
35. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of nº 049/12-GLDEM).
36. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
37. Em 19.10.2012 o Senador Romero Jucá é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 329/2012).
38. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
39. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 141/2012 - GLDBAG).
40. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
41. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ruben Figueiró, como membros titulares; e Senador Cícero Lucena e Senadora Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 15/13-GLPSDB).
42. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 44/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Ricardo Ferraço, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, João Alberto Souza e Ivo Cassol, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
43. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita (Of. nº 27/2013 - GLDBAG).
44. Em 27.02.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 031/2013).
45. Em 04.03.2013, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 34/2013 - GLDBAG).
46. Em 05.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 003/2013 - PRES/CDR).
47. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel(Of. nº 36/2013 - GLDBAG).
48. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 034/2013).
49. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
50. Em 20.03.2013, os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro e João Costa são designados como membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 50/2013-BLUFOR).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 84/2013-BLUFOR).
53. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
54. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 87/2013-BLUFOR)

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (1)	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (6)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. VAGO (2)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)
PSC	
Eduardo Amorim (3,4,5,7,8)	

Notas:
1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
3. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
4. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. N° 377/2011-PRES/CDR).
5. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB n° 140/2012).
8. O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. N° 119/2012-PRES/CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (4)	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. VAGO (10,11)
VAGO (9)	2. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (8)	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (12)
Ivo Cassol (PP) (3,5,6,7)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:
1. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
7. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
10. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
11. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CDR (Of. nº 091/2012 - GLDBAG).
12. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (2)	
Zeze Perrella (PDT) (1,4)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (9)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO (6)
VAGO (5)	2. VAGO (7)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) (3,8)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:
1. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1°.09.2011.
4. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
5. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
7. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
8. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).
9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) (64)

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (64)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (65,15)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) (7,10,22,23,57)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) (67)
Zeze Perrella (PDT) (11,16)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) (38,47)	4. João Durval (PDT)
Eduardo Suplicy (PT) (4,67)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (37)	
Clésio Andrade (PMDB) (62)	1. Romero Jucá (PMDB) (28,29,35,52,62)
Sérgio Souza (PMDB) (62)	2. Luiz Henrique (PMDB) (62)
Casildo Maldaner (PMDB) (25,26,27,36,49,62)	3. João Alberto Souza (PMDB) (39,40,51,53,62)
Ana Amélia (PP) (62)	4. Valdir Raupp (PMDB) (62)
Ivo Cassol (PP) (12,13,19,21,62)	5. Ciro Nogueira (PP) (62)
Benedito de Lira (PP) (62)	6. Sérgio Petecão (PSD) (17,62)
Kátia Abreu (PSD) (31,59,61,62)	7. Garibaldi Alves (PMDB) (32,43,44,58,59,61,63)
Waldemir Moka (PMDB) (24,33,34,46,66,68,69)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (2,60)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (60)
Ruben Figueiró (PSDB) (60)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (3,9,14,60)
Jayme Campos (DEM)	3. Cícero Lucena (PSDB) (5,18,48,70)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (37,45)	
Gim (PTB) (1,8,49,50)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (6,54)
	2. Blairo Maggi (PR) (24,41,42,55,56)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibardi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

******. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

**********. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).
2. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
5. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
8. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
9. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
10. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
11. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
14. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
23. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 329/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
33. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

34. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
35. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
38. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
39. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
40. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
41. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
42. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 082/2012/BLUFOR/SF).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (OF. Nº 163/2012-BLUFOR).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
48. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
49. Em 06.11.2012, retorna ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao Bloco Parlamentar da Maioria, e seu ocupante, o Senador Sérgio Souza, fica designado como membro titular deste Bloco na Comissão (Of. GLPMDB nº 338/2012).
50. Em 06.11.2012, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. Nº 167/2012/BLUFOR).
51. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
52. Em 23.11.2012, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2012).
53. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 358/2012).
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
56. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 216/2012-BLUFOR).
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
59. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de suplente (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
60. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 011/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Ruben Figueiró, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
61. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
62. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 45/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Sérgio Souza, Casildo Maldaner, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
63. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 070/2013).
64. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 19/2013-CRA).
65. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
66. Em 20.03.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 68/2013-BLUFOR).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

67. Em 26.03.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 56/2013-GLDBAG).
68. Vaga cedida provisoriamente ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 75/2013-BLUFOR).
69. Em 04.04.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco União e Força (Ofício nº 138/2013-GLPMDB).
70. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 128/2013-GLPDSB).

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) (34)

VICE-PRESIDENTE: Senador Alfredo Nascimento (PR-AM) (34)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (7,38)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Zeze Perrella (PDT) (32)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) (33,40)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) (10,12)
João Capiberibe (PSB) (8,9,17)	4. Lídice da Mata (PSB)
Anibal Diniz (PT) (40)	5. Eduardo Lopes (PRB) (19,20,1)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (21)	
Lobão Filho (PMDB) (31)	1. Vital do Rêgo (PMDB) (4,11,31,2)
João Alberto Souza (PMDB) (22,23,27,28,31)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) (31)
Valdir Raupp (PMDB) (31)	3. Ivo Cassol (PP) (31)
Luiz Henrique (PMDB) (31,36)	4. Benedito de Lira (PP) (26,31)
Ciro Nogueira (PP) (31)	5. Sérgio Souza (PMDB) (5,6,13,15,35)
Sérgio Petecão (PSD) (31)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (30,37)	1. VAGO (30,37)
Flexa Ribeiro (PSDB) (30)	2. Cícero Lucena (PSDB) (30)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (21,24)	
Gim (PTB) (25,39)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR) (39)
Alfredo Nascimento (PR) (16,39,3)	2. VAGO (16,29,39)
Eduardo Amorim (PSC) (39)	3. (39)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.
**********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
**********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**
************. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**
1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF.nº 026/2011-GLDBAG).
2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
3. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).
9. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)
10. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (OF. nº 126/2011 - GLDBAG).
11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 270/2011 - GLPMDB).
12. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).
13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
16. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
17. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).
18. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).
21. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
22. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
23. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
24. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
25. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

26. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (OF. GLPMDB nº 346/2012).
27. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
28. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2012).
29. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
30. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 012/13, da Liderança do PSDB, confirmando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes, para compor a Comissão.
31. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 46/2013, designando os Senadores Lobão Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
32. Em 27.02.2013, o Senador Zezé Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz (Of. GLDBAG nº 032/2013).
33. Em 05.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 033/2013).
34. Em 06.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Zeze Perrella e Alfredo Nascimento, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 005/2013-CCT).
35. Em 07.03.2013, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria(Of. GLPMDB nº 093/2013).
36. Em 07.03.2013, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira(Of. GLPMDB nº 075/2013).
37. Em 11.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria, em substituição ao Senador Cyro Miranda(Of. GLPSDB nº 087/2013).
39. Em 20.03.2013, são designados os Senadores Gim, Alfredo Nascimento e Eduardo Amorim e como suplente o Senador Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 52/2013).
38. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
40. Em 26.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 55/2013-GLDBAG).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ELABORAÇÃO DO MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO EM TERRAS RARAS NO BRASIL

Finalidade: Subcomissão Temporária para elaboração de Projeto de Lei do Marco Regulatório da Mineração e da Exploração de terras-raras no Brasil criada pelo RQT nº 22/2012, com a finalidade de discutir ações para os minerais estratégicos para o país, com a criação de um novo marco regulatório, que possibilite o desenvolvimento de uma cadeia produtiva para o setor, com o prazo até a conclusão da tarefa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Anibal Diniz (PT)	1. Angela Portela (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. Gim (PTB)

Notas:
1. Em 03.04.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Anibal Diniz e Aloysio Nunes Ferreira Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, desse colegiado (OF. 020/2013-CCTSTTR/SF).
*. Em 26.03.2013 foi lido o OF. nº 19/2013-CCT designando os Senadores Anibal Diniz, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Aloysio Nunes Ferreira e Alfredo Nascimento como titulares e os Senadores Angela Portela, Lobão Filho, Ivo Cassol, Flexa Ribeiro e Gim como suplentes na Subcomissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 11/03/2013

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) (1)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007
2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009
3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011
4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013
5ª Eleição Geral: 23/11/2005

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Sérgio Souza (PR)	1. VAGO
Valdir Raupp (RO)	2. VAGO
João Alberto Souza (MA)	3. VAGO
Romero Jucá (RR)	4. VAGO
PT	
Wellington Dias (PI)	1. Jorge Viana (AC)
Ana Rita (ES)	2. Paulo Paim (RS)
Anibal Diniz (AC)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO
PTB	
Gim (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Lídice da Mata (BA)	1. Antonio Carlos Valadares (SE)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Antonio Carlos Rodrigues (SP)	1. VAGO

PSD	
Sérgio Petecão (AC)	1. Kátia Abreu (TO)

Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)
VAGO

Atualização: 03/04/2013

Notas:
*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.
1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Antonio Carlos Rodrigues (PR/SP) (1)	PR

Atualização: 11/03/2013

Notas:
1. Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado para ocupar a vaga do PR em 21.02.2013

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (1)	PROCURADORA

Atualização: 06/03/2013

Notas:
1. Designada pelo Presidente do Senado Federal na sessão de 06.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):(61) 3303-5255 **Fax:**(61) 3303-5260
E-mail:scop@senado.leg.br

5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 15/03/2013

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Pedro Simon (RS)
PT
Angela Portela (RR)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
VAGO
PP
Ciro Nogueira (PI)
PDT
VAGO
PSB
Lídice da Mata (BA)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE)
PR
VAGO
PSD
Kátia Abreu (TO)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB

Eduardo Lopes (RJ)
PSC
Eduardo Amorim (SE)
PPL
VAGO (3)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 004/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitas na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.
3. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) (2)

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS)
PT
Delcídio do Amaral (MS)
PSDB
Cyro Miranda (GO)
PTB
Armando Monteiro (PE)
PP
Ivo Cassol (RO)
PDT
VAGO
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
José Agripino (RN)
PR
Antonio Carlos Rodrigues (SP)
PSD
Sérgio Petecão (AC)
PC DO B
Inácio Arruda (CE) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)
PSC

Eduardo Amorim (SE)
PPL
VAGO (3)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 14/03/2014

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 001/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleito na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 20.03.2013.
3. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (3)

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Jarbas Vasconcelos (PE)
PT
Paulo Paim (RS)
PSDB
Cícero Lucena (PB)
PTB
VAGO (2)
PP
Ana Amélia (RS)
PDT
VAGO
PSB
João Capiberibe (AP)
DEM
José Agripino (RN)
PR
VAGO
PSD
Sérgio Petecão (AC)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)

PSC
Eduardo Amorim (SE)
PPL
VAGO (4)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GLPCB nº 005/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandado, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
3. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 16/04/2013.
4. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (2)

1ª Designação: 14/03/2011
2ª Designação: 21/03/2012
3ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Ricardo Ferraço (ES)
PT
Anibal Diniz (AC)
PSDB
Cyro Miranda (GO)
PTB
João Vicente Claudino (PI)
PP
Ciro Nogueira (PI)
PDT
VAGO
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
Wilder Morais (GO)
PR
VAGO
PSD
Kátia Abreu (TO)
PC DO B
Inácio Arruda (CE) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)

PSC
Eduardo Amorim (SE)
PPL
VAGO (3)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 002/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 17.04.2013.
3. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61)3303-5255 **Fax:** (61)3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 19 titulares

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (3)

1ª Designação: 12/09/2012
2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Luiz Henrique (SC)
PT
Jorge Viana (AC)
PSDB
PTB
João Vicente Claudino (PI)
PP
Ivo Cassol (RO)
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
Wilder Morais (GO)
PR
Blairo Maggi (MT)
PSD
Kátia Abreu (TO)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)
PSC
Eduardo Amorim (SE)

PPL
VAGO (2)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)
Representante da sociedade civil organizada
Pesquisador com produção científica relevante
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente

Atualização: 24/04/2013

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 003/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 24.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303.5258 **Fax:**3303.5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

(Resolução nº 1/2006-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados

COMPOSIÇÃO [2]

Presidente: Senador Lobão Filho (PMDB/MA)[7]
1º Vice-Presidente: Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)[7]
2º Vice-Presidente: Senador Francisco Dornelles (PP/RJ)[7]
3º Vice-Presidente: Deputado Guilherme Campos (PSD/SP)[7]

Relator do PLDO / 2014:
Relator do PLOA / 2014: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)
Relator da Receita:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo **(PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)**	
Walter Pinheiro (PT/BA)	1. Eduardo Suplicy (PT/SP)
Anibal Diniz (PT/AC)	2. Inácio Arruda (PCdoB/CE)
Acir Gurgacz (PDT/RO)	3. [5]
Lídice da Mata (PSB/BA)	4. Lindbergh Farias (PT/RJ)
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB / PP / PSD)**	
Lobão Filho (PMDB/MA)	1. Ricardo Ferraço (PMDB/ES)[4]
Francisco Dornelles (PP/RJ)[6]	2. [4 e 6]
Ivo Cassol (PP/RO)	3. Casildo Maldaner (PMDB/SC)[4]
Bloco Parlamentar Minoria **(PSDB / DEM)**	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1. Cícero Lucena (PSDB/PB)[3]
Wilder Morais (DEM/GO)	2. Jayme Campos (DEM/MT)
Bloco Parlamentar União e Força **(PTB / PR / PSC)**	
João Vicente Claudino (PTB/PI)	1.
Eduardo Amorim (PSC/SE)	2.
PSOL [1]	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)	

Notas:
1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
2- Designação na Sessão do Senado Federal de 21-3-2013.
3- Designado o Senador Cícero Lucena, como membro suplente, em 3-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 106/2013, da Liderança do PSDB.
4- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Francisco Dornelles e Casildo Maldaner, como membros suplentes, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 140, de 2013, da Liderança do PMDB.
5- Vago, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 63, de 2013, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.
6- Designado o Senador Francisco Dornelles, como membro titular, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, em 16-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 151, de 2013, da Liderança do PMDB.
7- Mesa eleita em 16-4-2013, conforme Ofício nº 038, de 2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Bohn Gass (PT/RS)	1. Afonso Florence (PT/BA)
Ricardo Berzoini (PT/SP)	2. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Zezéu Ribeiro (PT/BA)	3. Iriny Lopes (PT/ES)
Miguel Corrêa (PT/MG)	4. Jorge Bittar (PT/RJ)
Weliton Prado (PT/MG)	5. José Airton (PT/CE)
PMDB	
Danilo Forte (PMDB/CE)	1. André Zacharow (PMDB/PR)
Leonardo Quintão (PMDB/MG)	2. Giroto (PMDB/MS)
Marçal Filho (PMDB/MS)	3. Pedro Novais (PMDB/MA)
Nilda Gondim (PMDB/PB)	4. José Pirante (PMDB/PA)[4]
Rose de Freitas (PMDB/ES)	5. Osvaldo Reis (PMDB/TO)[4]
PSDB	
Bruno Araújo (PSDB/PE)	1. Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) [2]
Domingos Sávio (PSDB/MG)	2. Carlos Brandão (PSDB/MA) [3]
Ruy Carneiro (PSDB/PB)	3.
PP	
Carlos Magno (PP/RO)	1. Missionário José Olimpio (PP/SP)
Nelson Meurer (PP/PR)	2. Roberto Britto (PP/BA)
Roberto Teixeira (PP/PE)	3. Dilceu Sperafico (PP/PR) [5]
DEM	
Claudio Cajado (DEM/BA)	1.
Efraim Filho (DEM/PB)	2.
Mandetta (DEM/MS)	3.
PSD	
Armando Vergílio (PSD/GO)	1. Ademir Camilo (PSD/MG)
Guilherme Campos (PSD/SP)	2. Homero Pereira (PSD/MT)
Júlio Cesar (PSD/PI)	3. Junji Abe (PSD/SP)
PR	
Aelton Freitas (PR/MG)	1. José Rocha (PR/BA)
Gorete Pereira (PR/CE)	2. Wellington Roberto (PR/PB)
PSB	
Gonzaga Patriota (PSB/PE) [6]	1. Leopoldo Meyer (PSB/PR)
Severino Ninho (PSB/PE)	2. Valtenir Pereira (PSB/MT)
PDT	
Sebastião Bala Rocha (PDT/AP)	1. André Figueiredo (PDT/CE)
Weverton Rocha (PDT/MA)	2. João Dado (PDT/SP)
Bloco Parlamentar **(PV / PPS)**	
Fábio Ramalho (PV/MG)	1. Humberto Souto (PPS/MG)
Sandro Alex (PPS/PR)	2. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Nilton Capixaba (PTB/RO)	1. Alex Canziani (PTB/PR)
PSC	
Andre Moura (PSC/SE)	1. Ricardo Arruda (PSC/PR)
PCdoB	
Evandro Milhomen (PCdoB/AP)	1. Chico Lopes (PCdoB/CE)
PTdoB [1]	
Lourival Mendes (PTdoB/MA)	

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designado o Deputado Raimundo Gomes de Matos, como membro suplente, em 27-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 345/2013, da Liderança do PSDB.

3- Designado o Deputado Carlos Brandão, como membro suplente, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353/2013, da Liderança do PSDB.

4- Designados os Deputados José Pirante e Osvaldo Reis, como membros suplentes, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 327/2013, da Liderança do PMDB.

5-Designado o Deputado Dilceu Sperafico, como membro suplente, em 11-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 174/2013, da Liderança do PP.

6-Designado o Deputado Gonzaga Patriota, como membro titular, em substituição ao Deputado Dr. Ubiali, em 18-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2013, da Liderança do PSB.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas
Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893
Fax: (61) 3216-6905
E-mail: cmo@camara.gov.br
Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo
Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados [21]

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senadora Vanessa Grazziotin [15, 20 e 27]
Vice-Presidente: Deputado Fernando Ferro [15, 20 e 27]
Relator: Deputado Sarney Filho [16, 20 e 27]

Instalação: 27-2-2013 [15, 20 e 27]

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo **(PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)**	
Jorge Viana (PT/AC) [7]	1. Wellington Dias (PT/PI) [7]
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) [7, 13 e 17]	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) [7]
Blairo Maggi (PR/MT) [7, 23 e 26]	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) [7]
Cristovam Buarque (PDT/DF) [7]	4. [7 e 17]
[22]	5. [22]
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB / PP / PSD)**	
Sérgio Souza (PMDB/PR) [3, 14 e 29]	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) [3 e 29]
Eduardo Braga (PMDB/AM) [3 e 29]	2. Romero Jucá (PMDB/RR) [3 e 29]
Ciro Nogueira (PP/PI) [3, 11, 12 e 29]	3. [3 e 29]
Sérgio Petecão (PSD/AC) [3, 18 e 29]	4. [3, 19 e 29]
Bloco Parlamentar Minoria **(PSDB / DEM)**	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) [2]	1. [2 e 24]
Wilder Morais (DEM/GO) [6, 10 e 25]	2. Jayme Campos (DEM/MT) [6, 10 e 28]
Bloco Parlamentar União e Força **(PTB / PR / PSC)**	
João Vicente Claudino (PTB/PI) [4 e 29]	1. [8, 9 e 12]
	2.
PSOL [1]	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) [5 e 29]	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.

3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.

4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.

5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.

6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.

7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Magi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.

9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.

10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.

11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.

12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.

13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.

14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.

15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.

16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.

17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.

19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.

20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.

21- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

22- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

23- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.

24- Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício n° 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.

25- Designado o Senador Wilder Morais, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.

26- Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17.12.2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).

27- Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Sarney Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.

28- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas – DEM.

29- Ratificadas as indicações constantes nos ofícios nºs 54, 32 e 78, todos de 2013, das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, em 22-3-2013 (Sessão do Senado Federal).

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) [2]	1. [2 19]
Márcio Macêdo (PT/SE) [2]	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) [2]
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) [2, 5 e 6]	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) [2]
André Zacharow (PMDB/PR) [2, 9 e 10]	2. Adrian (PMDB/RJ) [10]
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI) [14 e 15]	1. [14]
[14]	2. [14]
PSDB	
Antonio Imbassahy (PSDB/BA) [2 e 11]	1. Ricardo Tripoli (PSDB/SP) [2]
PP	
José Otávio Germano (PP/RS) [2]	1. Rebecca Garcia (PP/AM) [2]
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) [2]	1. [2 e 8]
PR	
Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG) [2 e 18]	1. [2, 12 e 18]
PSB	
Glauber Braga (PSB/RJ) [2 e 17]	1. Janete Capiberibe (PSB/AP) [2, 7, 13 e 17]
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) [2]	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) [2]
Bloco Parlamentar **(PV / PPS)**	
Sarney Filho (PV/MA) [2 16]	1.Alfredo Sirkis (PV/RJ) [2 16]
PTB [1]	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) [2 e 3]	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) [4]

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nº s 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.

14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

16- Designado como membro titular o Deputado Sarney Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nºs 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV.

17- Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado Luiz Noé, e a Deputada Janete Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.

18- Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.

19- Vago em virtude do desligamento do Deputado Francisco Praciano (PT/AM), em 4-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 294, de 2013, da Liderança do PT.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Telefone: (61) 3303-3122
E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR DAS AMÉRICAS – FIPA

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados[1]

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo **(PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)**	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB/PP/PSD)**	
Roberto Requião (PMDB/PR)[5]	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar Minoria **(PSDB/DEM)**	
Wilder Morais (DEM/GO) [3]	1. Jayme Campos (DEM/MT) [3]
	2.
Bloco Parlamentar União e Força **(PTB/PR/PSC)**	
	1.
	2.
PSOL[2]	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) [4]	1.

Notas:

1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

3- Designado, como membro titular, o Senador Wilder Morais e, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 18, de 2013, da Liderança do DEM.

4- Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 41, de 2013, da Liderança do PSOL.

5- Designado o Senador Roberto Requião, como membro titular, em 25-3-2013 (Sessão do Senado Federal), de conformidade com o Ofício nº 129 de 2013, da Liderança do PMDB.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Nelson Pellegrino [4]
Vice-Presidente: Senador Ricardo Ferraço [4]

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA**
José Guimarães (PT/CE)	Eunício Oliveira (PMDB/CE) [1]
LÍDER DA MINORIA	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA**
Nilson Leitão (PSDB/MT)	Mário Couto (PSDB/PA) [2]
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL**
Nelson Pellegrino (PT/BA)	Ricardo Ferraço (PMDB/ES) [3]

(Atualizada em 10.04.2013)

Notas:
1- Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.
2- Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.
3- Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (OF. nº 001/2013 – CRE).
4- O Deputado Nelson Pellegrino assumiu a presidência em 10.04.2013, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001. Na mesma reunião, o Senador Ricardo Ferraço assumiu a vice-presidência.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/ccai

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 13 (treze) Senadores [18] e 13 (treze) Deputados [18] e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Leitura: 13-7-2011
Designação: 14-12-2011
Instalação: 8-2-2012
Prazo Final: 19-8-2012
Prazo Final Prorrogado: 28-3-2013 [17]
Prazo Final Prorrogado: 9-8-2013 [21]

Presidente: Deputada Jô Moraes
Vice-Presidente: Deputada Keiko Ota
Relatora: Senadora Ana Rita

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo **(PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)**	
Ana Rita (PT/ES)	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP) [20]	2. Lídice da Mata (PSB/BA) [10 e 11]
[11]	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/RR)	4. [6]
[19]	5. [19]
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB / PP / PSC / PMN / PV)**	
[16]	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) [14 e 15]
Ana Amélia (PP/RS) [3, 4, 9 e 13]	2. Sérgio Souza (PMDB/PR) [2, 8, 12 e 16]
	3.
	4.
[19]	5. [19]
Bloco Parlamentar Minoria (**PSDB / DEM**)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Gim (PTB/DF) [7]
PSOL [1]	
[5]	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

3- Cedida uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.

5- Em 28-12-2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

6- Em 2-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 034/2012-GSMC, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu afastamento do mandato, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal.

7- Designado o Senador Gim, em 13-3-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Senador João Vicente Claudino, conforme Ofício nº 050/2012/GLPTB, da Liderança do PTB, no Senado Federal.

8- Vago em razão da reassunção do 1º suplente, Senador Garibaldi Alves, em 4-4-2012.

9- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 055/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome da Senadora Vanessa Grazziotin.

10- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 056/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome do Senador Wellington Dias.

11- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 058/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando que a Senadora Lídice da Mata deixa da condição de titular e a passa a ser suplente.

12- Designado o Senador Sérgio Souza, em 23-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 96/2012, da Liderança do PMDB.

13- Designada a Senadora Ana Amélia, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 138/2012, da Liderança do PMDB.

14- Cedida uma vaga de membro suplente ao Bloco de Apoio ao Governo, em 18-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

15- Designada a Senadora Vanessa Grazziotini, como membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 26-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 83/2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

16- Designado o Senador Sérgio Souza, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 9-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 170/2012, da Liderança do Bloco, no Senado Federal.

17- Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 2, de 2012, lido em 16-7-2012 (Sessão do Senado Federal).

18- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

19- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

20- Em 13-9-2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura.

21- Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 4, de 2013, lido em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal).

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
PMDB	
Nilda Gondim [14 e 16]	1. Elcione Barbalho (PMDB/PA) [9 e 12]
Jô Moraes (PCdoB/MG) [1]	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
PSD	
Ademir Camilo (PSD/MG) [10 e 11]	1.
	2.
PSDB	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1. Bruna Furlan (PSDB/SP) [8]
PP	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) [5]
PR	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. [2, 4 e 13]
PSB	
Keiko Ota (PSB/SP) [7]	1 Sandra Rosado (PSB/RN) [7]
PDT	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Morais (PDT/GO)
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) [6]
PTB [1]	
Magda Mofatto (PTB/GO) [15]	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) [3]

Notas:

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.

7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.

8- Designada a Deputada Bruna Fulan, como membro suplente, em 5-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 71/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

9- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro suplente, em substituição à Deputada Elcione Barbalho, em 15-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 493/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

10- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

11- Designado o Deputado Ademir Camilo, como membro titular, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

12- Designada a Deputada Elcione Barbalho, como membro suplente, em substituição à Deputada Nilda Gondim, em 4-12-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1.229/2012, da Liderança do PMDB.

13- Vago em virtude da renúncia do Deputado Neilton Mulim ao mandato de Deputado Federal, conforme Ofício nº 02/13/SGM/P, publicado no Diário do Senado Federal de 5-2-2013.

14- Vago em virtude da renúncia da Deputada Teresa Surita ao mandato de Deputada Federal, conforme Ofício nº 02/13/SGM/P, publicado no Diário do Senado Federal de 5-2-2013.

15- Designada a Deputada Magda Mofatto, como membro titular, em substituição à ex-Deputada Célia Rocha, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 125, de 2013, da Liderança do PTB.

16- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro titular, em 26-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 284, de 2013, da Liderança do PMDB.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)
Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) [1]	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) [5]	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) [5]
Eunício Oliveira (PMDB/CE) [5]	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) [5]
Clésio Andrade (PMDB/MG) [5]	3. [5 e 11]
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB) [1]	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) [2]	1. Pedro Taques (PDT/MT) [7]
Cristovam Buarque (PDT/DF) [2]	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) [7]
Paulo Paim (PT/RS) [2 e 7]	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) [7]
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO) [2]	1. [6 e 10]
Wilder Moraes (DEM/GO) [2 e 6]	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Alfredo Nascimento (PR/AM) [3]	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) [3]
Gim (PTB/DF) [3]	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) [3]
PSD [4]	
Sérgio Petecão (PSD/AC) [2]	1. [2, 8, 9 e 12]

Notas:

1- Conforme Ofícios nºs 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.

2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.

3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.

4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.

5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.

6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofício nº 50/2012, da Liderança do DEM.

7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.

9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofício nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.

10- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.

11- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.

12- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
	1.
	2.
PMDB	
Leandro Vilela [1]	1. Geraldo Resende [1]
Luiz Pitiman [1]	2. Sandro Mabel [1]
PSDB	
	1.
PP	
Roberto Britto [1]	1. Toninho Pinheiro [1]
DEM	
Augusto Coutinho [1]	1. João Bittar [1]
PR	
	1.
PSB	
	1.
PDT	
	1.
Bloco Parlamentar **(PV / PPS)**	
Augusto Carvalho [1]	1.
PTB	
	1.

Notas:
1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)
Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 1, DE 2013,
DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza [1]
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro [1]
Relator: Senador Romero Jucá [1]

Instalação: 12-3-2013 [1]

Senado Federal	Câmara dos Deputados
Romero Jucá (PMDB/RR)	Cândido Vaccarezza (PT/SP)
Lobão Filho (PMDB/MA)	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Bruno Araújo (PSDB/PE)
Walter Pinheiro (PT/BA)	Mendonça Filho (DEM/PE)
Jorge Viana (PT/AC)	Júlio Delgado (PSB/MG)
Ana Amélia (PP/RS)	Jô Morais (PCdoB/MG)

Notas:
1- Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRRC.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)
Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 2, DE 2013,
DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza[1]
Relator: Senador Romero Jucá [2]

Instalação: 2-4-2013 [2]

Câmara dos Deputados	Senado Federal
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	Romero Jucá (PMDB/RR)
Edinho Araújo (PMDB/SP)	Vital do Rêgo (PMDB/PB)
Carlos Sampaio (PSDB/SP)	Jorge Viana (PT/AC)
Sergio Zveiter (PSD/RJ)	Pedro Taques (PDT/MT)
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Miro Teixeira (PDT/RJ)	Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)

Notas:
1 - Alínea "a" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013.
2 - Comissão instalada em 2-4-2013, designado o Senador Romero Jucá como Relator, conforme Ofício nº 001, de 2013, da Presidência desta Comissão.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)
Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

CONSELHOS E ÓRGÃO

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	**PRESIDENTE** Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE André Vargas (PT-PR)	**1ª VICE-PRESIDENTE** Jorge Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Fábio Faria (PSD-RN)	**2º VICE-PRESIDENTE** Romero Jucá (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO Marcio Bittar (PSDB-AC)	**1º SECRETÁRIO** Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
2º SECRETÁRIO Simão Sessim (PP-RJ)	**2º SECRETÁRIO** Angela Portela (PT-RR)
3º SECRETÁRIO Maurício Quintella Lessa (PR-AL)	**3º SECRETÁRIO** Ciro Nogueira (PP-PI)
4º SECRETÁRIO Biffi (PT/MS)	**4º SECRETÁRIO** João Vicente Claudino (PTB-PI)
LÍDER DA MAIORIA	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA** Eunício Oliveira (PMDB–CE)
LÍDER DA MINORIA Nilson Leitão (PSDB-MT)	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA** Mário Couto (PSDB-PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA** Vital do Rêgo (PMDB-PB)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Nelson Pellegrino (PT/BA)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

(atualizada em 28.02.2013)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL [1]

(13 titulares e 13 suplentes)
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: **DOM ORANI JOÃO TEMPESTA** [2]
Vice-Presidente: **FERNANDO CESAR MESQUITA** [2]

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSÉ CATARINO NASCIMENTO	VAGO[3]
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	VAGO[4]
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 13.03.2013

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004
3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

SECRETARIA GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
ssccn@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

Notas:

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.
2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.
3- Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.
4- Vago em virtude de o Conselheiro João Luiz Silva Ferreira ter renunciado ao cargo de suplente, conforme expediente datado de 26.02.2013, publicado no Diário do Senado Federal em 13.03.2013.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente:

Vice-Presidente:

Vice-Presidente:

Instalação: 31.08.2011

Deputados

Titulares	Suplentes

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PPL)	

(Atualizada em 11.03.2013)

PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	**R$ 58,00**
Porte do Correio	**R$ 488,40**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	**R$ 546,40**

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	**R$ 116,00**
Porte do Correio	**R$ 976,80**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	**R$ 1.092,80**

.

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	**R$ 0,50**
Porte Avulso	**R$ 3,70**

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	**GESTÃO - 00001**

EMISSÃO DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	**GESTÃO - 00001**	**COD. – 70815-1**

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União - GRU, que poderá ser retirada no SITE: http://www.tesouro.fazenda.gov.br código de recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020054/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.**

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSÃO DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053** Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF

CNPJ: 00.530.279/0005-49

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL